PLANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO TURISMO SUSTENTÁVEL – PDITS

SERRA DA BODOQUENA

RELATÓRIO VERSÃO FINAL

Campo Grande, MS
Dezembro, 2011

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, DA PRODUÇÃO, DA INDÚSTRIA, DO COMÉRCIO E DO TURISMO – SEPROTUR

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO TURISMO SUSTENTÁVEL

SERRA DA BODOQUENA

VERSÃO FINAL

Campo Grande, MS
Dezembro, 2011

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DILMA VANA ROUSSEFF
Presidenta

MICHEL MIGUEL ELIAS TEMER
Vice - presidente

MNISTÉRIO DO TURISMO

GASTÃO DIAS VIEIRA
Ministro

SECRETARIA NACIONAL DE PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO

FÁBIO RIOS MOTA
Secretário

DEPARTAMENTO DE PROGRAMAS REGIONAIS DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO

CARLOS HENRIQUE MENEZES SOBRAL
Diretor

COORDENAÇÃO GERAL DO PROGRAMA REGIONAIS I

CLÁUDIO CORRÊA VASQUES
Coordenador

ANA CARLA FERNANDES MOURA
Técnica Nível Superior

MARINA NEIVA DIAS
Técnica Nível Superior

MIRANICE LIMA SANTOS
Técnica Nível Superior

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

ANDRÉ PUCCINELLI
Governador

SIMONE TEBET
Vice - Governador

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, DA PRODUÇÃO, DA INDÚSTRIA, DO COMÉRCIO E DO TURISMO – SEPROTUR

TEREZA CRISTINA CORRÊA DA COSTA DIAS
Secretária

PAULO ENGEL
Secretário - Adjunto

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO – PRODETUR

Cláudia Braun de Queiroz Rolim
Coordenadora Geral

Ana Beatriz Paiva Sá Earp
Analista Ambiental

Fabio César Gois
Coordenador de Apoio Logístico

Janete de Fátima Ferreira Cardoso
Coordenadora Gestora Financeira

Helio Luis Brun
Especialista em Turismo

Lino de Souza de Lima
Analista de Desenvolvimento Socioeconômico

ENTIDADE EXECUTORA

AGRICON
CONSULTORIA

AGRICON CONSULTORIA SS Ltda.
Rua Joaquim Murtinho, 1000
Itanhangá Park
79003-020 Campo Grande, MS - Brasil
Tel: +55 67 3321 4495
E-mail: agricon@agricon.com.br
Site: www.agricon.com.br

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS III

LISTA DE FOTOS VI

LISTA DE QUADROS VIII

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS XIII

APRESENTAÇÃO 17

1. AVALIAÇÃO DO GRAU DE IMPLEMENTAÇÃO E/OU EFETIVIDADE DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO TURISMO SUSTENTÁVEL 21

2. JUSTIFICATIVA DA SELEÇÃO DA ÁREA TURÍSTICA 27

2.1. IMPORTÃNCIA DOS ATRATIVOS OU RECURSOS TURÍSTICOS 31

2.2. ACESSIBILIDADE E CONECTIVIDADE 34

2.3. ANÁLISE DO NÍVEL DE USO ATUAL OU POTENCIAL 38

2.4. CONDIÇÕES FÍSICAS E SERVIÇOS BÁSICOS 41

2.5. QUADRO INSTITUCIONAL E ASPECTOS LEGAIS 54

3. FORMULAÇÃO DOS OBJETIVOS DO PDITS 58

3.1. OBJETIVOS ESPECÍFICOS DA READEQUAÇÃO DO PDITS SERRA DA BODOQUENA 63

3.2. EVOLUÇÃO DOS IMPACTOS ESPERADOS COM A IMPLANTAÇÃO DO PDITS 64

4. ANÁLISE - DIAGNÓSTICO ESTRATÉGICO DA ÁREA E DAS ATIVIDADES TURÍSTICAS 65

4.1. MERCADO TURÍSTICO 66

4.2. INFRAESTRUTURA BÁSICA E SERVIÇOS GERAIS 169

4.3. QUADRO INSTITUCIONAL 205

4.4. ASPECTOS SOCIOAMBIENTAIS 219

4.5. DIAGNÓSTICO ESTRATÉGICO 268

5. ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO 283

5.1. BASE CONCEITUAL 283

5.2. ANÁLISE SWOT 285

5.3. FORMULAÇÃO DAS ESTRATÉGIAS 295

6. PLANO DE AÇÃO 300

6.1. VISÃO GERAL E AÇÕES PREVISTAS 300

6.2. DIMENSIONAMENTO DO INVESTIMENTO TOTAL 330

6.3. SELEÇÃO E PRIORIZAÇÃO DAS AÇÕES 341

6.4. AÇÕES ELEGÍVEIS PARA A REALIZAÇÃO DURANTE OS DEZOITO PRIMEIROS MESES DE FINANCIAMENTO PELO PRODETUR NACIONAL 350

6.5. AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS 372

7. *FEEDBACK*: ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO 426

8. PROCESSO DE PARTICIPAÇÃO PÚBLICA E VALIDAÇÃO DO PDITS 435

8.1. OFICINA DE MARCO LÓGICO 436

8.2. OFICINA PARTICIPATIVA – DIAGNÓSTICO DA ÁREA E DAS ATIVIDADES TURÍSTICAS 442

8.3. OFICINA PARTICIPATIVA – ESTRATÉGIAS, PLANO DE AÇÃO E MECANISMOS DE FEEDBACK 446

8.4. OFICINA PARTICIPATIVA – VERSÃO PRELIMINAR 448

8.5. AUDIÊNCIA PÚBLICA 449

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS 453

10. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 454

11. ANEXOS 463

ANEXO A - PLANO DE TRABALHO E CRONOGRAMA 463

ANEXO B – DOCUMENTO CONTÁBIL DO BALNEÁRIO DE JARDIM – BALANCETE DE 2009. 478

ANEXO C – PESQUISA APLICADA COM A COMUNIDADE. 479

ANEXO D – INFRAESTRUTURA BÁSICA E SERVIÇOS GERAIS 488

ANEXO E - MATERIAL CARTOGRÁFICO 492

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa de regionalização de Mato Grosso do Sul, com destaque para o Polo Serra da Bodoquena. 28
Figura 2 –Localização do Polo Serra da Bodoquena na América do Sul 34
Figura 3 – Rota Pantanal – Bonito, Rota Ecoturismo do Pantanal ao Iguaçu e Rota Travessia do Pantanal. 36
Figura 4 – Rota Brasília - Bonito – Pantanal 37
Figura 5– Rota Bioceânica 37
Figura 6 - Localização dos sistemas aquíferos aflorantes nos municípios de Jardim, Bonito e Bodoquena. 43
Figura 7 - Solos da região da Bodoquena, nos municípios de Jardim, Bonito e Bodoquena. 45
Figura 8 - Geomorfologia da região da Serra da Bodoquena dos municípios de Jardim, Bonito e Bodoquena. 46
Figura 9 – Objetivos gerais e matriz de marco lógico. 59
Figura 10 - Estrutura do produto turístico do Polo Serra da Bodoquena. 69
Figura 11 - Movimentação hoteleira X sistema de Voucher único por ano, entre 2004 e 2009. 70
Figura 12 - Comportamento do volume de turistas no Polo Serra da Bodoquena, entre 1996 - 2010 73
Figura 13 – Volume turístico mensal do Polo Serra da Bodoquena, entre 2005 e 2010. 74
Figura 14 – Procedência do turista do Polo Serra da Bodoquena, em 2005, 2007, 2008 e 2009. 74
Figura 15 - Estimativa do volume turístico do Polo Serra de Bodoquena, entre 2011 e 2015. 77
Figura 16 – Participação dos atrativos mais valorizados no total de visitação, registrado em 2010. 80
Figura 17 – Outros fatores que incidem na decisão de viajar, em 2009. 83
Figura 18 – Época de realização da viagem, em 2009. 83
Figura 19 – Tempo de permanência em dias e em semanas, em 2009. 84
Figura 20 – Meios de hospedagem preferidos, em 2009. 84
Figura 21 – Modo de viajar, em 2009. 85
Figura 22 – Planejamento prévio da viagem, em 2009. 87
Figura 23 – Fontes de informação do turista, em 2009. 87
Figura 24 – Tipos de informação mais requerida pelo turista do Polo-Serra da Bodoquena, em 2010. 88
Figura 25 – Classificação das Informações prestadas em termos globais aos turistas do Polo Serra da Bodoquena, em 2007. 88
Figura 26 – Fatores que diferenciam o Polo Serra da Bodoquena dos demais concorrentes, em 2007. 90
Figura 27 – Estrutura do gasto durante a viagem, em 2009. 91
Figura 28 – Avaliação do custo de alojamento, alimentação e passeios, segundo o turista, em 2007. 91
Figura 29 – Grau de satisfação do turista ao considerar a qualidade x preços praticados no Polo Serra da Bodoquena. 92
Figura 30- Avaliação da qualidade do serviço de alojamento, no Polo Serra da Bodoquena, em 2007. 92
Figura 31 – Classificação da qualidade do serviço de alimentação, no Polo Serra da Bodoquena, em 2007. 93
Figura 32 – Classificação da qualidade dos atrativos/passeios, no Polo Serra da Bodoquena, em 2007. 93
Figura 33 – Classificação da qualidade das informações no Polo Serra da Bodoquena, em 2007. 94
Figura 34 – Porcentagem de intenção de retorno ao destino do Polo Serra da Bodoquena, em 2007. 95
Figura 35 - Aspectos mais valorizados em atrativos/produtos turísticos pelo turista de ecoturismo e turismo de aventura, em 2009. 104
Figura 36- Atividades mais consumidas pelo turista de ecoturismo e turismo de aventura, em 2009. 104
Figura 37- Atividades mais desejadas pelo turista de ecoturismo e turismo de aventura, em 2009. 105
Figura 38- Época de realização da viagem pelo turista de ecoturismo e turismo de aventura, em 2009. 105
Figura 39- Meios de transporte preferidos pelo turista de ecoturismo e turismo de aventura, em 2009. 106
Figura 40- Mídias de maior envolvimento com o turista de ecoturismo e turismo de aventura, em 2009. 106

Figura 41- Mídias de maior envolvimento com o turista de ecoturismo e turismo de aventura, em 2009. 107

Figura 42 – Nível de expectativa positiva do turista potencial em relação à infraestrutura e serviços turísticos no Centro-Oeste, em 2009. 107

Figura 43 – Média nacional de expectativa do turista potencial em relação à infraestrutura e serviços turísticos, em 2009. 108

Figura 44 – Intenção de viajar por região do país do turista potencial, em 2009. 109

Figura 45 – Dimensão dos equipamentos, serviços e atrativos turísticos no Polo Serra da Bodoquena, em 2010. 147

Figura 46 – Idade média da empresa dos equipamentos, serviços e atrativos turísticos no Polo Serra da Bodoquena, em 2010. 147

Figura 47 – Origem do empreendimento dos equipamentos, serviços e atrativos turísticos no Polo Serra da Bodoquena, em 2010. 148

Figura 48 – Número médio de funcionários por empresa dos equipamentos, serviços e atrativos turísticos no Polo Serra da Bodoquena, em 2010. 148

Figura 49 – Número médio de funcionários por dimensão da empresa dos equipamentos, serviços e atrativos turísticos no Polo Serra da Bodoquena, em 2010. 149

Figura 50 – Número médio de funcionários por idade da empresa dos equipamentos, serviços e atrativos turísticos no Polo Serra da Bodoquena, em 2010. 149

Figura 51 - Estimativa da proporção de empregos formais e informais, por ACTs, em Mato Grosso do Sul - setembro de 2005. 150

Figura 52 – Estimativa do número de empregos formais e informais, por empreendimento dos subsetores da atividade turística do Polo Serra da Bodoquena, em setembro de 2010. 151

Figura 53 - Rendimento médio da ocupação formal, por ACTs, em Mato Grosso do Sul – 2007 (valores em reais). 151

Figura 54 - Estimativa do emprego formal turístico por grau de formação, em Mato Grosso do Sul – 2006. 152

Figura 55 – Grau de ocupação médio anual dos equipamentos, serviços e atrativos turísticos no Polo Serra da Bodoquena, em 2010. 152

Figura 56 – Grau de ocupação médio anual por porte da empresa dos equipamentos, serviços e atrativos turísticos no Polo Serra da Bodoquena, em 2010. 153

Figura 57 – Grau de ocupação médio anual por idade do estabelecimento dos equipamentos, serviços e atrativos turísticos no Polo Serra da Bodoquena, em 2010. 153

Figura 58 – Faturamento diário por empresa dos equipamentos, serviços e atrativos turísticos no Polo Serra da Bodoquena, em 2010. 155

Figura 59 – Faturamento diário por estabelecimento e por porte da empresa dos equipamentos, serviços e atrativos turísticos no Polo Serra da Bodoquena, em 2010. 156

Figura 60 – Faturamento diário por idade média da empresa dos equipamentos, serviços e atrativos turísticos no Polo Serra da Bodoquena, em 2010. 156

Figura 61 – Preços médios unitários praticados por empresa dos equipamentos, serviços e atrativos turísticos no Polo Serra da Bodoquena, em 2010. 158

Figura 62 – Meios de promoção e divulgação praticados por empresa dos equipamentos, serviços e atrativos turísticos no Polo Serra da Bodoquena, em 2010. 159

Figura 63 – Grau de integração a outros elos da cadeia turística das empresas dos equipamentos, serviços e atrativos turísticos no polo Serra da Bodoquena, em 2010. 160

Figura 64 – Grau de conflitos entre os elos da cadeia turística no Polo Serra da Bodoquena, em 2010. 160

Figura 65 - Participação em feiras e eventos do Programa de Promoção e Apoio à Comercialização, da FUNDTUR, entre 1999 a 2006. 164

Figura 66 - Participação em feiras e eventos do Programa de Promoção e Apoio à Comercialização, da FUNDTUR, entre 2007 a 2009. 165

Figura 67 – Rodovias federais e estaduais que interligam os municípios do Polo Serra da Bodoquena. 171

Figura 68 – Estradas de acesso ao Polo Serra da Bodoquena. 174

Figura 69 – Mapa demonstrativo de conexão aérea 177
Figura 70 – Evolução da rede de abastecimento de água no Polo Serra da Bodoquena, entre 2004 e 2009. 182
Figura 71 – Evolução da rede de coleta de esgoto no Polo Serra da Bodoquena, entre 2004 e 2009. 186
Figura 72 – Principais problemas oriundos do turismo citados pela comunidade local, em 2010. 189
Figura 73 – Evolução do consumo total de energia no Polo Serra da Bodoquena, entre 2004 e 2009. 199
Figura 74 – Localização dos principais atrativos turísticos no Polo Serra da Bodoquena. 220
Figura 75 – Variáveis ambientais a serem consideradas na análise da potencialidade turísticas de cavidades. 226
Figura 76 - Grutas com interesse turístico no município de Bonito, em 2007. 227
Figura 77 - Fragmento florestal onde se localiza a cavidade natural Lagoa Misteriosa, em 2009. 228
Figura 78 - Buraco das Araras, fragmento florestas e áreas de pastagens no entorno, em 2010. 229
Figura 79 - Situação dos licenciamentos ambientais dos produtos turísticos em Bonito, em 2010. 230
Figura 80 - Situação dos licenciamentos ambientais dos produtos turísticos, em Bodoquena, em 2010. 230
Figura 81 - Situação dos licenciamentos ambientais dos produtos turísticos, em Jardim, em 2010. 231
Figura 82 - Evolução dos licenciamentos ambientais dos produtos turísticos, no Polo Serra da Bodoquena, entre 2004 e 2010. 231
Figura 83 - Sistema Estadual de Unidades de Conservação na região da Serra da Bodoquena. 234
Figura 84 - Áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade na região da Serra da Bodoquena. 235
Figura 85 – Diretrizes dos indicadores de monitoramento em desenvolvimento pelo Estado de Mato Grosso do Sul. 243
Figura 86 - Área de APP e RL destinadas à recuperação nas três regiões do rio Formoso. 247
Figura 87 - Delimitação preliminar do Geopark Serra da Bodoquena-Pantanal. 252
Figura 88 - Como estabelecer o caminho para o desenvolvimento do turismo? 284
Figura 89 – Caminho estratégico. 284
Figura 90 – Áreas críticas de intervenção. 293
Figura 91 – Dimensões estratégicas. 295
Figura 92 – Formulação estratégica. 296
Figura 93 - Ciclo PDCA. 427
Figura 94 – Lista de presença da 1ª Oficina Participativa, em 2010 (1). 436
Figura 95 – Lista de presença da 1ª Oficina Participativa, em 2010 (2). 437
Figura 96 – Lista de presença da 1ª Oficina Participativa, em 2010 (3). 438
Figura 97 – Lista de presença da 1ª Oficina Participativa, em 2010 (4). 439
Figura 98 – Lista de presença da 1ª Oficina Participativa, em 2010 (5). 440
Figura 99 – Lista de presença da 2ª Oficina Participativa, em 2010 (1). 442
Figura 100 – Lista de presença da 2ª Oficina Participativa, em 2010 (2). 443
Figura 101 – Lista de presença da 2ª Oficina Participativa, em 2010 (3). 444
Figura 102 – Lista de presença da 2ª Oficina Participativa, em 2010 (4). 445
Figura 103 – Lista de presença da 3ª Oficina Participativa, em 2010 (1). 446
Figura 104 – Lista de presença da 3ª Oficina Participativa, em 2010 (2). 447
Figura 105 – Lista de presença da 4ª Oficina Participativa, em 2010. 448
Figura 106 – Lista de presença da Audiência Pública, em 2011. 450

LISTA DE FOTOS

Foto 1 – Vista aérea do Centro de Convenções de Bonito, em 2010. 98
Foto 2 – Tour da experiência – Taboa Fábrica de Encantos, em Bonito, em 2010. 98
Foto 3 - Vista de parte da Serra da Bodoquena (Estúdio Votupoca), em 2010. 98
Foto 4 – Prova de Laço Comprido, em 2010. 99
Foto 5 – Mototrilha, em 2010. 99
Foto 6 – Vista interna do Abismo Anhumas, em 2010. 100
Foto 7 – Descida de rapel no Abismo Anhumas, em 2010. 100
Foto 8 – Assentamento Canaã, em Bodoquena, MS, em 2010. 100
Foto 9 – Assentamento Campina, em Bodoquena, MS, em 2010. 100
Foto 10 – Assentamento Sumatra, em Bodoquena, MS, em 2010. 100
Foto 11 – Pousada e restaurante no distrito Águas de Miranda, em Bonito, MS, em 2010. 100
Foto 12 – Gruta do Lago Azul, em 2010. 109
Foto 13 – Ilha do Padre, em 2010. 109
Foto 14 – Gruta do Lago Azul – estrada de acesso, em 2010. 117
Foto 15 – Gruta do Lago Azul – receptivo, em 2010. 117
Foto 16 – Gruta do Lago Azul – descida, em 2010. 117
Foto 17 – Gruta do Lago Azul – base, em 2010. 117
Foto 18 – Bote Igarapé – descida, em 2010. 119
Foto 19 – Bote Iberê, em 2010. 119
Foto 20 – Rio Sucuri – flutuação (1), em 2010. 120
Foto 21 – Rio Sucuri – flutuação (2), em 2010. 120
Foto 22 – Rio Sucuri – bike tour, em 2010. 120
Foto 23 – Rio Sucuri – cavalgada, em 2010. 120
Foto 24 –Aquário Natural – imagens da flutuação, em 2010. 122
Foto 25 – Aquário Natural – trilha de acesso, em 2010. 122
Foto 26 - Infraestrutura do Aquário Municipal, em 2010. 122
Foto 27 – Museu do Aquário Natural, em 2010. 122
Foto 28 – Parque das Cachoeiras – deck acesso a cachoeira, em 2010. 124
Foto 29 – Parque das Cochoeira, em 2010. 124
Foto 30 – Sinalização Estância Mimosa, em 2010. 126
Foto 31 – Infraestrutura da Estância Mimosa, em 2010. 126
Foto 32 – Infraestrutura da Estância Mimosa, em 2010. 126
Foto 33 – Cachoeira Sinhozinho – Estância Mimosa, em 2010. 126
Foto 34 – Veículo para passeio – Rio da Prata, em 2010. 128
Foto 35 – Receptivo do Recanto Ecológico Rio da Prata, em 2010. 128
Foto 36 – Estrutura de acesso para flutuação no Rio da Prata, em 2010. 128
Foto 37 – Instruções para flutuação – Rio da Prata, em 2010. 128
Foto 38 – Receptivo do Buraco das Araras, em 2010. 130
Foto 39 – Sinalização informativa, em 2010. 130
Foto 40 – Estrutura de observação - Buraco das Araras, em 2010. 130
Foto 41 – Lanchonete do receptivo do Buraco das Araras, em 2010. 130
Foto 42 – Infraestrutura do Hotel Betione (1), em 2010. 132
Foto 43 – Infraestrutura do Hotel Betione (2), em 2010. 132

Foto 44 – Estrutura de acesso à cachoeira, em 2010. 132
Foto 45 – Estrutura para esportes, em 2010. 132
Foto 46 – Boca da Onça – ponto de ancoragem – rapel, em 2010. 134
Foto 47 – Plataforma de rapel, em 2010. 134
Foto 48 – Cachoeira – Boca da Onça, em 2010. 134
Foto 49 – Boca da Onça – Receptivo, em 2010. 134
Foto 50 – Vista parcial MS-178, trafego de veículos pelo caminho de serviço, em 2 de junho de 2010. 174
Foto 51 - Vista parcial dos serviços de terraplenagem na MS-178, em 2 de junho de 2010. 174
Foto 52 - Detalhes da pista com defeito na BR-267 (Jardim-Porto Murtinho), em 3 de junho de 2010. 175
Foto 53 - Vista parcial da rodovia BR-267/MS; duplicação da travessia urbana de Guia Lopes da Laguna, em 3 de junho de 2010. 175
Foto 54 – Vista lateral do Trem do Pantanal, em 2010. 180
Foto 55 - Vista da placa de identificação da obra da ETE- Bodoquena, em 1 de junho de 2010. 187
Foto 56 - Vista parcial ETE- Bodoquena (parte das lagoas de tratamento), em 1 de junho de 2010. 187
Foto 57 – Vista do lixão, mostrando a presença de catadores e encosta dos morros, em 2010. 190
Foto 58 - Vista parcial da coleta de resíduo sólido pelo caminhão da prefeitura, em Bodoquena, em 1 de junho de 2010. 190
Foto 59 - Vista parcial da Unidade de Processamento de Lixo, na cidade de Bonito, em 1 de junho de 2010. 191
Foto 60 - Vista parcial do aterro controlado na cidade de Bonito, em 1 de junho de 2010. 191
Foto 61 - Vista parcial das obras de instalação do Aterro Sanitário Consorciado, em 2010. 192
Foto 62 - Fotos do lixão, em Jardim, em 2008. 192
Foto 63 - Coleta de resíduo sólido, em Jardim, em 2008. 193
Foto 64 - Vista parcial do centro do município de Bodoquena, em que apenas as depressões transversais formam o sistema de drenagem pluvial, em 1 de junho de 2010. 194
Foto 65 - Município de Jardim e a utilização de bicicletas, em 2008. 196
Foto 66 - Hospital Marechal Rondon, em Jardim, MS, em 2008. 200
Foto 67 – Registro Fotográfico da 1ª Oficina Participativa, em 2010 (1). 441
Foto 68 – Registro Fotográfico da 1ª Oficina Participativa, em 2010 (2). 441
Foto 69 – Registro Fotográfico da 1ª Oficina Participativa, em 2010 (3). 441
Foto 70 – Registro Fotográfico da 1ª Oficina Participativa, em 2010 (4). 441
Foto 71 – Registro Fotográfico da 1ª Oficina Participativa, em 2010 (5). 441
Foto 72 – Registro Fotográfico da 1ª Oficina Participativa, em 2010 (6). 441
Foto 73 – Registro fotográfico da 4ª Oficina Participativa, em 2010 (1). 449
Foto 74 – Registro fotográfico da 4ª Oficina Participativa, em 2010 (2). 449
Foto 75 – Registro fotográfico da 4ª Oficina Participativa, em 2010 (3). 449
Foto 76 – Registro fotográfico da 4ª Oficina Participativa, em 2010 (4). 449
Foto 77 – Registro fotográfico da Audiência Pública, em 2011 (1). 451
Foto 78 – Registro fotográfico da Audiência Pública, em 2011 (2). 451
Foto 79 – Registro fotográfico da Audiência Pública, em 2011 (3). 451
Foto 80 – Registro fotográfico da Audiência Pública, em 2011 (4). 451
Foto 81 – Registro fotográfico da Audiência Pública, em 2011 (5). 451
Foto 82 – Registro fotográfico da Audiência Pública, em 2011 (6). 451
Foto 83 – Registro fotográfico da Audiência Pública, em 2011 (7). 452
Foto 84 – Registro fotográfico da Audiência Pública, em 2011 (8). 452

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Ações do Componente 1 21
Quadro 2 – Ações do componente 2 22
Quadro 3 – Ações do componente 3 23
Quadro 4 – Ações do componente 4 24
Quadro 5 – Ações do componente 5 25
Quadro 6 – Recursos do PRODETUR SUL 25
Quadro 7 - Demonstrativo dos atrativos e hierarquização 33
Quadro 8 - Distância entre Bonito e os demais municípios do polo. 35
Quadro 9 – Distância entre a capital e os municípios do polo. 35
Quadro 10 - Distâncias entre os principais países emissores de turistas estrangeiros em, 2008, até Bonito. 35
Quadro 11 - Outras distâncias de Bonito-MS 35
Quadro 12 – Atrativos controlados pelo sistema de *Voucher* único. 39
Quadro 13 – Atrativos mais visitados, de acordo com o *Voucher* – 2006-2009 39
Quadro 14 – Repasse mensal do ICMS Ecológico aos municípios do Polo Serra da Bodoquena, em 2009, em reais. 47
Quadro 15 - Unidades de conservação cadastradas no cadastro estadual, em julho de 2009. 48
Quadro 16 – Objetivos gerais e estratégias vinculadas. 58
Quadro 17 – Objetivos gerais e específicos. 63
Quadro 18 – Impactos de curto, médio e longo prazo. 64
Quadro 19 – Série histórica do total de visitações aos atrativos turísticos do Polo Serra da Bodoquena controladas pelo sistema Voucher e estimativa do volume anual de turistas, entre 1996-2010. 72
Quadro 20 – Procedência do turista estrangeiro do Polo Serra da Bodoquena, em 2005, 2007, 2008 e 2009. 75
Quadro 21 – Volume de turistas por mercado geográfico, em 2005, 2007, 2008 e 2009. 76
Quadro 22 - Projeção futura do fluxo de turistas para o Polo Serra da Bodoquena, para 2010 a 2015. 77
Quadro 23 – Gênero do turista do Polo Serra da Bodoquena, em 2005, 2007, 2008 e 2009. 78
Quadro 24 – Faixa etária do turista do Polo Serra da Bodoquena, em 2005, 2007, 2008 e 2009. 79
Quadro 25 – Motivação da viagem do turista do Polo Serra da Bodoquena, em 2005, 2007, 2008 e 2009. 79
Quadro 26 – Atrativos turísticos mais visitados do Polo Serra da Bodoquena, entre 2006 e 2010 (em volume anual de visitações). 80
Quadro 27 - Elasticidade-preço da demanda na alta e baixa temporada nos atrativos analisados. 81
Quadro 28 - Elasticidade-renda da demanda na alta e baixa temporada nos atrativos analisados. 81
Quadro 29 - Elasticidade-preço cruzada da demanda na alta e baixa temporada nos atrativos analisados. 82
Quadro 30 – Meios de transporte preferidos, em 2005, 2007, 2008 e 2009. 85
Quadro 31 – Modo de viajar, em 2005, 2007, 2008 e 2009. 86
Quadro 32 – Gasto médio individual do turista por viagem, em 2007 e 2009. 90
Quadro 33– Classificação da qualidade do destino no Polo Serra da Bodoquena, em 2007. 94
Quadro 34 – Promoção e divulgação da área realizada nos últimos três anos pela Fundtur. 96
Quadro 35 – Caracterização do perfil do potencial turista. 101
Quadro 36 – Atrativos turísticos do Polo Serra da Bodoquena, do segmento de ecoturismo. 110
Quadro 37 – Atrativos turísticos do Polo Serra da Bodoquena, do segmento de turismo de aventura. 112
Quadro 38 – Atrativos turísticos do Polo Serra da Bodoquena, do segmento de turismo de natureza (sol e praia de água doce). 113
Quadro 39 – Grade comparativa de atrativos e atividades ofertados, em 2005 e 2010. 114

Quadro 40 – Avaliação da Gruta do Lago Azul: melhorias e necessidades a serem implantadas com vistas ao potencial do atrativo. 118

Quadro 41 – Avaliação dos Botes: melhorias e necessidades a serem implantadas com vistas ao potencial do atrativo. 119

Quadro 42 – Avaliação do Rio Sucuri Ecoturismo: melhorias e necessidades a serem implantadas com vistas ao potencial do atrativo. 121

Quadro 43 – Avaliação do Aquário Natural: melhorias e necessidades a serem implantadas, com vistas ao potencial do atrativo. 123

Quadro 44 – Avaliação do Parque das Cachoeiras: melhorias e necessidades a serem implantadas, com vistas ao potencial do atrativo. 125

Quadro 45 – Avaliação da Estância Mimosa: melhorias e necessidades a serem implantadas, com vistas ao potencial do atrativo. 127

Quadro 46 – Avaliação do Recanto Ecológico Rio da Prata: melhorias e necessidades a serem implantadas, com vistas ao potencial do atrativo. 129

Quadro 47 – Avaliação do Buraco das Araras: melhorias e necessidades a serem implantadas, com vistas ao potencial do atrativo. 131

Quadro 48 – Avaliação do Hotel-Fazenda Betione: melhorias e necessidades a serem implantadas, com vistas ao potencial do atrativo. 133

Quadro 49 – Avaliação do Boca da Onça Ecotur: melhorias e necessidades a serem implantadas, com vistas ao potencial do atrativo. 135

Quadro 50 – Atrativos turísticos em consolidação no Polo Serra da Bodoquena. 137

Quadro 51 – Capacidade de carga dos atrativos do Polo Serra da Bodoquena. 139

Quadro 52 – Infraestrutura de eventos do Polo Serra da Bodoquena, em 2010. 142

Quadro 53 – Empreendimentos prestadores de serviços turísticos existentes no Polo Serra da Bodoquena, em 2010. 144

Quadro 54 – Categorização dos meios de hospedagens do Polo Serra da Bodoquena, em 2010. 145

Quadro 55 – Empreendimentos prestadores de serviços turísticos cadastrados no Ministério do Turismo – CADASTUR. 145

Quadro 56 – Meios de hospedagens existentes no Polo Serra da Bodoquena, em 2010. 146

Quadro 57 – Investimentos anuais por estabelecimentos e dos equipamentos, serviços e atrativos turísticos no Polo Serra da Bodoquena, em 2005, 2010 e 2015. 154

Quadro 58 – Investimentos anuais por estabelecimentos e por porte da empresa dos equipamentos, serviços e atrativos turísticos no Polo Serra da Bodoquena, em 2010. 154

Quadro 59 – Investimentos anuais por estabelecimentos e por idade média da empresa dos equipamentos, serviços e atrativos turísticos no Polo Serra da Bodoquena, em 2010. 155

Quadro 60 – Origem do turista por empresa dos equipamentos, serviços e atrativos turísticos no Polo Serra da Bodoquena, em 2005. 157

Quadro 61 – Origem do turista por empresa dos equipamentos, serviços e atrativos turísticos no Polo Serra da Bodoquena, em 2010. 157

Quadro 62 – Preços médios unitários praticados por porte da empresa dos equipamentos, serviços e atrativos turísticos no Polo Serra da Bodoquena, em 2010. 158

Quadro 63 – Preços médios unitários praticados por idade média da empresa dos equipamentos, serviços e atrativos turísticos no Polo Serra da Bodoquena, em 2010. 158

Quadro 64 – Classificação das dificuldades vivenciadas pelas agências de turismo do Polo Serra da Bodoquena, em 2010. 161

Quadro 65 – Classificação das dificuldades vivenciadas pelos atrativos turísticos do Polo Serra da Bodoquena, em 2010. 161

Quadro 66 – Classificação das dificuldades vivenciadas pelo setor hoteleiro do Polo Serra da Bodoquena, em 2010. 162

Quadro 67 – Cursos de capacitação profissional mais demandados, por subsetor, do turismo no Polo Serra da Bodoquena, em 2010. 163

Quadro 68 - Sítios geológicos e não-geológicos do Geopark Bodoquena-Pantanal, sob proteção no âmbito da legislação brasileira, localizados no Polo Serra da Bodoquena. 166

Quadro 69 – Demais sítios, áreas e referências protegidas, reconhecidas e em reconhecimento no Geopark e em seu entorno, localizados no Polo Serra da Bodoquena. 167

Quadro 70 – Elasticidade, preço da oferta. 168

Quadro 71 – Principais acessos terrestres a Mato Groso do Sul (Campo Grande/MS). 170

Quadro 72- Análise da infraestrutura rodoviária de acesso ao Polo Serra da Bodoquena. 173

Quadro 73 - Principais conexões de voos para Campo Grande/MS – Fevereiro 2010. 178

Quadro 74 – Sistema de abastecimento de água do Polo Serra da Bodoquena, em 2009. 181

Quadro 75 – Evolução da rede de abastecimento de água por município do Polo Serra da Bodoquena, entre 2004 e 2009. 182

Quadro 76 - Número de economias e população atendida no município de Jardim, em 2008. 182

Quadro 77: Indicadores básicos de abastecimento de água em Bonito, em 2004. 183

Quadro 78: Número de economias e população atendida no município de Bodoquena. 184

Quadro 79 – Sistema de esgotamento sanitário do Polo Serra da Bodoquena, em 2009. 185

Quadro 80 – Evolução da rede de coleta de esgoto por município do Polo Serra da Bodoquena, entre 2004 e 2009. 185

Quadro 81 – Sistema de telefonia do Polo Serra da Bodoquena, em 2008. 197

Quadro 82 – Sistema de energia elétrica do Polo Serra da Bodoquena, em 2009. 198

Quadro 83 – Evolução do consumo total de energia, por município, do Polo Serra da Bodoquena, entre 2004 e 2009. 198

Quadro 84 – Índices básicos de saúde do Polo Serra da Bodoquena, em 2008. 200

Quadro 85 – Índices de segurança pública do Polo Serra da Bodoquena, em 2006. 202

Quadro 86 - Demonstrativo das principais linhas de financiamento disponíveis aos investidores do Polo Serra da Bodoquena. 217

Quadro 87 – Principais problemas ambientais em córregos urbanos do Polo Serra da Bodoquena. 221

Quadro 88 - Qualidade das águas da microbacia do rio Formoso medida pelo IQA_{NSF}, no ano de 2008. 223

Quadro 89 - Número de pescadores profissionais regulares e cadastrados no IMASUL. 232

Quadro 90 - Números e porcentagem de pescadores esportivos que visitaram a Bacia do Alto Paraguai, em Mato Grosso do Sul, por estado de origem. 232

Quadro 91 - Relação das unidades de conservação instituídas na região do Polo Serra da Bodoquena. 233

Quadro 92 – Detalhamento das áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade na região da Serra da Bodoquena. 236

Quadro 93 - Metodologias para definição da capacidade de suporte. 241

Quadro 94 – Descrição das causas, consequências e medidas mitigadoras dos principais impactos ambientais causados pela atividade turística. 244

Quadro 95 - Impactos ambientais da visitação turística na Gruta do Lago Azul. 247

Quadro 96 - Focos de calor para os municípios do polo 249

Quadro 97 - Valor total de repasse de ICMS Ecológico, em 2009, para os municípios do Polo Serra da Bodoquena. 255

Quadro 98 – Subcomponentes do Programa de Conservação do Solo e Água, em Bonito, MS. 256

Quadro 99 – Atividades previstas para a Serra da Bodoquena, segundo o ZEE. 260

Quadro 100 – Projetos da Fundação Neotrópica já desenvolvidos. 261

Quadro 101 – Projetos da Fundação Neotrópica em desenvolvimento. 262

Quadro 102 – Projetos do Instituto das Águas da Serra da Bodoquena. 262

Quadro 103 - Programas e ações da Fundação Neotrópica. 264
Quadro 104 - Programas e ações do IASB. 265
Quadro 105 - Programas e ações do Instituto Família Legal. 265
Quadro 106 – Segmentos de turismo potenciais do Polo Serra da Bodoquena. 271
Quadro 107– Objetivos gerais e específicos do PDITS Serra da Bodoquena. 279
Quadro 108 – Objetivos estratégicos da FUNDTUR. 279
Quadro 109 – Processos Estratégicos 283
Quadro 110 – SWOT: ambiente externo. 286
Quadro 111 - Produtos e atrativos turísticos. 287
Quadro 112 - Integração turística regional e outros destinos. 287
Quadro 113 - Gestão pública e privada do turismo e meio ambiente. 288
Quadro 114 - Infraestrutura turística. 288
Quadro 115 - Promoção e divulgação. 289
Quadro 116 – Demanda. 289
Quadro 117 - Proteção ambiental dos recursos naturais utilizados pelo turismo. 290
Quadro 118 - Inclusão social. 290
Quadro 119 - Acessibilidade rodoviária. 291
Quadro 120 - Infraestrutura básica. 292
Quadro 121 – SWOT estratégica. 297
Quadro 122 – Estratégia central. 298
Quadro 123 - Componente 1 - Estratégia de produto turístico. 299
Quadro 124 - Componente 2 - Estratégia de comercialização. 299
Quadro 125 - Componente 3 - Fortalecimento institucional. 299
Quadro 126 - Componente 4 - Infraestrutura e serviços básicos. 299
Quadro 127 - Componente 5 - Gestão ambiental. 299
Quadro 128 – Estratégia de produto turístico: ações previstas. 300
Quadro 129 - Estratégia de comercialização: ações previstas. 301
Quadro 130 – Fortalecimento institucional: ações previstas. 301
Quadro 131 – Infraestrutura e serviços básicos: ações previstas. 302
Quadro 132 – Gestão ambiental: ações previstas. 303
Quadro 133 – Estratégia de produto turístico: investimento por ação e por município 324
Quadro 134 – Estratégias de comercialização: investimento por ação e por município 326
Quadro 135 – Fortalecimento Institucional: investimento por ação e por município 327
Quadro 136 – Infraestrutura e serviços básicos: investimento por ação e por município 328
Quadro 137 – Gestão ambiental: investimento por ação e por município 329
Quadro 138 – Quadro de investimentos totais. 330
Quadro 139 – Estimativa de custo-benefício do PRODETUR/MS. 332
Quadro 140 - Análise de viabilidade econômico-financeira. 333
Quadro 141 – Ações limitadas ao empréstimo de US$ 50 milhões (dólar = R$ 1,67). 335
Quadro 142 - Estratégia de comercialização: seleção e priorização das ações. 343
Quadro 143 - Fortalecimento institucional: seleção e priorização das ações. 344
Quadro 144 - Infraestrutura e serviços básicos: seleção e priorização das ações. 345
Quadro 145 - Gestão ambiental: seleção e priorização das ações. 347
Quadro 146 - Fortalecimento institucional: metas de desempenho. 348
Quadro 147 – Quadro de ações elegíveis. 350

Quadro 148 – Estratégia de produto turístico: avaliação de impactos socioambientais. 373
Quadro 149 – Estratégia de comercialização: avaliação de impactos socioambientais. 385
Quadro 150 – Fortalecimento institucional: avaliação de impactos socioambientais. 389
Quadro 151 – Infraestrutura e serviços básicos: avaliação de impactos socioambientais. 392
Quadro 152 – Gestão ambiental: avaliação de impactos socioambientais. 399
Quadro 153 – Impactos cumulativos no meio ambiente. 409
Quadro 154 - Inter-relação entre medidas de mitigação e controle de impactos; ações de acompanhamento e monitoramento dos impactos; medidas institucionais e de reforço institucional; e as ações de recuperação de áreas degradadas e conservação de recursos naturais para o turismo. 416
Quadro 155 – Estratégia de produto turístico: mecanismos de *feedback.* 428
Quadro 156 – Estratégia de comercialização: mecanismos de *feedback.* 428
Quadro 157 – Fortalecimento institucional: mecanismos de *feedback.* 429
Quadro 158 – Infraestrutura e serviços básicos: mecanismos de *feedback.* 429
Quadro 159 – Gestão socioambiental: mecanismos de *feedback.* 430
Quadro 160 – Indicadores de resultados do PDITS Bonito-Serra da Bodoquena. 431

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABAV	Associação Brasileira de Agências de Turismo
ABETA	Associação Brasileira das Empresas de Turismo de Aventura
ABR	Associação Brasileira de Resorts
AGESUL	Agência Estadual de Gestão e Empreendimentos
AGRAER	Agencia de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural
AGTB	Associação Bonitense de Hotelaria, Associação de Guias de Turismo de Bonito.
AIA	Avaliação de Impacto Ambiental
APP	Área de Preservação Permanente
ANAC	Agência Nacional de Aviação Civil
ATRATUR	Associação dos Proprietários de Atrativos Turísticos de Bonito e Região
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BRAZTOA	Associação Brasileira de Operadoras de Turismo
BOH	Boletim de Ocupação Hoteleira
CADASTUR	Cadastro dos Prestadores de Serviços Turísticos
CBH Miranda	Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Miranda
CECA/MS	Conselho Estadual de Controle Ambiental
CECAV	Centro Nacional de Estudo, Proteção e Manejo de Cavernas.
CICATUR	Centro Interamericano de Capacitação Turística
COMTUR	Conselho Municipal de Turismo
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
CONDEMA	Conselho Municipal de Meio Ambiente
DBO	Demanda Bioquímica de Oxigênio
DNIT	Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte
EADCOM/UNITINS	Universidade Federal do Tocantins
ECD	Elasticidade Cruzada da Demanda
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
EIV	Estudos de Impacto de Vizinhança
EMBRATUR	Empresa Brasileira de Desenvolvimento do turismo
ENERSUL	Empresa Energética de Mato Grosso do Sul
EPD	Elasticidade-Preço da Demanda
EPO	Elasticidade-Preço da Oferta
ERD	Elasticidade-Renda da Demanda
ETE	Estação de Tratamento de Esgoto
FAMTOURS	Passeio de Familiarização do Turismo
FIFA	Federação Internacional de Futebol Associado
FNRH	Ficha Nacional de Registro de Hospedes
FUNASA	Fundação Nacional de Saúde
FUNDTUR	Fundação de Turismo

FUNLEC	Instituto de Ensino Superior
GEF	Projeto de Gestão Integrada na Bacia do Rio Formoso
GUC	Gerencia de Unidade de Conservação
IASB	Instituto das Águas da Serra da Bodoquena.
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
ICMBIO	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
ICMS	Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação
IMASUL	Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IQA	Índice de Qualidade da Água
ISSQN	Impostos dos Serviços de Qualquer Natureza
LI	Licença de Instalação
LO	Licença Operacional
LOG FRAME	Matriz de Estrutura Lógica ou Marco Lógico
MH	Meios de Hospedagem
MMA	Ministério do Meio Ambiente e Recursos Hídricos e da Amazônia Legal
MP	Ministério Público
MTur	Ministério do Turismo
OD	Oxigênio Dissolvido
OMT	Organização Mundial do Turismo
ONG	Organização Não Governamental
PA	Perdas Ambientais
PDITS	Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável
PDTUR/MS	Plano de Desenvolvimento do Turístico Sustentável de Mato Grosso do Sul
PERH/MS	Plano Estadual de Recursos Hídricos de Mato Grosso do Sul
PGRS	Programa de Gerenciamento de Resíduo Sólido
PLANTUR	Plano Nacional de Turismo
PNMA	Política Nacional de Meio Ambiente
PNT	Plano Nacional de Turismo
PRESS TRIPS	Convite à Jornalistas dos Mercados Prioritários
PRODES	Programa de Incentivos Para o Desenvolvimento Econômico e Social do Município de Campo Grande
PROGER TURISMO INVESTIMENTO	Programa de Geração de Emprego e Renda – Turismo
PRODETUR	Programa de Desenvolvimento do Turismo
P+L	Produção Mais Limpa
RALF	Reator Anaeróbio de Lodo Fluidizado
RFO	Recursos Financeiros Obtidos
RIMA	Relatório de Impacto Ambiental
RL	Reserva Legal

RPPN	Reserva Particular do Patrimônio Natural
SCA	Sistemas de Controles Ambientais
SEBRAE	Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SEPROTUR	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário, da Produção, da Indústria, do Comércio e do Turismo
SEMA	Secretaria Estadual de Meio Ambiente
SEMAC	Secretaria de Estado do Meio Ambiente
SENAC/MS	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SGA	Sistema de Gestão Ambiental
SGS-TA	Sistema de Gestão de Segurança para o Turismo de Aventura
SISNAMA	Sistema Nacional de Meio Ambiente
ZSB	Zona Serra da Bodoquena
SWOT	Sigla em inglês de Força (Strengths), Fraquezas (Weaknesses), Oportunidades (Opportunities) e Ameaças (Threats); também conhecida como matriz FOFA
TAC	Termo de Ajuste de Conduta
TR	Termo de Referência
UC	Unidade de Conservação
UCE	Unidade de Coordenação Estadual
UCP	Unidade de Coordenação de Projetos
UEMS	Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
UFMS	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
UH	Unidade Habitacional
UNB	Universidade de Brasília
UNIDERP	Universidade Para o Desenvolvimento da Região do Pantanal
UNIGRAN	Centro Universitário da Grande Dourado
UPL	Unidade de Processamento de Lixo
USAID	United States Agency for International Development
ZEE	Zoneamento Ecológico Econômico
ZOPP	Planejamento de Projetos Orientados por Objetivos

Apresentação

De acordo com o Plano Nacional do Turismo, o modelo de desenvolvimento proposto pelo governo contempla e harmoniza a força e o crescimento do mercado com a distribuição de renda e a redução das desigualdades, integrando soluções nos campos econômico, social, político, cultural e ambiental. Este projeto traduz uma expectativa de resultados que priorize o bem estar social, construindo, por meio do turismo, caminhos para que possa ser efetivamente um direito de todos, independente de condição social, política, religiosa, cultural e sexual, respeitando as diferenças, sob a perspectiva da valorização do ser humano e de seu ambiente.

O turismo pode ser uma importante ferramenta para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, particularmente com relação à erradicação da extrema pobreza e da fome, à garantia de sustentabilidade ambiental e ao estabelecimento de uma parceria mundial para o desenvolvimento.

O comportamento e a prática da atividade devem ser pautados por padrões éticos e obedecer aos princípios gerais contidos no Código Mundial da Ética no Turismo, da Organização Mundial do Turismo.

A ação ministerial deve considerar prioritária a proteção de crianças e adolescentes por meio da temática de turismo sustentável e infância. O turismo para jovens fortalece a expressão da cidadania por meio do conhecimento das riquezas naturais e culturais do Brasil. O brasileiro deve ser o principal beneficiado pelo desenvolvimento do turismo no País. Para isso, é importante aumentar a oferta doméstica e a interiorização, para gerar economia de escala e escopo e ampliar a participação do turismo no consumo das famílias.

As metas, macroprogramas e programas do Plano Nacional de Turismo, 2007/2010, têm como referência os princípios orientadores expressos na visão e nos objetivos gerais e específicos apresentados a seguir:

Visão

O turismo no Brasil contemplará as diversidades regionais, configurando-se pela geração de produtos marcados pela brasilidade, proporcionando a expansão do mercado interno e a inserção efetiva do País no cenário turístico mundial. A criação de emprego e ocupação, a geração e distribuição de renda, a redução das desigualdades sociais e regionais, a promoção da igualdade de oportunidades, o respeito ao meio ambiente, a proteção ao patrimônio histórico e cultural e a geração de divisas sinalizam o horizonte a ser alcançado pelas ações estratégicas indicadas.

Objetivos gerais

• Desenvolver o produto turístico brasileiro com qualidade, contemplando nossas diversidades regionais, culturais e naturais.

• Promover o turismo como um fator de inclusão social, por meio da geração de trabalho e renda, e pela inclusão da atividade na pauta de consumo de todos os brasileiros.

• Fomentar a competitividade do produto turístico brasileiro nos mercados nacional e internacional, e atrair divisas para o País.

Objetivos específicos

• Garantir a continuidade e o fortalecimento da Política Nacional do Turismo e da gestão descentralizada.

• Estruturar os destinos, diversificar a oferta e dar qualidade ao produto turístico brasileiro.

• Aumentar a inserção competitiva do produto turístico no mercado nacional e internacional, e proporcionar condições favoráveis ao investimento e à expansão da iniciativa privada.

• Apoiar a recuperação e a adequação da infraestrutura e dos equipamentos nos destinos turísticos, garantindo a acessibilidade aos portadores de necessidades especiais.

• Ampliar e qualificar o mercado de trabalho nas diversas atividades que integram a cadeia produtiva do turismo.

• Promover a ampliação e a diversificação do consumo do produto turístico nos mercados nacional e internacional, incentivando o aumento da taxa de permanência e do gasto médio do turista.

• Consolidar um sistema de informações turísticas, que possibilite monitorar os impactos sociais, econômicos e ambientais da atividade, facilitando a tomada de decisões no setor e promovendo a utilização da tecnologia da informação como indutora de competitividade.

• Desenvolver e implementar estratégias relacionadas à logística de transportes articulados, que viabilizem a integração de regiões e destinos turísticos, e promovam a conexão soberana do País com o mundo.

Dessa forma, a elaboração do PDITS – Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável, deve constituir um instrumento de planejamento para o Polo Serra da Bodoquena , alinhado à Política Nacional do Turismo, vindo ao encontro das Estratégias de Turismo da Fundação de Turismo do Estado de Mato Grosso do Sul.

Título do projeto

Readequação do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável – PDITS Serra da Bodoquena-MS/2004, às Novas Propostas do Programa PRODETUR Nacional.

Área de abrangência: Polo Serra da Bodoquena (municípios de Jardim, Bonito e Bodoquena).

Apresentação do PDITS do Polo Serra da Bodoquena

O PDITS, configura-se como um instrumento de planejamento do turismo no Polo Serra da Bodoquena, sendo o presente plano uma revisão e adequação do PDITS/2004, do Polo Serra da Bodoquena, a fim de dotar esse instrumento de atualidade e eficácia. Para tanto, serão apresentadas informações atuais da situação da região e da atividade turística nela desenvolvida, delineando estratégias, ações e prioridades em variados horizontes temporais para o desenvolvimento integrado e sustentável da atividade na Serra da Bodoquena, seguindo o novo modelo instituído pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento/Ministério do Turismo, o Regulamento Operacional do Programa de Desenvolvimento do Turismo Nacional e as diretrizes de desenvolvimento do Estado de Mato Grosso do Sul.

EQUIPES ENVOLVIDAS NO PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO PLANO:
Equipe técnica equipe executora/MS

Nome do técnico	Qualificação	Área de atuação	Órgão de classe	Nº Inscrição
Luiz Tanahara	- Economista - Mestre em Economia Rural	Sócio-proprietário Responsável técnico Coordenador de projetos de viabilidade financeira-econômica	CORECON/ MS	573-8/MS
José Marcos da Fonseca	- Arquiteto e Urbanista -Especialista em Gestão Regional e Urbana - Mestre em meio ambiente e desenvolvimento regional	Projetos e consultoria em arquitetura e urbanismo	CREA/MS	777/D - MS
Homero Scapinelli	- Administrador -Especialista em Desenvolvimento Regional e Urbano - Especialista em Gestão Pública -Especialista em Administração Universitária	Projetos e consultoria em administração pública	CRA/MS	0479/MS
Getúlio Ezequiel da Costa Peixoto Filho	- Engenheiro Ambiental - Mestre em Tecnologias Ambientais	Consultoria e projetos em gestão ambiental	CREA/MS	9790/D-MS
Rosangela Aparecida de Moura França	- Bacharel em turismo - Especialista em Administração de Turismo e Hotelaria	Projetos e consultoria em turismo no setor público	EMBRATUR - MEC	23.667 - 53337
Ricardo José Senna	- Economista - Mestre em Economia - Especialista em Gestão Empresarial Estratégica em Agribusiness	Consultoria e projetos em planejamento estratégico	CORECON/ MS	800
Gilson Mazzini	- Engenheiro Civil - Mestre em Recursos Hídricos e Saneamento	Consultoria e projetos em projetos e infraestrutura	CREA/MS	2566/D-MS
Lenira Reinaldo Silva	- Engenheira de Agrimensura	Consultoria e projetos de geoprocessamento	CREA/SP	506.073.8178/D-SP Visto MS: 14517

Equipe de apoio técnico

Carolina Ishy Candia	Engenheira Ambiental
Gislaine Vilazanti	Bióloga
Hudon Garcia da Silva	Economista
Ivone Hermenegildo	Gestora de Planejamento/FUNDTUR
Lívia Silva Borges	Engenheira Agrônoma

Equipe técnica do PRODETUR/MS

Cláudia Braun de Queiroz Rolim	Coordenadora Geral
Ana Beatriz Paiva Sá Earp	Analista Ambiental
Fabio César Gois	Coordenador de Apoio Logístico
Janete De Fátima Ferreira Cardoso	Coordenadora Gestora Financeira
Hélio Luís Brun	Especialista em Turismo
Lino de Souza de Lima	Analista de Desenvolvimento Socioeconômico

Plano de trabalho e cronograma: Para a confecção do presente plano e planejamento da elaboração dele, foi estruturado seu plano de trabalho e cronograma (ANEXO A) contendo: (a) princípios metodológicos; (b) atividades a serem desenvolvidas; (c) produtos esperados; (d) metodologia a ser utilizada no desenvolvimento dos trabalhos; (e) descrição das tarefas, atividades e técnicos responsáveis; (f) detalhamento das etapas e atividades; (g) mobilização, sensibilização e participação popular; (h) capacitação da equipe local e instância de coordenação compartilhada (i) cronograma físico-financeiro.

1. AVALIAÇÃO DO GRAU DE IMPLEMENTAÇÃO E/OU EFETIVIDADE DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO TURISMO SUSTENTÁVEL

Em relação aos investimentos específicos do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Sul do Brasil - Mato Grosso do Sul (PRODETUR/SUL-MS), na área objeto de estudo, é necessário salientar que grande parte das intervenções propostas, quando de sua elaboração, não foi de fato implementada. Nesse sentido, haviam sido previstos investimentos na ordem de US$ 50 milhões, provenientes do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID); entretanto, o empréstimo não foi contratado e os custos efetivamente investidos foram provenientes da contrapartida do Ministério do Turismo (MTur), do estado e dos municípios.

Investimentos públicos da primeira fase do PRODETUR no Estado de Mato Grosso do Sul

Segue, abaixo, um demonstrativo das ações propostas no PDITS/2004, agrupadas por Componentes, e o destaque com o valor é somente daquelas que foram executadas no âmbito do PRODETUR/SUL.

Quadro 1 – Ações do Componente 1

Componente 1: Fortalecimento da Capacidade de Planejamento, Gestão e Aproveitamento dos benefícios proporcionados pelo turismo			
Nº	**Ação**	**PRODETUR SUL**	**Valor Total(R$)**
1	Fortalecimento Institucional da UCE	-	-
2	Fortalecimento Institucional do município de Jardim	110.000,00	110.000,00
3	Fortalecimento Institucional do município de Bodoquena	-	-
4	Fortalecimento Institucional do município de Bonito	-	-
5	Fortalecimento Institucional do Órgão Estadual do Turismo - Equipamentos	-	-
6	Fortalecimento Institucional da FUNDTUR	360.000,00	360.000,00
7	Fortalecimento dos conselhos municipais	-	-
8	Fortalecimento do Conselho de Turismo da Serra da Bodoquena	-	-
9	Plano Diretor do município de Bodoquena	-	-
10	Plano Diretor do município de Jardim	-	-
11	Revisão do Plano Diretor do município de Bonito	150.000,00	150.000,00
12	Melhorar a capacidade de arrecadação dos três municípios	-	-
13	Implementar a fiscalização e o monitoramento ambiental na Serra da Bodoquena	-	-
14	Elaborar e implantar plano de institucionalização e regulamentação da gestão regional do turismo	-	-
15	Fortalecimento do IMAP/GCA	-	-
16	Ampliar a Rede de Monitoramento da Qualidade da Água para as sub-bacias importantes para o Turismo	-	-
17	Estabelecer o novo ordenamento ambiental da sub-bacia do Rio Prata e das sub-bacias importantes para o turismo	-	-
18	Estabelecer o novo ordenamento ambiental da sub-bacia do Rio Salobra e das sub-bacias importantes para o turismo	-	-
19	Estabelecer o novo ordenamento ambiental da sub-bacia do Rio Formoso e das sub-bacias importantes para o turismo	-	-
	SUBTOTAL	**620.000,00**	**620.000,00**

Fonte: PRODETUR/ PDITS/2004

As ações referentes ao Fortalecimento Institucional visam a fortalecer a gestão dos órgãos públicos e privados e dotar o corpo técnico desses setores de melhores condições, no sentido de desenvolver, implantar e fomentar as ações previstas pelo PRODETUR/SUL, para a região da Serra da Bodoquena, bem como dar prosseguimento ao planejamento turístico da região, após a aplicação do PDITS, e os efeitos das ações implementadas.

No Componente acima especificado, apenas o município de Jardim, elaborou o seu Plano de Fortalecimento Institucional. A Fundação de Turismo - FUNDTUR, além de elaborar o plano, está em fase final de implementação dele, atualmente com recursos do PRODETUR NACIONAL. Além desses, a própria Unidade de Coordenação Estadual de Mato Grosso do Sul (UCE-MS) implementou o seu fortalecimento institucional.

Em relação aos planos diretores, que no primeiro momento eram condição *sine qua non* para os municípios receberem recursos do BID, somente o do município de Bonito está em fase de finalização do plano; Jardim está adequando seu Plano Diretor; Bodoquena chegou a licitar, mas, por ingerência da prefeitura, não ocorreu a contratação, porém, segue necessitando sua adequação.

De acordo com Portal da Transparência de MS, o município de Bonito conveniou, com o Ministério do Turismo, o valor de R$ 188.764,17 para a Elaboração do Projeto de Ordenamento Ambiental da Sub-Bacia do Rio Formoso, do município de Bonito, mas o recurso acabou sendo devolvido ao Ministério do Turismo.

Quadro 2 – Ações do componente 2

Componente 2 - Melhora dos atrativos e de sua gestão			
Nº	**Ação**	**PRODETUR SUL**	**Valor Total(R$)**
1	Elaborar e implantar o Sistema de Manejo de Visitação dos empreendimentos turísticos da Serra da Bodoquena	-	-
2	Implantação da visitação turística na Gruta do Lago Azul	-	-
3	Fazer a implantação efetiva das Unidades de Conservação de Gestão Municipal da Serra da Bodoquena	-	-
4	Fazer a implantação efetiva das Unidades de Conservação de Gestão Estadual da Serra da Bodoquena	-	-
5	Fazer a implantação efetiva das Unidades de Conservação de Gestão Federal da Serra da Bodoquena	-	-
	SUBTOTAL	**0,00**	**0,00**

Fonte: PRODETUR/PDITS 2004

Nesse componente, foi elaborado o Termo de Referência para o Sistema de Manejo da Visitação, e que deve sofrer atualizações para esta nova etapa do PRODETUR. As ações referentes à implantação das Unidades de Conservação ficaram a cargo do órgão oficial do meio ambiente do Estado de Mato Grosso do Sul.

Quadro 3 – Ações do componente 3

Componente 3 - Infraestrutura para permitir acesso, prover serviços públicos e controle de impactos ambientais			
Nº	**Ação**	**PRODETUR SUL**	**Valor Total(R$)**
1	Elaborar estudos de alternativas de transportes de qualidade	-	-
2	Projeto para melhoria do Sistema Integrado do Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário no município de Jardim	-	-
3	Projeto para melhoria do Sistema Integrado do Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário no município de Bonito	-	-
4	Projeto e execução do Esgotamento Sanitário do município de Bodoquena	5.070.352,39	5.070.352,39
5	Pavimentação asfáltica e plano de gestão ambiental para a rodovia MS-345	-	-
6	Pavimentação da MS-178		-
	Pavimentação da MS-178	17.531.578,00	17.531.578,00
7	Projeto de restauração de estradas vicinais do município de Jardim	222.511,48	222.511,48
8	Projeto de restauração de estradas vicinais do município de Bodoquena		-
9	Projeto de restauração de estradas vicinais do município de Bonito	-	-
10	Melhorar as condições de acostamentos das rodovias pavimentadas que dão acesso à região	-	-
11	Elaborar e implantar projeto de sinalização indicativa e turística para as rodovias	-	-
12	Reformar e ampliar o terminal rodoviário de Jardim	-	-
13	Reformar e ampliar o terminal rodoviário de Bonito	-	-
14	Construção do terminal rodoviário de Bodoquena	-	-
15	Construção de postos de fiscalização da Polícia Rodoviária Estadual nos três municípios	-	-
16	Construção do posto da Polícia Militar Ambiental na rodovia MS-345, km 21 e em Bodoquena	-	-
17	Reformar e ampliar o espaço físico do Corpo de Bombeiros de Jardim	-	-
18	Construir quartel para o Corpo de Bombeiros de Bonito	-	-
19	Reformar quartel da Polícia Militar em Jardim e construir o destacamento de Bodoquena	-	-
20	Construir Centro de Informações e Atendimento aos turistas nos três municípios	-	-
21	Construir mercado de artesanato e produtos regionais em Jardim	-	-
22	Construção de minianel rodoviário para a cidade de Bonito	-	-
23	Estudo Hidrogeológico dos municípios de Bodoquena e Bonito	-	-
24	Elaborar projeto de drenagem urbana do município de Jardim	187.600,00	187.600,00
25	Elaborar projeto de drenagem urbana do município de Bodoquena	187.986,42	187.986,42
26	Elaborar e executar projeto de drenagem urbana do município de Bonito	-	-
27	Criar programas habitacionais, voltados à erradicação de favelas do entorno das cidades	-	-
	SUBTOTAL	**23.200.028,29**	**23.200.028,29**

Fonte: PRODETUR/PDITS 2004

Durante os dias 3 e 5 de julho de 2004, esteve em Campo Grande uma missão do BID, quando a especialista ambiental Maria Cláudia Perazza, com os técnicos da UCE-MS e da Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul S.A - SANESUL, visitaram as localidades de Bonito, Jardim e Bodoquena. A intenção era avaliar o potencial turístico da região e os prováveis impactos ambientais causados pelas ações do programa, além de verificar os sistemas de esgoto sanitário e de água existentes.

Foram estabelecidas as premissas para a realização dos projetos de água, esgoto, ambiental e análise econômica e financeira das cidades de Jardim, Bonito e Bodoquena, que foram entregues, em agosto de 2004, ao BID.

Entre os projetos de infraestrutura, foram elaborados somente os projetos de Drenagem Urbana do município de Bodoquena e Jardim, e o projeto de estradas vicinais do município de Jardim, que ainda encontra-se em discussão entre MTur e Estado.

A rodoviária do município de Bonito foi reformada, com recursos do Ministério do Turismo, mas não proveniente do PRODETUR.

Conforme o Relatório Anual da Administração da SANESUL, ainda em 2004, foi celebrado convênio com a PETROBRAS S.A., constando a SANESUL como órgão executor, com o objetivo de execução de obras de ampliação do sistema de esgotamento sanitário na cidade de Bonito/MS, tendo como meta atender a 100% da população urbana com coleta e tratamento de esgoto sanitário, com investimentos na ordem de, aproximadamente, cinco milhões de reais.

Em Jardim, foi realizada a Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário, com a implantação de 3.614 m de rede coletora e 183 ligações domiciliares, com recursos do Ministério das Cidades e tendo a Caixa Econômica Federal como agente repassador dos recursos.

Atualmente, a rede coletora de esgotos da sede tem 13.647 metros de extensão, com 360 ligações domiciliares.

Em Bodoquena, elaborou-se o projeto executivo para a Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário, com a execução de uma estação elevatória de esgoto, linha de recalque e interceptor, e encontra-se em fase final de implementação, com investimento total de R$ 5.070.352,39.

Em 2009, foram executadas obras de drenagem urbana em alguns trechos do município de Bonito, com recursos do Ministério da Integração Nacional, e implantação de sinalização turística, no valor de R$ 195.000,00, provenientes do Ministério do Turismo.

Por fim, a pavimentação da MS-178, trecho que liga Bonito a Bodoquena, totalizando 70 km de extensão, no valor de R$ 60.250.138,70. Para essa obra, foi elaborado o Plano Básico Ambiental - PBA e o Projeto Executivo, e no momento encontra-se em fase de execução da obra com recursos do PRODETUR NACIONAL.

Quadro 4 – Ações do componente 4

Componente 4 - Promoção e fornecimento de informação			
Nº	**Ação**	**PRODETUR SUL**	**Valor Total(R$)**
1	Criar e implantar programa de valorização da cultura local	-	-
2	Estruturar sistema de informações turísticas	-	-
	SUBTOTAL	**0,00**	**0,00**

Fonte: PRODETUR/PDITS 2004

No Componente 4, houve a articulação entre MTur, Ministério do Planejamento, Empresa Brasileira de Turismo - EMBRATUR e estados, onde se iniciou uma consultoria no BID, no

sentido de criar um sistema único de Informações Turísticas, que deveria posteriormente ser replicado aos estados componentes do PRODETUR/SUL. No entanto, não se tem notícia da evolução dessa articulação.

Quadro 5 – Ações do componente 5

Componente 5 - Apoio ao setor privado			
Nº	Ação	PRODETUR SUL	Valor Total(R$)
1	Elaborar Plano de *Marketing*	-	0,00
2	Estimular a implantação do Programa Artesanato Brasileiro - PAB, do governo federal, na Serra da Bodoquena	-	-
3	Promover gestão para facilitar o acesso às linhas de crédito aos pequenos e médios empresários da Serra da Bodoquena	-	-
4	Estimular incentivos fiscais para produtos locais que tiverem sido qualificados por programa de capacitação	-	-
	SUBTOTAL	**0,00**	**0,00**

Fonte: PRODETUR/PDITS 2004

Ressalta-se que das ações propostas para o componente 5, as ações não foram realizadas, com exceção da ação de nº 1, que foi identificada no PRODETUR/SUL, mas está sendo executada com recursos do PRODETUR Nacional.

A seguir, segue um quadro resumo das ações realizadas e valores investidos:

Quadro 6 – Recursos do PRODETUR SUL

Componente	Fonte	Valor Total (R$)
	PRODETUR SUL	
Fortalecimento da Capacidade de Planejamento, Gestão e Aproveitamento dos benefícios proporcionados pelo turismo	620.000,00	620.000,00
Melhora dos atrativos e de sua gestão	0,00	0,00
Infraestrutura para permitir acesso, prover serviços públicos e controle de impactos ambientais	23.200.028,29	23.200.028,29
Promoção e fornecimento de informação	0,00	0,00
Apoio ao setor privado	0,00	0,00
TOTAL	**23.820.028,29**	**23.820.028,29**

Fonte: PRODETUR/PDITS 2004

Conclusão:

Apesar de poucas intervenções terem sido de fato implementadas no Polo Serra da Bodoquena, no âmbito do PRODETUR/SUL, outros investimentos públicos do Governo do Estado de Mato Grosso do Sul foram realizados na área objeto de estudo desde 2003, e algumas organizações não governamentais (ONGs) também se fizeram presentes na região neste período.

Foi possível observar que os órgãos executores, sejam estes estado ou municípios, têm resistência em aceitar os procedimentos exigidos pelo BID/MTur, desde o processo licitatório até as orientações que devem seguir para a realização dos trabalhos.

Durante o desenvolvimento dos trabalhos, aplicou-se o planejamento participativo buscando utilizar a colaboração da comunidade ao longo de todo o processo de planejamento, e, dada a complexidade inerente a um processo desta natureza, encontrou-se dificuldade para aplicar esta metodologia.

Esta dificuldade mostrou-se maior em relação às empresas contratadas para elaborar os planos e projetos, se comparada à própria comunidade. As empresas demonstraram que ainda não estão acostumadas com o processo participativo e têm dificuldade de mobilizar as pessoas, e assim consubstanciar o processo decisório, privando a comunidade de contribuir para a construção de um turismo sustentável e promissor para todos os atores sociais envolvidos, direta ou indiretamente, com a atividade.

Ficou evidenciado nos planos de fortalecimento elaborados para os municípios de Jardim e Bodoquena, que as administrações municipais carecem de um programa de gestão da atividade turística.

Dessa forma, alguns projetos foram cancelados e outros ficaram prejudicados por falta de comprometimento das equipes indicadas para acompanharem os trabalhos, e por falta de interesse do poder público municipal e estadual.

Quanto aos indicadores demonstrativos de resultados do desenvolvimento do turismo, referentes aos investimentos realizados pelo PRODETUR/SUL, entende-se que foram diminutos em função de que as ações restringiram-se a estudos, planos e projetos.

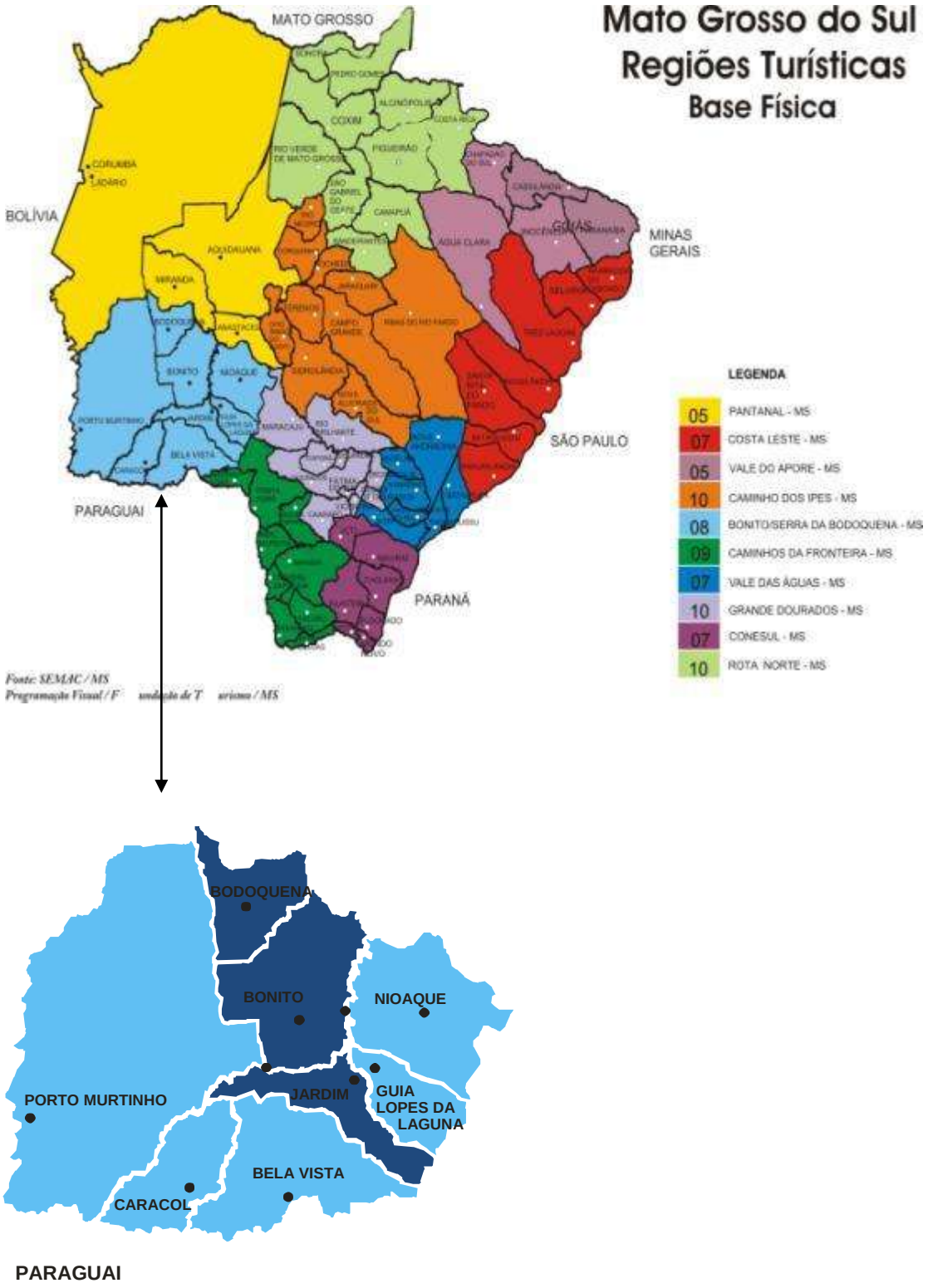
2. JUSTIFICATIVA DA SELEÇÃO DA ÁREA TURÍSTICA

O Polo Serra da Bodoquena é composto pelos municípios de Bodoquena, Bonito e Jardim, compreendendo uma área de 9.643,29 km^2, 2,7% do Estado do Mato Grosso do Sul, e população estimada de 52 mil habitantes, 2,12% da população estadual (MATO GROSSO DO SUL, 2010b).

A Serra da Bodoquena é a segunda mais importante área do estado para o desenvolvimento do ecoturismo, ou também chamado turismo de natureza. Fazem parte desse conjunto os municípios de Bodoquena, Bonito e Jardim. A região está localizada no Planalto da Bodoquena, com suas escarpas voltadas a oeste do Pantanal sul-mato-grossense.

É nesse território com mais de 200 km de extensão, vegetação arbórea densa, com remanescentes da Mata Atlântica e transição para Cerrado/floresta, e formada pelos eixos dos rios Formoso e Prata, que se inicia a cidade de Bodoquena, passando por Bonito e estendendo-se até o município de Jardim, desenhando um dos mais importantes cenários turísticos aquáticos do país.

Figura 1 – Mapa de regionalização de Mato Grosso do Sul, com destaque para o Polo Serra da Bodoquena.



Fonte: SEMAC/ FUNDTUR-MS (MATO GROSSO DO SUL, 2010b)

O Polo Serra da Bodoquena possui um grande potencial turístico, que está em plena expansão. Considerada a área mais promissora para o desenvolvimento da atividade turística dentro do estado, seus atrativos naturais são caracterizados pela fragilidade e, por isso, tem-se a extrema necessidade de um programa voltado ao desenvolvimento sustentável do turismo na região, visando a amenizar os impactos contra o meio ambiente. Sua infraestrutura turística está concentrada no município de Bonito, apesar dos atrativos se distribuírem entre os três municípios. Torna-se necessário, portanto, prover os outros municípios de investimentos, tanto na infraestrutura turística como de apoio a essa atividade.

Por mais que se confirme a existência de integração com a região turística Pantanal, ainda é necessária a ampliação de esforços, por meio de ações complementares e estruturadoras, no sentido de que as duas regiões contíguas se integrem e consigam superar suas deficiências no tocante ao desenvolvimento sustentável do turismo. A pavimentação da rodovia estadual MS-178, elo de ligação entre os dois destinos turísticos, por si só não é suficiente para a referida integração.

A grande fragilidade dos ecossistemas da região exige um disciplinamento imediato do fluxo de turistas que, se não ordenados rapidamente, poderão resultar em degradação continuada e levar, inclusive, à destruição dos atrativos e ao desaparecimento dos ecossistemas nos quais eles se inserem.

Os produtos turísticos da região ainda carecem de um estudo científico para definição da capacidade de carga dos mesmos. A gestão ambiental na região ainda é bastante precária; exceto Bonito, não existem dados turísticos consistentes para que se faça planejamento turístico eficiente.

É perceptível, também, a diferenciação de fluxo entre atrativos, alguns com ocupação perto da capacidade de carga, enquanto outros são pouco procurados, denotando uma divulgação não uniforme entre os produtos. Esses problemas poderão ser sanados através de planos estratégicos de comercialização e *marketing*, promovendo alternativas de melhoria nos resultados anuais de movimentação turística para a região.

Ainda há que se reforçar a marca conjunta Bonito-Serra da Bodoquena, pois ainda é notória a falta deste trabalho de *marketing,* uma vez que o destino comercializado é o município de Bonito, e não a região da Serra da Bodoquena. Isso precisa ser fortalecido no plano de *Marketing* que está sendo elaborado, além de dar uniformidade entre os produtos existentes nos três municípios;

Sabe-se que o ecoturismo é uma modalidade turística que causa impacto no meio ambiente, por isso faz-se necessário a adoção de ações saneadoras, mitigadoras e de proteção ambiental, para que esta atividade se desenvolva sem prejuízos irreversíveis à natureza. Como instrumento de sustentabilidade, todas as atividades deverão ter seu monitoramento através do Sistema de Manejo de Visitação*,* sob pena de se ter o recurso natural degradado, inviabilizando, assim, a atividade turística local.

Existem atrativos que, devido ao não atendimento dos procedimentos ambientais, encontram-se em adiantada fase de degradação, e que deverão submeter-se aos chamados Termos de Ajuste de Conduta – TAC; e para que qualquer atividade turística seja desenvolvida no local, deverão ser atendidas as exigências técnicas e ambientais dos órgãos responsáveis.

Ações de educação ambiental deverão ser implementadas em todos os projetos viabilizados, pois somente através da sensibilização dos atores envolvidos no processo turístico (comunidade, *trade* turístico, poder público e turista) é que haverá comprometimento por parte da comunidade local, com engajamento e conscientização ambiental para um turismo sustentável.

Para que todas as ações priorizadas no ecoturismo sejam sustentáveis, para que o meio ambiente seja preservado ou recuperado e para que o turismo não explore os recursos naturais até seu esgotamento, faz-se necessário o fortalecimento do órgão ambiental (Instituto do Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul – IMASUL), responsável por seu monitoramento e fiscalização.

Com estas premissas, faz-se necessário estruturar um sistema de informações turísticas que sirva de suporte a consolidação das políticas públicas voltadas ao crescimento da atividade turística, bem como a elaboração de um plano de *marketing* que possa espelhar as potencialidades da região.

Necessário se faz implantar os planos de fortalecimento institucional elaborados para os municípios, e ir além, buscando reunir, discutir e trabalharem os três municípios juntos, considerando que trata-se de um polo de turismo e não de isolados municípios turísticos.

É preciso buscar respostas ao fato do município de Bonito possuir um turismo mais consolidado, e o porquê do município de Bonito já ter ganho o título de melhor destino de ecoturismo do Brasil por nove anos consecutivos, e a Serra da Bodoquena, não.

Necessário se faz a implementação de receptivo e equipamentos turísticos complementares para melhor atender esta demanda existente, além de garantir segurança e acessibilidade. O sistema rodoviário, que no período de alta temporada (férias de verão e inverno) e feriados prolongados recebe grande fluxo de veículos, necessita de sinalização turística adequada para direcionar o turista no destino correto, uma vez que a BR-267, que liga a capital do estado a região da Serra da Bodoquena, serve também de acesso ao porto fluvial de Porto Murtinho, localizado no rio Paraguai, além de conduzir a outras localidades.

É inegável que a variedade dos conjuntos de recursos naturais, variedades de cultura, gastronomia e clima, vêm de forma crescente sendo exploradas e introduzidas pela atividade econômica do turismo. Sabemos da sua complexidade, pois trás no contexto de sua atividade importância de maneira crescente e de expressivo impacto econômico, social e ambiental.

Devido à importância do turismo no contexto do desenvolvimento, contribuindo de forma significativa para o aumento do PIB, com impactos na melhoria da qualidade de vida da população, que pretende-se criar estratégias objetivando proporcionar, através do turismo, possibilidades de que seja instrumento de geração de emprego e renda, e inclusão social.

Por se tratar de uma atividade dinâmica e complexa, não poderá ter o foco pontual, e, sim, de forma integrada com programas, projetos e produtos, de diversos atores e segmentos econômicos e sociais.

Em face desta complexidade, o governo federal, ao lançar o Plano Nacional de Turismo, que é um instrumento de planejamento do Ministério do Turismo, que tem como finalidade explicitar o pensamento do governo e do setor produtivo e orientar as ações necessárias para consolidar o desenvolvimento do setor do turismo, estabeleceu metas, macroprogramas e programas como parte do Programa de Aceleração do Crescimento do Governo Federal. Estes investimentos propiciarão que as potencialidades existentes, com o desenvolvimento sustentável desta atividade, poderão ser transformados em produtos turísticos, com valoração e a proteção do patrimônio natural e cultural, e o respeito às diversidades regionais.

Desta forma, o PNT levará o turismo a propiciar a construção de caminhos, de maneira que seja um direito de todos, independentemente de sua condição social, política, religiosa, cultural e sexual, respeitando as diferenças, sob a perspectiva da valorização do ser humano e de seu ambiente.

Inserido no PNT 2007/2010, o Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil, tem como objetivo principal a estruturação de roteiros turísticos intermunicipais, com

fundamento nos princípios de cooperação, integração e sustentabilidade ambiental, econômica, sociocultural e político-institucional. Pautado nestes objetivos, o Estado de Mato Grosso do Sul, foi selecionado dentre os 65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional, com as regiões de Campo Grande, Bonito e Corumbá (Pantanal Sul), por estarem dentro das condições estabelecidas para adquirirem um padrão de qualidade internacional de mercado.

Para consolidar as estratégias para a implementação das ações necessárias, o governo do estado participa ao MTur o interesse de Mato Grosso do Sul a participar do Programa PRODETUR NACIONAL, objetivando consolidar, dentro daquilo que compete ao Estado, as metas estabelecidas no PNT 2007/2010.

Justifica-se, desta maneira, a escolha do Polo Serra da Bodoquena como área prioritária para o desenvolvimento do turismo no estado, de acordo com suas características e potencialidades, e todos os elementos que compõem a atividade turística.

Conscientes da tendência do crescimento do ecoturismo e do turismo de lazer, impulsionados pelo grau de exigência dos turistas, que estão interessados em conhecer a história dos lugares de visitação, a cultura local, a gastronomia, o produto artesanal e principalmente, no Polo Serra da Bodoquena , a sua biodiversidade, é que o PRODETUR/MS pretende incentivar e promover o turismo, através de um planejamento sustentável e sistêmico, compatível com a região, sob a ótica integrada do crescimento do turismo na esfera regional e nacional, e estabelecer a criação de uma infraestrutura turística adequada e a proteção do meio ambiente, e de sítios históricos e culturais.

2.1. IMPORTÃNCIA DOS ATRATIVOS OU RECURSOS TURÍSTICOS

Com as mesmas características, a potencialidade de atrativos naturais da região envolve os três municípios que compõem o polo. No entanto, o município de Bonito se destaca como destino consolidado historicamente. Em função dessa demanda turística espontânea de conhecer a Gruta do Lago Azul e a Ilha do Padre, que foi percebida como uma oportunidade de negócio, a comunidade local deu início à organização e estruturação da então atividade turística; outra condição é a posição geográfica do município: uma grande quantidade e diversidade dos atrativos estão concentrados em um raio de 50 km no entorno da sua sede.

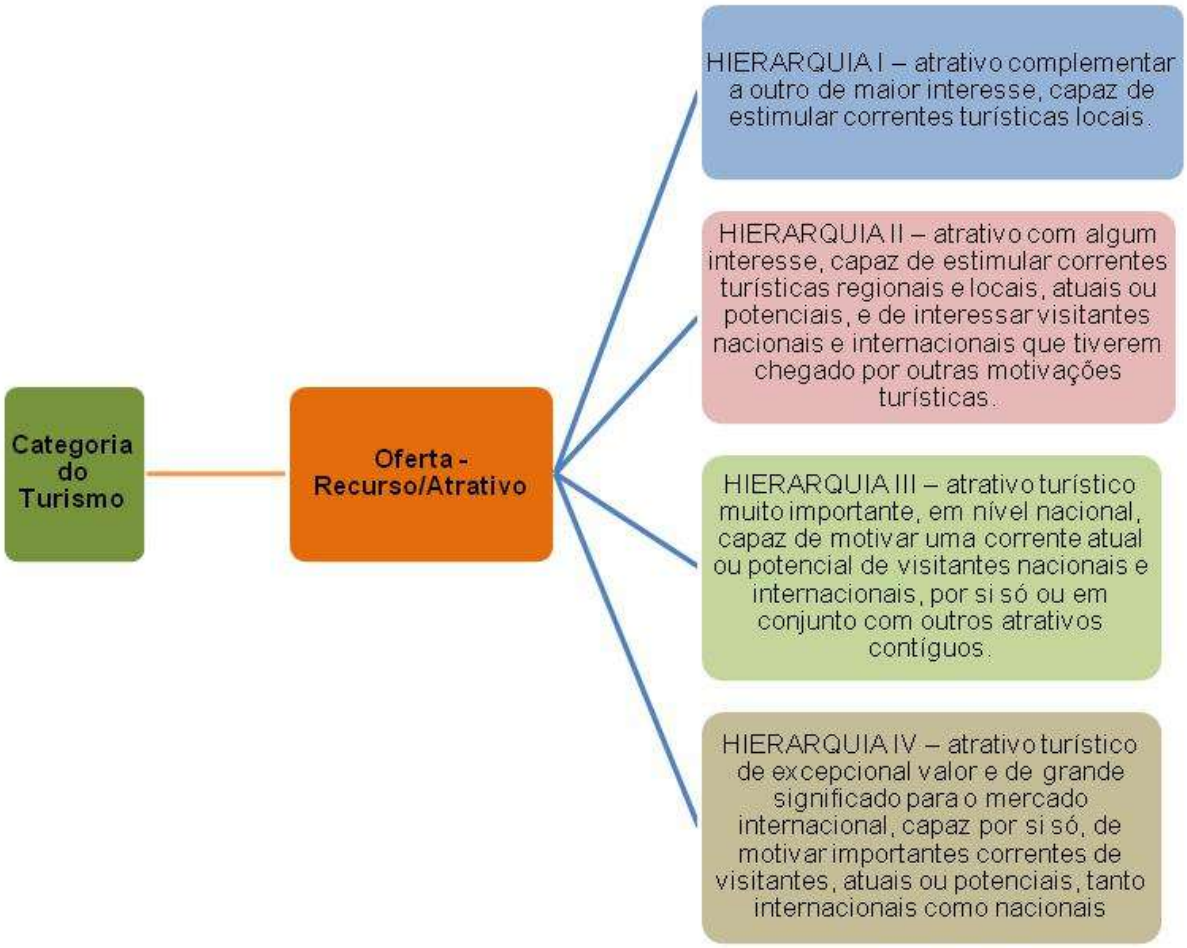
Destaca-se como um importante evento que potencializa a visitação no período de inverno, o Festival de Inverno de Bonito, que teve sua primeira edição realizada no período de 21 a 30 de julho de 2000, apresentando, em sua programação, as mais significativas expressões culturais do Brasil nas áreas de música (popular e erudita), teatro, cinema, artes plásticas e fotografia. Durante dez dias, a cidade viu desfilar por suas ruas, 220 artistas em 91 atividades culturais. Mais de 20.000 pessoas participaram diretamente dos espetáculos. Desde então, por decorrência do sucesso do evento, anualmente é realizado o festival.

Observa-se que a hierarquização dos produtos turísticos no Polo Serra da Bodoquena ocorreu espontaneamente, conforme já explicitado em função de que o polo iniciou-se com a movimentação no município de Bonito e pelos atrativos da mais alta hierarquia ainda hoje, que são aqueles conhecidos como *top* de linha, que é a Gruta do Lago Azul, o Aquário Natural, o Rio Sucuri, a Boca da Onça, em Bodoquena, e o Recanto Ecológico Rio da Prata e o Buraco das Araras, ambos os atrativos no município de Jardim.

Mesmo sendo o ecoturismo o principal segmento turístico do polo, turismo de aventura e turismo de natureza, as condições climáticas da região, que serão analisadas mais adiante, oferecem boas condições de temperatura, e o período de chuvas não impõem restrições à atividade.

O método utilizado foi uma simplificação do que foi utilizado no Programa de Regionalização do Turismo “Roteiros do Brasil”, criado pelo Ministério do Turismo. Trata-se de uma adaptação da metodologia elaborada pela Organização Mundial do Turismo (OMT) e pelo Centro Interamericano de Capacitação Turística (CICATUR), e divide os atrativos em hierarquias, de acordo com o seu potencial de atratividade.

Ressalta-se que todos os atrativos classificados são empreendimentos privados, configurando-se como atrativos já consolidados, naturalmente aceitos e demandados pelo mercado, que, em conjunto, fazem da região, sobretudo de Bonito, um destino premiado e destacado no mercado turístico, ou seja, são todos atrativos que atualmente já estimulam a viagem, revelando seu alto potencial turístico.



Quadro 7 - Demonstrativo dos atrativos e hierarquização

Categoria	Oferta	Hierarquia(s)
Turismo histórico-cultural	Cemitério dos Heróis, em Jardim.	**Hierarquia I**
		Hierarquia II
Ecoturismo	Cachoeiras do Rio do Peixe; Fazenda Ceita Corê; Estância Mimosa; Parque Ecologico Rio Formoso.	**Hierarquia III**
	Projeto Jibóia.	**Hierarquia II**
		Hierarquia I
	Baia Bonita – Aquário Natural; Gruta do Lago Azul; Barra do Sucuri; Boca da Onça; Buraco das Araras; Recanto Ecológico Rio da Prata; Parque das Cachoeiras; Rio Aquidabãn; Grutas de São Miguel; Fazenda San Francisco (Pantanal).	**Hierarquia IV**
Turismo Rural	Estância Mimosa Turismo Rural.	**Hierarquia II**
Turismo de Eventos	**Centro de Convenções.**	**Hierarquia III**
Turismo de Aventura	Cavalgada no Rio Sucuri; Cavalgada na Estância Mimosa; Cavalgada no Parque Ecológico Rio Formoso; Cavalgada no Rio da Prata; Circuito Arvorismo; Eno Bokóti; Torre de Rapel Wetegá; Safári em Bonito; Safári Noturno em Bonito; Projeto Jibóia.	**Hierarquia III**
	Abismo Anhumas; Mergulho no Rio Formoso; Mergulho no Rio da Prata; Mergulho na Praia da Figueira; Mergulho no Abismo Anhumas; Mergulho no Recanto Ecológico Rio da Prata; Rapel na Boca da Onça; Bonito Aventura; Roa Boiadeira; Trilha Boiadeira.	**Hierarquia IV**
	Passeios de Bote do Iberê Natura e Ború. Quadriciclo crisval	**Hierarquia II**
	Bike Tour Rio Sucuri; Bóia Cross do Hotel Cabanas; Bóia Cross Dinho; Equitação Lagoa Misteriosa.	**Hierarquia II**
Turismo de Natureza	Balneário do Sol; Balneário Municipal do Rio Formoso; Praia da Figueira; Balneário Municipal de Jardim; Balneário Monte Cristo.	**Hierarquia II**

2.2. ACESSIBILIDADE E CONECTIVIDADE

Figura 2 –Localização do Polo Serra da Bodoquena na América do Sul
Fonte:AGRICON Consultoria

O Estado de Mato Grosso do Sul conta com uma localização favorável ao desenvolvimento do turismo, faz fronteira com o Paraguai e a Bolívia, e limita-se ao leste com Minas Gerais e São Paulo, ao sul, com o Paraná, ao norte, com Mato Grosso e, ao Nordeste, com Goiás.

O desenvolvimento turístico do estado tem como forte alicerce a presença do Pantanal, detendo 70% da planície alagada, que representa um dos maiores ecossistemas do mundo e que ocupa 24% do território sul-mato-grossense.

O Polo Serra da Bodoquena, também ocupa posição geograficamente privilegiada. Está localizada ao sudoeste do estado, e seu maior ícone é Campo Grande, capital do estado, que representa uma rota obrigatória para o turista que se destina ao Pantanal, às cidades que compõem o Polo Serra da Bodoquena e ao turismo de compras e de negócios das fronteiras do Paraguai e da Bolívia.

Sob o ponto de vista conceitual, a acessibilidade é a facilidade de deslocamento e acesso do turista a determinados pontos escolhidos para o seu lazer e sua proximidade aos centros emissores de demanda.

A via de chegada do turista vindo de diversas partes do país é diretamente a Campo Grande, e o deslocamento aos polos turísticos é realizado por ônibus, vans, aviões, serviços locados de transportes, e parte do caminho pode ser feito utilizando o Trem do Pantanal.

O acesso aéreo ao Polo Serra da Bodoquena se dá por voos entre o Aeroporto Internacional de Campo Grande e o Aeroporto Municipal de Bonito, operados pela TRIP Linhas Aéreas, sendo disponíveis dois voos semanais, que, em 2010, ocorriam às quintas-feiras e domingos.

O Aeroporto Internacional de Campo Grande possui voos diretos para as principais capitais nas regiões Centro-Oeste, Sul e Sudeste, incluindo São Paulo, de onde vêm os turistas estrangeiros que acessam o Estado do Mato Grosso do Sul, e por conseqüência, o polo, por via aérea, com excessão dos turistas oriundos da Bolívia, visto que há um voo direto deste país para Campo Grande.

A via rodoviária é a principal via de acesso ao polo e, conforme será detalhado no diagnóstico da infraestrutura e serviços básicos, seu acesso se dá por uma série de rodovias federais e estaduais, em grande parte pavimentadas recentemente e com boas condições de trafegabilidade, disponíveis para o turista que adentra o estado e o Polo Serra da Bodoquena pela via terreste, e para aqueles que desembarcam no aeroporto em Campo Grande e seguem para a região turística em questão por esta via.

Quadro 8 - Distância entre Bonito e os demais municípios do polo.

Cidade	Cidade	Distância (Km)
Bonito	Jardim	62,2
	Bodoquena	81,9

Fonte: Google Earth.

Quadro 9 – Distância entre a capital e os municípios do polo.

Cidade	Cidade	Distância (Km)
Campo Grande	Bodoquena	253
	Bonito	297
	Jardim	238

Fonte: SEMAC – MATO GROSSO DO SUL, 2010c

Quadro 10 - Distâncias entre os principais países emissores de turistas estrangeiros em, 2008, até Bonito.

Cidade	País	Distância (Km)
Nova Iorque	Estados Unidos	7.085
Buenos Aires	Argentina	1.596
Sidney	Austrália	13.383
Santa Cruz de La Sierra	Bolívia	955
Vancouver	Canadá	10.260

Fonte: Google Earth.

Quadro 11 - Outras distâncias de Bonito-MS

Cidade	Distância
Salvador	2.898 Km
Corumbá-MS	335 Km
Cuiabá	974 Km
Foz do Iguaçu	960 Km
Florianópolis	1.454 Km
Fortaleza	3.677 Km
Porto Alegre	1.754 Km
Pantanal-MS	130 Km
Belo Horizonte	1.787 Km

Fonte: Google Earth.

Ao turista oriundo de Campo Grande, incluindo os que desembarcam no aeroporto, há disponível a locação de automóveis, serviços de van e transporte por ônibus comerciais, que operam linhas diárias entre a capital e os municípios que integram o Polo Serra da Bodoquena.

Recentemente, com o lançamento do Trem do Pantanal, em 2009, o turista pode acessar o polo pela via férrea; o trem sai de Campo Grande e, em sua primeira fase, termina o percurso em Miranda, de onde o turista pode acessar por via rodoviária (MS-339) o Polo Serra da Bodoquena.

2.2.1. Conectividade

Em relação a outros destinos turísticos, o Polo Serra da Bodoquena, e especialmente Bonito, já se destaca no cenário nacional e até internacional, por suas características naturais singulares e incomparáveis, e também pela estrutura e qualidade da maioria dos equipamentos turísticos que dispõe.

Principais roteiros de Mato Grosso do Sul, com conectividade ao Polo Serra da Bodoquena:

Rota Pantanal – Bonito – Carro-chefe na promoção, divulgação e comercialização do destino Mato Grosso do Sul – Compreende: Campo Grande, Bonito e Pantanal, distribuídos em 12 roteiros.

Rota Ecoturismo do Pantanal ao Iguaçu - Comercializada também como Rota Foz do Iguaçu–Bonito–Pantanal. Compreende: Campo Grande, Corumbá, Bonito e Foz do Iguaçu.

Rota Travessia do Pantanal - Roteiros dentro do território do Pantanal, abrangendo os atrativos e infraestrutura dos estados de MT e MS, com objetivo de aumentar o fluxo de turistas e sua maior permanência na região do Pantanal, oportunizando, consequentemente, maior circulação de divisa, geração de emprego, ocupação e renda, e otimização da infraestrutura turística disponível na região.

Figura 3 – Rota Pantanal – Bonito, Rota Ecoturismo do Pantanal ao Iguaçu e Rota Travessia do Pantanal.

Fonte: FUNDTUR/MS – MATO GROSSO DO SUL, 2010b

Rota Brasília - Bonito – Pantanal - Contempla a região Brasil Central, unindo Brasília, Patrimônio Cultural da Humanidade e referência da arquitetura mundial, com o Pantanal, Patrimônio Natural da Humanidade, com as águas cristalinas, ictiofauna e flora aquática da Serra da Bodoquena. Compreende: Brasília, Campo Grande e Rota Pantanal–Bonito.

Figura 4 – Rota Brasília - Bonito – Pantanal

Fonte: FUNDTUR/MS – MATO GROSSO DO SUL,2010e

Rota Bioceânica - Destaca-se neste item a localização geográfica de Mato Grosso do Sul com relação à rota bioceânica, que interliga os estados Andinos. Desta forma, Mato Grosso do Sul se caracteriza como alternativa que aproximará os centros produtores brasileiros com países do continente asiático: China, Índia, Coreia e Japão, o que ampliará a competitividade dos produtos brasileiros por meio dos ganhos por causa da redução de custos na logística de transporte.

Figura 5– Rota Bioceânica

Fonte: FUNDTUR/MS – MATO GROSSO DO SUL, 2010b

Amplo projeto compreendendo:

No Brasil - Campo Grande, Corumbá, Miranda, Porto Murtinho, Aquidauana, Bonito, Bodoquena e Jardim

Na Bolívia – Santa Cruz de La Sierra e La Paz;

No Peru – Cuzco e Machu Pichu

No Chile – Iquique e Antofogasta

No Paraguai – Assunção

Na Argentina – Salta

2.3. ANÁLISE DO NÍVEL DE USO ATUAL OU POTENCIAL

A definição da capacidade de carga diária dos produtos turísticos do Polo Serra da Bodoquena teve seu início na necessidade de organização do processo de atendimento aos turistas, e procurava resolver o problema do número cada vez mais crescente de visitantes que afluíam a Bonito.

Essa iniciativa foi tomada pelos guias turísticos e pelos donos de atrativos que, a princípio, questionavam quais os limites ideais de horários de atendimento e qual o tamanho máximo de um grupo que um único guia teria a capacidade de atender.

Outra questão importante era a discussão sobre a capacidade de suporte diário de turistas em cada atrativo. Esse processo foi evoluindo com o monitoramento dos guias e proprietários de atrativos que, empiricamente, definiram procedimentos para o atendimento ao turista.

No estágio inicial do turismo, não havia documento para controlar o encaminhamento do turista ao atrativo, tampouco uma forma única e respeitada por todos para o desdobramento do processo, como a retenção de valores devidos ao guia, ao atrativo e aos impostos municipais (Lunas, 2000).

Em 1996, o Conselho Municipal de Turismo de Bonito instituiu o *Voucher* único, por meio da Resolução Normativa n. 009, que possibilitou as seguintes melhorias de gestão e controle na visitação turística da região: controle adequado e descentralizado da arrecadação; padronização das informações aos diversos envolvidos no processo; a identificação do grupo possibilitando um melhor atendimento; e controle do número de visitante/dia nos atrativos.

Nos municípios de Bodoquena e Jardim, o controle da visitação é realizado apenas pelos atrativos mais estruturados, como Boca da Onça (Bodoquena) e Recanto Ecológico Rio da Prata e Buraco das Araras (Jardim).

Quadro 12 – Atrativos controlados pelo sistema de *Voucher* único.

N.	Atrativo	N.	Atrativo
01	Gruta do Lago Azul	26	Projecto Vivo
02	Res. e Baía Bonita - Aquário Natural	27	Eno Bókoti
03	Recanto Ecológico Rio da Prata	28	Torre de Rapel Wetega
04	Estância Mimosa Turismo Rural	29	Fazenda Boa Vista
05	Parque Ecológico Rio Formoso	30	Ilha do Padre
06	Rio Sucuri	31	Safári em Bonito
07	Balneário Municipal	32	Quadriciclo Crisval
08	Cachoeiras Rio do Peixe	33	Parque Ecológico Cavalgada
09	Passeios de Bote: Iberê/ Natura/ Boru	34	Fazenda San Francisco – Pantanal
10	Hotel Cabanas: boia-*cross*	35	Balneário Barra Bonito
11	Balneário do Sol	36	Discovery Dive
12	Grutas de São Miguel	37	Safári Noturno Bto
13	Praia da Figueira	38	Projeto Jiboia
14	Boca da Onça	39	Boia-*Cross* Dinho
15	Fazenda Cachoeira	40	Equitação Ecológica Lagoa Misteriosa
16	Buraco das Araras	41	Balneário Tarumã
17	Parque das Cachoeiras	42	Boia-*Cross* Júlio
18	Barra do Sucuri	43	Programa de Índio
19	Bonito Aventura	44	Rota Boiadeira:
20	Fazenda Ceita Corê	45	Trilha Boiadeira:
21	Balneário Monte Cristo	46	Cemitério dos Heróis da Retirada da Laguna
22	Ybirá Pê Canopy Tour: arborismo	47	Taboa Fábrica de Encantos
23	Circuito Arvorismo	48	Centro de Convenções
24	Abismo Anhumas	49	Bote Karandá Tour
25	Rio Aquidaban	50	Bote Ygarapé Tour

Fonte: Prefeitura Municipal de Bonito – Secretaria Municipal de Turismo, Indústria e Comércio – FUNDTUR

Quadro 13 – Atrativos mais visitados, de acordo com o *Voucher* – 2006-2009

Atrativos	2006	2007	2008	2009
Gruta do Lago Azul	42.847	41.716	38.226	54.268
Bote	29.174	31.081	24.412	40.539
Rio Sucuri	16.803	20.702	17.833	28.059
Aquário Natural	16.622	12.850	9.361	19.011
Bonito Aventura	2.668	2.670	1.160	1.147
Estância Mimosa	8.031	6.342	6.735	12.790
Rio do Peixe	7.799	8.922	5.840	10.935
Balneário Municipal	10.665	9.944	D.N.D	D.N.D
Rio da Prata	10.909	7.037	D.N.D	D.N.D

Nota: D.N.D = Dados Não Disponíveis.
Fonte: Prefeitura Municipal de Bonito – Secretaria Municipal de Turismo, Indústria e Comércio – FUNDTUR

Observa-se que, em 2006, o Rio da Prata e o Balneário Municipal foram, respectivamente, o 4º e 5º passeios mais realizados. Já em 2007, o Balneário Municipal foi o 3º passeio mais realizado, enquanto o Rio da Prata ficou na 6ª colocação; porém, nos anos seguintes, os dados referentes a esses atrativos não foram disponibilizados.

Quanto à potencialidade existente, pode-se dizer que no Polo Serra da Bodoquena ainda há muito o que ser explorado.

Os levantamentos realizados nessa região indicam a presença de inúmeras cavernas. Em Bonito, existem por volta de 30 grutas identificadas (MENDES, 1957; LINO et al., 1984; GNASPINI NETTO et al., 1994; AYUB et al., 1996). Destas, as que apresentam potencial turístico são a do Lago Azul, Nossa Senhora Aparecida, Mimoso, Fazenda São Miguel e o Abismo Anhumas, com maior destaque para as duas primeiras. Segundo inventário realizado pelo Plano de Desenvolvimento Turístico Sustentável (PDTUR) foram identificadas algumas cavernas de importância turística, tais como: Buraco das Araras, Buraco do Japonês, Buraco do Sapo, Buraco das Abelhas, Caverna do Labirinto, em Jardim; e Gruta do Urubu-Rei, em Bodoquena.

De acordo com publicação do Centro Nacional de Estudo, Proteção e Manejo de Cavernas - CECAV, existem mais de cinquenta cavernas na região, caracterizadas por salões de grandes dimensões e cavidades submersas, que já foram catalogadas, mas ainda não licenciadas para exploração turística.

A United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization – UNESCO, tem por objetivo reconhecer, segundo convenção mundial, os sítios culturais e naturais em âmbito regional de interesse excepcional, e de valor universal, e sua proteção é considerada de responsabilidade de toda a humanidade.

Foram realizadas visitas técnicas à região do Pantanal e Bonito para identificar a presença de sítios do patrimônio geológico-paleontológico de especial importância científica, raridade ou beleza, não apenas por razão geológica, mas também em virtude do seu valor arqueológico, ecológico, histórico ou cultural.

No dia 22 de dezembro de 2009, foi criado o Geoparque Bodoquena – Pantanal (39.700 km² da região sudoeste do estado) por meio do Decreto n. 12.897, que também instituiu seu Conselho Gestor.

Em setembro de 2000, foi criado o Parque Nacional da Serra da Bodoquena. Foi a primeira e, até o momento, a única unidade de conservação de proteção integral federal implantada no Estado de Mato Grosso do Sul. A criação do Parque visou a proteger a maior área contínua de “Mata Atlântica” no estado, a qual se localiza sobre um terreno com características geológicas especiais, o que atende aos objetivos de preservação e estudo da biodiversidade, bem como à recreação, apenas para citar os mais comuns. No momento, o Parque encontra-se em implantação e, por isso, ainda não foi aberto ao público.

Seus limites abrangem 76.481 hectares, os quais foram transformados em área de utilidade pública pelo decreto de criação. O parque está dividido em dois fragmentos: um ao norte, com área de 27.793 hectares, e outro ao sul, com 48.688 hectares.

Uma potencialidade emergente a ser destacada no Polo Serra da Bodoquena , que ainda precisa ser desenvolvida, é o turismo de base comunitária em assentamentos rurais, inserindo esta comunidade no setor turístico.

Para tanto, é imperativo incentivar a implantação de sistemas de produção compatíveis com a agricultura familiar, com o ecossistema local e com as tendências de perfil turístico nacional e internacional. Nesse contexto, os assentamentos do Polo Serra da Bodoquena , destacando-se Bodoquena, onde há cerca de 240 famílias assentadas, apresentam aptidão à produção agroecológica, conforme já identificado pelo Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE/MS, em parceria com a Agencia de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural – AGRAER, por meio de projeto, que será licitado, de Produção Agroecológica Integrada e Sustentável (PAIS) na área em questão.

Esse sistema de produção permitirá ao turista a vivência rural sem riscos de contaminação por componentes químicos e tóxicos, normalmente utilizados para controle fitossanitário na agricultura tradicional, além de aumentar a disponibilidade e oferta de hortifrutigranjeiros para a cadeia do turismo da Serra da Bodoquena, valorizando a produção local, minimizando os riscos ambientais da atividade agropecuária ao ecossistema e, sobretudo, valorizando e fixando o homem ao campo.

Diante do exposto, verifica-se a enorme potencialidade da região, mas que aos poucos vai sendo incorporada ao turismo existente, e as novas modalidades que se apresentam tendem a aumentar e diversificar a oferta de produtos turísticos, agregando valor e criando novas oportunidades de inclusão social, emprego e renda da população, e aumentando o poder de atratividade da localidade.

Avaliando de maneira mais abrangente a conservação dos ecossistemas ali explorados, e considerando que diversos fatores contribuem para a definição da capacidade de suporte desses ambientes, foram identificadas as seguintes situações: não existência de um controle com relação ao uso e ocupação das Áreas de Preservação Permanente e Reserva Legal; falta de definição e controle do número de visitantes/dia dos produtos turísticos, por meio de metodologias científicas, aplicadas por técnico habilitado.

Além dos inúmeros atrativos já explorados para o turismo, há ainda de se salientar o potencial existente ainda não explorado – potencial que poderá ser mais bem aproveitado pela diversificação do produto turístico e maior segmentação de mercado, incluindo captação de novos públicos, instalação de novos empreendimentos, realização de eventos e organização da gestão do turismo.

Assim, cabe ainda salientar que a estrutura fundiária do polo é estritamente rural, em média 96% da área territorial do polo é ocupada por estabelecimentos agropecuários, sendo a maioria deles com áreas entre 10 e 100 ha, conforme base de dados do estado (MATO GROSSO DO SUL, 2010 c). Este é um indicativo de que a ocupação dos municípios que compõem o polo não é um fator limitante para o desenvolvimento do potencial turístico local, e tampouco esse desenvolvimento provocaria uma especulação imobiliária ou ocupação desordenada do território. Fortalecendo esse ordenamento territorial, Bonito e Jardim possuem legislação municipal específica de uso e ocupação do solo.

Salienta-se ainda que, nos três municípios do Polo, comparada à capital do estado, a baixa densidade demográfica denota uma capacidade de suporte de aumentos sucessivos da pressão turística, sem comprometer a ocupação territorial.

2.4. CONDIÇÕES FÍSICAS E SERVIÇOS BÁSICOS

2.4.1. Aspectos físicos

As condições físicas da Serra da Bodoquena indicam a vocação natural da região ao turismo, dada à singularidade e beleza de seus atrativos naturais decorrentes do relevo, clima, solos, rede hidrográfica, entre outros componentes, formando grutas, cavernas, dolinas, cachoeiras, sumidouros e ressurgências, com diversos rios e lagos de águas cristalinas.

Essas mesmas condições físicas dos três municípios fazem com que os riscos de desastres naturais, assim como desmoronamento de encostas, sejam mínimos na região; pelo menos, não há registro desse tipo de ocorrência nos últimos 30 anos.

Segundo dados do IBGE (2008), o município está localizado em dois grandes compartimentos do relevo: depressão dos Altos Rios Paraguai/Guaporé e os planaltos e serras dos Altos Rios Paraguai/Guaporé. No município, a área inserida no compartimento das serras é caracterizada pela Serra da Bodoquena, que possui, ao longo de toda a sua

feição, altitudes que chegam a 800 metros e, no município, chegam a aproximadamente 650 metros. O restante é caracterizado por áreas de relevo plano e de suave ondulação.

2.4.2. Recursos hídricos

O sistema hidrográfico da região da Serra de Bodoquena está associado às rochas calcárias, formando uma complexa rede de drenagem com rios superficiais, rios subterrâneos, sumidouros e ressurgências, associados a uma rica diversidade biológica aquática, de grande valor ambiental e de natureza cênica.

Esses rios, lagoas, cachoeiras, cascatas, piscinas naturais e outros atrativos de águas calmas e outros com sequências de corredeiras, possibilitam diversas práticas como: nado, banho de cachoeira, passeio de bote, boia-*cross*, canoagem, travessia de nascentes etc.

As águas cristalinas, resultantes da concentração elevada de sais minerais, como o bicarbonato de cálcio, possibilitam a visão de peixes e plantas aquáticas, viabilizando a prática de mergulhos de superfície e profundidade, além de flutuações.

A formação calcária das rochas, que compõem o subsolo da região, permite a existência de muitas nascentes, formando um conjunto de rios de águas transparentes que permitem atividades de ecoturismo, como o rio Formoso, Sucuri, do Peixe e da Prata, entre outros.

A área compreendida pelos três municípios em análise pertence à Bacia Hidrográfica do Alto Paraguai, e seus principais rios pertencem à Bacia do Miranda. Seus cursos d'água com maior potencial turístico são o rio Miranda, o rio Formoso, rio Sucuri, rio Mimoso, rio Perdido, rio Chapena, rio da Prata, rio Salobra, rio Betione e seus afluentes (figura seguinte).

A maior parte dos atrativos turísticos explorados na região envolve recursos hídricos, sendo atualmente grande a concentração de atrativos ligados ao rio Formoso, em Bonito, denotando maior risco a esse curso d'água.

Segundo o Plano Estadual de Recursos Hídricos de Mato Grosso do Sul (PERH-MS), as maiores demandas de água superficial, na Bacia do Rio Miranda, são para dessedentação animal e para irrigação, sendo bem inferior a demanda para abastecimento humano. A água subterrânea também é captada para o abastecimento humano, sendo estas águas classificadas como em situação confortável, indicando seu potencial de comportar acréscimos nesta demanda (MATO GROSSO DO SUL, 2010a).

Além da rede hidrográfica de superfície, a região compreende uma série de sistemas aquíferos (figura seguinte). Destacando-se em função de sua relevância na disponibilidade de água para o consumo humano, estão os sistemas aquíferos: Furnas, Pré-cambrianos, Aquidauana-Ponta Grossa e Serra Geral.

São importantes para o abastecimento de Bonito o sistema aquífero Furnas, que é um aquífero poroso, livre, composto de rochas da formação Furnas, e o sistema aquífero Pré-cambriano, formado pelas rochas calcárias dos grupos Corumbá e Cuiabá (MATO GROSSO DO SUL, 2010a).

O sistema aquífero Aquidauana-Ponta Grossa, consideram-se as rochas sedimentares das Formações Aquidauana e Ponta Grossa, e é um importante aquífero para abastecimento de Jardim.

Também apresentam afloramento na Bacia do Miranda o sistema aquífero Serra Geral, formado essencialmente pelos basaltos e diabásios da formação Serra Geral, do grupo São Bento, constituindo um aquífero fraturado, livre, e o sistema aquífero Pré-cambriano, que engloba uma grande variedade de rochas, metassedimentares de graus metamórficos distintos, metavulcânicas, granítico-gnássicas (MATO GROSSO DO SUL, 2010a).

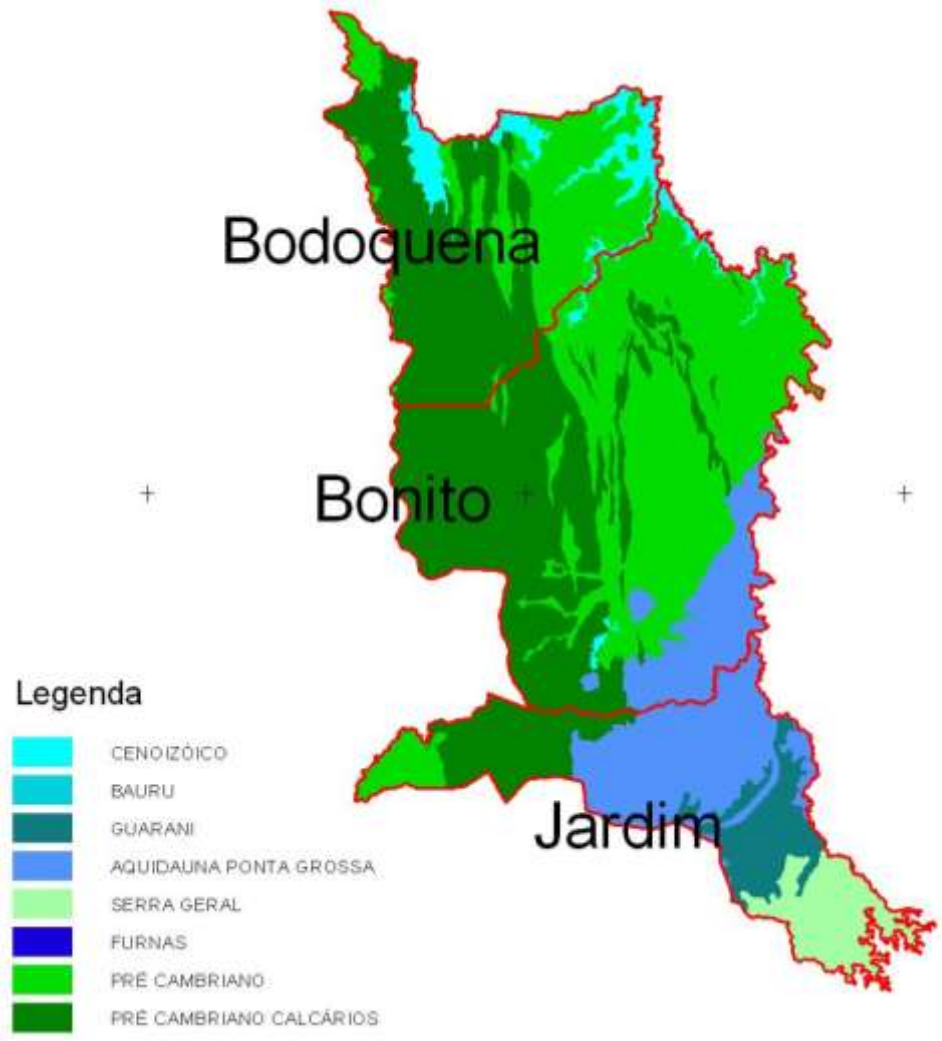


Figura 6 - Localização dos sistemas aquíferos aflorantes nos municípios de Jardim, Bonito e Bodoquena.
Fonte: MATO GROSSO DO SUL, 2010a – Adaptado

2.4.3. Clima

O estado, em sua maioria, enquadra-se, segundo a classificação climática de Köppen-Geiger, no clima do tipo Aw, ou seja, clima tropical com estação seca no inverno. A característica principal desse tipo de clima é a presença concreta de dois períodos distintos:

a) uma estação chuvosa, que compreende os meses de meados de setembro a fins de abril, que concentram 90% dos valores pluviométricos;

b) um período seco, com os restantes 10% das chuvas nos meses entre o fim de abril ao início de setembro.

Na Serra de Bodoquena, nas áreas com altitudes variando de 250 m a 550 m, o clima se apresenta subtropical úmido, com moderada deficiência de água no inverno, pequena variação de temperatura e evapotranspiração anual superior a 1.140 mm. A sazonalidade climática é controlada por massas tropicais e polares com predomínio da massa polar atlântica e participação efetiva da massa tropical continental.

A temperatura no mês mais frio é superior a 15ºC e inferior a 20ºC, e no mês mais quente varia entre 30ºC e 38ºC. Essa pequena oscilação de temperatura anual permite o

desenvolvimento de atividades aquáticas durante todo o ano, configurando-se como indicativo favorável às práticas aquáticas.

Para suportar a temperatura mais baixa das águas no inverno, os passeios oferecem roupa de neoprene; porém, essa temperatura menor da água nos meses mais frios diminui a demanda turística pelo ecoturismo na região. Assim, para ampliar o potencial turístico local, anualmente ocorre o Festival de Inverno em Bonito. O evento cultural dura, em média, dez dias, e engloba: música, festas, teatro, exposições de artes plásticas, de fotografia, cinema voador, vídeo e palestras, e outros.

2.4.4. Geologia e solos

Geologicamente, a área é composta majoritariamente de rochas calcárias, sendo inserida no grupo Corumbá, constituído pelas formações Bocaina e Cerradinho (MATO GROSSO DO SUL, 1990b.).

Os calcários que constituem essas formações podem ser utilizados para a fabricação de cal e, no caso da parcela mais pura, são os mais indicados para a indústria de cimento, justificando o potencial e a atividade mineradora local.

Essas formações rochosas, tufos calcários e travertinos, possuem naturalmente esculpidos degraus e, também, galerias subterrâneas, que atraem o turista para praticar escalada, montanhismo, rapel, *camping*, entre outras atividades.

Ainda, destacam-se como resultante dessa formação rochosa calcária na região, as grutas úmidas, com corpos d'água internos de excepcional beleza, e grutas secas, com espeleotemas variados, apresentando formas e gerando ecos curiosos que atraem os turistas.

Da dissolução dessas rochas calcárias, encontram-se na região da Serra da Bodoquena, importantes dolinas naturais, apresentando grandes profundidades que igualmente atraem o turista para a realização de esportes de aventura.

Na região existem diversas cavernas formadas por alargamentos de fraturas e pela dissolução de rochas, desenvolvendo túneis, labirintos e salas. Essas cavernas, grutas e dolinas são propícias à prática *caving* (exploração esportiva ou recreativa), mergulho e outras atividades de turismo de aventura.

Acrescenta-se a essa potencialidade turística natural da formação rochosa e relevo local, o alto teor mineral que confere transparência às águas, favorecendo o mergulho superficial e em profundidade, e beleza, como as tonalidades azuis da Gruta do Lago Azul, resultante de seu alto teor de magnésio e cálcio.

Com relação aos solos, na região da Serra da Bodoquena identifica-se a maior ocorrência das seguintes classes: Podzólico Vermelho-Escuro, Cambissolo, Brunizém Avermelhado, Rendzina, Glei Húmico, Regossolo e Latossolo Vermelho-Escuro. Outros, menos frequentes: Plintossolo, Planossolo, Solonetz Solodizado e Vertissolo (figura seguinte). (MATO GROSSO DO SUL, 1990b).

Generalizadamente, pode-se destacar que esses solos minerais são, na maioria, profundos, de boa drenagem, textura média, com baixa fertilidade natural e com ocorrência de alumínio trocável em níveis preocupantes em alguns pontos isolados. São solos amplamente ocupados por pastagens e lavouras, especialmente de soja e milho.

Dada a essa textura e sua constante movimentação para o plantio de lavouras, o potencial erosivo é considerável, e, por isso, práticas conservacionistas devem ser adotadas, a fim de que se evite comprometer diretamente o solo em si e a qualidade e o nível das águas dos rios da região, que, também, afeta diretamente a atividade turística, além do abastecimento de água para a comunidade.

Desenvolvidas a partir de litologias bastante diversificadas, em algumas áreas próximas a lagoas e a outros cursos d'água, ocorrem praias naturais com pouca vegetação e de grande beleza cênica, com solos de textura, em geral, arenosa/média, podendo apresentar cascalhos e pedras.

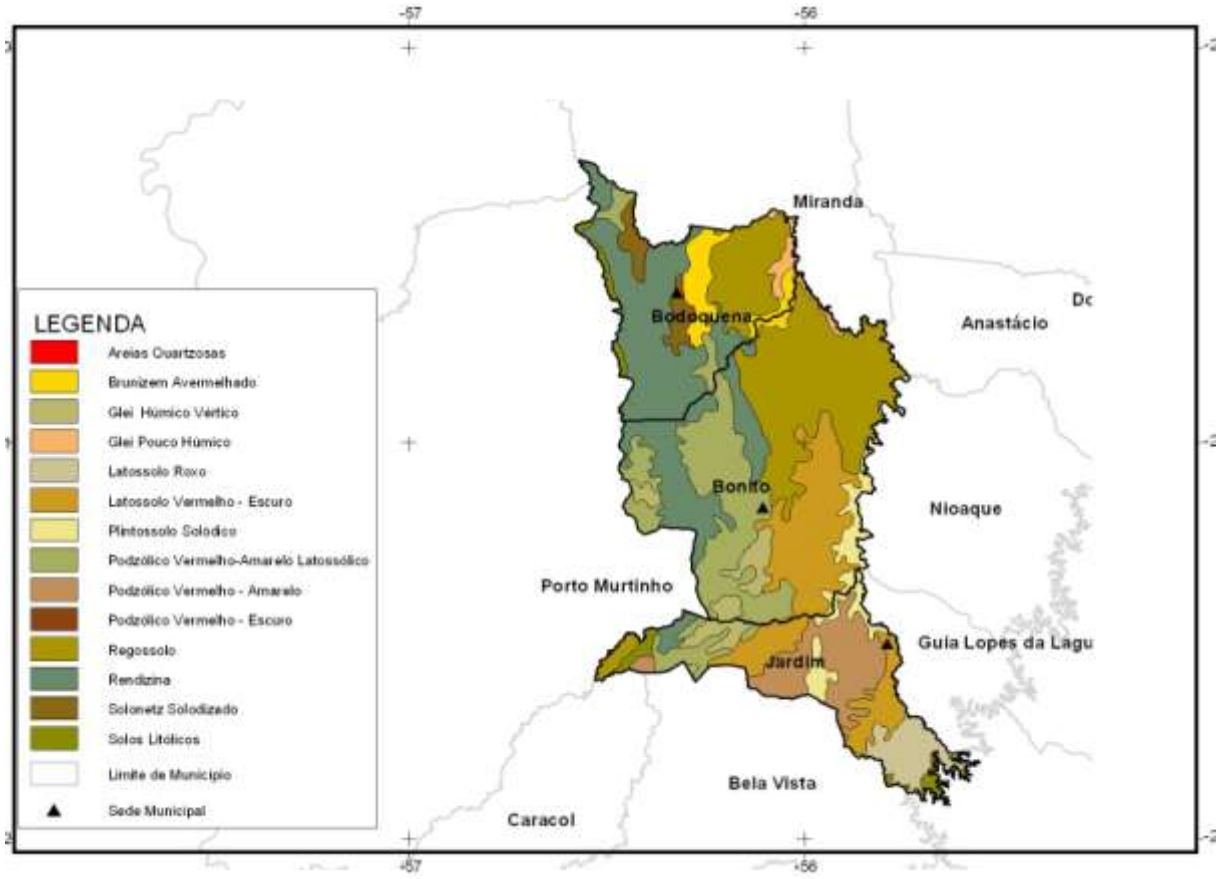


Figura 7 - Solos da região da Bodoquena, nos municípios de Jardim, Bonito e Bodoquena.
Fonte:IBGE / MATO GROSSO DO SUL, 1990b.– Adaptado

2.4.5. Geomorfologia

O mapa geomorfológico de Mato Grosso do Sul apresenta quatro fisionomias distintas de relevo. A parte oriental compreende o relevo alçado, constituído por planaltos, patamares e chapadões inseridos na Bacia Sedimentar do Paraná. De sua borda ocidental em direção oeste, estende-se vasta superfície rebaixada, recoberta por sedimentos quaternários – a região do Pantanal mato-grossense – e a depressão do Alto Paraguai. Em meio a essas regiões rebaixadas, erguem-se relevos elevados da Bodoquena e as morrarias do Urucum-Amolar.

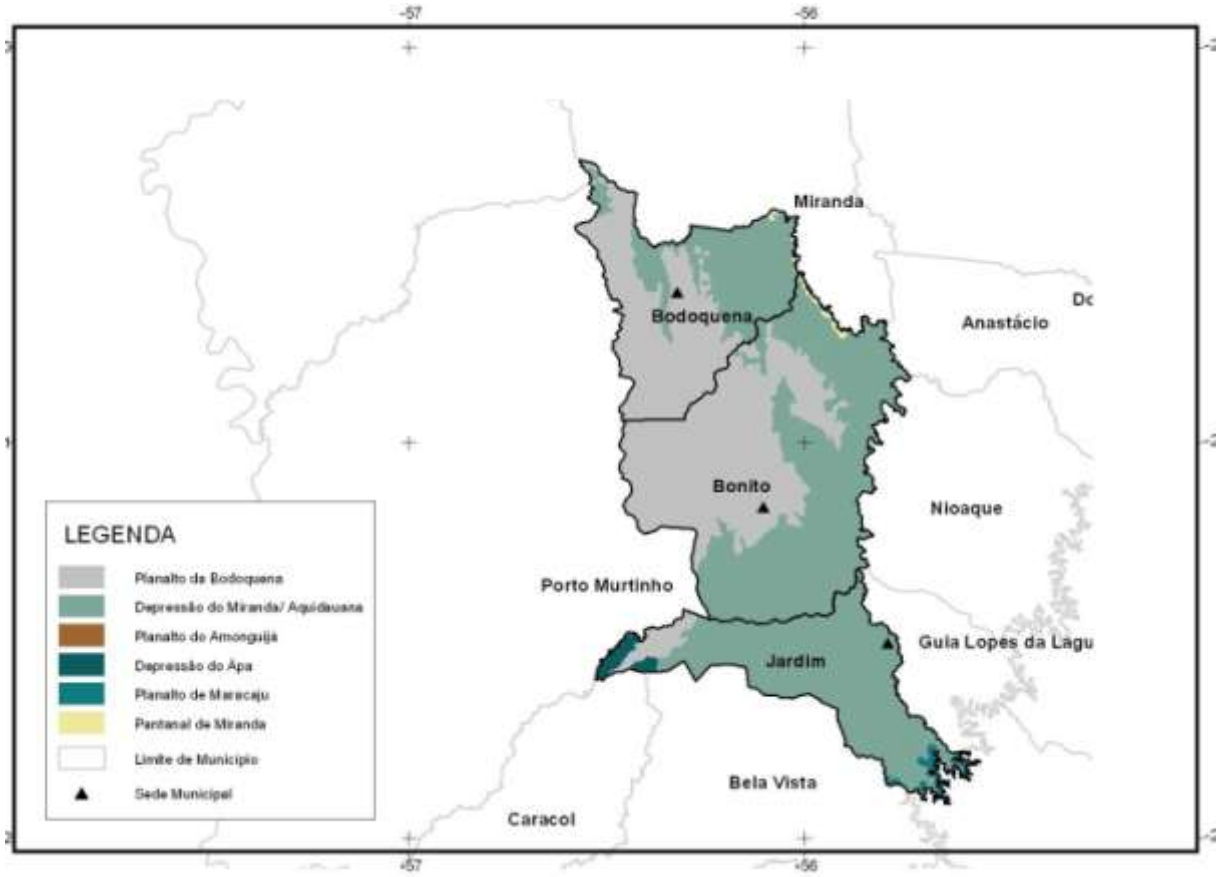


Figura 8 - Geomorfologia da região da Serra da Bodoquena dos municípios de Jardim, Bonito e Bodoquena.
Fonte: IBGE / PCBAP 1997.– Adaptado

A região é marcada por contrastes significativos entre terras baixas e periodicamente inundáveis da planície do Pantanal mato-grossense e as terras do entorno não inundáveis, individualizadas pelos planaltos, serras e depressões. Também ocorrem interflúvios e vales, com forte dissecação e áreas de depressões úmidas, além da Serra da Bodoquena e relevos residuais (MATO GROSSO DO SUL, 1990b).

As serras e morros da região atraem o turista pelo belíssimo visual panorâmico que permite a contemplação de distintas paisagens, como o início do Pantanal e a reserva indígena Kadiwéu, por exemplo. Também são comuns as práticas de *trekking*, caminhadas ecológicas, montanhismos e passeios de observação e contemplação da fauna e flora locais, visto que a região da Serra da Bodoquena, possuindo o maior remanescente do bioma Mata Atlântica de Mato Grosso do Sul, é protegida pela Lei n. 285/99.

Assim, é desejável que se busquem maneiras para favorecer a proteção dos remanescentes florestais, a recuperação de áreas degradadas e a promoção de atividades sustentáveis, dentre elas, o turismo sustentável — foco deste plano, além da agricultura ecológica e dos sistemas agroflorestais. Nesse contexto, salienta-se que foi desenhado o corredor ecológico Cerrado – Pantanal, conectando unidades de conservação (BRASIL, 2007).

O surgimento desses corredores tem fortalecido as atividades sustentáveis, como o ecoturismo, em unidades de conservação, além de consolidar as bases para a gestão dessas unidades, promovendo baixo impacto ambiental negativo e ainda contribuindo para a geração de renda para as populações locais, além de causar o fortalecimento de comunidades tradicionais e suas culturas.

Por se tratarem de litologias que sofrem processos de dissolução, especialmente quando mais ricas em carbonato de cálcio, forma-se, em toda a região do Planalto da Bodoquena, e da Zona Serrana, um expressivo relevo cárstico, onde há influência de falhas e fraturamentos de origem tectônica.

Os rios, frequentemente, desaparecem no subsolo, transformando-se em fluxos de água subterrânea, com muitas surgências e ressurgências de cursos d'água. Isto acabou resultando na constituição de cavernas e dolinas, principalmente quando ocorrem camadas e/ou horizontais ou sub-horizontais.

Na região da Serra da Bodoquena, sobretudo em Bonito, é comum o dizer popular "as cachoeiras crescem". Esse fenômeno deve-se às tufas calcárias, formações calcárias na forma de cachoeiras e represas naturais que se encontram em contínuo crescimento.

2.4.6. Estabilidade de encostas

Cada vez mais, o estudo dos processos de instabilização de encostas e suas formas de contenção tornam-se necessários, por causa das desastrosas consequências que os deslizamentos acarretam. Contribuem para a ocorrência destes ou escorregamentos, o relevo, o solo, a formação geológica e a cobertura vegetal nas encostas.

Conforme as características geológica, geomorfológica e de solos, na região da Serra da Bodoquena há áreas com relevo bastante inclinado e com solos do tipo rendizina, que são superficiais e suscetíveis à erosão apresentando maior probabilidade de deslizamentos.

Por outro lado, a Bacia do Miranda apresenta 47% de cobertura vegetal nativa, distribuída em Área de Preservação Permanente, reserva legal e unidades de conservação de proteção integral, que, independente da ampliação da ocupação imobiliária decorrente do desenvolvimento econômico pelo turismo, não haverá redução expressiva deste percentual, uma vez que essas áreas encontram-se protegidas pelo Código Florestal (Lei n. 4.771/1965), regulamentado pela Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA, 303/2002) e pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), Lei n. 9.985/2000.

Dois importantes fatores que contribuem com a estabilidade das encostas no polo em questão são: o ICMS Ecológico e as Unidades de Conservação (UC) existentes. Destaca-se que o repasse do ICMS Ecológico, em 2009, no polo, corresponde a 11,39% do total destinado ao estado, conforme quadro abaixo:

Quadro 14 – Repasse mensal do ICMS Ecológico aos municípios do Polo Serra da Bodoquena, em 2009, em reais.

Município	Bodoquena	Bonito	Jardim	Polo
JAN.	191.715,80	170.778,80	52.816,68	415.311,28
FEV.	171.405,88	152.686,90	47.221,41	371.314,19
MAR.	176.405,69	157.140,68	48.598,83	382.145,20
ABR.	176.701,62	157.404,30	48.680,35	382.786,27
MAI.	175.690,78	156.503,85	48.401,87	380.596,49
JUN.	175.534,89	156.364,98	48.358,93	380.258,80
JUL.	174.264,38	155.233,23	48.008,91	377.506,52
AGO.	126.489,73	112.675,98	34.847,25	274.012,95
SET.	175.914,39	156.703,04	48.463,48	381.080,90
OUT.	171.497,57	152.768,58	47.246,67	371.512,82
NOV.	178.347,35	158.870,30	49.133,74	386.351,39
DEZ.	180.585,49	160.864,01	49.750,34	391.199,84
Total	2.074.554	1.847.995	571.528	4.494.077

Fonte: SEMAC (MATO GROSSO DO SUL, 2010c)

Salienta-se que as UCs são ambientes considerados como frágeis, principalmente as de proteção integral, tendo em vista que devem sofrer menos interferências, pois geralmente são criadas com intuito de preservarem uma área de relevante interesse ambiental, contribuindo com a estabilidade das encostas. Atualmente cadastradas no cadastro estadual, estão 10 UCs, dentre as quais se encontra a única UC Federal de proteção integral de Mato Grosso do Sul: o Parque Nacional da Serra da Bodoquena.

Quadro 15 - Unidades de conservação cadastradas no cadastro estadual, em julho de 2009.

Unidade	UC	Localização	Área (ha)
Federal	Parque Nacional da Serra da Bodoquena	Bodoquena, Bonito e Jardim	76.480,50
	Reserva Particular do Patrimônio Natural RPPN América	Bonito	401,00
Estadual	Monumento Natural Rio Formoso	Bonito	18,28
	Monumento Natural da Gruta do Lago Azul	Bonito	273,67
	RPPN Fazenda São Geraldo	Bonito	642,00
	RPPN Cabeceira do Prata	Jardim	307,53
	RPPN São Pedro da Barra	Bonito	88,00
	RPPN Buraco das Araras	Jardim	29,03
	RPPN Xodó Vô Ruy	Jardim	487,62
	RPPN Cara da Onça	Bodoquena	11,00

Fonte: IMASUL, Gerência de Unidade de Conservação apud SEMAC (MATO GROSSO DO SUL, 2009c)

As áreas urbanas dos municípios de Jardim, Bonito e Bodoquena estão localizadas em áreas de relevo plano a levemente inclinado. As leis de uso e ocupação do solo, bem como os planos diretores, em fase de elaboração, não preveem expansão da área urbana nas encostas.

Portanto, pode-se considerar que grande parte das encostas é estável, principalmente pela presença de cobertura vegetal nativa e, igualmente, o risco de deslizamentos é mínimo, em decorrência de todo o arcabouço legal de proteção ambiental.

2.4.7. Tendência de ocorrência de desastres naturais

Para o Brasil como um todo, não existem condições geológicas e climáticas para que ocorra grandes desastres naturais, como terremotos, vulcões, *tsunamis* e furacões. No entanto, a impermeabilização do solo nas áreas urbanas e o regime pluviométrico podem ocasionar enchentes em alguns locais e secas em outros.

A substituição da cobertura vegetal nativa para implantação de atividades rurais e construções reduz a impermeabilização do solo e, por consequência, impactam o ciclo hidrológico, sobretudo no que diz respeito ao escoamento. Desta maneira, têm-se o aumento do escoamento superficial, redução da infiltração e percolação da água no solo, afetando a recarga dos aquíferos e o nível dos lençóis freáticos. Essa alteração no ciclo hidrológico potencializa a possibilidade de ocorrência de enchentes e problemas de qualidade e quantidades de água disponível (BENINI, 2005).

Os municípios que compõem o polo turístico da Serra da Bodoquena estão desenvolvendo projetos e implantando linhas de drenagem no sentido de conter possíveis enchentes oriundas de chuvas torrenciais nos meses de novembro a março. Também, nessa região, existe a iniciativa de conciliar a ocupação urbana com a qualidade ambiental, por meio de legislação e outros instrumentos públicos e da iniciativa privada, tais como: elaboração de planos diretores, planos de manejo e projetos de recuperação ambiental.

Nos períodos de maior probabilidade de seca, entre maio e setembro, podem ocorrer *déficits* pluviométricos passíveis de impactar a disponibilidade de água. No entanto, o PERH-MS e o Zoneamento Ecológico Econômico do Estado de Mato Grosso do Sul (ZEE-MS), indicam que a disponibilidade de água na Bacia do Rio Miranda é classificada como situação confortável.

Os três municípios em análise, conforme clima, drenagem natural e urbana e uso e ocupação apresentados, somados à baixa ocorrência de decretos de situação de emergência por causa de enchentes e secas, publicados em Diário Oficial, têm baixa tendência de ocorrência de desastres naturais em curto e longo prazo.

Por causa das limitações, sejam naturais, como aptidão dos solos, relevo, áreas sujeitas a inundação, sejam legais, tais como áreas de preservação permanente, reservas legais e unidades de conservação, o turismo apresenta-se como uma importante alternativa econômica, ao permitir o desenvolvimento em bases sustentáveis, viabilizando o desenvolvimento econômico e social local, sem que haja intervenções significativas no meio físico.

O desenvolvimento sustentável da atividade turística na região está intimamente ligado à conservação de seus atrativos naturais, uma vez que se baseia na exploração de atributos como: cachoeiras, rios com águas límpidas e transparentes, grutas e cavernas de rara beleza cênica e áreas com vegetação natural ricas em flora e fauna.

Assim, o crescimento do turismo nestes três municípios da Serra da Bodoquena, de maneira planejada, permite ainda um engajamento dos diversos agentes locais em questões relativas à conservação ambiental, uma vez que a preservação das condições naturais torna-se de interesse dos agentes econômicos locais, possibilitando às comunidades que ali residem alternativas econômicas e melhoria da qualidade de vida.

2.4.8. Serviços básicos

Abastecimento de água

Nos três municípios, o sistema atual de abastecimento de água atende a grande parte da população local, 97% da população urbana. O restante da população é servida por poços artesianos.

O município de Jardim atende a quase totalidade da população urbana onde um sistema de reservação elevado e dois reservatórios apoiados atendem a rede de distribuição; a captação é superficial no rio Miranda, na área rural próximo a chácaras e fazenda. Segundo os dados da SEMAC (MATO GROSSO DO SUL, 2010c), aproximadamente 160.000 metros de rede atendem a 7.518 ligações. O restante da população do município utiliza seus próprios sistemas de captação.

Na cidade de Bonito, o principal destino turístico do Polo Serra da Bodoquena, em alta temporada a população flutuante se iguala em número com os habitantes fixos, e o sistema distribui água para aproximadamente 84.250 metros de rede.

A captação de água em Bonito é feita por meio de três poços profundos, explorando águas subterrâneas dos sistemas aquíferos supracitados, que são recalcadas para os reservatórios apoiados. As redes de distribuição são do tipo malhada e ramificada, interligadas aos respectivos reservatórios que as alimentam.

Em 2009, o município de Bonito recebeu as obras de reabilitação dos seis reservatórios de fibra de vidro, com investimento da SANESUL de R$ 94,7 mil. Investimento para promover o isolamento sanitário dos reservatórios e garantir a qualidade do produto e a distribuição de água às famílias bonitenses.

Já em Bodoquena, a captação da água para o abastecimento é subterrânea, explorando o aquífero da formação “grupo Corumbá”, e é realizada por meio de dois poços artesianos profundos que, conduzida pelas respectivas adutoras até uma estação de tratamento, posteriormente é conduzida por uma adutora de água tratada até uma estação elevatória.

A água tratada é armazenada em dois reservatórios: um com capacidade de 150 m³, de fibra de vidro, que atende a área central e a zona baixa; e um reservatório elevado metálico tipo taça, com capacidade de 65 m³, que atende toda a zona alta da cidade.

Na Serra da Bodoquena, a água é captada superficialmente e em mananciais subterrâneos, sendo tratada e distribuída. No entanto, por ser dura e calcária, é comum a ocorrência de mal-estares como problemas gastrointestinais quando ingerida, sobretudo entre os turistas, por não serem acostumados ao alto teor de minerais solúveis dela. Outro inconveniente para o turista é que a água da região resseca a pele e os cabelos, mas, quando chega ao consumidor, já foi devidamente tratada e reduzida sua dureza.

Esgotamento sanitário

A rede de esgoto, bem como a de tratamento, é de responsabilidade da SANESUL. O serviço de coleta e tratamento de esgoto da região é um ponto crítico, pois é ineficiente para atender a população local, assim como ocorre no restante do Estado de Mato Grosso do Sul, o qual possui um insatisfatório índice de saneamento. Conforme dados da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio (PNAD), em Mato Grosso do Sul, de cada dez casas somente quatro destinam adequadamente seus resíduos (IBGE, 2009).

Em Jardim, atualmente, existem duas Estações de Tratamento de Esgoto (ETEs); a rede atende menos de 5% das residências da sede. Nas demais áreas são usadas fossas secas.

A rede coletora de esgotos de Jardim tem 13.647 metros de extensão, com 360 ligações domiciliares. No entanto, existem 284 ligações inativas, o que significa que existem várias unidades que possuem rede de esgoto, mas não a utilizam para não arcar com os custos envolvidos.

Esta é uma situação muito grave ambientalmente, dados aos problemas de contaminação de solo e lençol freático pelas fossas secas não tratadas, além de problemas sociais, já que o governo investiu recursos na implantação da rede que está sendo subutilizada.

São frequentes os casos de entupimento da rede de esgoto por mau uso da população, que descarta objetos grandes e indevidos na rede.

A cidade conta apenas com 20% de suas edificações ligadas à rede coletora de esgotos, e a prefeitura já dispõe de mais R$ 200 mil para ampliar a porcentagem atendida para 40%, que estarão ligadas a duas estações de tratamento. As residências que atualmente não dispõem de rede utilizam fossas rudimentares.

Em Jardim, 4% da população é atendida pela rede de esgotamento sanitário de acordo com a SANESUL (Relatório SIBO/dez. 2006). O restante é atendido por sistemas individuais de disposição local, fossas e sumidouros.

Igualmente em Bodoquena, há somente 6,4 mil metros de rede de esgoto, com 390 famílias ligadas. Contudo, está em fase final a obra do PRODETUR para a ampliação do sistema de esgotamento sanitário, que contemplará 100% da população urbana.

Projeta-se que Bonito, com a construção da nova estação de tratamento, seja o primeiro município de Mato Grosso do Sul, e um dos poucos do Brasil, a coletar e tratar o esgoto domiciliar em sua totalidade.

Na região da Serra da Bodoquena, existem afloramentos de rochas que impedem a infiltração dos efluentes pelos sumidouros, não atendendo devidamente a população nas regiões onde há o sistema de esgotamento sanitário implantado.

Outro destaque em comum nos três municípios da região é a ocorrência de um expressivo número de residências que possuem rede coletora passando em sua frente e sem, no entanto, efetuar a ligação, por falta de legislação municipal que discipline a questão.

Em muitas casas também, a rede coletora de esgoto é utilizada para escoamento de precipitações, o que compromete a eficiência do sistema de tratamento de esgoto, expondo-o a danos urbanos e contaminando cursos de água.

Drenagem pluvial

Em Jardim, apenas uma pequena parte da sede é atendida por sistema de drenagem pluvial. No entanto, os casos de alagamento são raros. Em 2009, o PRODETUR SUL, financiou a elaboração do projeto de expansão da rede.

Constata-se que é comum a ligação direta de residências à rede de drenagem pluvial, despejando esgoto sem tratamento, fato que potencializa a fragilidade do ecossistema local e coloca em risco a atividade turística, visto que esses efluentes são lançados em córregos e outros corpos d'água urbanos, que são afluentes diretos de rios que constituem importantes atrativos turísticos, como é o caso do rio Betione, em Bodoquena.

Além de descargas de esgoto doméstico, os cursos d'água local, sobretudo os córregos urbanos dos três municípios, ainda recebem solo oriundo de erosão, contaminação pela disposição inadequada de lixo e efluentes das ETEs, com significativos níveis de matéria orgânica, prejudicando a qualidade de água, conforme estudo do Ministério Público Estadual.

Destaca-se que entre as ações previstas no PDITS/2004, visando à melhoria da infraestrutura básica, estão a elaboração e a execução de projetos de drenagens nos três municípios. Atualmente, somente foi elaborado o projeto de drenagem do município de Bodoquena, região mais crítica, o qual ainda não foi implantado. Mesmo sem um projeto orientador, foram realizadas obras de drenagem e pavimentação nos três municípios, como as decorrentes do convênio entre as prefeituras, Ministério das Cidades e Caixa Econômica Federal ou, ainda, entre prefeitura e Governo do Estado de Mato Grosso do Sul.

Apesar da deficiente drenagem das águas pluviais na região, os prejuízos causados limitam-se à deterioração de pavimentação urbana, contaminação de cursos d'água e outros impactos ambientais negativos, porém, sem representar riscos de vida diretos à população por enchentes e alagamentos.

Limpeza pública e resíduos sólidos

Na região, o serviço de gestão de resíduos sólidos, coleta de lixo, limpeza das vias públicas e dos bueiros das galerias de águas pluviais mantêm-se sob responsabilidade de equipes das prefeituras, sendo o resíduo sólido coletado diariamente nas regiões centrais e três vezes por semana nas regiões periféricas, atendendo a maior parte da população, por exemplo, 90% da população de Bodoquena.

Segundo os relatórios da inspeção realizada em 2005, pela Secretaria de Estado de Saúde, em convênio com o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, esse serviço prestado mostra-se inadequado, visto que os resíduos são destinados às áreas sem licença ambiental, com a presença de animais e crianças em alguns. Igualmente, esses locais de

destino dos resíduos não atendem a legislação quanto à destinação de resíduos de serviços de saúde, pneumáticos, pilhas e baterias usadas.

Ainda com base nos relatórios supracitados, destaca-se que o aterro de Bonito localiza-se a 500 metros do córrego Marambaia, e o de Bodoquena situa-se na encosta de morros, área de preservação permanente, distante 3 km do rio Betione.

Em Jardim, não existe tratamento de resíduos sólidos, os quais são levados para um lixão a céu aberto, localizado muito próximo das margens do rio Miranda, principal fonte de água da região. O lixão recebe aproximadamente duas toneladas de resíduos por dia, e apenas uma parte é separada – garrafas PET, papelão, plásticos e pneus – por pessoas que vivem na área. O lixão abriga, ainda, uma enorme quantidade de animais. Existe um projeto de implantação de um aterro sanitário intermunicipal, em vias de financiamento.

Porém, cientes dessa precariedade, verifica-se em todos os três municípios a iniciativa de melhoria e ajuste. Em Bodoquena, estão sendo elaborados projetos para a adequação do aterro sanitário e implantação de nova unidade.

A administração municipal de Jardim recentemente adquiriu uma área de 32 hectares para a construção de um grande aterro sanitário com outras cinco cidades que participam do Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento Integrado das Bacias dos Rios Miranda e Apa (CIDEMA), e também apoia a recém-formada Associação de Catadores de Jardim, que executa, com sucesso, um programa de coleta seletiva, e alimenta uma usina de compostagem instalada pelo município.

Em Bonito, também há a iniciativa da Fundação de Turismo de MS, em parceria com o Banco do Brasil e prefeitura local, de implantar ações no sentido de gerenciar os resíduos sólidos, tais como a abertura de valas, retirada de crianças do aterro controlado, separação de lixo reciclável, entre outros.

Segurança

O Polo Serra da Bodoquena tem sua segurança pública sob a responsabilidade da Polícia Militar, Polícia Civil, Polícia Militar Ambiental e um subagrupamento do Corpo de Bombeiros

Bodoquena é sede de um destacamento de polícia, contando com um efetivo de dez policiais, para oferecer segurança à população e aos turistas.

O município de Bonito é atendido pela 1ª Companhia Independente de Polícia Militar, mantendo a preservação da ordem pública e segurança da população e do turista, com policiamento preventivo, de guarda e de trânsito. Conta com efetivo policial de 23 policiais militares, instalada em prédio próprio que poderá abrigar e administrar até 80 policiais militares.

Jardim é sede do 11º Batalhão de Polícia Militar, contando com um efetivo de 56 policiais, funcionando com certa precariedade. Por deficiência de estrutura física e institucional, tanto a população quanto o turista não são bem assistidos.

Com a possibilidade de incremento do turismo, há necessidade de reestruturação funcional do contingente policial, adequando-o à demanda, e de melhorias nas dependências policiais.

A presença do Corpo de Bombeiros nos municípios de Bodoquena, Bonito e Jardim é feita pelo 8º Subagrupamento de Bombeiros em Jardim, que também atende Bonito, e do 7º Subagrupamento de Bombeiros, sediado em Aquidauana, que atende o município de Bodoquena.

Pelo fato de a estrutura viária dos atrativos ser deficiente (estradas vicinais), há dificuldades no atendimento. As corporações não dispõem de unidades aeromóveis e todo atendimento é feito por terra. As equipes do Corpo de Bombeiros são compostas de profissionais

qualificados e capacitados de acordo com a portaria ministerial que versa sobre o atendimento pré-hospitalar.

Comunicação

A rede atende a sede dos três municípios do polo, onde existem telefones fixos públicos e individuais. O serviço é considerado bom na sede, mas muito precário nos distritos, onde os telefones públicos estão frequentemente quebrados e pouquíssimos moradores possuem telefone individual. O serviço de telefonia móvel é oferecido por todas as operadoras, com sinal de boa qualidade na sede.

Energia elétrica

Há pouco tempo, a energia elétrica no Estado de Mato Grosso do Sul era classificada como fator inibidor do seu processo de desenvolvimento econômico. Com a privatização da empresa ENERSUL, esse cenário foi modificado e, no aspecto global, o sistema elétrico de atendimento regional encontra-se com boa disponibilidade para expansão de mercado, localizando-se próximo ao sistema de 230 kv, que compõe a rede básica do sistema interligado brasileiro.

O município de Bodoquena é atendido por uma linha de 34,5 kv, proveniente de Miranda, possuindo uma subestação de 34,5 kv para linha 13,8 kv, com potência de 3000 kva. Como acontece com os finais de linha, ocorrem quedas de energia esporadicamente.

Bonito é atendido por uma linha de 69 kv, proveniente de Aquidauana, possuindo uma subestação de distribuição de 69 kv para 34,5/13,8 kv, com um transformador 69-13,8 kv, com 12.500 kva de capacidade e um transformador 69-34,5 kv, com 5.000 kva de capacidade.

Jardim é atendido por uma linha de 138kv, proveniente de Maracaju, possuindo uma subestação de distribuição de 138kv para 13,8kv, com 25000kva de capacidade.

Análise

Ressalta-se que a região é bem atendida quanto a outros serviços relevantes à população local e ao turista, como agências bancárias de bancos comerciais, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, agências dos Correios, serviço de telefonia fixa e móvel das principais operadoras nacionais, além do fornecimento de energia elétrica que atinge em média 95% da zona urbana e 20% da zona rural.

Dentre os serviços públicos apresentados destaca-se, de maneira generalizada, que a população local, tal como o turista, é bem suprida. Verificando-se dentre os serviços menos adequados, esgotamento sanitário e gestão de resíduos sólidos, a presença de medidas de melhoria e adequação deles, muitas destas motivadas pela presença e consolidação da atividade turística na região, o que fará da região referência estadual e nacional quanto ao saneamento, visto que 100% do esgoto domiciliar será coletado e tratado em Bonito.

Assim, nota-se que após a elaboração do PDITS/2004, ainda há a necessidade de elaborar e implantar as ações de melhorias das infraestruturas propostas; porém, houve mudanças significativas nos serviços básicos dos três municípios, sobretudo nos referentes ao esgotamento sanitário, à gestão de resíduos sólidos e à drenagem de águas pluviais, muitas das quais motivadas pela presença e crescente importância da atividade turística na região.

2.5. QUADRO INSTITUCIONAL E ASPECTOS LEGAIS

No município de Bonito, as instituições locais relacionadas ao turismo encontram-se a Secretaria de Turismo da Prefeitura; o Conselho Municipal de Turismo (COMTUR); o Conselho Municipal de Meio Ambiente (COMDEMA) e as associações representativas dos setores ligados ao turismo.

Em Bonito, diversas associações trabalham unidas, visando ao desenvolvimento do turismo de forma sustentável, sendo o modelo de gestão adotado pelo município referência para outros centros turísticos nacionais e internacionais.

No município de Jardim, encontram-se a Secretaria de Meio Ambiente, e no âmbito da administração pública municipal, o Núcleo de Turismo é o órgão setorial da estrutura organizacional da prefeitura. Constitui um órgão de assessoramento e apoio direto e imediato ao prefeito municipal.

A Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), tem um *campus* no município, onde são oferecidos cursos de graduação em Turismo, Geografia e Letras, e o curso a distância de Biologia, em convênio com a Universidade de Brasília (UnB). Jardim conta também com três instituições particulares de ensino superior a distância, credenciadas pelo MEC, que oferecem cursos técnicos e de graduação, com sedes físicas em Jardim: Universidade Federal do Tocantins (EADCOM/UNITINS) oferece os cursos de graduação em Normal Superior, Administração, Ciências Contábeis, Matemática, Análise de Sistemas e Pedagogia; Centro Universitário da Grande Dourados (UNIGRAN), com os cursos de graduação em Pedagogia, Letras, Gestão Empresarial, Técnico Agrícola e Técnico em Gestão da Saúde e Universidade para o Desenvolvimento da Região do Pantanal (UNIDERP), com cursos de graduação em Letras, Pedagogia, Administração e Serviço Social.

Em Bodoquena, a Secretaria de Turismo, Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico agregou atividades um tanto diversas e com focos diferenciados em termo de gestão administrativa, cuja consequência pode influir no desempenho do órgão como um todo. Comumente, não deveriam ser colocadas sob uma mesma gestão administrativa atividades de fiscalização, como é a característica das ações relacionadas com o meio ambiente, e atividades de desenvolvimento e exploração dos recursos naturais, como o turismo e desenvolvimento sustentável.

De certa forma, essas instituições impactam positivamente para o desenvolvimento do turismo na região, somando a isso a importância da capacitação da população para a gestão do turismo na localidade.

Bonito, como município precursor na região quanto ao desenvolvimento do turismo, conta com um Plano de Desenvolvimento do Turismo, com o Conselho Municipal de Turismo, Fundo Municipal de Turismo e com um importante instrumento organizacional e de gestão do setor, o "*Voucher*", que propicia a distribuição racional do fluxo de visitantes e o compilamento de dados estatísticos confiáveis. Ações como a realização de cursos para formação de guias e a Lei Municipal n. 689/1995, que tornou obrigatório o acompanhamento de guias nos passeios turísticos, constituem importantes aliados na construção de um turismo de excelência.

Além dos planos estaduais que incidem diretamente sobre a área, há ainda outros feitos por acadêmicos de diferentes universidades do País, tendo o município como foco principal.

Jardim alocou a gestão das políticas desenvolvimentistas em uma assessoria que abrange o turismo. Também conta com um plano diretor, que está em fase de readequação, realizando audiências públicas.

Os municípios de Jardim e Bodoquena têm seus planos de gestão pública muito bem elaborados, onde eles indicam as diretrizes propondo a melhoria em todo o sistema de organização e coordenação do processo de planejamento turístico.

Nessa perspectiva, percebe-se que o setor público tem feito a sua parte no sentido de organizar e fortalecer sua gestão interna, e tem promovido uma ação continuada na busca de investimentos externos para melhoria do desempenho dentro de suas competências e atribuições. Os investimentos externos e os esforços internos, somados a decisões políticas negociadas com os cidadãos e iniciativa privada, têm tido um consequente desdobramento em planejamento estratégico municipal e setorial (priorizando ações e investimentos), planos operacionais de gestão e um processo de avaliação e melhoria constante do desempenho municipal.

O que fica claro aqui é que o conjunto das estruturas técnicas das organizações estatais, parceiros institucionais e ONGs, como o Instituto das Águas da Serra da Bodoquena (IASB), e a Fundação Neotrópica, por exemplo, tem gerado externalidades positivas importantes para o *trade* turístico e para o desenvolvimento do ecoturismo na região, e de alguma forma tem subsidiado as políticas públicas no sentido de estimular a construção de um ambiente de eficiência coletiva gerador de vantagens competitivas em setores selecionados.

De certa forma, os estudos produzidos pelas entidades têm contribuído para a definição de estratégias e políticas, nos âmbitos nacionais e regionais, voltados para o desenvolvimento do ecoturismo, apoiando o planejamento e as ações locais na medida em que são apontados os pontos críticos ao desenvolvimento e amadurecimento da cadeia produtiva relacionada ao turismo, demonstrando a importância socioeconômica do ecoturismo para a região e ajudando a identificar os principais desafios para o desenvolvimento dele, e propor estratégias para sua superação.

O *trade* turístico dos municípios componentes do Polo Serra da Bodoquena, Bonito, Jardim e Bodoquena, contando com o apoio técnico dos órgãos governamentais, fortaleceu-se com a criação do COMTUR.

A implantação desses conselhos permitiu o envolvimento das populações locais, com a participação e discussão de temas relevantes, que permeiam os interesses do turismo, abrangendo aspectos ambientais, sociais e econômicos da região.

Com o apoio do Ministério do Turismo, está sendo implantado, nas regiões turísticas, o Fórum de Governança Local, que agrega os oito municípios que fazem parte da região, a saber: Bela Vista, Bodoquena, Bonito, Caracol, Guia Lopes da Laguna, Jardim, Nioaque e Porto Murtinho.

2.5.1. Gestão ambiental

A preservação e o uso sustentável dos recursos naturais dependem de ações conjuntas das instituições governamentais e não governamentais. A participação dos municípios nesse processo também é fundamental. Por isso, a política do IMASUL é a descentralização da gestão ambiental, proporcionando a progressiva instrumentalização, utilizando como principal ferramenta o licenciamento ambiental. O fortalecimento das unidades regionais constituirá também um importante instrumento para efetivar as ações com os municípios.

No âmbito da gestão pública ambiental, que será tratada em detalhes na Análise do Quadro Institucional e na Análise Socioambiental do Diagnóstico da Área Turística, destaca-se, nos três municípios, a existência de secretarias executivas, que tratam da regulamentação ambiental dos empreendimentos turísticos, das atividades comerciais, industriais e extrativas, baseados na legislação federal, na estadual, nos códigos de posturas de cada município e nas atuações dos Conselhos de Desenvolvimentos do Meio Ambiente de cada localidade.

Em Jardim, destaca-se o CODEMA, criado em 2003, para tratar da Política Municipal de Meio Ambiente, e o Núcleo de Meio Ambiente (NUMA), responsável pela administração municipal. Esses atores responsáveis pela gestão ambiental no município trabalham em conjunto com a Polícia Militar Ambiental, Promotoria de Justiça do Meio Ambiente e com o Munistério Público, com o objetivo de uma gestão integrada e como uma tentativa de unir esforços para suprir as necessidades existentes.

A gestão ambiental municipal de Bonito compete à Secretaria Municipal de Meio Ambiente, criada em 2004. Da atuação do poder executivo destaca-se o Programa de Conservação do Solo e Água, desenvolvido em parceria com o Ministério Público e produtores rurais, envolvendo a produção de mudas para a recomposição florestal e a construção de terraços como medida de conservação do solo. Suas ações são em parceria com o COMDEMA, que gerencia os recursos do Fundo Municipal de Meio Ambiente, a fim de promover as ações e programas públicos municipais.

Destaca-se que o COMDEMA atua na atividade turística no que tange aos aspectos ambientais, como determinando a frequência de visitação de alguns atrativos quando pertinente, promovendo ações ambientais integradas aos demais órgãos e instituições locais, sendo considerado um conselho atuante e referência no estado, sobretudo no que diz respeito à gestão dos recursos do ICMS Ecológico (PELLIN et al., 2004).

Em Bodoquena, verfica-se a gestão pública ambiental mais deficiente, pois esta limita-se a um Departamento de Meio Ambiente da Secretaria Municipal de Turismo, Meio Ambiente, e Desenvolvimento Econômico, que abrange outras pastas conflitantes, como indústria, comércio, agropecuária e turismo. No município não foram criados, e tampouco atuam, conselho municipal ou outro órgão consultivo.

Das ações ambientais da secretaria supracitada, destacam-se as atividades de ordenamento ambiental desenvolvidas pelo poder executivo, que incluem a recuperação de área degradada no distrito de Morraria do Sul, com construção de curvas de níveis para a retenção dos sedimentos, desassoreamento do córrego e recuperação da vegetação ciliar, a administração de viveiro municipal de mudas de espécies nativas, que são doadas para recuperação de mata ciliar e arborização urbana, e o projeto, em fase de elaboração, para implantação de aterro sanitário, UPL e coleta seletiva de lixo.

Ainda no município, destaca-se a Lei Municipal n. 313/99, e sua regulamentação pelo Decreto Municipal n. 993/99, que normatizam a atividade turística, dos guias de turismo e que restringem a caça e pesca em áreas turisticamente exploradas. Destaca-se também o Decreto Estadual n. 10.633/2002, que restringe a pesca e a navegação no córrego Azul e no rio Salobra.

2.5.2. Vantagens e/ou desvantagens que o turismo oferece para a constituição de empresas

O segmento de turismo é gerador direto de renda para os municípios que possuem atrativos, e grande impulsionador das demais atividades existentes, produzindo efeitos diretos e indiretos sobre a economia local e regional, tais como: estímulo ao setor de comércio e serviços, elevação da arrecadação tributária e geração de novos postos de trabalho.

No entanto, um dos maiores obstáculos a ser enfrentado pelas empresas que atuam nesse segmento é a elevada burocracia para a regularização das atividades turísticas, além da enorme exigência para se conseguir a regularização ambiental, especialmente quando o interesse é pelo turismo de aventura e/ou rural. Tais impedimentos tornam o processo mais demorado e bem mais custoso, inibindo o desenvolvimento dos municípios atingidos.

Outro entrave que acarreta na impossibilidade do pleno desenvolvimento do setor de turismo em alguns municípios diz respeito à falta de mão de obra qualificada para receber, de forma adequada, os turistas nacionais e estrangeiros, o que limita a abertura de novos empreendimentos.

No município de Bodoquena, ainda visando ao incremento da atividade turística, a Lei n. 04/98, prevê a isenção total de impostos para os empreendimentos turísticos. Em Jardim, não foi registrado nenhum tipo de incentivo fiscal para as atividades turísticas. E, por fim, no município de Bonito, a Lei Complementar n. 041, de 4 de dezembro de 2001, dispõe sobre a instituição do Programa de Incentivos para o Desenvolvimento Econômico e Social do Município de Bonito, porém, na prática, não existe fomento a atividade turística por parte das prefeituras, haja vista a ausência de leis municipais que incentivem o turismo.

Há necessidade de se criar leis municipais de incentivos ao turismo como, por exemplo, a redução temporária de ISS para novos empreendimentos turísticos, conceder redução gradativa do IPTU, conforme o tamanho do empreendimento etc.

3. FORMULAÇÃO DOS OBJETIVOS DO PDITS

A formulação dos objetivos, a seguir, foi elaborada de forma participativa e tomando-se por base experiências anteriores de diagnose e planejamento da atividade turística no Polo Serra da Bodoquena.

Objetivos gerais da readequação do PDITS Serra da Bodoquena:

- Fortalecer os mecanismos de governança e a gestão pública voltados ao turismo;
- Ampliar, estruturar e diversificar a oferta turística do Polo Serra da Bodoquena;
- Melhorar a infraestrutura turística e de serviços básicos de apoio;
- Consolidar o polo como destino turístico integrado, sustentável e de qualidade internacional.

Esses objetivos gerais se vinculam às seguintes estratégias:

Quadro 16 – Objetivos gerais e estratégias vinculadas.

Objetivos gerais	Estratégias
Fortalecer os mecanismos de governança e a gestão pública voltados ao turismo.	Modernizar a estrutura administrativa do polo, visando o fortalecimento da Gestão do Turismo.
Ampliar, estruturar e diversificar a oferta turística do Polo Serra da Bodoquena.	Diversificação da oferta de produtos e serviços turísticos do polo, a partir do potencial do ecoturismo.
	Fortalecimento do segmento de ecoturismo.
Melhorar a infraestrutura turística e de serviços básicos de apoio.	Melhoria da infraestrutura turística e dos serviços básicos do polo.
Consolidar o polo como destino turístico integrado, sustentável e de qualidade internacional.	Desenvolvimento de Estratégia de Marketing Turístico, buscando um melhor posicionamento mercadológico.
	Melhoria da qualidade ambiental da Área Turística.

As matrizes de marco lógico abaixo, sintetizam as demandas de intervenção manifestadas nas oficinas participativas, e detalham as bases pelas quais os objetivos propostos devem se pautar para serem atingidos:

Figura 9 – Objetivos gerais e matriz de marco lógico.

MATRIZ DE MARCO LÓGICO			
OBJETIVOS	**INDICADORES**	**MEIOS DE VERIFICAÇÃO**	**SUPOSTOS**
FIM			
Fortalecer os mecanismos de governança e a gestão pública voltados ao turismo	Percentual de gastos destinados a atividade turística	Orçamento público	Elevado grau de sensibilização dos dirigentes
	Número de ações das instâncias de governança (Fórum Regional de Turismo e COMTUR´s)	Relatórios das instâncias de governança	Elevado grau de interesse dos atores locais em promover o turismo
PROPÓSITOS			
Eliminar as descontinuidades da execução das políticas públicas e otimizar os recursos distribuidos	Tempo de duração das ações	Relatórios de gestão	Elevado grau de sensibilização dos dirigentes
	Volume de recursos destinados ao turismo	Orçamento público	Elevado grau de sensibilização dos dirigentes
Fortalecer e articular o sistema de governança no polo	Número de projetos elaborados e propostos pelas instâncias de governança	Relatórios das instâncias de governança	Equipe capacitada para elaborar projetos
COMPONENTES			
1. Ações sequenciadas de promoção do turismo	Tempo de duração das ações	Relatórios de gestão	Elevado grau de sensibilização dos dirigentes
2. Aumento e qualificação das equipes de trabalho nos órgãos de turismo	Concursos públicos realizados para a área de turismo	Relatórios de gestão	Inexistência de restrições de ordem orçamentária
3. Apoiar financeiramente as ações de governança	Número de ações das instâncias de governança financiadas	Relatórios das instâncias de governança	Governos estadual e municipal sensibilizados
4. Fortalecer os Conselhos Municipais de Turismo	Número de ações das instâncias de governança (Fórum Regional de Turismo e COMTUR´s)	Relatórios das instâncias de governança	Atores do Fórum Regional de Turismo e COMTUR´s motivados
ATIVIDADES			
1.1. Sensibilizar prefeitos, vereadores e gestores	Números de parcerias, convênios, normas e legislação em prol do desenvolvimento do turismo	Diário oficial e relatórios de gestão	Elevado grau de sensibilização dos dirigentes
1.2. Promover a participação da sociedade civil nos processos decisórios públicos	Número de representantes da sociedade civil participando dos fóruns de turismo e outras instâncias de governança	Atas de reuniões dos fóruns	Aumento do interesse da sociedade
1.3. Fortalecer o sistema de governança do trade	Número de parcerias e redes de cooperação entre as entidades do trade e o mercado	Relatórios do Fórum Regional de Turismo e dos Conselhos Municipais de Turismo	Boa articulação política das lideranças
2.1. Capacitação e treinamento das equipes de trabalho	R$ 60.000 (20 eventos de capacitação a R$ 3.000,00 cada)	Projetos de capacitação das entidades e governo	Disponibilidade de recursos humanos para realizar as capacitações
3.1. Alocar recursos no orçamento para apoio das ações planejadas e propostas pelas instâncias de governança	R$ 200.000,00 alocados anualmente nos orçamentos estadual e municipais para apoio a projetos	Orçamento público estadual e municipal	Governos estadual e municipal sensibilizados
4.1. Dotar os COMTUR´s de recursos humanos, materiais e financeiros para realização de suas atividades	R$ 100.000,00 alocados anualmente para atividades de apoio administrativo-financeiro aos COMTUR´s	Orçamento público estadual e municipal	Governos estadual e municipal sensibilizados

MATRIZ DE MARCO LÓGICO			
OBJETIVOS	**INDICADORES**	**MEIOS DE VERIFICAÇÃO**	**SUPOSTOS**
FIM			
Ampliar, estruturar e diversificar a oferta turística do polo Bonito-Serra da Bodoquena	Aumento do número de atrativos	Sistema de emissão de *voucher*	Sensibilização dos proprietários de atrativos
	Diversificação de segmentos turísticos	Sistema de emissão de *voucher*	Sensibilização dos proprietários de atrativos
PROPÓSITO			
Promover o aumento do fluxo de turistas para o polo	Estatísticas do fluxo de turistas	Relatórios de gestão	Conjuntura econômica favorável ao turismo
COMPONENTES			
1. Identificar segmentos potenciais emergentes	Número de novos segmentos	Estudos e pesquisas	Existência de segmentos turísticos com atrativos potenciais
2. Ampliar e estruturar a oferta turística	Aumento do volume de investimentos em novos atrativos turísticos	Relatórios de gestão	Conjuntura econômica favorável ao turismo
ATIVIDADES			
1.1. Resgate de estudos existentes e realização de estudos complementares	Aumento do número de segmentos e atrativos em potencial	Estudos e pesquisas realizadas	Ambiente favorável à articulação de parcerias
2.1. Estimular investimentos públicos e privados	Aumento do volume de investimentos na melhoria da oferta turística	Relatórios de gestão	Conjuntura econômica favorável ao turismo

MATRIZ DE MARCO LÓGICO			
OBJETIVOS	**INDICADORES**	**MEIOS DE VERIFICAÇÃO**	**SUPOSTOS**
FIM			
Melhorar a infraestrutura turística e de serviços báscios de apoio	Aumento do fluxo de turistas	Relatórios de gestão	Envolvimento dos órgãos governamentais para consecução do objetivo
PROPÓSITO			
Melhorar a infraestrutura oferecida pelo governo e pelo setor privado	Número de obras de infraestrutura realizadas	Relatórios de gestão e observação *in loco*	Disponibilidade de recursos financeiros
COMPONENTES			
1. Identificar os gargalos de infraestrutura	Número de obras necessárias	Relatórios de gestão e observação *in loco*	Existência de oportunidades de melhorias
2. Sensibilizar empresários proprietários de atrativos a realizarem melhorias	Número de atrativos com obras de melhoria de infraestrutura realizadas	Observação *in loco*	Elevado grau de sensibilização dos donos de atrativos
ATIVIDADES			
1.1. Elaborar projetos de obras	R$ 200.000,00 (valor por projeto)	Projetos elaborados	Equipe capacitada para elaborar projetos
1.2. Captar e mobilizar recursos	Percentual de recursos captados frente as necessidades identificadas	Relatórios de gestão	Equipe capacitada para captar e mobilizar recursos
2.1. Realizar obras de melhorias nos atrativos	Número de obras realizadas	Observação *in loco*	Existência de oportunidades de melhorias
2.2. Alocar recursos no orçamento para apoio das ações planejadas e propostas pelas instâncias de governança	R$ 200.000,00 alocados anualmente nos orçamentos estadual e municipais para apoio a projetos	Orçamento público estadual e municipal	Governos estadual e municipal sensibilizados

MATRIZ DE MARCO LÓGICO			
OBJETIVOS	**INDICADORES**	**MEIOS DE VERIFICAÇÃO**	**SUPOSTOS**
FIM			
Consolidar o polo como destino turístico integrado, sustentável e de qualidade internacional	Aumento do fluxo de turistas	Relatórios de gestão	Envolvimento dos órgãos governamentais para consecução do objetivo
PROPÓSITO			
Realizar ações de marketing e de sustentabilidade	Aumento do volume de gastos com marketing e gestão ambiental do polo	Relatórios de gestão	Envolvimento dos órgãos governamentais e entidades privadas para consecução do objetivo
COMPONENTES			
1. Implantar plano e ações de *marketing*	Número de ações de marketing realizadas	Relatórios de gestão	Potencial de competitividade internacional do polo
2. Implantar ações de gestão ambiental	Número de ações de gestão ambiental realizadas	Relatórios de gestão e observação *in loco*	Sustentabilidade como parâmetro de competitividade
ATIVIDADES			
1.1. Elaborar o plano de *marketing*, definir posicionamento mercadológico, priorizar e realizar ações para o polo	Aumento do fluxo de turistas	Relatórios de gestão	Crescimento internacional da atividade turística
2.1. Adotar sistema de gestão ambiental para o polo	Número de ações de gestão ambiental realizadas	Relatórios de gestão	Sustentabilidade como parâmetro de competitividade

3.1. OBJETIVOS ESPECÍFICOS DA READEQUAÇÃO DO PDITS SERRA DA BODOQUENA

- Promover o aumento dos níveis de competitividade do Polo Serra da Bodoquena no mercado turístico internacional.
- Coordenar as ações de políticas públicas e articular de forma convergente os investimentos públicos e privados.
- Promover a qualificação profissional e a capacitação continuada dos gestores públicos, das entidades de governança e dos atores do *trade* para fortalecer o planejamento e a gestão compartilhada da atividade turística.
- Ampliar e melhorar a oferta de infraestrutura econômica, social e urbana no polo.
- Promover ações de sustentabilidade econômica e ambiental, visando à melhoria da qualidade de vida da população local.
- Diversificar os segmentos turísticos do polo e aumentar o número de atrativos.

O quadro estabelece os vínculos entre os objetivos gerais e específicos:

Quadro 17 – Objetivos gerais e específicos.

Objetivos gerais	Objetivos específicos
Fortalecer os mecanismos de governança e a gestão pública voltados ao turismo.	Coordenar as ações de políticas públicas e articular de forma convergente os investimentos públicos e privados.
	Promover a qualificação profissional e a capacitação continuada dos gestores públicos, das entidades de governança e dos atores do *trade* para fortalecer o planejamento e a gestão compartilhada da atividade turística.
Ampliar, estruturar e diversificar a oferta turística do Polo Serra da Bodoquena.	Diversificar os segmentos turísticos do polo e aumentar o número de atrativos.
Melhorar a infraestrutura turística e de serviços básicos de apoio.	Ampliar e melhorar a oferta de infraestrutura econômica, social e urbana no polo.
Consolidar o polo como destino turístico integrado, sustentável e de qualidade internacional.	Promover o aumento dos níveis de competitividade do Polo Serra da Bodoquena no mercado turístico internacional.
	Promover ações de sustentabilidade econômica e ambiental visando à melhoria da qualidade de vida da população local.

3.2. EVOLUÇÃO DOS IMPACTOS ESPERADOS COM A IMPLANTAÇÃO DO PDITS

Quadro 18 – Impactos de curto, médio e longo prazo.

Descrição do Impacto	Horizonte Temporal		
	Curto 0-2 anos	Médio 2-5 anos	Longo 5-10 anos
Aumento da taxa de crescimento da atividade turística (em%)	3	7	10
Aumento da ocupação hoteleira (em %)	20	50	80
Elevação do tempo médio de permanência (em número de dias)	4	7	10
Aumento do fluxo de turistas (em %)	10	30	50
Aumento do volume dos investimentos privados (em %)	5	8	15
Aumento da geração de renda (em %)	10	15	20
Melhoria do índice médio de desenvolvimento humano	0,76	0,82	0,88
Aumento das receitas públicas derivadas dos impostos gerados (em %)	20	50	80
Aumento da participação da comunidade nas instâncias de governança (em %)	10	30	50
Aumento do número de novos empreendimentos turísticos (em %)	10	15	20
Aumento do número médio de empregos por empreendimento no setor turístico – agência, atrativos e hotéis (em número de empregados)	15	18	30
Aumento do gasto médio por turista (em %)	30	60	95

Fonte: AGRICON Consultoria.

4. ANÁLISE - DIAGNÓSTICO ESTRATÉGICO DA ÁREA E DAS ATIVIDADES TURÍSTICAS

A análise–diagnóstico estratégico da área e das atividades turísticas sinaliza a situação atual e a posição competitiva no mercado turístico desta região, que faz parte da principal rota promovida pela FUNDTUR, a Rota Pantanal-Bonito, integrando os dois destinos mais procurados no estado: o Pantanal e Bonito - Serra da Bodoquena, configurando-se como um produto turístico de grande relevância por ser embasado em ecossistemas singulares.

Também é verificada a conectividade e influência do Polo Serra da Bodoquena no fluxo turístico de outro destacado polo turístico do estado, o Polo Campo Grande e Região, dada sua proximidade geográfica e pelo fato de o Polo Campo Grande e Região ser a principal via de entrada do turista da Serra da Bodoquena, sobretudo daquele que acessa o destino pela via aérea, conforme anteriormente apresentado na análise de conectividade da Justificativa de Seleção da Área Turística.

Recentemente, com a implantação do Trem do Pantanal, essa conectividade entre os três grandes destinos turísticos do estado foi intensificada, pois o turista que segue com o Trem do Pantanal até Miranda pode acessar a Serra da Bodoquena, por via rodoviária, pelo município de Bodoquena; futuramente, com a implantação da segunda etapa do Trem, acessará Corumbá por via férrea.

A formação calcária de suas rochas, diversas nascentes e cursos d'água formando corredeiras, cachoeiras e piscinas naturais, com destacada transparência da água, que aliada à diversidade de plantas e peixes, conferem atratividade turística à Serra da Bodoquena. Esses atrativos naturais, somados à infraestrutura e aos serviços turísticos, à organização e gestão do turismo no local, sobretudo em Bonito, fazem deste um destino consolidado de ecoturismo, turismo de aventura e turismo de natureza, e denota o mesmo potencial para Jardim e Bodoquena.

Complementando esses segmentos principais do polo, já consolidados, nota-se ainda a possibilidade de diversificação do portfólio de produtos turísticos ofertados com a estruturação de novos produtos, a partir das potencialidades existentes e dos segmentos emergentes. Dentre elas, destaca-se o Parque Nacional da Serra da Bodoquena, criado em setembro de 2000, e ainda não aberto à visitação pública, sendo a única unidade de proteção integral federal implantada em Mato Grosso do Sul, e maior área contínua de Mata Atlântica no estado. Salientam-se os emergentes turismos de eventos e de experiência, além dos potenciais geoturismo, turismo histórico-cultural e turismo rural, de base comunitária.

Nos 76,48 mil ha da área do Parque Nacional da Serra da Bodoquena, compreendendo os municípios de Bonito, Bodoquena, Jardim e Porto Murtinho, há grande potencialidade turística em decorrência da presença de exemplares da flora e fauna dos Cerrados, Pantanal e Mata Atlântica, e pelas nascentes do rio Salobra, ao norte, e do rio Perdido, ao sul. No presente ano, o parque ainda não foi implantado, e tampouco seu plano de manejo consolidado, e 17%, ou pouco mais de 13 mil hectares, já foram adquiridos pela União, e o restante demanda regularização fundiária, conforme o Ministério Público Federal em Mato Grosso do Sul (2010).

Já o Tour da Experiência, projeto do Instituto Marca Brasil, desenvolvido pelo Ministério do Turismo, e do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), foi implantado na Serra da Bodoquena em maio de 2010, e, atualmente, possui 18 atrativos integrando o projeto com produtos já estruturados: Restaurante Cantinho do Peixe, a Taboa Fábrica de Encantos, o Vício da Gula, o Projeto Jiboia, o Wetiga Hotel, a Associação

Amigos do Brazil Bonito, o Restaurante Casa do João, a Associação Bonito Feito à Mão, o Buraco das Araras, a Estância Mimosa Ecoturismo, o Hotel Pousada Águas de Bonito, o Hotel Pousada Arizona, o Hotel Marruá, a Oca Bar e a Pousada Chamamé, além das agências de turismo Bonito Way, Agência Ar e Ygarapé Tour.

Em 2006, com a instalação do Centro de Convenções de Bonito, o polo passou a ser inserido no mercado nacional de eventos de pequeno e médio porte (até a capacidade do centro de convenções, 1.700 pessoas sentadas e 1.000 m^2 para exposições), configurando-se como uma alternativa para incrementar o fluxo turístico na época de baixa temporada, quando, segundo a administração do Centro de Convenções de Bonito, é justamente o período de realização da maioria dos eventos. Também em Jardim, há o Centro de Convenções "Oswaldo Fernandes Monteiro", voltado a eventos de pequeno porte, com capacidade para 225 pessoas.

O Geopark Bodoquena-Pantanal, criado pelo Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, pelo Decreto n. 12.897, de 22 de dezembro de 2009, englobando 11 municípios, dentre eles os três integrantes do polo turístico em análise, e que atualmente se encontra em fase de preparação da documentação para obtenção do reconhecimento da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), configura-se como um produto potencial de grande singularidade, sobretudo se obtida a chancela dessa Organização, pois o Geopark passaria a integrar a rede global de Geoparks.

Nele, estão identificados 417 sítios arqueológicos, dentre os quais dos segmentos de turismo étnico, histórico, cultural, de natureza e ecoturismo. Um destes sítios identificados é o Cemitério dos Heróis, uma particularidade da região por seu aspecto histórico e cultural, o qual, se estruturado, pode apresentar interesse e atratividade turística, por ser um dos monumentos relacionados à Retirada da Laguna, em 1867, episódio da Guerra do Paraguai, que constitui a mais famosa e trágica retirada do exército brasileiro.

O Cemitério dos Heróis localiza-se no município de Jardim, onde se encontram enterrados os heróis nacionais: coronel Carlos de Morais Camisão, o tenente-coronel Juvêncio Cabral de Menezes e o José Francisco Lopes, o Guia Lopes.

Complementando as potencialidades da região turística capazes de fortalecer o polo no mercado turístico, tem-se o turismo de base comunitária em assentamentos rurais e distritos, como os assentamentos Campina, Sumatra e Canaã, tradicionais produtores de abóbora cabotiã, em Bodoquena; o distrito de Águas do Miranda, tradicional destino de pesca, e o assentamento Santa Lucia, os dois em Bonito, onde existem duas unidades de produção dos doces e compotas "Pé da Serra".

O artesanato típico produzido na área turística corrobora com o potencial turismo de base comunitária, sendo produzidas peças em couro, osso, madeira, cerâmica, fibras vegetais, entre outras, que refletem a cultura e origem da comunidade local, sendo institucionalmente apoiado pelos núcleos municipais de artesanato existentes nos três municípios do Polo.

4.1. MERCADO TURÍSTICO

O cenário do polo selecionado para o mercado turístico como destino consolidado restringe-se presentemente a Bonito, indutor da região, sendo a vocação principal atual da região turística os segmentos de ecoturismo, turismo de natureza e turismo de aventura, todos pautados nos recursos naturais existentes, decorrentes de seu ecossistema singular, conforme apresentado anteriormente na Justificativa da Seleção da Área Turística.

Essa vocação do polo é ratificada pelo Inventário Turístico, realizado por meio do PDTUR/MS, no período 1999-2002, quando foram constatados 223 atrativos/produtos turísticos na região, categorizados como completos, potenciais, deficientes, e divididos quanto ao tipo em: naturais, culturais e históricos.

Na década de 1960, iniciou-se espontaneamente o fluxo turístico de Bonito para se conhecer a “Gruta do Lago Azul” e a “Ilha do Padre”. Essa demanda, percebida pela comunidade local como uma alternativa econômica, induziu a organização e estruturação da então atividade turística. Assim, hoje Bonito concentra a maior parte dos produtos principais estruturados, e, da mesma maneira, apresenta maior diversificação de produtos complementares e periféricos, que denotam competitividade ao destino.

Porém, ressalta-se que Jardim e Bodoquena possuem o mesmo ecossistema, além das particularidades específicas de cada município apresentadas na introdução deste subitem, denotando a mesma potencialidade turística encontrada em Bonito, configurando-se como uma oportunidade para ampliar quantitativamente e qualitativamente os produtos oferecidos e, também, para diversificar o portfólio estratégico da região turística.

Assim, atendendo aos marcos conceitual da segmentação do turismo pelo Ministério do Turismo para o Ecoturismo, “segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações”, e para o Turismo de Aventura, “compreende os movimentos turísticos decorrentes da prática de atividades de aventura de caráter não competitivo”, o Polo Serra da Bodoquena foi considerado um dos polos priorizados pelo Ministério do Turismo para atuação do Programa de Qualificação e Certificação do Turismo de Aventura, cujas ações, que se iniciaram no segundo semestre de 2006, contemplam principalmente o fortalecimento empresarial e associativo, a qualificação de empresas e condutores e a busca pela excelência em segurança e gerenciamento de riscos.

Considerando o mercado global dos segmentos consolidados e vocação principal do polo em questão, destaca-se que o Brasil é um país rico em atrativos naturais. Segundo o Fórum Econômico Mundial, em 2009, na terceira edição do Relatório de Competitividade em Viagens & Turismo, o Brasil está em segundo lugar no que diz respeito a recursos naturais, perdendo apenas para os Estados Unidos. Nesse contexto, o polo se destaca pelas premiações seguidas de Bonito como melhor destino de ecoturismo, diferenciando o destino no mercado nacional e internacional.

Ainda sobre a dinâmica desse segmento de mercado turístico, o Instituto Aqualung (RAMOS, 2004), destaca que, segundo a OMT, o ecoturismo se expande 20% ao ano, enquanto o turismo convencional cresce 7,5%. O Instituto estima que o mercado brasileiro de ecoturismo movimente cerca de 500 milhões de reais por ano e gera 30 mil empregos diretos.

De acordo com os dados do Estudo da Demanda Doméstica Internacional, realizado pelo Ministério do Turismo, a demanda turística internacional do segmento natureza, ecoturismo e aventura representaram 22,20%, em 2008, da demanda turística com motivo de lazer no Brasil, ficando atrás apenas do Turismo de sol e praia, com 52,30% (BRASIL, 2010b).

Uma vez definidos como produto principal do Polo Serra da Bodoquena os segmentos citados, cabe analisar os demais elementos a eles agregados, que compõem o produto turístico, tornando a experiência de viajar completa, e dotando o destino de competitividade, conforme preconizado por Valls (2006).

Nesse sentido, têm-se como produtos periféricos: i) infraestrutura e equipamentos de suporte: receptivo, estacionamento, lanchonete, botes, roupas de neoprene e outros; ii) agências de viagem; iii) guias de turismo; iv) transporte para o acesso ao atrativo.

Como produtos complementares destacam-se: hospedagem, alimentação, segurança, entretenimentos e atrativos complementares e outros serviços.

Tal como será abordado mais adiante, na análise da demanda e oferta, além do atrativo natural (produto principal) e os periféricos, que viabilizam a experiência, alguns produtos são decisivos na competitividade do produto, como as agências de viagens que, no polo, tem uma atuação expressiva e distinta: a agência de viagem é em grande parte receptiva, ampliando seu papel para além da comercialização do atrativo, visto que é ela que presta o serviço de acompanhamento do turista durante toda a sua permanência no polo, conforme informado pela Diretoria de Turismo, Indústria e Comércio da Prefeitura Municipal de Bonito.

Outro importante produto complementar a ser destacado no polo pela sua peculiaridade é o guia de turismo, diretamente vinculado às agências de turismo, por conferirem qualidade ao produto, pois ele apresenta ao turista não o atrativo, mas sim o destino como um todo, sobretudo aqueles guias que acompanham o turista ao longo do dia, passando por mais de um atrativo, segundo indicado pela Associação de Guias de Turismo de Bonito.

A figura seguinte ilustra a estruturação do produto turístico do Polo Serra da Bodoquena, com seu produto principal, produtos periféricos e complementares.

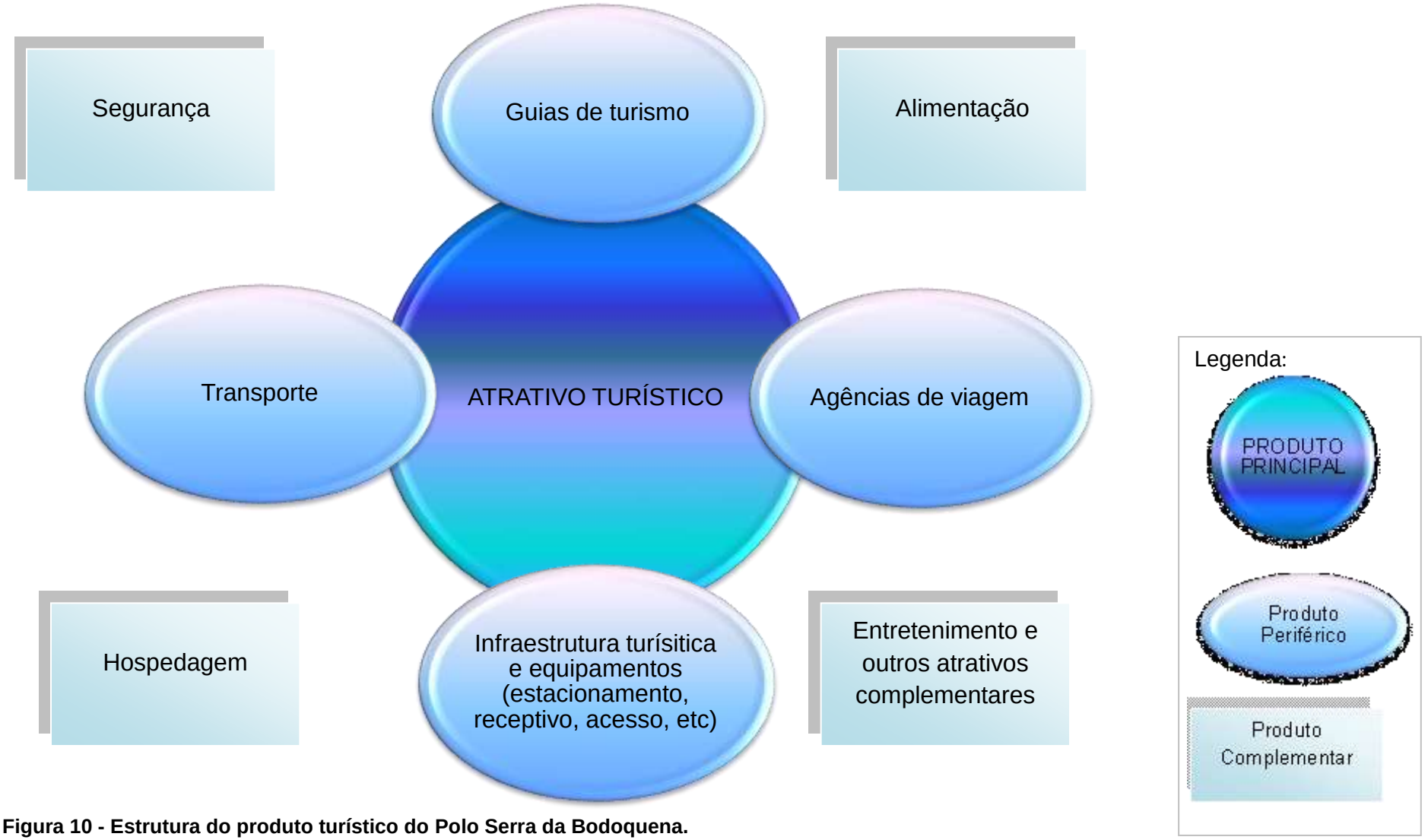


Figura 10 - Estrutura do produto turístico do Polo Serra da Bodoquena.
Fonte: Elaboração própria com base em Valls, 2006.

4.1.1. Demanda atual

No Brasil, os estudos, pesquisas, indicadores e estatísticas sobre o andamento do setor e o perfil da demanda ainda estão em construção pelos órgãos da gestão pública. No âmbito federal e estadual, no entanto, depende do entendimento do setor de que a disponibilidade de dados e informações é fundamental para a efetiva consolidação da atividade, a visibilidade da sua importância para a economia e o fortalecimento da classe empresarial.

Para se obterem dados e informações concretas sobre a demanda dos principais segmentos turísticos do polo, caracterizando o comportamento da demanda uma vez no destino, independente da época do ano, embasou-se a presente análise em fontes diversificada de dados fidedignos à realidade local.

Dentre essas fontes destacam-se a Ficha Nacional de Registro de Hóspedes (FNRH), Boletim de Ocupação Hoteleira (BOH), os fluxos de visitação registrados pelo sistema *Voucher* e estudos realizados pelo Ministério do Turismo, pela Associação Brasileira de Empresas de Turismo de Aventura e Ecoturismo (ABETA), e por instituições acadêmicas.

4.1.1.1. Perfil quantitativo

O volume registrado de turistas no Polo Serra da Bodoquena pode ser analisado por meio de duas significativas fontes de dados: o controle de visitação registrado pelo sistema *Voucher* Único e a Movimentação nos Meios de Hospedagem pelo BOH. Optou-se por pautar a análise do volume turístico da região nos dados do sistema *Voucher* Único, por este disponibilizar uma série de dados maiores e mais recentes, aumentando a segurança para as projeções futuras.

No entanto, conforme analisado pela FUNDTUR (figura seguinte), há uma estreita relação entre Fluxo de Entradas nos Meios de Hospedagem (MH) e Fluxo de Turista estimado pela Visitação aos Atrativos, assim como entre os pernoites gerados e a quantidade de *Vouchers* emitidos, fato este que valida a referida opção.

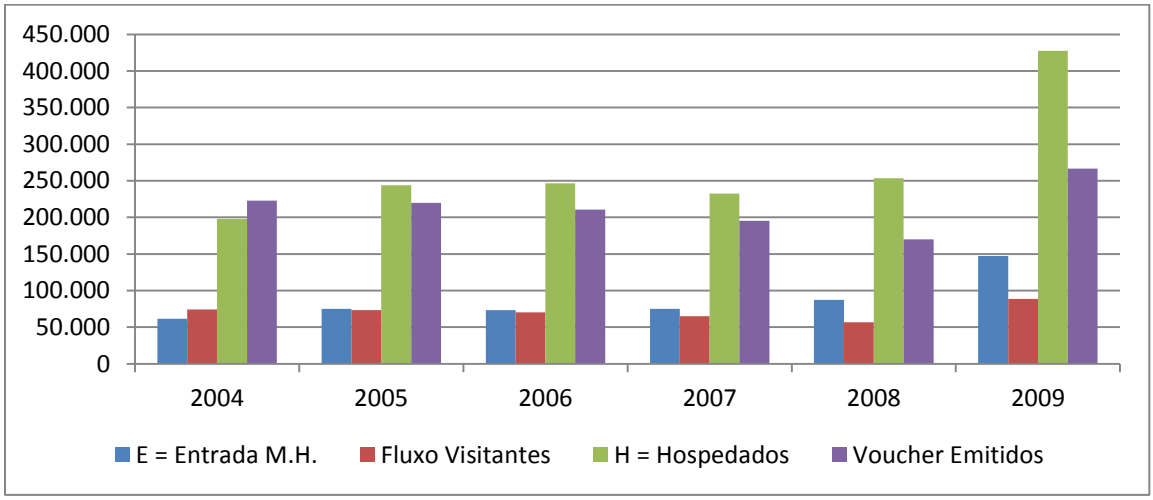


Figura 11 - Movimentação hoteleira X sistema de Voucher único por ano, entre 2004 e 2009.[1]
Fonte: FUNDTUR MS. (MATO GROSSO DO SUL, 2010 b)

[1] Entradas MH refere-se ao número de hóspedes que deram entrada no estabelecimento e HOSPEDADOS corresponde ao número de hóspedes que permaneceram hospedados, ou seja, pernoitaram no empreendimento. Conjectura-se que a variação entre o número de H (hospedados) e vouchers emitidos observada nos últimos anos deva-se ao aumento do fluxo de turistas de eventos ocorrido, apesar de não haver estudos quantitativos a esse respeito.

O sistema de *Voucher* Único – Controle de Arrecadação de Impostos dos Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, implantado em 1996, quantifica o número de visitantes por atrativos e controla a capacidade de carga ao gerenciar o limite de visitações diário por atrativo.

Atualmente, cerca de 50 atrativos turísticos, incluindo alguns localizados em Jardim e em Bodoquena, são controlados pelo sistema *Voucher* (conforme listado na Justificativa de Seleção da Área Turística), o que representa a grande parte dos atrativos configurados como produtos estruturados para comercialização.

Considerando que, em média, cada turista visita três atrativos por viagem, número este convencionado empiricamente pela organização local e ratificado pela FUNDTUR, tem-se o seguinte volume anual de turistas estimado a partir das visitações registradas:

Quadro 19 – Série histórica do total de visitações aos atrativos turísticos do Polo Serra da Bodoquena controladas pelo sistema Voucher e estimativa do volume anual de turistas, entre 1996-2010.

Ano	Jan	Fev	Mar	Abr	Maio	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total	Fluxo (1)
1996	12.909	9.206	3.025	5.881	3.772	5.100	17.845	7.393	7.890	12.143	8.802	12.675	106.641	35.547
1997	25.426	14.301	8.975	6.264	8.911	2.821	23.219	7.343	8.019	12.759	9.042	15.307	142.387	47.463
1998	28.479	14.994	5.651	9.548	5.439	5.249	22.257	5.760	12.025	13.695	7.925	14.257	145.279	48.427
1999	24.081	12.955	7.993	13.100	8.761	7.751	32.739	10.285	19.187	20.204	15.168	14.139	186.363	62.121
2000	31.300	9.190	15.416	13.156	6.376	7.223	25.728	10.178	14.344	16.716	11.804	14.523	175.954	58.651
2001	29.867	14.457	7.403	12.550	5.861	6.362	25.011	10.357	14.787	19.085	14.703	17.626	178.069	59.356
2002	34.242	14.929	14.873	9.351	10.055	7.305	33.910	13.097	14.038	21.930	19.413	23.686	216.829	72.276
2003	36.691	10.404	18.813	19.936	11.019	11.021	33.235	12.543	19.482	20.285	12.441	22.983	228.853	76.284
2004	37.391	22.334	10.305	14.697	9.145	8.026	28.452	12.353	19.137	23.342	15.287	22.250	222.719	74.240
2005	35.002	19.600	12.408	11.616	9.702	5.977	32.005	15.151	19.207	19.072	18.128	21.664	219.532	73.177
2006	38.050	18.564	12.681	12.006	8.088	7.859	24.750	12.857	16.516	18.017	17.600	23.465	210.453	70.151
2007	35.355	15.550	10.285	15.190	5.876	7.418	23.896	10.032	15.610	15.454	16.787	23.784	195.237	65.079
2008	26.364	13.187	10.313	6.240	9.118	5.236	23.193	10.523	11.246	14.154	13.903	26.539	170.006	56.668
2009	46.094	22.636	11.694	20.827	11.006	9.939	34.494	14.108	19.536	27.062	20.345	28.798	266.539	88.846
2010	43.049	23.447	10.145	16.109	9.426	15.454	35.818	14.484	25.499	27.132	22.817	32.884	276.164	92.055
Total	**484.300**	**235.754**	**159.980**	**186.471**	**122.555**	**112.741**	**416.552**	**166.464**	**236.523**	**281.050**	**224.165**	**314.580**	**2.941.025**	**980.342**

Fontes: Prefeitura de Bonito - Central do ISSQN /FUNDTUR MS. (MATO GROSSO DO SUL, 2010 b)
(1) Fluxo estimado pautado no pressuposto de que, em média, o turista visita três atrativos.

O quadro anterior indica o crescimento de aproximadamente 159%, entre 1996 e 2010, no volume anual de turistas, sendo o crescimento observado de 25,80%, entre os últimos cinco anos. A figura seguinte ilustra as oscilações do comportamento do volume de turistas no período registrado:

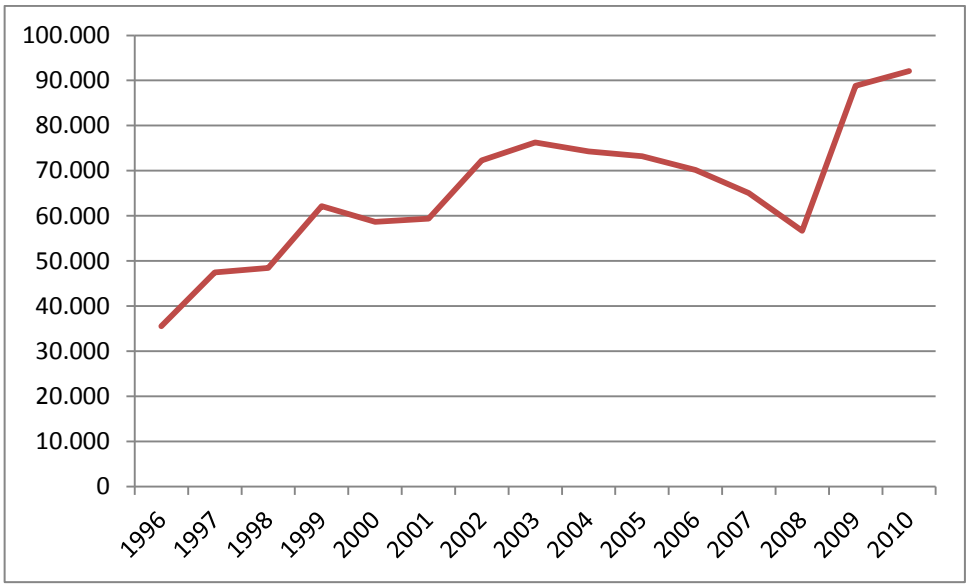


Figura 12 - Comportamento do volume de turistas no Polo Serra da Bodoquena, entre 1996 - 2010
Fonte: Elaborado a partir dos dados da Prefeitura de Bonito Central do ISSQN /FUNDTUR MS. (MATO GROSSO DO SUL, 2010 b)
Nota: Estimou-se que cada turista visite cerca de três atrativos por viagem.

A análise gráfica mostra uma tendência clara de aumento do fluxo de turistas na região ao longo da série. Esse desempenho pode ser explicado pela maior divulgação, estruturação gradativa do destino ao longo do tempo, melhor e maior dotação de infraestrutura econômica e social, aumento da oferta de atrativos aos turistas, estabilização da economia e aumento do poder de compra dos consumidores, dentre outros fatores. Destaca-se também que a inflexão do fluxo de turistas observada no período de 2003 a 2008, pode ser explicada, dentre outros, por dois fatores essenciais: a valorização cambial verificada no período, o que favorece as viagens ao exterior, e a crise financeira de 2008, que colapsou o mercado de crédito e provocou o surgimento de expectativas negativas e afetou negativamente a demanda turística.

A recuperação verificada em 2009, pode ser explicada pelo fato de que a desvalorização cambial e o novo cenário econômico internacional fizeram com que o turista nacional voltasse a focar o mercado interno e, dessa forma, o Polo Serra da Bodoquena volta a receber os turistas que havia perdido na competição entre os destinos nacionais e internacionais.

Cabe destacar que o volume de turistas ao longo do ano tem comportamento sazonal característico dos destinos ecoturismo, aventura e lazer, principalmente escolhidos para períodos de férias e feriados prolongados (figura seguinte). A diversificação da oferta com a promoção do destino no segmento de negócios e eventos tende a modificar essa sazonalidade com a otimização dos períodos tidos como baixa temporada. Um exemplo é o Festival de Inverno de Bonito, que vem sendo realizado estrategicamente no final de julho, começo de agosto, com objetivo de prolongar o período da alta temporada de julho.

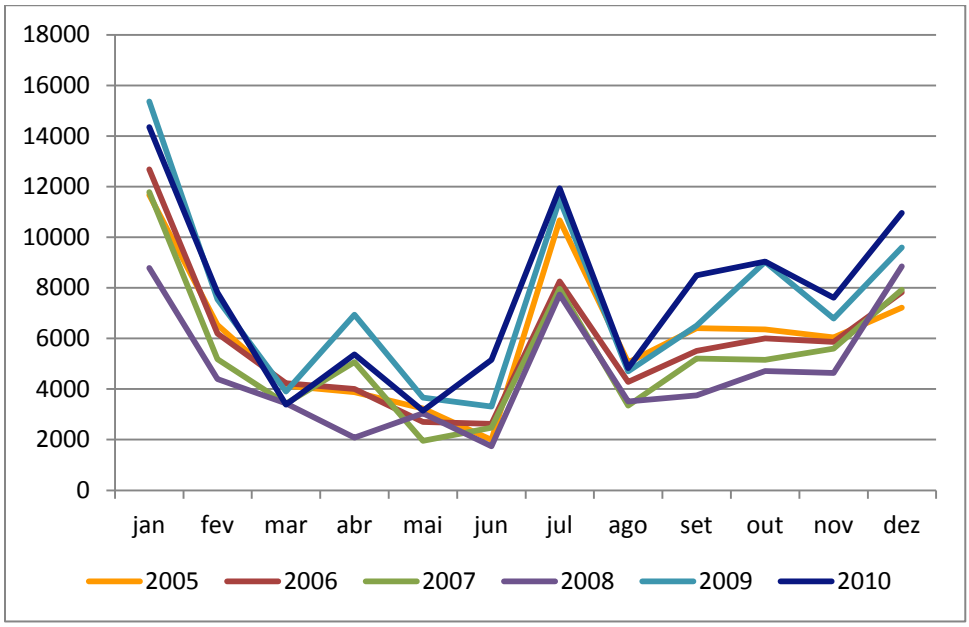


Figura 13 – Volume turístico mensal do Polo Serra da Bodoquena, entre 2005 e 2010.
Fonte: Elaborado a partir dos dados da Prefeitura de Bonito Central do ISSQN /FUNDTUR MS. (MATO GROSSO DO SUL, 2010 b)
Nota: Estimou-se que cada turista visite cerca de três atrativos por viagem.

Emprega-se aqui a amostragem de 10% do total FNRH, de 2005, 2007, 2008 e 2009, encaminhada pelos Meios de Hospedagens do Polo Serra a Bodoquena, em atendimento à legislação vigente para o setor - Deliberação Normativa 429/2002 - Regulamentação Geral dos Meios de Hospedagem - Ministério do Turismo e Decreto Estadual n. 11.536, de 12/01/2004 - cujo cumprimento na região turística em questão se dá, em maior parte, pelos empreendimentos de Bonito. Assim, apesar da menor participação dos empreendimentos de Jardim e Bodoquena na base de dados utilizada, reflete-se o grau de consolidação da atividade turística nos municípios em análise, e tem-se como mercado de procedência do turista do polo em estudo:

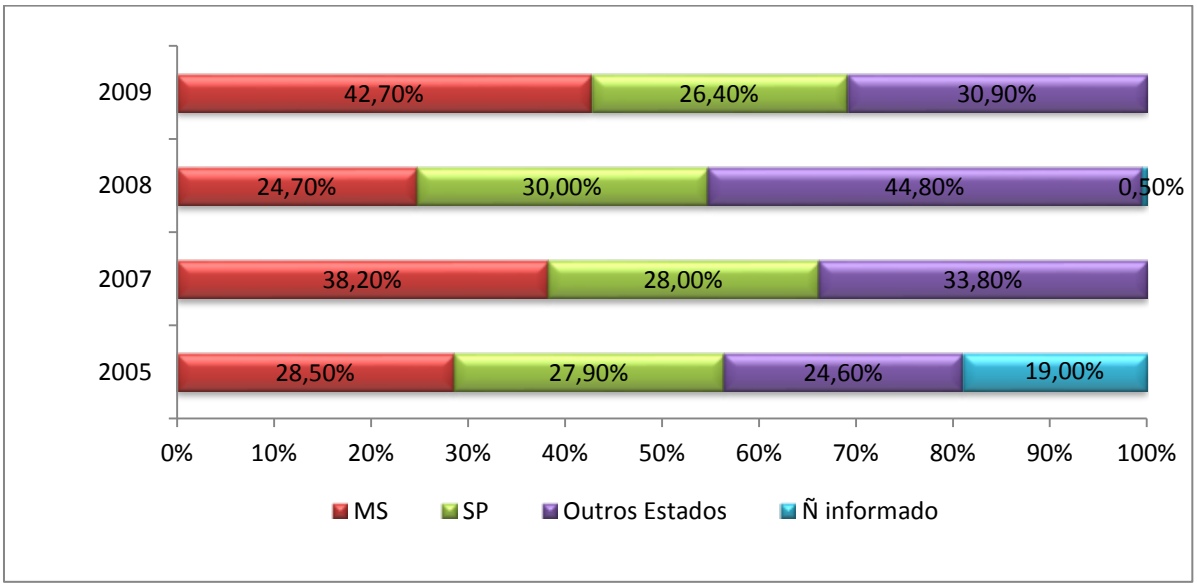


Figura 14 – Procedência do turista do Polo Serra da Bodoquena, em 2005, 2007, 2008 e 2009.
Fonte: FNRH – FUNDTUR/MS (MATO GROSSO DO SUL, 2010b)

Detalhando o item Outros Estados, se apresentam como Ultima Procedência:

2005 – SC 2,1%; RS 1,7%; MG 1,6%; DF 1,1%; ES 1,0%; GO 0,7%; BA 0,5%; MT 0,4%; CE 0,3%; PE 0,2%; PI 0,2%; SE 0,2%; RR 0,1%; PA 0,1%; RO 0,1%; RN 0,1%; MA 0,1%; AM 0,1%; TO 0,1%;

2007 – RS 2,7%; MT 1,9%; GO1,5%; RO 0,7%; CE 0,6%; BA 0,4%; PE 0,4%; ES 0,4%; AL 0,1%; RN 0,1%; SE 0,1%; AC 0,1%; PI 0,1%; MA 0,1%; AM 0,1%; TO 0,1%; PB 0,1%;

2008 – MT 4,5%; RJ 4,2%; RS 3,8%; DF 3,7%; BA 2,8%; GO 1,8%; ES 0,3%; RO 0,3%; RN 0,3%; CE 0,3%; PE 0,2%; AM 0,2%; PA 0,2%.

2009 – AC 0,9%; GO 1,8%; MG 1,8%; MT 3,6%; PE 1,8%; PR 3,6%; PR 3,6%; RJ 1,8%; RO 3,6%; RS 1,8%; SC 4,5%; SE 0,9; outros 0,9%;

Nota-se pelo exposto que a maior parte dos turistas do polo é de nacionalidade brasileira, destacando o próprio Mato Grosso do Sul e o Estado de São Paulo como os maiores mercados emissores. Ao analisar os demais estados de origem do turista, verifica-se uma grande variação entre os anos analisados.

Enquanto emissores para o destino:

Os estados limítrofes com Mato Grosso do Sul: SP, MT, PR, MG, GO representaram em 2005 – 37,2%; em 2007 – 40,50%; em 2008 – 48,30% da origem dos visitantes; em 2009 – 32,60%;

A região Centro-Oeste: MS, MT, GO, DF representou em 2005 – 30,46% dos Estados Emissores; em 2007 - 45,40% e em 2008 – 34,70%; em 2009 – 53,60%;

A região Sudeste: SP, RJ, ES, MG representaram em 2005 35,6% dos Estados Emissores; em 2007 - 37,0%; em 2008 - 76,70%; em 2009 – 25,40%;

Os estados do Norte/Nordeste: PE, BA, PA, CE, RN, RO, SE, PI, MA, AM, AL representaram em 2005 – 2% dos Estados Emissores; em 2007 - 2,3%; em 2008 – 4,30%; em 2009 - 2,70%;

A região Sul: PR, RS, SC representaram 10,4% dos Estados Emissores; em 2007 – 11,70%; em 2008 – 15,80%; em 2009 –9,90%.

Detalhando-se a origem dos turistas estrangeiros que frequentam o polo:

Quadro 20 – Procedência do turista estrangeiro do Polo Serra da Bodoquena, em 2005, 2007, 2008 e 2009.

PAÍS	2005	2007	2008	2009
Não respondeu/brasileiro	95,1%	92,5 %	94,0%	96,4%
Estados Unidos	0,4%	1,6%	2,3%	0,2%
Itália	0,4%	0,4%	0,3%	0,2%
Japão	0,4%	0,3%	0,2%	-
Alemanha	0,4%	0,6%	0,2%	0,1%
Espanha	0,3%	0,9%	0,3%	0,3%
Portugal	0,3%	0,4%	-	0,2%
França	0,2%	0,3%	0,3%	0,1%
Argentina	0,2%	0,1%	0,3%	0,1%
Austrália	0,2%	0,3%	0,3%	-
Canadá	0,1%	0,2%	-	-
Holanda	0,1%	0,1%	-	0,9%

PAÍS	2005	2007	2008	2009
Bélgica	0,1%	0,5%	-	-
Chile	0,1%	0,1%	-	-
Paraguai	0,1%	0,3%	0,2%	1,50%
Áustria	0,1%	0,1%	-	-
TOTAL	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**

Fonte: FNRH – FUNDTUR/MS (MATO GROSSO DO SUL, 2010b)

Embasado nos volume de turistas do polo e na procedência acima apresentados, estima-se o seguinte volume de turista por mercado geográfico de procedência:

Quadro 21 – Volume de turistas por mercado geográfico, em 2005, 2007, 2008 e 2009.

Procedência		2005	2007	2008	2009
Brasil	MS	19.834	22.996	13.157	36.572
	SP	19.416	16.855	15.980	22.611
	Outros estados	17.119	20.347	23.864	26.465
	não informado	13.222	0	266	0
Outro País		2.708	4.816	3.400	3.198
Não informado		878	65	0	0
Total		**73.177**	**65.079**	**56.668**	**88.846**

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do *Voucher* e da FNRH (MATO GROSSO DO SUL, 2010b)

Não há estudo que determine o grau de permanência do turista de Bonito isolado ou do Polo Serra da Bodoquena, sobretudo refletindo o comportamento da demanda ao longo de todo o ano, e considerando ambos os períodos de alta e baixa temporada; porém, se conjectura que esse grau de permanência seja elevado, dada à posição geográfica do polo, os acessos reduzidos e ao fato da região não se configurar como um corredor turístico.

Tomando-se por base o volume de turistas apresentado, embasado nas visitações aos atrativos controladas pelo sistema *Voucher* Único, entre 1996 e 2010, realizou-se a projeção futura do fluxo de turistas. Para a realização da projeção desse fluxo foi utilizado o modelo Holt-Winters para a previsão dos dados até 2015, sendo necessário utilizar os dados mensais, pois, para esse modelo, é necessário que a amostra tenha no mínimo 60 observações. Nesse cálculo, tal como recomendado pelo órgão oficial de turismo do estado, assumiu-se que cada turista visita três atrativos. Os resultados estão no quadro e figura seguintes:

Quadro 22 - Projeção futura do fluxo de turistas para o Polo Serra da Bodoquena, para 2010 a 2015.

Ano	Fluxo de Turistas
1996	35.547
1997	47.463
1998	48.427
1999	62.121
2000	58.651
2001	59.356
2002	72.276
2003	76.284
2004	74.240
2005	73.177
2006	70.151
2007	65.079
2008	56.668
2009	88.846
2010	92.055
2011	100.441
2012	109.591
2013	119.575
2014	130.468
2015	142.354

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Sistema *Voucher* (MATO GROSSO DO SUL, 2010b)

A projeção para os anos de 2011 a 2015, foi realizada com base na taxa de crescimento do fluxo de turistas encontrada pelo modelo, que é de 9,11%. A figura 16 mostra a visualização desse crescimento:

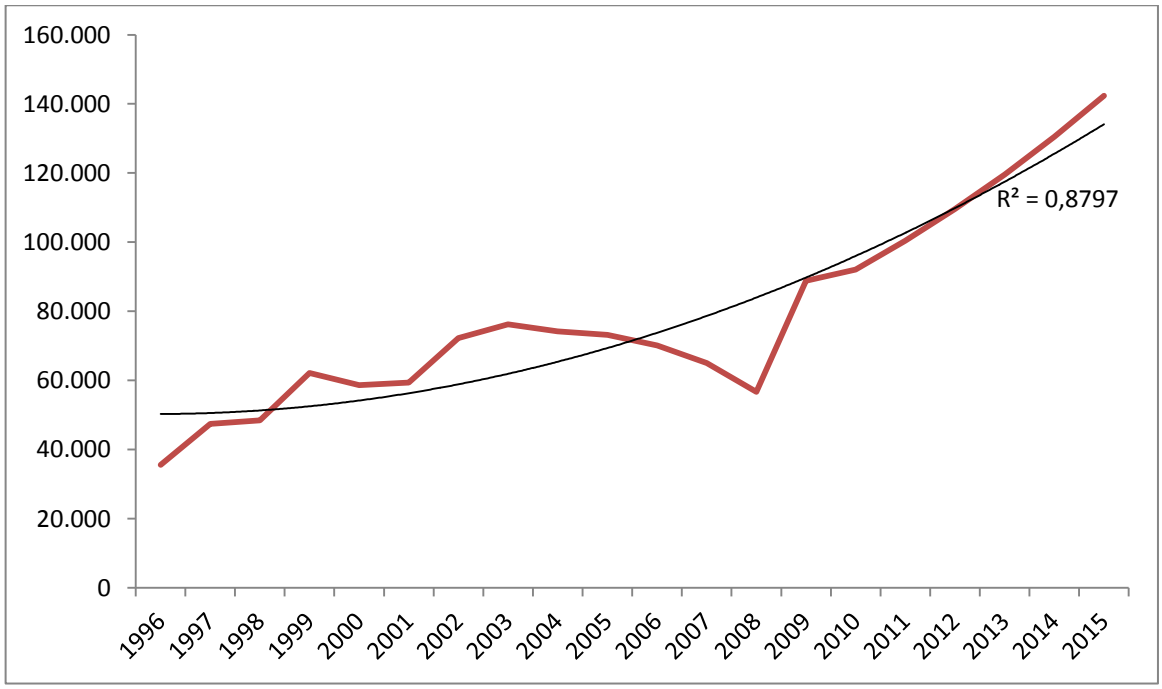


Figura 15 - Estimativa do volume turístico do Polo Serra de Bodoquena, entre 2011 e 2015.
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Sistema *Voucher* (MATO GROSSO DO SUL, 2010b)

A análise da projeção apresenta um coeficiente de determinação de 0,8797 (R^2 = 0,8797), o que significa dizer que o modelo explica, com confiança, o comportamento dos dados apresentados na série.

Ressalta-se que modelos baseados no comportamento passado das variáveis apresentam limitações nas previsões. No presente caso, as projeções citadas são embasadas no fluxo de visitação aos atrativos, que ainda não reflete o volume turístico dos segmentos emergentes no polo (como eventos programados e o *tour* da experiência, por exemplo) e, por isso, essas projeções devem ser consideradas conservadoras, mas retratam com fidelidade o fluxo turístico estimado dos segmentos principais da área turísticos. Outra limitação do modelo adotado é desconsiderar eventos futuros que podem influenciar o comportamento da variável em análise, como a possível influência de dois eventos esportivos importantes que ocorrerão no Brasil: a Copa do Mundo de Futebol em 2014, e as Olimpíadas do Rio de Janeiro, em 2016.

4.1.1.2. Perfil qualitativo

No Brasil, ainda, os estudos, pesquisas, indicadores e estatísticas sobre o setor de turismo, perfil da demanda, entre outros aspectos, estão em construção pelos órgãos da gestão pública, federal e estadual. Por isso, o perfil qualitativo aqui analisado é embasado em pesquisa realizada pela FUNDTUR/MS, com amostra de 10% coletada a partir das informações da FNRH, de 2005, 2007, 2008 e 2009, encaminhadas pelos Meios de Hospedagens da região em atendimento à legislação vigente para o setor - Deliberação Normativa 429/2002 - Regulamentação Geral dos Meios de Hospedagem - Ministério do Turismo e Decreto Estadual n. 11.536, de 12 de janeiro de 2004.

Desta amostra tem-se o sexo masculino como maioria entre os turistas locais:

Quadro 23 – Gênero do turista do Polo Serra da Bodoquena, em 2005, 2007, 2008 e 2009.

GÊNERO	2005	2007	2008	2009
Masculino	67,3%	67,3%	68,7%	61,8%
Feminino	32,6%	32,6%	31,3%	38,2%
Não informado	0,1%	0,1%	-	-
TOTAL.	**100%**	**100%**	**100%**	100%

Fonte: FNRH – FUNDTUR/MS (MATO GROSSO DO SUL, 2010b)

No tocante ao gênero, em função das características do destino, bem como dos passeios oferecidos voltados para a Aventura, o sexo masculino representa 2/3 dos visitantes. Abaixo, segue a faixa etária:

Quadro 24 – Faixa etária do turista do Polo Serra da Bodoquena, em 2005, 2007, 2008 e 2009.

IDADE	2005	2007	2008	2009
41 a 50	28,4%	26,2%	26,7%	27,3%
31 a 40	24,3%	28,4%	29,0%	21,8%
21 a 30	19,7%	20,1%	17,0%	21,8%
51 a 60	14,9%	14,0%	25,8%	20,9%
61 a 70	6,5%	6,5%		3,6%
11 a 20	3,2%	3,2%	1,50%	3.6%
Não informado	1,6%	-	-	4,6 %
71 a 80	1,1%	1,4%		
81 a 90	0,2%	0,2%		
01 a 10	0,1%	-		
TOTAL.	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**

Fonte: FNRH – FUNDTUR/MS (MATO GROSSO DO SUL, 2010b)

A faixa etária entre 31 e 60 anos, representa 70% da idade predominante entre o público visitante do destino, em 2009; observa-se um público acima de 60 anos: em 2005 – 7,80% e em 2007 – 8,10% - que se trata do segmento da terceira idade, que, segundo o IBGE, são cerca de 32 milhões de pessoas que colocam o Brasil como o 6º país envelhecido do mundo: nicho de mercado em expansão cujas estratégias de alcance estão disponíveis por meio do *Programa Viaja Mais, Melhor Idade, desenvolvido pelo* Ministério do Turismo.

Embasado na amostra acima, confirmou-se o turismo como a principal motivação da viagem:

Quadro 25 – Motivação da viagem do turista do Polo Serra da Bodoquena, em 2005, 2007, 2008 e 2009.

Motivo da Viagem	2005	2007	2008	2009
Negócio	5,0%	13,0 %	19,3%	4,5%
Turismo	72,1%	72,%	68,8%	94,5%
Saúde	0,1%	0,1%	-	
Lazer	7,4%	9,3%	-	
Estudo / Ensino	0,7%	1,4%	-	
Esporte	0,4%	-	-	
Convenção/Evento	6,7%	4,0%	-	
Religioso	0,1%	0,1%	-	
Outros	4,4%	4,9%	8,5%	1,0%
Não informado	4,4%	0,1%	3,8%	
TOTAL.	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**

Fonte: FNRH – FUNDTUR/MS (MATO GROSSO DO SUL, 2010b)

Os segmentos turismo, lazer, convenção/evento/negócio representaram, respectivamente, em 2005 - 91,20 %; em 2007 - 98,30%; e no intervalo de um ano continuaram a representar um fluxo expressivo como motivo da viagem: em 2008, representaram – 88,10%, embora outros motivos tenham apresentado um crescimento de média de 3,90%. Salienta-se que, em 2009, esses segmentos agregados, negócios e turismo, respoderam por 99% do motivo de viagem total verificado nas FNRHs da área turística em questão.

Uma vez no destino, verifica-se, por meio do fluxo de visitação por atrativo turístico, que apesar de identificados 223 atrativos pelo inventário do PDTUR, e conforme informação local, fornecida pela ABGT, existem cerca de 30 atrativos estruturados para comercialização, pouco atrativos (cerca de quatro, em 2010) concentram mais da metade da visitação turística, conformando-se como os atrativos mais valorizados/visitados pelo turista do polo em estudo, conforme ilustram o quadro e a figura seguintes:

Quadro 26 – Atrativos turísticos mais visitados do Polo Serra da Bodoquena, entre 2006 e 2010 (em volume anual de visitações).

Atrativos	2006	2007	2008	2009	2010
Gruta do Lago Azul	42.847	41.716	38.226	54.268	52.935
Bote Iberê/ Natura/ Ború	29.174	31.081	24.412	40.539	40.498
Rio Sucuri	16.803	20.702	17.833	28.059	27.167
Aquário Natural	16.622	12.850	9.361	19.011	20.316
Bonito Aventura	2.668	2.670	1.160	1.147	D.N.D
Estância Mimosa	8.031	6.342	6.735	12.790	13.265
Rio do Peixe	7.799	8.922	5.840	10.935	11.033
Parque das Cachoeiras	7.163	4.293	4.640	8.508	9.358
Balneário Municipal	10.665	9.944	D.N.D	D.N.D	D.N.D
Rio da Prata	10.909	7.037	D.N.D	D.N.D	D.N.D.
Total de visitações no ano	**210.453**	**195.237**	**170.006**	**266.539**	**276.164**

Legenda : D.N.D – Dados Não Disponíveis
Fonte: Sistema Voucher – Prefeitura Municipal de Bonito – FUNDTUR/MS (MATO GROSSO DO SUL, 2010b)

Analisando a visitação por atrativos percentualmente em 2010, tem-se:

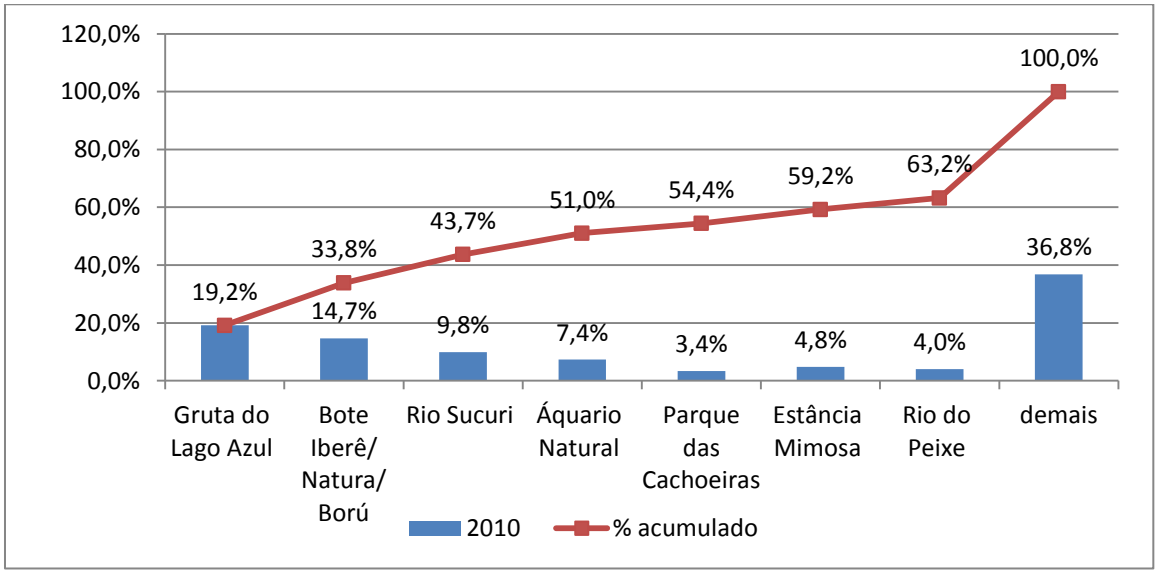


Figura 16 – Participação dos atrativos mais valorizados no total de visitação, registrado em 2010.
Fonte: elaborado a partir dos dados do Sistema Voucher – Prefeitura Municipal de Bonito – FUNDTUR/MS (MATO GROSSO DO SUL, 2010b)

Um aspecto fundamental na análise da demanda do mercado turístico é a avaliação da sensibilidade do turista em relação à variação do preço dos atrativos. Para tanto, foi utilizado o cálculo de elasticidades.

Os cálculos de elasticidades foram realizados a partir das informações de preço e de quantidade (2006 e 2009), fornecidos pela FUNDTUR-MS, de quatro atrativos, sendo: Gruta Lagoa Azul, Rio Sucuri, Aquário Natural e Estação Mimosa.

Foram calculadas as elasticidades preço da demanda, elasticidade renda da demanda e elasticidade cruzada da demanda, sendo empregada a metodologia de cálculo de elasticidade no ponto (PYNDICK, 2002).

No cálculo da elasticidade renda da demanda (ERD), foram utilizados dados do Ministério do Trabalho e Emprego (renda média e número de ocupados) e utilizados os valores para o cálculo do número de índice da renda (HOFFMANN, 2006).

Os resultados das analises estão apresentados nas tabelas abaixo:

Quadro 27 - Elasticidade-preço da demanda na alta e baixa temporada nos atrativos analisados.

Atrativo	Baixa Temporada		Alta Temporada	
	Valor	Tipo	Valor	Tipo
Gruta Lagoa Azul	1,4	*Giffen*[2]	0,6	*Giffen*
Rio Sucuri	-4,7	Elástica	-6,8	Elástica
Aquário Natural	0,0	Nula	-0,5	Inelástica
Estação Mimosa	-1,7	Elástica	-0,8	Inelástica

Fonte: Elaborado a partir de dados da FUNDTUR (MATO GROSSO DO SUL, 2010b)

No caso do atrativo “Gruta Lagoa Azul”, foi identificado que a demanda do atrativo aumentou mesmo com o aumento dos preços do referido atrativo, sendo incoerente com a lei da demanda. Esse fato não é incomum em decorrência dos vários outros fatores que determinam a demanda, como *marketing*. Este comportamento é um importante indicativo da preferência do turista pelo atrativo, ícone da região.

O atrativo Rio Sucuri apresentou elasticidade preço da demanda (EPD), do tipo elástica, tanto na temporada quanto na época da baixa temporada, ou seja, reduções no preço do atrativo aumentam mais que proporcionalmente a demanda pelo atrativo.

Já no caso do Aquário Natural, na baixa temporada apresenta ausência de EPD, ou seja, alterações de preço terão impactos na mesma proporção na demanda do atrativo. Na alta temporada, o atrativo apresentou uma EPD inelástica, ou seja, variações no preço impactam em menor proporção na demanda do atrativo.

Na baixa temporada, a Estação Mimosa apresentou EPD elástica, e na alta temporada EPD inelástica.

Quadro 28 - Elasticidade-renda da demanda na alta e baixa temporada nos atrativos analisados.

Atrativo	Baixa Temporada			Alta Temporada		
	Valor	Bem	Tipo	Valor	Bem	Tipo
Gruta Lagoa Azul	1,79	Superior	Elástica	0,72	Normal	Elástica
Rio Sucuri	3,21	Superior	Elástica	3,83	Superior	Elástica
Aquário Natural	-0,08	Inferior	Inelástica	2,18	Superior	Elástica
Estação Mimosa	3,63	Superior	Elástica	2,07	Superior	Elástica

Fonte: Elaborado a partir da FUNDTUR (MATO GROSSO DO SUL, 2010b)

[2] Bem de Giffen é quando um aumento no preço do bem causa um aumento de demanda desse bem, sendo este um comportamento atípico de demanda. Para ver mais sobre o assunto consultar Pyndick (2002).

O atrativo “Gruta Lagoa Azul”, possui dois tipos de comportamentos em relação à ERD: na baixa temporada, como bem superior, e na alta temporada, bem normal. Isso significa que na baixa temporada aumentos na renda impactam mais que proporcionalmente na demanda do atrativo.

Em ambas as temporadas (alta e baixa), o Rio Sucuri e o atrativo da Estação Mimosa possuem ERD superiores a 1, o que significa que os atrativos são considerados do tipo superior, ou seja, acréscimos de renda causam impactos mais que proporcional na demanda dos atrativos nas duas temporadas.

Já o Aquário Natural, possui dois tipos distintos de classificação quanto à ERD: na baixa temporada, como um bem inferior, e na alta temporada, como um bem superior.

Quadro 29 - Elasticidade-preço cruzada da demanda na alta e baixa temporada nos atrativos analisados.

Atrativo	Gruta Lagoa Azul		Rio Sucuri		Aquário Natural		Estação Mimosa	
	Baixa Temporada	Alta Temporada	Baixa Temporada	Alta Temporada	Baixa Temporada	Alta Temporada	Baixa Temporada	Alta Temporada
Gruta Lagoa Azul	---	---	-2,61	-1,27	-0,51	-0,17	-0,83	-0,27
Rio Sucuri	---	---	---	---	-0,91	-0,92	-1,48	-1,44
Aquário Natural	---	---	---	---	---	---	0,04	-0,82
Estação Mimosa	----	---	---	---	---	---	---	---

Fonte: Elaborado a partir da FUNDTUR (MATO GROSSO DO SUL, 2010b)

Nos cálculos de elasticidade cruzada da demanda (ECD) para os atrativos, das 12 combinações possíveis, 11 combinações apresentaram ECD com valores negativos, indicando que esses atrativos são considerados complementares, ou seja, não competem entre si.

Apenas quando comparado os atrativos Aquário Natural em relação à Estação Mimosa na baixa temporada, a ECD foi positiva (0,04), indicando que esses dois atrativos são concorrentes. Ressalta-se que o valor da elasticidade cruzada da demanda para o atrativo é muito próxima de zero, indicando que possivelmente não há relação entre os dois atrativos.

Analisaram-se também outros fatores que incidem na decisão de viajar, baseado na Pesquisa de Hábitos de Consumo do Turista Brasileiro, de 2009[3], realizada pelo Ministério do Turismo. A extrapolação dos resultados desta pesquisa para o Polo Serra da Bodoquena, deve-se ao fato do mercado geográfico de origem do turista do polo em análise, onde grande parte procede do Estado de São Paulo, conforme anteriormente verificado, coincidindo com as localidades onde foi aplicada a pesquisa: Estado de São Paulo e as cidades do Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador e Recife. Assim, complementando a elasticidade da demanda analisada tem como outros fatores que incidem na decisão de viajar:

[3] Cabe citar que nesta pesquisa foram entrevistados turistas brasileiros maiores de 18 anos e das classes a, b, c, e, d, com margem de erro de mais ou menos 2,0 pontos percentuais, em um intervalo de confiança de 95%.

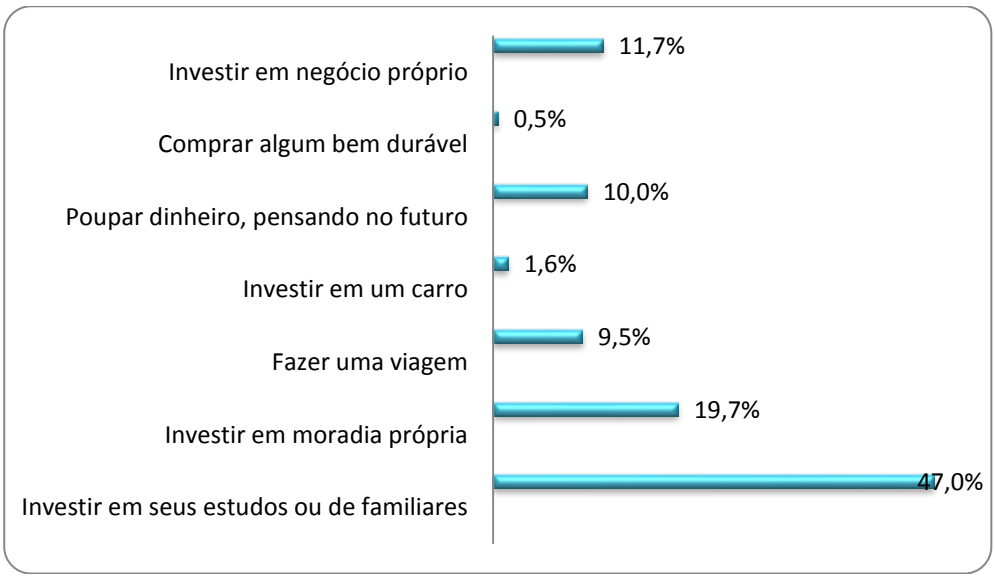


Figura 17 – Outros fatores que incidem na decisão de viajar, em 2009.
Fonte: BRASIL, 2009.

Verifica-se, acima, que, dentre os demais fatores que incidem na decisão de viajar, a possibilidade de investimento em estudos, sejam próprios ou de familiares, é o de maior influência, seguido pelo investimento em moradia ou em negócio próprio.

A partir da mesma pesquisa identifica-se que, o turista, uma vez decidido pela viagem, realiza-a, principalmente, nas férias, com duração média de até uma semana, sobretudo entre 4 e 7 dias de viagem, conforme ilustram as duas figuras seguintes:

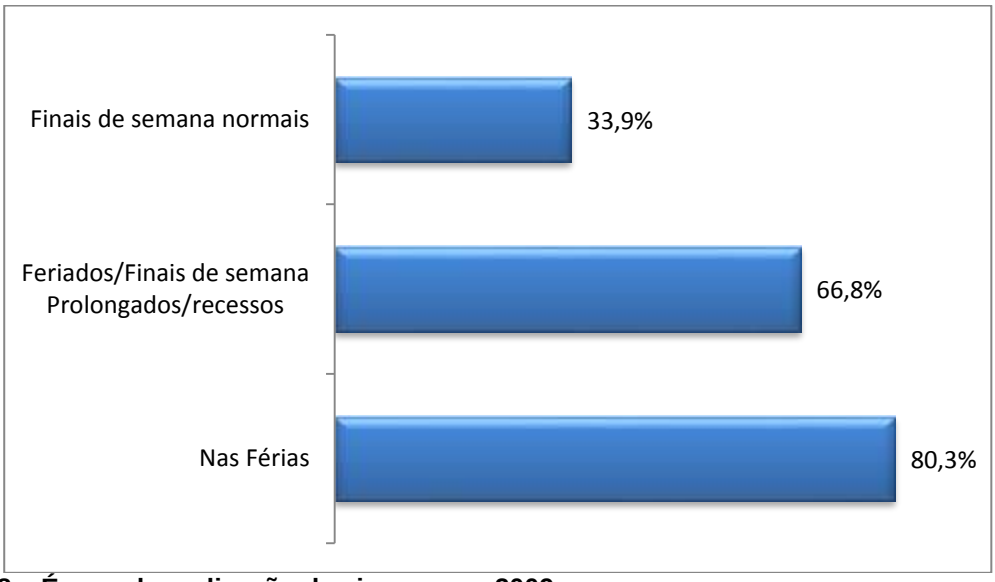


Figura 18 – Época de realização da viagem, em 2009.
Fonte: BRASIL, 2009.

Nota-se que a somatória das respostas acima ultrapassa 100%, visto que o mesmo entrevistado optou por mais de uma resposta, sendo a análise baseada na freqüência; então, a principal época de realização da viagem é nas férias, seguida de feriados, finais de semana prolongados e recessos.

Também o volume mensal de visitações dos atrativos controlados pelo Sistema *Voucher* Único denota essa preferência de viagem nos meses de férias, visto a quantia maior de visitas nestes períodos, apresentados anteriormente na análise do volume de turistas, entre 1996 e 2010.

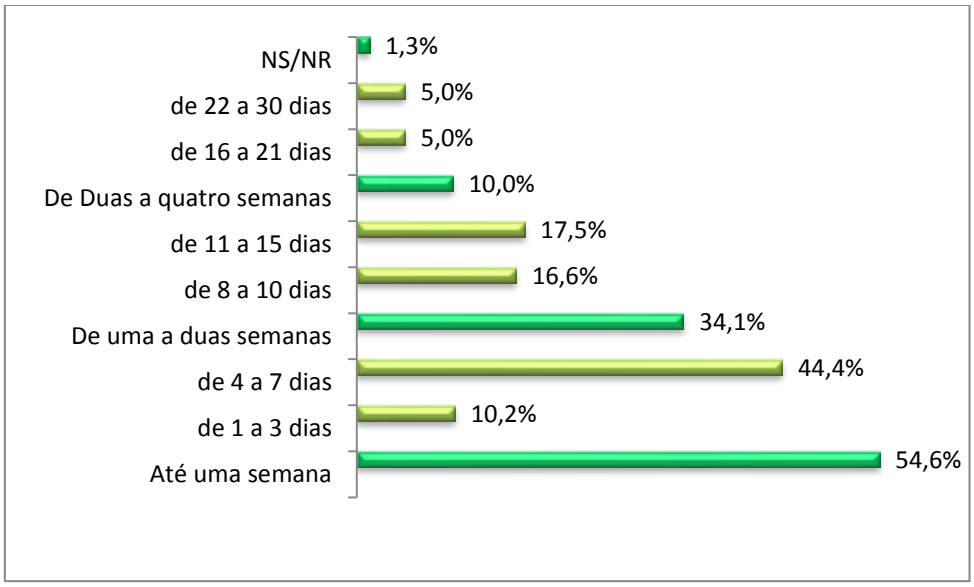


Figura 19 – Tempo de permanência em dias e em semanas, em 2009.
Fonte: BRASIL, 2009.

Confirmando esses dados, tem-se o dado da FUNDTUR, divulgado em julho de 2010, indicando que, baseado nos indicadores de movimentação hoteleira da região em questão, a permanência média, em 2008, era de 2,9 dias, e, em 2009, aumentou para 3,4 dias..

Embasado na Pesquisa de Hábitos de Consumo do Turista Brasileiro, de 2009, extrapolaram-se para o polo em função da indisponibilidade de dados sistêmicos locais o gasto médio do turista atual, em 2007 (R$ 2.505,29), e em 2009 (R$ 2.279,05). A partir desses dados, verifica-se que entre os dois períodos ocorreu uma queda no gasto médio do turista de 9%, refletindo ainda a alteração cambial e a crise econômica ocorrida em 2008/2009.

Considerando a preferência do turista em termos de equipamento e serviços turísticos, têm-se os hotéis como o principal meio de hospedagem utilizado, seguido de casa de amigos/familiares e pousadas, de acordo com a figura abaixo:

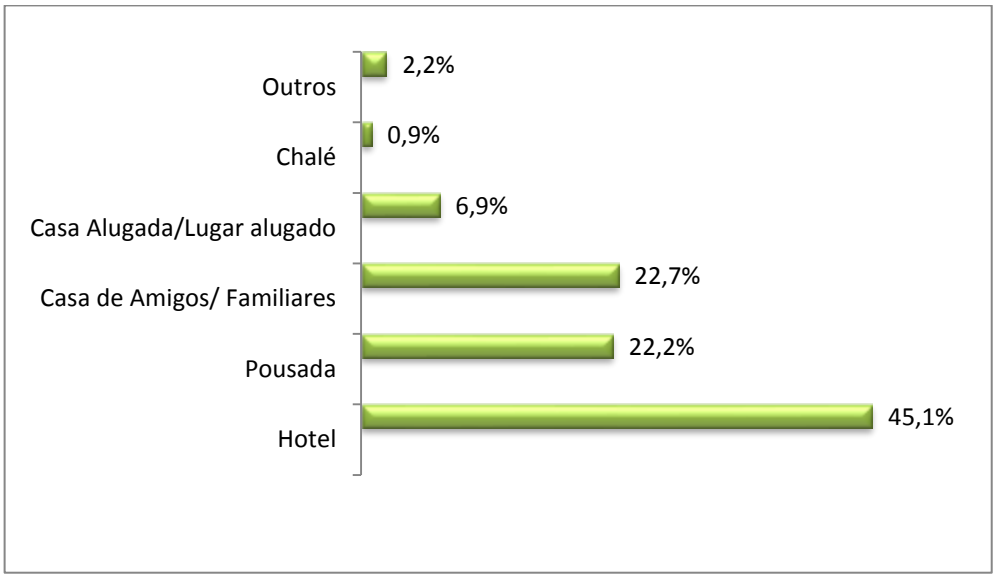


Figura 20 – Meios de hospedagem preferidos, em 2009.
Fonte: BRASIL, 2009.

Ainda sobre a preferência, conforme identificado na Ficha Nacional de Registro de Hóspedes, tem-se o carro como principal meio de transporte escolhido, em 2005, 2007, 2008 e 2009, conforme quadro a seguir:

Quadro 30 – Meios de transporte preferidos, em 2005, 2007, 2008 e 2009.

MEIO DE TRANSPORTE	2005	2007	2008	2009
Avião	26,1%	23,0%	26,8%	20,6%
Automóvel	35,8%	50,9%	58,3%	67,0%
Ônibus	7,0%	11,7%	7,8%	10,3%
Moto	0,1%	0,2 %	-	
Micro-ônibus	3,5%	2,17%	2,7%	2,1%
Outros	10,9%	18,2%	-	
Não informado	17,9%	0,3%	11,3%	

Fonte: FNRH - FUNDTUR/MS (MATO GROSSO DO SUL, 2010b)

Como meio de transporte utilizado, o automóvel, em 2005, representou 35,8%; entre 2007 e 2008, apresentou um crescimento médio de 18,80%, e entre 2008 e 2009, 14,92%, sendo o mais utilizado, com média de 53% das respostas entre os anos analisados.

Nesse período, os desembarques aéreos para a região eram realizados de voos *charters* (início julho/2005) e aeronaves particulares; a partir de 2009, foi implantada linha regular.

De acordo com os Indicadores Turísticos, 2009/FUNDTUR/MS, a Movimentação de Passageiros transportados por linhas regulares rodoviárias por meio do Fretamento Eventual, 1.418 passageiros e no Transporte Regular, 313.202 mil passageiros e, para Bonito, 36,02% dos passageiros transportados.

Finalizando o perfil qualitativo da demanda atual, constata-se como principal modo de viajar a viagem em família, conforme identificado na Pesquisa de Hábitos de Consumo do Turista Brasileiro de 2009:

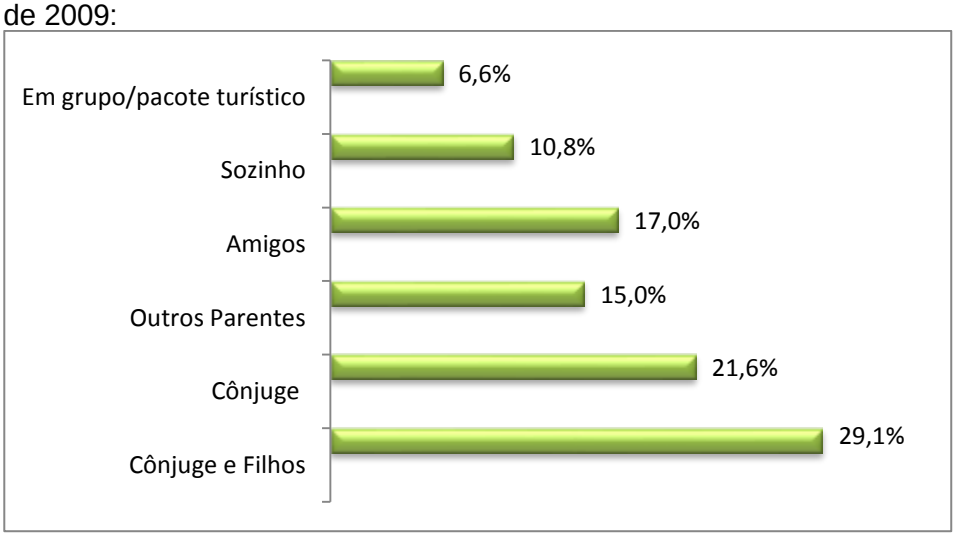


Figura 21 – Modo de viajar, em 2009.
Fonte: BRASIL, 2009.

Ratificando esse modo de viajar, têm-se os dados abaixo, extraídos da amostragem realizadas nas FNRH do Polo Serra da Bodoquena, salientando-se que o incompleto preenchimento da FNRH compromete a análise dos dados, sobretudo no que diz respeito ao ano de 2008.

Quadro 31 – Modo de viajar, em 2005, 2007, 2008 e 2009.

ACOMPANHANTE NA VIAGEM	2005	2007	2008	2009
Sim	75,7%	71,2%	62,5%	69,4%
Não informado	15,1%	0,1%	29,8%	7,5%
Não	9,2%	28,7%	7,5%	23,1%
TOTAL	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**

Fonte: FNRH - FUNDTUR/MS (MATO GROSSO DO SUL, 2010b)

Turista estrangeiro

Conforme sinalizado nos quadros 13 e 14, o turista estrangeiro, comparado ao turista brasileiro, é minoria no Polo Serra da Bodoquena, porém, possui um perfil distinto, conforme demonstram os dados seguintes extraídos do Estudo da Demanda Turística Internacional, 2006-2008, do Ministério do Turismo:

- Motivo da viagem ao Brasil: lazer – 55,8%; negócios, eventos e convenções – 27,5%; outros – 28,8%.
    - Quando o motivo da viagem é o lazer: sol e praia – 55,8%; natureza, ecoturismo e aventura – 20,8%; cultura – 15,2%; esportes – 3,3%; diversão noturna – 1,5%; incentivo – 0,9%; outros – 2,8%,
    - Quando o motivo da viagem é o lazer, a permanência média no Brasil é de 13,7 dias com gasto *per capita* de US$ 68,56.
- Principais países emissores para o Brasil: Alemanha, Argentina, Canadá, Chile, Espanha, Estados Unidos, França, Holanda, Inglaterra, Itália, México, Paraguai, Portugal, Suíça e Uruguai.
    - Quando o motivo da viagem é o Lazer no segmento de natureza, ecoturismo e aventura: Alemanha - 36,3%; Espanha 33,5%; Holanda 30,4%; México 29,1%; Suíça 28,9%; França - 26,4%; Canadá- 25,8%; Itália – 21,7%; Estados Unidos – 20,7%; Inglaterra- 19,8%; Portugal – 19,2%; Uruguai – 16,4%; Chile –16,2%;Argentina – 11,5%; e Paraguai – 8,7%.
- Como tipo de alojamento, independente do motivo da viagem: em hotel, *flat* ou pousadas – 55,6%; casa de amigos e parentes – 26,6%; casa alugada – 7,7%; casa própria - 3,8%; *camping* ou albergue – 2,7%; *resorts* – 2,2%; outros – 1,6%.
- Quanto à composição do grupo de viagem: sozinho – 60,6%; família – 20,5%; casal sem filhos – 18%; amigos – 13,8%; outros – 6,9%.
- Para organização da viagem tiveram como fonte de informação: amigos e parentes - 36,2%; internet – 22,30%; viagem corporativa - 18%; agência de viagem - 10,2%; guias turísticos impressos - 6,6%; feiras, eventos e congressos –1,3%; fôlderes e brochuras – 0,4%; outros – 3,3%.
- Com relação ao perfil socioeconômico:
    - gênero: feminino – 33,6%; e masculino – 66%;
    - grau de instrução: fundamental – 4,8%; médio – 26,3%; nível superior – 47,7%; e pós-graduação – 20,8%;
    - renda média mensal: familiar de US$ 4.403,88 e individual de US$ 3.405,54;
    - com relação ao grupo de idade: de 18 a 24 anos –10%; de 25 a 31 anos – 21%; de 32 a 40 anos –24,9%; de 41 a 50 anos –23,2%; de 51 a 59 anos – 12,6%; 60 anos ou mais – 8,2%.

4.1.1.3. Comportamento e hábitos.

Tendo como referência a Pesquisa de Hábitos de Consumo do Turista Brasileiro, 2009, verifica-se que em grande parte o turista programa com antecedência a viagem, levando de 16 a 30 dias para isto, a maioria:

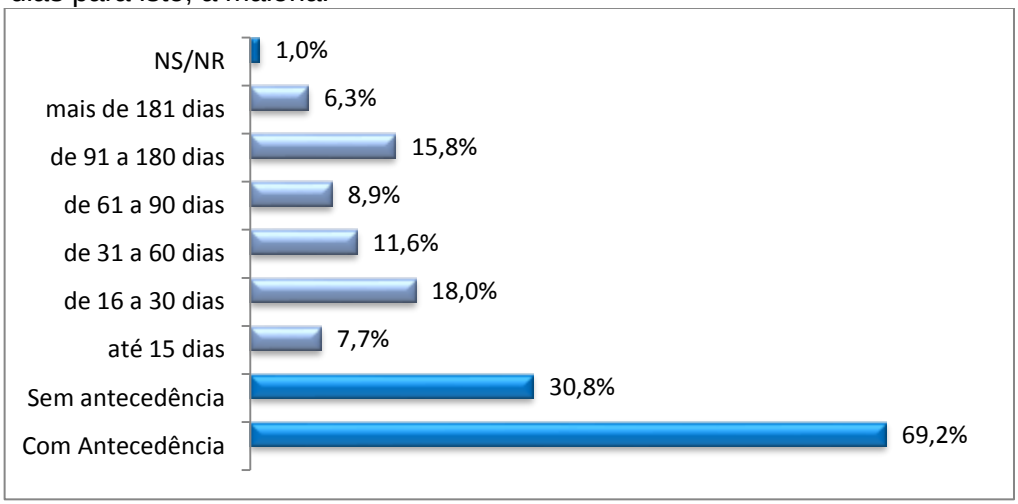


Figura 22 – Planejamento prévio da viagem, em 2009.
Fonte: BRASIL, 2009.

A mesma pesquisa identifica como os canais de informação e distribuição mais usados: parentes/amigos e a internet, tal como ilustra a figura seguinte:

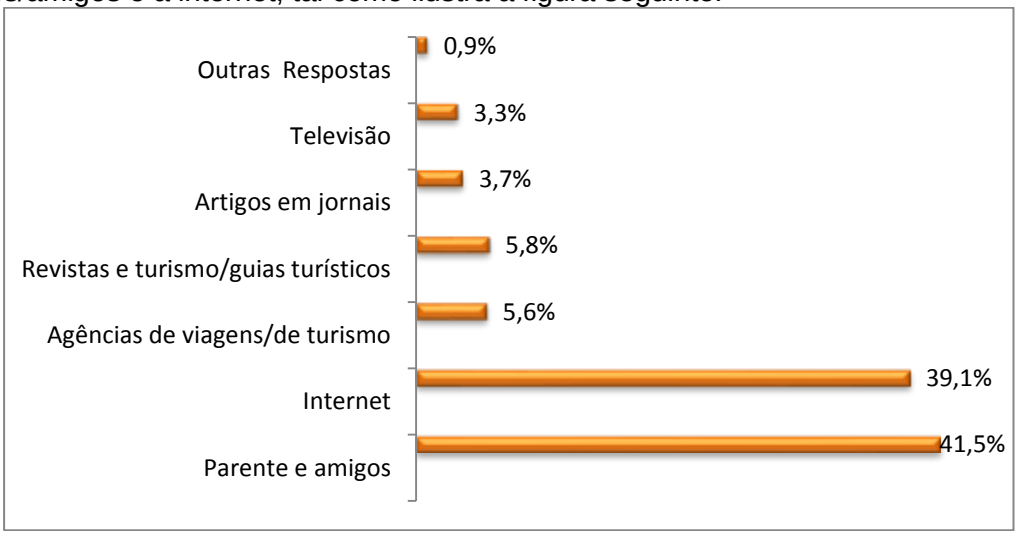


Figura 23 – Fontes de informação do turista, em 2009.
Fonte: BRASIL, 2009.

Em 2001, parentes e amigos representavam cerca de 50% das principais fontes de informação do turista, conforme informação da FUNDTUR. Comparado com os dados de 2009, apresentados na figura acima, nota-se a redução de parentes e amigos como fonte de informação mais utilizada pelo turista. Essa redução deve-se ao impacto da internet, destacando-se as redes de relacionamento, dada sua amplitude de divulgação como fonte rápida de informação. Mesmo assim, acredita-se que a importância de parentes e amigos como fontes de informação e divulgação turística ainda será mantida como a maior, em decorrência da confiabilidade da informação e da efetiva capacidade de persuasão dela.

Da pesquisa aplicada pela AGRICON Consultoria com representantes da cadeia turística do Polo Serra da Bodoquena (ANEXO B), entre eles, 11 agências de turismo entrevistadas entre 8 e 23 de setembro de 2010, obteve-se como tipo de informação mais requerida pelo turista local, as relacionadas a:

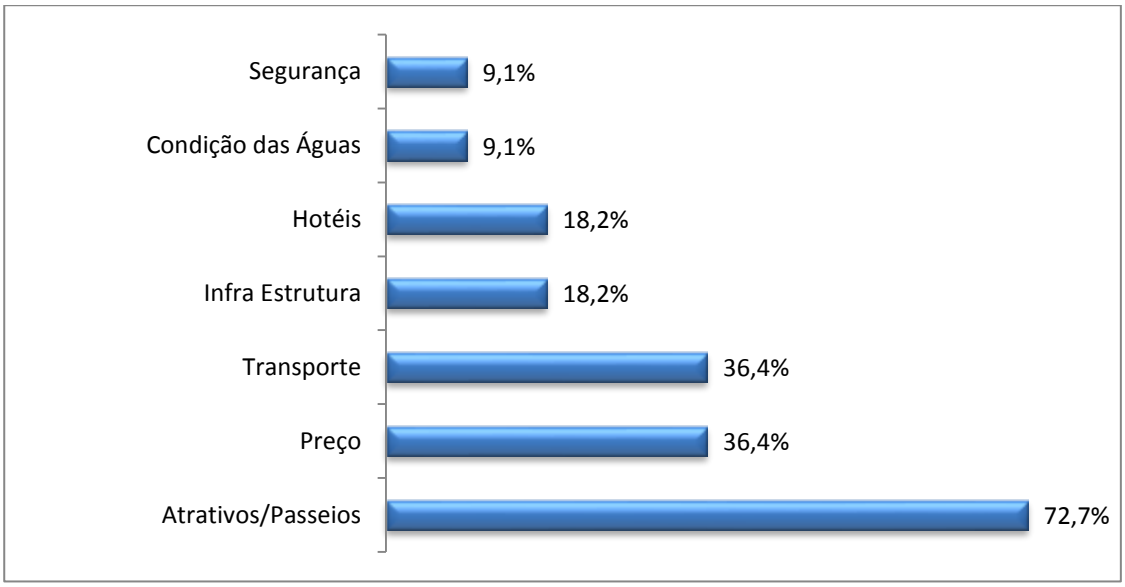


Figura 24 – Tipos de informação mais requerida pelo turista do Polo-Serra da Bodoquena, em 2010.
Nota: A somatória das respostas é superior a 100% por causa das múltiplas respostas.
Fonte: AGRICON CONSULTORIA.

Conforme os dados acima, verifica-se a importância da qualidade da informação referente ao atrativo/passeio em si. Segundo pesquisas aplicadas por Frata (2007)[4], nota-se que, na percepção do turista local, a informação de maneira global prestada é em grande parte boa.

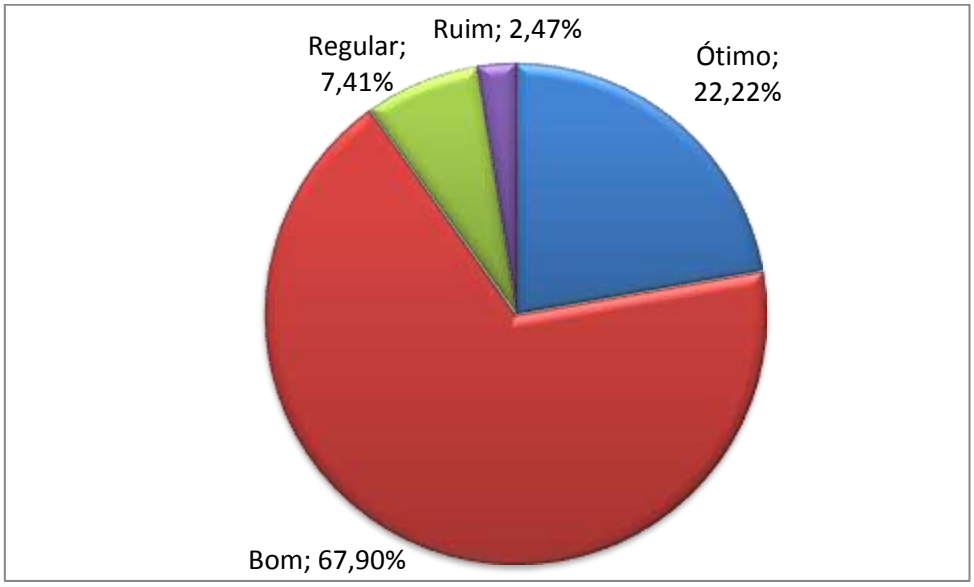


Figura 25 – Classificação das Informações prestadas em termos globais aos turistas do Polo Serra da Bodoquena, em 2007.
Fonte: FRATA, 2007.

Cabe analisar os destinos competidores contra os quais se compara o polo nos segmentos de ecoturismo, turismo de aventura e turismo de natureza; no entanto, não há estudos ou pesquisas sobre a competitividade entre destinos desses segmentos supracitados.

[4] Pesquisa qualitativa e quantitativa. A pesquisa qualitativa (entrevistas semiestruturadas) foi aplicada com representantes do trade entre fev./2006-jan./2007. A pesquisa quantitativa foi aplicada entre 6 e 9 de jan./2007 com 96 turistas na Gruta do Lago Azul. Dada à profundidade da análise realizada pela autora, pelo tempo de aplicação da pesquisa que eliminou os efeitos da sazonalidade e pela inexistência de outra base de dados equivalente, adotaram-se os resultados de 2007 como atuais

Porém, de acordo com a FUNDTUR, órgão responsável pela promoção do presente destino turístico, podem ser considerados no Brasil como destinos concorrentes: Fernando de Noronha, Abrolhos, Foz do Iguaçu, Pantanal (MT e MS), Amazonas, Chapada de Diamantina, Ilha Grande, Lençóis Maranhenses, Chapada dos Veadeiros, Serra dos Órgãos e Vale da Ribeira. Complementando com as informações locais, pode-se também considerar Nobres (MT) um potencial destino concorrente do polo em questão.

Em pesquisa aplicada pela AGRICON Consultoria, com representantes de atrativos turísticos, de hotéis e agências de viagens do pólo, entre 8 e 23 de setembro, cujo detalhamento se encontra no ANEXO C, identificaram-se como destinos concorrentes, segundo a percepção do empresário local: Rio Verde (GO), Caldas Novas (GO), Estado do Mato Grosso, Brotas (SP), Socorro (SP), Fernando de Noronha (PE) e a região Nordeste, como um todo.

Nota-se que aos olhos do empresário local, a região Nordeste é citada entre os destinos competidores contra os quais se compara o polo, uma vez que o empresário da Serra da Bodoquena, em decorrência de sua história, vê na organização da atividade o principal diferencial competitivo de um destino. Dada à organização e dinâmica dos destinos turísticos tradicionais do Nordeste, apesar de atuarem em segmentos turísticos distintos do ecoturismo, empiricamente o empresário do Polo Serra da Bodoquena indica a existência de sombreamento na atração de turista pelo Nordeste no mercado no qual atua o Polo Serra da Bodoquena, sobretudo por disputarem turistas oriundos das mesmas origens: grandes capitais do país.

Nesta análise de concorrência, salienta-se, como principal diferencial do Polo Serra da Bodoquena, o modelo de gestão atual pautado no sistema *Voucher* Único e na organização do *trade*, conferindo qualidade ao produto turístico, segundo informado pela Prefeitura Municipal de Bonito e ratificado pela FUNDTUR.

Complementando a análise de competitividade do destino, observa-se que o número limitado de guias de turismo é citado, por representantes do *trade* local e pela AGTB, como um dos principais gargalos do destino, podendo até restringir o desenvolvimento da atividade turística, já que em todos os atrativos o turista é acompanhado por um guia, exceto nos balneários. Atualmente, conforme AGTB, são 72 guias de turismo atuando na região, gerando um *deficit*, pois, para atender os 30 atrativos locais, seriam necessários cerca de 80 guias na baixa temporada.

Frata (2007), buscou identificar o diferencial do destino perante os demais concorrentes, apresentando-se a seguir, a frequência de resposta dos principais fatores de diferenciação de Bonito/Serra da Bodoquena, segundo a percepção do turista atual:

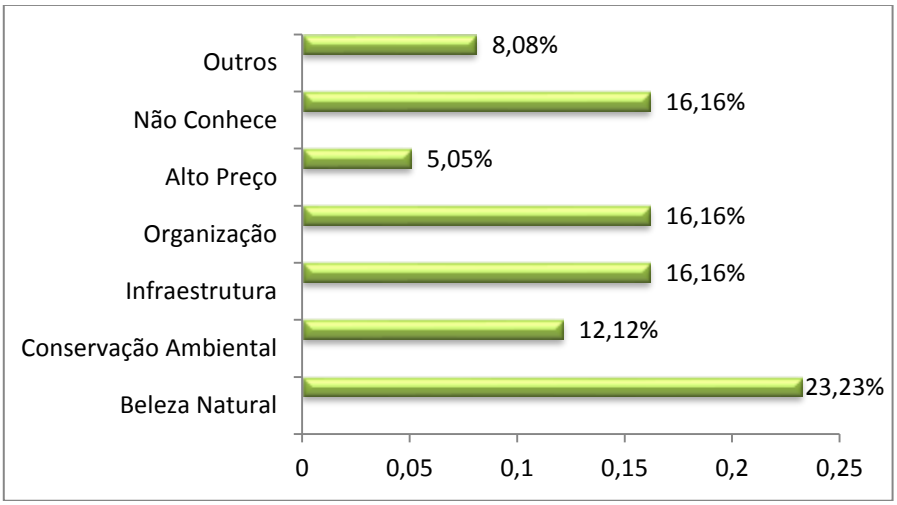


Figura 26 – Fatores que diferenciam o Polo Serra da Bodoquena dos demais concorrentes, em 2007.
Fonte: FRATA, 2007.

Nota-se que a beleza natural, organização e infraestrutura do destino são os principais aspectos que diferenciam o polo, corroborando com as informações obtidas com os atores locais.

4.1.1.4. Estrutura do gasto turístico

Com base na Pesquisa de Hábitos de Consumo do Turista Brasileiro, de 2009, extrapolou-se para o polo em função da indisponibilidade de dados sistêmicos locais, conforme anteriormente apresentado, o gasto médio do turista atual, verificando-se que, em 2009, o valor foi 9% inferior ao gasto em 2007, sendo a maior variação porcentual observada no gasto com presentes, e a nominal, no gasto com hospedagem/transporte, conforme quadro seguinte:

Quadro 32 – Gasto médio individual do turista por viagem, em 2007 e 2009.

descrição	2007	2009	variação	
	em reais		%	em reais
Hospedagem/Transporte	1.241,46	1.098,42	-12%	-143,04
Alimentação	449,61	390,31	-13%	-59,30
Passeios Turísticos	304,86	264,03	-13%	-40,83
Presentes	338,7	251,24	-26%	-87,46
Deslocamentos Locais	249,94	236,99	-5%	-12,95
Gasto Total	**2.505,29**	**2.279,05**	**-9%**	**-226,24**

Fonte: BRASIL, 2009.

Analisando a estrutura do gasto médio do turista, em 2009, a hospedagem/transporte é o principal gasto do turista durante a viagem:

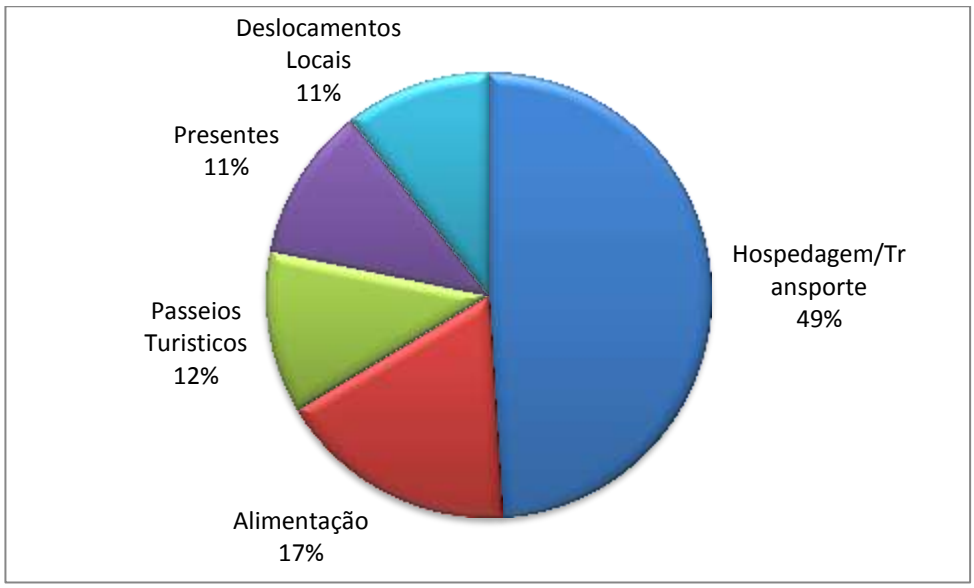


Figura 27 – Estrutura do gasto durante a viagem, em 2009.
Fonte: BRASIL, 2009.

4.1.1.5. Valorização da qualidade da oferta atual

Na pesquisa quantitativa aplicada por Frata (2007), avaliou-se a satisfação do turista e a maneira como ele classifica, em termos de qualidade, a oferta atual quanto aos seguintes quesitos: custo de alimentação, alojamento, passeio, relação preço x qualidade, refletindo a satisfação com o preço. Também foi classificada a qualidade dos alojamentos, alimentação, passeios, informações e, por fim, verificada a pretensão de retornar ao destino futuramente:

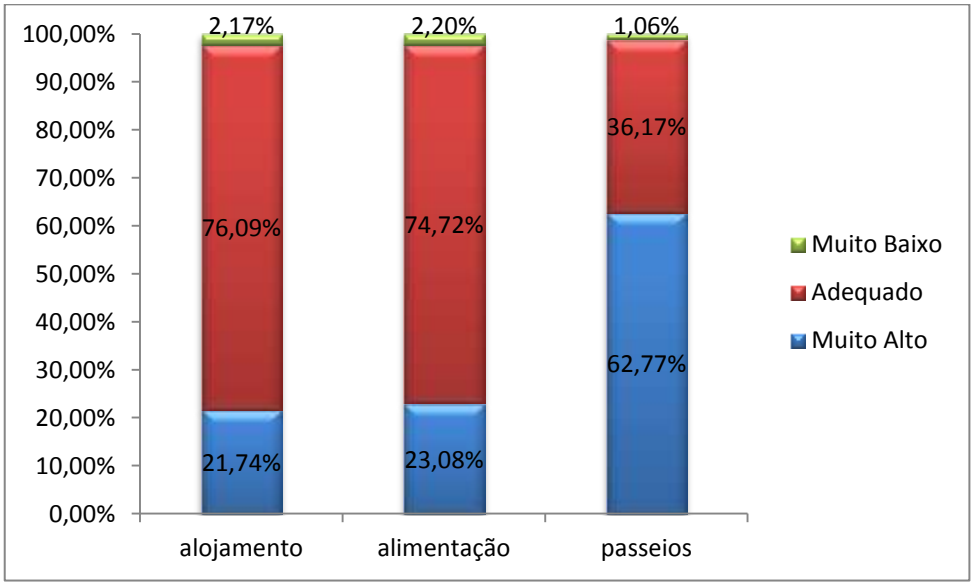


Figura 28 – Avaliação do custo de alojamento, alimentação e passeios, segundo o turista, em 2007.
Fonte: FRATA, 2007.

Verifica-se, acima, a tendência do turista considerar o custo dos passeios mais elevados que dos demais itens avaliados, porém, cabe complementar com a análise de como o turista avalia a relação preço x benefício, apesar do custo considerado alto. Abaixo, segue a análise global da relação qualidade x preços, praticados na região:

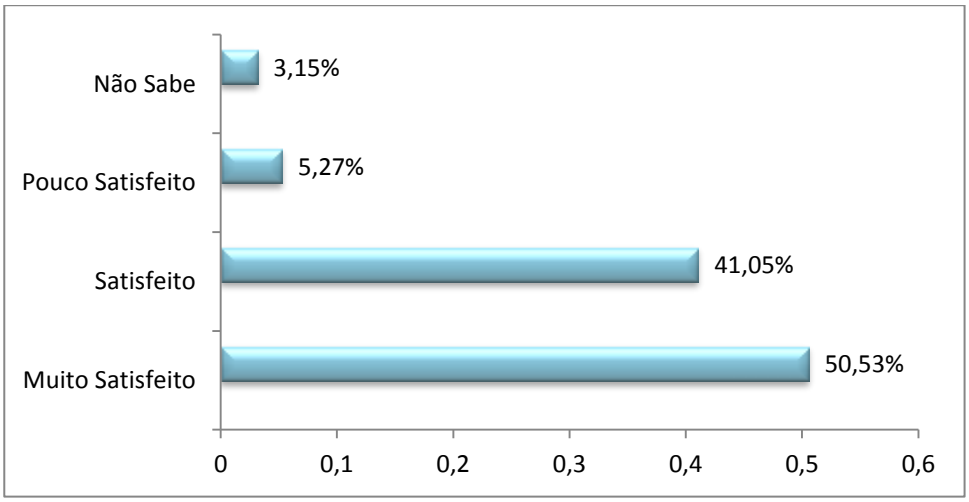


Figura 29 – Grau de satisfação do turista ao considerar a qualidade x preços praticados no Polo Serra da Bodoquena.
Fonte: FRATA, 2007.

Nota-se que é elevada a satisfação do turista no destino, mesmo ponderando sobre a relação preços x qualidade. Assim, também foi analisado com maior profundidade o serviço de alojamento, alimentação e passeios, conforme ilustrado nas três próximas figuras, o que permite identificar os itens mais fortes e os gargalos da qualidade percebida pelo turista:

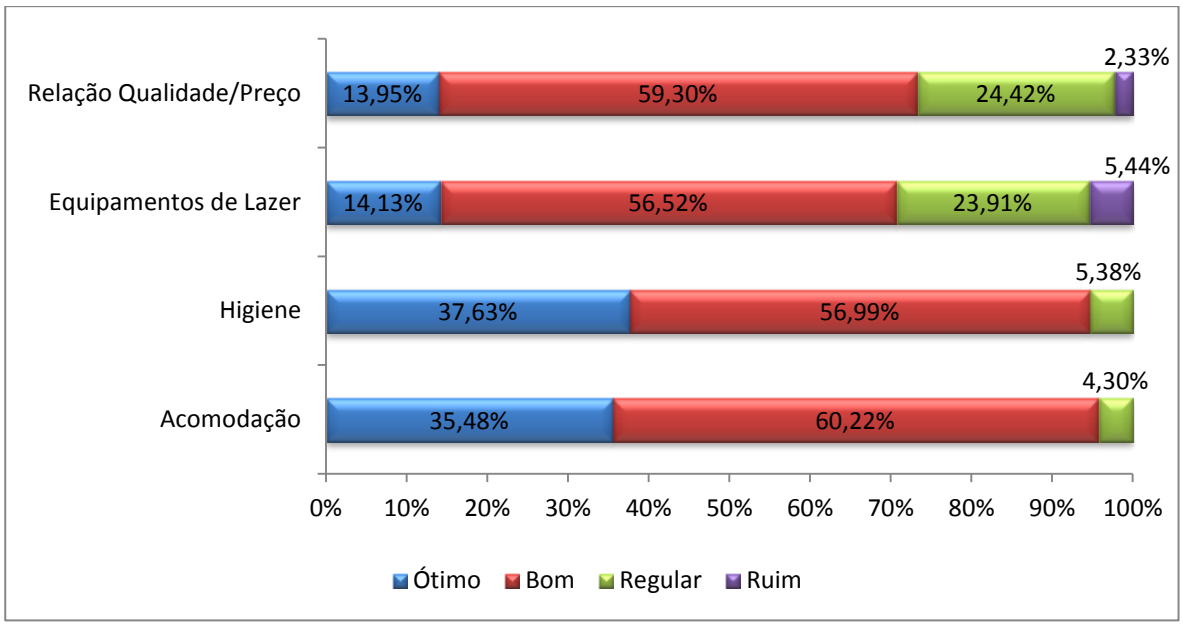


Figura 30- Avaliação da qualidade do serviço de alojamento, no Polo Serra da Bodoquena, em 2007.
Fonte: FRATA, 2007.

Sobressaem positivamente no serviço de alojamento, sob a percepção do turista, a qualidade do alojamento e a higiene. Da mesma maneira, as maiores frequências regulares e péssimas foram observadas para os equipamentos de lazer, oferecidos pelos meios de hospedagem.

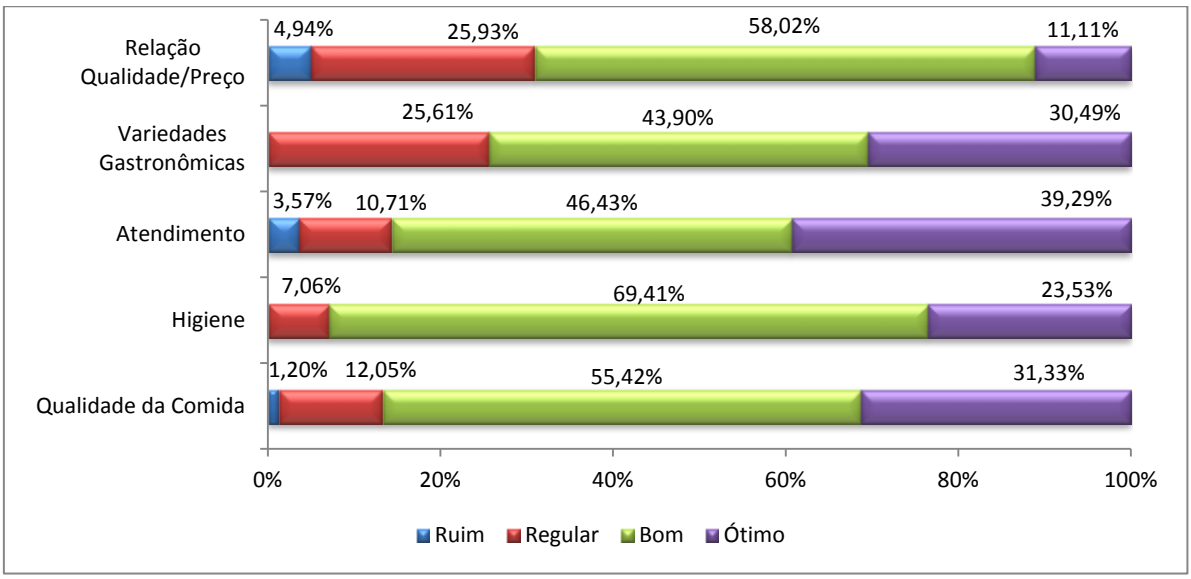


Figura 31 – Classificação da qualidade do serviço de alimentação, no Polo Serra da Bodoquena, em 2007.
Fonte: FRATA, 2007.

A qualidade do atendimento prestado nos empreendimentos de alimentação é o item que recebeu maior porcentual, tanto de avaliação ótima como de ruim, denotando dois extremos a serem trabalhados, para conferir maior competitividade ao destino, uma vez que o atendimento, após o impacto visual do estabelecimento, é responsável pela impressão inicial do turista/cliente com o local.

Apesar das elevadas classificações positivas observadas nos diversos componentes avaliados, a frequência com que a qualidade foi avaliada como boa é superior à ótima, indicando que ainda há pontos a serem otimizados na prestação do serviço.

Comparado ao serviço de alojamento (13,95% ótimo e 2,33% ruim), verifica-se que a relação qualidade x preço da alimentação é pior (11,11% ótimo e 4,94% ruim), podendo ser esse uma das principais falhas de qualidade de serviço prestado pelo polo, sobretudo adicionando a avaliação positiva destacada dos atrativos abaixo:

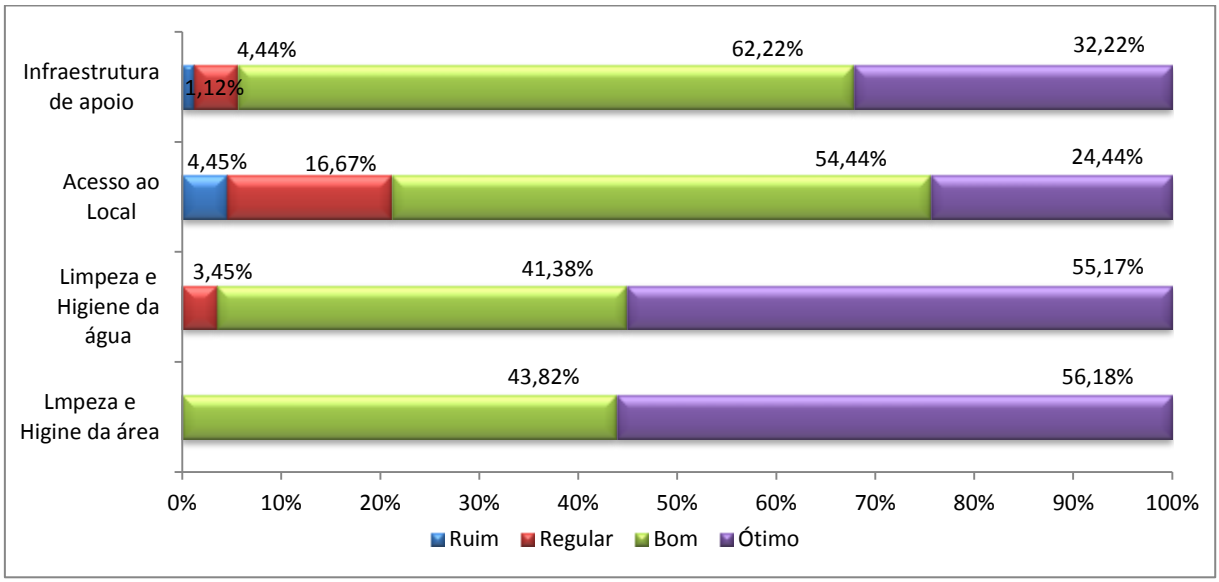


Figura 32 – Classificação da qualidade dos atrativos/passeios, no Polo Serra da Bodoquena, em 2007.
Fonte: FRATA, 2007.

Comparada aos serviços de alojamento e alimentação, a qualidade dos passeios se destacada pelas frequências superiores de avaliação ótima, principalmente no que diz respeito à limpeza e higiene, tanto do local como da área. Verifica-se também que dentre os itens analisados na qualidade dos atrativos, o acesso ao local é o que recebeu as maiores classificações negativas: ruins e péssimas:

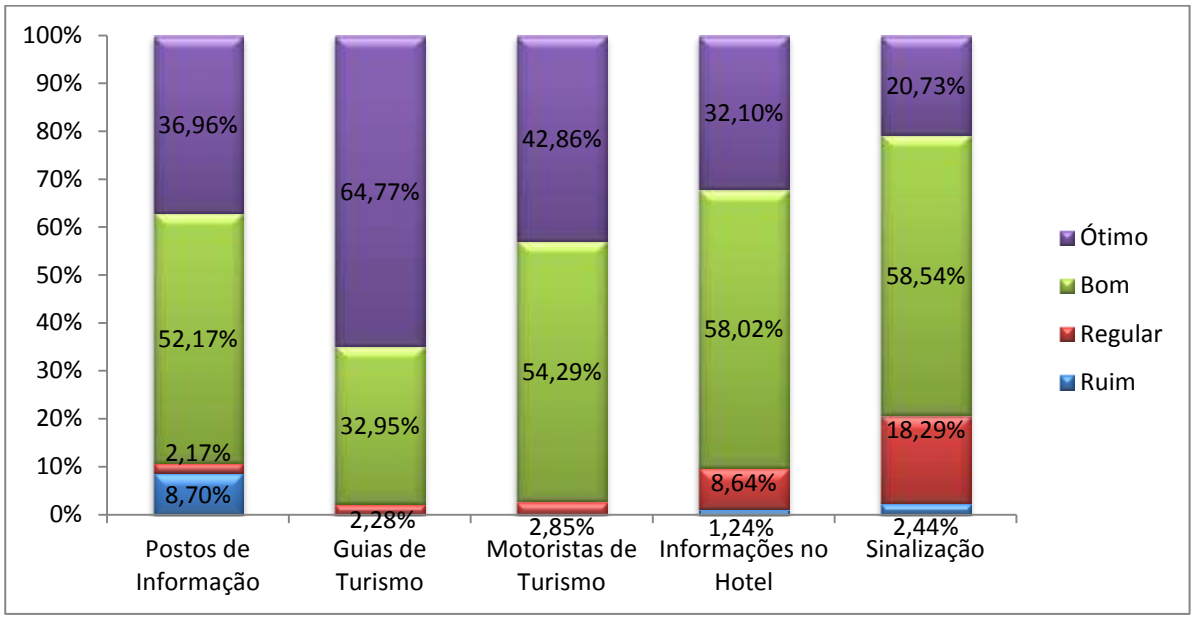


Figura 33 – Classificação da qualidade das informações no Polo Serra da Bodoquena, em 2007.
Fonte: FRATA, 2007.

Ratificando o que foi indicado anteriormente sobre a qualidade e diferenciação conferida pelos guias de turismo ao produto turístico, no quadro acima se revela a alta satisfação do turista com esse item, indicando que ele percebe e valoriza essa atuação. Da mesma maneira, os dados acima sinalizam uma possível necessidade de fortalecimento dos postos de informação.

Por fim, tem-se a percepção de qualidade e valorização do destino como um todo, demonstrando que o turista valoriza na região os aspectos naturais, os atrativos, a conservação ambiental e a hospitalidade. No mesmo quadro, destaca-se também que, aos olhos do turista, o transporte e o acesso à região eram os itens de menor qualidade, em 2007.

Quadro 33– Classificação da qualidade do destino no Polo Serra da Bodoquena, em 2007.

Variáveis	Ótimo	Bom	Regular	Ruim
Agência Receptiva	49,41%	45,88%	3,53%	1,18%
Aspectos Naturais	84,95%	15,05%	0,00%	0,00%
Atrativos Naturais	84,78%	15,22%	0,00%	0,00%
Conservação Ambiental	69,89%	29,03%	1,08%	0,00%
Hospitalidade	53,26%	44,57%	2,17%	0,00%
Limpeza Urbana	23,33%	63,33%	11,12%	2,22%
Qualificação Profissional	32,22%	65,56%	2,22%	0,00%
Saneamento Básico	9,09%	70,91%	18,18%	1,82%
Saúde Pública	2,86%	62,86%	28,57%	5,71%
Segurança Pública	10,26%	66,66%	23,08%	0,00%
Transporte e Acesso a Região	2,74%	52,05%	26,03%	19,18%

Fonte: FRATA, 2007.

Na ausência de dados específicos, que mensurem o grau de fidelidade do turista do Polo Serra da Bodoquena, conjectura-se que, com base no alto índice de intenção de retorno ao destino, essa fidelidade seja elevada, e, da mesma maneira, que o grau de recomendação do destino igual o seja:

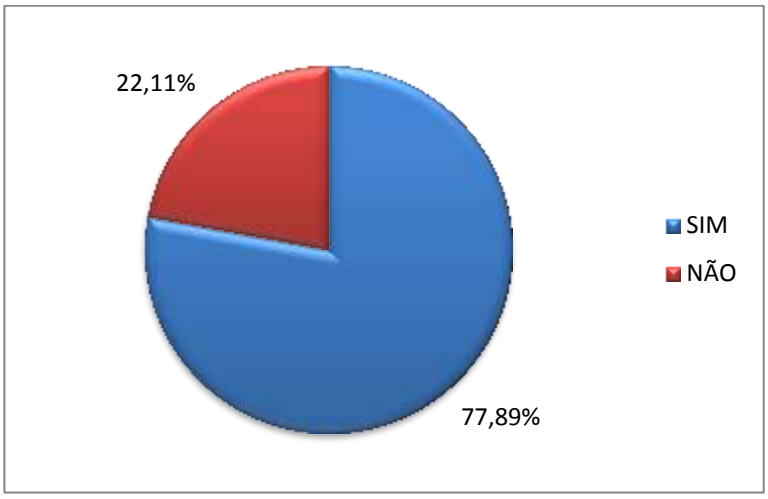


Figura 34 – Porcentagem de intenção de retorno ao destino do Polo Serra da Bodoquena, em 2007.
Fonte: FRATA, 2007.

4.1.1.6. Campanhas de promoção da área

Os dados oficiais das campanhas de promoção e divulgação do Polo Serra da Bodoquena, pertecem ao órgão oficial do turismo do estado, a FUNDTUR, que participa de feiras e eventos nacionais e internacionais, promovendo, em conjunto, as regiões turísticas estratégicas do estado: Pantanal, Bonito-Serra da Bodoquena, Caminho dos Ipês, entre outras. Cabe salientar que, a região Bonito-Serra da Bodoquena, promovida pelo órgão oficial, engloba o Polo Serra da Bodoquena.

Com base no calendário da FUNDTUR, elaborou-se o seguinte quadro de participação em feiras, realização de *road shows*, *workshops,* dentre outras ações para o mercado nacional e internacional. Ressalva-se que, por ser uma região estratégica do estado (segundo principal destino comercializado), em todos os eventos abaixo houve a promoção do Polo Serra da Bodoquena.

Quadro 34 – Promoção e divulgação da área realizada nos últimos três anos pela Fundtur.

n.	Evento	Local	2007	2008	2009
	Eventos Nacionais				
1	Nordeste Invest Maceió	AL			X
2	BNTM - Nordeste - Salvador	BA		X	
3	Entour – Salvador	BA			X
4	BNTM Nordeste Fortaleza	CE			X
5	Feira do Empreendedor	DF	X		
6	Centro-Oeste Tour	DF	X	X	X
7	Festa dos Estados	DF	X		
8	Recantos do Brasil	DF		X	
9	Congresso ABRASEL	DF		X	
10	XXI Congresso ABRASEL – Brasília	DF			X
11	Centro-Oeste Tour	GO	X		
12	Expopesca	GO	X		X
13	Congresso Nac. Jovens Liderança	GO		X	
14	XIX Congresso Abrasel	MA	X		
15	Expo Pesca e Minas Tour	MG	X	X	
16	Feiratur	MS		X	
17	Fórum Nacional do Mercado de Ecoturismo	MS		X	
18	FITA - Belém do Pará	PA		X	
19	MGM Workshop	PR	X		
20	Festival Inter. de Turismo- Foz do Iguaçu	PR	X	X	
21	ABAV Paraná - Curitiba	PR		X	X
22	Expo Turismo Pesca e Lazer - Londrina	PR		X	
23	Exportur Sul - Rio Grande do Sul	PR		X	X
24	Workshop New Line - Curitiba	PR			X
25	Destination Brazil	RJ	X	X	
26	Jogos Pan Americanos	RJ	X		
27	ABAV– Feira das Américas - Rio de Janeiro	RJ	X	X	X
28	Expotur Sul Nova Petrópolis	RJ			X
29	Congresso Brasileiro de Turismo	RS	X		
30	Festival de Turismo de Gramado	RS	X	X	X
31	BNT Mercosul	SC	X	X	X
32	Braztoa	SP	X	X	X
33	EBS	SP	X		X
34	Aviestur	SP	X		
35	Avistar	SP	X	X	X
36	Adventure Sport Fair	SP	X	X	X
37	Feiratur	SP	X		X
38	Salão-Roteiros do Brasil	SP		X	X
39	Mega Festas Kid	SP		X	
40	Workshop CVC	SP		X	X
41	AVIRP - Ribeirão Preto	SP		X	X
42	SISP Imotur	SP		X	X
43	Exposystems	SP		X	X
44	Road Show	SP		X	X

n.	Evento	Local	2007	2008	2009
45	ABOC - 25º Congresso B. E. P. de Eventos	SP		X	
46	Aviestur Águas de Lindóia	SP			X
	Eventos Interncionais				
1	ITB Berlim	Alemanha	X	X	X
2	IMEX	Alemanha			X
3	FIT	Argentina	X	X	X
4	BNT Mercosul - Buenos Aires	Argentina		X	X
5	Expoagro	Argentina		X	
6	Archmart	Chile	X		
7	EIBTM	Espanha	X	X	X
8	FITUR – Madrid	Espanha		X	
9	FITUR	Espanha			X
10	Lacumbre – Miami	Estados Unidos	X		
11	La Cumbre – Miami	Estados Unidos		X	
12	WTM / Londres	França	X	X	X
13	Destinations – Londres	França		X	X
14	TOP RESA -	França		X	
15	BIT Milão	Itália		X	X
16	Globe 09	Itália			X
17	Road TAP – Milão, , Bologna, Roma	Itália			X
18	TTG Incontri – Rimini	Itália			X
19	JATA	Japão		X	X
20	FIT PAR – Assunção	Paraguai		X	
21	SIT-Salão Internacional do Turismo – Lima	Peru	X	X	X
22	Lançamento Rota Pantanal Assuncion Lima	Peru			x
23	BTL - Bolsa de Turismo - Lisboa	Portugal		X	X
24	Road Show	Portugal, Alemanha, Itália e Espanha		X	X
25	Missões Empresariais	Portugal, Espanha, Japão e Itália		X	

Fonte: FUNDTUR/MS (MATO GROSSO DO SUL, 2010b)

Esse quadro denota a ação de promoção do estado, e do polo, focada nas principais regiões emissoras de turistas nacionais e internacionais. No Brasil, a ação da FUNDTUR concentra-se nos estados das regiões sul, sudeste e o Distrito Federal, destacando-se São Paulo. Em nível internacional, as ações de promoção são focadas em países da Europa e nos Estados Unidos.

4.1.1.7. Portfólio estratégico de produtos turísticos/segmentos

O portfólio estratégico formatado para o polo em análise é embasado em informações verbais, colhidas nas oficinas participativas e em entrevistas aplicadas com os representantes das prefeituras, associações locais e FUNDTUR.

O polo tem como consolidados os segmentos de ecoturismo, turismo de natureza e turismo de aventura. Diversificando esses segmentos, têm-se os turismos emergentes, tratados anteriormente, o turismo de eventos e o tour da experiência (fotos 1 e 2).

Foto 1 – Vista aérea do Centro de Convenções de Bonito, em 2010.
Fonte: Centro de Convenções de Bonito

Foto 2 – Tour da experiência – Taboa Fábrica de Encantos, em Bonito, em 2010.
Fonte: BONITO WAY, 2010.

Além dos segmentos supracitados, é possível diversificar o portfólio de produtos do polo com segmentos potenciais, dos quais muitos aproveitam as sinergias dos segmentos atuais, otimizando a infraestrutura existente: meios de hospedagem e o aeroporto, por exemplo.

Nesse sentido, o geoturismo, abrangendo também, além do Pantanal sul-mato-grossense, os três municípios do polo, e desmembrando-se em vários produtos (turismo histórico-cultural, arqueológico, paleontológico, entre outros), é capaz de conferir competitividade ao destino Bonito-Serra da Bodoquena no mercado mundial se viabilizado pela estruturação do Geopark Bodoquena-Pantanal e por sua inserção no contexto mundial de geoturismo por meio da chancela da UNESCO (foto 3).

Foto 3 - Vista de parte da Serra da Bodoquena (Estúdio Votupoca), em 2010.
Fonte: IPHAN.

Essa potencialidade pode tornar a região um centro de referência de geohistória, a qual permitiria estruturar roteiros integrando o ecoturismo, o turismo histórico-cultural e arqueológico.

Em consonância, tem-se a possibilidade de criar um roteiro universitário em parceria com as universidades locais, no caso, a UFMS, em Bonito, conforme informação da Prefeitura Municipal de Bonito. Nesse roteiro, o estudante participaria de passeios em atrativos

naturais, de eventos programados na universidade (palestras), visitaria atrativos históricos ou geossítios.

Dentre os produtos histórico-culturais que poderiam ser inseridos no portfólio de produtos do polo, há os pontos, comprovados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), relacionados à Retirada da Laguna, maior retirada bélica nacional ocorrida, mas que para se configurarem como produto, precisam ser estruturados. No entanto, nota-se, conforme informação da FUNDTUR, que é um produto com atratividade, haja vista que, até 2007, o exército realizava a marcha da Retirada da Laguna, um evento com a intenção de relembrar o fato histórico, o qual, apesar de não ter fim turístico, atraía naturalmente o turista.

Otimizando a infraestrutura local e corroborando o segmento de eventos em consolidação, os eventos esportivos, como o Circuito Laço Cumprido, são uma alternativa de diversificação de portfólio, com grande movimentação financeira, segundo FUNDTUR, porque ocorre com delegações, além de proporcionar ao turista o contato com a cultura local (fotos 4 e 5).

Foto 4 – Prova de Laço Comprido, em 2010.
Fonte: FUNDESPORTE – MATO GROSSO DO SUL.

Foto 5 – Mototrilha, em 2010.
Fonte: FUNDESPORTE – MATO GROSSO DO SUL.

De maneira sinérgica ao ecoturismo e turismo de natureza, o *birdwatching* é um produto potencial que pode ser estruturado de maneira integrada ao produto atualmente oferecido no Pantanal, fortalecendo a Rota Pantanal-Bonito, especialmente se considerada a diversidade de aves existentes na Serra da Bodoquena, decorrente do Cerrado e do único remanescente estadual da Mata Atlântica presentes na região.

A regularização ambiental, por meio da elaboração, aprovação e implantação dos planos de manejos espeleológicos das grutas, como da Lagoa Misteriosa, que se encontra em trâmite, Gruta do Urubu-Rei, Gruta Nossa Senhora Aparecida, entre outras, permitiriam a estruturação do turismo de cavidades e do mergulho em grutas e em cavernas, tidos como produtos com grande competitividade em decorrência da singularidade das cavernas locais (fotos 6 e 7).

Foto 6 – Vista interna do Abismo Anhumas, em 2010.
Fonte:Centro de Convenções de Bonito.

Foto 7 – Descida de rapel no Abismo Anhumas, em 2010.
Fonte:Centro de Convenções de Bonito.

Por fim, complementando os potenciais produtos capazes de embutir maior competitividade ao destino, tem-se o turismo de base comunitária (fotos 8 a 11), com passeios a distritos e assentamentos rurais, ou com valorização de suas produções, inserindo a comunidade local ao turismo pelos doces e compotas, artesanatos, entre outros produtos. Há, por exemplo, doces sob a marca Pé da Serra, cujo programa será mais bem detalhado na análise socioambiental, que são produzidos em assentamentos rurais locais e atualmente está em negociação com a rede de supermercados Pão de Açúcar, para sua comercialização, conforme informações da Diretoria de Turismo, Indústria e Comércio da Prefeitura Municipal de Bonito.

Foto 8 – Assentamento Canaã, em Bodoquena, MS, em 2010.
Fonte: Domingos Mariúba.

Foto 9 – Assentamento Campina, em Bodoquena, MS, em 2010.
Fonte: Domingos Mariúba.

Foto 10 – Assentamento Sumatra, em Bodoquena, MS, em 2010.
Fonte: Domingos Mariúba.

Foto 11 – Pousada e restaurante no distrito Águas de Miranda, em Bonito, MS, em 2010.
Fonte: AGRICON Consultoria

4.1.2. Demanda potencial

Quantitativamente, estima-se que os expressivos investimentos a serem realizados pelo PRODETUR, pelo Governo de Estado do Mato Grosso do Sul[5], e os decorrentes do fomento no setor turístico por causa da Copa do Mundo, em 2014, e das Olimpíadas, em 2016, elevem gradualmente a taxa anual de crescimento do fluxo de turista até que, no quinto ano, essa taxa seja 10% superior à estimada nas projeções da demanda atual. Esse porcentual de10% projetado é próximo ao que se observou para Minas Gerais (12,03%) e para o Estado da Bahia (13,24%), no período de 1998 a 2001 (MINAS GERAIS, 2005).

Ponderando sobre a caracterização do turista potencial do Polo Serra da Bodoquena, em função da coincidência dos locais de amostragem da pesquisa e de origem do turista da Serra da Bodoquena, tomou-se como base para a análise a pesquisa quantitativa, "Hábitos de Consumo do Turismo Brasileiro", de 2009, realizada pelo Ministério do Turismo, no Estado de São Paulo, e nas principais cidades emissoras do turismo doméstico: Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador e Recife.

Pois, conforme pesquisa realizada por intermédio da FNRH/2008, enviada pelos meios de hospedagem do Polo Serra da Bodoquena, 94% dos turistas são de nacionalidade brasileira, identificando-se as referidas cidades como significativas emissoras de turistas ao polo em questão.

Quadro 35 – Caracterização do perfil do potencial turista.

Gênero: Masculino - 43%; Feminino - 57%	**Idade:** 18 - 24 anos: 19%; 25 - 34 anos: 26%; 35 - 40 anos: 23%; 45 - 59 anos: 22% + 60: 10%.
Renda Familiar: + de 1 a 3 SM: 36%; + de 3 a 5 SM - 27%; + de 5 a 10 SM - 21%; + de 10 SM - 15%	**Classe Social:** A/B: 37%; Classe C: 27% Classe D: 36%.
Situação de Trabalho: Trabalho em emprego com carteira assinada ou é funcionário público estatal: 38%; Trabalha em emprego sem carteira assinada: 14%; Trabalhando como autônomo ou profissional liberal: 11%; Empregador: 5%; Está desempregado há menos de 1 ano: 4%; Está desempregado há mais de 1 ano: 3%; É estudante, aposentado ou dona de casa: 23%.	**Atrativos e produtos preferidos:** Praias: 65% ; Campo: 15% ; Cidades / lugares históricos: 11% ; Montanhas: 8% ; NS/NR: 1% .
Modo de viajar: Com familiares e filhos: 39%; Casal/cônjuge: 26%; Com familiares sem filhos: 11%; Só com amigos: 15%; Sozinho: 12%; Em grupo: 1%;	**Atividades pretendidas durante a viagem (soma ponderada) para a região Centro-Oeste:** Passeios para conhecer pontos turísticos: 41,3%; Ir para balada: bares/ restaurantes/ discotecas/ boates: 9,5%; Conhecer pratos e comidas típicas: 12,9%; Atividades culturais: 12,4%; Praticar atividades esportivas: 8%; Fazer visitas a parques temáticos: 9%; Frequentar praias/tomar sol: - Assistir a eventos esportivos: 4%; Outras respostas: 3%.

[5] O Governo de Mato Grosso do Sul projeta investir na ampliação do Aeroporto Internacional de Campo Grande, construindo um Terminal Intermodal de Cargas e um Centro Logístico e Industrial Aduaneiro.

Permanência média das viagens no Brasil: Até uma semana: 50%; De 1 a 3 dias: 8% ; De 4 a 7 dias: 42% ; De uma a duas semanas: 31%; De 8 a 10 dias: 12% ; De 11 a 15 dias: 19%; De duas a quatro semanas: 12%; De 16 a 21 dias: 6% ; De 22 a 30 dias: 6%; Mais de um mês: -	**Época de realização da viagem:** Nas férias: 74%; Feriados, finais de semana prolongados, recessos: 34%; Finais de semana normais: 18%; Baixa temporada: 2% ; Viaja por conta própria: 70%; Com pacote turístico: 29%.
Meios de transporte preferido para viajar: Automóvel/carro: 35,5%; Vans: 40,2%; Avião: 24,1%; Outros: 0,2%;	**Serviços turísticos requeridos – Meios de hospedagem:** Hotel: 38,9%; Pousada: 28,4%; Casa de amigos/familiares; 20,8%; Casa alugada/lugar alugado: 8,4%; Chalé: 1,8%; Outros: 1,8%;
Gasto médio: Total: 2.753,09; Hospedagem/transporte: 1.248,56; Alimentação: 516,13; Passeio turístico: 450,52; Presentes: 329,53; Deslocamento local: 328,66.	
Prioridades de investimento pessoal (elementos que influenciam a tomada de decisão de compra da viagem) Investir em seus estudos ou de familiares: 45,3%; Investir em moradia própria: 22,1%; Fazer uma viagem: 7,1%; Investir em um carro: 2,7%; Poupar dinheiro, pensando no futuro: 8,3%; Comprar algum bem durável: 1,1%; Investir em negócio próprio: 13,4%.	**Probabilidade de viajar dentro do Brasil nos próximos dois anos:** Probabilidade alta de viajar: 21%; Probabilidade média de viajar: 52%; Probabilidade baixa de viajar: 25%; Nenhuma probabilidade de viajar: 0% ; NR / NS: 2%.
Fonte de informação sobre viagens no Brasil (resposta múltipla): Internet: 48%; Parentes e amigos: 52%; Agências de viagens/de turismo: 27%; Revistas de turismo: 16%; Televisão: 17%; Artigos em jornais: 14%; Guias turísticos: 6%; Rádio: 2% ; Feiras/eventos/congressos: 1%; Outras fontes de informação: 1%; NR: 2%.	

Fonte: BRASIL, 2009

Verifica-se, acima, que o potencial turista valoriza/consome, com maior preferência, atrativos no litoral do país (praias), porém, suas atividades pretendidas durante uma viagem para o Centro-Oeste coincidem com as ofertadas nos principais segmentos turísticos do polo.

Igualmente nota-se que o turista potencial, em maior parte, permanece entre 4 e 7 dias no destino, viajando principalmente na época de férias, por conta própria, usando o acesso rodoviário (vans e carros próprios), hospedando-se em hotéis e pousadas.

Nota-se que, comparado ao turista atual, o turista potencial tem um gasto médio superior: enquanto o turista atual gasta em média R$ 2.279,05 o potencial gastaria R$ 2.753,09, ou seja, 20,8% a mais.

Ainda sobre a referida pesquisa acima, cabe destacar como principal elemento que influencia na decisão de compra por uma viagem: a prioridade de investimentos em estudos pessoais/próprios, ou de familiares.

Fazendo complemento à Pesquisa de Hábitos de Consumo do Turismo Brasileiro, 2009, tem-se o perfil da demanda potencial do polo traçado pelo "Perfil do Turista de Aventura e do Ecoturismo do Brasil" (BRASIL, 2010a), que é fundamentada em pesquisas qualitativa e quantitativa aplicadas em 2009, com turistas atuais (30% da amostra) e potenciais (70%) desses segmentos turísticos[6].

Para o potencial turista do pólo, verifica-se que os aspectos mais valorizados nos atrativos e produtos turísticos é a água, seguido da cultura regional, matas e florestas:

[6]O Perfil do Turista de Aventura e de Ecoturismo do Brasil é uma pesquisa de hábitos e atitudes do turista de aventura e do ecoturista brasileiro realizada pela Associação Brasileira das Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura (ABETA), em parceria com o Ministério do Turismo. A pesquisa é composta de pesquisa qualitativa e quantitativa. A pesquisa qualitiativa (entrevistas em profunidade) foi aplicada em domicílio com 45 turistas de Belo Horizonte, São Paulo e Porto Alegre em julho de 2009 e, ao mesmo tempo, foi aplicada a pesquisa quantitativa em domicílio e em pontos de grande circulação das mesmas capitais supracitadas com amostra de 904 turistas.

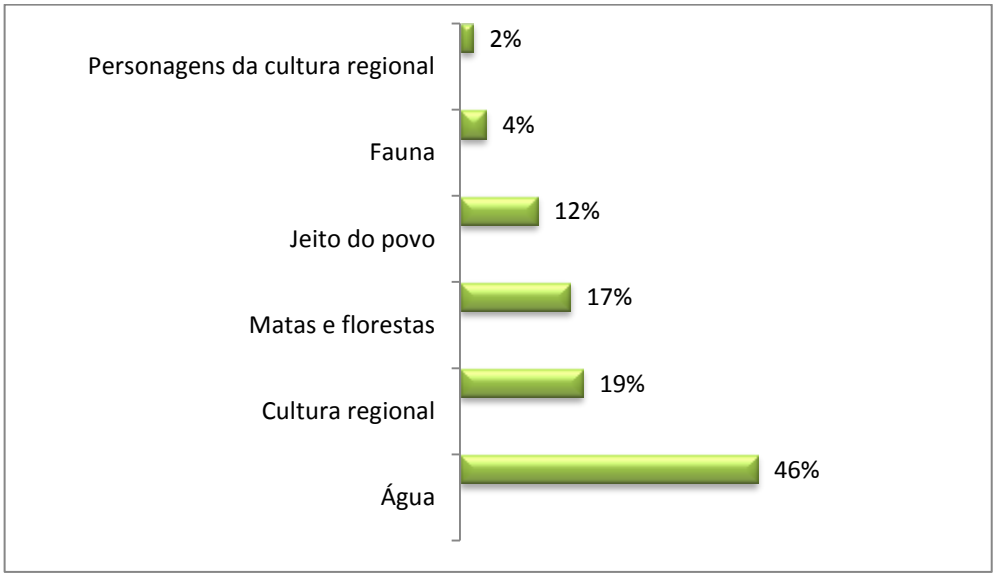


Figura 35 - Aspectos mais valorizados em atrativos/produtos turísticos pelo turista de ecoturismo e turismo de aventura, em 2009.
Fonte: BRASIL, 2010a.

Também foram levantadas as atividades mais consumidas pelo turista de ecoturismo e turismo de aventura, sendo principalmente consumidos os passeios de bugue e as cavalgadas, de acordo com a figura a seguir:

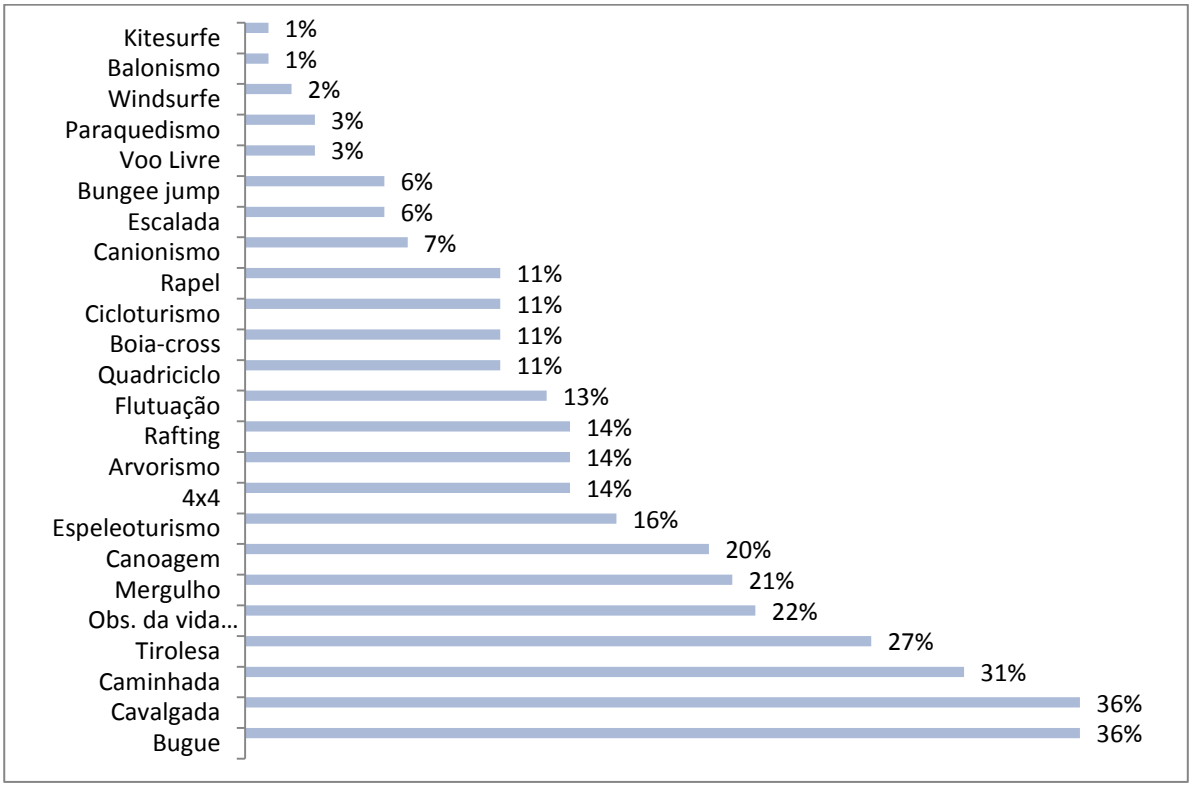


Figura 36- Atividades mais consumidas pelo turista de ecoturismo e turismo de aventura, em 2009.
Fonte: BRASIL, 2010a.
Nota: a somatória acima é superior a 100% em decorrência de múltiplas respostas.

A mesma pesquisa identificou as atividades mais desejadas pelos turistas, conforme figura seguinte, destacando o bugue e o mergulho como as atividades mais citadas; esse é um

indicativo da necessidade de, no Polo Serra da Bodoquena, fortalecer e estruturar as atividades de mergulho para dotá-lo de maior competitividade:

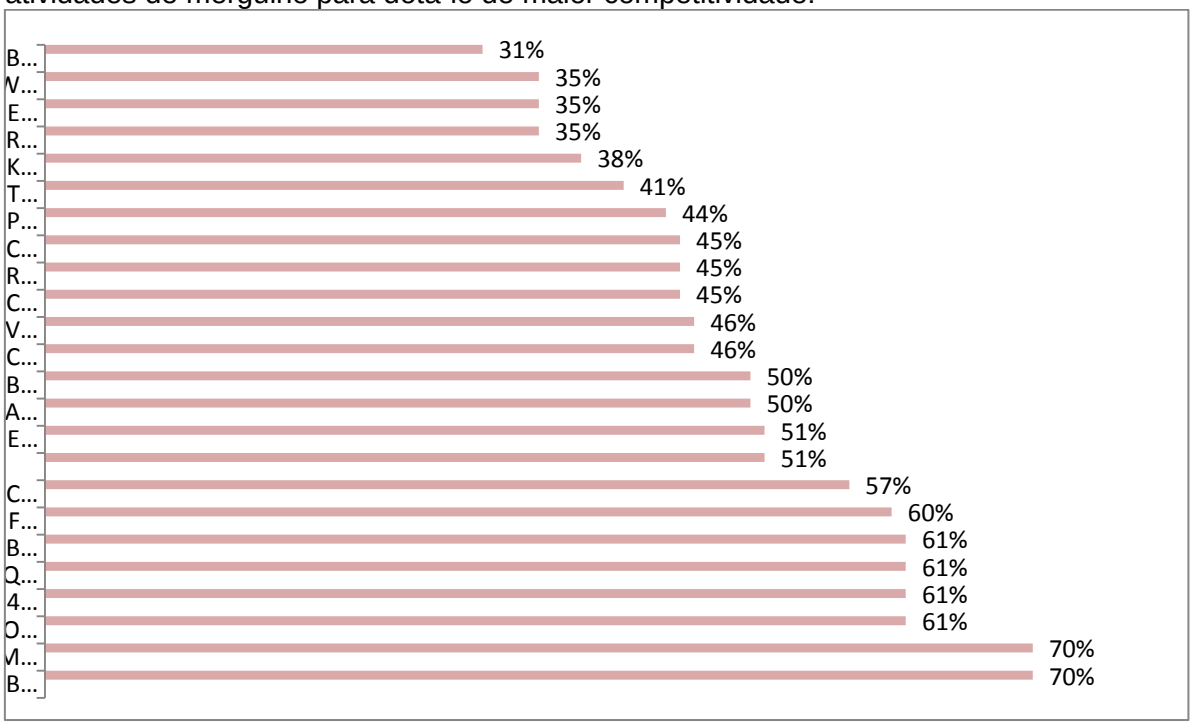


Figura 37- Atividades mais desejadas pelo turista de ecoturismo e turismo de aventura, em 2009.
Fonte: BRASIL, 2010a.
Nota: a somatória acima é superior a 100% em decorrência de múltiplas respostas.

A época de realização da viagem mais comum ao potencial turista do Polo Serra da Bodoquena é nas férias, seguido dos finais de semana prolongados, ratificando o que se observou anteriormente na Pesquisa Hábitos de Consumo do Turismo Brasileiro, 2009:

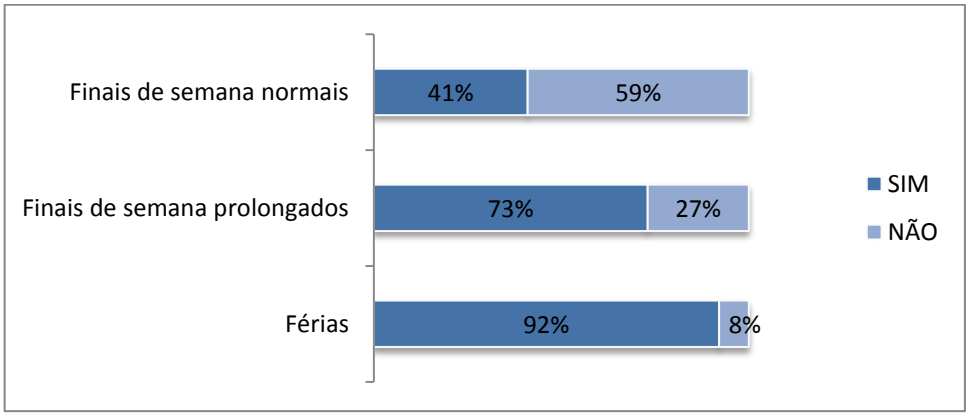


Figura 38- Época de realização da viagem pelo turista de ecoturismo e turismo de aventura, em 2009.
Fonte: BRASIL, 2010a.

Também corroborando com a Pesquisa Hábitos de Consumo do Turismo Brasileiro, 2009, nota-se a importância do carro como meio de transporte do turista potencial do polo em questão:

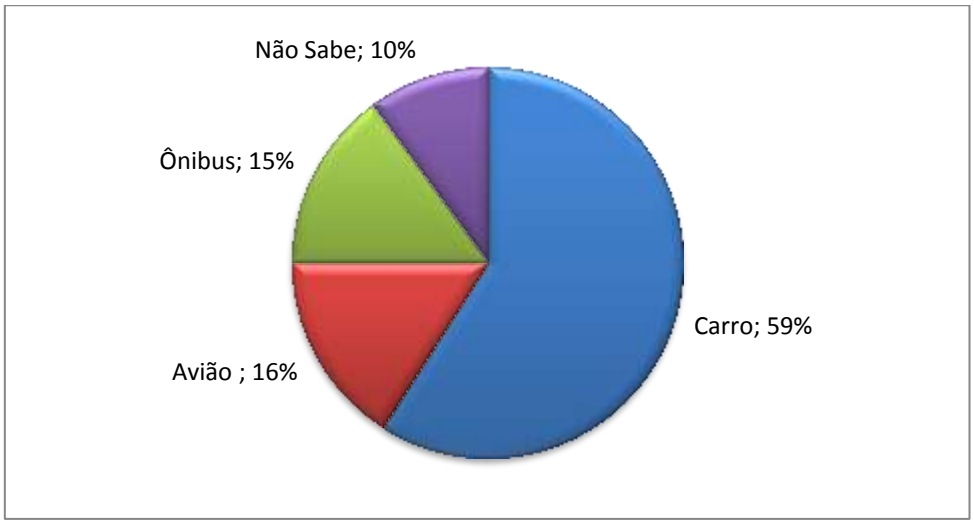


Figura 39- Meios de transporte preferidos pelo turista de ecoturismo e turismo de aventura, em 2009.
Fonte: BRASIL, 2010a.

Considerando os meios de informação mais utilizados pelo turista potencial, identificaram-se os jornais e revistas semanais impressos, as mídias com as quais ele possui maior envolvimento (assina + lê + folheia), conforme demonstrado a seguir:

Figura 40- Mídias de maior envolvimento com o turista de ecoturismo e turismo de aventura, em 2009.
Fonte: BRASIL, 2010a.
Nota: A somatória é superior a 100% em decorrência de múltiplas respostas.

Analisando as mídias em função da qualidade da informação turística, a internet foi destacada como a que fornece com maior eficiência o conteúdo desejado:

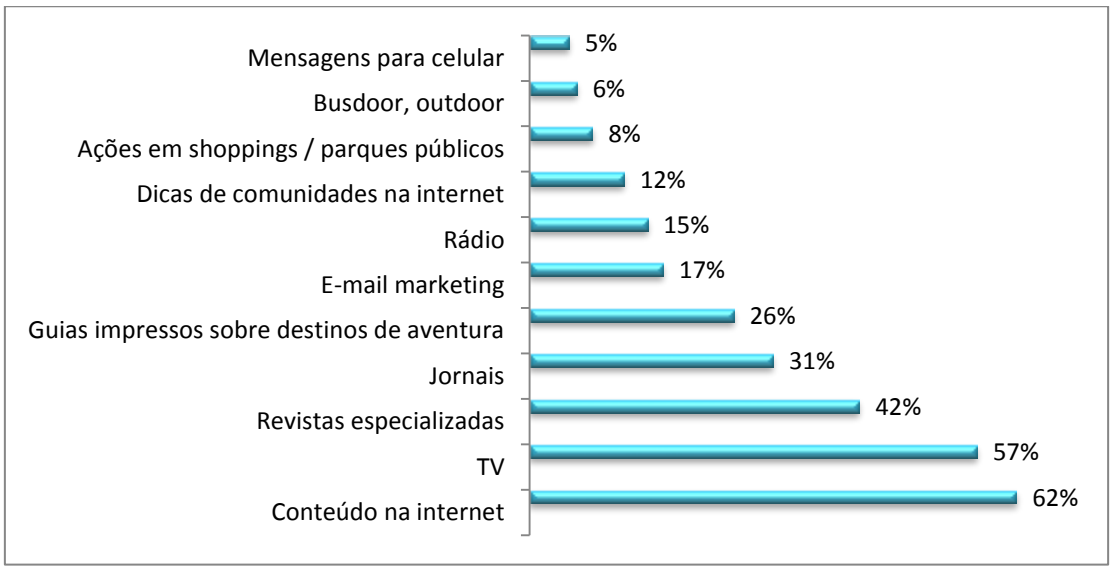


Figura 41- Mídias de maior envolvimento com o turista de ecoturismo e turismo de aventura, em 2009.
Fonte: BRASIL, 2010a.
Nota: A somatória é superior a 100% em decorrência de múltiplas respostas.

Retomando a Pesquisa de Hábito de Consumo do Turista Brasileiro, 2009, verifica-se que a expectativa do potencial turista em relação à infraestrutura e aos serviços turísticos é positiva, considerando o que ele já conhece ou ouviu falar da região Centro-Oeste, porém, se nota que essa expectativa está abaixo da média nacional, ou seja, do padrão mínimo de qualidade do turista, conforme ilustram as duas figuras seguintes:

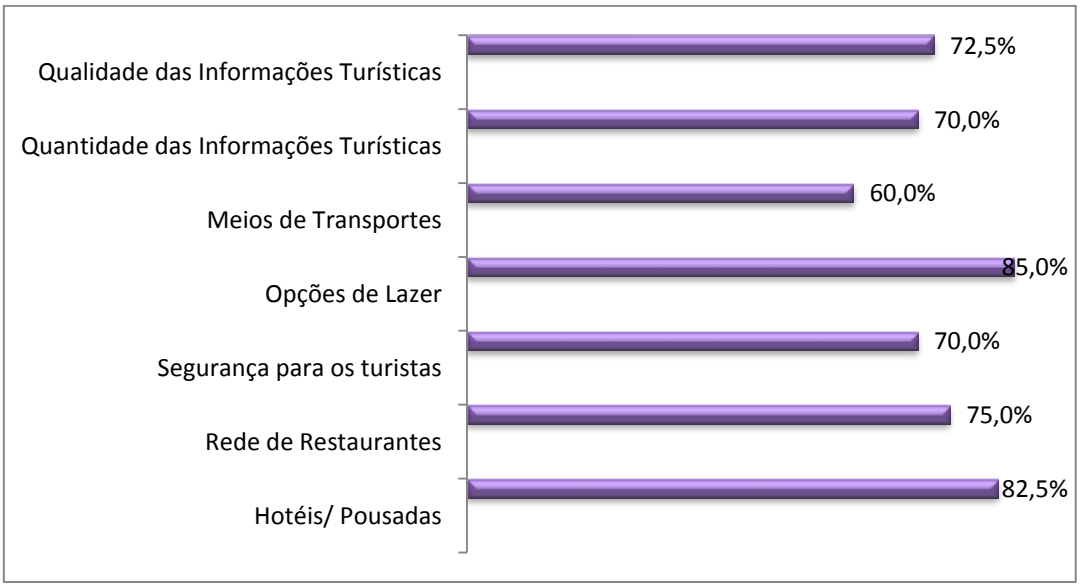


Figura 42 – Nível de expectativa positiva do turista potencial em relação à infraestrutura e serviços turísticos no Centro-Oeste, em 2009.
Fonte: BRASIL, 2009.

Nota-se que a maior expectativa do turista potencial com relação à região Centro-Oeste, incluindo o Polo Serra da Bodoquena, é relacionada às opções de lazer, seguida pelos meios de hospedagem. Logo, a recente atuação do Governo do Estado de Mato Grosso do Sul de incluir esse segmento na linha de financiamento do turismo do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste é muito positiva, e, no futuro, poderá contribuir para

melhor suprir a expectativa do turista potencial, e fortalecer a imagem do polo como destino turístico:

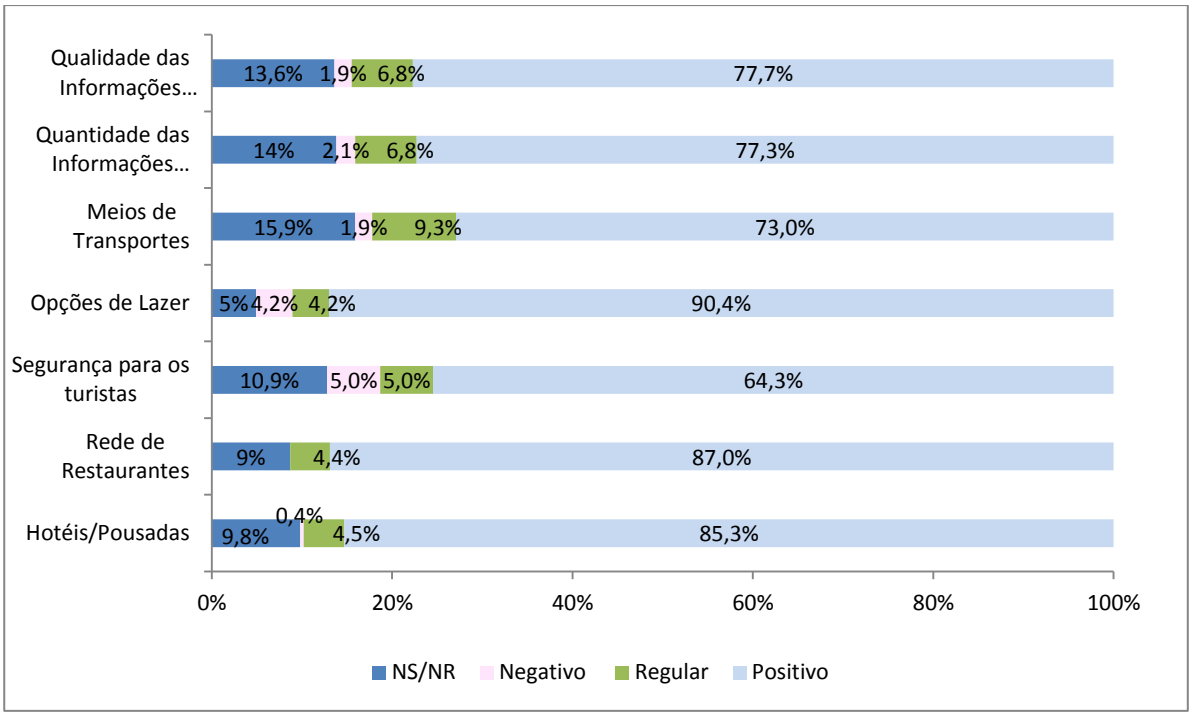


Figura 43 – Média nacional de expectativa do turista potencial em relação à infraestrutura e serviços turísticos, em 2009.
Fonte: BRASIL, 2009.

Tomando a média nacional de expectativas positivas como o padrão mínimo de qualidade da infraestrutura e dos serviços turísticos para a região Centro-Oeste, incluindo o polo em estudo, verifica-se que, em quase todos os quesitos, a expectativa em relação ao Centro-Oeste é menor, o que sinaliza uma imagem de qualidade inferior da infraestrutura e dos serviços turísticos da região, excetuando a expectativa de segurança para os turistas, cujo porcentual positivo da região Centro-Oeste é superior à média nacional.

Apesar da imagem de segurança do polo em questão, tal como a região Centro-Oeste, de acordo com a figura abaixo, despertou uma baixa taxa de interesse e de conhecimento do destino quando questionado ao turista potencial brasileiro seu interesse de viajar, e conhecimento do local escolhido, sendo a região Nordeste aquela que ainda atrai o maior número de interessados:

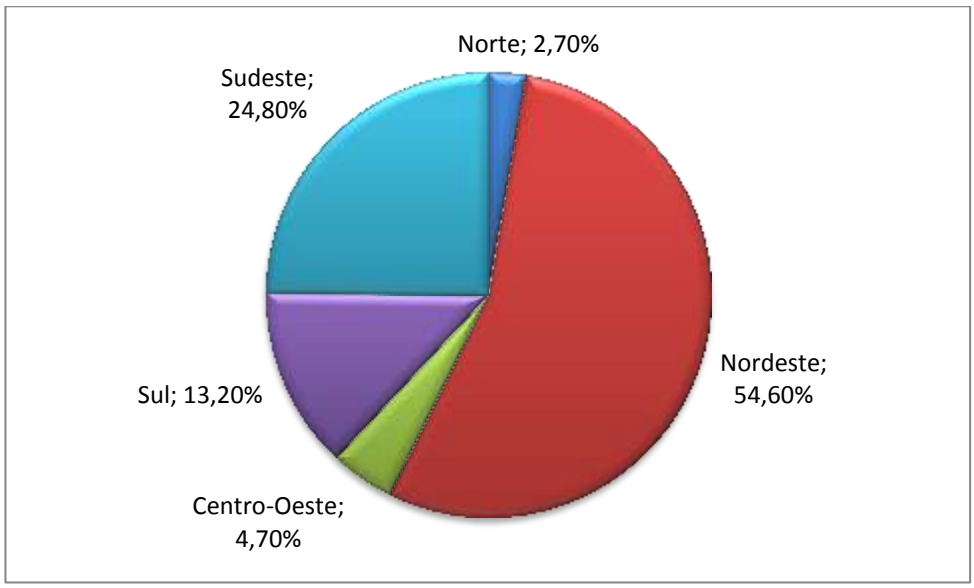


Figura 44 – Intenção de viajar por região do país do turista potencial, em 2009.
Fonte: BRASIL, 2009.

A figura acima indica que os principais destinos competidores do turista potencial ainda são aqueles relacionados a atividades litorâneas (praias), destacando-se as regiões Nordeste e Sudeste nesse contexto.

4.1.3. Oferta turística

O desenvolvimento da oferta turística na região do Polo Serra da Bodoquena ocorreu, a princípio, pautado sob a atratividade natural da Gruta do Lago Azul e da Ilha do Padre, que induziram à estruturação, não somente desses atrativos naturais, como também de toda a cadeia, envolvendo equipamentos e serviços voltados a atender o turista da região.

Foto 12 – Gruta do Lago Azul, em 2010.
Fonte: Centro de Convenções de Bonito.

Foto 13 – Ilha do Padre, em 2010.
Fonte: Roberto Machado – Brasil Viagem.

Hoje, o polo conta com 223 atrativos identificados pelo inventário do PDTUR, sendo, aproximadamente, 30 os atrativos de maior relevância, que, com os equipamentos e serviços, compõem as principais linhas de turismo do polo.

A seguir, tem-se a análise da oferta, visando a caracterizar a oferta turística da Serra da Bodoquena, destacando os gargalos existentes e seus fatores de diferenciação.

4.1.3.1. Avaliação dos atrativos turísticos

Embasados nas informações referentes aos atrativos turísticos já consolidados na Serra da Bodoquena, e relacionados às três linhas de produtos principais da região (ecoturismo, turismo de aventura e turismo de natureza), a seguir apresentam-se os atrativos mais relevantes, agrupados por segmentos, com visitação controlada pelo sistema de *Voucher* Único, localizados nos municípios de Bonito, Jardim e Bodoquena.

Estes atrativos dispõem de infraestrutura para atendimento, sendo produtos divulgados e comercializados por *sites*, folheterias, DVDs, contendo suas atividades, passeios, a distância da sede municipal, acessos, entre outras informações, às quais foram adicionadas as capacidade de carga desses atrativos.

Cabe destacar que estas capacidades de cargas apresentadas foram estimadas pelos empresários locais, sem validação ou metodologia científica que as ratifiquem. Neste contexto, nota-se que os valores estimados são elevados e denotam a necessidade de um estudo adequado, sobretudo sob a ótica ambiental, conforme abordado adiante na análise da capacidade de carga.

Quadro 36 – Atrativos turísticos do Polo Serra da Bodoquena, do segmento de ecoturismo.

Atrativo	Descrição
Bodoquena	
Boca da Onça -Ecotur **:** Distância: 55 km Capacidade de Carga:150 pessoas/dia Grupos de acordo com atividades *Site*: www.bocadaonca.com.br	O passeio é composto de uma caminhada por trilha pela mata preservada, passando por cachoeiras cristalinas, pelo cênico rio Salobra, por pontos de banhos em piscinas naturais e pela mais alta cachoeira do Estado: a Cachoeira Boca da Onça, com 156 m de altura. Para os praticantes, rapel de 90 m de altura, plataforma de 34 m de comprimento - descida pelo paredão com inúmeras grutas, visão sobre o cânion do rio Salobra. O receptivo oferece duas piscinas de água corrente com peixes típicos da região, que nadam junto com o visitante, ducha natural.
Bonito	
Baia Bonita - Aquário Natural e trilha dos animais: Distancia: 7 km Capacidade de Carga: 180 pessoas/dia – Grupos de 9 pessoas *Site*: www.baiabonita.com.br	Visitantes de todo o mundo são atraídos pela transparência de suas águas, cardumes de mais de 30 espécies. Infraestrutura com restaurante, museu de historia natural, loja de artesanato e piscinas para treinamento. Passeio pela Trilha dos Animais, com pontos de observação pelo caminho, para ver emas, jacarés, cervos-do-pantanal, lobos-guarás e outros.
Bonito Aventura: Distância: 6 km *Site*: www.bonitoaventura.com.br	O passeio começa com uma trilha interpretativa de 1.800 m, onde o visitante pode observar uma grande variedade de palmeiras, bromélias, árvores nativas, pássaros de todas as cores e tamanhos e animais silvestres, como cotias, macacos-prego e tatus. Após a caminhada, inicia-se o mergulho livre de 2.200 m, pelas águas cristalinas, cheias de troncos submersos, no rio Formoso. Também há descidas pelas corredeiras e flutuação.
Cachoeiras do Rio do Peixe: Capacidade de Carga: 120 pessoas Grupos de 15 pessoas. Distância: 35 km	Localizado na Fazenda Água Viva, são rios de águas límpidas, cachoeiras, piscinas naturais, fauna atraente com macacos, araras, tucanos, entre outros. Servido delicioso almoço sul-mato-grossense, preparado pela proprietária da Fazenda e um tradicional lanche, acompanhado dos "causos" contados pelo proprietário da Fazenda.
Cavalgada Rio Sucuri**:** Capacidade de Carga: 32 pessoas – Grupos de 8 pessoas Distância: 18 km *Site*: www.riosucuri.com.br	O percurso possui aproximadamente três horas de duração. Passeio a cavalo em mata fechada, beira do rio Formoso, com trilhas para apreciação da fauna e flora da região.

Atrativo	Descrição
Cavalgada Estância Mimosa: Capacidade de Carga: 32 pessoas/dia – Grupos de 8 pessoas Distância: 24 km *Site*: www.bonitoweb.com.br	Na Estância Mimosa Ecotur, o visitante, além de passear nas cachoeiras, poderá também fazer um passeio a cavalo por entre as morrarias da fazenda.
Cavalgada no Parque Ecológico Rio Formoso: Capacidade de Carga: 40 pessoas/dia- Grupos de 10 pessoas	Cavalgada através das matas e pastagens da fazenda, com grande probabilidade de encontrar animais silvestres, como emas, seriemas, tucanos, cutias, tamanduás, macacos e outros. O passeio conta também com parada para banho no rio Formoso.
Ceita Core: Capacidade de Carga: 120 pessoas/dia – Grupos de 15 pessoas Distância: 36 km *Site*: www.ceitacore.com.br	Na língua tupi-guarani "Terra de meus filhos". Trilhas, cachoeiras e nascentes. Trilhas pela mata ciliar com cachoeiras, piscinas naturais, pequenas grutas, carretilha, passeio a cavalo e almoço típico na sede da fazenda.
Estância Mimosa Ecoturismo: Capacidade de Carga: 156 pessoas/dia- Grupos de 12 pessoas Distância 24 km *Site*: www.bonitoweb.com.br	Cachoeiras e piscinas naturais. Há também plataforma de saltos, pequenas grutas, passarelas suspensas e trecho percorrido em barco a remo. Ao longo da trilha, há diversos mirantes com visões panorâmicas da Serra da Bodoquena. Grupos com tamanho limitado e acompanhados por um guia. Almoço na sede da fazenda com pratos e doces regionais, feitos no fogão à lenha. Redário; ainda há a opção de cavalgada.
Gruta Do Lago Azul: Capacidade de Carga: 315 pessoas/dia – Grupos de 15 pessoas Distância: 20 km	Trilha com diversos espeleotemas; pode-se visualizar o lago de águas intensamente azuis e com mais de 80 m de profundidade. Por sua beleza e fragilidade, a área da gruta foi transformada em Monumento Natural, garantindo sua preservação.
Parque Ecológico Rio Formoso: Distância 7 km	Caminhada por trilha na mata ciliar, margeando o rio Formoso; subindo o Morro da Piúva, avista-se ao longe a Serra da Bodoquena. A caminhada de 1.800 m termina no *Deck* Paraíso, onde se inicia a descida do rio Formoso. No retorno, o Restaurante da Lagoa oferece refeições acompanhadas de doces caseiros.
Projeto Jiboia: Capacidade de Carga: 600 pessoas/dia – 4 sessões diárias *Site*: www.projetojiboia.com.br	Visitação turística e educação ambiental com a comunidade local. Trabalho de desmistificação das serpentes, seu comportamento e suas características.
Rio Sucuri: Capacidade de Carga: 121 pessoas/dia – Grupos de acordo com as atividades Distância: 18 km *Site*: www.riosucuri.com.br	Caminhada em trilha pela mata ciliar do rio Sucuri, com mirante construído em torno de uma figueira centenária e elevado sob sua nascente principal, onde se visualizam piraputangas, dourados, curimbas e as ressurgências. Ainda na trilha, há outras nascentes, e o mirante azul. Nado e flutuação na correnteza do rio Sucuri. Almoço típico na sede. Cavalgada, passeio de *bike* e de quadriciclo, em trilhas pelas matas da fazenda, com parada para banho nas águas do rio Formoso.
Recanto Ecológico Rio da Prata: Capacidade de Carga: 188 pessoas/dia – Grupos de acordo com as atividades: Distância: 54 km *Site*: www.bonitoweb.com.br	Caminhada na mata ciliar do rio da Prata, com observação de animais silvestres e árvores centenárias, como os ipês, aroeiras, perobas. A partir da nascente, flutuação. Os grupos têm tamanho limitado e são sempre acompanhados por um guia. Máscaras, *snorkel*, roupa e bota de neoprene estão inclusos. Almoço típico sul-mato-grossense, servido na sede da fazenda, e redário. Passeio a cavalo.

Atrativo	Descrição
Jardim	
Buraco das Araras: Capacidade de Carga: 200 pessoas -Grupos de 10 pessoas *Site*: www.buracodasararas.tur.br	Enorme cratera totalmente em arenito, onde diversos pássaros, principalmente as “araras-vermelhas” adotaram como *habitat* natural, razão do nome. Em seu interior, fauna e flora bem particulares, com seu ecossistema próprio e um grande lago habitado por jacarés da espécie papo- amarelo.
Cavalgada Rio da Prata: Capacidade de Carga: 40 pessoas/dia – Grupos de 10 pessoas *Site*: www.bonitoweb.com.br	O Recanto Ecológico Rio da Prata, além da flutuação, oferece também ao visitante (opcional) um agradável passeio a cavalo na fazenda.

Fonte: Elaborado a partir dos dados da FUNDTUR/MS (MATO GROSSO DO SUL, 2010b) e sites supracitados.

Quadro 37 – Atrativos turísticos do Polo Serra da Bodoquena, do segmento de turismo de aventura.

Atrativo	Descrição
Bodoquena	
Rapel na Boca da Onça: Capacidade de Carga: 30 pessoas/dia – Grupos de 10 pessoas. *Site*: www.bocadaonca.com.br	Descida em um paredão vertical de 90 m de altura. A ponte de rapel é uma estrutura de 34 m de comprimento, que se projeta no abismo, proporcionando contemplação da vista sobre o *canyon* do rio Salobra.
Bonito	
Abismo Anhumas: Capacidade de Carga: 18 pessoas/dia – Grupos de 12 para flutuação – 4 para mergulhos autônomos. Distância: 22 km *Site*: www.abismoanhumas.com.br	O rapel de 72 metros, por uma fenda na rocha, leva a uma caverna com magníficas formações e um lago de águas cristalinas, onde a flutuação revela a beleza subaquática do lugar. Para o rapel, existe um treinamento obrigatório antes da descida, e, para o mergulho autônomo, é necessário credencial.
Bike Tour Rio Sucuri: Capacidade de Carga: 64 pessoas/dia – Grupos de 8 pessoas. Distância 18 km *Site*: www.riosucuri.com.br	Localizado na Fazenda São Geraldo, o passeio de bike do rio Sucuri possui aproximadamente 2 horas de duração, em meio à mata fechada. É possível observar animais da região e, no final do percurso, há uma parada para banho de cachoeira.
Boia-*Cross* do Hotel Cabanas: Capacidade de Carga: 120 pessoas – Grupos de 10 pessoas. Distância: 6 km *Site*: www.hotelcabanas.com.br	Inicia com uma pequena caminhada em trilha suspensa até a área de embarque, onde o visitante irá descer por cerca de 1000 m no rio Formoso em boias individuais, num percurso de 40 minutos de água, passando por três cachoeiras e duas corredeiras. O retorno é feito por caminhada por trilhas suspensas na mata ciliar, onde o visitante poderá observar animais silvestres. Ao final do passeio, o visitante pode se banhar nos rios Formoso e Formosinho, e ainda fazer a trilha completa de mais 1.200 m ao longo da mata ciliar.
Circuito Arvorismo: Distância: 12 km www.circuitoarvorismo.com.br	É uma modalidade de esporte de aventura, com grau de dificuldade denominado como "Acrobático". Consiste em um percurso aéreo de 350 m, sempre na copa das árvores, com montagem de 12 obstáculos, tais como: tirolesa, passarelas, pontes e diferentes atividades suspensas, através de cordas.
Dive Bonito - Mergulho no Rio Formoso: *Site*: www.divebonito.com.br	Mergulho no rio Formoso, visualizando as formações calcárias e cardumes de peixes, com profundidade aproximada de 5,5 m. Duração aproximada de 45 minutos.
Dive Bonito - Mergulho na Praia da Figueira: *Site*: www.divebonito.com.br	Mergulho na Praia da Figueira, um lago formado por antigo ambiente de praia artificial, onde se encontra um barco e um avião submersos e alguns peixes regionais em meio às vegetações. Profundidade média de 6 m, com duração aproximada de 70 minutos.
Mergulho no Abismo Anhumas:	Pequena fissura no solo que se transforma numa incrível

Atrativo	Descrição
Site: www.abismoanhumas.com.br	descida de rapel de 72 m, o equivalente a um prédio de 30 andares. Na caverna, com as dimensões de um campo de futebol, pode-se flutuar ou até mergulhar mais 18 m no lago cristalino.
Jardim	
Dive Bonito - Mergulho no Rio da Prata: *Site*: www.divebonito.com.br	Mergulho no rio da Prata, onde podem se observar: dourados, piraputangas, piaus, corimbas, pacus, cacharas, pintados, entre outros. Profundidade aproximada de 8 m, com duração aproximada de 60 minutos.
Mergulho no Recanto Ecológico Rio da Prata: Distância: 56 km *Site*: www.bonitoweb.com.br	Mergulho acompanhado por mergulhador profissional. Profundidade de 5 a 7 m. O mergulho pode ser feito por qualquer pessoa acima de 12 anos.

Fonte: Elaborado a partir dos dados da FUNDTUR/MS (MATO GROSSO DO SUL, 2010b) e *sites* supracitados.

Quadro 38 – Atrativos turísticos do Polo Serra da Bodoquena, do segmento de turismo de natureza (sol e praia de água doce).

Atrativo	Descrição
Bonito	
Balneário do Sol: Capacidade de Carga: 900 pessoas/dia Distância: 10 km *Site*:www.balneariodosol.tur.br	Localizado às margens do rio Formoso, oferece a possibilidade de nadar em piscinas naturais, no próprio rio, entre cardumes de peixes, ou próximo às cachoeiras. Possuem carretilhas, trampolim, lanchonete, restaurante, quiosques para churrasco, redário, quadras de vôlei e futebol de areia. Observação: Não é necessário acompanhamento de guia de turismo local.
Balneário Municipal do Rio Formoso: Capacidade de Carga: 1.000 pessoas/dia Distância: 7 km	As águas cristalinas do rio Formoso permitem uma visão nítida de peixes variados. Dispõe de sanitários, quadra de vôlei de areia, lanchonetes e sorveteria. Observação: Não é necessário acompanhamento de guia de turismo local.
Praia da Figueira: Capacidade de Carga: 600 pessoas/dia Distância: 14 km *Site*: www.praiadafigueira.com.br	Antiga área de extração de calcário, que deu origem a uma lagoa de água corrente, com 60 mil $m^{2,}$ e uma extensa praia com coqueiros e areia branca. Nado, flutuação, mergulho. Possui estrutura para atividades diversas, como cama elástica, caiaque, pedalinho, tirolesa e biribol, vôlei de areia e frescobol.
Ilha do Padre: Capacidade de Carga: 800 pessoas/dia Distância: 12 km.	No meio do rio Formoso, a ilha é formada por matas, cachoeiras e piscinas naturais. Possui área para *camping*, cabanas e churrasqueira.

Fonte: Elaborado a partir dos dados da FUNDTUR/MS (MATO GROSSO DO SUL, 2010b) e *sites* supracitados.

Para avaliar os recursos e atrativos turísticos mais relevantes na região turística em estudo, elaborou-se um comparativo entre a grade de Atrativos e Atividades, segundo o registro do Fluxo de Visitação, em 2005 - sistema de *Voucher* Único, e a grade oferecida, em 2010, para averiguar, nesse intervalo, o aumento e a diversificação da oferta com a inclusão de outros atrativos e estruturação de novos roteiros.

Como os atrativos da região oferecem, na sua maioria, mais de duas atividades, elaborou-se o quadro seguinte identificando-as para o estudo da oferta 2005-2010, efetivamente consolidada:

Quadro 39 – Grade comparativa de atrativos e atividades ofertados, em 2005 e 2010.

Atrativos	2005								2010				
Gruta do Lago Azul	A	B							A	B			
Res. e Baía Bonita - Aquário Natural	A	C	D	G					A	C	D	G	
Recanto Ecológico Rio da Prata	A	C	D	E	F				A	C	D	E	F
Estância Mimosa Turismo Rural	F	H							A	C	F	H	
Parque Ecológico Rio Formoso	A	C	D	F	L				A	C	E	F	
Rio Sucuri	A	D	F	G	H	I	J		A	D	E	F	
Balneário Municipal Rio Formoso	G								G				
Cachoeiras Rio do Peixe	A	C	H						A	C	H		
Passeios de Bote: Natura/Boru	Q								-				
Hotel Cabanas: boia-*cross*	O								N	P			
Balneário do Sol	A	C	G	H					C	G			
Grutas de São Miguel	A	B	C						A	B	C		
Praia da Figueira	D	L							G				
Boca da Onça	A	H	G	I	N				A	H	N		
Fazenda Cachoeira	A	C	E	F	G	H	O	Q	-				
Buraco das Araras	A	C							A	B	C		
Parque das Cachoeiras	A	C	H						A	C	F	H	
Barra do Sucuri	A	B	C	D	G	Q			A	C	D	E	
Bonito Aventura	A	C	D						A	C	D	E	
Fazenda Ceita Corê	A	B	E	F	H				A	B	F	H	
Balneário Monte Cristo	A	C	G	H					-				
Ybirá Pê Canopy Tour: arvorismo	P								-				
Circuito Arvorismo	P								-				
Abismo Anhumas	B	D	E	N					B	D	E	N	
Rio Aquidaban	A	C	G	H					-				
Projecto Vivo	A	C	F	M					-				
Eno Bókoti	A	D	H						-				
Torre de Rapel Wetega	N								-				
Fazenda Boa Vista	F	L							-				
Ilha do Padre	G								G				
Safári em Bonito									-				
Quadriciclo Crisval	J								-				
Parque Ecológico Cavalgada	F								-				
Fazenda San Francisco – Pantanal	A	C	F	L					A				
Balneário Barra Bonito	G								-				
Discovery Dive	U								-				
Safári Noturno Bto	X								-				
Projeto Jiboia	V								V				
Boia-*Cross* Dinho	O								-				
Equitação Ecológica Lagoa Misteriosa	A	C	D	E	G				-				
Balneário Tarumã	A	G							-				
Boia-*Cross* Júlio	O								-				
Programa de Índio	A								A				
Rota Boiadeira:	R								R				
Trilha Boiadeira:	R								-				
Cemitério dos Heróis da Retirada da Laguna	T								-				
Taboa Fábrica de Encantos	_								S				
Centro de Convenções	_								T				
Bote Karandá Tour	_								Q				
Bote Ygarapé Tour	_								Q				

LEGENDA	
A- Trilha	M - Passeio de Bote
B – Caverna	N – Rapel
C - Observação da fauna e flora	O – Boia-*Cross*
D – Flutuação	P – Arvorismo
E – Mergulho Autônomo	Q – Bote
F – Equitação ecológica	R – Quadriciclo
G - Piscina natural	S- Passeio Urbano/ City-Tour
H – Cachoeiras	T – Patrimônio Histórico-Cultural
I – Mountain Bike/ Bike Tour	*U* -: Mergulho com equipamento – *scuba*
J – Quadriciclo	V – Projeto
L - *Day–use*	X – Focagem noturna

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Sistema Voucher Único – FUNDTUR/MS (MATO GROSSO DO SUL, 2010b).

▪ Há de se observar que o sistema contempla também os atrativos estruturados localizados nos municípios de Jardim e Bodoquena, permitindo-se, assim, considerá-lo como um instrumento de controle de visitação aos atrativos do polo selecionado.

▪ O controle de visitação aos atrativos considera a capacidade de carga dos atrativos, que, mesmo estabelecida de forma empírica, são observados aspectos como preservação do meio ambiente e as características locais.

▪ Em se tratando de um destino diferenciado em função das suas características geomorfológicas, com população de 51.947 habitantes (IBGE, Censo 2010), o fluxo foi considerável nesse período de 14 anos, segundo registro do sistema de *Voucher* Único: 2.664.861 visitações aos atrativos, representando, em média, 190.347 visitações/ano, e o fluxo estimado em 63.449 visitantes, 1,25 turista/habitante/ano. Se considerando o município de Bonito como o destino referencial para a região, com a população de 19.598 habitantes, a relação estabelecida fica em 3,55 turistas /habitantes/ano.

Nesse espaço de tempo, a grade de atrativos em ambiente natural mantém-se praticamente inalterada, oferecendo as atividades concentradas nas modalidades: 1. Cavidades e Grutas; 2.Flutuação;3. Mergulho; 4. Cavalgada; 5.Cachoeiras;6. Balneários; 6.Circuito de Aventura :Rapel/Boia-*Cross*/Bike Tour/Arvorismo/ Bote / Quadriciclo. Como atividades identificadas como Passeio Urbano/City Tour (S) foram incorporados mais dois atrativos; A Taboa Fábrica de Encantos e o Centro de Convenções, equipamento de infraestrutura para o segmento de negócios e eventos, pela sua arquitetura original e de forte apelo cultural, remetendo o imaginário a um conjunto de ocas indígenas.

Com relação à infraestrutura disponível no polo, o município de Bonito se sobressai dispondo de prestadores de serviços turísticos, atendendo toda a cadeia produtiva em termos quantitativo e organizacional. Apresentando as características inerentes aos destinos consolidados, é reconhecido dentro do estado, nacional e internacionalmente.

Para os municípios de Jardim e Bodoquena, ainda existem elementos que estão presentes na demanda, mas apresentam algumas limitações ou gargalos pelo lado da oferta, que podem atingir a condição de consolidados desde que eliminados esses fatores limitantes.

A avaliação da infraestrutura oferecida em Bonito está apropriada para receber e atender os turistas, constatou a pesquisa “Qualidade na Prestação de Serviços”, na dimensão que envolve os aspectos tangíveis, inclusive, apresentando o melhor desempenho dentre as dimensões avaliadas. Ainda, segundo a pesquisa, possivelmente, em razão das características do turista que visita o destino que busca desfrutar mais o que a natureza tem a oferecer e a rusticidade implícita no ecoturismo, é a principal característica dos empreendimentos do destino.

Avaliação individual dos principais atrativos turísticos

Ainda procedeu-se a avaliação específica por atrativo, considerando como principais atrativos nessa avaliação aqueles que, de acordo com o fluxo de visitação controlado pelo sistema Voucher (quadro 8 e figura 17), juntos atraem 59,2% do fluxo de visitação da região: Gruta do Lago Azul, Botes (Iberê, Natural e Ború), Rio Sucuri, Aqúario Natural, Parque das Cachoeiras e Estância Mimosa. Por serem localizados em Bonito, também foram analisados o Rio da Prata e Buraco das Araras como principais atrativos turísticos de Jardim e de Bodoquena, o Hotel Fazenda Betione e a Boca da Onça.

A avaliação individual considera as atuais condições de visita *versus* as condições potenciais sob as quais os recursos possam ser incorporados à oferta turística ou melhorados em termos de sua comercialização, considerando o sistema de gestão dos fluxos turísticos, a sinalização informativa e interpretativa que será conveniente implementar ou melhorar, a necessidade de adequação dos recursos humanos, do nível de segurança e da gestão requerida por empreendimento.

Gruta do Lago Azul

Foto 14 – Gruta do Lago Azul – estrada de acesso, em 2010.
Fonte: Rivaldo

Foto 15 – Gruta do Lago Azul – receptivo, em 2010.
Fonte: Rivaldo

Foto 16 – Gruta do Lago Azul – descida, em 2010.
Fonte: Rivaldo

Foto 17 – Gruta do Lago Azul – base, em 2010.
Fonte: Centro de Convenções de Bonito

Quadro 40 – Avaliação da Gruta do Lago Azul: melhorias e necessidades a serem implantadas com vistas ao potencial do atrativo.

Sistemas necessários para a gestão dos fluxos turísticos	Sinalização informativa e interpretativa	Recursos humanos	Nível de segurança	Gestão requerida
Atualmente, o fluxo de turistas do polo é adequadamente gerido pelo sistema *Voucher* Único, e comporta gerir o fluxo potencial de turistas no atrativo. Considerando que o *Voucher* é um bom instrumento de gestão, o que pode se pensar é melhorá-lo no sentido de que contenha mais informações para serem utilizadas nas estatísticas, e no banco de dados de informações turísticas, nas campanhas de *marketing* etc.	Esse é o produto turístico melhor sinalizado atualmente. Visando as potencialidades do atrativo e sua demanda crescente, a ampliação da sinalização e com mais informações, aumentará a qualidade do passeio e a satisfação do turista.	O passeio é feito com acompanhamento de guias de turismo qualificados para a função. Considerando as condições potenciais do atrativo, é necessário aumentar o número de guias para acompanhar o maior número de turistas, além de ser imperativa a busca pela qualificação constante dos recursos humanos, no trato com o turista e no repasse de informações de qualidade sobre o referido produto.	Os turistas recebem equipamentos e orientação para a sua segurança. Atualmente, apresenta problemas de acesso à base da gruta, comprometendo a segurança e conforto dos visitantes. Conforme estudo realizado em 2004, por especialistas, constatou-se a possibilidade de dobrar a capacidade de visitação diária e, para isso, está sendo viabilizada a construção de banheiros e escadaria, em 2011, para aumentar a segurança durante o trajeto, e possibilitar que os grupos entrem por uma extremidade e saiam por outra, facilitando o trânsito no interior do local.	É um dos dois únicos empreendimentos turísticos de Bonito, geridos pela administração pública. Considerando que este é um produto top de linha, e considerado o "Cartão Postal" do Polo, é positiva a adoção de princípios participativos na gestão.

Obs.: o preço do passeio é de R$ 36,00 na alta temporada - AT[7] ou baixa temporada - BT, cotado em 2011.

[7] Alta Temporada (AT) 2011: 1º a 30/01 – 4 a 8/02 – 21 a 24/04 – 9 a 24/07 – 8 a 15/10 – 12 a 15/11 – 17 a 31/12

Botes

Foto 18 – Bote Igarapé – descida, em 2010.
Fonte: Rivaldo

Foto 19 – Bote Iberê, em 2010.
Fonte: Janaína Calaça

Quadro 41 – Avaliação dos Botes: melhorias e necessidades a serem implantadas com vistas ao potencial do atrativo.

Sistemas necessários para a gestão dos fluxos turísticos	Sinalização informativa e interpretativa	Recursos humanos	Nível de segurança	Gestão requerida
O Fluxo de turistas do polo é gerido pelo sistema *Voucher* Único, e comporta gerir o fluxo potencial de turistas no atrativo. Considerando que o *Voucher* é um bom instrumento de gestão, o que pode se pensar é melhorá-lo no sentido de que contenha mais informações para serem utilizadas nas estatísticas, e no banco de dados de informações turísticas, nas campanhas de marketing etc.	Neste atrativo, percebe-se deficiência neste quesito. Não há informação suficiente quanto a segurança ou uso de equipamentos durante o passeio. As condições potenciais do atrativo deverão melhorar quando os empreendimentos adotarem sinalização informativa, e de segurança, instruindo quanto ao uso de equipamentos e procedimentos de segurança durante o passeio.	Atualmente, como em todos os outros passeios do polo, são acompanhados por guias de turismo. Este acompanhamento é essencial para a qualidade do passeio e influi diretamente na experiência do turista. Para uma demanda futura, considerando a potencialidade desse tipo de turismo, é recomendável a frequente capacitação, qualificação e certificação desses profissionais quanto à segurança, aspectos ambientais e qualidade no atendimento.	Os turistas recebem equipamentos e orientação para a sua segurança. Somente o Bote Ygarapé é certificado pelo Programa de Qualificação e Certificação em Turismo de Aventura, da ABETA.	A gestão é feita pela iniciativa privada e pode ser melhorada com capacitação específica para os gestores de empreendimentos.

Obs.: o preço do passeio cotado em 2011 é: R$ 70,00 (adulto) e R$ 60,00 (criança) - AT e BT.

Rio Sucuri Ecoturismo

Foto 20 – Rio Sucuri – flutuação (1), em 2010.
Fonte: Rio Sucuri

Foto 21 – Rio Sucuri – flutuação (2), em 2010.
Fonte: Rio Sucuri

Foto 22 – Rio Sucuri – bike *tour*, em 2010.
Fonte: Rio Sucuri

Foto 23 – Rio Sucuri – cavalgada, em 2010.
Fonte: Rio Sucuri

Quadro 42 – Avaliação do Rio Sucuri Ecoturismo: melhorias e necessidades a serem implantadas com vistas ao potencial do atrativo.

Sistemas necessários para a gestão dos fluxos turísticos	Sinalização informativa e interpretativa	Recursos humanos	Nível de segurança	Gestão requerida
Atualmente, o fluxo de turistas do polo é adequadamente gerido pelo sistema *Voucher* Único, e comporta gerir o fluxo potencial de turistas no atrativo. Considerando que o *voucher* é um bom instrumento de gestão, o que pode se pensar é melhorá-lo no sentido de que contenha mais informações para serem utilizadas nas estatísticas, e no banco de dados de informações turísticas, nas campanhas de *marketing*, etc.	Neste empreendimento, constatou-se que há apenas a sinalização indicativa da localização do atrativo. A inserção de sinalização informativa, na forma de totens ou semelhantes, agregaria qualidade e melhor se adequaria às condições potenciais desse atrativo, sobretudo se destacado o contexto ambiental do empreendimento.	Os guias de turismo acompanham e monitoram o grupo de turista durante todos os passeios e, considerando as condições potenciais do atrativo, é necessário aumentar o número de colaboradores e igualmente aperfeiçoar e capacitar quanto à conservação ambiental, qualidade no atendimento e segurança.	Os guias de turismo e monitores, que acompanham o passeio, possuem treinamento quanto à segurança, e os turistas recebem equipamentos e orientação para a sua segurança. Porém, para viabilizar o potencial do atrativo, é necessário implementar um programa ou sistema de gestão de segurança, auditado e certificado, participando do programa Aventura Segura, da ABETA.	A gestão é da iniciativa privada e pode ser expressivamente melhorada, com capacitação específica para os gestores de empreendimentos turísticos: sistemas de qualidade, sustentabilidade, monitoramento ambiental, entre outras áreas.

Obs: Os preços praticados em 2011 mudam em função dos passeios:

Flutuação:
R$151,00 (adulto) e R$ 131,00 (criança), com almoço – AT;
R$ 121,00 (adulto) e R$ 109 (criança), com almoço – BT.

Flutuação + Cavalgada e Bike Tour:
R$ 184,00 (adulto) e R$ 162,00 (criança), com almoço – AT;
R$ 155,00 (adulto) e R$ 141,00 (criança), com almoço – BT.
Opcionais:
* Cavalgada e Bike Tour: R$ 42,00 (AT e BT).
* Nascente: R$ 35,00 (AT e BT).

Aquário Natural.

Foto 24 –Aquário Natural – imagens da flutuação, em 2010.
Fonte: Centro de Convenções de Bonito

Foto 25 – Aquário Natural – trilha de acesso, em 2010.
Fonte: Reserva Ecológica Baía Bonita

Foto 26 - Infraestrutura do Aquário Municipal, em 2010.
Fonte: Reserva Ecológica Baía Bonita

Foto 27 – Museu do Aquário Natural, em 2010.
Fonte: Reserva Ecológica Baía Bonita

Quadro 43 – Avaliação do Aquário Natural: melhorias e necessidades a serem implantadas, com vistas ao potencial do atrativo.

Sistemas necessários para a gestão dos fluxos turísticos	Sinalização informativa e interpretativa	Recursos humanos	Nível de segurança	Gestão requerida
Atualmente, o fluxo de turistas do polo é adequadamente gerido pelo sistema *Voucher* Único, e comporta gerir o fluxo potencial de turistas no atrativo. Considerando que o *voucher* é um bom instrumento de gestão, o que pode se pensar é melhorá-lo no sentido de que contenha mais informações para serem utilizadas nas estatísticas, e no banco de dados de informações turísticas, nas campanhas de marketing etc. .	Há sinalização, porém, em função do papel de educação ambiental exercido pelo atrativo, é adequado inserir sinalização informativa com maior detalhamento. O aprimoramento nas sinalizações informativas nas trilhas, especificando as peculiaridades das espécies observadas com maior frequência, melhorará a qualidade e a experiência oferecida no passeio.	Assim como nos outros passeios do polo, neste também os guias de turismo são essenciais em função da flutuação, que é feita no aquário natural e na trilha onde se tem a presença de animais. Considerando o potencial dos atrativos, é necessário ampliar o número de guias atuantes, e a capacitação dos mesmos, quanto à conservação ambiental, materiais empregados no empreendimento, animais presentes na trilha, aspectos históricos abordados no museu, entre outros, no intuito de favorecer a experiência do turista.	Os guias de turismo e monitores, que acompanham o passeio, possuem treinamento quanto à segurança, e os turistas recebem equipamentos e orientação para a sua segurança. Porém, para viabilizar o potencial do atrativo, é necessário implementar um programa ou sistema de gestão de segurança, auditado e certificado, participando do programa Aventura Segura, da ABETA.	A gestão é da iniciativa privada, e pode ser expressivamente melhorada com capacitação específica para os gestores de empreendimentos turísticos: sistemas de qualidade, sustentabilidade, entre outras áreas. Em função da fragilidade do ecossistema, e dos passeios serem pautados em recursos hídricos e na observação da fauna e flora, é necessária uma gestão ambiental desse empreendimento, monitorando o efeito do volume de clientes sobre o ecossistem, na forma de espécies existentes, controle de indicadores da qualidade da água e outros.

Obs: Os preços praticados em 2011 mudam em função dos passeios:

Trilha dos Animais + Flutuação:
R$ 150,00 (adulto) e R$ 138,00 (criança) – AT;
R$ 120,00 (adulto) e R$ 109,00 (criança) – BT.

Flutuação com Carretilha:
R$ 109,00 (adulto) e R$ 98,00 (criança) – AT e BT.

Parque das Cachoeiras.

Foto 28 – Parque das Cachoeiras – deck acesso a cachoeira, em 2010.
Fonte: Dive turismo

Foto 29 – Parque das Cochoeira, em 2010.
Fonte: Glaucio Jabuti

Quadro 44 – Avaliação do Parque das Cachoeiras: melhorias e necessidades a serem implantadas, com vistas ao potencial do atrativo.

Sistemas necessários para a gestão dos fluxos turísticos	Sinalização informativa e interpretativa	Recursos humanos	Nível de segurança	Gestão requerida
Atualmente, o fluxo de turistas do polo é adequadamente gerido pelo sistema *Voucher* Único, e comporta gerir o fluxo potencial de turistas no atrativo. Considerando que o *voucher* é um bom instrumento de gestão, o que pode se pensar é melhorá-lo no sentido de que contenha mais informações para serem utilizadas nas estatísticas, e no banco de dados de informações turísticas, nas campanhas de marketing etc. .	Há apenas sinalização orientativa. As condições potenciais do atrativo serão melhor exploradas se o empreendimento adotar sinalização informativa, e sinalização de segurança, que indiquem os cuidados a serem tomados para diminuir o impacto ambiental da visitação do turista, e instruindo-o quanto ao uso de equipamentos e a adoção de medidas de segurança junto às cachoeiras.	Os guias de turismo são essenciais no passeio, e a ampliação de seu número ou o treinamento de monitores específicos para o atrativo passa a ser essencial no caso de aumento de fluxo turístico, decorrente do potencial do empreendimento.	O guia de turismo que acompanha o passeio possui treinamento quanto à segurança, salvamento e primeiros socorros, e os turistas recebem equipamentos e orientação para a sua segurança. Este passeio não dispõe de salva-vidas no local, ao contrário de outro empreendimento turístico sob a mesma administração. Com vistas nas condições potenciais desse atrativo, a melhoria na segurança do turista pode ser ampliada, através da incorporação de um salva-vidas no empreendimento e do desenvolvimento de um sistema de gestão da segurança, criando padrões, procedimentos e capacitando os recursos humanos.	A gestão é da iniciativa privada e, tendo em vista a ampliação da oferta, é imperativo o aperfeiçoamento da mesma, buscando uma gestão dinâmica, voltada ao cliente e referenciada em resultados, incluindo a sustentabilidade do negócio, em função do empreendimento ser embasado em recursos hídricos. Sendo assim, é desejável uma gestão ambiental desse empreendimento, monitorando o efeito do volume de clientes sobre as tufas calcárias, pequenas cavernas e ecossistema aquático.

Obs: os preços do atrativo, cotados em 2011, variam em função da época do ano:
- R$ 96,00 (adulto) e R$ 77 (criança), com almoço – AT;
- R$ 85,00 (adulto) e R$ 66 (criança), com almoço – BT.

Estância Mimosa.

Foto 30 – Sinalização Estância Mimosa, em 2010.
Fonte: Janaína Calaça

Foto 31 – Infraestrutura da Estância Mimosa, em 2010.
Fonte: Janaína Calaça

Foto 32 – Infraestrutura da Estância Mimosa, em 2010.
Fonte: Janaína Calaça

Foto 33 – Cachoeira Sinhozinho – Estância Mimosa, em 2010.
Fonte: Estância Mimosa

Quadro 45 – Avaliação da Estância Mimosa: melhorias e necessidades a serem implantadas, com vistas ao potencial do atrativo.

Sistemas necessários para a gestão dos fluxos turísticos	Sinalização informativa e interpretativa	Recursos humanos	Nível de segurança	Gestão requerida
Atualmente, o fluxo de turistas do polo é adequadamente gerido pelo sistema *Voucher* Único, e comporta gerir o fluxo potencial de turistas no atrativo. Considerando que o *voucher* é um bom instrumento de gestão, o que pode se pensar é melhorá-lo no sentido de que contenha mais informações para serem utilizadas nas estatísticas, e no banco de dados de informações turísticas, nas campanhas de marketing etc.	A sinalização existente no atrativo possui um design diferenciado e bastante expressivo. Tendo em vista o potencial do empreendimento, seria positiva a sua ampliação, dotando-a de informações relacionadas aos passeios e ao atrativo.	Os guias de turismo e colaboradores do empreendimento demonstram uma qualidade no atendimento superior à observada nos demais atrativos do polo, refletindo as premiações de competitividade e ambiental recebidas pelo atrativo. Tendo em vista a ampliação da comercialização da Estância Mimosa, é recomendável expandir o número de colaboradores e guias de turismos que atuam no atrativo.	Além dos guias de turismo treinados, os turistas recebem equipamentos e orientação para a sua segurança. O empreendimento possui um programa de gestão de segurança implantado e devidamente auditado, e certificado, fazendo parte do programa Aventura Segura, da ABETA.	A gestão é privada e destaca-se entre a gestão dos demais atrativos do polo. A administração desse empreendimento é pioneira e ativa, buscando diversificar os segmentos turísticos em que atua, sendo um dos precursores do Tour da Experiência, desenvolvido na região, assim como também é a primeira, no polo, a conseguir certificar seu empreendimento com o certificado da ABETA. A gestão se mostra apta a um aumento de comercialização pelo potencial do empreendimento, atuando de forma focada no turista, além de engajada na gestão do polo como um todo, através de associações e do COMTUR.

Obs: os preços práticos pelo atrativo, cotados em 2011, variam em função da época do ano:
- R$ 89,00 (adulto) e R$ 78,00 (criança), com almoço – AT;
- R$ 79,00 (adulto) e R$ 69,00 (criança), com almoço – BT.

Opcionais:
* Cavalgada: R$ 40,00 – AT e BT;
* Observação de aves: R$ 66,00 – AT e BT.

Recanto Ecológico Rio da Prata.

Foto 34 – Veículo para passeio – Rio da Prata, em 2010.
Fonte: Janaína Calaça

Foto 35 – receptivo do Recanto Ecológico Rio da Prata, em 2010.
Fonte: Rafael Góes

Foto 36 – Estrutura de acesso para flutuação no Rio da Prata, em 2010.
Fonte: Haroldo Palo Jr

Foto 37 – Instruções para flutuação – Rio da Prata, em 2010.
Fonte: Haroldo Palo Jr

Quadro 46 – Avaliação do Recanto Ecológico Rio da Prata: melhorias e necessidades a serem implantadas, com vistas ao potencial do atrativo.

Sistemas necessários para a gestão dos fluxos turísticos	Sinalização informativa e interpretativa	Recursos humanos	Nível de segurança	Gestão requerida
Atualmente, o fluxo de turistas do atrativo é gerido pelo sistema *Voucher* Único, e comporta gerir o fluxo potencial de turistas no atrativo. Considerando que o *Voucher* é um bom instrumento de gestão, o que pode se pensar é melhorá-lo no sentido de que contenha mais informações para serem utilizadas nas estatísticas, e no banco de dados de informações turísticas, nas campanhas de marketing etc.	A sinalização existente é orientativa, sinalizando localizações. Considerando o potencial do empreendimento, seria positiva a ampliação da sinalização, dotando-a de mais informações relacionadas aos passeios e ao atrativo.	Os guias de turismo e colaboradores do empreendimento demonstram uma qualidade no atendimento superior à observada nos demais atrativos do polo, refletindo as premiações de melhor atração turística, em 2008 e 2009, concedidas pelo Guia Quatro Rodas, prêmio de gestão empresarial para a sustentabilidade em outros, no âmbito ambiental. Tendo em vista a ampliação da comercialização do Recanto Ecológico Rio da Prata, é recomendável expandir o número de colaboradores e guias de turismos que atuam no atrativo.	Além dos guias de turismo treinados, os turistas recebem equipamentos e orientação para a sua segurança. O empreendimento possui um programa de gestão de segurança, implantado e devidamente auditado, e certificado, fazendo parte do programa Aventura Segura, da ABETA.	A gestão é privada e destaca-se entre a gestão dos demais atrativos do polo. A administração é a mesma para esse atrativo, a Estância Mimosa e a Lagoa Misteriosa. Assim, os mesmos pontos apresentados na gestão da Estância Mimosa, se aplicam aqui.

Obs: os preços práticos pelo atrativo, cotados em 2011, variam em função da época do ano:
- R$ 150,00 – AT;
- R$ 126,00 – BT.

Opcionais:
* Cavalgada: R$ 40,00 – AT e BT;
* Mergulho com Cilindro no Rio da Prata: R$ 198,00 – AT e BT;
* Observação de aves: R$ 72,00 – AT e BT.

Buraco das Araras.

Foto 38 – Receptivo do Buraco das Araras, em 2010.
Fonte: PRODETUR - Leitura da Realidade de Jardim

Foto 39 – Sinalização informativa, em 2010.
Fonte: Janaína Calaça

Foto 40 – Estrutura de observação - Buraco das Araras, em 2010.
Fonte: Hospedar Agência de Turismo

Foto 41 – Lanchonete do receptivo do Buraco das Araras, em 2010.
Fonte: Jéssica Leandro / ATRATUR

Quadro 47 – Avaliação do Buraco das Araras: melhorias e necessidades a serem implantadas, com vistas ao potencial do atrativo.

Sistemas necessários para a gestão dos fluxos turísticos	Sinalização informativa e interpretativa	Recursos humanos	Nível de segurança	Gestão requerida
Atualmente, o fluxo de turistas do é gerido pelo sistema *Voucher* Único, e comporta gerir o fluxo potencial de turistas no atrativo. Considerando que o *Voucher* é um bom instrumento de gestão, o que pode se pensar é melhorá-lo no sentido de que contenha mais informações para serem utilizadas nas estatísticas, e no banco de dados de informações turísticas, nas campanhas de *marketing* etc.	A sinalização existente é informativa, bem desenvolvida e considerada adequada para as condições atuais e potenciais do atrativo.	Os recursos humanos presente no Buraco das Araras mostram-se capacitados a desenvolver o trabalho proposto, atendendo o turista adequadamente, orientando-o e transmitindo as informações quanto ao atrativo, às espécies animais, à formação da dolina e outros aspectos. Visando às condições potenciais do empreendimento, a qual ampliará o fluxo de turistas, é indicado aumentar o número de colaborados e implementar novas capacitações, que acompanhem a evolução qualitativa do turista de natureza.	Além dos guias de turismo treinados, os turistas recebem equipamentos e orientação para a sua segurança. O empreendimento possui um programa de gestão de segurança certificado, fazendo parte do programa Aventura Segura, da ABETA.	A gestão é privada e pode ser expressivamente melhorada, com capacitação específica para os gestores de empreendimentos turísticos: sistemas de qualidade, sustentabilidade, monitoramento ambiental, entre outras áreas.

Obs: os preços cotados em 2011 no Buraco das Araras são: R$ 32,00 (adulto) e R$ 25,00 (criança) – AT e BT.

Hotel Fazenda Betione.

Foto 42 – Infraestrutura do Hotel Betione (1), em 2010.
Fonte: Férias Tur

Foto 43 – Infraestrutura do Hotel Betione (2), em 2010.
Fonte: Férias Tur

Foto 44 – Estrutura de acesso à cachoeira, em 2010.
Fonte: Férias Tur

Foto 45 – Estrutura para esportes, em 2010.
Fonte: Férias Tur

Quadro 48 – Avaliação do Hotel-Fazenda Betione: melhorias e necessidades a serem implantadas, com vistas ao potencial do atrativo.

Sistemas necessários para a gestão dos fluxos turísticos	Sinalização informativa e interpretativa	Recursos humanos	Nível de segurança	Gestão requerida
Esse atrativo não é gerido pelo sistema *Voucher* Único; o controle é realizado pelo proprietário. Considerando as condições atuais e potenciais, sobretudo pela necessidade de consolidar efetivamente o atrativo, sugere-se sua inclusão no Sistema *Voucher* Único.	A sinalização existente é orientativa, indicando localizações; assim, seria positiva a ampliação da sinalização, dotando-a de mais informações relacionadas aos passeios e ao atrativo.	O número de guias é limitado, o que reduz a quantidade de passeios permitidos por dia. Assim, é necessário ampliar o número de guias disponíveis para comportar o aumento de fluxo. Igualmente, é positiva a capacitação dos recursos humanos, visando à melhoria na qualidade do atendimento e à transferência de informações referentes ao atrativo, ao meio ambiente e à cultura local, com maior detalhamento, valorizando e diferenciando o empreendimento e o destino.	Visando a ampliar a segurança do turista e prevenir acidentes, sugere-se que as cachoeiras sejam monitoradas por um profissional treinado. Igualmente, todos os colaboradores poderiam receber treinamento quanto à segurança. Assim como existe implantado em alguns atrativos de Bonito e Jardim, é conveniente desenvolver um programa ou sistema de gestão de segurança, auditado e certificado, incluindo o Hotel Betione no programa Aventura Segura, da ABETA.	A gestão é privada, considerada uma das referências no município de Bodoquena; porém, pode ser melhorada com capacitação específica para a administração do empreendimento: sistemas de qualidade, sustentabilidade, *marketing*, entre outras áreas. Ressalta-se que a gestão desse empreendimento é engajada na gestão do polo como um todo, através do COMTUR, de Bodoquena, e do Fórum da Região da Serra da Bodoquena.

Obs: os preços praticados pelo atrativo em 2011 incluem a hospedagem conforme abaixo descrito:
Diária (por pessoa): Single – R$ 305,00;
Duplo – R$ 210,00;
Triplo – R$ 205,00;
Quadruplo – R$ 185,00.
Opcional:
* Cavalgada + Trilha: R$ 40,00 – AT e BT.

Boca da Onça.

Foto 46 – Boca da Onça – ponto de ancoragem – rapel, em 2010.
Fonte: Boca da Onça Ecotur

Foto 47 – Plataforma de rapel, em 2010.
Fonte: Boca da Onça Ecotur

Foto 48 – Cachoeira – Boca da Onça, em 2010.
Fonte: Boca da Onça Ecotur

Foto 49 – Boca da Onça – Receptivo, em 2010.
Fonte: Boca da Onça Ecotur

Quadro 49 – Avaliação do Boca da Onça Ecotur: melhorias e necessidades a serem implantadas, com vistas ao potencial do atrativo.

Sistemas necessários para a gestão dos fluxos turísticos	Sinalização informativa e interpretativa	Recursos humanos	Nível de segurança	Gestão requerida
Atualmente, o fluxo de turistas do polo é adequadamente gerido pelo sistema *Voucher* Único, e comporta gerir o fluxo potencial de turistas no atrativo. Considerando que o *voucher* é um bom instrumento de gestão, o que pode se pensar é melhorá-lo no sentido de que contenha mais informações para serem utilizadas nas estatísticas, e no banco de dados de informações turísticas, nas campanhas de marketing etc.	A sinalização existente no atrativo é orientativa e, tendo em vista o potencial do empreendimento, seria positiva a sua ampliação, dotando-a de maiores informações relacionadas aos passeios e ao atrativo.	Os recursos humanos do empreendimento são todos uniformizados, capacitados e acompanham o turista em todos os passeios. Visando a ampliação do número de visitantes pelo pontecial do empreendimento, sugere-se a ampliação do número de colaboradores e guias.	Além dos guias de turismo treinados, o empreendimento possui pontos de apoio nas trilhas, pessoal capacitado junto ao rapel e oferece equipamentos de segurança como bóias, coletes, capacete e outros. O empreendimento é certificado e faz parte do programa Aventura Segura, da ABETA.	A gestão é privada e destaca-se como uma referência no município de Bodoquena, e no polo, como um todo, visto que o atrativo é bem estruturado e organizado. A gestão se mostra apta às condições atuais e a um aumento de comercialização pelo potencial do empreendimento, atuando voltada ao turista.

Obs: os preços praticados pelo atrativo em 2011 variam em função do passeio e da época do ano:

– Cachoeiras:
R$ 137,00 (adulto) e R$ 56,00 (criança) – AT;
R$ 122,00 (adulto) e R$ 52,00 (criança) – BT.
Opcionais:
* Transporte Hotel/Boca da Onça/Hotel: R$ 44,00 – AT;
R$ 39,00 – BT.
* Receptivo com almoço: R$ 56,00 (adulto) e R$ 50,00 (criança) – AT;
R$ 52,00 (adulto) e R4 47,00 (criança) – BT.

– Rapel e Trilha:
R$ 310,00 – AT;
R$ 275,00 – BT.

Sucintamente, nota-se que o sistema de gestão de fluxo turístico se mostra adequado para o uso atual dos atrativos citados e comporta um emprego mais intensivo com vistas às condições potencial decorrentes do aumento do volume de turistas almejado. A sinalização informativa e interpretativa é escassa nesses atrativos, porém, as informações e experiências que o turista obtém pelo guia de turismo, tornam este um agente principal, minimizando a necessidade de sinalização desse tipo. Porém, é necessário considerar o potencial fluxo de turista projetado ao pólo, que pode ter as informações transmitidas pelo guia complementadas através de uma sinalização adequada, com informações de qualidade e apresentada de maneira sucinta.

Os recursos humanos, conforme será detalhado ao longo da análise da oferta do polo, é um agente primordial ao atrativo e ao turista, visto que o guia de turismo acompanha o turista durante todo o passeio, centralizando nele aspectos informativos, de segurança do turista, entre outros. Assim, considerando as condições potenciais da atividade turística nesses atrativos, é necessária a formação de novos guias de turismo, capacitação e aperfeiçoamento dos colaboradores que atuam nos atrativos e o desenvolvimento de alternativas em caso de indisponibilidade de guias suficientes.

O nível de segurança observado nos atrativos é passível de aprimoramento, seja para atender as condições atuais, como para as potenciais, visto que são necessárias melhorias de infraestrutura e o desenvolvimento de programa de gestão de segurança, ampliando o número de empreendimentos que fazem parte do programa Aventura Seguras, da ABETA.

Por fim, a gestão desses atrativos é em maior parte privada e, conforme detalhado adiante na pesquisa aplicada, são empresários locais que estão à frente do negócio, sendo desejável uma melhoria na capacitação dos melhores, oferecendo-lhes instrumentos de controle de desempenho, gestão voltada a resultados, estudos de *feedback* da demanda turísticas local, meios de planejamento estratégicos e outros recursos gerenciais, tangendo também aspectos ambientais, visando dotar esses empresários de uma gestão mais dinâmica e que ampliem a competitividade de seus empreendimentos.

Demais atrativos turísticos do Polo Serra da Bodoquena

Abaixo, apresentam-se os empreendimentos reconhecidos como atrativos turísticos, mas de visitação moderada ou reduzida, que ainda estão em fase de estruturação, ou que se encontram em fase de consolidação no mercado. Esses atrativos, se trabalhadas suas debilidades, são capazes de contribuir com o crescimento dos segmentos principais do polo em análise:

Quadro 50 – Atrativos turísticos em consolidação no Polo Serra da Bodoquena.

Atrativo	Descrição
Segmentos: Ecoturismo - Lazer – Histórico-Cultural - Artesanato	
Refúgio Canaã	Ainda em fase de construção, no segmento de turismo de base comunitária, oferecerá completa estrutura para *day-use* e hospedagem em chalé tipo suíço, e programas como passeio de barco, tirolesa e flutuação. Restaurante, bar e redário, além de amplas áreas de lazer. Estrada Municipal - Assentamento Canaã Localização: Bodoquena/MS
Hotel-Fazenda do Betione	Hospedagem, balneário, áreas de lazer, cachoeiras; a 5 km do centro da cidade, às margens do rio Betione. Acesso pela Estrada Municipal (não pavimentada); Estrutura: Pousada com três apartamentos simples com ventilador de teto e banheiro externo. Bar e área de *camping*. Atividades: caminhada por trilhas rústicas, tirolesa e para banhos no rio Betione. Aluguel de boias, churrasqueiras e coletes salva-vidas. *Site*:www.hotelfazendadobetione.tur.br Localização: Bodoquena/MS
Balneário Dominguinhos	Distância: 5 km do centro da cidade. Estrutura: bar, mesas de sinuca, churrasqueiras e áreas de lazer. Atividades: contemplação da natureza e banhos de cachoeira. Localização: Bodoquena/MS - MS-339 – Morraria do Sul
Pesqueiro Chapena	Áreas de lazer, cachoeiras e bar. Localização: MS-339, Km 14; Localização: Bodoquena/MS
Balneário de Jardim	O balneário está localizado à beira do rio da Prata, conhecido pelas águas cristalinas. Oferece estrutura com salva-vidas, churrasqueiras fixas, sanitários, duchas, estacionamento, quadra de areia, acesso ao rio para cadeirantes e área de gramado. Partindo do Centro de Atendimento ao Turista, deslocar pela BR-267, sentido Porto Murtinho; após 30 km, haverá uma entrada à direta; percorrer mais 5,5 km, até o receptivo do balneário. Totalizando 35,5 km. Funciona de quarta-feira a domingo e feriados, das 8 horas às 17 horas. Segunda e terça-feira é fechado para manutenção, podendo-se visitar gratuitamente para conhecer o atrativo. Localização: Jardim/MS
Balneário e Camping do Assis .	Às margens do rio da Prata, é uma área para *camping*, próximo ao balneário municipal de Jardim; uma trilha com assoalho em madeira o levará até um *deck* à beira do rio. Conta com tirolesa e trampolim para melhor diversão. Quiosques equipados com energia elétrica, churrasqueiras e pias. Partindo do Centro de Atendimento ao Turista (CAT), pegar a BR-267, sentido Porto Murtinho; após 30 km, haverá uma entrada à direta; percorrer mais 5 km, até o receptivo do balneário. Totalizando 35 km. Localização: Jardim/MS
Lagoa Misteriosa	Localizada no fundo de uma dolina, cercada por mata ciliar. A 8 metros de profundidade, abrem-se dois poços, com cerca de 10 metros de diâmetro, que descem verticalmente para mais de 240 m de profundidade. Nos meses de inverno, a visibilidade chega a 40 metros. Dois abismos azuis formam o fundo da lagoa, com paredões verticais rochosos. O passeio à Lagoa está temporariamente suspenso por determinação do IBAMA, e do Centro de Estudo, Proteção e Manejo de Cavernas (CECAV), que visa a transformá-la em Reserva Particular de Patrimônio Natural (RPPN). A Lagoa Misteriosa está em processo de licenciamento ambiental. Localização: Jardim/MS

Museu da Comissão de Estradas e Rodagem Nº 03	Localizado no interior da 4ª Companhia de Engenharia e Combate Mecanizada, o acervo do Museu conta a História do Exército na região, com relatos, fatos, fotos e equipamentos antigos. A C.E.R-3 integrava a estrutura do antigo Ministério da Guerra, com oficiais formados em engenharia, topografia, desenho e outras áreas técnicas necessárias à construção das estradas, que interligavam as cidades de fronteira. O Museu foi criado pelos militares e ex-funcionários da CER-3, como forma de preservar a história da região. O acervo dele conta ainda com projetores e objetos do extinto "Cine Jardim", antes localizado no CER-3, bem como a antiga moeda jardinense, o Boró. *Site*:http://museudacer3.com/ Localização: Jardim/MS
Monumento aos Heróis da Retirada da Laguna	Patrimônio Histórico do município, abriga os túmulos dos combatentes da Guerra do Paraguai, cel. Camisão, cel. Juvêncio, José Francisco Lopes – o Guia Lopes, e muitos outros soldados que foram deixados no local por estarem condenados pelo cólera. Trata-se de um memorial para todos os cidadãos brasileiros, pois muitos soldados perderam a vida para que essa região se tornasse solo nacional. Localização: Jardim/MS
Programa Mãos à Obra – Artesanato em Osso e Madeira	Atualmente atendendo a vários munícipes, divididos entre o preparo da matéria-prima e a produção das peças, incluindo o projeto, desenho e confecção de peças finais. O Programa ganhou o Prêmio Top 100 de Artesanato, iniciativa do SEBRAE, com o objetivo de incentivar e destacar as formas mais bem organizadas no setor, do ponto de vista mercadológico. Coordenado pela Gerência de Assistência Social da Prefeitura de Jardim, que financia as instalações e os equipamentos para a produção, com o intuito de promover a capacitação profissional de jovens, além de proporcionar a complementação da renda familiar dos participantes. Localização: Jardim/MS
Gruta do Urubu-Rei	Atrativo natural em estruturação. Bodoquena/MS
Córrego Azul	Atrativo natural em estruturação. Bodoquena/MS
Fazenda Indiana	Empreendimento com a atividade turística em estruturação. Bodoquena/MS

Fonte: FUNDTUR (MATO GROSSO DO SUL, 2010b

Extrapolando a capacidade de carga dos balneários de Bonito, em média 700 pessoas/dia, para os balneários acima apresentados (Dominguinhos, em Bodoquena, Municipal/Rio da Prata e Assis, em Jardim) tem-se, somente nesses balneários, o potencial de comportar cerca de 2.000 pessoas/dia.

Esse expressivo número indica impactos tanto na economia, sob o aspecto positivo, visto que, a um preço médio de R$ 10,00/pessoa (conforme informação local) seriam R$ 20.000,00, diariamente injetados na economia local, como também ambientais, dado o pisoteio excessivo que geralmente ocorre em balneários e outros impactos ambientais, tratados com a devida propriedade posteriormente, na Análise Socioambiental (Impactos no meio ambiente que já tenham sido causados por atividades turísticas).

Além dos aspectos econômicos e ambientais decorrentes da capacidade de carga dos balneários, tem-se também o aspecto social, uma vez que esse é o produto turístico com preço mais reduzido ofertado na região em análise, configurando-se como uma alternativa de lazer à comunidade, aproximando a população local do setor de turismo, justificando que alguns balneários como o Municipal de Jardim, funcionem mesmo sem viabilidade econômica (ANEXO B – balancete de 2009, do Balneário Municipal de Jardim), em decorrência da menor receita. Nesse caso, sua estruturação adequada para atrair um fluxo maior de turistas pagantes é uma alternativa positiva, a fim de viabilizar o atrativo com seu papel social.

Nesse sentido, a regularização ambiental e a consolidação dos demais balneários locais, uma vez que somente os de Bonito são tidos como produtos prontos para comercialização, torna-se uma ferramenta estratégica para dotar o destino de competitividade, além de um significativo instrumento de incorporação da comunidade no setor.

Capacidade de carga

Dos atrativos turísticos mais relevantes no polo, definiram-se a capacidade de carga por atrativo. Esta foi estipulada de forma empírica, baseada apenas na experiência e bom senso dos proprietários dos empreendimentos, segmentada por quantidade de pessoas/dia e pessoa/grupos, considerando a capacidade máxima independente da sazonalidade.

Quadro 51 – Capacidade de carga dos atrativos do Polo Serra da Bodoquena.

Atrativo	Produto/atividade	Capacidade de carga	
		pessoas/dia	pessoas/grupo
Aquário Natural	Trilha dos Animais	300	15
	Caiman Scuba Dive	15	2
	Flutuação	180	9
Abismo Anhumas	Flutuação	12	
	Mergulhos - Bonito Scuba Abismo Anhuma	4	
Estância Mimosa	Cachoeira	156	12
	Cavalgada	32	8
Rio da Prata	Cavalgada	40	10
	Mergulho com cilindro	18	2
	Flutuação	130	9
Parque Ecológico Rio Formoso	Cavalgada	40	10
	Mergulho com cilindro	40	4
	Flutuação	100	10
Rio Sucuri	Quadriciclo	25	5
	Cavalgada	32	8
	Bike	64	8
	Flutuação	120	8
Boca da Onça	Rapel	30	10
	Cachoeiras	150	15
Barra do Sucuri	Flutuação	80	7
Quadricíclo Ygarapé	Quadriciclo	30	5
Quadricíclo Zagaia	Quadriciclo	42	5
Bike Lobo-Guará	Ciclismo	20	10
Parque das Cachoeiras	Cachoeiras	230	10
Cachoeiras Rio do Peixe	Cachoeiras	120	15
Cachoeiras Ceita Core	Cachoeiras	120	15
Bonito Aventura	Flutuação	100	10
Passeios de botes	Ygarapé	208	12
	Karajá	156	12
	Keda d'água	104	12
	Bonitour	156	12
	Iberê	208	12
	Bote Murilo	96	
	Bote Fazenda Cachoeira	156	
	Boia-*Cross*	120	10
Arvorismo	Cabanas Arvorismo	75	15
	Ybira-pê Arvorismo	55	11
	Circuito Arvorismo	40	10
Grutas	Gruta de São Miguel	275	
	Gruta do Lago Azul	315	15

Balneários	Balneário do Sol	900	
	Ilha do Padre	800	
	Praia da Figueira	600	
Contemplação	Projeto Jiboia	600	150
	Buraco das Araras	200	10
	Aquário de Vidro	200	NE
	Taboa - Fábrica de Encantos	360	15
	Casa das Araras	160	10
TOTAL	**-**	**8.014**	**-**

FONTE: Secretaria de Turismo de Bonito/SIE-FUNDTUR/ 16/07/2010.
Nota: NE – Não estimado.

Somando-se todas as capacidades de carga apresentadas, verifica-se que seria possível comportar, segundo os empresários locais, a visitação de cerca de oito mil turistas por dia, número expressivo, sobretudo se extrapolado esse valor por ano e comparado ao atual fluxo de turistas.

Considerando essa capacidade operacional indicada pelos empresários locais, o atual volume de turistas e as projeções de fluxo de visitas realizadas apresentadas na análise da demanda, verifica-se que os recursos turísticos possuem capacidade para comportar o almejado aumento da demanda, sobretudo se considerados os atrativos em consolidação e os produtos em desenvolvimento, que podem diversificar a oferta e dotar de maior qualidade o destino.

Dentro do segmento turístico principal do Polo Serra da Bodoquena, verifica-se a necessidade de melhor distribuir a oferta na área turística, assim como também é imperativo, ao desenvolvimento turístico local, a diversificação de segmentos, criando-se ambiente favorável para alavancar as potencialidades locais, muitas destas com grande capacidade de atrair turistas, como as linhas elencadas na identificação do portfólio estratégico presentes na análise da demanda.

Igualmente, avaliando as melhorias a serem incorporadas aos recursos turísticos, visando a ampliar sua comercialização, sugerem-se aos empreendimentos turísticos do Polo Serra da Bodoquena adaptações, considerando a necessidade de acessibilidade, diversificação dos passeios oferecidos em cada empreendimento, criação de atividades infantis e voltadas à terceira idade, desenvolvimento de atrações noturnas focadas no turista de eventos e investimento em responsabilidade socioambiental, adotando técnicas de redução de resíduos e reutilização de recursos, tal como promovendo a educação ambiental, incorporando a tradição e cultura local.

Pesquisa aplicada

Entre os dias 8 e 23 de setembro de 2010, foram entrevistados representantes de nove atrativos turísticos, concentrando mais da metade das visitações a atrativos registradas em 2009, pelo sistema *Voucher* único.

Os resultados da pesquisa serão apresentados na análise dos equipamentos e serviços turísticos, permitindo sua avaliação comparativa aos demais componentes da cadeia turística. Porém, genericamente caracterizam-se os atrativos da seguinte maneira: a maioria é pequena empresa, atuando no mercado em média há 11 anos, pertencendo a investidores locais, empregando, em média, 13 funcionários, trabalhando com uma taxa anual de ocupação de 54,8%, faturando R$ 12 mil por dia, aproximadamente, e 100% operam integrados às agências de turismo e, por consequência, este é o elo da cadeia com o qual ocorrem conflitos com maior frequência.

Questionados quanto às maiores dificuldades operacionais dos atrativos turísticos, depois dos impostos, a mão de obra qualificada é citada como o principal gargalo dos atrativos, na

visão do proprietário ou responsável pelo estabelecimento. Aprofundando essa dificuldade, identificou-se a necessidade de aprimoramento da mão de obra no atendimento ao turista.

Infraestrutura para eventos

A consolidação desse destino turístico, respeitando os recursos naturais, o desenvolvimento de uma metodologia que possibilitou um modelo de gestão sustentável, referência nacional de gestão compartilhada entre o público e o privado, bem como sua biodiversidade, vem sendo motivo de muitos estudos, pesquisas e publicações de cunho científico.

As visitas técnicas com esses intuitos conduziram naturalmente o destino para o segmento de intercâmbio e negócios e eventos, que vem se consolidando com a construção do Centro de Convenções em Bonito, com 4.340 m^2 de área construída e capacidade para 1.700 pessoas, composto de três auditórios, salas multiusos, um pavilhão de exposições e dois espaços para exposições menores.

Em Jardim, há o Centro de Convenções “Oswaldo Fernandes Monteiro” voltado a eventos de pequeno porte, com capacidade para 225 pessoas, o qual, visando a alavancar o segmento de eventos do polo, precisa ter seus espaços e equipamentos adequados, conforme informações da Prefeitura Municipal de Jardim.

A cidade de Bonito conta com um calendário de eventos que abrange as manifestações culturais, como “Festival da Guavira”, Festival Gastronômico, Encontro Estadual de Clubes do Laço, Festa do Peão, realização de congressos e congêneres e o importante Festival de Inverno de Bonito que, em 2010, atinge sua 10ª edição.

A 1ª edição do Festival de Inverno de Bonito, realizada no período de 21 a 30 de julho de 2000, apresentou em sua programação as mais significativas expressões culturais do Brasil nas áreas da música (popular e erudita), teatro, cinema, artes plásticas e fotografia e, durante dez dias, a cidade viu desfilar por suas ruas, 220 artistas em 91 atividades culturais. Mais de 20.000 pessoas participaram diretamente dos espetáculos.

O Festival de Inverno de Bonito foi uma iniciativa do Governo de Mato Grosso do Sul, criado com o objetivo de agregar valores ao destino na época de alta temporada, com realização da Secretaria de Estado de Cultura, Desporto e Lazer e Fundação de Turismo, patrocínio oficial de empresas públicas e privadas.

O sucesso do evento repercutiu em vários pontos do país: importantes veículos da imprensa, como jornal o Estado de São Paulo, o Correio Brasiliense, A Tribuna da Imprensa, a revista Isto É, rádio CBN, a TV Cultura, os canais *Multishow* e GNT, revelaram a extraordinária beleza de Bonito, tendo como atração principal o 1º Festival de Inverno.

Assim, o Festival de Inverno de Bonito, inserido no calendário nacional de eventos culturais, com as edições 2006, 2007, 2008 e 2009, vem mantendo a tradição das edições anteriores, com uma grande variedade de atrações artísticas, discussões centradas na cultura, meio ambiente e turismo.

O Festival de Inverno de Bonito contribui para ampliação e divulgação do potencial turístico da região e preservação do patrimônio natural. É o maior evento turístico e cultural de Mato Grosso do Sul e um dos maiores festivais de inverno do Brasil.

Os calendários de eventos consolidados para Jardim e Bodoquena são voltados para a população, atendendo aos valores culturais com comemorações religiosas, como festa dos padroeiros das cidades, santos de devoção, festas de rodeio, exposições agropecuárias, aniversário das cidades, festas juninas, carnaval, *réveillon*.

A seguir, apresentam-se os dados referentes à atual infraestrutura, para eventos ofertada, fruto do levantamento realizado por cada prefeitura integrante do polo turístico em análise:

Quadro 52 – Infraestrutura de eventos do Polo Serra da Bodoquena, em 2010.

Categoria	Localização	Capacidade/ assentos	Área (m^2)	Infraestrutura
Hotéis com auditórios		*1.150*		
1. Hotel Canaã	Bonito	90	-	Recursos audiovisuais (*flip chart*, retroprojetor, vídeo) estacionamento
2. Marruá Hotel	Bonito	120	-	Recursos audiovisuais (*flip chart*, retroprojetor, vídeo e computador) estacionamento
3. Hotel Pira Miúna	Bonito	60	-	Recursos audiovisuais (*flip chart*, retroprojetor, vídeo) estacionamento
4. Hotel Águas de Bonito	Bonito	80	-	Recursos audiovisuais (*flip chart*, retroprojetor, vídeo) estacionamento
5. Pousada Água Azul	Bonito	80	-	Recursos audiovisuais (*flip chart*, retroprojetor, vídeo) estacionamento
6. Wetegá Hotel	Bonito	120	-	Recursos audiovisuais (*flip chart*, retroprojetor, vídeo) estacionamento
7. Zagaia Eco Resort Hotel	Bonito	560	-	Recursos audiovisuais (*flip chart*, retroprojetor, vídeo) estacionamento
8 – Hotel-Fazenda Betione	Bodoquena	40	-	Recursos audiovisuais (*flip chart*, *data-show*, vídeo) estacionamento
Auditório		***310***		
1. Conselho Municipal de Turismo (COMTUR)	Bonito	45	-	Recursos audiovisuais (*flip chart*, retroprojetor, vídeo, *data-show*)
2. Auditório do Centro de Atendimento ao Turista	Jardim	65	380	Ventiladores, cadeiras escamoteáveis, sistema de sonorização, cozinha e banheiros (inclusive para portadores de necessidades especiais)
3. Auditório da Associação Empresarial de Jardim	Jardim	80	96	Ar-condicionado, poltronas estofadas.Recursos audiovisuais, *flip chart*, retroprojetor, vídeo e *data- show*, *flip chart* e vídeo.
4. Auditório da UEMS	Jardim	120		Ar-condicionado, poltronas fixas estofadas.
Clubes		*5.600*		
1. Sindicato Rural Patronal de Bonito - SR	Bonito	200	-	-
2. Clube do Laço Nabileque	Bonito	350	-	-
3. Clube Hori	Bodoquena	1.500	-	
4. Parque de Exposições de Jardim	Jardim	600 no Tatersal	-	Restaurante, Baias e Tatersal de Leilões
5. Associação	Jardim	400	-	Salão de festas, bar e palco

Categoria	Localização	Capacidade/ assentos	Área (m^2)	Infraestrutura
Tupã si Caacupe				
6. Clube dos Oficiais	Jardim	200	-	Piscina, salão de festas, estacionamento, lanchonete
7. Salão Paroquial da Igreja Santo Antonio	Jardim	400	-	Salão de festas, bar
8. Salão Paroquial da Igreja N. S. de Fátima	Jardim	450	-	Salão de festas, bar
9. Esporte Clube Jardim	Jardim	500	-	Salão de festas, bar
10. Uzina Clube	Jardim	500	-	Salão de festas, bar, equipamento de som
11. 180 Graus	Jardim	300	-	Salão de festas, bar
12. Cia. Atlética Esporte Clube	Jardim	200	-	Salão de festas, bar, cozinha, piscina semiolímpica
Poliesportivo		*5.400*		
1. Juscelino Kubitscheck de Oliveira	Bonito	1.400	-	-
2. Ginásio de Esportes Tição	Jardim	2.500	-	Quadra de futsal, vôlei, basquete, handebol
3. Poliesportivo Hori	Bodoquena	1500		
Centro de Convenções		1.925		
Centro de Convenções Oswaldo Fernandes Monteiro	Jardim	225	-	Ar- condicionado; Poltronas fixas; Sistema de sonorização; Acesso para portadores de necessidades especiais; Cozinha e área de serviço; banheiros e *hall* de entrada.
Aldeia Eventos - Centro de Convenções de Bonito	Bonito	1.700	4.340	Ar-condicionado em todos os espaços; Poltronas fixas estofadas; Poltronas com tamanho especial; Sistema de sonorização; Sistema de projeção nos auditórios; Cabines multifuncionais preparadas para tradução simultânea; Acesso para portadores de necessidades especiais; Mídia *desk* nos auditórios; Business Center; *Cyber* café; Passarelas cobertas; Estacionamento; Cafeteria e Lanchonete; Cozinha e área de serviço; Espaço adequado para instalação de ambulatório médico; Iluminação regulável e independente para cada sala; Videoconferência.

Fonte: Prefeitura Municipal de Bodoquena, Prefeitura Municipal de Bonito e Prefeitura Municipal de Jardim.

Com a infraestrutura turística disponível na região, sobretudo em Bonito, por exemplo, sua capacidade de alojamento, a consolidação como destino de negócios e eventos podem contribuir duplamente no aumento do fluxo de turistas: por ocasião da participação em

eventos e retorno ao destino pelas características do seu público – poder aquisitivo permissivo, nível cultural e de exigência diferenciado e pelo prazer de conhecer novos lugares nos períodos de férias familiares, além de ser estratégico para otimização do fluxo na baixa temporada.

4.1.3.2. Avaliação dos equipamentos e serviços turísticos

De acordo com dados da FUNDTUR-MS (MATO GROSSO DO SUL, 2010b), o setor do turismo, na região em análise, envolve 298 empreendimentos, atuando nos seguintes subsetores: hotelaria, restaurantes, bares e similares, atrativos, agências e operadoras de receptivo, transportadoras turísticas, terminais de passageiros, comércio de artesanato e *souveniers*, além das atividades transversais ao turismo. O setor movimenta na geração de emprego e ocupação mais de 70% da mão de obra local.

No tocante ao serviço de informação ao turista, os três municípios da região disponibilizam Centros de Atendimento ao Turista (CATs), serviço este indispensável uma vez que, mais do que informação, proporciona a sensação de segurança ao visitante em um destino turístico; a estrutura de informação dos atrativos e passeios da região dispõe de uma rede significativa de *web sites* alimentada pelos empreendimentos: agências e operadoras turísticas, meios de hospedagem, transportadoras turísticas e pelos órgãos oficiais de turismo.

Abaixo, segue o número de estabelecimentos existentes no polo em análise, fruto do levantamento realizado por prefeituras da região, visto sua discrepância em relação ao número de estabelecimentos cadastrados no MTur.

Quadro 53 – Empreendimentos prestadores de serviços turísticos existentes no Polo Serra da Bodoquena, em 2010.

SERVIÇOS TURÍSTICOS	BODOQUENA	BONITO	JARDIM
Transportadora Turística	1	15	2
Meios de Hospedagem	15	97	11
Agências e Operadoras	-	35	2
Organizadores Eventos	-	-	-
Parques Temáticos	-	3	1
Estrutura para Eventos	-	2	4
Guias de Turismo (1)	-	80	4

Fonte: Prefeitura Municipal de Bodoquena, Prefeitura Municipal de Bonito, Prefeitura Municipal de Jardim.
Nota: (1) Associação de Guias de Turismo de Bonito-AGTB.

Visando a identificar o porte dos empreendimentos hoteleiros do Polo Serra da Bodoquena , buscou-se categorizar os meios de hospedagem. Com a ausência de uma metodologia capaz de padronizar a classificação hoteleira vigente, consideram-se os critérios adotados pelos agentes locais: aparência, localização (urbana, rural, pesqueira) infraestrutura e preços praticados. Quanto à aparência, há de se observar que a região apresenta peculiaridades próprias que se refletem na arquitetura dos empreendimentos: rusticidade, artesanato indígena, em madeira, água, cercadas de vegetação nativa, dentre outros elementos da natureza. O quadro seguinte apresenta a resultante classificação desses empreendimentos:

Quadro 54 – Categorização dos meios de hospedagens do Polo Serra da Bodoquena, em 2010.

Categoria	Quantidade	Unid. Habitacionais	Leitos
BONITO			
Resort	1	100	319
Luxo	2	153	420
Superior	7	156	530
Turística	10	218	780
Turística Econômica	23	380	1.250
Hotel Econômico /Pousadas	25	320	1.020
Pesqueiros / *Camping*	29	142	640
JARDIM			
Turística	1	20	47
Turística Econômica	2	55	128
Hotel Econômico	8	138	312
BODOQUENA			
Turística - Hotel Rural	1	18	63
Hotel Econômico	4	79	230
Balneário com Pousada	3	9	42
Pesqueiro com Pousada	1	12	51
Balneário com *Camping*	5	-	410
Pesqueiro com *Camping*	1	-	200

Fonte: Prefeitura Municipal de Bodoquena, Prefeitura Municipal de Bonito, Prefeitura Municipal de Jardim e FUNDTUR.

Fazendo um comparativo entre o número de empreendimentos existentes no polo e o número cadastrado no MTur, em média 52,57% dos estabelecimentos turísticos do polo estão cadastrados no MTur, conforme abaixo demonstrado:

Quadro 55 – Empreendimentos prestadores de serviços turísticos cadastrados no Ministério do Turismo – CADASTUR.

SERVIÇOS TURÍSTICOS	BODOQUENA	BONITO	JARDIM
Transportadora Turística	001	015	004
Meios de Hospedagem	-	040	001
Agências e Operadoras	-	036	002
Organizadores Eventos	-	-	-
Parques Temáticos	-	003	001
Estrutura para Eventos	-	-	-
Guias de Turismo (1)	-	040	-

Fontes: www.cadastur.turismo.gov.br - CADASTUR - 12/07/2010;
Nota: (1) Associação de Guias de Turismo de Bonito-AGTB.

Com relação à infraestrutura disponível no polo, o município de Bonito se sobressai dispondo de maior número de prestadores de serviços turísticos, apresentando as características inerentes aos destinos consolidados, sendo reconhecido dentro do estado, nacional e internacionalmente, sobretudo pelo seu sistema de gestão.

Detalhando os meios de hospedagens disponíveis no pólo, tem-se também a maioria concentrada em Bonito:

Quadro 56 – Meios de hospedagens existentes no Polo Serra da Bodoquena, em 2010.

Município	População	MH	UH	Leitos
Bodoquena	7.986	15	118	996
Bonito	19.598	97	1.469	4.959
Jardim	24.363	11	213	507
Total	**51.947**	**123**	**1.800**	**6.462**

Legenda: MH=Meios de Hospedagem; UH=Unidades Habitacionais
Fonte: Prefeitura Municipal de Bodoquena, Prefeitura Municipal de Bonito e Prefeitura Municipal de Jardim .

Como principal equipamento turístico, a infraestrutura para hospedagem disponível no município de Bonito representa 78,86% dos Meios de Hospedagem - MH; 81,61% das Unidades Habitacionais – UH e 76,74% dos Leitos disponíveis no Polo Serra da Bodoquena.

Cabe destacar que dentre esses meios de hospedagens do polo em estudo não há empreendimentos pertencentes às grandes redes nacionais e internacionais, como Accor, Harbor, Bristol, Blue Tree, entre outras.

Em novembro de 2005, foi aplicada em Bonito uma pesquisa para analisar a qualidade do serviço turístico local pelo SEBRAE/MS, com a Fundação de Apoio à Pesquisa, ao Ensino e à Cultura (FAPEC) e Fundação Cândido Rondon (FCR)[8], na qual se identificaram que a infraestrutura oferecida em Bonito está apropriada para receber e atender os turistas na dimensão que envolve os aspectos tangíveis, inclusive, apresentando o melhor desempenho dentre as dimensões avaliadas. Ainda, segundo a pesquisa, possivelmente em razão das características do turista que visita o destino que busca desfrutar mais o que a natureza tem a oferecer e a rusticidade implícita no ecoturismo, é a principal característica dos empreendimentos do destino (SEBRAE/MS, FAPEC, FCR; 2006).

Para complementar a avaliação da infraestrutura turística, buscando elementos que possam determinar se a oferta atual permitirá atender tanto a demanda atual como a potencial, aplicou-se, entre 8 e 23 de setembro, pela AGRICON Consultoria, uma pesquisa, entrevistando 14 hotéis, de um total de 41 MH cadastrados no MTur (34% da amostra), 11 agências de viagens, e, por fim, nove atrativos turísticos, que, juntos, correspondem por mais da metade do fluxo anual de visitações aos atrativos do pólo, controlados pelo sistema *Voucher* Único, em 2009.

Os resultados desta pesquisa seguem abaixo, destacando-se que não foram feitos os cruzamentos dos elementos analisados em função da localização, visto que grande parte dos estabelecimentos entrevistados está localizada no município de Bonito, MS, pois este concentra os empreendimentos da cadeia do turismo, conforme verificado nos quadros anteriores.

Também em função da temporalidade de funcionamento, os elementos foram analisados considerando as diferentes formas de precificação e de faturamento em relação à alta e à baixa temporada. Por fim, a pesquisa analisou também a quantidade de atividades desenvolvidas nos atrativos turísticos, com a finalidade de verificação de diversificação ofertada pelos atrativos.

Considerando a dimensão dos empreendimentos e atrativos turísticos da região, tem-se que a maioria dos equipamentos e serviços turísticos são microempresas; já os atrativos turísticos são em grande parte pequenas empresas.

[8]A pesquisa tinha como objetivo medir o grau de qualidade dos serviços oferecidos pelo *trade* turístico de Bonito, com amostra composta de cerca de 80 turistas, 32 gerentes de empresas turísticas e 64 funcionários formais.

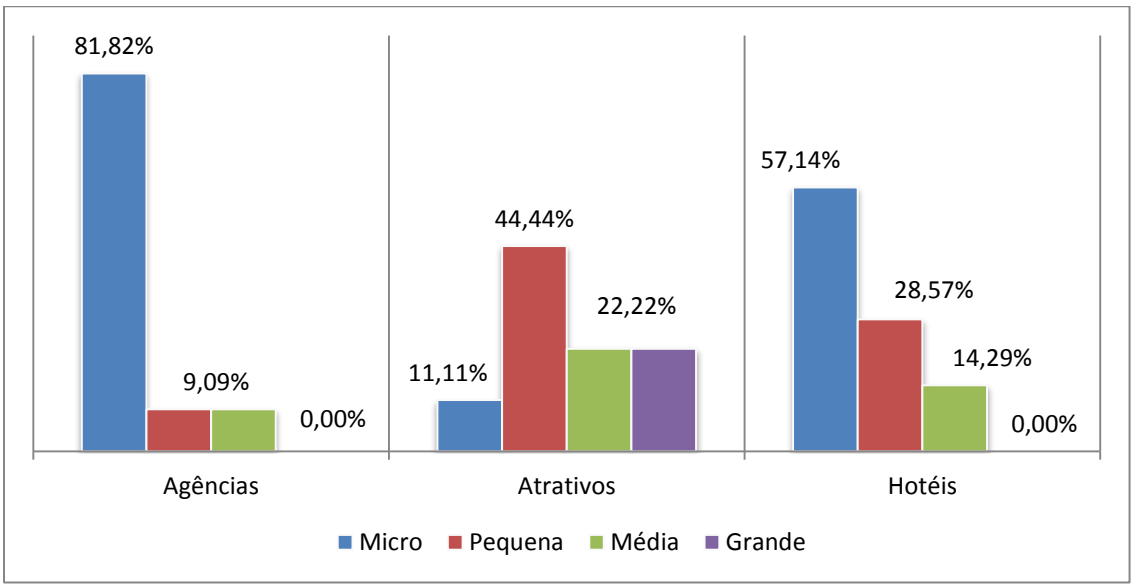


Figura 45 – Dimensão dos equipamentos, serviços e atrativos turísticos no Polo Serra da Bodoquena, em 2010.
Fonte: AGRICON Consultoria.

Resultante da pesquisa aplicada tem-se que os atrativos turísticos apresentam a idade média mais elevada, dada seu papel precursor no desenvolvimento turístico da região, seguido dos hotéis e agências de viagens, conforme abaixo indicado:

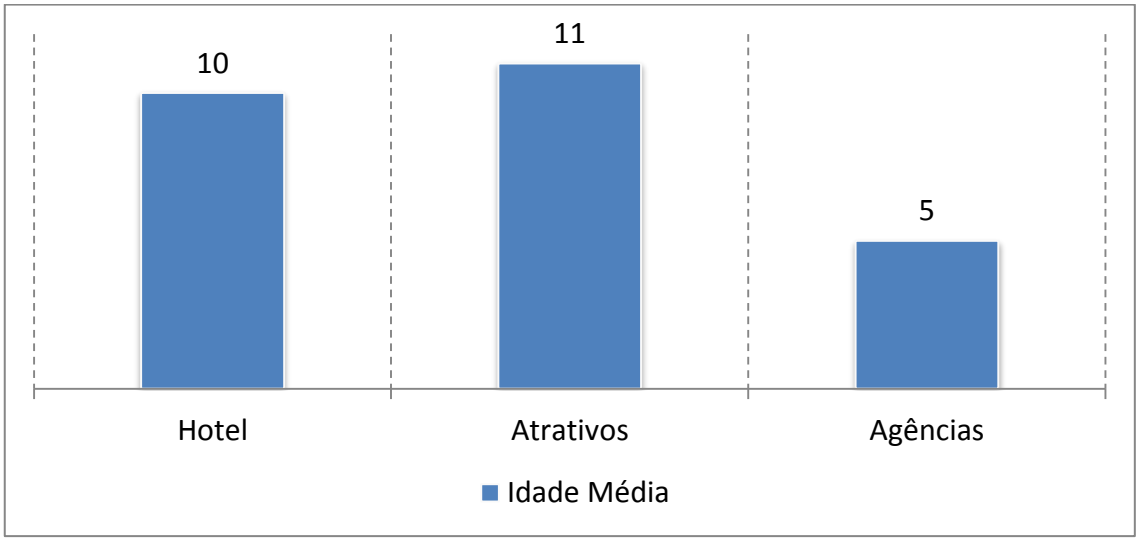


Figura 46 – Idade média da empresa dos equipamentos, serviços e atrativos turísticos no Polo Serra da Bodoquena, em 2010.
Fonte: AGRICON Consultoria .

Ratificando o aspecto histórico do desenvolvimento do turismo na região, decorrente da percepção desse como uma oportunidade econômica identificada pela comunidade local, nota-se a seguir que a maioria dos empreendimentos é originada de investimentos locais, seguidos de regionais e nacionais, respectivamente.

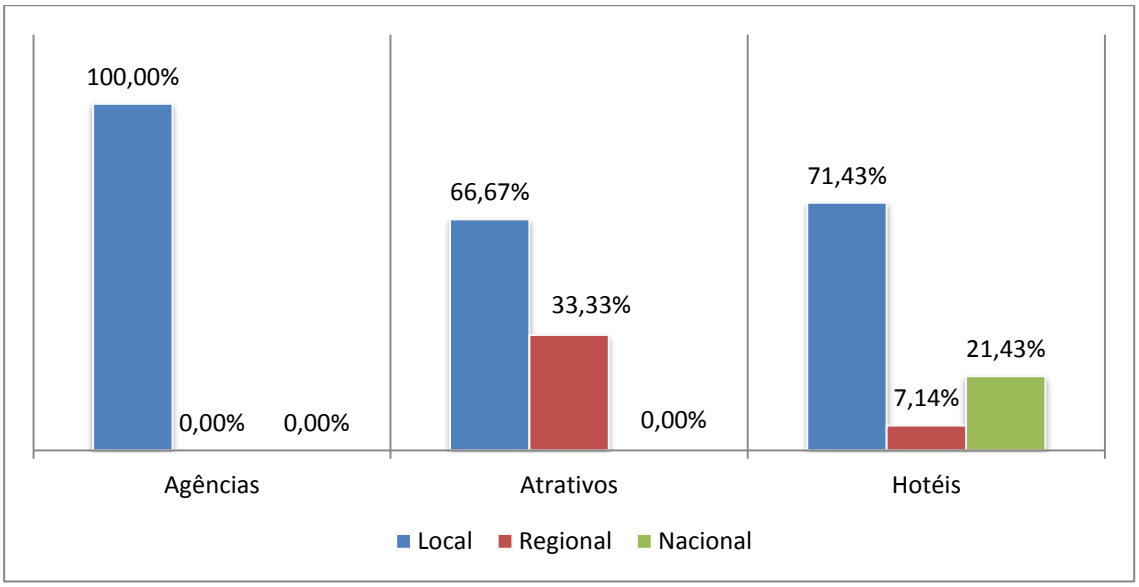


Figura 47 – Origem do empreendimento dos equipamentos, serviços e atrativos turísticos no Polo Serra da Bodoquena, em 2010.
Fonte: AGRICON Consultoria .

Dentre os empreendimentos analisados, indica-se que os hotéis são os que concentram a maior capacidade de geração de emprego, por apresentar o maior número de funcionário por empresa, seguidos dos atrativos turísticos e das agências de viagem.

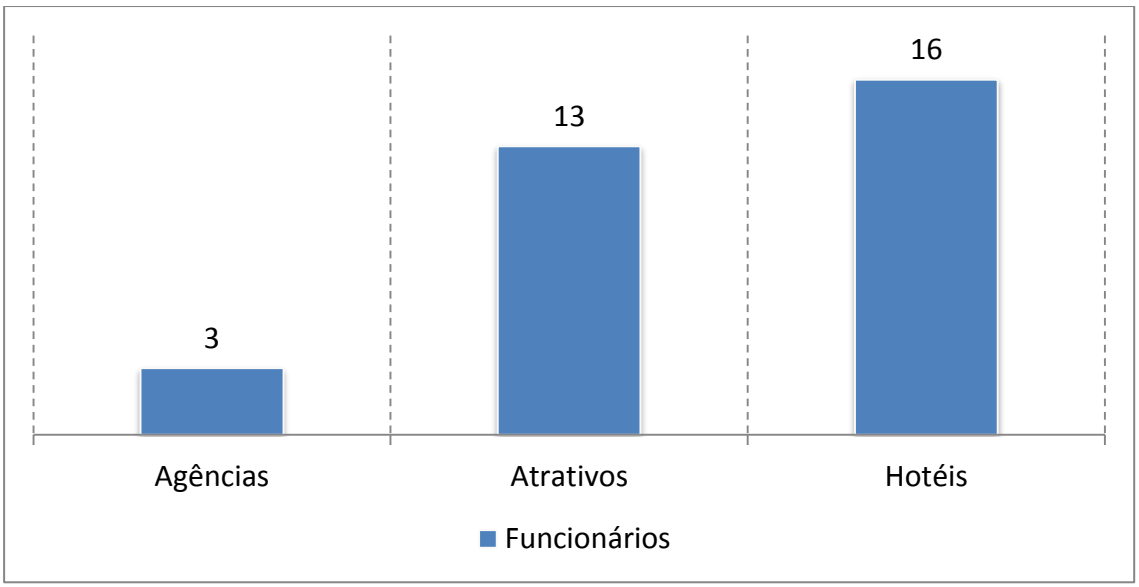


Figura 48 – Número médio de funcionários por empresa dos equipamentos, serviços e atrativos turísticos no Polo Serra da Bodoquena, em 2010.
Fonte: AGRICON Consultoria .

Questionados os empreendimentos, em pesquisa, quanto ao salário médio pago, verifica-se que, apesar de um número menor de funcionários, as agências de turismo apresentam maior salário médio pago (R$ 857,86), seguidas dos atrativos (R$ 700,00), e hotéis (R$ 655,50).

Considerando o número médio de funcionários por porte da empresa, nota-se genericamente que as empresas de maior porte concentram um número maior de funcionários, exceto nas agências de viagem, nas quais a oscilação de funcionários por porte é mínima, dada às características operacionais do estabelecimento desse subeditor, que atua com uma estrutura tida como “enxuta”.

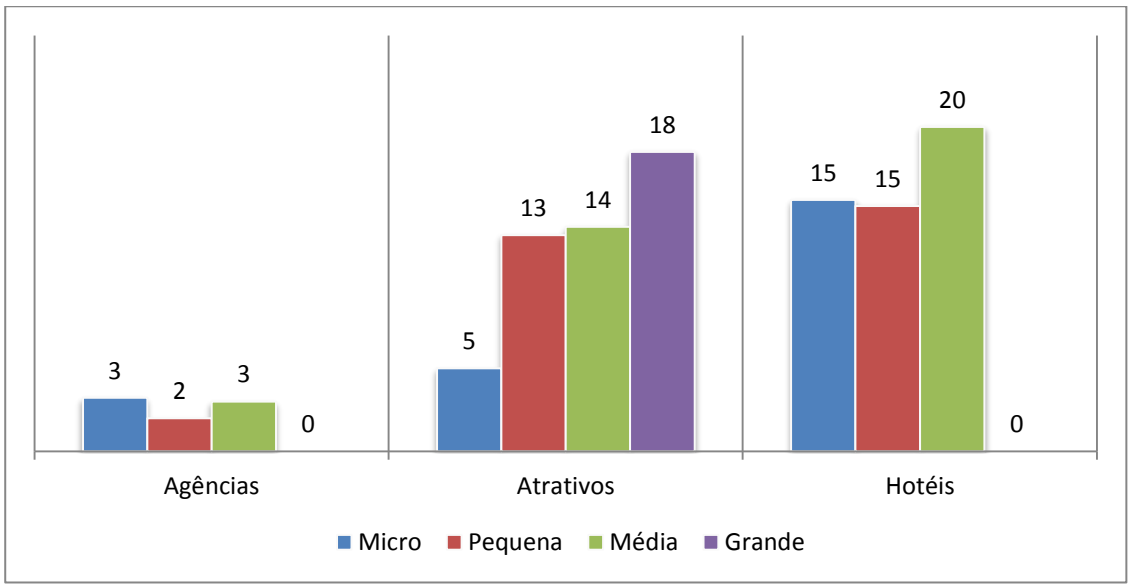


Figura 49 – Número médio de funcionários por dimensão da empresa dos equipamentos, serviços e atrativos turísticos no Polo Serra da Bodoquena, em 2010.
Fonte: AGRICON Consultoria .

Já o número de funcionários por idade média da empresa é maior nos atrativos turísticos mais novos que nos atrativos estabelecidos há mais tempo. Em contrapartida, o oposto é indicado nas empresas dos equipamentos e serviços turísticos, nos quais as empresas estabelecidas há mais tempo apresentam um maior número médio de empregados.

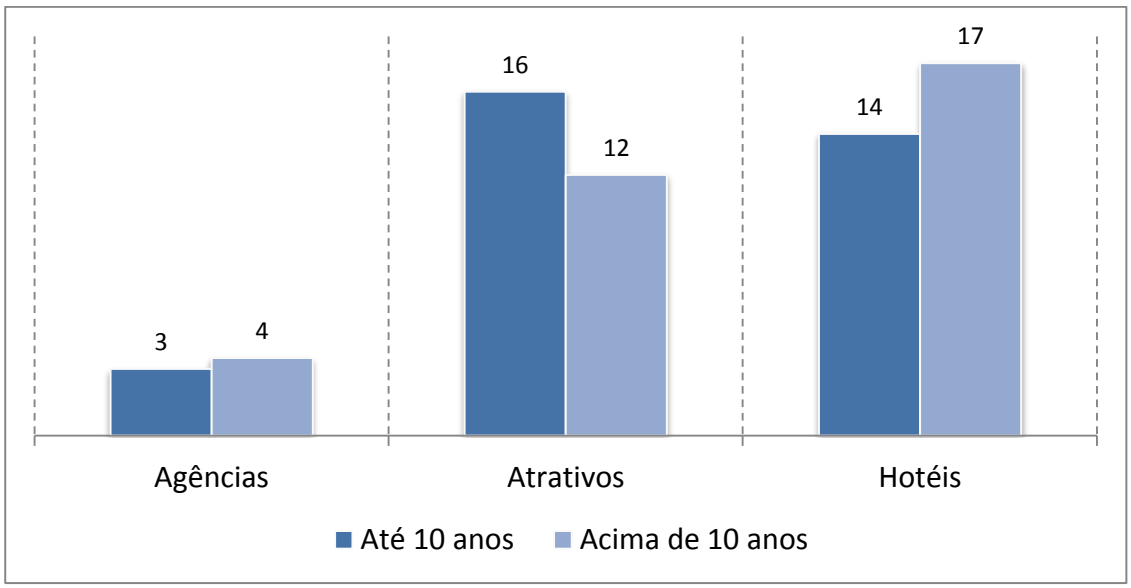


Figura 50 – Número médio de funcionários por idade da empresa dos equipamentos, serviços e atrativos turísticos no Polo Serra da Bodoquena, em 2010.
Fonte: AGRICON Consultoria .

Complementando os dados referentes aos empregos gerados no setor turístico, Coelho (2008), analisa as Atividades Características do Turismo - ACTs, considerando um conjunto de atividades que representam a maior parte dos gastos dos turistas. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, o valor de produção das ACTs chegou a R$ 149,64 bilhões, atingindo 7,1% do valor da produção do setor de serviços e 3,6% da economia brasileira. Em 2006, trabalhavam nas ACTs cerca de 5,7 milhões de pessoas, ou 10,1% dos ocupados no setor de serviços e 6,1% dos trabalhadores do país. Em 2006, o total dos rendimentos pagos pelas ACTs (R$ 31,34 bilhões) representou 3,23% dos rendimentos pagos pelo conjunto da economia brasileira.

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, estruturou o sistema integrado de informações sobre o mercado de trabalho no setor turístico, o SIMT, com o objetivo de caracterizar a mão de obra ocupada no mercado turístico. São considerados sete grupos de ACTs: alojamento; agência de viagem; transportes; aluguel de transportes; auxiliar de transportes; alimentação; cultura e lazer.

Em Mato Grosso do Sul, o mercado de trabalho turístico por ACTs, empregou, segundo dados do SIMT, 8.113 pessoas em 2005, dentre as quais se estima que existiam 7.834 empregos turísticos informais no estado, sendo a atividade turística da alimentação com maior parte dos trabalhadores informais, 63%, conforme ilustra a figura seguinte:

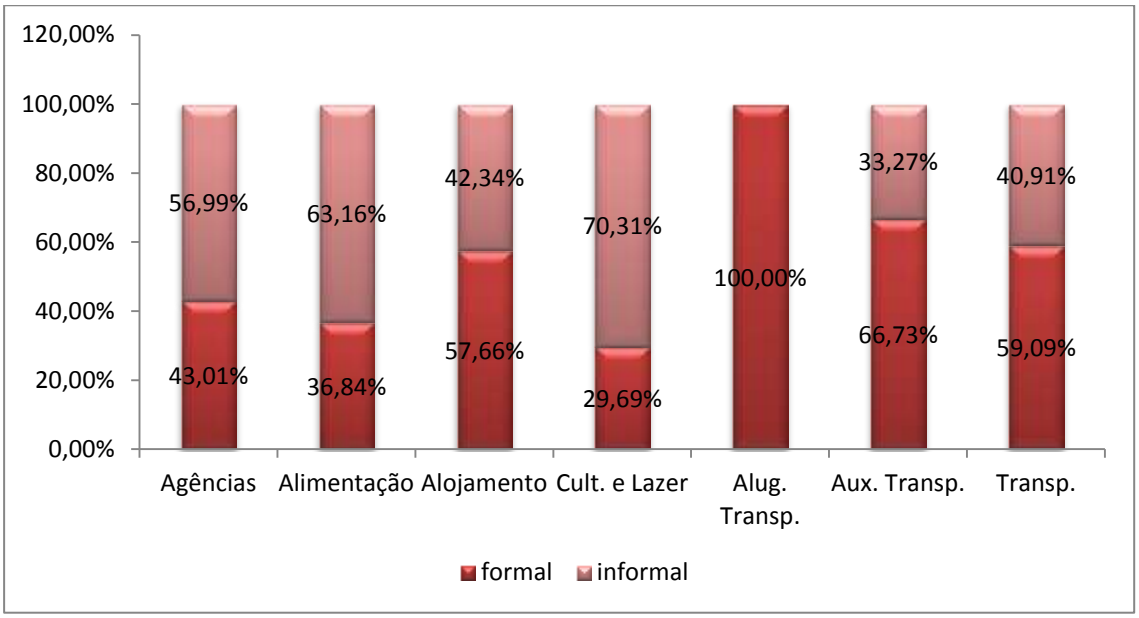


Figura 51 - Estimativa da proporção de empregos formais e informais, por ACTs, em Mato Grosso do Sul - setembro de 2005.
Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados do SIMT/IPEA (2010).
Fonte: AGRICON Consultoria.

Extrapolando as proporções entre empregos formais e informais acima, considerando que, entre 2005 e 2010 a taxa de informalidade nos subsetores da atividade turística no estado tenha se mantido estável, estima-se que, em média, no Polo Serra da Bodoquena, por empreendimento, exista o seguinte número de empregos gerados:

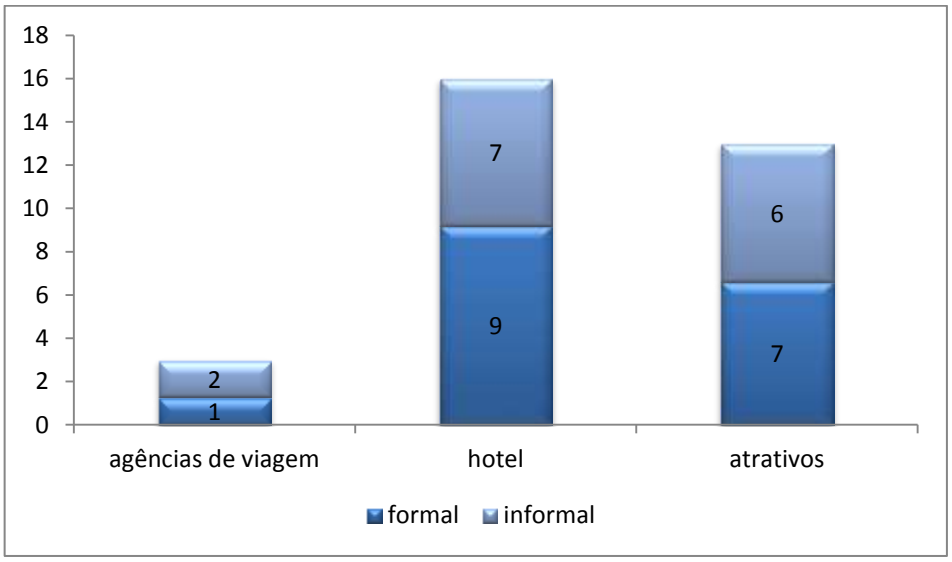


Figura 52 – Estimativa do número de empregos formais e informais, por empreendimento dos subsetores da atividade turística do Polo Serra da Bodoquena, em setembro de 2010.
Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados do SIMT/IPEA (2010).

Para a estimativa dos empregos formais e informais por atrativo turístico do polo, adotou-se como base a média da proporção observada entre as sete ACTs.

Dentre as ACTs de Mato Grosso do Sul, analisadas pelo IPEA, a que apresenta o maior rendimento médio da ocupação formal é a de auxiliar de transportes, que envolve as atividades auxiliares dos transportes terrestres, aquaviários e aéreos.

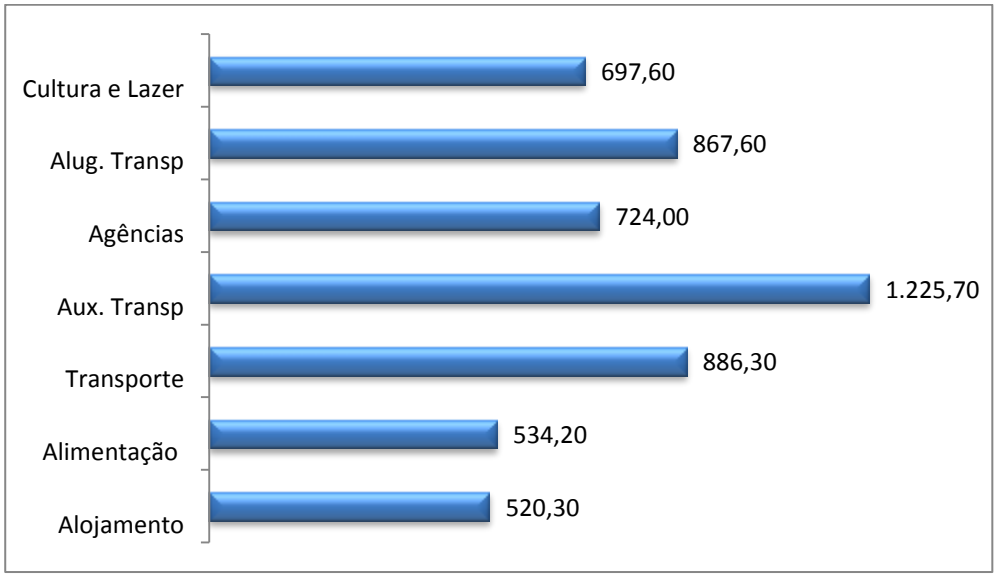


Figura 53 - Rendimento médio da ocupação formal, por ACTs, em Mato Grosso do Sul – 2007 (valores em reais).
Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados do SIMT/IPEA (2010).

Em 2006, no mercado de trabalho formal turístico de Mato Grosso do Sul, 63% dos trabalhadores eram do gênero masculino e 37%, feminino. Observou-se, também, que 49% dos trabalhadores possuíam 2ª grau e ensino superior, conforme abaixo:

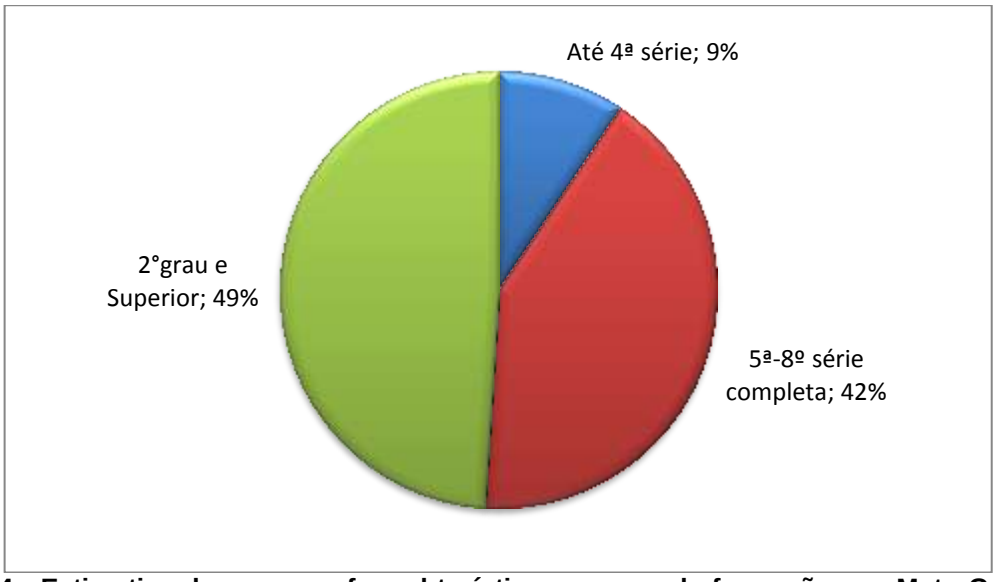


Figura 54 - Estimativa do emprego formal turístico por grau de formação, em Mato Grosso do Sul – 2006.
Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados do SIMT/IPEA.(2010)

Na pesquisa aplicada pela AGRICON Consultoria, com empreendimentos representantes do setor turístico do polo em estudo, perguntou-se ao empresário ou ao seu representante o grau de ocupação médio anual do estabelecimento, excluindo-se as agências turísticas desse questionamento, pois, se comparado a um meio de hospedagem ou a um atrativo turístico que possuem claramente estabelecidos sua capacidade de carga, não se verifica a mesma característica nas agências que possuem flexibilidade para, em curto prazo, ampliar sua capacidade de atendimento.

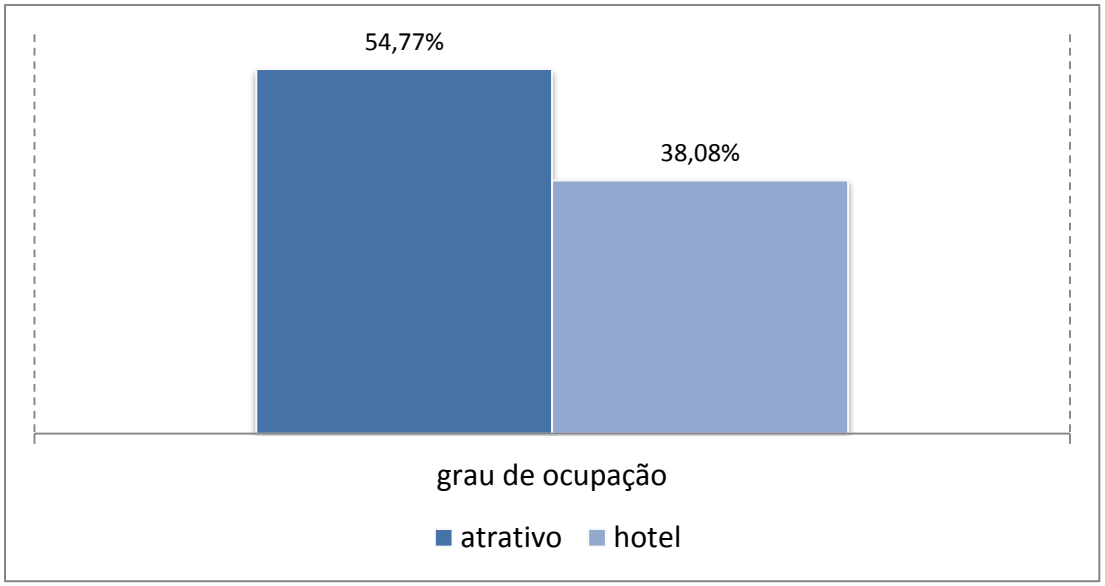


Figura 55 – Grau de ocupação médio anual dos equipamentos, serviços e atrativos turísticos no Polo Serra da Bodoquena, em 2010.
Fonte: AGRICON Consultoria.

Analisando o grau de ocupação por porte da empresa tem-se entre os meios de hospedagem uma ocupação maior nos empreendimentos de micro e pequeno porte, enquanto os atrativos de maior porte, sobretudo os médios, têm um grau de ocupação mais elevado.

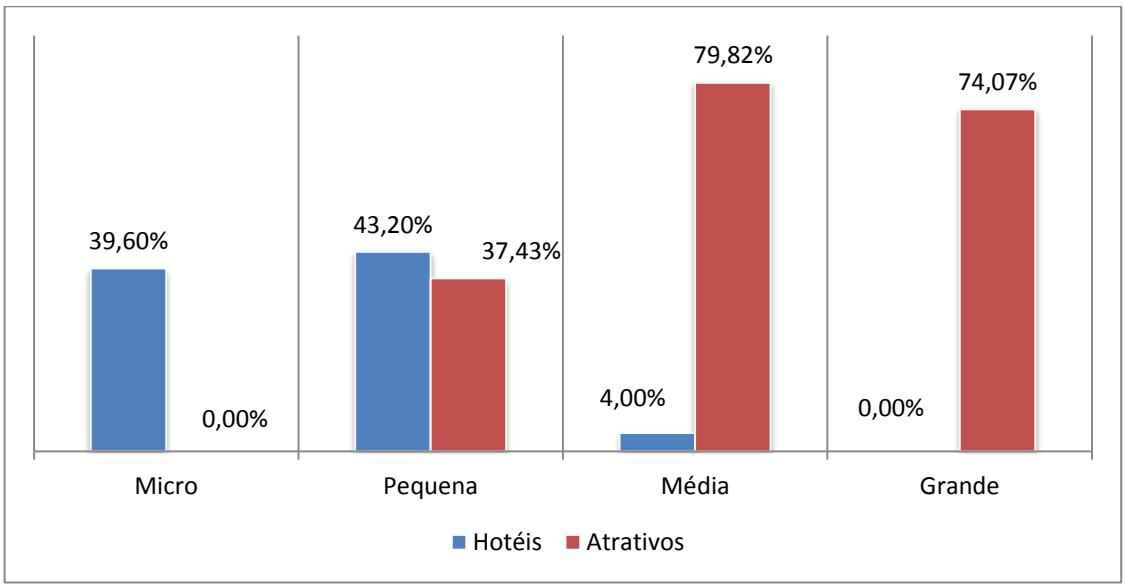


Figura 56 – Grau de ocupação médio anual por porte da empresa dos equipamentos, serviços e atrativos turísticos no Polo Serra da Bodoquena, em 2010.
Fonte: AGRICON Consultoria .

Também é distinto o grau de ocupação dos meios de hospedagens e dos atrativos turísticos em função da idade média do estabelecimento, pois os atrativos turísticos com mais de dez anos apresentam maior ocupação, enquanto se verifica nos hotéis cuja ocupação maior ocorre nos estabelecimentos com até dez anos.

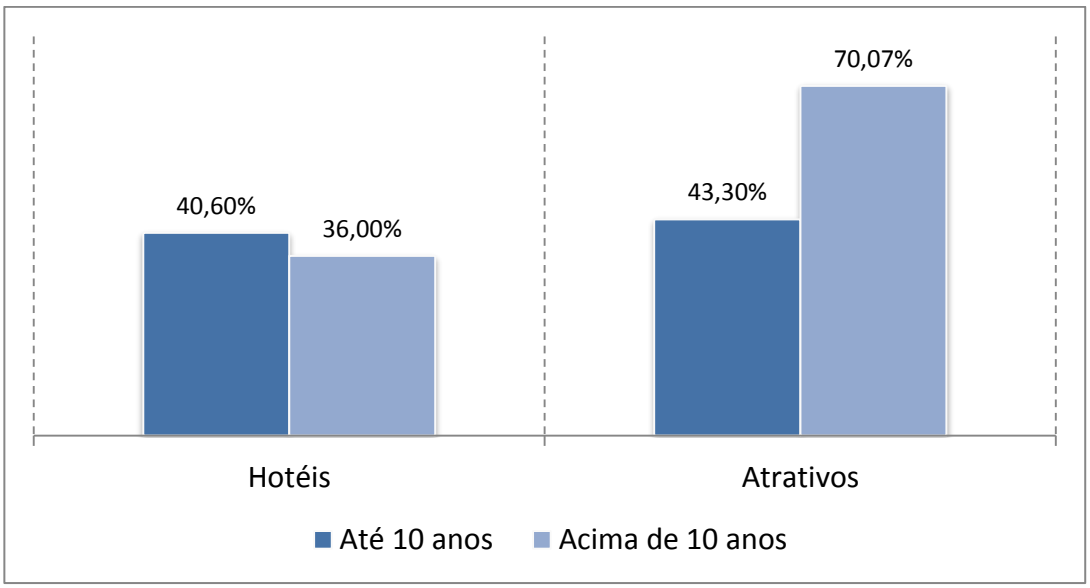


Figura 57 – Grau de ocupação médio anual por idade do estabelecimento dos equipamentos, serviços e atrativos turísticos no Polo Serra da Bodoquena, em 2010.
Fonte: AGRICON Consultoria .

Na pesquisa aplicada, buscou-se analisar o ritmo e as tendências de crescimento dos investimentos nos equipamentos, serviços e atrativos turísticos, questionando-se os valores investidos em 2000, 2005 e 2010, além da solicitar uma estimativa de investimento para 2015. Porém, a maior parte dos estabelecimentos mostrou não ter controles sobre os investimentos realizados, não gerando resultados para a análise pretendida, excetuando-se as agências de viagens. Da mesma maneira é desconhecida a existência de um estudo semelhante já aplicado na região.

Um indicativo dessa gestão, embasada em poucos dados numéricos e projeções, é o perfil dos estabelecimentos: micro e pequenas empresas abertas e geridas por empresários locais.

A seguir, apresentam-se os investimentos realizados e projetados por subsetor analisado:

Quadro 57 – Investimentos anuais por estabelecimentos e dos equipamentos, serviços e atrativos turísticos no Polo Serra da Bodoquena, em 2005, 2010 e 2015.

Subsetor	Ano		
	2005	2010	2015*
Agência de Viagem	R$ 33.300,00	R$ 101.333,00	R$ 282.000,00
Atrativos	---	R$ 179.167,00	R$ 238.000,00
Hotéis	---	R$ 222.500,00	R$ 892.900,00

* Previsão feita pelos empreendimentos entrevistados.
Fonte: AGRICON Consultoria .

Pelos investimentos realizados nas agências de viagem em 2005 e 2010, e os pretendidos para 2015, assim como considerando a relação entre os valores de 2015 e 2010 dos demais subsetores, conjectura-se a tendência de incremento nos valores investidos por empreendimento. Abaixo, seguem os resultados obtidos sobre os investimentos realizados e projetados para 2010, por subsetor e por porte da empresa:

Quadro 58 – Investimentos anuais por estabelecimentos e por porte da empresa dos equipamentos, serviços e atrativos turísticos no Polo Serra da Bodoquena, em 2010.

Subsetor	Porte	Investimentos (R$)
Hotéis	Micro	270.060,00
	Pequena	65.000,00
	Média	150.000,00
Atrativos	Pequena	96.250,00
	Média	190.000,00
	Grande	500.000,00
Agências	Micro	62.000,00
	Pequena	60.000,00
	Média	300.000,00

Fonte: AGRICON Consultoria .

Os resultados acima são distintos por subsetor, porém, se verifica que o produto principal recebe um montante de investimentos superior aos demais produtos: nos meios de hospedagens, as microempresas realizam investimentos maiores que as empresas de pequeno e médio porte; nos atrativos turísticos, quanto maior o porte da empresa, maior o investimento; nas agências de turismo, o nível de investimento nas micro e pequenas empresas é semelhante, porém inferior ao investimento realizados pelas empresas de médio porte.

Já o nível de investimento em 2010, por idade média do estabelecimento, é maior nos empreendimentos existentes há mais de dez anos em todos os subsetores analisados. Extrapolando-se a análise para o restante do setor turístico, tem-se o indicativo que, no polo, os investimentos maiores são realizados em estabelecimentos com mais de dez anos.

Quadro 59 – Investimentos anuais por estabelecimentos e por idade média da empresa dos equipamentos, serviços e atrativos turísticos no Polo Serra da Bodoquena, em 2010.

Subsetor	Idade do Empreendimento	Investimentos (R$)
Hotéis	Até 10 anos	150.000,00
	Acima de 10 anos	211.471,00
Atrativos	Até 10 anos	138.750,00
	Acima de 10 anos	260.000,00
Agências	Até 10 anos	27.000,00
	Acima de 10 anos	250.000,00

Fonte: AGRICON Consultoria .

Considerando a necessidade de analisar o valor agregado, utilizou, para tanto, a análise do faturamento diário e do preço unitário médio do produto/serviço comercializado, visto que as atividades com maior valor agregado possuem preço mais elevado e, geralmente, dependendo da escala de comercialização, faturamento mais elevado também.

Nesta análise não foram incluídas as agências de turismo, porquanto elas possuem grande variação e possibilidade de combinações distintas de produtos comercializados

Conforme será abordado mais adiante, o preço por unidade comercializada nos atrativos turísticos é inferior ao preço unitário dos hotéis, porém o faturamento diário dos atrativos turístico são 18,6% superior que dos hotéis analisados, indicando que a escala diária de comercialização dos atrativos turísticos é bem superior a dos hotéis:

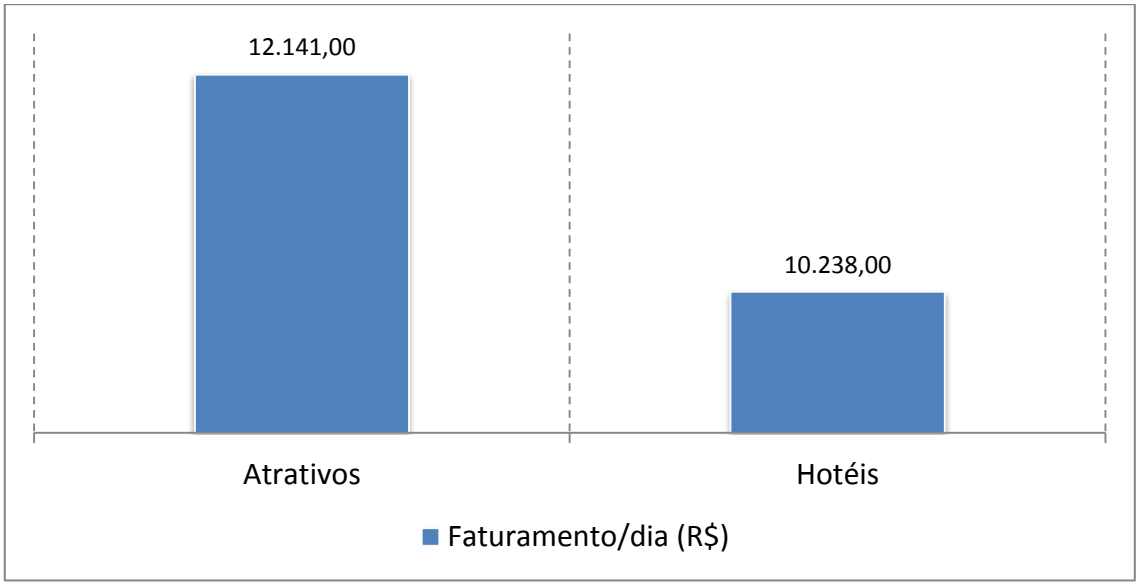


Figura 58 – Faturamento diário por empresa dos equipamentos, serviços e atrativos turísticos no Polo Serra da Bodoquena, em 2010.
Fonte: AGRICON Consultoria .

Também foi percebida a variação no porcentual do faturamento dos empreendimentos ao longo do ano, sendo, em geral, 50% superior na alta temporada, se comparado ao faturamento diário da mesma empresa na baixa temporada.

Ao analisar o faturamento supracitado por porte da empresa, verifica-se que os hotéis-microempresas apresentam os maiores faturamentos, enquanto os atrativos turísticos-pequenas empresas, são as com faturamento diário mais expressivo, como é ilustrado, a seguir:

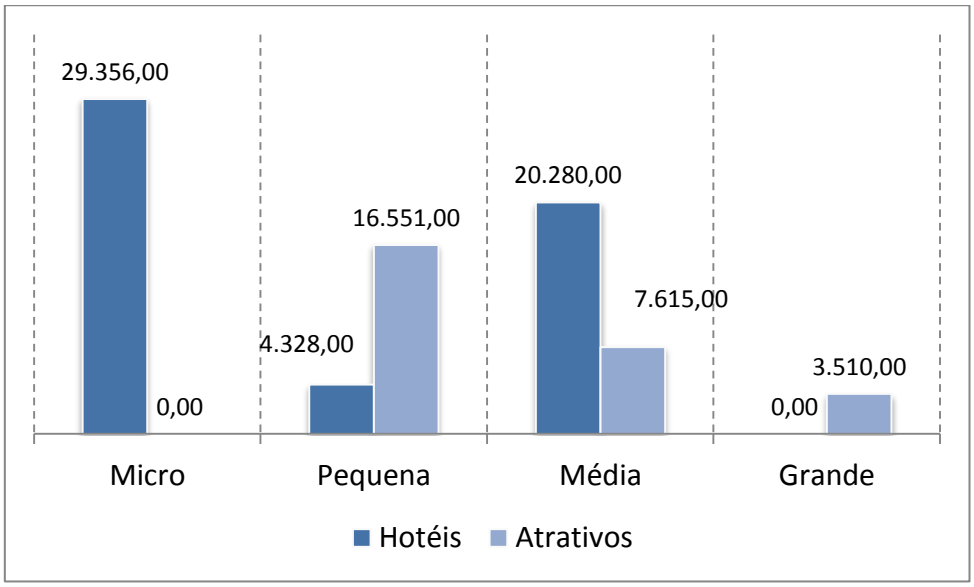


Figura 59 – Faturamento diário por estabelecimento e por porte da empresa dos equipamentos, serviços e atrativos turísticos no Polo Serra da Bodoquena, em 2010.
Fonte: AGRICON Consultoria .

Entre os hotéis, nota-se um faturamento maior nas empresas estabelecidas há mais tempo, enquanto o faturamento diário dos atrativos turísticos com até dez anos é superior:

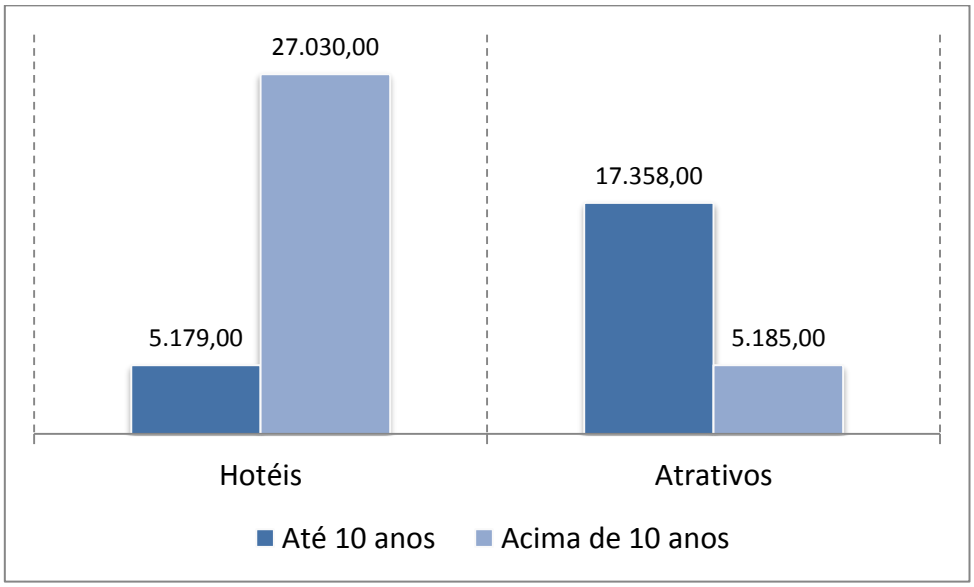


Figura 60 – Faturamento diário por idade média da empresa dos equipamentos, serviços e atrativos turísticos no Polo Serra da Bodoquena, em 2010.
Fonte: AGRICON Consultoria .

Analisando aspectos qualitativos, identificou-se que Outros Estados é o principal mercado geográfico, em 2005 e em 2010, dos estabelecimentos do polo, conforme a pesquisa aplicada. No entanto, o responsável pelo empreendimento indica que a participação de turistas de Municípios Próximos e de Outros Países, entre 2005 e 2010, reduziu nos três subsetores apresentados nos dois próximos quadros:

Quadro 60 – Origem do turista por empresa dos equipamentos, serviços e atrativos turísticos no Polo Serra da Bodoquena, em 2005.

Origem	Agências	Atrativos	Hotéis
Municípios Próximos	35,00%	36,50%	3,50%
Campo Grande	27,50%	15,50%	14,00%
Interior do Estado	13,33%	13,00%	7,20%
Outros Estados	71,67%	38,25%	59,40%
Outros Países	0,00%	60,00%	30,00%

Nota: A somatória das respostas é superior a 100% por causa das múltiplas respostas.
Fonte: AGRICON Consultoria .

Quadro 61 – Origem do turista por empresa dos equipamentos, serviços e atrativos turísticos no Polo Serra da Bodoquena, em 2010.

Origem	Agências	Atrativos	Hotéis
Municípios Próximos	28,00%	13,40%	4,71%
Campo Grande	16,80%	11,88%	27,14%
Interior do Estado	6,63%	11,63%	7,50%
Outros Estados	66,67%	49,88%	57,31%
Outros Países	18,00%	23,58%	14,67%

Nota: A somatória das respostas é superior a 100% por causa das múltiplas respostas.
Fonte: AGRICON Consultoria .

Dentre os tipos e níveis de serviços prestados, verifica-se pela análise da composição do faturamento a existência de diversificação de atividades/produtos oferecidos por estabelecimento somente nos atrativos turísticos. Nos estabelecimentos pesquisados, o produto principal representa 80% do faturamento, e, em média, cada atrativo turístico oferta três produtos.

Avaliando os preços, segundo pesquisa aplicada, há o indicativo de que os hotéis trabalham, em média, com preços unitários 96,2% superiores aos praticados nos atrativos turísticos. Abaixo, seguem os preços em reais e em dólares, adotando-se para o cálculo do valor em dólar a cotação de R$/US$ = 1,90, com base na média do câmbio de dólar turismo, em 2010[9]:

[9] Cotação do dólar turismo disponível em www.ipeadata.gov.br.

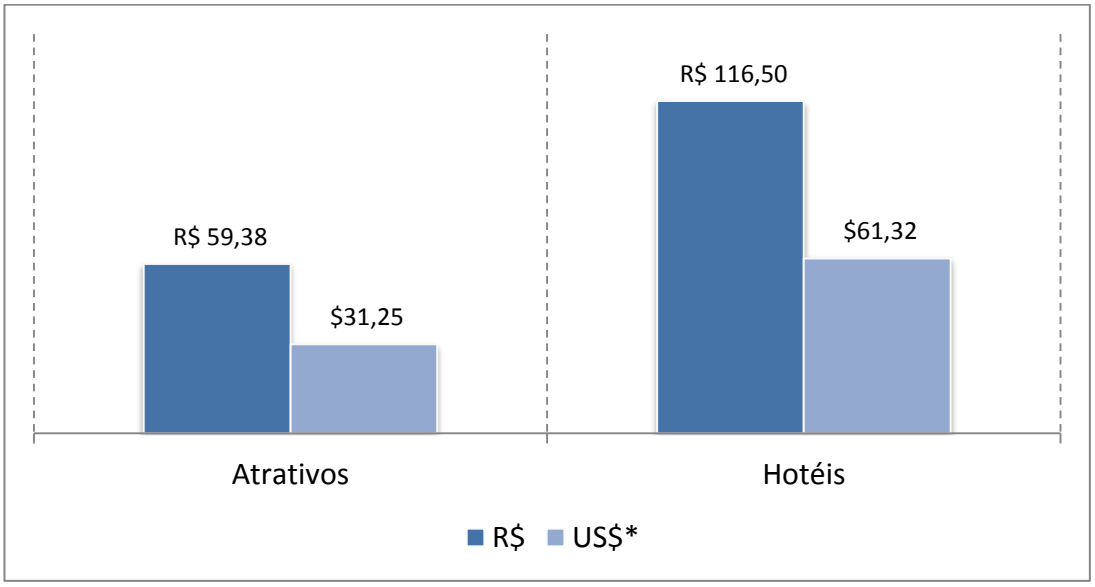


Figura 61 – Preços médios unitários praticados por empresa dos equipamentos, serviços e atrativos turísticos no Polo Serra da Bodoquena, em 2010.
Fonte: AGRICON Consultoria .

Os dados da pesquisa indicam que há variação nos preços praticados na alta e baixa temporada, sendo os preços na alta temporada em média 17,40% superiores aos da baixa temporada.

Esses preços variam de acordo com o porte e a idade da empresa. Por porte não foi possível identificar um padrão de comportamento dos preços. No entanto, quanto à idade média do estabelecimento, fica claro que as empresas com até dez anos de idade praticam preços superiores às demais.

Quadro 62 – Preços médios unitários praticados por porte da empresa dos equipamentos, serviços e atrativos turísticos no Polo Serra da Bodoquena, em 2010.

Porte	Hotéis		Atrativos	
	R$	US$	R$	US$
Micro	R$ 123,00	$ 64,74	R$ 50,00	$ 26,32
Pequena	R$ 94,25	$ 49,61	R$ 76,25	$ 40,13
Média	R$ 135,00	$ 71,05	R$ 27,50	$ 14,47
Grande	---	---	R$ 65,00	$ 34,21

Fonte: AGRICON Consultoria .

Quadro 63 – Preços médios unitários praticados por idade média da empresa dos equipamentos, serviços e atrativos turísticos no Polo Serra da Bodoquena, em 2010.

Preço	Hotéis		Atrativos	
	R$	US$	R$	US$
Até 10 anos	R$ 145,00	$ 76,32	R$ 68,75	$ 36,18
Acima de 10 anos	R$ 100,67	$ 52,98	R$ 50,00	$ 26,32

Fonte: AGRICON Consultoria .

Esses preços, tal como os praticados nos possíveis destinos concorrentes da demanda atual e potencial, possuem uma faixa de variação ampla que não limita e tampouco diferencia competitivamente o polo.

É comum a essas empresas a adoção de sistemas de promoção e comercialização, divulgando seu estabelecimento e o destino como um todo. A figura seguinte denota a

diversificada estratégia de comercialização adotada pelos estabelecimentos do polo, principalmente pelos atrativos e agências de turismo, salientando-se as feiras e panfletos os principais meios de divulgação mais empregados.

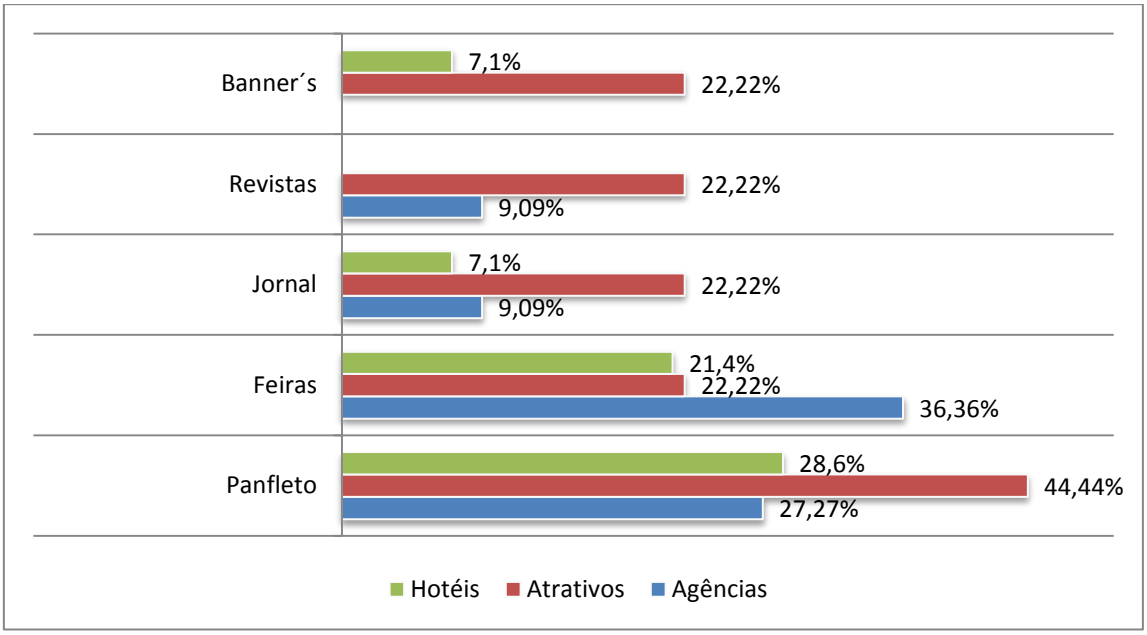


Figura 62 – Meios de promoção e divulgação praticados por empresa dos equipamentos, serviços e atrativos turísticos no Polo Serra da Bodoquena, em 2010.
Nota: A somatória das respostas é superior a 100% por causa das múltiplas respostas.
Fonte: AGRICON Consultoria .

A comercialização dos atrativos é fortemente realizada pelas agências de turismo, em decorrência do sistema *Voucher* Único de controle de visitação, sendo imprescindível a atuação delas.

No entanto, o Polo Serra da Bodoquena é um destino comercializado geralmente por agências que também comercializam outro importante destino de ecoturismo do Estado de Mato Grosso do Sul, o Pantanal, sendo comum a sua comercialização em pacotes multidestinos, principalmente após a implantação, divulgação e comercialização da rota Pantanal-Bonito, integrando esses dois polos e seus atrativos.

Além da integração entre os polos, também é claramente notada a integração da oferta e da cadeia turística: 100% do atrativos turísticos entrevistados (a maioria dos atrativos estruturados e amplamente visitados) têm sua visitação controlada pelo sistema *Voucher* Único e, por resultado, operam integrados às agências de turismo. A figura seguinte denota que também é forte a integração dos hotéis e das agências de turismo a outros elos da cadeia turística do Polo Serra da Bodoquena:

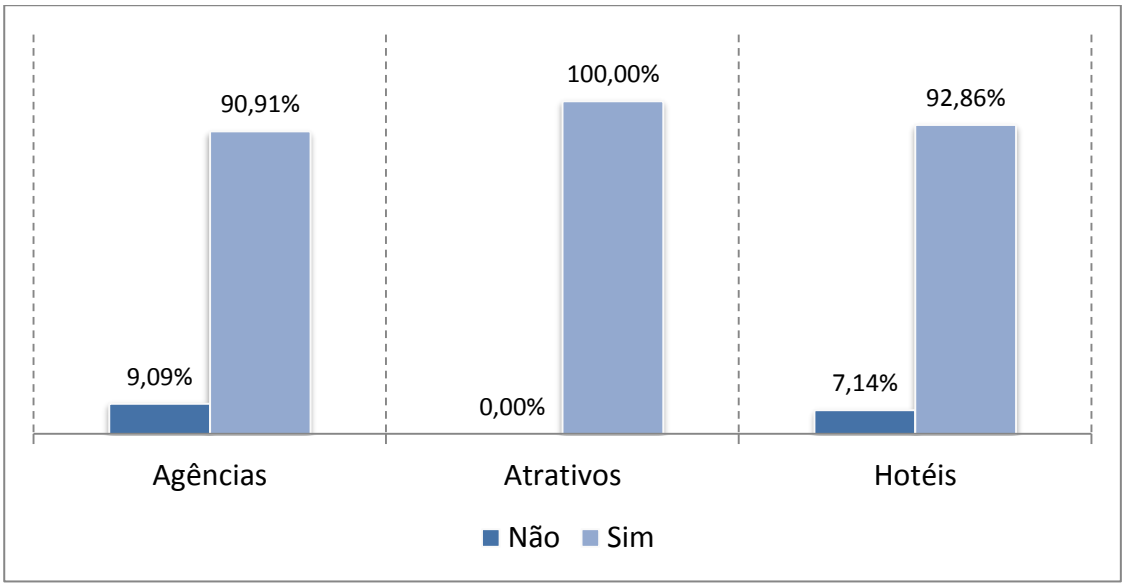


Figura 63 – Grau de integração a outros elos da cadeia turística das empresas dos equipamentos, serviços e atrativos turísticos no polo Serra da Bodoquena, em 2010.
Fonte: AGRICON Consultoria .

Ressalta-se a organização dos atrativos, dos equipamentos e prestadores de serviços locais em associações e outras entidades representativas, que atuam como referência estadual e nacional de articulação e atuação em prol do destino. Adiante, na análise do quadro institucional da área turística, será detalhada esta organização local, nomeadas as associações e delineada sua atuação, tida como diferencial do destino Polo Serra da Bodoquena.

Analisando os conflitos entre os elos da cadeia sob a ótica dos estabelecimentos representantes dos três subsetores entrevistados, tem-se para os atrativos turísticos a relação com os agentes de viagens a mais conflitante. Já para as agências de turismo e hotéis (equipamentos e prestadores de serviços turísticos), a relação com as linhas aéreas é a de maior conflito.

Figura 64 – Grau de conflitos entre os elos da cadeia turística no Polo Serra da Bodoquena, em 2010.

Conflitos	subsetor		
	Agências	Atrativos	Hotéis
Linhas Aéreas	27,27%	0,00%	21,43%
Operadores Turísticos	9,09%	0,00%	7,14%
Agentes de Viagens	9,09%	33,33%	0,00%
Cartões	0,00%	0,00%	7,14%
Atrativos	9,09%	0,00%	0,00%

Nota: A somatória das respostas é superior a 100% por causa das múltiplas respostas.
Fonte: AGRICON Consultoria .

Buscando identificar os maiores gargalos ao crescimento desses estabelecimentos e suas dificuldades operacionais, nota-se que, para as agências de viagens, o pagamento de juros e a mão de obra qualificada são os quesitos de maior grau de dificuldade, enquanto a infraestrutura local e a concorrência os de menor:

Quadro 64 – Classificação das dificuldades vivenciadas pelas agências de turismo do Polo Serra da Bodoquena, em 2010.

Quesitos	Dificuldade		
	Alta	Média	Baixa
Mão de obra qualificada	45,45%	27,27%	27,27%
Custo da mão de obra	18,18%	36,36%	45,45%
Infraestrutura	18,18%	27,27%	54,55%
Divulgação	27,27%	36,36%	36,36%
Concorrência	27,27%	18,18%	54,55%
Custo Capital de Giro	27,27%	45,45%	27,27%
Pagamento de Juros	45,45%	9,09%	45,45%
Apoio Instituições	27,27%	45,45%	27,27%
Impostos	36,36%	36,36%	27,27%
Integração	0,00%	54,55%	45,45%

Nota: A somatória das respostas é superior a 100% por causa das múltiplas respostas.
Fonte: AGRICON Consultoria .

Sob o ponto de vista dos atrativos turísticos, as dificuldades mais relevantes são os impostos e a mão de obra qualificada, sendo a integração na cadeia turística o quesito de menor dificuldade, conforme ilustrado a seguir:

Quadro 65 – Classificação das dificuldades vivenciadas pelos atrativos turísticos do Polo Serra da Bodoquena, em 2010.

Quesitos	Dificuldade		
	Alta	Média	Baixa
Mão de obra qualificada	44,44%	33,33%	22,22%
Custo da mão de obra	0,00%	55,56%	44,44%
Infraestrutura	11,11%	22,22%	66,67%
Divulgação	0,00%	44,44%	55,56%
Concorrência	0,00%	55,56%	44,44%
Custo Capital de Giro	11,11%	33,33%	55,56%
Pagamento de Juros	22,22%	11,11%	66,67%
Apoio Instituições	33,33%	22,22%	44,44%
Impostos	66,67%	11,11%	22,22%
Integração	0,00%	22,22%	77,78%

Nota: A somatória das respostas é superior a 100% por causa das múltiplas respostas.
Fonte: AGRICON Consultoria .

As mesmas dificuldades apontadas como as principais vivenciadas pelos atrativos turísticos também foram destacadas pelos representantes dos hotéis, impostos e mão de obra qualificada, segundo o quadro abaixo:

Quadro 66 – Classificação das dificuldades vivenciadas pelo setor hoteleiro do Polo Serra da Bodoquena, em 2010.

Quesitos	Dificuldade		
	Alta	Média	Baixa
Mão de obra qualificada	71,43%	21,43%	7,14%
Custo da mão de obra	21,43%	28,57%	50,00%
Infraestrutura	14,29%	14,29%	71,43%
Divulgação	21,43%	21,43%	57,14%
Concorrência	0,00%	42,86%	57,14%
Custo Capital de Giro	14,29%	28,57%	57,14%
Pagamento de Juros	21,43%	21,43%	57,14%
Apoio Instituições	42,86%	42,86%	14,29%
Impostos	85,71%	7,14%	7,14%
Integração	14,29%	35,71%	50,00%

Nota: A somatória das respostas é superior a 100% por causa das múltiplas respostas.
Fonte: AGRICON Consultoria .

Dos quadros acima, ressalta-se que a mão de obra qualificada é uma dificuldade comum a todos os elos da cadeia do turismo no Polo Serra da Bodoquena. Detalhando mais, tem-se que a mão de obra qualificada ao setor não é necessariamente sinônimo de profissionais com nível superior, e sim de funcionários, em todos os níveis de escolaridade, devidamente capacitados para o atendimento ao turista e aos padrões de qualidade por ele demandados, segundo informações da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis (Regional Mato Grosso do Sul).

Tipos de investimento turísticos

A ausência de um sistema de monitoramento turístico no polo em análise não permite identificar os investidores mais importantes, nível de capital estrangeiro vinculado, origem, proporção ou efeitos. Na pesquisa aplicada pela AGRICON Consultoria, verificou-se que a maioria dos investimentos é realizada por empresários do próprio município ou da região.

Ao longo da realização do presente diagnóstico, identificou-se que há investimentos turísticos sendo realizados na região atualmente, especialmente em empreendimentos hoteleiros, que estão sendo reformados e ampliados. Também se buscaram indicativos de investimentos no setor de turismo da região, averiguando-se a existência de solicitações de crédito via Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), por meio da linha de turismo. No entanto, nada foi encontrado ao longo de 2010, indicando um menor nível de investimento, visto o grau de consolidação do turismo na região ou o uso intensivo de capital próprio para os investimentos realizados.

Necessidade de capacitação de mão de obra para o turismo

A necessidade de capacitação da mão de obra para o turismo é destacada na pesquisa aplicada nos empreendimentos turísticos do polo, apresentando-se, abaixo, os tipos de cursos mais demandados:

Quadro 67 – Cursos de capacitação profissional mais demandados, por subsetor, do turismo no Polo Serra da Bodoquena, em 2010.

Subsetor	Curso	Frequência
Agências	Atendimento ao cliente	45,45%
Atrativos	Atendimento ao cliente	55,56%
Hotéis	Atendimento ao cliente	50,00%
Hotéis	Camareira	35,71%
Hotéis	Cozinha	35,71%

Fonte: AGRICON Consultoria.

No turismo da região em análise, é fundamental a atuação dos guias de turismo, acompanhando o turista aos atrativos e conferindo qualidade e diferenciação do Polo Serra da Bodoquena. Atualmente, 84 guias de turismos atuam no polo, dos quais 40 são credenciados no MTur, e 42 guias são associados à Associação de Guias de Turismo de Bonito - AGTB.

A Associação indica a demanda por cursos de formação de guias de turismo para os próximos cinco anos, que sejam capazes de formar 45 profissionais no primeiro ano e, depois, o mesmo número de guias de turismo a cada dois anos, pois o mercado de trabalho atualmente apresenta um *deficit*: Para os 30 atrativos mais comercializados na região, é necessário cerca de 80 guias na baixa temporada.

Também se destacou a necessidade de inserção e priorização da comunidade nesses cursos de formação de guias de turismo, pois este é o perfil de profissional que realmente atua na área depois de formado e valoriza o destino, porque é sabido que alguns guias de turismo usam o destino Serra da Bodoquena como trampolim para outras atividades, ou para outros destinos de ecoturismo, incluindo destinos internacionais, conforme retrata a AGTB.

A situação supracitada indica a necessidade de se realizar um plano de capacitação com vistas a identificar, em profundidade, a demanda atual e a futura, decorrente do desenvolvimento turístico almejado, de cursos e programas de capacitação e atualização técnica dos recursos humanos diretamente envolvidos no setor turístico.

Sistema de qualidade turística

Na pesquisa aplicada com os empreendimentos da capital, verificou-se a ausência de um sistema de qualidade turística e outros sistemas de certificação no polo. Porém, nota-se a existência de selos e certificados específicos no polo, como o selo de compromisso ambiental, emitido pela ONG local IASB, referente à neutralização de carbono, selo emitido pelo MTur, relacionado ao *Tour* da Experiência, e certificado de Aventura Segura, emitido pela ABETA.

O selo de neutralização de carbono é emitido às agências de turismo e a outros empreendimentos que plantam a quantia de árvores necessárias para neutralizar o equivalente carbono emitido por sua atividade.

O selo do MTur, identifica as empresas ligadas ao projeto “Economia da Experiência”, indicando que elas estão aptas a atender os clientes, gerando uma experiência de vida e de sentidos ao comprarem no estabelecimento.

O certificado Aventura Segura, diferencia os atrativos de turismo de aventura com Sistemas de Gestão de Segurança. São 32 empresas certificadas no país, sendo cinco localizadas na região da Serra da Bodoquena: Abismo Anhumas, Buraco das Araras, Estância Mimosa Ecoturismo, Hotel Cabanas e Recanto Ecológico Rio da Prata. Esses sistemas de gestão de

segurança estão de acordo com a Norma ABNT NBR 15331, de 2005 (Turismo de aventura - Sistema de gestão da segurança - Requisitos) e normas relacionadas.

Programa de Promoção e Apoio à Comercialização

O polo integra a Rota Pantanal-Bonito, o principal produto turístico do estado, que tem como ação estratégica fundamental o Programa de Promoção e Apoio à Comercialização, desenvolvido pelo órgão oficial de turismo do estado (FUNDTUR), por meio de participação em feiras e *road shows*[10], nacional e internacional, realização de *famtours*[11] e *press trip*[12].

Dentre essas ações, estão os eventos planejados segundo as estratégias dos Planos Cores e Aquarela - Mtur/EMBRATUR (BRASIL, 2005); os eventos com participação da FUNDTUR com recursos exclusivos do estado, definidos como significativos emissores de turistas para o estado e os de iniciativa do *trade* local e municípios. Segundo os dados da FUNDTUR, houve um incremento significativo na participação em eventos, notadamente, nos internacionais, como demonstram as duas figuras seguintes:

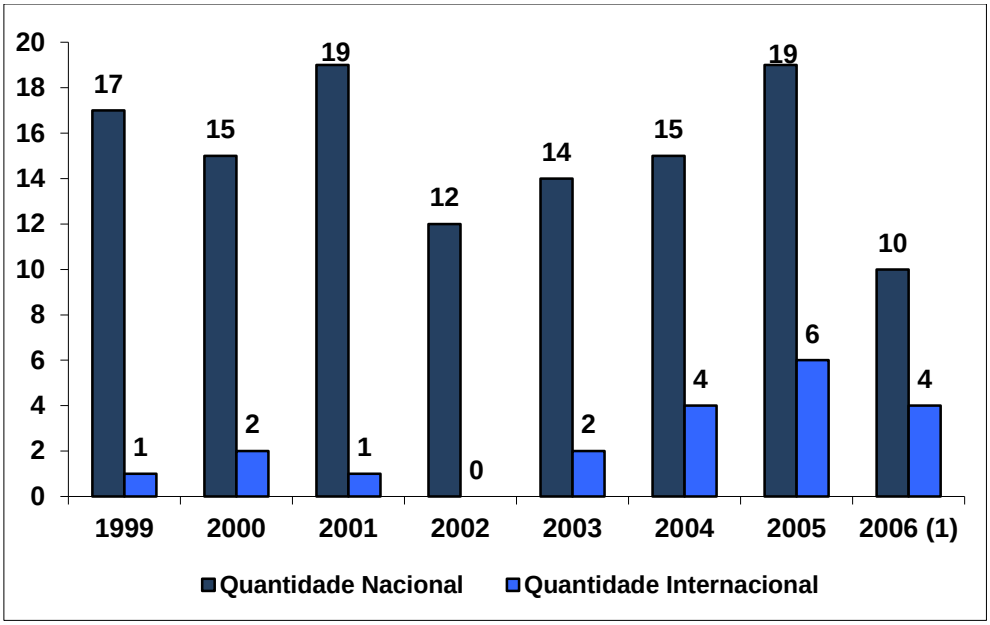


Figura 65 - Participação em feiras e eventos do Programa de Promoção e Apoio à Comercialização, da FUNDTUR, entre 1999 a 2006.
Fonte: MATO GROSSO DO SUL, 2010b.

[10]*Road Show* - caravana itinerante formada por empresários, gestores municipais de turismo, expressões da cultura regional - em cidades com efetivo potencial de emissores de turistas para o estado. É uma estratégia para apoiar a comercialização dos destinos, serviços e produtos turísticos por meio de apresentação individual do estado.

[11]*Famtour* - é um passeio de familiarização do turismo, no qual os organizadores convidam profissionais do setor de viagens para conhecer, opinar e divulgar um destino turístico.

[12]*Press Trip* - são ações com operadores, técnicos especializados e jornalistas nacionais e internacionais de turismo para promover *in loco* os produtos turísticos de Mato Grosso do Sul.

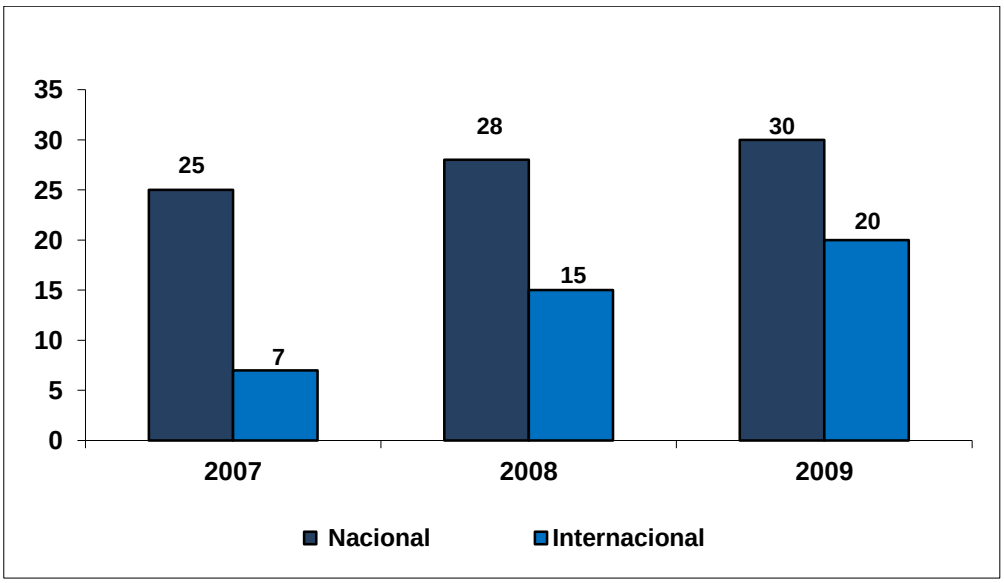


Figura 66 - Participação em feiras e eventos do Programa de Promoção e Apoio à Comercialização, da FUNDTUR, entre 2007 a 2009.
Fonte: MATO GROSSO DO SUL, 2010b.

Além de participar das feiras, a captação de eventos para Campo Grande, Corumbá, Dourados e Bonito é realizada pelo *Convention & Visitors Bureau,* através de convênio com o Governo do Estado.

Variáveis impactantes da qualidade da oferta

Visando a melhorar a qualidade da oferta turística do polo, principalmente em função do tipo de turismo com maior potencial de crescimento, é necessário considerar algumas variáveis essenciais em decorrência da condição atual e da potencial visitação na área em análise, conforme observado ao longo do presente diagnóstico, diagnosticado no Estudo de Competitividade, desenvolvido pela Fundação Getúlio Vargas, na condição de um dos 65 destinos indutores do desenvolvimento regional, selecionado pelo MTur (e ratificado na oficina de capacitação do Grupo de Gestão Turística de Bonito em novembro de 2009), e na análise da cadeia produtiva do turismo em Bonito, realizada pelo SEBRAE-MS, FAPEC, FCR (2006):

- A ausência de um monitoramento turístico sistêmico, sobretudo no que diz respeito à análise de mercado. Tal como, apontou-se como uma debilidade a ausência de um setor específico para o desenvolvimento de estudos e pesquisas turísticas específicas da região. Apesar de representativas ao polo, as pesquisas do MTur (como a Pesquisa de Hábitos de Consumo do Turismo Brasileiro, em 2009, amplamente utilizada no presente relatório para caracterização do perfil do turista atual e potencial), é preciso balizar o posicionamento do destino com uma constante e recente base de dados locais, que reflitam as consequências da gestão pública e privada do setor de turismo.
- A necessidade de adequação e capacitação técnica dos recursos humanos para atender adequadamente ao turista, conforme indicado na pesquisa aplicada com empreendimentos pela AGRICON Consultoria;
- A necessidade de fortalecimento de grupos, associações; resgatando artesanatos tradicionais e manifestações típicas culturais regionais;
- Estruturação das linhas de produtos potenciais do polo, para a diversificação do portfólio estratégico: histórico-cultural, turismo de base comunitário, eventos esportivos, geoturismo, entre outros.

O apoio às ações planejadas pelo comitê gestor do Geopark Bodoquena-Pantanal, criado pelo Decreto n. 12.897, de 22 de dezembro de 2009 – com expectativa de receber a chancela da UNESCO –, estruturará produtos em variadas linhas de turismo (ecoturismo, histórico-cultural, turismo em cavernas, turismo arqueológico e outros) abrindo novo nicho de mercado: comunidade científica mundial e a visitação turística com fins educacionais, científicos, culturais e conservacionistas:

Quadro 68 - Sítios geológicos e não-geológicos do Geopark Bodoquena-Pantanal, sob proteção no âmbito da legislação brasileira, localizados no Polo Serra da Bodoquena.

Sítio/ Referência	Localização (município)	Proteção/ Reconhecimento	Abrangência	Área	Obtenção
Parque Nacional da Serra da Bodoquena	Bodoquena, Bonito, Porto Murtinho e Jardim	Unidade de Conservação (categoria Parque, modalidade Proteção Integral)	Federal	76.481 hectares	21/9/2000
Grutas do Lago Azul e Nossa Senhora Aparecida	Bonito	Cavidade subterrânea – bem da União (Constituição Federal, artigo 20, inciso X); Tombamento pelo IPHAN no Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, Inscrição nº. 074; Monumento Natural (Unidade de Conservação) Estadual	Federal e Estadual	275 hectares	1º/11/1978 (Processo nº. 979-T-78); Decreto Estadual nº. 10.394 11/7/2001
Cemitério dos Heróis	Jardim	Em processo de tombamento pelo IPHAN	Federal	0,8646 hectare	-----
Gruta de São Miguel	Bonito	Cavidade subterrânea – bem da União (Constituição Federal, artigo 20, inciso X)	Federal	-----	1988
Abismo Anhumas	Bonito	Cavidade subterrânea – bem da União (Constituição Federal, artigo 20, inciso X)	Federal	-----	1988
Grutas do Mimoso	Bonito	Cavidade subterrânea – bem da União (Constituição Federal, artigo 20, inciso X)	Federal	-----	1988
Lagoa Misteriosa	Bonito	Cavidade subterrânea – bem da União (Constituição Federal, artigo 20, inciso X)	Federal	-----	1988
Monumento Natural do Rio Formoso (grutas e nascentes do Rio Formoso)	Bonito	Unidade de Conservação; Cavidade subterrânea – bem da União (Constituição Federal, artigo 20, inciso X)	Estadual e Federal	18 hectares	Decreto Estadual nº. 11.453 23/10/2003
RPPN São Geraldo (Nascentes do Sucuri)	Bonito	Patrimônio Natural	Estadual	642 hectares	3/12/2001 (CECA/MS nº. 03/1998)
RPPN Cabeceira do Prata (Recanto Ecológico do	Jardim	Reserva Particular do Patrimônio Natural	Estadual	302 hectares	3/12/2001 (CECA/MS nº. 01/1999)

Sítio/ Referência	Localização (município)	Proteção/ Reconhecimento	Abrangência	Área	Obtenção
rio da Prata)					
Buraco das Abelhas	Jardim	Cavidade subterrânea – bem da União (Constituição Federal, artigo 20, inciso X)	Federal	-----	1988
Gruta do Urubu Rei	Bodoquena	Cavidade subterrânea – bem da União (Constituição Federal, artigo 20, inciso X)	Federal	-----	1988
Nascentes e grutas Ceita Corê	Bonito	Cavidade subterrânea – bem da União (Constituição Federal, artigo 20, inciso X)	Federal	-----	1988
Buraco do Japonês ou dos fósseis	Jardim	Cavidade subterrânea – bem da União (Constituição Federal, artigo 20, inciso X) Patrimônio Cultural (Constituição Federal, artigos 215 e 216)	Federal	-----	1988
RPPN Buraco das Araras	Jardim	Reserva Particular do Patrimônio Natural; Cavidade subterrânea – bem da União (Constituição Federal, artigo 20, inciso X)	Estadual e Federal	29 hectares	Portaria n°. 31 11/4/2007; 1988

Fonte: IPHAN e FUNDTUR/MS (MATO GROSSO DO SUL 2010b)

Quadro 69 – Demais sítios, áreas e referências protegidas, reconhecidas e em reconhecimento no Geopark e em seu entorno, localizados no Polo Serra da Bodoquena.

SÍTIO/ REFERÊNCIA	LOCALIZAÇÃO	PROTEÇÃO/ RECONHECIMENTO	ABRANGÊNCIA	ÁREA	OBTENÇÃO
Parque Nacional da Serra da Bodoquena	Municípios de Bodoquena, Bonito, Porto Murtinho e Jardim	Área Núcleo da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica	Internacional	-----	1999
Tufas Calcárias da Serra da Bodoquena	Serra da Bodoquena	Sítio inscrito no SIGEP (Comissão Brasileira de Sítios Geológicos e Paleobiológicos)	Federal	-----	Sítio nº. 34
Gruta do Lago Azul	Município de Bonito	Sítio inscrito no SIGEP (Comissão Brasileira de Sítios Geológicos e Paleobiológicos)	Federal	-----	Sítio nº. 107
Geopark Bodoquena-Pantanal	13 municípios	Decreto Estadual nº. 12.897	Estadual	39.700 km²	22/12/2009

Fonte: IPHAN e FUNDTUR/MS (MATO GROSSO DO SUL 2010b)

O IPHAN/MS e a FUNDTUR, já vêm promovendo esforços com os municípios para a implementação de ações visando ao desenvolvimento de parte da área do Geopark, com a criação de um Roteiro Turístico Geocultural, em geossítios selecionados, capacitação dos guias de turismo já atuantes na região, visando a um público formado por estudantes e universitários; também a construção de Centro de Referência em Geohistória, em Bonito, como equipamento-chave para a articulação de ações, guarda de acervos geológicos e paleontológicos da região, e unidade de cursos, seminários e capacitações.

Para a região do polo selecionado, a criação do Geopark representa um valor imensurável, uma vez que chancela para a comunidade científica mundial os sítios geológicos protegidos, que estão na grade de produtos ofertados e comercializados no mercado turístico nacional e internacional.

Pesquisa primária aplicada com a comunidade

Como componente importante na oferta, a aceitação e o reconhecimento da atividade turística pela comunidade local, embora complexa, uma vez que cada indivíduo percebe o mundo qualitativo, efetivo e valorativamente, e a partir dessa percepção é que define seu modo de relação com a sociedade sobre determinado assunto, carregada de uma visão própria e individual formada a partir de variáveis como meio social, história de vida, nível de escolaridade, religião, atividade econômica dentre outras. Para a compreensão da inter-relação dessas comunidades com a atividade, foi aplicada a pesquisa primária no dias 3 e 4 de junho/2010 (ANEXO C), de onde se destacam as respostas que pontuam que as referidas comunidades reconhecem a presença efetiva da atividade turística:

- Em Bodoquena, para 59,5% dos entrevistados, a principal atividade econômica do município é a extração; 32,9%, a agropecuária e o comércio e turismo, 3,8% cada; para o residente em Bonito, o turismo é a principal atividade econômica (80,4%); seguido da agropecuária (15,6%); comércio (3,4%) e extração (0,6%); em Jardim, para 57,5% dos entrevistados é o comércio; 36,8%, a agropecuária; 5,7% o turismo.

- Indagado se o município é uma cidade turística, afirmaram “sim”: 74,7% dos entrevistados em Bodoquena; 80,4% dos entrevistados em Bonito, e 59,3% dos entrevistados em Jardim.

-Com relação a ter visitado os principais atrativos turísticos do seu município, disseram “sim”: em Bodoquena, 65,3%; em Bonito, 79,7%, e em Jardim, 82,7%.

- Indagado se o turismo melhorou a qualidade de vida no município: a resposta foi positiva por 95% dos entrevistados em Bodoquena; 98,9% dos entrevistados em Bonito, e 99% dos entrevistados em Jardim.

Elasticidade da oferta

Complementando a análise da oferta turística, calculou-se a elasticidade preço da oferta para indicar a sensibilidade dos empresários em relação ao preço.

Para o cálculo de elasticidades, foram utilizadas informações da pesquisa de campo, referentes a preços e capacidade média dos hotéis e atrativos pesquisados em Bonito, de 2010, e previsões de preços e capacidade em 2015, feitas pelos próprios empresários.

A elasticidade preço da oferta (EPO) foi calculada segundo a metodologia de elasticidade no ponto (PYNDICK, 2002), conforme abaixo apresentado:

Quadro 70 – Elasticidade, preço da oferta.

Segmento	EPO	Tipo
Atrativos	0,04	Inelástico
Hotéis	0,22	Inelástico

Fonte: Elaborado a partir dos dados fornecidos pelos empreendimentos em pesquisa aplicada e pela FUNDTUR.

Em ambos os casos, foi detectada uma oferta inelástica para os atrativos e hotéis pesquisados em Bonito, ou seja, aumentos de preços não geram aumentos, na mesma proporção, na oferta de produtos, decorrentes da capacidade dos segmentos estudados.

Teoricamente, quando o preço aumenta, os empresários aumentam a oferta de seus produtos em resposta. No entanto, salienta-se que os atrativos locais possuem algumas particularidades que diretamente influem na elasticidade: (1) a primeira é a capacidade de carga, assim, por maior que seja o aumento de preços, a resposta do empresário, em termos de oferta do produto, fica limitada a sua capacidade de carga; (2) a singularidade dos atrativos, por exemplo, a Gruta do Lago Azul é única, aumentando o preço do passeio não há como aumentar o número de grutas do Lago Azul a serem visitadas.

4.2. INFRAESTRUTURA BÁSICA E SERVIÇOS GERAIS

Há uma relação direta entre desenvolvimento turístico e urbanismo no Polo Serra da Bodoquena, onde o turismo é um setor econômico consolidado no município de Bonito e em estruturação nos outros municípios da Serra, no qual Bodoquena é o que necessita de maiores investimentos.

No período entre a elaboração do PDITS/2004, e a presente readequação, ocorreu o desenvolvimento expressivo da infraestrutura e dos serviços básicos, como a implantação do aeroporto do município de Bonito, melhorias na gestão de resíduos sólidos, ampliação da rede de esgoto, entre outros.

Em 2005, com a implantação do aterro controlado no município de Bonito, os resíduos sólidos deixaram de ser depositados em um “lixão”. Também foi criada da Unidade de Processamento de Lixo, onde é feito o manejo do material reciclável, envolvendo grupos da comunidade. Em Bodoquena, também houve uma melhora na disposição final dos resíduos sólidos, que será mais bem explicitado nos itens a seguir.

Em 2007, entrou em operação a nova ETE, também em Bonito; concluiu-se a rede de coleta com 100% de cobertura. Esses valores são referências estadual e nacional.

Em pesquisa desenvolvida pela Agricon, e aplicada nos três municípios do polo, no dias 3 e 4 de junho de 2010 (ANEXO C), com a comunidade nos três municípios integrantes do polo, a comunidade de Bonito sinaliza a existência de uma melhor infraestrutura e serviços públicos da região por causa do turismo, 31,7% de resposta positiva.

Ainda conforme a pesquisa (ANEXO C), a população de Bonito mostra-se mais bem atendida em relação aos serviços de esgotamento sanitário, abastecimento d’água, coleta de resíduo sólido e fornecimento de energia. Em contrapartida, a comunidade de Jardim mostrou-se mais insatisfeita em relação a esses serviços, o que pode estar relacionado à menor importância do turismo na economia do município, ao maior número de sua população e aos menores investimentos em serviço público, se comparado aos outros municípios do polo, conforme detalhado adiante.

4.2.1. Rede viária de acesso

Tal como indicado anteriormente na análise da demanda, a principal via de acesso ao polo é pela rede rodoviária (utilizando carros, ônibus e vans), seguida pelo acesso aéreo, por meio do Aeroporto Municipal de Bonito. O acesso férreo encontra-se em estágio embrionário, e sendo que não há via férrea que alcance a área territorial do Polo Serra da Bodoquena. O turista atualmente utiliza o acesso férreo até o município mais próximo do polo, Miranda, e complementando o percurso pela via rodoviária.

4.2.1.1. Acesso rodoviário

O turista que acessa o Estado de Mato Grosso do Sul via terrestre, ou via aérea, pelo Aereporto Internacional de Campo Grande, na capital do estado, tem como principais meios de locomoção para o Polo Serra da Bodoquena o automóvel, vans fretadas ou ônibus de transporte de passageiros.

Quanto aos horários de ônibus, de Campo Grande a Bodoquena, e vice-versa, tem ônibus regularmente de quatro em quatro horas, de segunda-feira a segunda-feira, iniciando-se às 6 horas.

De Campo Grande a Bonito, passando por Jardim, e vice-versa, os horários são mais frequentes, de duas em duas horas, também de segunda-feira a segunda-feira, iniciando-se às 5 horas.

O acesso rodoviário é realizado pelas principais rodovias federais que ligam o estado às demais unidades da federação, e por rodovias estaduais específicas, que ligam a capital, Campo Grande, às regiões turísticas.

Mato Grosso do Sul é um estado que possui fronteiras com a República da Bolívia e a República do Paraguai, e limites políticos com Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais, São Paulo e Paraná.

Importantes vias de ligação terrestre conduzem os turistas de Campo Grande às localidades do polo turístico, conforme será mais bem exposto na Análise da Infraestrutura Básica e Serviços Gerais, que compõe o Diagnóstico da Área Turística. Essas vias são, na maioria, pavimentadas, destacando-se que a MS-178, que liga Bonito a Bodoquena, única rodovia estadual do polo não pavimentada, encontra-se atualmente sob obras de pavimentação, com recursos do Ministério do Turismo e contrapartida do Governo do Estado de MS. As demais rodovias federais de acesso ao polo estão em ótimas condições de trânsito, visto que todas passaram recentemetne por melhorias.

A seguir, encontram-se as principais vias de acesso terrestre ao Estado de Mato Grosso do Sul, tomando-se a capital, Campo Grande, como referência:

Quadro 71 – Principais acessos terrestres a Mato Groso do Sul (Campo Grande/MS).

Origem	Município de Acesso	Via de Acesso
Mato Grosso	Sonora	**BR-163**
Mato Grosso e Goiás	Fazenda Baús	BR-359
Goiás	Chapadão do Sul	**BR-060**
Goiás e Minas Gerais	Cassilândia	BR 306/158
São Paulo	Paranaíba	BR-497e MS-240
São Paulo	Três Lagoas	**BR-262**
São Paulo	Bataguassu	**BR-267**
Paraná	Mundo Novo	**BR-163**
Paraguai	Sete Quedas	MS-160
Paraguai	Paranhos	MS-295
Paraguai	Coronel Sapucaia	MS-289
Paraguai	Aral Moreira	MS-286
Paraguai	Ponta Porã	BR-463
Paraguai	Bela Vista	**BR-060**
Paraguai	Porto Murtinho	**BR-267**
Bolívia	Corumbá	**BR-262**

Fonte: FUNDTUR/MS (MATO GROSSO DO SUL, 2010b)

O acesso às potencialidades turísticas e aos atrativos via terrestre é realizado pelas principais rodovias BR, que ligam o estado às demais unidades da federação, e por rodovias

MSs, específicas, que ligam a capital, Campo Grande, às regiões turísticas e interligam os municípios aos atrativos.

Importantes vias de ligação terrestre conduzem os turistas de Campo Grande às localidades do Polo Serra da Bodoquena pelas rodovias BR:163, 060, 262, 267, 419, e as interligações com as rodovias MS: 345, 339, 178, 382, 455 (figura a seguir).

Figura 67 – Rodovias federais e estaduais que interligam os municípios do Polo Serra da Bodoquena.
Fonte: SEMAC/SUPLAN/CPPPM (MATO GROSSO DO SUL, 2010c)

A BR-163/MS, liga Mato Grosso com os estados do Sul, entrando por Mundo Novo e cortando todo o Estado de Mato Grosso do Sul, passando por Campo Grande. Assim como a BR-060, que liga Goiás a Campo Grande, e esta a Porto Murtinho.

A BR-262, é a via de acesso de quem chega pelo estado de São Paulo, passa pela capital do estado e vai a Corumbá.

Deixando de transitar pela BR-060 (Campo Grande/ Sidrolândia), e chegando a Guia Lopes da Laguna, distante 5 km de Jardim, a opção é trafegar 64 km pela MS-382, até Bonito, por ser uma estrada pavimentada.

Outra opção é percorrer 53 km pela BR-267 (Jardim-Porto Murtinho), rodovia federal pavimentada e com boas condições de tráfego, e seguir pela MS-178, por cerca de 37 km de rodovia não pavimentada, em grande parte, até Bonito. Cabe destacar que, nesse trecho da MS-178 há pavimentação implantada em 7 km, a partir da BR-267, sentido Bonito, e em 13 km, a partir de Bonito, sentido BR-267, atendendo a necessidade de acesso asfaltado ao aeroporto do município de Bonito.

A finalização da pavimentação da MS-178, incluindo o trecho supracitado, será uma alternativa mais rápida de deslocamento para os atrativos turísticos e para o aeroporto local.

O município de Bodoquena é alcançado percorrendo-se 70 km pela MS-178. Assim, Bodoquena está em média distante 253 km da capital. Para acesso rodoviário partindo de Campo Grande, é necessário percorrer 268 km de estradas. De Campo Grande a Bonito,

distante 297 km da capital, são percorridos cerca de 258 km de estradas, e de Campo Grande a Jardim, 235 km de estradas para acesso rodoviário, sendo o município distante 238 km da capital (SEMAC – MATO GROSSO DO SUL, 2010c).

Foi elaborado o quadro a seguir com base nos dados disponibilizados pelo DNIT, e em verificações *in loco*, quando da visita técnica da AGRICON Consultoria ao Polo Serra da Bodoquena, buscando conhecer as rodovias de acesso e suas condições atuais. Campo Grande foi o local de partida, utilizando a BR-262, e retornando pela BR-060, percorrendo, assim, um possível roteiro para o turista. Essas duas rodovias são as principais vias de acesso à região, e onde a maioria dos roteiros turísticos está estruturada.

A análise da rede rodoviária apresentada foi ponderada sobre a qualidade das vias, condições de trafegabilidade associada a uma sinalização eficiente, volume de tráfego, crescimento do transporte e condições adversas encontradas ao longo das vias. Pois o desenvolvimento dos atrativos e, por conseqüência, do turismo, fica condicionado às vias de acesso que propiciem segurança e conforto ao turista durante seu deslocamento, além do suporte das sedes dos municípios a eles vinculados. O DNIT e a 19ª Unidade de Transporte Terrestre (MS), disponibilizam em seu *site* as condições das principais rodovias federais e suas interseções com as rodovias estaduais. Portanto, o turista pode consultá-lo antes de viajar a determinadas localidades.

Quadro 72- Análise da infraestrutura rodoviária de acesso ao Polo Serra da Bodoquena.

Município	Rodovia	Condições de tráfego			Vias de acesso aos atrativos			Sinalização			Posto fiscal		Condições adversas
		bom	ruim	regular	ruim	bom	regular	ruim	boa	deficiente	sim	não	
Terenos	BR-262	X							X		X		Ocorrência de animais silvestres na pista.
Dois Irmãos do Buriti	BR-262	X							X				Ocorrência de animais silvestres na pista.
	MS-162			X						X		X	Rodovia sem acostamento.
Miranda	BR-262	X							X		X		Trecho sem acostamento, com a ocorrência de animais silvestres na pista.
Bodoquena	BR-262	X							X				Deficiência nas rótulas de acesso aos municípios.
	MS-339	X					X			X		X	
Bonito	MS-178			X			X			X		X	Implantação asfáltica, tráfego pelo caminho de serviço.
Jardim	MS-178			X			X			X		X	Estrada de terra com manutenção periódica – trecho em estudo para implantação asfática.
	BR-267	X				X				X	X		Rodovia sem acostamento. Ocorrência de animais silvestres na pista.
Guia Lopes da Laguna	BR-267	X							X		X		Duplicação na travessia do município. Vias de acesso lateral pavimentadas.
	BR-060	X					X		X				Trecho sem acostamento, com a ocorrência de animais silvestres na pista.
	BR-419			X			X			X		X	Rodovia sem acostamento, ocorrência de animais silvestres na pista.
Nioaque	BR-419			X			X			X		X	Deficiência nas rótulas de acesso e saída do município.
	BR-060	X					X		X			X	Trecho sem acostamento.
Sidrolândia	BR-060	X					X		X		X		Trecho em obra de restauração na pista e acostamento. Alguns segmento sem sinalização horizontal.

Fonte: Adaptado do BRASIL, 2009

Entre as ações previstas quando da elaboração do PDITS/2004, dentro das questões viárias, destaca-se a implementação asfáltica da rodovia MS-178, que atualmente encontra-se em fase de terraplenagem, e o tráfego do usuário é realizado pelos caminhos de serviço. (Fotos 50 e 51).

Foto 50 – Vista parcial MS-178, trafego de veículos pelo caminho de serviço, em 2 de junho de 2010.
Fonte: AGRICON Consultoria.

Foto 51 - Vista parcial dos serviços de terraplenagem na MS-178, em 2 de junho de 2010.
Fonte: AGRICON Consultoria.

Abaixo, segue o detalhamento das estradas de acesso à região, destacando-se a MS-178 e MS-339. Importante eixo de distribuição do turismo, propiciando ao Polo Serra da Bodoquena a conectividade com roteiros para o Pantanal e o “Trem do Pantanal”.

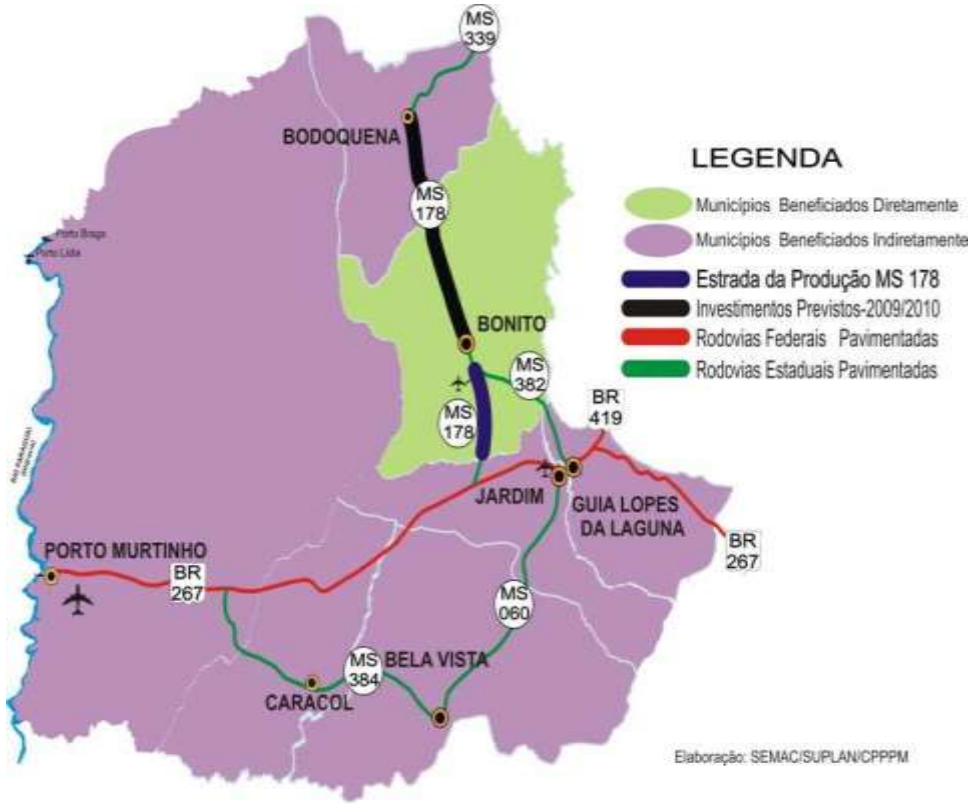


Figura 68 – Estradas de acesso ao Polo Serra da Bodoquena.
Fonte: SEMAC/SUPLAN/CPPPM

A duplicação da rodovia BR-267/MS, na travessia urbana de Guia Lopes da Laguna, está em fase de instalação e é uma dos principais acessos para quem sai de Campo Grande com destino aos atrativos do Polo Serra da Bodoquena. O investimento é do governo federal, e contempla uma extensão de 14,500 km (Foto 52).

As rodovias pavimentadas que dão acesso aos municípios do polo, com exceção da rodovia BR-267, continuam sem acostamento e com apenas terceiras faixas em locais de aclive. Porém, a própria BR- 267, que interliga o município de Jardim e Porto Murtinho, trafegando até o acesso aos atrativos, Balneário Municipal e Buraco das Araras, apresenta vários pontos em que ocorreu deformação na plasticidade da pavimentação, formando sulcos longitudinais e pontos onde é possível visualizar a restauração de parte da pista (Foto 53).

Foto 52 - Detalhes da pista com defeito na BR-267 (Jardim-Porto Murtinho), em 3 de junho de 2010.
Fonte: AGRICON Consultoria.

Foto 53 - Vista parcial da rodovia BR-267/MS; duplicação da travessia urbana de Guia Lopes da Laguna, em 3 de junho de 2010.
Fonte: AGRICON Consultoria.

As rotatórias de acesso aos municípios possuem uma sinalização deficitária. A colocação das placas indicativas confunde os usuários das vias nesses locais. Exemplos: a saída de Bodoquena para Bonito leva o usuário da via a um acesso particular. Outro exemplo é a saída de Nioaque, a rotatória que interliga a MS- 419 com a BR-060 e BR-267, para quem se dirige a Anastácio, Nova Alvorada do Sul ou Sidrolândia.

Os indicadores de tráfego, tais como a contagem de tráfego nas principais rodovias, são de responsabilidade do DNIT, e nas rodovias federais, que dão acesso ao Polo Serra da Bodoquena, os postos existentes não possuem essa estatística (volume diário e contagem classificatória) por estarem desativados os equipamentos para tal finalidade, segundo informações do próprio órgão.

Em Jardim, os principais atrativos são acessados pela BR-267, pavimentada e sinalizada. Nesse mesmo município, existem ainda algumas vicinais, que dão acesso a atrativos, e são objeto de licitação pelo PRODETUR, para sua melhoria. Estão previstas adequações para atendimento às novas condições de tráfego, adequação de interseções, envolvendo pequenas alterações geométricas em planta e perfil, deslocamento limitados do eixo, alterações no greide, adequação de seção transversal, correções dos passivos ambientais identificados, dentre outras, sem que ocorram mudanças fundamentais dos corredores.

Quanto aos acessos às potencialidades do município de Bodoquena e Bonito, são realizados em vias de leito natural e as prefeituras procuram manter em condições de trafegabilidade durante todo o ano.

Em Bonito, a Rodovia do Turismo é o principal acesso aos produtos turísticos, que a Secretaria de Obras mantém em constante manutenção, principalmente quando antecede a feriados prolongados e alta temporada. Ela apresenta boas condições de tráfego, não apresenta processos erosivos e não existem ocupações irregulares ao longo de seu percurso. As outras vicinais, que dão acesso a produtos/atrativos, recebem manutenção constante e não apresentam processos erosivos nem problemas de drenagem, embora seja recomendada a elaboração de estudo e projeto de engenharia que faça as possíveis

melhorias dentro das normas técnicas exigidas, considerando o crescente fluxo de turistas nessas vias.

Ressalta-se que a estradas vicinais de Bonito e Bodoquena necessitam de um levantamento mais detalhado, para que haja melhoria das condições de acesso, com implantação de drenagem, proteção do corpo estradal, embora elas não apresentem processos erosivos significativos, e sinalização, entre outras ações, que devem ser objeto de estudo e projeto de engenharia.

O acesso ao Hotel-fazenda Betione, em Bodoquena, é feito por meio de estrada vicinal, com boa conservação e manutenção periódica realizada pela prefeitura. O Boca da Onça é acessado pela MS-178, que está sendo pavimentada, e os acessos aos balneários necessitam de manutenção com maior periodicidade e melhoria de drenagem.

O levantamento das principais estradas vicinais de acesso ao turismo, elaborado pelo PRODETUR, constatou a deficiência nas sinalizações rodoviária e turística, principalmente no município de Bodoquena, traçados sinuosos, pontes sem proteção lateral. A maioria das estradas não tem faixa de domínio, mantendo o traçado original, pois algumas funcionavam como estradas boiadeiras, conforme indica o PDITS/2004, e mantêm-se sem alterações atualmente. As condições de drenagem são regulares, mas deveriam ser tomadas medidas mais contundentes na prevenção e no combate a princípios erosivos.

Nas rodovias e pontes estaduais, a manutenção é de responsabilidade da Agência Estadual de Gestão e Empreendimentos (AGESUL). O Polo Serra da Bodoquena conta com os serviços da 4ª Residência Regional, com sede no município de Miranda, e 12ª Residência Regional, com sede em Jardim.

Na análise de infraestrutura do PDITS/2004, verificou-se que os níveis de segurança, nas rodovias que circundam as cidades de Miranda, Bodoquena e Nioaque, ou que atravessam as de Sidrolândia, Guia Lopes da Laguna, Jardim e Bonito, eram deficientes e encontram-se atualmente em melhores condições, mas ainda necessitando de investimentos pela administração pública (federal e estadual), para propiciar mais segurança aos turistas e aos habitantes das localidades, sendo os seguintes: sinalização indicativa de passagem de pedestre, redutores de velocidade, passarelas, faixas e outros.

Uma importante ação para propiciar mais segurança para a população local e para os turistas da região do polo seria a construção de um minianel no entorno de Bonito, retirando o tráfego pesado do centro urbano, pois, com a pavimentação da MS-178, esse município pode ter aumentado o fluxo de caminhões para transporte de cargas somado ao fluxo turístico.

É pertinente que a pavimentação da MS-178, no trecho entre Bonito e Bodoquena, também se estenda ao trecho Jardim-Bonito, onde se localiza o Aeroporto Municipal de Bonito, situado a 13 km do centro do município. Da mesma maneira, é estratégico, por causa da localização do aeroporto, que esse trecho da MS-178 (entre Bonito e Jardim) seja ligado ao minianel rodoviário supracitado.

4.2.1.2. Acesso aéreo

Os principais aeroportos do país e do mundo estão conectados com São Paulo e deste diretamente com Campo Grande, demonstrando a localização estratégica em relação aos grandes centros consumidores do País.

Figura 69 – Mapa demonstrativo de conexão aérea
Fonte: FUNDTUR/MS – MATO GROSSO DO SUL, 2010b

O mapa acima demonstra que o Brasil recebe voos provenientes de vários outros países, diretamente nos aeroportos de São Paulo e, de lá, emitem para vários estados brasileiros, e dentre eles, a capital do Estado de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, possibilitando conexão para os passageiros desembarcados para os destinos turísticos da região.

O aeroporto de Campo Grande foi ampliado de 5.000 m² para 6.082 m², com a criação da ala internacional. Possui duas pistas homologadas para pouso/decolagem, sendo que a pista principal possui dimensões de 2.600 m de comprimento, por 45 m de largura, e direção 6/24; a outra, classificada como secundária, possui dimensões de 2.500 m de comprimento, por 23 m de largura.

As principais companhias aéreas que atuam no aeroporto de Campo Grande/MS-2010 são: GOL, OCEANAIR, TAM, TRIP e AZUL.

Quadro 73 - Principais conexões de voos para Campo Grande/MS – Fevereiro 2010.

Partida	Conexão	Chegada
Belo Horizonte/MG	Dourados/MS	CAMPO GRANDE/MS
Brasília/DF		
Campinas/SP		
Congonhas/SP		
Cuiabá/MT		
Curitiba/PR		
Guarulhos/SP		
Porto Alegre		
Rio de Janeiro/RJ		
São Paulo/SP		
Viro Viro/Bolívia		

FUNDTUR/MS – MATO GROSSO DO SUL, 2010b

O aeroporto de Bonito fica localizado na rodovia MS-178, a 13 km do centro de Bonito, distante 285 km de Campo Grande-MS, 1.170 km de São Paulo, 1.278 km de Brasília, 1.600 km do Rio de Janeiro e 1.050 km de Curitiba, distâncias consideradas médias, possibilitando tarifas acessíveis ao turista.

O movimento operacional de 2009, o mais recente divulgado atualmente, indica, com base nas estatísticas da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), que desembarcaram 1.072 passageiros e embarcaram 702 passageiros no Aeroporto de Bonito. Esse tráfego de passageiros é 101% maior que o registrado em 2004, quando as estatísticas do aeroporto começaram a ser analisadas pela ANAC. Estima-se que, com a inauguração do terminal de passageiros, em 24 de maio de 2010, pela empresa Dix Empreendimentos, responsável pela administração do complexo aeroportuário de Bonito (MS), possibilitando a operação de voos regulares feitos por aeronaves de pequeno, médio e grande porte, os embarques e desembarques sejam potencialmente ampliados.

A Dix Empreendimentos detém a concessão do aeroporto de Bonito por treze anos, e investiu R$ 3,5 milhões na construção do terminal de passageiros, incluindo a instalação de sistemas meteorológicos, de comunicação e de uma estação de tráfego aéreo. O aeroporto possui uma pista de dois mil metros, com 30 de largura, para aeronaves de grande porte, e terminal de passageiros, para 240 mil passageiros/ano.

Atualmente, uma empresa aérea realiza voos de Campo Grande para Bonito (TRIP), com duração de aproximadamente trinta e cinco minutos, prestando esse serviço em dois dias da semana. O Aeroporto está equipado adequadamente para receber mais voos, tal como os de outra grande empresa aérea (TAM), hoje em negociação com os responsáveis pelo aeroporto e Prefeitura Municipal de Bonito, segundo informações da empresa.

O turista que embarca no aeroporto de Belo Horizonte e faz a conexão em Dourados, MS, está próximo de seu roteiro, trafegando pela BR-267/MS até Jardim, que é um dos locais inseridos neste roteiro. O Aeroporto Regional de Dourados está localizado a 14 km do centro de Dourados.

É o segundo aeroporto do estado em importância, junto com o aeroporto de Corumbá. A classificação do aeroporto é de 2ª categoria e opera voos regionais, nacionais e internacionais, e dispõe de todos os serviços essenciais a essa classificação. Possui uma pista homologada para pouso-decolagem com dimensões de 1.960 m de comprimento, por 30 m de largura e direção 06/24.

Possui capacidade para receber aviões de médio porte e atualmente as aeronaves ATR72-500, com capacidade para 68 passageiros, fazem pousos e decolagens duas vezes por dia, pela TRIP linhas aéreas.

O terminal oferece certo conforto para o visitante e a pista está equipada com sistema de balizamento, permitindo operações noturnas em casos de emergência. Sua principal conectividade é com Belo Horizonte/MG, Campo Grande/MS, Curitiba e Cascavel, no Paraná. Encontra-se a uma distância de 250 km de Bonito, e 198 km de Campo Grande.

O Aeroporto Internacional de Corumbá é a opção do turista estrangeiro que escolhe entrar pela República do Paraguai ou Bolívia. Situado na cidade de Corumbá, em MS, em um terreno de 290 hectares e na altitude de 140 metros do nível do mar, ele foi um dos primeiros a serem construídos no interior do Brasil e o primeiro em Mato Grosso (antes da divisão política). É o segundo aeroporto mais importante de Mato Grosso do Sul, com o aeroporto de Dourados, e só está atrás do Aeroporto Internacional de Campo Grande.

A classificação do aeroporto é de segunda categoria e opera voos regionais, nacionais e internacionais, além de dispor de todos os serviços essenciais a essa classificação. Conta com uma pista de asfalto que mede 1.500 metros, por 45 metros de largura, sendo uma de suas cabeceiras reforçada com concreto na extensão de 60 metros.

Tem capacidade para receber aviões de médio porte, como Boeings 737 e *fokkers* 100. Está a apenas três quilômetros do centro da cidade. Em 1999, o aeroporto foi ampliado: o terminal de passageiros passou de 1.600 m² para 2.400 m², e a pista passou para 2.000 metros, por 45 metros de largura e, em 2007, recebeu nova ampliação.

Atualmente dispõe de um único voo, um pouso e decolagem por dia, operado por duas empresas aéreas (TRIP e TAM consorciadas), e duas empresas de taxi-aéreo: a MS Taxi Aéreo, com capacidade para cinco pessoas, e a Gensa Taxi Aéreo, com capacidade para 18 pessoas, ambas as empresas com escritório para contato apenas em Campo Grande, e seus voos têm saída de Campo Grande, às 11h20min e retorno as 14h30min. Em 2008, operou com 29.408 passageiros, sendo 28.943 de vôos domésticos, 465, internacionais e 2.613 aeronaves, sendo 2.429 domésticas e 184 internacionais.

Reinaugurado em dezembro de 2009, após ampla reforma, o aeródromo de Porto Murtinho vem somar às opções de transporte do município, que já conta com rodovia asfaltada (BR-267) e a hidrovia, pelo rio Paraguai.

Conta com pista de 1.600 metros de comprimento, por 30 metros de largura, dotada de moderna sinalização, balizamento noturno para pouso, decolagem, prevenção contra incêndio, áreas de taxiamento, estacionamento para aviões; sessenta metros de pistas de escapes nas duas laterais e mais 100 metros de escape em cada ponta, além de completa estrutura de comunicações e apoio logístico-operacional para facilitar os contatos e manobras dos pilotos. Sua capacidade é para receber aeronaves de médio porte.

4.2.1.3. Acesso ferroviário

A mais nova opção de acesso ao Polo Serra da Bodoquena é realizar o passeio Trem do Pantanal, utilizando a via férrea até o município de Miranda e acessando o Polo Serra da Bodoquena pela rodovia MS-339, pavimentada, que interliga a área turística em questão a Miranda.

Foto 54 – Vista lateral do Trem do Pantanal, em 2010.
Fonte: Serra Verde Express, 2010

O retorno do Pantanal Express resgatou parte da história do estado, e da memória do povo sul-mato-grosense, principalmente das comunidades situadas ao longo da via férrea, que há anos aguardavam a volta do trem.

O Pantanal Express percorre 220 km, partindo de Campo Grande rumo à cidade de Miranda, destino final do trajeto. São aproximadamente 10 horas viajando, partindo da histórica Estação Indubrasil, passando pelos distritos de Palmeiras (Dois Irmãos do Buriti) e de Piraputanga (Aquidauana), pela Serra de Maracaju, sobre o rio Aquidauana, pela estação de Taunay (a qual faz referência ao epopeico episódio da Retirada da Laguna), chegando a Miranda. Normalmente, as agências já esperam os turistas na estação ferroviária, para, daí, seguirem seus destinos, podendo ser o Pantanal Sul ou Serra da Bodoquena.

Aquele que escolheu como destino a Serra da Bodoquena iniciará o seu trajeto pelo município de Bodoquena, podendo realizar os passeios locais e pernoitar, ou seguir adiante, para Bonito. A pavimentação da rodovia MS-178, ligando a região da Serra da Bodoquena ao Pantanal, acaba com o ponto de estrangulamento que existia na interligação das três regiões turísticas, que compõem a Rota Pantanal-Bonito, facilitando a interlocução entre os dois polos. O PRODETUR-MS está estudando a possibilidade de o referido trecho da estrada ser transformado em estrada turística, dotando-a de atratividades: portais de acesso, mirantes, serviços de informações, sinalização interpretativa e padronização dos acessos aos empreendimentos ao longo do trecho, transformando essa rodovia em produto turístico, o que deve agregar um valor maior à região.

Conforme dados da empresa Serra Verde Express, responsável pelo Trem do Pantanal, em seu primeiro ano de comercialização, mais de 4,5 mil passageiros utilizaram o trem. Esse valor é considerado tímido em detrimento do potencial, visto que o Trem do Pantanal permeia pelos três principais destinos turísticos do estado (Bonito, Corumbá e Campo Grande). No entanto, ainda é um produto em maturação, o qual demanda divulgação

intensiva, estruturação e, ao turista específico do Polo Serra da Bodoquena, é necessária a finalização da pavimentação da MS-178, para ampliar o acesso ao polo por essa via.

Assim, percebe-se o avanço ocorrido na rede de acesso ao Polo Serra da Bodoquena, sobretudo entre 2004 e 2010, comparado aos períodos em que foi elaborado e readequado o PDITS Serra da Bodoquena. Provavelmente, apesar de não haver estudos e indicativos de controle e monitoramento, pode-se presumir que o aumento no fluxo de turista ocorrido e o planejado são viabilizados por essa rede de acesso mais bem estruturada, apesar de ainda serem necessários ajustes nas três vias de acesso aqui analisadas.

4.2.2. Sistema de abastecimento de água

O abastecimento de água, responsabilidade da SANESUL, atende grande parte da população urbana do polo, acima de 97%, sendo o restante abastecido por poços artesianos; portanto, 100% da população dos três municípios tem acesso à água tratada e/ou de boa qualidade, conforme informações da própria concessionária.

Quadro 74 – Sistema de abastecimento de água do Polo Serra da Bodoquena, em 2009.

Descrição	Município			
	Bodoquena	Bonito	Jardim	Total
População	7.986	19.598	24.363	51.947
Número de ligações reais	2.343	5.555	7.751	15.649
Número de economias reais	2.044	5.352	7.553	14.949
Extensão da rede (m)	34.535,00	84.213,00	160.315,00	279.063
Volume produzido por ano(m^3)	387.845	1.314.353	1.308.381	3.010.579
Volume consumido por ano(m^3)	245.266	709.629	1.035.298	1.990.193
Volume faturado por ano(m^3)	314.535	875.166	1.252.595	2.442.296
Volume tratado por ano(m^3)	387.845	1.314.353	1.308.381	3.010.579

Fonte: SEMAC/ BDE (MATO GROSSO DO SUL, 2010c).

Questionada a comunidade local, via pesquisa aplicada, ANEXO C, se sua residência era atendida pelo serviço público de abastecimento de água, afirmaram que sim 98,65% da amostra de Bodoquena, 99,4% de Bonito, e 99,5% de Jardim. Fato que reafirma o alto índice da população atendida e baixíssimo índice de áreas urbanas carentes de atendimento.

Complementando, também foi perguntada a frequência com que ocorrem falhas no abastecimento de água, e 50,4% dos entrevistados no polo responderam que raramente, o que indica a qualidade do serviço.

Tomando-se como indicador para a análise, a extensão da rede de abastecimento verifica-se que, entre 2004 e 2009, período entre a elaboração e presente readequação do PDITS Serra da Bodoquena, houve um aumento significativo desse abastecimento, sobretudo, no município de Bonito, onde a extensão da rede de abastecimento cresceu 10,50%, entre 2004 e 2009, enquanto o crescimento na rede de Bodoquena foi de 9,75%, e 3,66%, em Jardim, conforme quadro e figura abaixo.

Quadro 75 – Evolução da rede de abastecimento de água por município do Polo Serra da Bodoquena, entre 2004 e 2009.

Município	Extensão da Rede (metros)					
	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Jardim	154.648	154.252	154.252	156.890	156.890	160.315
Bonito	76.210	76.899	77.043	80.095	82.611	84.213
Bodoquena	31.295	31.295	32.295	31.403	34.445	34.345

Fonte: SEMAC/ BDE (MATO GROSSO DO SUL, 2010c).

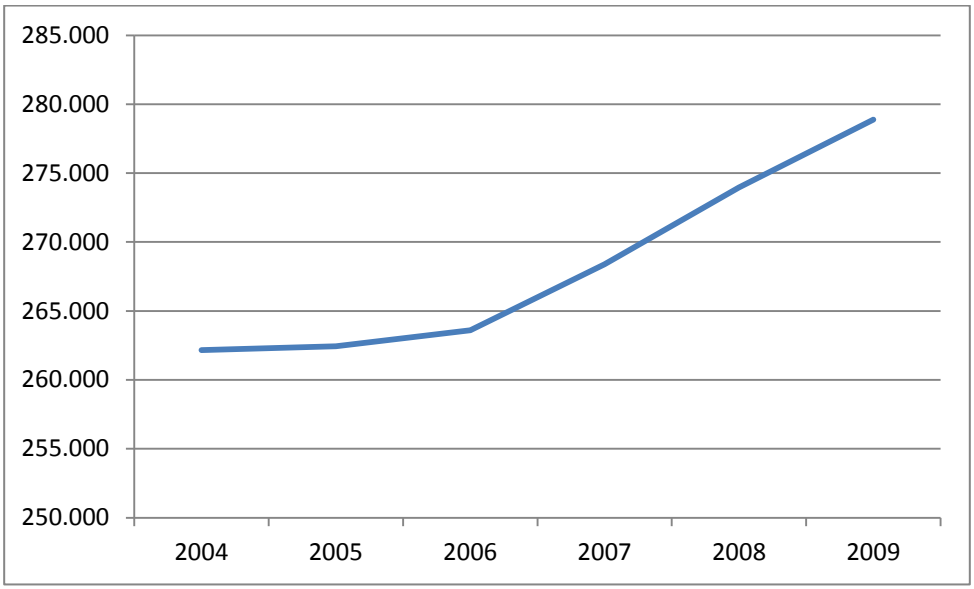


Figura 70 – Evolução da rede de abastecimento de água no Polo Serra da Bodoquena, entre 2004 e 2009.
Fonte: SEMAC/BDE (MATO GROSSO DO SUL, 2010c).

O município de Jardim tem seu abastecimento de água realizado pela empresa SANESUL, que atende a quase totalidade da população urbana, onde um sistema de reservação elevado e dois reservatórios apoiados atendem a rede de distribuição, e a captação é superficial, no rio Miranda, na área rural próximo a chácaras e fazenda. A evolução da demanda e o atendimento da população, inclusive a flutuante, está demonstrada no ANEXO D (quadro da evolução da demanda no município de Jardim), da qual se pode concluir que a concessionária vem estendendo a cobertura do sistema à medida do crescimento da demanda, inclusive com redução de perdas e aumento da reservação, garantindo, portanto, um possível pico de consumo em alta temporada.

O quadro seguinte mostra as zonas, número de economias e a população atendida.

Quadro 76 - Número de economias e população atendida no município de Jardim, em 2008.

Especificação	Número de economias (economias)	População (hab)	Área (ha)	Densidade (hab/ha)
Zona central	6.038	17.905	723	25
Zona periférica	843	2.498	300	8
Zona de expansão	140	416	289	1
Total	**7.021**	**20.820**	**1.312**	**-**

Fonte: SANESUL - 2008

Em Jardim, o tratamento da água aduzida do rio Miranda é processado em duas estações de tratamento, próximas entre si, e situadas na zona alta da cidade, com capacidade de 3.44m^3/h.

A ETA-01, com capacidade de 144 m^3/h (40l/s), é construída em concreto armado, possuindo medição de vazão e mistura rápida por meio de calha Parshall, floculação mecanizada em duas câmaras, decantação laminar efetuada por uma célula e três filtros rápidos, autolaváveis. A dosagem química é efetuada por bombas dosadoras de diafragmas, abrigadas na mesma edificação.

A ETA-02, com capacidade nominal de 200 $m^{3/}$h, é também do tipo convencional, metálica aberta (55 l/s). A formação de flocos é processada por misturadores hidráulicos (dispersor), passando daí à floculação, que é feita em duas câmaras com 35 m^3 de volume cada. A decantação é do tipo laminar, e os filtros rápidos, em números de quatro unidades, sendo autolaváveis.

Na cidade de Bonito, o principal destino turístico do Polo Serra da Bodoquena, em alta temporada a população flutuante quase se iguala em número com os habitantes fixos, e o sistema distribui água para aproximadamente 84.250 metros de rede (SEMAC/BDE). O município, segundo informação de gestores municipais e da concessionária, não sofre mais com desabastecimento de água em alta temporada, pois, além da ampliação do sistema de rede e reservação para atender o crescente fluxo turístico, existe um planejamento com acompanhamento e projeções sistemáticas do aumento da demanda. No Anexo D encontram-se disponibilizados pela empresa concessionária os dados referentes à evolução da demanda de água em Bonito, que considera a população residente e flutuante.

São importantes para o abastecimento de Bonito o sistema aquífero Furnas, que é um aquífero poroso, livre, composto de rochas da formação Furnas; e o sistema aquífero Pré-cambriano, formado pelas rochas calcárias dos grupos Corumbá e Cuiabá.

A captação de água em Bonito é feita por meio de três poços profundos, explorando águas subterrâneas dos sistemas aquíferos supracitados, que são levadas até a um reservatório por duas bombas, utilizadas alternadamente. A água é tratada com a adição de hipoclorito de sódio para desinfecção da água, e ocorre na tubulação de entrada de cada reservatório (PDITS, 2004). As águas captadas são recalcadas para os reservatórios apoiados. As redes de distribuição são do tipo malhada e ramificada, interligadas aos respectivos reservatórios que as alimentam.

Em 2009, o município de Bonito recebeu as obras de reabilitação dos seis reservatórios de fibra de vidro, com investimento da SANESUL de R$ 94,7 mil. Investimento para promover o isolamento sanitário dos reservatórios e garantir a qualidade do produto e a distribuição de água às famílias bonitenses.

Os dados do quadro abaixo foram obtidos do “Projeto Básico de Ampliação e Melhorias do Sistema de Abastecimento de Água da Cidade de Bonito-MS”, visando ao atendimento das diretrizes do PRODETUR-SUL, nos quais, nos números obtidos para a população abastecida e para o cálculo do índice de abastecimento, está considerada a população flutuante.

Quadro 77: Indicadores básicos de abastecimento de água em Bonito, em 2004.

ANOS	POPULAÇÃO		ATENDIMENTO	ECONOMIAS			
	URBANA	ABASTECIDA	%	RESIDENCIAIS	COMERCIAIS	INDUSTRIAIS	PÚPLICO
2.004	14.308	25.463	97	3.847	345	2	54

Fonte: Sanesul 2004

Esses dados, referentes aos níveis de economias (residencial, comercial, industrial e público), atendidas pelo sistema de abastecimento de água, só estão disponíveis para o município de Bonito, decorrente do projeto supracitado. Geralmente, a concessionária não tem esse levantamento sistêmico, e, por isso, inexistem dados atualizados dos municípios

do Polo em questão, porém, este levantamento geralmente é realizado previamente a obras impactantes no sistema, para adequadamente direcionar seu planejamento. Assim, antes da implantação das ações relacionadas ao sistema de abastecimento de água planejadas no PDITS, estes estudos serão realizados, tal como foi observado anteriormente.

Já em Bodoquena, a captação da água para o abastecimento é subterrânea, explorando o aquífero da formação "grupo Corumbá", realizada por meio de dois poços artesianos profundos, que é conduzida pelas respectivas adutoras até uma estação de tratamento e, posteriormente, por uma adutora de água tratada, até uma estação elevatória.

O tratamento da água compreende uma estação de tratamento do tipo convencional (dois módulos), cloração e fluoretação da água bruta e um reservatório apoiado de 150 m³, em fibra de vidro, que atende a área central e a zona baixa. Conta ainda com um reservatório elevado metálico tipo taça, com capacidade de 60 m^3, localizado no Jardim Planalto, que atende toda a zona alta da cidade. O quadro a seguir, mostra as zonas e a população atendida:

Quadro 78: Número de economias e população atendida no município de Bodoquena.

Especificação	Número de economias (economias)	População (hab)	Área (ha)	Densidade (hab/ha)
Zona central	954	2.095	50	42
Zona periférica	947	2.081	65	32
Zona expansão	462	1.014	128	8
Total	**2.363**	**5.190**	**243**	**-**

Fonte: SANESUL -2008

Disponibilizado pela concessionária, o quadro da evolução da demanda no município de Bodoquena (ANEXO D), demonstra que 100% da população residente de Bodoquena é atendida com água tratada, e que também a população flutuante é contemplada para efeito de dimensionamento da produção e reservação do sistema. É importante ressaltar que os índices de perda foram reduzidos, mas que ainda devam ser objeto de atenção e investimentos pela municipalidade.

Atendendo o que prevê o Decreto n. 5.440/05, da Presidência da República, a SANESUL entrega junto à conta d'água, anualmente aos consumidores, o Relatório Anual de Qualidade da Água, referente ao ano anterior. Nesse material são divulgados à população, o resumo dos resultados mensais das análises bacteriológicas e físico-químicas da água distribuída e os resultados do controle de qualidade da água bruta em diversos pontos de captação. Além disso, o relatório presta-se à educação ambiental, pois apresenta diversas sugestões para redução do consumo da água.

A SANESUL elaborou um plano de saneamento e de investimento para um período de 30 anos, compatível com o Planejamento de Longo Prazo (PLP) da empresa, para os municípios de Bodoquena e Jardim, com previsão de melhoria/investimento no sistema de abastecimento de água, considerando a população urbana e flutuante, para os anos de 2018, 2028 e 2038.

Portanto, segundo avaliação contida nos referidos planos e na planilha da evolução da demanda de Bonito (ANEXO D), apesar de os índices do atendimento à população com abastecimento de água serem adequados, é imprescindível garantir investimento nas ampliações e melhorias futuras, tendo em vista o crescimento populacional (residente e flutuante) e a necessidade de redução e combate às perdas do sistema. Observou-se também que, para os três municípios, uma estratégia adotada pela concessionária para atendimento do crescente fluxo turístico, além de um sistemático planejamento e acompanhamento, é o aumento da reservação de água, o que possibilita o atendimento da demanda em períodos de alta temporada.

No Anexo D, encontram-se mapas dos três municípios indicando áreas atendidas e as áreas a serem atendidas - com melhorias de rede, reservação, entre outros - pelo sistema de

abastecimento de água (ANEXO D - Sistema de abastecimento de água nos três municípios do polo), embora algumas das ações indicadas já estejam executadas.

De maneira geral, nos três municípios, quanto à regularidade do abastecimento de água, pode-se constatar que é bom, havendo interrupção no fornecimento somente por falta de energia na cidade ou quando da execução de serviços de manutenção, fato positivo à atividade turística no polo. Salienta-se também que as chácaras e sistemas mais afastados do centro das cidades, não atendidos pela SANESUL, possuem sistema próprio de abastecimento em virtude da facilidade de obtenção de água no aquífero subterrâneo local.

4.2.3. Esgotamento sanitário

O sistema de tratamento de esgoto sanitário no polo é um destaque pelo seu rápido desenvolvimento e pela alta taxa da população atendida, sobretudo em Bonito, onde o sistema foi projetado para atender 100% da população (quadro seguinte):

Quadro 79 – Sistema de esgotamento sanitário do Polo Serra da Bodoquena, em 2009.

Descrição	Município			
	Bodoquena	Bonito	Jardim	Total
População	8.397	17.856	24.174	50.427
Numero de ligações	392	4.467	686	5.545
Número de economias(m^3)	406	4.607	760	5.773
Volume faturado(m^3)	62.761,00	736.838,00	123.727,00	923.326,00
Extensão da rede(m)	6.383,00	55.894,00	14.967,00	77.244,00

Fonte: SEMAC/BDE (MATO GROSSO DO SUL, 2010c).

A concessionária, SANESUL, prevê o investimento em melhorias e ampliação do sistema de esgotamento sanitário de R$ 5.004.817,62 em Bodoquena, entre 2008 e 2010, e o montante de R$ 20 milhões, em Jardim, entre 2011 e 2012.

Questionada a comunidade local, via pesquisa aplicada, ANEXO C, se sua residência era ligada à rede de esgoto, afirmaram que sim 45,00% da amostra de Bodoquena, 96,7%, de Bonito, e 42,9%, de Jardim. Mesmo os valores mais baixos ainda são superiores à grande parte do restante do estado.

Aqueles que não possuem sua residência ligada à rede de esgoto, em grande parte afirma possuir fossa, sendo apenas 3,1% dos entrevistados de Jardim que afirmam lançar seus efluentes diretamente no rio.

Tomando-se como indicador para a análise, a extensão da rede, verifica-se que, entre 2004 e 2009, período entre a elaboração e presente readequação do PDITS Serra da Bodoquena, houve um aumento significativo dessa rede, cerca de 34% no polo como um todo. Destaca-se que, segundo os dados da SEMAC (MATO GROSSO DO SUL, 2010c), em 2004 não havia rede implantada em Jardim, e, em 2009, essa rede tinha quase 15 mil metros de extensão. (Quadro e figura seguintes):

Quadro 80 – Evolução da rede de coleta de esgoto por município do Polo Serra da Bodoquena, entre 2004 e 2009.

Município	Extensão da Rede (metros)					
	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Jardim	-	-	13.065	13.647	14.919	14.967
Bonito	52.000	52.000	55.420	55.420	55.420	55.894
Bodoquena	5.737	5.737	5.737	6.184	6.383	6.383

Fonte: SEMAC/ BDE (MATO GROSSO DO SUL, 2010c).

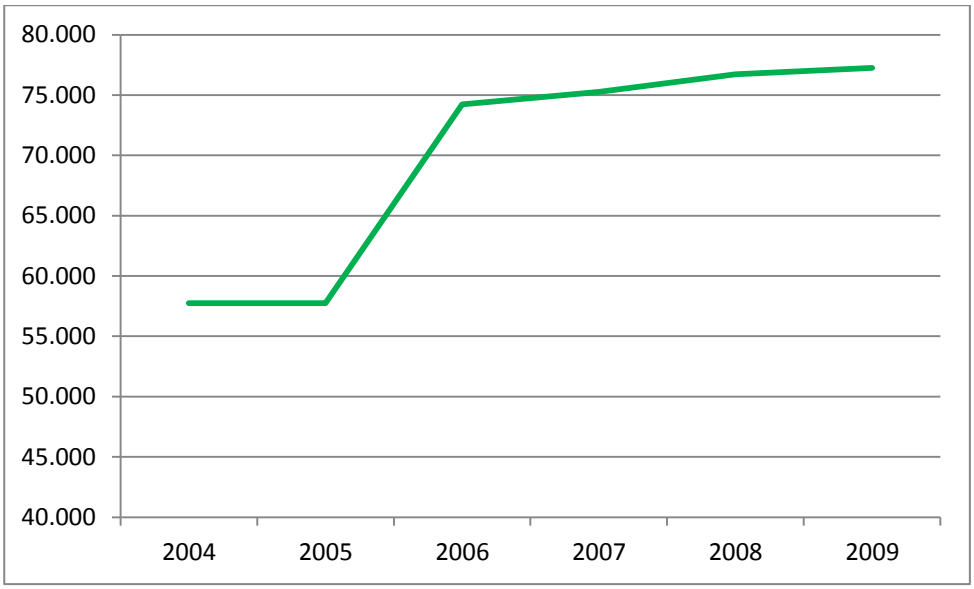


Figura 71 – Evolução da rede de coleta de esgoto no Polo Serra da Bodoquena, entre 2004 e 2009.
Fonte: SEMAC/BDE (MATO GROSSO DO SUL, 2010c).

O efluente de origem doméstica constitui uma das principais fontes de poluição hídrica nos centros urbanos. Os impactos negativos que ocorrem pelos efluentes é a matéria orgânica a ser depurada pelo corpo receptor. No caso dos municípios de Bodoquena, Bonito e Jardim, os corpos receptores são partes das potencialidades turísticas e, portanto, alvo de maior cuidado no tratamento do esgoto lançado.

O sistema de esgotamento sanitário da cidade de Bodoquena atende uma população aproximada de 1.299 habitantes (conforme relatório do SIBO/junho2004). Este consiste de sistema de coleta, afastamento, tratamento e disposição final no córrego João Augusto. O índice de atendimento com coleta e tratamento de esgotos na cidade é de 21%. No Anexo D (Sistema de Esgotamento Sanitário de Bodoquena), encontra-se mapa mostrando as áreas atendidas e a serem atendidas com sistema de esgotamento sanitário.

As duas ETEs (fotos 19 e 20), localizam-se na rodovia MS 339 s/nº – Rodovia do Calcário, saída para Miranda (20º31'48,767''S 56º39'55,435''W), e rua Sebastião R. de Barros, s/nº, (20º33, 16,51''S 56º40'14,36''W). A primeira utiliza lagoas de estabilização para o tratamento do esgoto, com eficiência de projeto para carga orgânica de 75%-85%, e a segunda emprega UASB, para o tratamento do esgoto, com grau de eficiência de 60%-75%. Conforme a SANESUL, os corpos receptores do esgoto tratado são os córregos João Augusto e Acampamento.

O município de Bodoquena está com obras de ligações de esgoto, e 60% das ligações já se encontram efetuadas, e a construção da ETE se encontra em fase de conclusão. A expansão esta financiada com recursos do PRODETUR.

Foto 55 - Vista da placa de identificação da obra da ETE- Bodoquena, em 1 de junho de 2010.
Fonte: AGRICON Consultoria.

Foto 56 - Vista parcial ETE- Bodoquena (parte das lagoas de tratamento), em 1 de junho de 2010.
Fonte: AGRICON Consultoria.

A Vila Sol Nascente e Vila CCI, estão com as canalizações e ligações de esgoto cem por cento concluídas, faltando apenas a estação elevatória, que, ao ser concluída, estará ligada à ETE e, após tratamento, o emissário final será o córrego Taquarussu. O tratamento projetado é composto de: Reator Anaeróbio de Fluxo Ascendente (RALF) de 20L/s; leitos de secagem e leitos de areia.

Segundo a SANESUL, 96% da população, aproximadamente 19.598 habitantes, do município de Bonito, possui esgotamento sanitário, e todo o esgoto recolhido pela rede é tratado. A rede tem 3.800 ligações, contabilizando 88.000 metros de rede. A ETE de Bonito (ETE PETROBRAS), está localizada na margem direita do córrego Bonito, confluência com o córrego Marambai (21º07'28,41''S 56º27'41,64''W). Essa ETE é considerada uma das mais modernas do país, recebendo visitas constantes de estudiosos, sendo um modelo de tratamento de esgotos no Brasil. Nela, o tipo de tratamento adotado é o UASB, físico, químico e desinfecção, resultando em uma eficiência de 75% a 90% de projeto para carga orgânica.

Em 2006, no município de Jardim, a população atendida pelo serviço de esgotamento sanitário não ultrapassava 5% da população, em torno de 1.250 habitantes. O restante da população faz uso para destino dos dejetos domiciliares, industriais e outros, o sistema de fossa/sumidouro ou fossas negras. Com investimento por parte da municipalidade, foi construída uma estação de tratamento de esgoto (ETE-2), sendo adotado o sistema anaeróbio, com vazão de projeto para 10 litros por segundo. Inicialmente, ao entrar em operação, ela estará atendendo 206 ligações domiciliares. Em 2008, os dados revelam que ocorreu uma expansão nesse número, passando a 558 ligações para uma rede de 14.919 metros. A expectativa é que, até 2011, 80% da população seja beneficiada. No Anexo D (Sistema de Esgotamento Sanitário de Jardim), encontra-se mapa mostrando as áreas atendidas e a serem atendidas com sistema de esgotamento sanitário.

O efluente tratado é lançado no córrego Cachoeirinha, afluente do rio Miranda, sem monitoramento por parte da prefeitura municipal.

A ETE Cachoeirinha é dotada das seguintes unidades: tratamento preliminar, composto de gradeamento, medidor de vazão, desarenador; estação elevatória final de poço úmido dotada de duas bombas submersíveis; um reator anaeróbio de fluxo ascendente de 10 L/s (tipo RALF); dois leitos de secagem; dois leitos de areia; emissário final para lançamento do efluente tratado no córrego Cachoeirinha, afluente da margem esquerda do rio Miranda; laboratório. A extensão de rede coletora de esgoto implantada no bairro Panorama é de aproximadamente 2.519 metros.

Em 2003, foi implantada a estação de tratamento de 20 L/s (ETE Jardim), no bairro Dom Bosco, na antiga área do matadouro municipal, localizada na rua dos Heróis. Essa unidade de tratamento é dotada das seguintes unidades: tratamento preliminar, composto de gradeamento, medidor de vazão, desarenador; um reator anaeróbio de fluxo ascendente de 20 L/s (tipo RALF); dois leitos de secagem; portaria; emissário final de 350 mm para lançamento do efluente tratado no rio Miranda e laboratório. No Anexo D (Sistema de Esgotamento Sanitário dos Municípios do Polo), encontra-se mapa apresentando áreas não atendidas e atendidas com sistema de esgotamento sanitário.

Assim, como em várias cidades do País, no município de Jardim, a infraestrutura com esgotamento sanitário, que atende a cidade, é insuficiente, sendo fundamental a implantação de um eficiente sistema de coleta, transporte, tratamento e disposição final dos esgotos sanitários. Para esses municípios, a Sanesul elaborou o plano de saneamento e de investimento para um período de 30 anos, compatível com o Planejamento de Longo Prazo (PLP) da empresa, com previsão de melhoria/investimento no sistema, considerando a população urbana e flutuante, para os anos de 2018, 2028 e 2038.

O município de Bonito é o único que conta com 96% da área urbana com esgotamento sanitário. O município de Bodoquena tem seu projeto de esgotamento implantado com ETE em fase final de conclusão no presente momento, e vai atender cerca de 100% da população.

Ressalta-se que, em municípios turísticos, os serviços de saneamento sempre são impactados com a sobrecarga dos sistemas e em especial o de esgotamento sanitário em períodos de feriados prolongados e férias. Embora a empresa concessionária, quando da ampliação dos sistemas de esgotamento sanitário de Bonito e Bodoquena, considerou a população residente e flutuante, é importante que se faça um acompanhamento de sua eficiência em função dos diferentes picos de vazão, por meio dos resultados obtidos no monitoramento de seus efluentes, podendo, assim, avaliar se os sistemas implantados comportam os efluentes e mantêm a eficiência esperada.

Em Bonito, a ETE opera em alguns momentos com certa ociosidade e em alta temporada com maior capacidade. As informações obtidas dos gestores locais apontam para uma boa eficiência do sistema, desde sua ampliação.

Fazendo um comparativo com a disponibilidade do serviço de esgotamento sanitário nos municípios do Polo Serra da Bodoquena com os demais municípios de porte semelhante no Estado, principalmente se considerada a situação em que se encontra o sistema de esgoto de Bonito, município do polo onde o turismo se encontra mais consolidado, nota-se que o desenvolvimento turístico gerou, com benefício à população local, um avanço quantitativo e qualitativo nesse serviço básico (população atendida, qualidade do tratamento do esgoto e outros parâmetros) que não são vistos em municípios de tamanho e população semelhantes em Mato Grosso do Sul.

4.2.4. Sistema de limpeza urbana

As gestões municipais têm se preocupado com a geração e deposição final dos resíduos sólidos em suas sedes, pois esses serviços se alteram em locais, como o Polo Serra da Bodoquena, que, em alta temporada, esta demanda é duplicada. Um dos fatores de agravamento da qualidade ambiental para qualquer centro urbano é a falta de planejamento para a deposição do resíduo sólido gerado.

Em pesquisa aplicada com a comunidade local pela AGRICON Consultoria, em 3 e 4 de junho de 2010 (ANEXO C), identificou-se a geração de resíduo sólido como o maior problema oriundo do turismo citado pela população. (Figura abaixo).

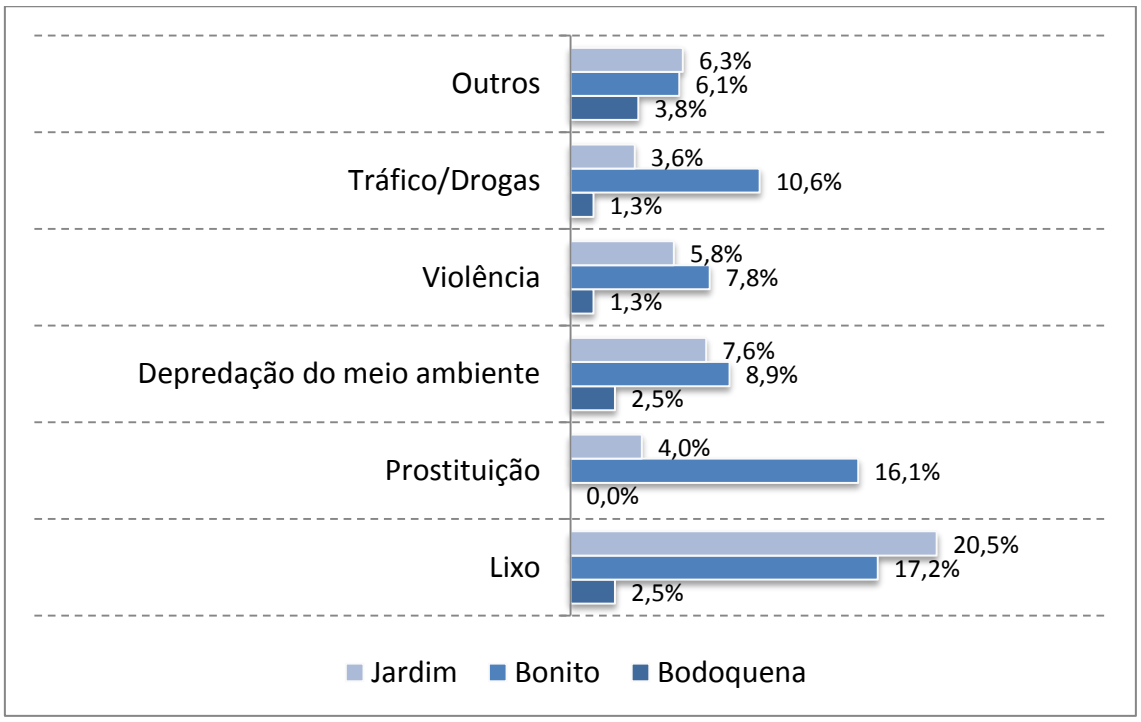


Figura 72 – Principais problemas oriundos do turismo citados pela comunidade local, em 2010.
Fonte: AGRICON Consultoria.

A área onde se encontra instalado o lixão de Bodoquena é de preservação permanente e está em desacordo com a Lei Federal n. 4.771/65, art. 2º, alínea e. Está localizado na estrada de acesso à fazenda Betione, a aproximadamente 5 km do núcleo urbano, possui aproximadamente 4 hectares e não possui licença ambiental.

A coleta dos resíduos é feita diariamente por um caminhão basculante e dispostos no lixão, o qual se situa na encosta de morros (área de preservação permanente). A área encontra-se distante 3 km do rio Betione, o curso d'água mais próximo.

A área possui cercamento precário, feito apenas com palanques de madeira e fios de arame, não possuindo portão, tela de proteção nem outro dispositivo que impeça a entrada de pessoas e animais (Foto 57).

O município não possui projeto para a construção de um aterro sanitário ou outro sistema adequado de destinação final de resíduos.

A coleta de lixo na área urbana é realizada da seguinte forma: coletas diárias nas três ruas principais do centro da cidade, duas vezes por semana na periferia e uma vez por semana nos balneários próximos. São coletados aproximadamente 8 toneladas/dia de resíduos comuns, os quais são lançados no lixão, recebendo apenas periodicamente recobrimento com terra, ficando expostos por longos períodos, facilitando a proliferação de vetores e sofrendo a ação de animais que se alimentam deles.

Os resíduos de serviço de saúde gerados no município eram queimados no hospital, porém, atualmente, são coletados uma vez por semana pelo mesmo veículo responsável pela coleta dos resíduos comuns, e são depositados em uma vala separada localizada na própria área do lixão, de forma inadequada. Há catadores que fazem o recolhimento dos materiais passíveis de reaproveitamento e reciclagem, os quais possuem barracos no local, que servem de abrigo.

Não há, no município, segregação de pneumáticos usados oriundos de veículos automotores e bicicletas, nem recolhimento pelas empresas fabricantes e importadoras, as

quais são obrigadas a coletar e dar destinação final, ambientalmente adequada, aos pneus inservíveis existentes no território nacional.

Foto 57 – Vista do lixão, mostrando a presença de catadores e encosta dos morros, em 2010.
Fonte: AGRICON Consultoria.

Mesmo assim, observa-se, conforme Foto 58, que claramente a sociedade não tem a prática de segregar os resíduos sólidos gerados, e estes são coletados por caminhões caçambas comuns, que não reduzem o volume do resíduo, são piores para o operador e causam problemas de odor.

No município não existe aterro sanitário e tampouco unidade de processamento e reciclagem do resíduo sólido ou programa de reciclagem. Esse resíduo sólido sem disposição adequada causa barreiras à acessibilidade no espaço urbano e ainda gera poluição visual.

Foto 58 - Vista parcial da coleta de resíduo sólido pelo caminhão da prefeitura, em Bodoquena, em 1 de junho de 2010.
Fonte: AGRICON Consultoria.

A coleta diária é realizada no centro, o que perfaz a um atendimento de 35% dos domicílios, e em alguns pontos esse serviço é três vezes na semana. São poucos os locais em que esse serviço é realizado fora desses parâmetros.

A Secretaria de Meio Ambiente de Bonito, indo ao encontro destas barreiras, possui um aterro sanitário controlado e sua própria UPL (Foto 59). A prefeitura subsidia a coleta seletiva em pontos como: hotéis, comércio, escolas e a própria prefeitura, assim como em eventos ou para solicitações dos munícipes. A coleta de porta em porta não existe, pois a demanda não comporta dispor de um veículo para este fim.

Para a UPL, vão os resíduos reciclados e, na esteira, os catadores realizam a separação final. Quinze toneladas de reciclados são comercializadas a cada quinze dias. Os resíduos úmidos vão para a compostagem em uma unidade experimental, atendida pelo GEF- Rio Formoso, com auxilio técnico da AGRAER. Ainda em fase experimental e sem comercialização.

Foto 59 - Vista parcial da Unidade de Processamento de Lixo, na cidade de Bonito, em 1 de junho de 2010.
Fonte: AGRICON Consultoria.

Quanto ao aterro controlado (Foto 60), que atende a demanda do município, a prefeitura mantém um guarda no local para evitar invasão, tanto de catadores como para que seja o resíduo sólido depositado em valas pré-determinadas. Existem placas identificando as diferentes valas e um trator para realizar a compactação e a cobertura desse resíduo sólido.

Foto 60 - Vista parcial do aterro controlado na cidade de Bonito, em 1 de junho de 2010.
Fonte: AGRICON Consultoria.

Atualmente, a coleta é realizada diariamente no centro da cidade e nas demais ruas três vezes e duas vezes na semana. Somente nos locais mais distantes é que esse serviço é realizado uma vez a cada sete dias.

Após a conclusão do aterro sanitário, em Jardim, todo o resíduo sólido de Bonito será transportado para aquele município. Trata-se de um aterro em consórcio (Foto 61) com os municípios de Jardim, Bonito, Bela Vista, Guia Lopes da Laguna e Nioaque. Esse aterro está sendo construído com recursos do Ministério das Cidades, em parceria com a Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) e Ministério da Saúde.

Foto 61 - Vista parcial das obras de instalação do Aterro Sanitário Consorciado, em 2010.
Fonte: Secretaria de Meio Ambiente de Bonito em 25-05-10.

Atualmente, não existe tratamento de resíduos sólidos em Jardim. O resíduo sólido coletado é levado para um lixão a céu aberto, localizado muito próximo das margens do rio Miranda, principal fonte de água da região (Foto 62). O lixão recebe aproximadamente duas toneladas de resíduos por dia, e apenas uma parte é separada – garrafas PET, papelão, plásticos e pneus – por pessoas que vivem na área. O lixão abriga, ainda, uma enorme quantidade de animais. Em Jardim, há doze pessoas trabalhando na separação do resíduo sólido reciclado, e organizadas em associação, a Associação dos Catadores, que atualmente ocupa a UPL localizada no mesmo local onde está sendo construído o aterro supracitado.

Foto 62 - **Fotos do lixão, em Jardim, em 2008.**
Fonte SÍNTESE DA LEITURA DA REALIDADE DO MUNICÍPIO DE JARDIM - 2008 – SEPROTUR – (MATO GROSSO DO SUL, 2010d)

A coleta de resíduo sólido, em Jardim, é feita pela prefeitura, por meio de caminhões e tratores, todos os dias no centro, e duas vezes por semana nos demais bairros da sede (Foto 63). No Boqueirão, a coleta é quinzenal, e não há coleta nos assentamentos.

Foto 63 - **Coleta de resíduo sólido, em Jardim, em 2008.**
Fonte SÍNTESE DA LEITURA DA REALIDADE DO MUNICÍPIO DE JARDIM - 2008 – SEPROTUR – (MATO GROSSO DO SUL, 2010d)

Quanto aos aspectos sanitários, os resíduos sólidos são os que merecem maior atenção e investimento, considerando a realidade hoje existente. Apesar da implantação de um aterro sanitário para atender os municípios de Jardim e Bonito, Bodoquena ainda vai necessitar de investimentos nesse sentido.

É importante destacar que a construção de aterros sanitários é somente uma das partes do problema que se deve solucionar. Recomenda-se a elaboração de um plano integrado de gestão de resíduos sólidos para a região do polo, que contemple as ações e etapas de redução, separação, reutilização, reciclagem, acondicionamento, coleta seletiva, compostagem e destinação adequada dos resíduos sólidos. Deve também implantar um processo de educação da população residente e flutuante, para adotar hábitos e comportamentos que promovam a qualidade dos ambientes ocupados/visitados.

Os municípios do polo são atendidos por 100% de coleta de resíduos sólidos em área urbana, ao alcance de toda a população residente. Não se pode afirmar que 100% desses resíduos são coletados, considerando que alguns moradores ainda preferem jogar lixo no quintal baldio mais próximo à sua residência.

Nota-se que aos olhos da população local, conforme identificado na pesquisa aplicada pela AGRICON Consultoria com a comunidade, os resíduos sólidos gerados pela atividade turística no polo são suas principais influências negativas. Atrelando essa influência negativa à gestão desses resíduos existente nos municípios do polo, verifica-se a necessidade de incorporar melhorias nesse serviço, focando em reduzir, reutilizar, reciclar e adequadamente dispor tais resíduos, orientados por um plano de gestão, conforme supracitado.

4.2.5. Drenagem pluvial

Dentre os serviços públicos básicos que um município deve ser contemplado, além da água tratada e canalizada, esgoto sanitário e destino final para a coleta do resíduo sólido, a drenagem superficial é um dos serviços essenciais, que bem executada e mantida operante, seus dispositivos elevarão o nível da saúde da população beneficiada.

A carência deste sistema no município de Bodoquena faz com que, em ocasiões de altos índices pluviométricos, ocorram alagamentos significativos em todo o centro urbano, conforme indicado nos estudos realizados para a elaboração do PDITS 2004:

> Esta localidade é desprovida de todo e qualquer sistema de drenagem de águas pluviais. Em função disto, moradores não identificados usam a rede coletora de esgoto para escoamento das precipitações em terrenos domiciliares, vindo a comprometer a eficiência do sistema de tratamento de esgoto. A avenida central, denominada Manoel Rodrigues de Carvalho, pavimentada e com canteiro central, tem solução precária para o escoamento superficial do deflúvio proveniente de precipitações. Constituído de valas, valetas e depressões transversais, o escoamento superficial é orientado de norte para o sul; nos períodos prolongados de chuvas, o pavimento é seriamente prejudicado. O problema aqui observado precisa ser resolvido pelos danos urbanos e pela eventual contaminação dos cursos de água. (MATO GROSSO DO SUL, 2005 p.65).

Atualmente, no município apenas depressões transversais formam o sistema de drenagem pluvial, não sendo suficientes para evitar alagamentos (Foto 64). Os alagamentos que ocorrem causam transtorno, principalmente para a população do centro, que recebe todo o volume das águas. Outra consequência da drenagem inadequada é o comprometimento do sistema de esgotamento sanitário, pois muitas residências acabam por direcionar as águas das chuvas para a rede de coleta de esgoto.

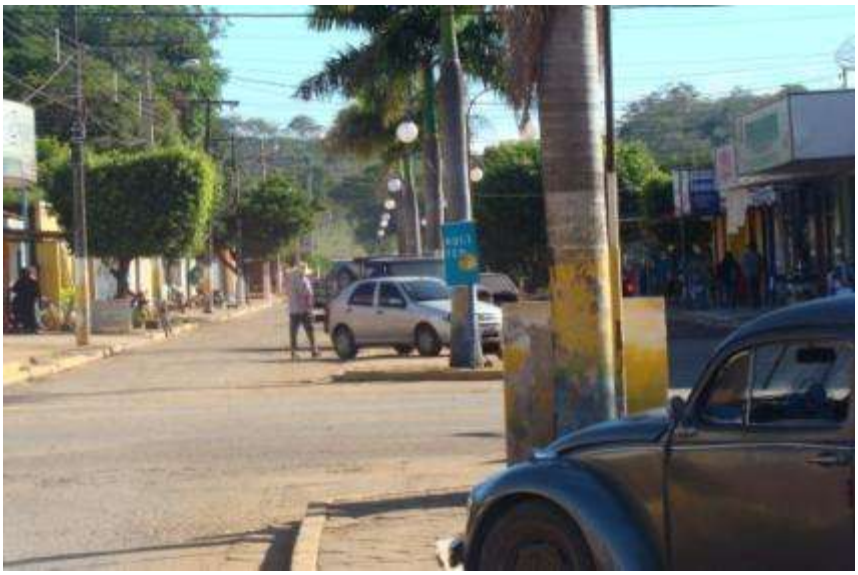


Foto 64 - Vista parcial do centro do município de Bodoquena, em que apenas as depressões transversais formam o sistema de drenagem pluvial, em 1 de junho de 2010.
Fonte: AGRICON Consultoria.

Já em Bonito, está sendo ampliada sua rede de drenagem que é constituída por duas bacias hidrográficas e suas sub-bacias, onde as águas direcionadas vão ser captadas pelos córregos Restinga e Bonito. Serão realizadas obras de drenagem, com a construção de 560 metros de galerias de águas pluviais, e trecho asfaltado, que vai da creche municipal local até à frente da Pousada Guarani. As obras custarão R$ 330.093,87, sendo R$ 295.300,00 do Ministério das Cidades, conseguidos por meio de emenda parlamentar, e R$ 34.793,87, de contrapartida da prefeitura

O Programa: "Bonito - Melhor de Viver" prevê obras de drenagem e pavimentação das ruas Cândido Luiz Braga e Maria Olímpia, na Vila Marambaia, no valor de R$ 708.000,00, e parte das ruas Santana do Paraíso, Geraldo Leite, Artur da Costa Leite, Vicente Jacques e Aniceto Coelho, na Vila América, no valor de R$ 460.000,00.

Quando da ocorrência de grandes precipitações, parte da face sul da cidade fica inundada, gerando desconforto aos proprietários de imóveis e à população, que precisa transpor esses locais. Para atender a população em outras áreas, também estão sendo implantados sistema de drenagem superficial e pavimentação asfáltica, que, ao serem completadas, atenderão a mais de duas mil famílias (obras do programa Pró-Municípios, do governo federal, com investimento de R$ 3.938.730,00).

Quatro bacias hidrográficas drenam as precipitações que ocorrem no município de Jardim. As inundações ocorrem na face sul, e a deságua, desde a face sudeste da Vila Angélica, atravessando as rodovias que demandam a Porto Murtinho – rua XV de Novembro e Bela Vista - av. Duque de Caxias, travessia situada nas proximidades da rotatória, rua Essêncio Echague, rua Izabel Rodrigues.

A cidade, nesses pontos, desprovida de um sistema adequado de drenagem, quando das altas precipitações, gera transtornos e inundações de pequenas proporções em área muito próxima à região central, região nobre e insalubre, nas proximidades da rua Kennedy, rua Mal. Rondon. Os rios Miranda e Cachoeirinha, são os corpos receptores das águas superficiais.

No âmbito do PRODETUR, foi elaborado um projeto de drenagem urbana para Bodoquena, das águas pluviais. Foi concebido com o objetivo de atender os principais problemas de drenagem da cidade, de forma a dar condições para que a rede alcance uma quantidade significativa da população, minimizando os efeitos de enchente no córrego João Augusto e empoçamento na área central, região da creche e da Viação. O valor estimado da implantação da alternativa, selecionada em consulta pública, é de R$ 4.600.000,00.

No projeto de drenagem urbana de Jardim, elaborado com recursos do PRODETUR, os estudos, levantamentos de campo e levantamentos com a população local identificaram a necessidade de atender três regiões do município, contendo três bacias hidrográficas dentro da área urbana, com rede de drenagem urbana: a região da Vila Angélica e centro (Bacia Nordeste), a região da Vila Brasil e centro (Bacia Sudeste) e a região da Vila Panorama (Bacia Noroeste), com investimentos estimados no valor de R$ 24.286.273,35.

No Anexo D (Rede de Drenagem Pluvial nos Municípios do Polo), encontram-se os mapas com as áreas atendidas com redes de drenagem pluvial dos municípios de Jardim e Bonito, considerando que, em Bodoquena, o escoamento de águas pluviais é realizado superficialmente, sem rede implantada, mesmos em ruas pavimentadas.

A implantação de melhorias na drenagem urbana do polo é percebida como uma necessidade a ser suprida, a fim de favorecer a atividade turística na região, desde a elaboração do PDITS/2004. Assim, nos anos seguintes, foram elaborados projetos em Bodoquena e Jardim, e ampliada a rede de drenagem, em Bonito; porém, ainda é imperativo ao desenvolvimento turístico que os projetos elaborados sejam implantados e a situação do serviço monitorada no polo.

4.2.6. Sistema de transporte urbano

Com exceção do município de Jardim, que possui transporte urbano, Bonito e Bodoquena possuem apenas transporte escolar diário para atender a área rural. Diagnosticado pelos planos diretores, realizados com recursos conforme o plano de investimento previsto no PRODETUR, um meio de transporte muito utilizado pela população local, nos três municípios, são as bicicletas, considerando que a maior parte dos centros urbanos possui uma área plana e pouco extensa (Foto 65). Para os atrativos existem, são utilizadas as vans, que são locadas por intermédio das agências. O restante do transporte é realizado em veículos particulares.

Foto 65 - Município de Jardim e a utilização de bicicletas, em 2008.
Fonte SÍNTESE DA LEITURA DA REALIDADE DO MUNICÍPIO DE JARDIM - 2008 – SEPROTUR – (MATO GROSSO DO SUL, 2010d)

No município de Jardim, o transporte intramunicipal está disponível apenas para a sede, e é feito por uma empresa particular de ônibus, a Transporte Coletivo Santo Antônio. A linha oferecida atravessa a sede de Jardim pela avenida Duque de Caxias, e segue até Guia Lopes da Laguna, de hora em hora. Assim, fica caracterizada a ineficiência do sistema para o atendimento da sede municipal, segundo informações da Síntese da Leitura da Realidade do Município de Jardim, realizada em 2008 (MATO GROSSO DO SUL, 2010d).

Outra opção de serviço de transporte público, em Jardim, é o serviço de mototaxi, regulamentado para funcionamento sob supervisão da prefeitura, desde 2001. As autorizações para circulação de mototaxi são concedidas a pessoas físicas, pagando uma taxa mensal à prefeitura pela concessão (MATO GROSSO DO SUL, 2010d). O município também conta com serviços de táxi, com cinco pontos na região central, embora atendam também a zona rural.

Em Bonito, existem três pontos de táxi, dois de mototáxi, que atendem a zona urbana e produtos/atrativos mais próximos do centro. Em Bodoquena, existem três táxis que não têm pontos definidos; dois pontos de mototáxi e várias caminhonetes atendendo a zona urbana, mas principalmente a zona rural, com pequenos fretes.

O serviço público de transporte urbano no polo é pouco relevante à atividade do turismo, conforme verificado, pois, para os turistas, o serviço de van é o principal meio de transporte utilizado na região. Da mesma maneira, é baixa a influência desse serviço para os munícipes que atuam na atividade turística, uma vez que estes utilizam, predominantemente, bicicletas e veículos próprios.

4.2.7. Sistema de comunicação

As três cidades que compõem o polo são atendidas por serviço de telefonia fixa e móvel. Com o crescimento na economia regional por meio da atividade turística, observa-se que há bom nível de atendimento aos turistas na área de comunicações. As três cidades atualmente são atendidas por telefonia fixa – STFC – e móvel. Jardim conta com 5.027, correspondendo a 22,30% da população do município; Bonito, com 3.147, correspondendo a 18,56%, e Bodoquena, com 922, ou seja, 11,20% da população de unidades instaladas de telefonia fixa.

Quadro 81 – Sistema de telefonia do Polo Serra da Bodoquena, em 2008.

Localidade	Variáveis	Total de ligações
Bodoquena	Terminais instalados	882
	Terminais de serviços	545
Bonito	Terminais instalados	3.214
	Terminais de serviços	2.204
Jardim	Terminais instalados	3.249
	Terminais de serviços	2.641

Fonte: SEMAC/BDE (MATO GROSSO DO SUL, 2010c).

Nos três municípios existem agências dos Correios, canais de televisão por meio de torre de retransmissão de sinais e de antenas parabólicas, jornais e emissoras de rádio. Há provedores de internet em Bonito e Jardim, e atualmente em algumas pousadas de Bodoquena.

O Governo do Estado de Mato Grosso do Sul e a Secretaria de Desenvolvimento do Centro-Oeste do Ministério da Integração Nacional (MI), escolheram o município de Bonito para receber o projeto Cidade Digital. O Ministério da Integração está apoiando financeiramente a implantação do projeto, com o termo de convênio assinado em 2008, entre a União - representada pelo Ministério da Integração, e o município de Bonito, para a Implantação de Projeto-Piloto de Inclusão Digital - Bonito Digital.

O projeto visa à implantação de infraestrutura-piloto e capacitação de servidor municipal para a criação de um serviço público básico e gratuito de acesso à informação e comunicação, via internet em banda larga sem fio, com o objetivo de viabilizar as ações da Prefeitura Municipal de Bonito, no tocante à inclusão social e econômica, por meio da inclusão digital de seus munícipes; prestar serviços à comunidade, em ambiente *Web* (G2C) e apoiar atividades turísticas, base da economia local.

Bonito será o primeiro município beneficiado com o projeto em toda a região Centro-Oeste. Sua tecnologia possibilitará também a divulgação das suas belezas naturais para o mundo, em tempo real, por meio de imagens captadas por câmeras instaladas na praça central e no balneário municipal.

Foi identificada a seguinte rede bancária para o polo: Bonito possui duas agências bancárias: o Banco do Brasil e o Banco Bradesco; Jardim possui agências do Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Bradesco e HSBC e; Bodoquena, agência comercial do Banco do Brasil e dois postos, sendo um da Caixa Econômica Federal (lotérica) e do Bradesco (Correios).

No polo, o serviço de comunicação tem influenciado positivamente a atividade turística, visto que há disponibilidade de telefonia fixa e celular (incluindo as principais operadoras do país), Correios, internet e rede bancária. No entanto, conforme observações locais, a ampliação da rede bancária, inserindo um caixa 24 horas, por exemplo, melhoraria o atendimento do turista na região.

4.2.8. Iluminação pública

Há pouco tempo, a energia elétrica no Estado de Mato Grosso do Sul era classificada como fator inibidor do seu processo de desenvolvimento econômico. Com a privatização da empresa ENERSUL, em 1997, esse cenário foi modificado (ANEXO D - Rede de Drenagem Pluvial nos Municípios do Polo). No aspecto global, o sistema elétrico de atendimento regional encontra-se com boa disponibilidade para expansão de mercado, localizado próximo ao sistema de 230 kv, que compõe a rede básica do sistema interligado brasileiro.

O município de Bodoquena é atendido por uma linha de 34,5 kv, proveniente de Miranda, possuindo uma subestação de 34,5 kv, para linha 13,8 kv, com potência de 3.000 kva. Como acontece com os finais de linha, ocorrem quedas de energia esporadicamente.

Bonito é atendido por uma linha de 69 kv, proveniente de Aquidauana, possuindo uma subestação de distribuição de 69 kv, para 34,5/13,8 kv, com um transformador 69-13,8 kv, com 12.500 kva de capacidade, e um transformador 69-34,5 kv, com 5.000 kva de capacidade.

Jardim é atendido por de uma linha de 138 kv, proveniente de Maracaju, possuindo uma subestação de distribuição de 138 kv, para 13,8 kv, com 25.000 kva de capacidade.

Em pesquisa aplicada com a comunidade local, quando perguntada sobre a frequência com que ocorrem quedas no fornecimento de energia elétrica, 58,6% dos entrevistados no polo responderam que raramente, o que indica a qualidade do serviço.

Quadro 82 – Sistema de energia elétrica do Polo Serra da Bodoquena, em 2009.

Descrição	Município			
	Bodoquena	Bonito	Jardim	Total
População	8.397	17.856	24.174	50.427
Consumo Total (MWH)	73.440	25.764	26.953	126.157
Consumo Residencial (MWH)	2.857	8.682	12.857	24.396
Consumo Industrial (MWH)	1.180	861	1.026	3.067
Consumo Comercial (MWH)	1.046	8.979	5.842	15.867
Consumo Rural (MWH)	2.591	4.302	2.384	9.277
Consumo Poder Público (MWH)	480	1.068	1.734	3.282
Consumo Iluminação Pública (MWH)	475	1.131	1.717	3.323
Consumo Serviço Público (MWH)	186	715	1.280	2.181
Consumo Próprio (MWH)	2	26	113	141
Consumo Industrial Livre (MWH)	64.623	-	-	64.623

Fonte: SEMAC/BDE (MATO GROSSO DO SUL, 2010c).

Tomando-se como indicador para a análise, o consumo total, verifica-se que, entre 2004 e 2009, período entre a elaboração e presente readequação do PDITS Serra da Bodoquena, houve um aumento significativo no consumo de Bodoquena e Bonito, 29,1% e 19,2% respectivamente. O consumo total de Jardim, nesse mesmo período, aumentou em 2,8%, cerca de 34% no polo como um todo. Destaca-se que, segundo os dados da SEMAC, em 2004 não havia rede implantada em Jardim e, em 2009, essa rede tinha quase 15 mil metros de extensão (quadro e figura seguintes).

Quadro 83 – Evolução do consumo total de energia, por município, do Polo Serra da Bodoquena, entre 2004 e 2009.

Município	Consumo Total (MWH)					
	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Jardim	26.208	21.876	22.209	23.662	24.274	26.953
Bonito	21.622	21.338	22.532	22.611	23.631	25.764
Bodoquena	56.879	68.324	67.809	69.448	74.166	73.440

Fonte: SEMAC/ BDE (MATO GROSSO DO SUL, 2010c).

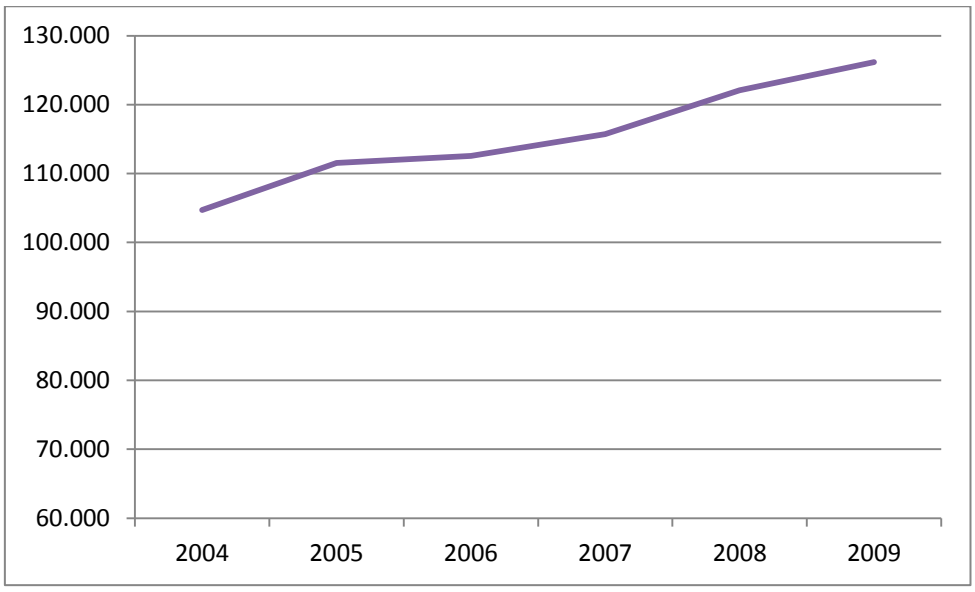


Figura 73 – Evolução do consumo total de energia no Polo Serra da Bodoquena, entre 2004 e 2009.
Fonte: SEMAC/BDE (MATO GROSSO DO SUL, 2010c).

Segundo informações da diretoria operacional da ENERSUL, o atendimento urbano de todas as cidades de Mato Grosso do Sul na área de sua concessão, onde existe edificação, é de 100% de atendimento da rede de energia elétrica. O crescimento vegetativo, por força da universalização, também será atendido na medida em que as edificações forem sendo construídas. Embora não exista previsão de novos investimentos para os próximos dois anos, a empresa possui capacidade operacional e logística para atender as futuras demandas.

Logo, o serviço de iluminação pública não se configura como limitante ao desenvolvimento turístico no polo, sendo ela uma influência positiva à atividade na região e, da mesma maneira, a atividade turística não comprometeu a disponibilidade e qualidade do serviço aos munícipes, visto que a frequência com que são observadas as quedas de energia pela comunidade é baixa, conforme indicado na pesquisa aplicada pela AGRICON Consultoria.

4.2.9. Serviços de saúde

Genericamente, sobre os serviços de saúde pública nota-se que o tamanho do município e a disponibilidade dos serviços públicos de saúde, sobretudo dos especializados, estão direta e positivamente relacionados, ou seja, salvo os municípios onde as prefeituras mantêm unidades básicas para atendimento, verifica-se que, quanto menor o município, mais incipiente a situação da saúde pública. Abaixo, seguem os indicadores básicos de saúde dos municípios do polo em questão, que evidenciam a estrutura pequena, pouco especializada, corroborando com a tendência anteriormente afirmada.

Quadro 84 – Índices básicos de saúde do Polo Serra da Bodoquena, em 2008.

Descrição	Municípios		
	Bodoquena	Bonito	Jardim
Posto de Saúde	1	1	-
Centro de Saúde/Unidade Básica	3	4	6
Hospital Geral	1	1	1
Leitos - Não SUS	-	4	16
Leitos - SUS	8	22	27
Leitos Existentes	8	26	43
Pronto-Socorro Geral /Especializado	-	-	-
Unidade de Vigilância Sanitária	1	-	1

Fonte: SEMAC/BDE (MATO GROSSO DO SUL, 2010c).

Todos os municípios possuem unidade móvel de atendimento e os pacientes mais graves ou necessitando de especialistas são encaminhados aos centros maiores de atendimento.

No atendimento à saúde, Jardim é considerado polo de microrregião, incluindo os municípios de Guia Lopes da Laguna, Bonito e Porto Murtinho. O município possui nove estabelecimentos de prestação de serviços de saúde públicos. São sete Equipes de Saúde da Família (ESF), um Centro de Saúde e um hospital de caráter filantrópico.

O atendimento hospitalar é realizado no Marechal Rondon (Foto 66), de caráter privado, sem fins lucrativos, com financiamento do SUS, e atende aos municípios da microrregião. O hospital possui 43 leitos de internação e oferece atendimento de emergência clínica, cirúrgica e traumato-ortopédica. Entretanto, ele apresenta deficiência na diversidade de especialidades oferecidas, sendo os casos mais graves ou complexos encaminhados para Campo Grande. A necessidade de equipar o hospital é latente, bem como a demanda por maior número de médicos.

Foto 66 - Hospital Marechal Rondon, em Jardim, MS, em 2008.
Fonte SÍNTESE DA LEITURA DA REALIDADE DO MUNICÍPIO DE JARDIM - 2008 – SEPROTUR – (MATO GROSSO DO SUL, 2010d)

A Síntese da Leitura da Realidade do Município de Jardim (2008) levantou as seguintes informações: a sede do município conta também com um centro de saúde, que disponibiliza os seguintes serviços: ortopedista duas vezes por semana, cardiologista duas vezes por mês, dois clínicos gerais, um ginecologista obstetra, duas psicólogas, uma fonoaudióloga, uma nutricionista, um clínico geral para idosos uma vez por semana e um oftalmologista. Há realização de exames de raios X, eletrocardiogramas e de análises clínicas básicas. O laboratório é considerado bem equipado e atualizado, não constando problemas de falta de

material laboratorial. Em geral, os resultados são entregues em 10 dias, não pela capacidade do laboratório, mas pela insuficiência do número de médicos disponíveis no centro. A deficiência do referido centro está na falta de atendimento pediátrico e grande demanda por serviços que poderiam ser feitos pelas ESFs (MATO GROSSO DO SUL, 2010d).

Existe uma unidade de Vigilância Sanitária e o Controle de Vetores com atuação ativa em Jardim, embora enfrentem dificuldades no exercício de suas atividades, principalmente por falta de pessoal e infraestrutura. A dengue é uma ameaça constante, especialmente pela dificuldade de controlar a imensa quantidade de terrenos baldios na cidade. Outra dificuldade levantada pela Vigilância Sanitária é a qualidade dos poços de água próximos de fossas secas, fato comum em várias áreas da sede (MATO GROSSO DO SUL 2010,d).

Baseado em dados oficiais do IBGE, do DATASUS e da prefeitura, o Plano Diretor Participativo – 2009, informa que o município de Bonito possui sete estabelecimentos de saúde públicos municipais e três de saúde privados. Das unidades privadas, uma trabalha sem fins lucrativos. Do total das unidades, apenas uma possui internação total, que é o hospital geral Darci João Bigaton, operado por gestão conveniada entre o Estado e o município. Esse hospital não conta com serviços de pronto socorro.

Bodoquena conta com três centros de saúde, um posto de saúde (Unidade de Diagnóstico e Terapia), uma unidade de Vigilância Sanitária e um hospital geral com oito leitos.

A Organização Mundial de Saúde (OMS), não recomenda ou estabelece taxas ideais de número de leitos por habitante e, tampouco, esses índices são suficientes para avaliação de um sistema de saúde. Porém, no caso do polo em questão, considerando o tamanho da população, o número de turistas e a distância entre o polo e os municípios com uma rede de saúde maior, há necessidade de ampliar e adequar o sistema de saúde do polo.

Assim, existe a necessidade de investimentos nesse setor, pois faltam unidades hospitalares adequadas, completas, e que comportem atendimento para a comunidade e para o turista.

No caso do turista, salienta-se a necessidade de ser desenvolvida uma estrutura de socorro e pronto-atendimento específica de ortopedia e trauma, para assistir adequadamente aos acidentes decorrentes do turismo de aventura, muito praticado na região. Mesmo assim, o serviço de saúde no polo não é um fator limitante à atividade turística, pois, atualmente, os atendimentos de emergência ao turista são efetuados no polo e, em função da gravidade e complexidade da demanda, o turista pode ser encaminhado à capital do estado, onde se encontram os principais serviços especializados.

Segundo entrevista com gestores públicos municipais, apenas Bodoquena tem previsto a aplicação de R$ 200.000,00 para a reforma e ampliação do hospital municipal. Os demais têm apenas previsão de recursos orçamentários para a manutenção do sistema.

4.2.10. Segurança

Todos os municípios que compõem o polo em análise, possuem Delegacia de Policia Civil. Quanto à segurança pública, a taxa de criminalidade do município é bastante pequena e sua segurança, feita pela Delegacia de Polícia Civil, conta com 7 policiais. Bodoquena conta com o 7º BPM, com um efetivo de 11 policiais militares e um grupamento no distrito de Morraria, com dois efetivos. Verifica-se que o índice de criminalidade no município é considerado baixo, mesmo nos finais de semana e feriados prolongados, caracterizando-se por poucas ocorrências de embriaguez e desordem. Não há como caracterizar, no perímetro urbano, áreas com incidência de criminalidade, pelo fato de as ocorrências registradas serem esporádicas e em pontos distintos. Entretanto, devem-se considerar área de risco as estradas vicinais que cortam os municípios.

Os maiores problemas na área de policiamento estão relacionados com o trânsito de veículos e pedestres. O Corpo de Bombeiros, que atende o município de Bodoquena, está sediado no município de Aquidauana. Assim, a distância de 140 km entre os municípios cria dificuldades na prestação de atendimento aos atrativos, que enfrentam deficiências em termos de equipamentos e pessoal treinado para segurança.

O município de Bonito é atendido pela 1ª Companhia Independente de Polícia Militar, mantendo a preservação da ordem pública e segurança da população e do turista, com policiamento efetivo das polícias civis e de trânsito. Conta com um contingente de 23 policiais militares.

O quadro abaixo descrito aponta os índices de 2006, dos registros fornecidos pelo SEMAC, para os municípios que compõem o polo em questão.

Quadro 85 – Índices de segurança pública do Polo Serra da Bodoquena, em 2006.

Descrição	Município		
	Bodoquena	Bonito	Jardim
Crimes com Morte	2	6	15
Crimes Contra a Liberdade Sexual	2	6	8
Crimes Contra Pessoa sem Morte	49	119	486
Crimes Contra o Patrimônio	52	47	423
Entorpecentes (Tráfico)	-	2	11
Crimes Contra o Meio Ambiente	3	-	27

Fonte: SEMAC/BDE (MATO GROSSO DO SUL, 2010c).

Os maiores problemas na área de policiamento são os relacionados com o trânsito de veículos e pedestres, pela infraestrutura urbana das vias públicas, de ruas estreitas, sem áreas para estacionamentos, sinalizações vertical e horizontal precárias, falta de acesso rápido ao sistema Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAVAM.

Jardim é sede do 11º Batalhão de Polícia Militar, contando com um efetivo de 56 policiais, funcionando com certa precariedade. Por deficiência de estrutura física e institucional, tanto a população quanto o turista não são bem assistidos.

Algumas regiões da cidade podem ser consideradas como perigosas pelos indícios de ocorrências, tais como a Vila Seac, Osvaldo Monteiro, Santa Luzia, Vila Angélica II e Vila Carolina. Nas ocasiões de Carnaval, e carnaval fora de época, as ocorrências de maior incidência são embriaguez, desordem e pequenos furtos, concentradas na área central da cidade, onde acontecem os eventos.

A presença do Corpo de Bombeiros nos municípios de Bodoquena, Bonito e Jardim é feita pelo 8º Subagrupamento de Bombeiros, em Jardim, que também atende Bonito, e do 7º Subagrupamento de Bombeiros, sediado em Aquidauana, que atende o município de Bodoquena.

O subagrupamento de Bombeiros do polo, localizado em Jardim, conta com 25 bombeiros, entre administrativos e operacionais, e possui quatro viaturas: 1 unidade de tratamento intensivo móvel; 1 autocomando; 1 autobomba tanque e um autobomba rápido. Segundo informações locais, muitas delas extraídas nas oficinas participativas do PDITS, a atuação dos bombeiros na região é insuficiente, pois ambos os subagrupamentos estão distantes de Bonito e de Bodoquena, são responsáveis pelo atendimento de um território extenso (incluindo outros municípios da região), e suas estruturas são limitadas. Sendo relatados casos de incêndios que, direta e indiretamente, afetam a atividade turística, que demoram a ser contidos em função do longo tempo entre relatar a ocorrência aos bombeiros e sua ação no local, ou pela insuficiência de equipamentos adequados à ocorrência.

Geralmente, nos atrativos que compõem o polo, o resgate às vitimas de afogamento é realizado por guarda-vidas e por guias de turismo. São grupos que recebem treinamento de instrutores da corporação do Corpo de Bombeiros. Todos os anos, guias e guarda-vidas retornam ao curso para reciclagem. Como os passeios são sempre guiados, quando não há salva-vidas, os guias são treinados para atender tal situação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma das reivindicações mais antiga e contundente do polo era a pavimentação da MS-178, ação esta em andamento com os recursos conforme o plano de investimento previsto no PRODETUR. De fato, este é um importante eixo de ligação e distribuição de fluxo turístico intrarregional, como também com os polos Pantanal e Campo Grande. No entanto, deve-se também priorizar a pavimentação do trecho entre os municípios de Jardim (BR-267) e Bonito, para facilitar o deslocamento e o acesso ao Aeroporto do Município de Bonito.

A pavimentação da MS-178, trará, por consequência, um aumento no fluxo de veículos pesados, que atualmente já ocorre, no centro da cidade de Bonito, gerando prejuízos consideráveis à cidade. Nesse sentido, são necessárias a elaboração de projeto e a implantação de um anel rodoviário.

A recuperação, manutenção e sinalização das principais rodovias necessitam de constantes investimentos, pois é fundamental para o acesso e distribuição de fluxos turísticos. Foram identificados os seguintes problemas ao longo das principais rodovias: (1) ocorrência de animais silvestres na pista, (2) falta de acostamento, (3) deficiência nas rótulas de acesso aos municípios (nos traçados e na sinalização), (4) necessidade de duplicação da pista e pavimentação de vias laterais de acesso na travessia de Guia Lopes e (5) falta de sinalização horizontal em alguns trechos das rodovias

As estradas vicinais necessitam de projetos de engenharia que promovam a sua readequação (drenagem, greide, traçado e outros), nos três municípios, principalmente em Bodoquena e Jardim, embora as municipalidades promovam periodicamente serviços de manutenção naquelas estradas, frequentemente utilizadas.

Os níveis de segurança nas rodovias, que circundam as cidades de Miranda, Bodoquena e Nioaque, ou que atravessam as cidades de Sidrolândia, Guia Lopes da Laguna, Jardim e Bonito, encontram-se atualmente necessitando de investimentos pela administração pública (federal e estadual), por intermédio de seus órgãos específicos, para propiciar melhor segurança aos turistas e aos habitantes das localidades.

Quanto aos aspectos sanitários, a região possui uma boa cobertura do sistema de abastecimento público de água e de potencial para atender demandas futuras, pela disponibilidade de água subterrânea e superficial. O esgotamento sanitário deve ser ampliado e se aperfeiçoar no município de Jardim. Recomenda-se que se faça um acompanhamento da eficiência do sistema de Bonito em função dos diferentes picos de vazão (baixa e alta temporada), avaliando se ele comporta os efluentes gerados e mantém a eficiência esperada, e o mesmo procedimento pode ser adotado em relação a Bodoquena, após o funcionamento do novo sistema.

A drenagem urbana tem crescido em Bonito, juntamente com a pavimentação da cidade. Já os municípios de Jardim e Bodoquena, necessitam de intervenções urgentes e expansão da drenagem urbana nas sedes, como também promover a recuperação das microbacias urbanas, tendo em vista que, ambos os municípios, já possuem projetos elaborados com recursos provenientes do Mtur, pelo programa PRODETUR/SUL.

Os resíduos sólidos são os que merecem maior atenção e investimento, considerando a realidade hoje existente. Apesar da implantação de um aterro sanitário para atender os municípios de Jardim e Bonito, Bodoquena ainda requer investimentos nesse sentido.

Além de ações estruturantes, como a construção de aterros sanitários, uma gestão integrada de resíduos sólidos deve ser objeto de investimentos para as três municipalidades, considerando a redução, reutilização, separação, reciclagem e o transporte adequado para esses resíduos, como também, um programa de educação ambiental para a população residente e o turista e a recuperação do passivo existente.

Bonito e Jardim participam efetivamente do Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento Integrado das Bacias dos Rios Miranda e Apa (CIDEMA), criado com a finalidade de promover o desenvolvimento regional, pautado em bases do desenvolvimento sustentável, adotando como unidade de planejamento as bacias hidrográficas. O consórcio é atuante na região, e tem hoje uma ação em desenvolvimento que é a construção de um aterro sanitário em Jardim, em consórcio com outros cinco municípios: Bonito, Bela Vista, Guia Lopes da Laguna e Nioaque, como foi citado em item específico. Os recursos para construção do referido aterro são provenientes dos municípios e da FUNASA. O município de Bodoquena está providenciando seu reingresso no consórcio.

A existência e o fortalecimento de organizações consorciadas são fundamentais para a gestão municipal e regional, em especial para a obtenção de recursos financeiros e/ou otimização dos recursos existentes para financiamentos de ações estruturantes dos municípios, como de fato está sendo a construção do referido aterro. A proposta de gestão integrada de resíduos sólidos pode ser viabilizada por meio do apoio de consórcios, que possuem um bom nível de abrangência, e ainda podem aportar recursos técnicos e financeiros de fontes externas (estadual, nacional e internacional).

As três cidades que compõem o polo são atendidas por serviço de telefonia fixa e móvel. Com o crescimento na economia regional pela atividade turística, observa-se que há bom nível de atendimento aos turistas na área de comunicações. As três cidades atualmente são atendidas por telefonia fixa – STFC – e móvel.

O sistema elétrico de atendimento regional encontra-se com boa disponibilidade para expansão de mercado, localizando-se próximo ao sistema de 230 kv, que compõe a rede básica do sistema interligado brasileiro.

O sistema público de saúde ainda é incipiente nos municípios do polo, assim como em boa parte dos municípios brasileiros e, somados também a essa realidade, Bodoquena, Bonito e Jardim são municípios de pequeno porte, onde a rede privada de saúde também é pequena. É notória a carência de profissionais de saúde em pequenos municípios, principalmente na rede pública, que normalmente oferecem menores salários, pouca infraestrutura e recursos tecnológicos defasados.

Existe uma rede bancária suficiente para atender a população e ao turista, com bancos públicos e privados, embora os municípios necessitem de bancos 24 Horas.

A segurança pública, ao contrário da saúde, se beneficia com o tamanho do município, considerando que os índices de criminalidade são bastante baixos nos três municípios; apenas quanto à segurança no trânsito devem ser incrementadas ações de melhoria da sinalização e educação/fiscalização. Os municípios de Bonito e Bodoquena necessitam de um agrupamento do Corpo de Bombeiros.

A região do polo necessita de modernização de serviços públicos de transporte, em Bodoquena e Bonito. Já em Jardim, o sistema existente necessita de melhorias e ampliação, pelo menos, em horários e itinerários que atendam os principais atrativos turísticos, em função do custo de implantação desses serviços para as municipalidades. Recomenda-se a elaboração de estudos de viabilidade econômica para implantação e ampliação desses serviços para os municípios em questão.

4.3. QUADRO INSTITUCIONAL

Na análise que se segue, o foco central é a avaliação da capacidade de gestão dos três municípios que compõem o polo, para participar do PRODETUR NACIONAL e identificar as áreas críticas de intervenção.

Essa capacidade de governo, identificada na continuidade como capacidade de gestão, se expressa na capacidade de direção, gerência, administração e controle do município (prefeitura e comunidade) em diferentes áreas de intervenção, aqui indicadas para orientar na readequação do PDITS.

Assumiu-se, nesse diagnóstico, que a capacidade de gestão acima referida pode ser avaliada a partir de determinados atributos, os quais funcionam como indicadores da condição do Polo Serra da Bodoquena, na consolidação da realização de seus objetivos.

4.3.1. Os Impactos e limitações das políticas públicas

No Polo Serra da Bodoquena, a intervenção mais relevante para o crescimento do turismo foi propiciada pelo Programa Nacional de Municipalização do Turismo - PNMT, que contribuiu para a estruturação do Conselho Municipal de Turismo de Bonito, instância catalisadora das reivindicações com o poder público. Ações de apoio da EMBRATUR ao órgão estadual (Fundação de Turismo do Estado do Mato Grosso do Sul), o PRODETUR com atividades na região desde o ano de 2003, enquanto PRODETUR SUL, também geraram impactos positivos em toda a Serra da Bodoquena.

Mais recentemente, o Plano Nacional do Turismo 2003-2007, com o Programa de Roteiros Integrados, braço do Macro-Programa 4 - “Estruturação e diversificação da oferta turística”, contribuiu significativamente para a formatação de novos roteiros para a região da Serra da Bodoquena, favorecendo os Roteiros Integrados.

Além das interfaces mantidas com as entidades governamentais de âmbito federal e estadual, o polo interliga-se, no exercício da gestão do turismo, com o Fórum Estadual de Turismo e com o Fórum Regional de Turismo Bonito-Serra da Bodoquena.

No município de Bonito, das instituições locais relacionadas ao turismo, encontram-se a Secretaria Municipal de Turismo, Indústria e Comércio; o Conselho Municipal de Turismo (COMTUR); e as associações representativas dos setores ligados ao turismo. Diversas associações trabalham unidas visando ao desenvolvimento do turismo de forma sustentável, sendo o modelo de gestão adotado pelo município referência para outros centros turísticos nacionais e internacionais. Destacam-se:

- Associação dos Guias de Turismo de Bonito – AGTB;
- Associação Bonitense de Hotelaria – ABH;
- Associação das Agências de Ecoturismo de Bonito – ABAETUR;
- Associação dos Atrativos Turísticos de Bonito – ATRATUR;
- Associação dos Operadores de Transporte ;
- Associação de Operadores de Bote de Bonito – APOBB;
- Associação Bonitense dos Proprietários de Agências de Ecoturismo;
- Associação dos Proprietários de Restaurantes, Bares e Similares;
- Associação Comercial de Bonito;
- Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)

- Instituto de Ensino Superior FUNLEC.

O município de Bonito conta com o Fundo Municipal de Turismo e com um importante instrumento organizacional e de gestão do setor – o "Voucher"- que propicia a distribuição racional do fluxo de visitantes e o compilamento de dados estatísticos confiáveis. Ações como a realização de cursos para formação de guias e a lei municipal 689, de 1995, que tornou obrigatório o acompanhamento de guias nos passeios turísticos, constituem-se em importantes aliados na construção de um turismo de excelência.

A centralidade do foco na capacidade de gestão do polo, dentre os que integram a Serra da Bodoquena, ficou para o município de Bonito, por ser este o município com maiores condições institucionais de prover as informações necessárias a esse tipo de avaliação.

O modelo de gestão de Bonito foi premiado como referência para outros destinos do Brasil, por isso, o tem como uma referência do máximo que foi possível organizar e das lacunas que necessitam ser priorizadas em termos de capacidade de governo no nível local, naquela região, para gerir os fluxos turísticos.

Nos demais municípios do polo, Jardim e Bodoquena, a efetiva atuação dos conselhos municipais de turismos é incipiente e seus impactos sobre a atividade ainda são pouco expressivos, sobretudo em Bodoquena, cujo COMTUR é o mais recente no polo. O fortalecimento do COMTUR de Bonito e a reestruturação dos de Jardim e Bodoquena, devem-se ao Programa de Regionalização e à ação de descentralização da gestão e fomento à boa gorvernança e à participação da sociedade, promovidos pela FUNDTUR.

Neste contexto, a atuação da FUNDTUR através do interlocutor da Região Turística Bonito-Serra Bodoquena, impactou positivamente a atividade desenvolvida no polo, visto que há a orientação de estruturação dos destinos turísticos, o que tem ocorrido em grande parte através dos COMTURs e do Fórum Regional.

Nos municípios de Bonito e Bodoquena, existem instaladas secretarias de turismo, e no município de Jardim, uma assessoria de turismo; no entanto, todas elas sem orçamento, sem equipamentos, pessoal reduzido e sem capacitação adequada.

Dentre os três municípios que compõem o polo, o município de Bonito é o que tem uma estrutura organizacional com atribuições específicas para cuidar do setor de turismo, tem recursos humanos com formação nas áreas específicas, meios físicos e tecnológicos em melhores condições de trabalho. Existe um controle sistematizado de levantamento, registros e acompanhamento de dados históricos do setor turismo do município, para que se possam desenvolver melhorias.

A predominância dos funcionários das prefeituras é regida pela forma estatutária, isso passa a ser um fator positivo para a implantação de programas de desenvolvimento do PRODETUR, em virtude da estabilidade funcional.

Quanto ao treinamento e desenvolvimento dos funcionários, percebe-se que as administrações municipais do polo não têm valorizado essa área; faz-se necessária a oferta de capacitação aos servidores públicos, para o acompanhamento dos trabalhos que serão desenvolvidos.

O município de Jardim alocou a gestão das políticas desenvolvimentistas em uma assessoria, que abrange o turismo no âmbito da administração pública municipal. Constitui-se como órgão de assessoramento e apoio direto e imediato ao prefeito municipal, conforme a Lei Complementar n. 054/2006, de 09 de outubro de 2006. O COMTUR foi criado; no entanto, ainda é incipiente a sua atuação.

O município de Bodoquena congrega as políticas desenvolvimentistas em uma Secretaria de Turismo, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, mas, não tem mantido uma estrutura mínima de funcionamento necessária para a execução das suas competências e

atribuições. Não há procedimentos, processos e fluxos operacionais de trabalho estabelecidos no âmbito da secretaria, e nem técnicos disponíveis para a função.

A Secretaria de Turismo e Meio Ambiente agregou atividades um tanto diversas e com focos diferenciados, em termos de gestão administrativa, cuja consequência pode influir no desempenho do órgão como um todo. Comumente, não deveriam ser colocadas sob uma mesma gestão administrativa atividades de fiscalização, como é a característica das ações relacionadas com o meio ambiente, e atividades de desenvolvimento e exploração dos recursos naturais, como o turismo e desenvolvimento sustentável.

Há FUMTURs instituídos, porém, sem recursos. O único que ainda tem algum recurso é o município de Bonito, provenientes dos ganhos da Gruta do Lago Azul e do Balneário Municipal.

Recentemente, foi criado o Fórum Regional de Turismo da Serra da Bodoquena, o que permitiu o envolvimento das populações locais, com a participação e discussão de temas relevantes que permeiam os interesses do turismo, abrangendo aspectos ambientais, sociais e econômicos da região.

Considerando o polo o conjunto das estruturas técnicas das organizações estatais, parceiros institucionais e ONGs, têm gerado externalidades positivas importantes para o 'trade' turístico e para o desenvolvimento do ecoturismo na região, e de alguma forma tem subsidiado as políticas públicas no sentido de estimular a construção de um ambiente de eficiência coletiva, gerador de vantagens competitivas em setores selecionados.

Quanto às questões ambientais, é reconhecida a fragilidade do ecossistema da região, decorrente das diferentes formas da ação antrópica sobre o meio ambiente, ocorrida, sobretudo, nos últimos anos. Extrativismo, lavouras e exploração agropecuária sem técnicas adequadas, controle insuficiente da atividade turística e o crescimento da rede de estradas de terra desprovidas de caixa de retenção vêm, de forma cumulativa, agravando e ameaçando a sustentabilidade da atividade turística na região. Essa realidade ressalta a importância da presença e eficácia da atuação das instituições voltadas para as questões ambientais.

Na Serra da Bodoquena, é intensa a ação pública através de políticas e programas de gestão ambiental, o que, em curto tempo, comparando o presente período com aquele quando foi elaborado o PDITS/2004, verifica-se uma expressiva alteração em prol da adequação ambiental dos empreendimentos turísticos e recuperação de danos existentes.

Ações conjuntas do Ministério público com prefeituras e ONGs, desenvolvem projetos de regularização e recuperação em propriedades ao longo dos rios da região da Serra de Bodoquena. Especificamente na Bacia do Rio Formoso, no município de Bonito, iniciaram-se o projeto Formoso Vivo, a partir do diagnóstico das propriedades às margens dos rios Formoso, Formosinho e afluentes, levantando as alterações ambientais que não se encontravam em conformidade com a legislação ambiental, tais como: APPs, RL, atividades sem licenciamento ambiental, emissão de efluentes não tratados.

Neste projeto, as propriedades rurais que apresentaram não conformidade com a legislação ambiental, assinaram um TAC específico para cada caso, onde o proprietário das terras teve prazos para desenvolver ações de recuperação ou de regularização.

O caso de Bonito serviu de modelo para o "Projeto Rio Miranda" e "Projeto Prata que Vale Ouro", desenvolvidos nas Bacias do Rio Miranda e da Prata, respectivamente. O primeiro, já está em fase de assinatura dos TACs; e o segundo, em fase de finalização do diagnóstico.

Também em Bonito, a prefeitura municipal, através da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Conselho Municipal de Meio Ambiente, desenvolve, em parceria com o Ministério Público, o Programa de Conservação do Solo e Água.

No município de Jardim, a gestão ambiental é desenvolvida pelo Núcleo de Meio Ambiente – NUMA, ligado diretamente ao gabinete do prefeito; apesar da posição estratégica, necessita de maior autonomia e infraestrutura. Possui também um Conselho de Defesa do Meio Ambiente.

Em Jardim, o CODEMA foi criado pela Lei n. 1168, de 20 de outubro de 2003, e trata da política municipal de meio ambiente. Esse tem como principais finalidades assessorar, estudar e propor as diretrizes políticas governamentais para o meio ambiente e deliberar no âmbito de sua competência sobre os recursos em processos administrativos, normas e padrões relativos ao meio ambiente.

No município em questão, o CODEMA utiliza as leis estaduais e federais para autuações, e seus recursos são provenientes do Ministério Público, que o apóia, aprova as ações de fiscalização, se reúne mensalmente, de forma participativa, e é composto com a paridade entre organização governamental, não governamental e usuários dos recursos naturais. Atualmente, possui representantes de um número significativo de entidades públicas e privadas, e do terceiro setor. Ainda que os níveis de sua efetiva participação sejam incipientes, os atores responsáveis pela gestão ambiental no município de Jardim trabalham em conjunto, com o objetivo de uma gestão integrada e como uma tentativa de unir esforços para suprir as necessidades existentes.

São elas:

- Promotoria de Justiça – 2ª Vara
- Agência Sanitária Animal e Vegetal – IAGRO
- Núcleo de Comércio Industrial e Agronegócio
- Câmara de Vereadores de Jardim
- Policia Militar Ambiental
- INCRA
- OAB
- Gerência de Saúde
- NUMA – Núcleo de Meio Ambiente/ Administração Municipal de Jardim
- ONG Santuário do Prata
- 4ª Cia. de Eng. de Combate Mecanizada
- UEMS – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
- Gerência de Educação
- Núcleo de Turismo / Administração Municipal de Jardim
- Corpo de Bombeiros Militar
- Sindicato Rural de Jardim
- Gerência de Obras / Administração Municipal de Jardim

O Conselho Municipal do Meio Ambiente de Jardim, constitui câmaras técnicas setoriais, integradas por técnicos especializados em proteção ambiental, para desenvolver estudos e propor normas e padrões ambientais, bem como, emitir pareceres e laudos técnicos. Esse fato ocorre por meio de convênios firmados com a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS, para elaboração de planos de manejo, por exemplo. Especificamente em Jardim, o conselho gerou uma legislação específica de proteção da mata ciliar do rio da Prata, no entorno dos atrativos turísticos.

A Promotoria de Justiça do Meio Ambiente de Jardim, é um órgão muito ativo, presente e parceiro da municipalidade, interferindo junto com a Polícia Militar Ambiental, o Núcleo de Meio Ambiente e o CODEMA nas irregularidades constatadas e notificadas.

Ainda em Jardim, a Polícia Militar Ambiental mantém produtiva parceria com o Núcleo de Meio Ambiente da administração municipal, atuando como agentes fiscalizadores para a execução de medidas ordenadas, com autonomia para autuar e impedir crimes ambientais, além de participarem com projetos de educação ambiental, como o Projeto Florestinha.

Possui um efetivo de 14 funcionários, que atuam em quatro municípios: Jardim, Nioaque, Guia Lopes e Maracaju. Entre as suas tarefas, encontra-se o atendimento de guarnições de oito rios de médio porte da região.

O município de Bonito possui um escritório regional do IMASUL, que, além de participar dos projetos locais e orientação nas questões ambientais, realiza também vistoria técnicas em procedimentos de licenciamento demandadas pela sede do Instituto, instalada em Campo Grande.

A fiscalização permanente do meio ambiente é exercida, sobretudo, pela Polícia Militar Ambiental, que conta com um contingente de 13 policiais sediados em Bonito, e apenas um veículo para fiscalizar uma área de 16 mil km^2. Esta se estende, além de Bonito, aos municípios de Bodoquena e Porto Murtinho.

Com esses efetivos e a insuficiência de recursos, não lhe é possível averiguar mais do que 60% das denúncias realizadas. Sua atuação prioritária está voltada para a conservação de nascentes e de matas ciliares. Um dos maiores problemas da região tem sido o desmatamento da Serra da Bodoquena, onde se encontram as nascentes dos rios que servem de base para os atrativos turísticos da região. Em Bonito, os casos de agressão ao meio ambiente são tratados judicialmente no próprio município.

Um representante do Ministério Público, sediado em Bonito, notifica os responsáveis pelos supostos danos para que esclareçam os fatos, e, quando necessário, realizem ações destinadas a mitigar os danos causados. Atualmente, a maior parte dos inquéritos em andamento decorre da ausência de licenciamento para empreendimentos turísticos. Pode-se dizer que isso decorre tanto de uma prática de se criar situações de fato dificilmente reversíveis, como do descrédito em que incorrem os órgãos ambientais, pela inércia burocrática ou, às vezes, por seu excesso de zelo.

Atualmente, a intervenção mais relevante, no tocante ao meio ambiente em Bonito, consiste na conservação e uso sustentável da Bacia do Rio Formoso.

Em Bonito, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente é o órgão responsável pela gestão ambiental pública municipal, caracterizando-se com o poder executivo ambiental em Bonito. De acordo com projeto de lei complementar, de 20 de dezembro de 2004, a secretaria atua na proposição e na gestão da política de proteção do meio ambiente; na integração de outras entidades para a obtenção de recursos relativos à preservação e à conservação do meio ambiente; no incentivo à coleta seletiva dos resíduos sólidos, como forma de preservar o meio ambiente e melhorar a qualidade de vida da população; no planejamento e na fiscalização dos serviços concernentes aos problemas ambientais do município; no estímulo à adoção de posturas, que otimizem a utilização dos recursos ambientais; na promoção da integração harmônica entre o meio ambiente e as áreas legalmente protegidas, destinadas ou utilizadas para o turismo e lazer, preservando o equilíbrio ecológico e promovendo a sua manutenção; na elaboração do plano municipal de manutenção e preservação dos recursos hídricos, em articulação com outros órgãos e entidades do município; na articulação com a Secretaria Municipal de Educação, para a promoção da educação ambiental para alunos da rede pública de ensino; no planejamento, na fiscalização e na execução dos serviços técnicos concernentes aos problemas de erosão, recuperação de solos, conservação e recuperação da cobertura florestal para proteção de nascentes e matas ciliares, e de saneamento ambiental; no licenciamento ambiental para as atividades e/ou empreendimentos econômicos, a serem desenvolvidas no âmbito do município.

Da atuação do poder executivo, destaca-se o Programa de Conservação do Solo e Água, desenvolvido em parceria com o Ministério Público e produtores rurais, envolvendo a produção de mudas para a recomposição florestal e a construção de terraços como medida de conservação do solo.

Por meio de recursos do Fundo Municipal de Meio Ambiente, gerido pelo Conselho Municipal de Meio Ambiente de Bonito – COMDEMA, foram adquiridas máquinas e implementos para a construção destes terraços.

O Conselho Municipal de Meio Ambiente de Bonito – COMDEMA, é vinculado à Secretaria de Meio Ambiente, tendo papel consultivo e opinativo junto ao poder executivo, sendo este o conselho municipal de meio ambiente mais antigo existente no Centro-Oeste, porém, o mesmo passou por várias reestruturações.

Em 2001, a Lei Municipal n. 899, extinguiu o Conselho Municipal de Conservação e Defesa do Meio Ambiente – CONDEMA, e criou o COMDEMA, ao qual compete a coordenação, fiscalização, deliberação coletiva e caráter normativo da política municipal de meio ambiente - promover articulação entre os órgãos municipais, estaduais, federais e a sociedade civil no planejamento e na definição de estratégias de proteção ao meio ambiente; emitir pareceres; analisar propostas pertinentes à legislação municipal ambiental e participar na integração dos programas e atividades governamentais e não governamentais, de questões ambientais relevantes à região.

A mesma Lei Municipal n. 899/2001, também criou o Fundo Municipal de Meio Ambiente, vinculado ao COMDEMA, com objetivo de captar recursos a serem aplicados em questões ambientais, constituído de receitas como: dotações orçamentárias; arrecadação de multas; contribuições, subvenções e auxílios da União, do estado, do município e de suas respectivas autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações; as resultantes de convênios, contratos e consórcios celebrados entre o município e instituições públicas e privadas, relacionados ao meio ambiente.

A Lei n. 988/2003, aprovada pela Câmara Municipal, alterou e complementou a lei anteriormente citada, incluindo entre as fontes de receita do Fundo: valores repassados ao município a título de ICMS Ecológico; ao critério do Ministério Público ou Poder Judiciário, os valores de indenizações ambientais ou a outros direitos difusos ou coletivos, bem como compensações dos mesmos feitos em termo de ajuste de conduta.

Assim, o COMDEMA atua junto à atividade turística no que tange aos aspectos ambientais, como determinando a frequência de visitação de alguns atrativos quando pertinente, promovendo ações ambientais integradas aos demais órgãos e instituições locais, sendo considerado um conselho atuante e referência no estado, sobretudo no que diz respeito à gestão dos recursos do ICMS Ecológico (PELLIN; et al, 2004).

Em Bonito, inúmeras ONGs, além de suas funções de assessoria técnica, têm contribuído para suplementar o papel do estado, especialmente na preservação do meio ambiente. Essa contribuição vai desde a organização de reivindicações ou denúncias de segmentos da sociedade com relação à proteção ambiental (movimentos em prol do estabelecimento de áreas protegidas, como a Serra da Bodoquena e o Pantanal do Nabileque) até a coordenação de iniciativas destinadas à recuperação de áreas degradadas (projetos de recuperação de matas ciliares).

Diante do exposto, verifica-se a necessidade de aporte de recursos materiais, humanos e financeiros, além de autonomia para ampliar a atuação dos poderes públicos municipais e estaduais na gestão ambiental.

O município de Bodoquena, apesar de ser um município com forte apelo à questão do meio ambiente, em função das belezas naturais, quantidade de áreas de preservação e as potencialidades turísticas, percebe-se que não há uma política municipal preocupada com a área ambiental. Os pontos de exploração do turismo, como os balneários, não possuem estudos de impacto ambiental e nem mesmo licença ambiental para funcionarem. Ainda não é possível analisar problemas mais sérios decorrentes dessa situação, mas em médio prazo, há riscos de perdas da qualidade dos atrativos, quer seja pela poluição dos cursos

d'água ou mesmo com desmatamento das cabeceiras, provocando o desaparecimento desses preciosos recursos naturais.

A administração ambiental municipal de Bodoquena é responsabilidade da Secretaria Municipal de Turismo, Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico. Nota-se que a pasta do meio ambiente é agregada a outras na mesma secretaria, sendo a gestão ambiental tratada no âmbito do Departamento de Meio Ambiente.

A Secretaria Municipal de Turismo, Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico foi instituída por meio da Lei Municipal n. 262/1996, e seus departamentos estruturados conforme definido na Lei Municipal n. 440/2005, a qual excluiu da estrutura administrativa da secretaria o Departamento de Agricultura e Pecuária.

Assim, conforme a Lei n. 262/1996, são atribuições da secretaria tratar de todos os assuntos relacionados com o estímulo e incremento do turismo, da indústria, do comércio, da pecuária e da agricultura do município, além da conservação do meio ambiente.

Neste sentido, cabe destacar as iniciativas de ordenamento ambiental desenvolvidas pelo poder executivo, que incluem ações para a recuperação de área degradada no distrito de Morraria do Sul, através da construção de curvas de níveis para a retenção dos sedimentos, desassoreamento do córrego e recuperação da vegetação ciliar, a administração de viveiro municipal de mudas de espécies nativas, que são doadas par recuperação de mata ciliar, e arborização urbana para o projeto.

Agendas nacionais e estaduais focados na conservação ambiental tem tido um tímido processo de acompanhamento por parte do município, como é o caso da Elaboração da Agenda 21 Estadual, em dezembro de 2000, e mais recentemente, a Conferência Estadual de Meio Ambiente, com o tema "Mudanças Climáticas", onde o município enviou representantes. A criação do Parque Nacional da Serra da Bodoquena e a elaboração de seu Plano de Manejo, foi objeto de acompanhamento pelo COMTUR, e alguns representantes da comunidade se fizeram presentes nas reuniões públicas, promovidas pelo IBAMA.

Um aspecto da gestão pública que deve ser relatado, e que representa um gargalo a ser superado em toda a região da Serra da Bodoquena, é a fragilidade dos órgãos ambientais no tocante à fiscalização, em função, dentre outros fatores, do limitado quadro de pessoal técnico. Como a região possui um patrimônio natural significativo, e que contribui para torná-la atrativa para o mercado turístico, a gestão ambiental deve ser tratada de forma cuidadosa e, um dos desafios, é conciliar o crescente interesse empresarial em abrir ou explorar novos atrativos, e a capacidade dos órgãos de fiscalização em orientar e fiscalizar os estabelecimentos.

A SEMAC/IMASUL possui estruturados os principais instrumentos da gestão pública preconizados pela Política Nacional de Meio Ambiente, tendo atuação em todos os municípios da Serra da Bodoquena, apesar de necessitar de um fortalecimento institucional, já que, somente no município de Bonito, há um escritório regional.

4.3.2. A Organização e coordenação do processo de planejamento turístico

Os três municípios do polo têm seus planos diretores elaborados; Bonito conta com um Plano Diretor Urbano, elaborado no período de 1999-2002, pela Faculdade de Brás Cubas, em parceria com a prefeitura municipal e, decorrido o prazo de dez anos, já permitia uma reavaliação. Nesse sentido, uma das ações elencadas no PDITS/2004, foi a readequação do mesmo, e que esse novo pudesse abranger todo o território municipal e não se restringisse somente a área urbana, como era o atual. O Plano Diretor Municipal

Participativo foi elaborado e aprovado na Câmara Municipal, em 2010. O Plano Diretor de Jardim está em fase de readequação e o de Bodoquena, necessita de readequações para o atendimento ao Estatuto da Cidade (Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001).

Quanto ao Plano de Fortalecimento Institucional, o de Jardim indica diretrizes propondo a melhoria em todo o sistema de organização e coordenação do processo de planejamento turístico. O município de Bodoquena também tem o plano elaborado; nele, ficou claro a indisponibilidade de informações gerenciais sobre programas, projetos e atividades, de iniciativa do poder público municipal, acerca do setor de turismo. Constatou-se, também, a ausência de um banco de dados, estatísticas e informações eletrônicas, de fácil acesso e manipulação, que possam ser úteis para a gestão do turismo. Bonito ainda não tem o seu plano elaborado.

Considera-se que o Plano Diretor e o Plano de Fortalecimento Institucional são os únicos que mantêm relação com os demais instrumentos de planejamento territorial e setorial nos municípios.

O Polo Serra da Bodoquena conta com o apoio efetivo do SENAC e do SEBRAE. Este último promoveu, junto à prefeitura de Bonito, em 1993, o primeiro Curso de Guia de Turismo Especializado em Atrativos Turísticos Naturais. Desde então, realizou 35 cursos e seminários. Entre essas iniciativas, destacam-se um programa para empresários e futuros empreendedores e dois cursos de formação de guias de turismo, além de cursos para o aperfeiçoamento de policiais militares, remadores, recepcionistas de hotéis e de agências de viagem, garçons, gerentes de hotéis e de qualidade no atendimento para o comércio. Cumpre ressaltar que diversas dessas iniciativas tiveram o SENAC/MS – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial como parceiro.

Diversos estudos, produzidos pelas entidades de ensino superior, incluindo os desenvolvidos pelos cursos de graduação em turismo existentes no polo, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (*campus* Bonito), e da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (*campus* Jardim), têm contribuído para a definição de estratégias e políticas, nos âmbitos nacionais e regionais, voltados para o desenvolvimento do ecoturismo, apoiando o planejamento e as ações locais, na medida em que são apontados os pontos críticos ao desenvolvimento e amadurecimento da cadeia produtiva relacionada ao turismo, demonstrando a importância socioeconômica do ecoturismo para a região e ajudando a identificar os principais desafios para o desenvolvimento do ecoturismo na região, e propor estratégias para sua superação.

A região também tem participado ativamente junto ao Ministério do Turismo, de vários programas e projetos, que o referido ministério oferece, conforme abaixo discriminado.

- Programa de Qualificação Profissional
- Projeto Excelência em Turismo
- Projeto Caravana Brasil Internacional
- Roadshows
- Programa de Normatização do Turismo
- Cadastur
- Programa de Estruturação dos Segmentos Turísticos
- Rede Cooperação Técnica para a Roteirização Turística
- Projeto Vivências Brasil
- Projeto Economia da Experiência

O polo também conta com suas instiuições de ensino superior voltadas ao turismo: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), em Bonito, e a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), em Jardim.

A UFMS disponibiliza no *campus* de Bonito os cursos de graduação em Turismo e Meio Ambiente e Administração. O *Campus* de Bonito iniciou suas atividades no ano letivo de

2009, oferecendo os cursos de Administração e Turismo e Meio Ambiente no período noturno, com o montante de 120 vagas, sendo 60 para cada curso.

No *campus* da UEMS, são oferecidos cursos de graduação em Turismo, Geografia e Letras, e o curso a distância de Biologia, em convênio com a Universidade de Brasília (UnB). Jardim conta também com três instituições particulares de ensino superior a distância, credenciadas pelo MEC, que oferecem cursos técnicos e de graduação, com sedes físicas em Jardim: Universidade Federal do Tocantins (EADCOM/UNITINS) oferece os cursos de graduação em Normal Superior, Administração, Ciências Contábeis, Matemática, Análise de Sistemas e Pedagogia; Centro Universitário da Grande Dourados (UNIGRAN), com os cursos de graduação em Pedagogia, Letras, Gestão Empresarial, Técnico Agrícola e Técnico em Gestão da Saúde, e Universidade para o Desenvolvimento da Região do Pantanal (UNIDERP), com cursos de graduação em Letras, Pedagogia, Administração e Serviço Social.

Dentro desta perspectiva, percebe-se que o setor público tem feito a sua parte no sentido de organizar e fortalecer sua gestão interna, e tem promovido uma ação continuada na busca de investimentos externos para melhoria do desempenho dentro de suas competências e atribuições. Os investimentos externos, juntamente com esforços internos, somados às decisões políticas negociadas com os cidadãos e iniciativa privada, tem tido um consequente desdobramento em planejamento estratégico municipal e setorial (priorizando ações e investimentos), planos operacionais de gestão e um processo de avaliação e melhoria constante do desempenho municipal.

4.3.3. A Legislação urbanística, legislação ambiental e legislação turística

Os três municípios do Polo Serra da Bodoquena têm instituído o Código de Postura, Parcelamento do Solo Urbano. Também têm seus planos diretores elaborados, salientando-se que o Plano Diretor de Jardim, em 2010, se encontra em fase de adequação. A presença destas normas municipais com certeza contribuirá para uma legislação urbanística mais completa e eficiente.

Quanto à legislação ambiental, para a instalação de empreendimentos turísticos em Mato Grosso do Sul, faz-se necessário o Licenciamento Ambiental, regulamentado pelo Sistema de Licenciamento Ambiental – SLA, através da Resolução n. 331-98. Esta Resolução define os tipos de empreendimentos que estão sujeitos ao Licenciamento Ambiental (Licença Prévia, Licença de Instalação, Licença de Operação, Renovação de Licença Prévia, Renovação de Licença de Instalação e Renovação de Licença de Operação).

Recentemente, foi instituída pelo estado a obrigatoriedade de cada atrativo ter um técnico habilitado responsável por estudos e monitoramentos da capacidade de carga, para que seja fornecida licença ambiental, com relatório semestral. A licença é renovável a cada dois anos.

O licenciamento ambiental dos empreendimentos turísticos no Estado de Mato Grosso do Sul é regulamentado pela resolução conjunta SEMA/IMAP, n. 004/2004, por meio de manual de licenciamento ambiental. Entre vários documentos a serem apresentados para o requerimento de licença ambiental, é solicitado a apresentação de certidão da prefeitura municipal, atestando que o local e a atividade estão em conformidade com as normas municipais de uso do solo.

Nos municípios do Polo Serra da Bodoquena, esta certidão é emitida pelos conselhos municipais de meio ambiente, condicionado a apresentação de documentos pessoais do empreendedor e do responsável técnico pelo projeto, da caracterização detalhada do empreendimento e mapa de localização.

A legislação que introduziu o conceito do ICMS Ecológico foi aprovada pela Assembléia Legislativa, em dezembro de 1994, pela Lei Complementar n. 077, traduzida numa versão quase na íntegra da Lei Complementar n. 59/91, similar do estado do Paraná. O que o Estado de Mato Grosso do Sul apresenta como aspecto conceitual inovador é a fundamentação na origem do critério ecológico, a partir de um critério igualitário, surpreendentemente de alto percentual, estabelecido pela Lei Complementar n. 057. O surgimento, portanto, do critério ecológico no MS, a partir da modificação de um critério de distribuição igualitário, enfatiza o princípio do ICMS Ecológico, isto é, o de promover a justiça fiscal pela conservação.

O modelo sul-mato-grossense se fundamenta na oportunidade do repasse de recursos do ICMS aos municípios que possuem unidades de conservação de várias categorias de manejo, das áreas de terras indígenas e mananciais de abastecimento público.

Bodoquena é o município da região da Serra da Bodoquena que recebeu o maior valor de ICMS Ecológico, em 2009, tendo em vista que a maior porção do Parque Nacional da Serra da Bodoquena está localizada nesse município. De forma análoga, Jardim recebe o menor índice, justamente porque as terras deste parque abrangem uma menor porção da área desse município. Os municípios têm aplicado os recursos em recuperação de áreas degradadas, produção de mudas e gestão de resíduos sólidos.

No município de Jardim, a Lei Municipal n. 1168/2003, retrata a Política Municipal de Meio Ambiente e trata: da criação do Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; do Fundo Municipal do Meio Ambiente, criado para concentrar recursos destinados a projetos de interesse ambiental; da coleta, transporte e destinação final dos lixos hospitalares; das áreas de uso regulamentado e Unidades de Conservação; dá diretrizes para a educação ambiental, como um instrumento indispensável para a consecução dos objetivos de proteção ambiental; define datas comemorativas (Semana de Meio Ambiente, Dia da Água, Dia da Terra, Dia da Árvore e Dia da Ave); define penalidades e valores de multas para infrações ambientais, entre outros.

Quanto à legislação turística, o grande avanço na legislação do turismo advém da criação da Lei Geral do Turismo, Lei n. 11.771, de 17 de setembro de 2008, que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, onde as empresas da área turística estão obrigadas a fazer o cadastro junto ao Ministério do Turismo, expandindo o Sistema de Cadastro de Prestadores de Serviços Turísticos para os segmentos de restaurantes, locadoras de veículos e os centros de convenções. Ela ainda determina normas de funcionamento da atividade, unificando a legislação do turismo no país.

Vale ressaltar a parceria que a FUNDTUR tem com as prefeituras municipais, no processo de fiscalização das atividades turísticas, e a mesma tem atuado de forma eficiente em toda a região.

No município de Bodoquena, a Lei Municipal n. 313/99, e sua regulamentação, pelo Decreto n. 993/99, normatizam a atividade turística, dos guias de turismo e restringe a caça e pesca em áreas turisticamente exploradas; o Decreto Estadual n. 10.633/02, restringe a pesca e a navegação no córrego Azul e no rio Salobra.

Percebe-se, na lei supramencionada, a junção de matérias diversas colocadas sob o mesmo diploma legal, disciplinando em seus artigos: que todos os atrativos ficam obrigados a se cadastrarem na Secretaria Municipal de Turismo, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, em um prazo de até 60 dias, regulamenta as atividades de Guia de Turismo e Monitor, e que se farão sempre presentes na visita de turistas no município, e as atividades de caça e pesca é proibida em áreas naturais, como nas grotas, cavidades, nascentes e entorno das águas, pequenos mananciais, rios e seus afluentes. A infração para desrespeito a essa Lei cabe multa e recolhimento de tributos devidos, de acordo com o Código Tributário Municipal.

As matérias abordadas não foram devidamente conceituadas, tais como: o que se entende por atrativos naturais, empresas que exploram o turismo, guia de turismo e monitor no âmbito desta lei. Um aspecto importante a ser levantado é o amparo legal para que o monitor possa substituir a função de um guia. É importante ressaltar que existem normas em esferas superiores que disciplinam tais matérias, que podem servir de referencial, inclusive para o alinhamento das normatizações municipais às diretrizes federais e estaduais.

O Decreto n. 998/99, regulamenta a lei supramencionada, deixando ainda uma lacuna quanto à conceituação e maior detalhamento dos objetos por ele disciplinados, e institui o uso de *voucher*, como documento de autorização da visitação turística, atribuindo à Secretaria Municipal de Turismo, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável a criação de "modelo próprio" do referido documento. O que, aliás, não aconteceu até a presente data.

Dois aspectos importantes devem ser considerados no Decreto n. 998/99: o conjunto de leis, que as municipalidades dispõem para o setor de turismo e meio ambiente, merecem uma revisão sob vários aspectos; percebe-se que as mesmas ainda são muito frágeis, tanto na questão de abrangência, de consistência, da clareza e precisão do texto, quanto da forma de apresentação; e os diplomas legais devem ser concatenados com base na elaboração de uma política de turismo, que fundamente as ações de planejamento, normativas, regulatórias e de fiscalização do município.

No município de Jardim, os instrumentos legais instituídos especificamente pelo município, tendo em vista a regulação do turismo, são restritos e esparsos. Inexistem leis, decretos, instruções ou outros instrumentos normativos voltados para a regulação/ordenação das atividades turísticas no município de Jardim, nem mesmo voltadas para qualquer ação direta de fiscalização ou para o gerenciamento dos atrativos turísticos de propriedade municipal.

No município de Bonito, a Lei Municipal n. 689/95, tornou obrigatório o acompanhamento de guias de turismo nos passeios turísticos locais. A Resolução Normativa n. 09/95, do COMTUR, regulamentou a instituição do "*voucher"* único, principal instrumento para viabilizar o ordenamento da atividade turística em Bonito. Destacando-se, também, as seguintes normas municipais:

- Lei n. 989, de 9 de dezembro de 2003. Estabelece limitações ambientais como forma de conservação de natureza, proteção do meio ambiente e defesa das margens nas áreas das bacias hidrográficas dos rios Formoso, Prata e Peixe, no município de Bonito – MS.

- Lei n. 1.149, de 4 de novembro de 2008 - Autoriza o poder executivo municipal a participar do Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento Integrado das Bacias dos Rios Miranda e Apa, a abrir crédito especial e dá outras providências.

- Lei n. 899, de 27 de novembro de 2001 - Cria o Conselho e o Fundo Municipal de Meio Ambiente, e dá outras providências.

Diante do acima exposto, percebe-se que o marco legal e institucional é ineficiente, a legislação ambiental, turística e urbanística ainda é incipiente, deixando muitas lacunas a serem preenchidas nestes setores. É preciso criar instrumentos legais par incentivar, regular e fiscalizar o setor de turismo e meio ambiente. Ainda é pouca a preocupação com a gestão ambiental dos empreendimentos de turismo instalados no Planalto da Bodoquena, tendo em vista que menos de 50% destes estão operando com licença ambiental. A conscientização dos empreendedores e usuários e a efetiva responsabilização do poder público pela proteção dos recursos naturais enquanto bem comum é uma necessidade iminente.

4.3.4. O Quadro dos incentivos para o investimento turístico

O Estado de Mato Grosso do Sul, por meio da Lei Complementar n. 93, de 5 de novembro de 2001, alterada pela Lei Complementar Estadual n. 103, de 19 de setembro de 2003, instituiu o Programa Estadual de Fomento à Industrialização, ao Trabalho, ao Emprego e à Renda (MS-EMPREENDEDOR). Tal programa prevê benefícios fiscais estaduais somente para a instalação de novos empreendimentos industriais, de forma que o setor de turismo não é contemplado com esses incentivos.

Neste sentido, cabe ao chefe do poder executivo municipal autorizar a doar e conceder direito real de uso com promessa de doação, e permutar terreno para a instalação ou ampliação das obras necessárias ao funcionamento do empreendimento; executar, diretamente, ou por terceiros, os serviços de infraestrutura necessários à edificação das obras civis e vias de acesso; conceder redução no valor da Taxa de Aprovação do Projeto Arquitetônico; e conceder redução no valor do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU, incidente sobre o imóvel onde funcionar a empresa incentivada e o prazo.

No município de Bodoquena, ainda visando ao incremento da atividade turística, a Lei n. 04/98, prevê a isenção total de impostos para os empreendimentos turísticos. Em Jardim, não foi registrado nenhum tipo de incentivo fiscal para as atividades turísticas. Por fim, no município de Bonito, há a Lei Complementar n. 041, de 4 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a instituição do Programa de Incentivos para o Desenvolvimento Econômico e Social do Município de Bonito. Na prática, não existe fomento à atividade turística por parte das prefeituras, haja vista a ausência de leis municipais que incentivem o turismo.

Há necessidade de se criar leis municipais de incentivos ao turismo como, por exemplo, a redução temporária de ISS para novos empreendimentos turísticos, conceder redução gradativa do IPTU, conforme o tamanho do empreendimento etc.

Há recursos provenientes para financiamento do turismo com taxas atrativas, conforme detalhado no quadro seguinte, como a linha de desenvolvimento do turismo do FCO, a qual se configura como a alternativa mais atraente atualmente. O FCO pode ser acessado pelo Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, Sistema de Crédito Cooperativo ou Banco do Brasil, sendo esse último, a principal instituição financeira adotada pelos empresários do Centro-Oeste.

O acesso a esse financiamento é restrito aos empresários que preenchem aos requisitos cadastrais exigidos pelo Banco do Brasil, e o financiamento de capital de giro, principal problema encontrado pelo empresário do setor, é limitado e somente liberado isoladamente se associado à aquisição de matéria-prima e insumo, ou se vinculado ao financiamento de investimento em prazo extenso. Considerando a baixa participação de matéria-prima e insumo nos custos desses empreendimentos, visto que são prestadores de serviços, o acesso ao financiamento, na prática, somente se viabiliza em raros momentos de grandes investimentos.

Ressalta-se também, o desconhecimento dos empresários em relação aos financiamentos existentes e sua resistência em buscar esse tipo de capital, em decorrência da documentação e garantias exigidas.

Quadro 86 - Demonstrativo das principais linhas de financiamento disponíveis aos investidores do Polo Serra da Bodoquena.

INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	LINHA DE FINANCIAMENTO	FINALIDADE	BENEFICIÁRIOS	PRAZOS	TAXAS DE JUROS
FCO	Desenvolvimento do Turismo Regional.	Implantação, ampliação e modernização de empreendimentos turísticos.	Meios de hospedagem, agências de turismo, parques temáticos, restaurantes, bares, centros de convenções, casas de espetáculos.	Investimento fixo: - até 12 anos; - até 20 anos p/ meios de hospedagem. Capital de Giro: até 3 anos.	De 6,75% a 10,0% ao ano, dependendo do porte do empreendimento.
BNDES	BNDES Finem – Capacidade Produtiva para o Turismo.	Apoiar a implantação, expansão e modernização do complexo turístico nacional.	Empreendimentos de infraestrutura, serviço turístico e ecoturismo em áreas de preservação ambiental.	Investimento fixo: - até 8 anos p/ reforma, ampliação e modernização; - 10 anos p/ novos empreendimentos.	Custo Financeiro + Remuneração Básica do BNDES + Taxa de Intermediação Financeira + Remuneração da Instituição Financeira Credenciada.
BNDES	ProCopa Turismo – Hotel Sustentável.	Construção, reforma, ampliação e modernização de hotéis.	Hotéis que obtenham a certificação no Sistema de Gestão da Sustentabilidade para Meios de Hospedagem.	- Construção de novos empreendimentos: até 18 anos. - Ampliação, reforma e modernização de empreendimentos: até 12 anos.	Custo Financeiro + Remuneração do BNDES + Taxa de Risco de Crédito + Taxa de Intermediação Financeira + Remuneração do Agente Financeiro.
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	PROGER Turismo – Investimento.	Projetos de investimento e capital de giro associado.	Micro ou pequena empresa do ramo turístico.	Até 5 anos, incluído a carência.	* TJLP + 5,0% ao ano p/ operações de até 48 meses. * TJLP + 5,33% ao ano p/ operações acima de 48 meses. * IOF conforme legislação vigente.

Fonte: elaboração própria.

Considerações finais

As premiações sucessivas de Bonito como o melhor destino de ecoturismo do país, são interpretadas pelo *trade* como uma consequência da gestão do turismo presente no polo, principalmente no município de Bonito, dotando de qualidade o produto turístico local.

Essa gestão descentralizada, onde empresários, ONGs e outros atores locais têm papel proeminente na gestão pública municipal, através da função atualmente exercida pelo COMTUR de Bonito junto ao executivo, deve-se a um longo processo de sensibilização e mobilização do trade e empoderamento da sociedade na instância local, criando ambiente para que a boa governança seja desenvolvida.

Semelhantemente, se verificam os impactos positivos da gestão descentralizada e participativa do meio ambiente em Bonito e Jardim, onde os conselhos municipais do meio ambiente, dotados de recursos financeiros oriundos dos respectivos fundos municipais do meio ambiente, promovem a gestão local voltada à realidade vivenciada, englobando no processo instituições de ensino, ONGs, empresários e outras organizações civis.

Esses sistemas de gestão encontrados no polo, e apoiados nas diretrizes da Política Nacional do Meio Ambiente e da Política Nacional do Turismo, e enfocados nas estratégias de atuação do governo estadual, tendem a ser fortalecidos e reaplicados nos demais municípios da região turística Bonito-Serra da Bodoquena, incluindo o município de Bodoquena, onde se verifica um menor nível de organização do planejamento turístico. Para tanto, é imperativo o desenvolvimento de instrumentos para a implementação adequada destas políticas, destacando-se a Política Nacional do Turismo, que potencializarão os impactos sobre o Polo Serra da Bodoquena.

Nota-se que, no polo, são atuantes os órgãos públicos, associações e outras organizações civis, o terceiro setor, instituições de ensino e o sistema S (principalmente SEBRAE e SENAC), dentre outras instituições, cujas ações, em prol do desenvolvimento local sustentável, devem ser orquestradas através do Fórum Regional do Turismo. Para tanto, deve-se considerar a intervenção, através do PDITS atual, no sentido criar ambiência para uma participação da sociedade de maneira representativa, contínua e de qualidade na gestão do turismo no polo.

Da mesma maneira, a intervenção junto aos órgãos de gestão pública municipal ampliaria, de maneira positiva, os impactos das políticas do turismo no Polo Serra da Bodoquena, se implantados, em sua totalidade, os projetos de fortalecimento institucional elaborados, fruto das ações do PDITS/2004, e se fortalecidas as demais instituições governamentais que interferem no desenvolvimento da atividade turística presentes no polo, em especial, as do meio ambiente, em decorrência deste ser a base do turismo local.

Subsidiando a eficácia das políticas locais e da organização e planejamento do turismo no polo, deve-se considerar formatar e ampliar os arcabouços legais municipais a fim de viabilizar a concessão de benefícios e incentivos aos investimentos turísticos no polo, ordenar o desenvolvimento da atividade, criando-se instrumentos para fomentar o turismo sob princípios sustentáveis.

4.4. ASPECTOS SOCIOAMBIENTAIS

A análise socioambiental do polo abrange as condições ambientais específicas de uma área de grande relevância ecológica, considerando os impactos ambientais existentes, sobretudo os decorrentes do setor turístico, incluindo a gestão ambiental pública, privada e destaca os instrumentos de planejamento e controle territorial existentes.

Para esta análise, foram buscadas informações nos órgãos e com representantes do setor e complementadas com visitas *in loco* a atrativos turísticos, e aos órgãos municipais correspondentes ao turismo e ao meio ambiente.

4.4.1. Condições ambientais da área turística

O Polo Serra da Bodoquena (Bonito, Jardim e Bodoquena), localiza-se no Planalto da Bodoquena, que tem sua origem estimada em mais de 500 milhões de anos, ocorrida durante o período Pré-Cambriano. Essas rochas calcárias expostas estão em processo de dissolução e, pelas fraturas, formam-se cavernas, abismos e condutos subterrâneos. Ocorrem ainda ressurgências e surgências, conhecidas como olhos d'água, que são as nascentes da baía Bonita, do rio da Prata, em Jardim, e do rio Sucuri (BOGGIANI, 1999).

O Planalto da Bodoquena, localizado na porção oeste de Mato Grosso do Sul, é contornado pelas depressões do Miranda e Apa e pelo Pantanal mato-grossense. Trata-se de um conjunto de relevos serranos de caráter residual, com direção norte-sul, que se ergue como um extenso divisor entre a Bacia do Rio Paraguai (a oeste) do Apa (ao sul), e Miranda (a leste). Apresenta altitudes de 400 m a 650 m, e algumas áreas do entorno podem apresentar altitudes superiores a 750 m, ou inferiores a 400 m, e as maiores altitudes se apresentam a oeste, por causa do regional das camadas.

Essa região é caracterizada por uma cadeia de montanhas, com saliências irregulares, cônicas ou tabulares, com solos calcários e com cobertura originalmente de ambiente de Cerrado e floresta estacional semidecidual, com matas de galeria ou ciliar ao longo dos rios e córregos (formando uma barreira de calcário, cujas encostas submergem em pequenas planícies de arenito ou calcário, com aspecto de campo (ALHO; SABINO; ANDRADE, 2007).

A Serra da Bodoquena conta com uma enorme variabilidade do meio físico em função da diferenciação litológica e geomorfológica e, em consequência, uma distribuição de recursos hídricos com rios associados às feições cársticas, em rochas calcárias calcíticas e dolomíticas, com águas cristalinas, atrativas para o turismo na natureza (ALHO; SABINO; ANDRADE, 2007).

Além dos rios e córregos em rochas calcárias, as feições geológicas com porosidade e permeabilidade do subsolo facilitam a percolação da água subterrânea e polarizam os processos de dissolução e precipitação de carbonatos de cálcio e carbonatos de magnésio na formação de estalagmites e estalactites, que também constituem atrativos de ecoturismo nas grutas da região. Grutas com lagos submersos e cachoeiras são procuradas pelos turistas (ALHO; SABINO; ANDRADE, 2007).

Considerando que as atividades turísticas da região são embasadas nos ecossistemas aquáticos e no patrimônio espeleológico, condições ambientais que já foram avaliadas e caracterizadas no PDTIS/2004, na sequência serão apresentadas as mesmas caracterizações, porém com atualizações, do monitoramento da qualidade das águas e de outros estudos implementados na região.

- Caracterização ambiental:

A área compreendida pelo Polo Serra da Bodoquena pertence à Bacia Hidrográfica do Alto Paraguai, e seus principais rios, à Bacia do Miranda. Destacam-se como cursos d'água com maior potencial turístico os rios Miranda, Formoso, Sucuri, Mimoso, Perdido, Chapena, da Prata, Salobra, Betione e seus afluentes. Atualmente há uma alta concentração de atrativos turísticos às margens do rio Formoso e seus afluentes, em Bonito e, igualmente, tende a ocorrer o mesmo no rio da Prata, em Jardim, e no rio Betione, em Bodoquena (figura 75).

As rochas carbonáticas presentes na região possibilitou a formação de inúmeras feições cársticas, tais como colinas, sumidouros, ressurgências, além da formação das cavernas. Deste modo, as paisagens do polo apresentam características que estão diretamente relacionadas ao fenômeno de desenvolvimento cárstico, cuja principal propriedade é a presença da drenagem subterrânea.

Na região há também inúmeras surgências, conhecidas como “olhos d’água”, como na Baía Bonita ou Aquário Natural, rio Sucuri (Bonito), nascente do rio da Prata (Jardim) e no córrego Azul (Bodoquena), dentre outras. (MATO GROSSO DO SUL, 2005)

Em decorrências desse cataclasamento e brechamento das rochas calcárias e à circulação das águas em subsuperfície, estas funcionam como reservatórios hídricos subterrâneos, criando áreas de recarga e áreas de descarga. (DIAS, 2000).

Nestes ecossistemas, a vegetação aquática é densa e amplamente distribuída ao longo dos corpos hídricos, a qual tem um importante papel no ambiente, como alimento e abrigo para a fauna aquática. A alta piscosidade dos rios da região, sua variedade de tamanhos e cores, tem grande atratividade para turistas em atividades como flutuação e mergulho, quando se podem observar espécies como vermelho-escarlate do mato-grosso (*Hyphessobrycon eques*), piau-três-pintas (*Leporinus friderici*), cachara, (*Pseudoplatystoma fasciatum*) e mesmos espécies raras e endêmicas como o recém-descoberto cascudo albino.

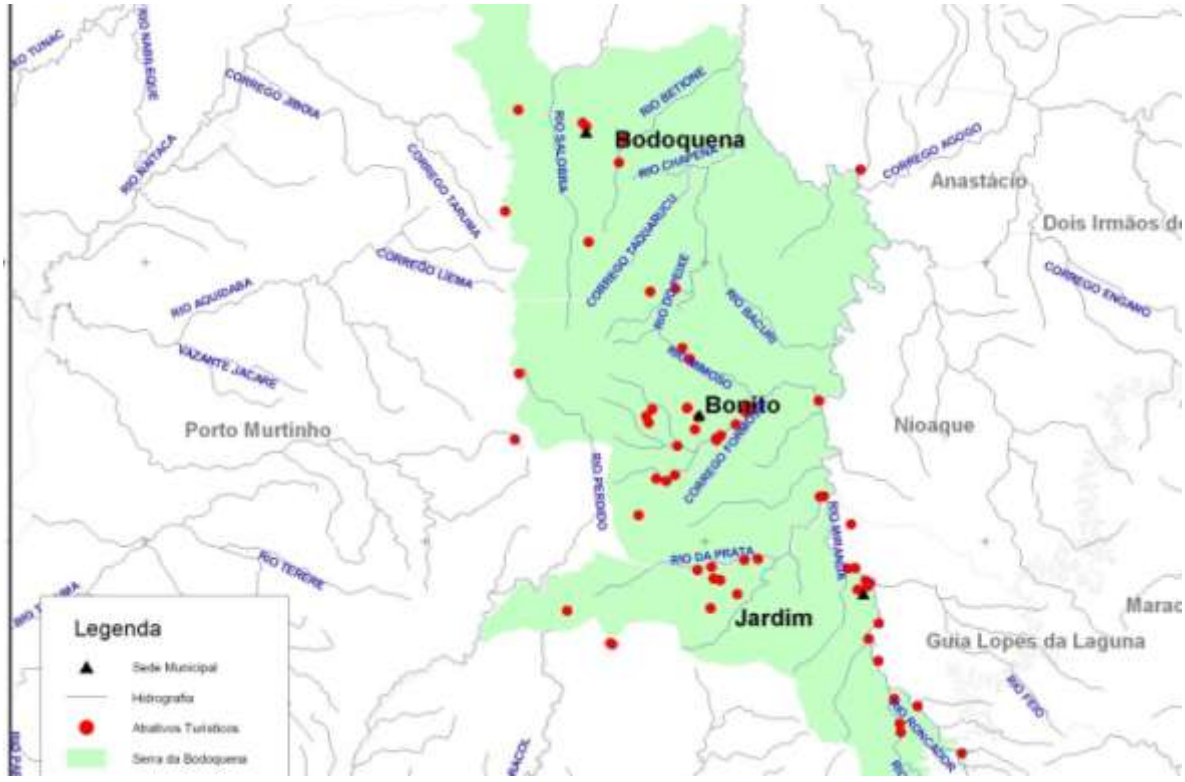


Figura 74 – Localização dos principais atrativos turísticos no Polo Serra da Bodoquena.
Fonte: Hidrografia – CPRM, 2006, Atrativos – PRODETUR, 2008

Condições ambientais:

Toda essa potencialidade está sob pressão do uso e ocupação existente nas sub-bacias que compõem a Serra da Bodoquena, tais como desmatamentos, degradação de áreas de proteção ambiental, degradação e uso inadequado dos cursos de água. A seguir, descrevem-se alguns problemas ambientais detectados que podem comprometer a qualidade dos ecossistemas aquáticos importantes para o turismo.

O uso dos córregos, que têm suas nascentes e/ou cortam a área urbana e periurbana, também contribui na qualidade dos atrativos/produtos turísticos localizados em áreas rurais. Os levantamentos realizados para a execução das drenagens urbanas dos três municípios em questão relatam que existem problemas ambientais nesses córregos. Informações estas que são reforçadas pela avaliação do monitoramento estadual da qualidade da água, que detecta, por meio dos parâmetros avaliados, que esses córregos são receptores de efluentes domésticos *in natura* clandestinos, possuem muitos sedimentos provenientes de processos erosivos, ou suportam os lançamentos das ETEs, o que comprometem a qualidade requerida na categorização existentes desses corpos d'água, e impactam negativamente os principais rios turísticos da região, como o Formoso e Betione. O quadro a seguir apresenta os principais problemas ambientais identificados:

Quadro 87 – Principais problemas ambientais em córregos urbanos do Polo Serra da Bodoquena.

Corregos	Município	Problemas ambientais
João Augusto	Bodoquena	- Ausência de Área de Preservação Permanente – APP e processos erosivos dentro da microbacia; - Ocupação irregular de APP e fundo de vale; - Coloração escura da água com forte odor, característico de lançamento de esgoto *in natura*.
Sol Nascente	Bodoquena	- Ausência de APP e processos erosivos dentro da microbacia.
Acampamento	Bodoquena	- Degradação de área de nascente e ausência de APP e processos erosivos dentro da microbacia.
Cachoeirinha	Jardim	- Muito descaracterizado por ações antrópicas decorrentes da urbanização do município; - À jusante do córrego, encontra-se a ETE Cachoeirinha, que serve de destino para a emissão final de seus efluentes.
Talvegue Bacia Nordeste	Jardim	- Ausência de APP e processos erosivos dentro da microbacia.
Talvegue Bacia Sudeste	Jardim	- Ausência de APP e processos erosivos dentro da microbacia; - Presença de lixo e entulhos (restos de materiais de construção), depositados em suas margens e carreados para seu leito; - Presença de animais que utilizam o leito do córrego para dessedentação; - Instalação de empreendimentos comerciais como lavadouros de carros, entre outros, que escoam seus efluentes para seu leito.

Fonte: AGRICON Consultoria.

- **MONITORAMENTO DA QUALIDADE DA ÁGUA:**

No Polo Serra da Bodoquena, os recursos hídricos possuem uma grande função socioeconômica, além de serem fundamentais, tanto no aspecto natural (preservação e manutenção das espécies, manutenção do ciclo hidrológico) quanto no aspecto antrópico e social (abastecimento humano, diluição de efluentes), pois é a base para o desenvolvimento de atividades turísticas.

Para tanto, a manutenção desses recursos hídricos em termos qualitativo e quantitativos é primordial e, por isso, desde 1996, o IMASUL vem realizando o monitoramento da qualidade das águas em vários municípios de Mato Grosso do Sul, incluindo os do polo em questão.

Na Bacia do Rio Miranda, são retiradas amostras de 29 pontos de coletas, dentre os quais, para a região da Serra da Bodoquena, somente o município de Bonito possui pontos de análises implantados, e, destes, 11 estão localizados na microbacia do rio Formoso: quatro no rio Formoso, cinco no córrego Bonito, um no córrego Restinga e um no córrego Saladeiro, conforme são apresentados, a seguir, os pontos monitorados com seus respectivos códigos IMASUL e localização:

- FO2073 Rio Formoso, a montante da foz do córrego Sucuri;
- FO2065 Rio Formoso, no Balneário Municipal, a 65 km da foz;
- FO2047 Rio Formoso, na Ilha do Padre;
- FO2000 Rio Formoso, na foz;
- BO2014 Córrego Bonito, na nascente;
- BO2010 Córrego Bonito, a montante do córrego Restinga;
- BO2008 Córrego Bonito, a montante da foz do córrego Saladeiro;
- BO2007 Córrego Bonito, a jusante da foz do córrego Saladeiro (criado em 2008 para acompanhar a qualidade da água em decorrência da ETE ali presente);
- BO2000 Córrego Bonito, na foz;
- RE2000 Córrego Restinga, na foz;
- SA2000 Córrego Saladeiro, na foz.
- Na sequência, são apresentados os dados de monitoramento da água na microbacia do rio Formoso, resultantes de análises laboratoriais dos parâmetros físicos, físico-químicos, químicos e bacteriológicos. Todos esses dados pertencem ao Relatório de Qualidade das Águas Superficiais do Estado de Mato Grosso do Sul, 2008, de autoria do IMASUL (MATO GROSSO DO SUL, 2009b).
- Nessa avaliação da qualidade das águas superficiais foram utilizados os seguintes métodos: Índice de Qualidade da Água - IQA_{NSF}, Oxigênio Dissolvido – OD, IQA 20% e OD 20%. O IQA aqui apresentado e adotado pelo IMASUL é o da *National Sanitation Foundation* (NSF-USA), adaptado pela CETESB, o qual incorpora nove parâmetros relevantes para a avaliação da qualidade das águas: coliformes fecais, pH, demanda bioquímica de oxigênio, nitrogênio total, fosfato total, temperatura, turbidez, resíduo total, oxigênio dissolvido. Abaixo, segue a classificação da qualidade da água em função da graduação desse índice:

Qualidade	péssima	ruim	aceitável	Boa	ótima
Índice	0 a 19	20 a 36	37 a 51	52 a 79	80 a 100

A microbacia do rio Formoso apresentou qualidade de água, variando entre boa e ótima, em 2008, considerando os valores de IQA, obtidos a partir das amostras analisadas. A aplicação do IQA médio anual aponta para a qualidade boa das águas do rio Formoso, em todo seu trecho monitorado, variando entre 66 e 76. (Quadro abaixo).

No mesmo quadro, pode ser observado que, a partir do mês de maio, não foram mais realizadas coletas no ponto 00MS23BO2010, em função da alteração do ponto de lançamento da ETE, passando a fazer parte das coletas o ponto 00MS23BO2007, que apresentou IQA aceitável no mês de maio e ruim nos meses subsequentes.

Quadro 88 - Qualidade das águas da microbacia do rio Formoso medida pelo IQA_{NSF}, no ano de 2008.

Pontos de Amostragem	Qualidade das águas medida pelo IQA_{NSF}				
	Mar	Maio	Jul	Set	Nov
00MS23FO2073	62	71	70	60	66
00MS23FO2065	75	80	79	69	78
00MS23FO2047	74	65	75	70	80
00MS23FO2000	73	66	68	62	75
00MS23BO2014	47	60	55	57	41
00MS23BO2010	40	*	*	*	*
00MS23BO2008	56	64	57	59	47
00MS23BO2007	*	47	20	18	31
00MS23BO2000	45	54	44	44	59
00MS23RE2000	50	64	66	37	54
00MS23SA2000	55	57	41	*	55

*Não houve coleta

Ótima (80-100) Boa (52-79) Aceitável (37-51) Ruim (20-36)

Fonte MATO GROSSO DO SUL, 2009b

Os pontos de amostragem da microbacia do rio Fomoso, apesar de em maior parte apresentarem qualidade da água boa, tiveram algumas amostras que resultaram em desconformidade com os padrões de suas classes, conforme citados a seguir.

Ressalta-se que a Deliberação n. 03/97, do CECA/MS, enquadrou o rio Formoso e seus afluentes até a confluência com o córrego Bonito, na Classe Especial, e os demais trechos na Classe 2. Na Classe Especial, incluem-se as águas destinadas ao abastecimento doméstico, sem prévia ou com simples desinfecção, bem como a preservação do equilíbrio natural das comunidades aquáticas. Já os corpos d'água da Classe 2, destinam-se ao abastecimento doméstico, após tratamento convencional, à proteção das comunidades aquáticas, à recreação de contato primário (esqui aquático, natação e mergulho), à irrigação de hortaliças e plantas frutíferas e à criação natural e/ou intensiva (equicultura) de espécies destinadas à alimentação humana

O ponto 00MS23FO2073 (rio Formoso, a montante da foz do córrego Sucuri), enquadrado como Classe Especial, e localizado próximo à nascente, apresentou uma concentração de OD fora do padrão, provavelmente em decorrente da influência da pecuária intensiva e extensiva, suinocultura e agricultura.

O rio Formoso, que concentra um número expressivo de atrativos turísticos, ao longo de todo o ano de 2008, apresentou qualidade boa, incluindo a qualidade ótima em maio, no Balneário Municipal e, em novembro, na Ilha do Padre, sendo apto para o uso múltiplo, inclusive a balneabilidade e a recreação de contato primário. Porém, no Balneário Municipal

(ponto 00MS23FO2065) houve amostras com concentrações fora do padrão para a Classe 1 e, da mesma maneira, a Ilha do Padre, ponto 00MS23FO2047, apresentou os parâmetros OD (em março), fósforo total (em maio e julho) e coliformes termotolerantes (em setembro), em desacordo com a Classe 2.

Os melhores índices observados em 2008, no Balneário Municipal, devem-se ao efeito das corredeiras que propiciam a turbulência e oxigenação da água e à área de banhado, que o rio atravessa e que funciona como um filtro natural para as suas águas.

O ponto 00MS23FO2000, situado na foz e enquadrado na Classe 2, apresentou qualidade boa em todas as amostras coletadas, embora o parâmetro fósforo total tenha se apresentado fora do padrão dessa classe, nas amostragens de maio a novembro, além de coliformes termotolerantes, em setembro.

O córrego Bonito está totalmente enquadrado como Classe 2, já que, de acordo com o IQA médio anual, ele apresentou qualidade BOA no ponto 00MS23BO2014, localizado próximo à nascente, com valor de IQA médio anual igual a 52; no ponto 00MS23BO2010, localizado a jusante desse ponto, a qualidade piorou, passando a apresentar-se como aceitável (IQA médio 40), ressaltando que, para este local, foi feita apenas uma coleta e esta amostra pode não representar o perfil desse curso d'água.

O ponto 00MS23BO2014 apresentou qualidade aceitável nos meses de março e novembro, sendo que os parâmetros de OD (com o menor valor igual a 2,1 mgO_2/L em março), coliformes termotolerantes (com concentração de 5.000 NMP/100ml nos dois meses) e fósforo total (com o maior valor igual 0,665 mgP/L em novembro) apresentaram concentrações fora dos limites da Classe 2, e contribuíram para essa pior qualidade.

No ponto 00MS23BO2010, localizado a montante da foz do córrego Restinga, foi realizada apenas uma coleta no mês de março que, a partir do cálculo do IQA, apresentou qualidade aceitável, sendo que os seguintes parâmetros contribuíram para esta baixa qualidade: OD (2,2 mgO_2/L), coliformes termotolerantes (50.000 NMP/100mL) e fósforo total (0,253 mgP/L).

O ponto 00MS23BO2008 apresentou qualidade boa nas amostras de março a setembro, e aceitável somente em novembro, tendo os parâmetros coliformes termotolerantes (35.000 NMP/100ml) e Fósforo total (0,223 mg/L) como os que estiveram em desacordo com o padrão da Classe 2, segundo a Resolução CONAMA 357/2005, e a Deliberação CECA/MS n. 003/1997. Durante todos os meses amostrados, houve concentrações de fósforo total fora deste padrão também, com valores variando entre 0,112 mgP/L e 0,363 mgP/L.

O ponto 00MS23BO2007, que monitora o impacto do efluente da ETE sobre o córrego Bonito, apresentou qualidade aceitável no mês de maio, quando os parâmetros coliformes termotolerantes e Fósforo total estiveram em desacordo com o padrão da Classe 2. Posteriormente, em julho, setembro e novembro, a qualificação obtida foi a ruim, com coliformes termotolerantes, apresentando valores que variaram de 280.000 NMP/100ml (em novembro) até 2.200.000 NMP/100ml (em setembro), fósforo total apresentando concentrações entre 3,020 mgP/L, em novembro, e 7,600 mgP/L, em julho.

Nesse ponto, ainda se registraram como fora do padrão, o OD, o DBO5,20, em julho e setembro, respectivamente, e o nitrogênio amoniacal fora do padrão desta Classe durante todo o período monitorado.

O ponto 00MS23BO2000, com qualidade aceitável em março, julho e setembro, apresentou fósforo total em concentrações fora do padrão da Classe 2 durante todo o período amostrado, parâmetros de coliformes termotolerantes acima do limite nos meses de março a setembro, e OD fora do padrão dessa Classe, em março, julho e setembro.

Em geral, a baixa qualidade das águas do córrego Bonito é decorrente do lançamento de esgoto doméstico não tratado e do efluente da ETE, sendo refletidos pelas alterações nos parâmetros coliformes termotolerantes, $DBO_{5,20}$, OD, fósforo total e nitrogênio amoniacal.

Em 2008, o córrego Restinga, no ponto 00MS23RE2000 (foz), apresentou qualidade de água aceitável, nos meses de março e setembro, e boa no restante do ano. O parâmetro coliformes termotolerantes esteve fora dos padrões em todas as amostras, cujas concentrações variaram de 1.300 NMP/100ml (maio) e 14.000 NMP/100ml (março). Outros parâmetros que influenciaram na qualidade aceitável foram OD, que variou de 3,3mg O_2/L (março) até 1,5mgO_2/L (setembro), e fósforo total, com concentração de 0,390 mgP/L, em setembro.

O ponto 00MS23SA2000, localizado na foz do córrego Saladeiro, e enquadrado como Classe 2, apresentou qualidade aceitável em maio e boa no restante do ano, embora os parâmetros coliformes termotolerantes e fósforo total tenham apresentado concentrações em desacordo com o padrão desta Classe em todas as quatro amostras do ano. Outro parâmetro que contribui para a qualidade aceitável foi o OD (1,6 mgO_2/L).

Ressalta-se que não houve coleta em setembro porque esse curso d'água é intermitente, e naquele momento, se apresentava recebendo águas do córrego Bonito.

No PDITS/2004 era apontada a piora na qualidade das águas na Bacia do Rio Formoso, que é monitorado desde 1996, principalmente o córrego Bonito e o rio Formoso, no ponto de lançamento do mesmo córrego.

- **PATRIMÔNIO ESPELEOLÓGICO**

A formação de uma cavidade subterrânea natural é consequência das condições especiais do meio ambiente e também do meio externo que a circunda; assim, todas as alterações externas, como poluição das águas, desmatamento, afetam o seu ambiente interior, suas formas de vida e a própria formação dos espeleotemas. Igualmente, ressalta-se que a poluição interna das cavernas, tanto por dejetos como por construções para comodidade dos turistas, ou retirada de pedaços de ornamentos para lembranças ou inscrições de nomes nas paredes, e tantos outros atos, podem comprometer severamente estes ambientes frágeis.

A formação calcária da região da Serra da Bodoquena, seu natural processo de dissolução e fraturas existentes, faz com que o polo tenha uma expressiva variedade de cavidades secas e úmidas subterrâneas naturais, que mostram registros importantes da história geológica da região e/ou do planeta, ou beleza cênica excepcional, podendo incluir aspectos arqueológicos, ecológicos, históricos ou culturais.

Para que essas potencialidades de turistificação das cavidades naturais da região da Serra da Bodoquena sejam adequadamente exploradas e, no caso de UCs, como o Parque Nacional da Serra da Bodoquena, subsidiem a elaboração de seus planos de manejo, é necessário definir as cavidades de acesso público, uso técnico-científico, turístico entre outros, pautados na análise das fragilidades e na atratividade espeleoturísticas (LOBO, 2007).

O mesmo autor indica que, para identificar o potencial espeleoturístico, é necessário levantar os fatores de maior atratividade, que estão ligados ao ideário de natureza intocada, de aventura, à beleza cênica e à paisagem subterrânea. Esses podem ser identificados por meio da análise das variáveis e indicadores ambientais, conforme demonstrado na figura seguinte.

Figura 75 – Variáveis ambientais a serem consideradas na análise da potencialidade turísticas de cavidades.
Fonte: LOBO, 2007.

Nesse contexto, as cavidades subterrâneas naturais da região da Serra da Bodoquena apresentam vocação turística contemplativa e de turismo de aventura, tanto para atividades verticais como para atividades aquáticas, sendo muitas destas já consolidadas, como empreendimentos turísticos: Gruta do Lago Azul, Gruta de Nossa Senhora Aparecida, do Carneiro, Abismo Anhumas, Buraco das Araras, entre outras.

No PDITS/2004, é apresentando o resultado de levantamentos realizados na região, onde se indica a existência de aproximadamente 30 cavernas em Bonito. Catalogadas no Centro Nacional de Estudo, Proteção e Manejo de Cavernas (CECAV) estão cerca de 150 grutas e cavernas em todo o polo; destacando-se pela importância turística, a Gruta do Lago Azul, a Gruta N. Sra. da Aparecida, Abismo Anhumas e a Gruta São Miguel, que compõe o mesmo complexo no município de Bonito (figura 77); a cavidade natural Lagoa Misteriosa e o Buraco das Araras, no município de Jardim; e a Gruta do Urubu-Rei, catalogada no município de Bodoquena, mas ainda sem um estudo ambiental para a exploração turística.

A Gruta do Lago Azul é formada por um salão principal, Salão do Lago, medindo 143 m x 80 m, piso inclinado e lago subterrâneo, com mais de cinquenta metros de profundidade, onde incidem diretamente raios solares, destacando sua coloração, por causa da ampla entrada circular, com cerca de 40 m de diâmetro, da gruta. Recentemente sua licença ambiental de operação foi renovada, sendo o limite de visitas por dia ao atrativo de 305 pessoas, divididas em grupos de até 15 pessoas, sendo possível entrar até quatro grupos, e o intervalo entre um e outro grupo é de 20 minutos.

- Condições ambientais:

Em estudo-relatório, foi elaborado um (EIA-RIMA) e Plano de Manejo da Gruta do Lago Azul e N. Senhora Aparecida (figura 77), que teve sua 3ª versão concluída em 2007, tendo por objetivo o licenciamento ambiental dessas grutas e a implantação das seguintes estruturas:

1) Melhoria no caminhamento atual da Gruta do Lago Azul e sua ampliação (novo caminhamento);
2) Centro de visitantes aos turistas para as grutas do Lago Azul e Nossa Sra. Aparecida e demais infraestruturas de apoio externas às cavernas. (OBS. O CECAV/IBAMA exigiu que o estudo das cavernas fosse separado em dois, mas a infraestrutura de visitação é única para as duas cavernas, o que dificulta o desmembramento do estudo. Por esse motivo, a parte relativa às infraestruturas externas foram mantidas por completo nos dois EIA-RIMAs);
3) Plano de manejo espeleológico da Gruta do Lago Azul.

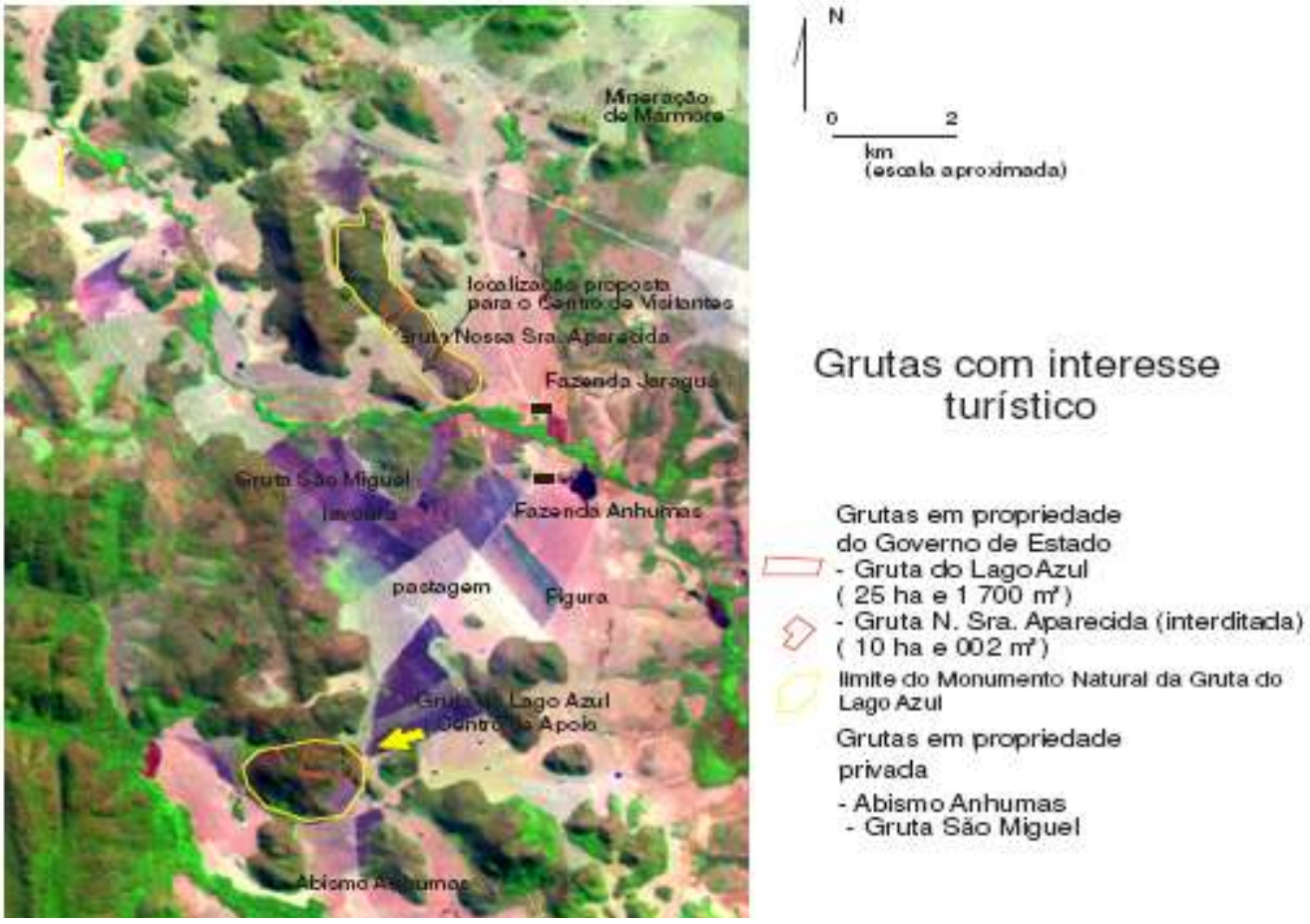


Figura 76 - Grutas com interesse turístico no município de Bonito, em 2007.
Fonte: EIA-RIMA/2007. (MATO GROSSO DO SUL, 2010e)

Conforme cita o PDITS/2004, há necessidade da definição da área de entorno das grutas tombadas para garantir a manutenção do nível freático, promover a recuperação da vegetação no terreno e prevenir outros impactos não somente nas grutas, dado ao papel dessas cavidades na hidrogeologia da região.

No EIA-RIMA/2007, foi recomendada a recuperação das condições da mata de entorno, em função do risco de degradação irreversível no interior da caverna, principalmente com o replantio de árvores a partir de matrizes existentes na região. É recomendada, ainda, a ampliação das áreas protegidas no entorno da gruta, a fim de diminuir o efeito de borda causado pelas atividades agrícolas.

A cavidade natural Lagoa Misteriosa está com sua operação turística paralisada, pois se encontra em fase de licenciamento ambiental, com o plano de manejo já elaborado, esperando a aprovação do órgão ambiental. Estão sendo realizadas nesse ambiente algumas intervenções consideradas essenciais:

1) reflorestamento da antiga área de pastagem no entorno do fragmento florestal da Lagoa Misteriosa;
2) restauração e implantação de curvas de nível e caixas de drenagem;
3) readequação das infraestruturas existentes;
4) restauração e ampliação das trilhas e estradas de acesso, que serão utilizadas pelos visitantes.

No plano de manejo da cavidade natural da Lagoa Misteriosa, foi destacada a fragmentação da região, onde se localizam a fazenda Cabeceira do Prata e a Lagoa Misteriosa, resultando em perda de *habitats* e grande ameaça à fauna, que podem ser observado na área estudada pela ausência de espécies indicadoras de equilíbrio ambiental, como alguns representantes das famílias *Thraupidae* e *Thamnophilidae* (PIVATTO, 2007)

A expansão da pecuária e da agricultura foram os principais fatores que geraram o desmatamento e consequente fragmentação na região (PIVATTO, 2007). Observa-se que, apenas os remanescentes próximos aos cursos d'água foram poupados da supressão vegetal, com retirada de espécies vegetais de valor comercial. Para a Lagoa Misteriosa, apenas a vegetação diretamente relacionada com a dolina foi mantida, o que teve consequências diretas na diversidade das espécies remanescentes e na alteração do perfil da comunidade de aves, com a predominância de espécies típicas de ambientes abertos e vegetação secundária (ANJOS, 2006).

A falta de cobertura florestal do entorno da cavidade e a pouca densidade do fragmento também aumentam o aporte de nutrientes externos e escoamento superficial à Lagoa, sendo um dos fatores que acarreta o fenômeno de floração algática, segundo os estudos promovidos, o que compromete a visibilidade da água e promove a mudança da coloração da água.

Figura 77 - Fragmento florestal onde se localiza a cavidade natural Lagoa Misteriosa, em 2009.
Fonte: Plano de Manejo Espeleológico da Cavidade Natural da Lagoa Misteriosa, 2009

O Buraco das Araras, em Jardim, é a segunda maior dolina do mundo, com 500 m de circunferência e 120 m de profundidade até o nível d'água. Essa dolina possui em seu entorno pouca vegetação remanescente, e assim como outros patrimônios espeleológicos, sofre com a pressão do uso e ocupação do solo nas áreas adjacentes.

Figura 78 - Buraco das Araras, fragmento florestas e áreas de pastagens no entorno, em 2010.
Fonte: Google Earth

Iniciativas de conservação por parte dos proprietários dessas áreas vêm cada dia aumentando, indicadas pelo número de processos de licenciamento ambiental em andamento, com os respectivos planos de manejos elaborados e RPPN decretada, no caso do Buraco das Araras, como também proposta futura de criação de uma RPPN em torno da cavidade natural Lagoa Misteriosa.

- **LICENCIAMENTO AMBIENTAL DOS EMPREENDIMENTOS DE TURISMO**

O licenciamento ambiental dos empreendimentos turísticos no Estado de Mato Grosso do Sul é regulamentado pela Resolução Conjunta SEMA/IMAP, n. 004/2004, por meio de manual de licenciamento ambiental. Entre vários documentos a serem apresentados para o requerimento de licença ambiental, é solicitada a apresentação de certidão da prefeitura municipal, atestando que o local e a atividade estão em conformidade com as normas municipais de uso do solo. Essa resolução define os tipos de empreendimentos que estão sujeitos ao licenciamento ambiental (Licença Prévia, Licença de Instalação, Licença de Operação, Renovação de Licença Prévia, Renovação de Licença de Instalação e Renovação de Licença de Operação).

A análise da situação dos empreendimentos turísticos quanto ao licenciamento ambiental foi elaborada com base nas informações das licenças concedidas pelo IMASUL, e o número de empreendimentos existentes nos três municípios do polo, obtidos a partir dos dados fornecidos pelas secretarias e núcleo municipais de turismo.

Em Bonito, comparando os produtos cadastrados no sistema *Voucher* único com as informações disponibilizadas pelo IMASUL, 95% desses empreendimentos possuem licença de operação. Considera-se um crescimento expressivo de regularidade desses produtos em relação à obtenção da devida licença, fato este que pode ser creditado à forte atuação do Ministério Público, por meio do projeto “Formoso Vivo”, que tinha como objetivo 100% de regularidade ambiental dos produtos/atrativos do rio Formoso, além de atuação constante em todo o território municipal.

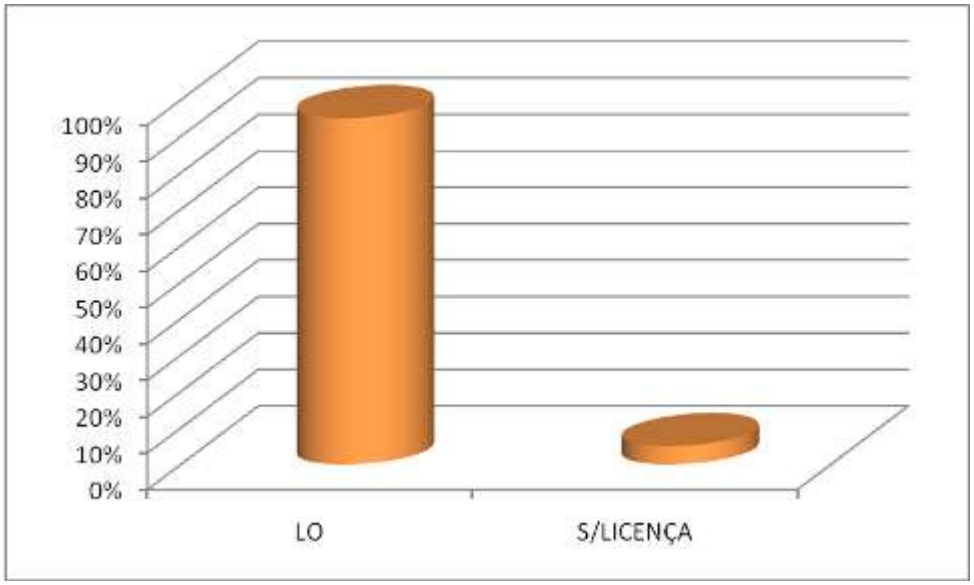


Figura 79 - Situação dos licenciamentos ambientais dos produtos turísticos em Bonito, em 2010.
Fonte: elaboração própria a partir dos dados de licenciamento do IMASUL e do número de empreendimentos da FUNDTUR/MS.

Dos produtos ofertados em Bodoquena, em um total de oito, apenas dois possuem licenciamento para operação, correspondendo a 25%, sendo os mais bem estruturados do município. Embora esses dois produtos licenciados estejam em Bodoquena, eles são comercializados principalmente a partir das agências de Bonito e constam do sistema *Voucher* único daquele município (Figura 81).

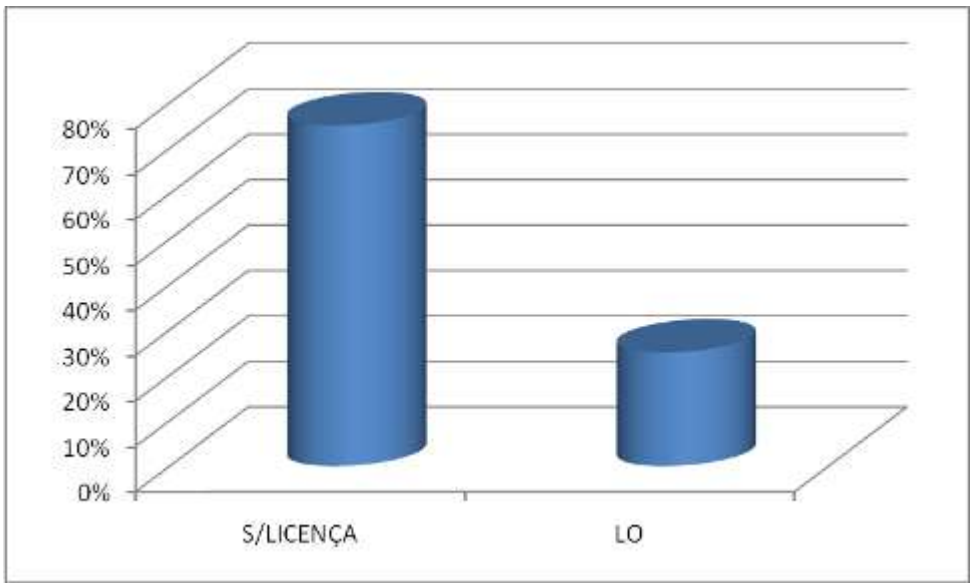


Figura 80 - Situação dos licenciamentos ambientais dos produtos turísticos, em Bodoquena, em 2010.
Fonte: elaboração própria a partir dos dados de licenciamento do IMASUL e do número de empreendimentos da FUNDTUR/MS.

Em Jardim, com a análise das informações obteve-se o índice de 100% de regularidade ambiental, no que tange ao licenciamento dos produtos turísticos ofertados.

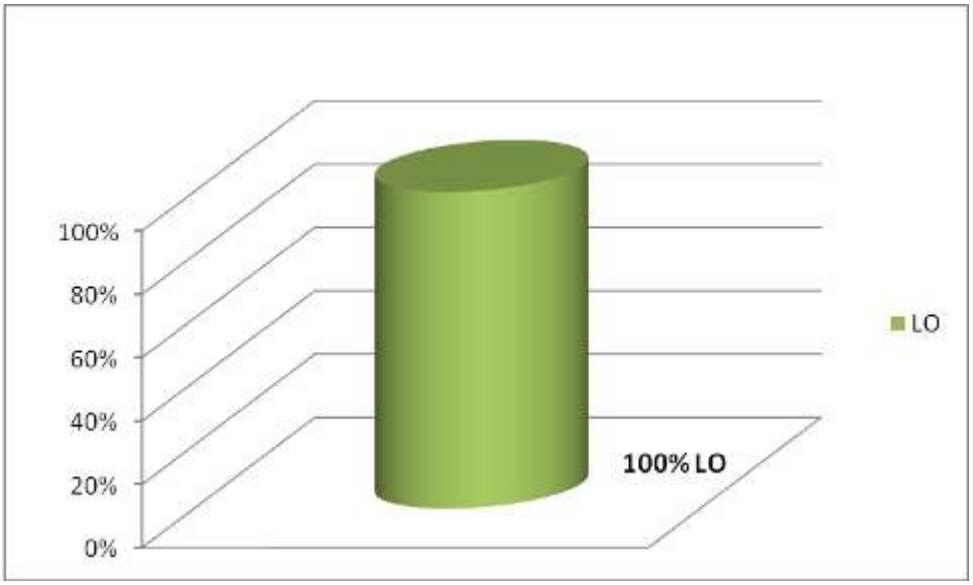


Figura 81 - Situação dos licenciamentos ambientais dos produtos turísticos, em Jardim, em 2010.
Fonte: elaboração própria a partir dos dados de licenciamento do IMASUL e do número de empreendimentos da FUNDTUR/MS.

A partir das informações constantes no PDITS/2004, compararam-se os percentuais da época com os de 2010 dos empreendimentos licenciados, o que demonstrou uma melhora significativa na regularidade quanto à obtenção das devidas licenças ambientais. Como os dados em 2004 não foram sistematizados por município, pode-se comparar apenas as informações agregadas para o polo, conforme abaixo:

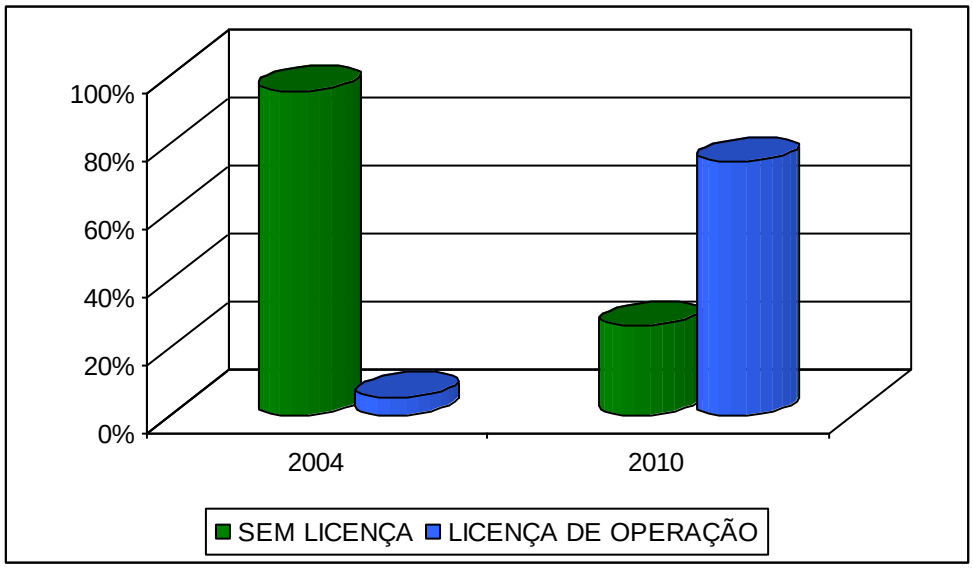


Figura 82 - Evolução dos licenciamentos ambientais dos produtos turísticos, no Polo Serra da Bodoquena, entre 2004 e 2010.
Fonte: elaboração própria a partir dos dados de licenciamento do IMASUL e do número de empreendimentos da FUNDTUR/MS.

O Polo Serra da Bodoquena evoluiu consideravelmente quanto à regularidade ambiental, com 74% dos empreendimentos operando com a devida licença, considerando que apenas 5%, em 2004, detinham a licença de operação. Apenas Bodoquena ainda apresenta baixo índice de empreendimentos licenciados. A falta de licenças para esse município indica uma necessidade de fortalecimento institucional à gestão pública ambiental, bem como ao empresariado local, que pode não ter as condições necessárias para proceder tal regularização (recursos financeiros, informação, entre outros).

- **A PESCA NO POLO SERRA DA BODOQUENA**

A pesca nos municípios de Bodoquena, Bonito e Jardim não é tão tradicional quanto no Pantanal sul-mato-grossense. Porém, alguns rios se destacam para pesca na região, como o rio Miranda. A seguir, são apresentadas algumas informações referentes à pesca na área prioritária. A fonte das informações é do Sistema de Controle da Pesca (SCPESCA), de 2007, disponibilizado pelo IMASUL, conforme abaixo:

Quadro 89 - Número de pescadores profissionais regulares e cadastrados no IMASUL, em 2010.

Município	N.º de pescadores profissionais
Bonito	**97**
Jardim	**01**

Fonte: IMASUL- SCPESCA – agosto/2010

As informações disponibilizadas pelo IMASUL, para quantidade de pescado capturada e número de pescadores esportivos, foram consolidadas a partir de dados gerais do estado e da Bacia do Alto Paraguai, conforme abaixo:

Quantidade de pescado capturado – Dados SCPESCA 2007

Pescadores profissionais – 157 toneladas.

Pescadores esportivos – 216 toneladas.

Quadro 90 - Números e porcentagem de pescadores esportivos que visitaram a Bacia do Alto Paraguai, em Mato Grosso do Sul, por estado de origem, em 2010.

Estado	Nº de Pescadores	%
São Paulo	9.245	53,59
Paraná	2.943	17,06
Minas Gerais	1.551	8,99
Mato Grosso do Sul	887	5,14
Santa Catarina	843	4,88
Rio Grande do Sul	662	3,83
Goiás	355	2,05
Rio de Janeiro	289	1,67
Distrito Federal	187	1,08
Espírito Santo	104	0,60
Pernambuco	14	0,08
Mato Grosso	9	0,05
Para	5	0,02
Bahia	2	0,01
Ceara	2	0,01
Rio Grande do Norte	1	0,00
S.I	150	0,86
Total	**17.249**	**100,00**

Fonte: IMASUL- SCPESCA – agosto/2010

Rios onde é proibida a pesca de qualquer natureza

- Rio Salobra – Miranda e Bodoquena (Decreto n. 10.633, 24/1/2002).
- Córrego Azul – Bodoquena (Decreto n. 10.633, 24/1/2002).
- Rio da Prata – Bonito e Jardim (Lei nº 1.871, 15/7/1998).
- Rio Formoso – Bonito (Lei n. 1.871, 15/7/1998).
- Rio Nioaque – Nioaque e Anastácio (Decreto n. 11.964, 3/11/2005).

Rios de pesque e solte

- Rio Negro – Aquidauana e Rio Negro (Deliberações CECA n. 002, 005, 006).
- Rio Perdido – Bonito, Jardim, Caracol e Porto Murtinho (Deliberação CECA n. 006).
- Rio Abobral – Aquidauana e Corumbá (Deliberação CECA n. 006).
- Rio Vermelho – Corumbá (Deliberação CECA n. 003).

Postos de vistoria da Policia Militar Ambiental

Campo Grande, Aquidauana, Anaurilândia, Aparecida do Taboado, Bataguassu, Batayporã, Bela Vista, **Bonito**, Cassilândia, Corumbá, Coxim, Buraco das Piranhas, Destacamento Km 21, Destacamento Taquarussu, Dourados, **Jardim**, Mundo Novo, Miranda, Porto Murtinho, Rio Negro, São Gabriel do Oeste, Três Lagoas.

Na análise do quadro institucional, verifica-se a área de atuação dos postos de Polícia Militar Ambiental do Polo Serra da Bodoquena.

- **UNIDADES DE CONSERVAÇÃO**

No contexto de representação no Sistema Federal de Unidades de Conservação, o Polo Serra da Bodoquena tem papel fundamental, pois abriga o Parque Nacional da Serra da Bodoquena, criado pelo decreto federal, em 21 de setembro de 2000, com uma área de 76.481 hectares, e que representa a única unidade de conservação pública de proteção integral federal de Mato Grosso do Sul.

O parque foi criado com o objetivo específico de preservar ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitar a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico. Encontra-se em fase de regularização fundiária e finalização do plano de manejo.

Pelo Sistema Estadual de Unidades de Conservação, a região da Serra da Bodoquena abriga dois monumentos naturais e seis RPPNs (quadro e figura seguintes). Conceitualmente, monumento natural é uma UC, de proteção integral, que pode ser público ou privado, com objetivo básico de preservar sítios naturais raros, singulares ou de grande beleza cênica. RPPN é uma unidade de conservação de uso sustentável, é uma área privada, gravada com perpetuidade, com o objetivo de conservar a diversidade biológica.

Quadro 91 - Relação das unidades de conservação instituídas na região do Polo Serra da Bodoquena, em 2008.

Nome da UC	Município	Área (ha)	Documento de criação
Monumento Natural do Rio Formoso	Bonito	18,6659	Decreto n. 11.453, de 23/10/2003
Monumento Natural da Gruta do Lago Azul	Bonito	237,6699	Decreto n. 10.394, de 11/6/2001
RPPN Fazenda Cabeceira do Prata	Jardim	307,5300	Deliberação CECA-MS n. 01/1999
RPPN Fazenda da Barra	Bonito	80	Deliberação CECA n. 004 / 2003
RPPN Cara da Onça	Bodoquena	11	Resolução SEMAC n. 15/2007
RPPN São Geraldo	Bonito	642	Deliberação CECA-MS n. 03/1998
Xodó do Vô Rui	Jardim	487	Resolução SEMA n. 46/2006
RPPN Federal Buraco das Araras	Jardim	31	Portaria do IBAMA n. 31/2007

Fonte: REPAMS; 2008.

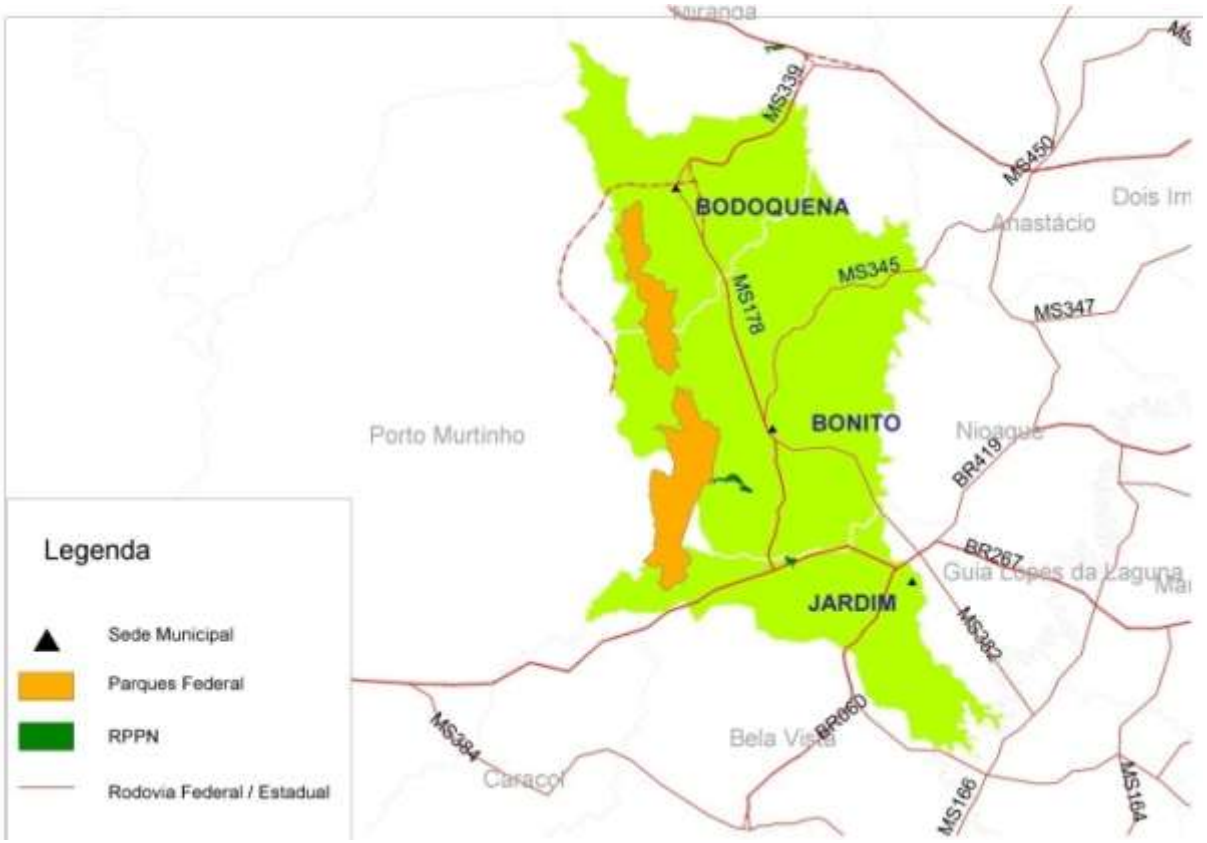


Figura 83 - Sistema Estadual de Unidades de Conservação na região da Serra da Bodoquena.
Fonte: SEMA, 2009.

Com exceção da RPPN Cara da Onça, as outras três já têm os seus planos de manejo elaborados e publicados. Para os monumentos naturais, ainda não foram elaborados os respectivos planos de manejo, sendo estes de responsabilidade da SEMAC, por meio do IMASUL.

A gestão ambiental dos monumentos naturais é realizada pelo IMASUL, por meio da Gerência de Unidades de Conservação (GUC). Ainda não foram elaborados os planos de manejo destas UCs, apenas o plano de manejo espeleológico das grutas do Lago Azul e Nossa Senhora Aparecida, que integram o monumento natural da Gruta do Lago Azul. Esse plano foi elaborado para cadastramento das referidas grutas (cavernas) perante o CECAV, órgão ligado ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO).

Essas unidades de conservação estão localizadas no entorno do Parque Nacional da Serra da Bodoquena, configurando, assim, um mosaico de terras protegidas, contribuindo para a efetividade do corredor ecológico Serra da Bodoquena-Pantanal, que visa à manutenção de um corredor entre os biomas Cerrado e Pantanal.

A região da Serra da Bodoquena ocupa uma posição estratégica para a conexão dos biomas Mata Atlântica, Cerrado e Pantanal, o que lhe conferiu os títulos de prioridade extremamente alta para conservação no Mapa das Áreas Prioritárias para a Conservação (figura abaixo), Utilização Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade Brasileira; zona núcleo da Reserva da Biosfera do Pantanal, cuja principal função é assegurar a proteção da biodiversidade. Segundos informações da gerência de unidades de conservação, não há previsão de investimento para as UCs do polo.

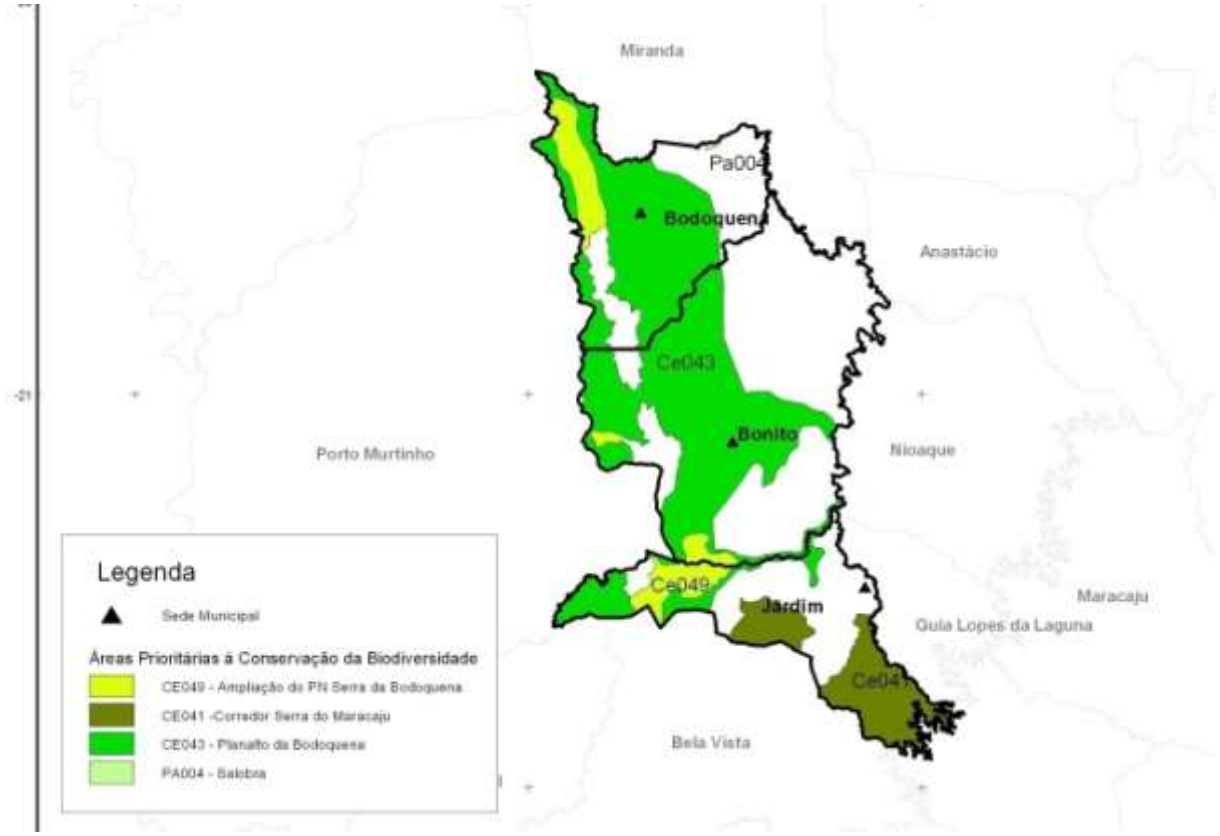


Figura 84 - Áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade na região da Serra da Bodoquena.
Fonte: MMA 2007

Abaixo segue o detalhamento destas áreas de conservação da biodiversidade.

Quadro 92 – Detalhamento das áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade na região da Serra da Bodoquena.

código	Grau de prioridade	Descrição	Riscos/ameaças	Ações planejadas
Ce041	Extremamente Alta/ Muito Alta	Área de nascentes; abrange a cabeceira do rio Miranda e vários dos seus tributários da margem direita; abrange nascentes do rio Apa. Divisor de águas das bacias do Paraguai e do Paraná - importância estratégica para interligação das bacias. Presença de remanescentes de Mata Atlântica.	Assoreamento dos rios; carvoarias; agropecuária; plantações de cana-de-açúcar; manejo inadequado de APPs, por exemplo, o mal uso de nascentes em áreas de propriedade privada.	Criação de UC; inventário ambiental; recuperação de área degradada; criação de mosaicos/corredores; educação ambiental; estudos socioantropológicos
Ce043	Extremamente Alta/ Muito Alta	Divisor de águas da Serra da Bodoquena; área de recarga dos aquíferos locais; área de borda com a região do Pantanal. Presença de RPPNs ao redor do Parque. Presença de rios cristalinos de base calcária; presença de remanescentes florestais; endemismo.	Carvoarias; agropecuária; plantações de eucalipto, de cana-de-açúcar.	Criação de UC; recuperação de área degradada; inventário ambiental; manejo; fomento às atividades econômicas sustentáveis; fiscalização; educação ambiental; estudos do meio físico.
Ce049	Extremamente Alta/ Muito Alta	Divisor de águas da Serra da Bodoquena; área de recarga dos aquíferos locais; área de borda com a região do Pantanal. Presença de RPPNs ao redor do Parque. Presença de rios cristalinos de base calcária; presença de remanescentes florestais; endemismo.	Carvoarias; agropecuária; plantações de eucalipto, de cana-de-açúcar.	Criação de UC; recuperação de área degradada; inventário ambiental; manejo; fomento às atividades econômicas sustentáveis; fiscalização; educação ambiental; estudos do meio físico.

código	Grau de prioridade	Descrição	Riscos/ameaças	Ações planejadas
Pa004	Alta/ Muito Alta	Região bastante alagada com matas ciliares. Presença de muitos ranchos pesqueiros ao longo do rio Miranda. Lagoas marginais do rio Salobra funcionam como berçários para espécies aquáticas.	Cultura de arroz com a utilização de pesticidas e captação de água do rio Miranda. Presença de duas rodovias. Atividade turística desregulada (dois hotéis).	Fomento às atividades econômicas e sustentáveis; fiscalização; educação ambiental.

Fonte: MMA 2007

- **CARACTERÍSTICAS E FRAGILIDADES SOCIOAMBIENTAIS MAIS RELEVANTES**

O Polo Serra da Bodoquena tem o ecoturismo como principal segmento turístico, configurando-se, hoje, como um dos principais destinos de ecoturismo do país, sendo premiado diversas vezes por isto. Porém, algumas das atividades turísticas realizadas podem causar danos ao ambiente e, da mesma maneira, a alta concentração de atrativos em um mesmo curso d'água, como o rio Formoso, também representa uma fragilidade socioambiental, que pode comprometer a sustentabilidade desse segmento.

Citam-se, como exemplos, os passeios de bote e o pisoteio por parte dos banhistas, que representam um risco para as tufas, as quais levam centenas de anos para se formarem a partir da sedimentação do calcário, bem como para a riqueza de invertebrados bentônicos existentes no fundo dos rios.

Com efeito, a fragilidade dos ecossistemas naturais, muitas vezes, não comporta um número elevado de visitantes e, menos ainda, suporta o tráfego excessivo de veículos pesados. Por outro lado, a infraestrutura necessária, se não atendidas as normas pré-estabelecidas, pode comprometer de maneira acentuada o meio ambiente, com alterações na paisagem, na topografia, no sistema hídrico e na conservação dos recursos naturais florísticos e faunísticos.

Assim, além da necessidade de estudos técnicos para a determinação da capacidade de visitação turística dos atrativos, tem-se, com igual importância, a demanda por uma ferramenta de monitoramento e gestão ambiental para controlar o impacto ambiental causado pelo turismo na região.

A falta de inclusão da população local se configura, também, como outro risco, pois a presença de operadores, que não tenham uma relação orgânica com a região, pode gerar novos valores incompatíveis com os comportamentos locais, ocasionando conflitos de ordem cultural e de outras ordens.

- **PRINCIPAIS RISCOS E SALVAGUARDAS A CONSIDERAR NAS ETAPAS DE PLANEJAMENTO E ORDENAMENTO DA ATIVIDADE TURÍSTICA**

A Política de Meio Ambiente e o Cumprimento das Salvaguardas do BID (OP-703), adotada em janeiro de 2006, destacam as seguintes salvaguardas ambientais e sociais, que devem ser ressaltadas no planejamento:

- avaliação ambiental - cumprimento da legislação e das regulamentações nacionais, previsão e classificação de impactos, e supervisão e cumprimento de medidas mitigadoras;
- *habitats* naturais e sítios culturais; e,
- prevenção e redução de contaminação;

Os principais riscos a serem observados nas etapas de planejamento e ordenamento da atividade turística estão diretamente relacionados ao tipo de atividade, às características físicas e biológicas do local a ser implantado, bem como aos recursos financeiros e humanos envolvidos com a atividade.

Em uma atividade turística onde serão utilizados diretamente recursos naturais, devem ser observados, dentre outros requisitos, a manutenção de APPs; o respeito ao limites das unidades de conservação e suas respectivas áreas de *buffer*; áreas de solos vulneráveis, como solos arenosos, que possuem baixa resistência mecânica e alta susceptibilidade a processos erosivos; a manutenção da qualidade e quantidade da água; a capacidade de suporte do ambiente, principalmente em áreas frágeis.

Em atividades turísticas que não utilizam diretamente recursos naturais, devem ser observados outros riscos, tais como: risco de aumentar significativamente o tráfego em determinada região por causa do turismo de eventos e negócios – devendo, em muitos casos, ser elaborados Estudos de Impacto de Vizinhança (EIV); risco de aumentar problemas de ordem urbanística e ambiental.

Em relação às salvaguardas a serem observadas, destacam-se a observação e o cumprimento das normas e regulamentos ambientais e urbanísticos, bem como das exigências realizadas pelos órgãos responsáveis pela gestão ambiental. Também devem ser observados normas e regulamentos relacionados ao uso e ocupação do solo, principalmente as inseridas dentro no plano diretor e lei de uso e ocupação do solo de cada cidade. Portanto, ao se desenvolver um determinado projeto, devem ser levantados todos os aspectos ambientais mais significativos do empreendimento a ser desenvolvido, e realizar uma consulta, no órgão ambiental e órgão responsável pela gestão territorial competente, sobre os requisitos mínimos para minimizar os possíveis impactos ambientais e urbanísticos.

Um instrumento muito valioso na etapa de planejamento é a avaliação de impactos ambientais (AIA), principalmente o Estudo de Impacto Ambientalmente (EIA) e o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), sendo estes dois exigidos de determinadas atividades, principalmente daquelas enumeradas na Resolução CONAMA, n. 001/1986.

Cabe salientar que fica a critério dos órgãos ambientais, dependendo do potencial poluidor e do porte da atividade, exigir EIA/ RIMA ou outro estudo de menor complexidade, mesmo que os empreendimentos não constem na Resolução CONAMA, n. 001/1986.

Outro fator importante é que o órgão responsável pela gestão turística, bem como qualquer outro órgão público envolvido com um determinado empreendimento, poderá solicitar uma cópia do RIMA para manifestação. Esta abertura que a Resolução CONAMA, n. 001/1986, possibilitou, é importante, pois permite que estudos como o RIMA não sejam literalmente cópias de outros estudos já realizados. Com isso, o órgão de turismo, por meio de representantes habilitados, poderá propor alterações ou sugerir que sejam realizados levantamentos complementares nas audiências, que são exigidas para atividades que necessitam de EIA/RIMA.

- **REQUISITOS ESPECIAIS A CONSIDERAR NOS ESTUDOS AMBIENTAIS E SOCIAIS ESPECIFICAMENTE REFERENTES ÀS OBRAS**

Para a execução de obras, independente da magnitude de seu impacto, em seu planejamento deve ser contemplada a participação social, principalmente a comunidade diretamente afetada, bem como o desenvolvimento de um processo de educação socioambiental. Desta forma, a comunidade pode se tornar uma parceira na execução e posteriormente na conservação da infraestrutura realizada.

Qualquer obra causa alterações de ordem econômica, social e ambiental, negativas e positivas, de abrangência mais local ou mais regional, de baixa ou grande intensidade, reversível, ou não. Desta maneira, alguns requisitos mínimos devem ser adotados para mitigar as consequências negativas dessa interferência, como:

- deve ser observada a real necessidade de ser executada uma determinada obra, devendo ser levantados seus benefícios econômicos e sociais;
- a comunidade deve ser ouvida, principalmente nas obras que necessitarem de EIA e RIMA, ou seja, atividades com alto potencial poluidor e/ou alto grau de utilização (grande porte);
- deve ser observado o melhor local/área a ser implantada uma determinada obra, devendo ser estudados aspectos abióticos, bióticos e antrópicos;

- quando necessário, deve dar entrada ao processo de licenciamento ambiental da obra, observando, no mínimo, todas as exigências realizadas pelo órgão ambiental competente. Nesta etapa, devem ser propostas todas as medidas de prevenção, compensadoras e mitigadoras de impactos, de monitoramento ambiental e sistemas de controle ambientais (SCA) a serem adotados;
- devem ser utilizados, quando o custo econômico e os ganhos sociais e ambientais se justificarem, materiais recicláveis na implantação das obras;
- deve buscar minimizar ao máximo o impacto relacionado à degradação de paisagens, principalmente as de relevante interesse paisagístico;
- deve possuir um processo de acompanhamento da obra, por meio de um sistema de gestão ambiental, visando a minimizar a geração de resíduos gasosos, líquidos e sólidos, minimizar os riscos com acidentes no trabalho e riscos ambientais ligados à poluição e contaminação;
- na fase de implantação da obra, utilizar o máximo de mão de obra local;
- aparelhos, equipamentos, máquinas e veículos devem ser regulados com intuito de diminuir o consumo de energia e combustível, minimizando, assim, impactos até mesmo de ordem global, como o efeito estufa;
- a comunidade local deve ser treinada para trabalhar nas atividades turísticas, principalmente aquelas que tiveram recursos públicos ou que foram beneficiadas diretamente por obras públicas.

- **INDICADORES SOCIOAMBIENTAIS CUJO DESEMPENHO SERÁ NECESSÁRIO MELHORAR OU IMPLEMENTAR**

Existem alguns indicadores socioambientais que necessitam de melhorias na região da Serra da Bodoquena, considerando os dados encontrados nos três municípios da região. Alguns desses indicadores refletem diretamente a qualidade ambiental da região em questão, embora melhoras tenham sido encontradas.

Apesar de os indicadores relacionados ao saneamento básico terem melhorado nos últimos cinco anos na região (vide item infraestrutura básica e serviços gerais, neste relatório), pode-se indicar que a cobertura de esgotamento sanitário necessita de uma melhora nos municípios de Bodoquena e Jardim. A gestão de resíduos sólidos, desde a diminuição, separação, reutilização, coleta seletiva, reciclagem/compostagem e destino final dos resíduos gerados, nos três municípios em questão, necessitam de melhorias.

Quanto aos indicadores de cobertura de rede de drenagem urbana, o município de Bodoquena é que possui a situação mais crítica, necessitando da implantação da rede de drenagem definida pelo projeto “O sistema de Drenagem de Águas Pluviais de Bodoquena”, elaborado no âmbito do PRODETUR, com a respectiva recuperação dos córregos urbanos. Assim como o município de Jardim, que também tem um projeto de drenagem elaborado para as microbacias prioritárias, para implantação da drenagem urbana e conservação dos talvegues e córrego Cachoeirinha.

Existem outras ações necessárias para garantir um saneamento ambiental adequado nesses municípios e que podem ser mensuradas pela melhoria de indicadores de saúde e qualidade da água: (1) o controle do lançamento de esgotos *in natura*; (2) programas de educação ambiental que sensibilizem a população no sentido de não jogar lixo às margens ou dentro de córregos e rios que cortam áreas urbanas; e (3) a desocupação das áreas de fundo de vale, sejam elas por moradias ou atividades econômicas, que foram identificadas nos projetos de drenagem urbana dos municípios de Bodoquena e Jardim (o projeto de drenagem de Bonito não foi disponibilizado).

A Deliberação n. 03/97, do CECA/MS, que promove o enquadramento dos rios das bacias hidrográficas do estado, estabelecendo classes de uso, deve ser atualizada conforme

parâmetros indicados pela Resolução CONAMA, n. 20/86. Recomendação esta também encontrada no PERH-MS, como também a ampliação dos pontos de monitoramento nas sub-bacias do Polo Serra da Bodoquena.

Quanto aos indicadores ambientais que devem ser melhorados no âmbito da gestão: (1) a melhoria nos índices de licenciamento ambiental dos empreendimentos requeridos pela legislação vigente, embora o foco deste trabalho seja o turismo, pelas análises procedidas outras atividades econômicas promovem impactos diretos e indiretos sob os ecossistemas aquáticos e o patrimônio espeleológico, que sustentam o crescente fluxo turístico da região; (2) o cumprimento dos índices necessários de áreas de APP e reserva legal, conforme legislação vigente, assim como está sendo feito em Bonito, pelo Projeto Formoso Vivo; (3) efetiva implantação do Parque da Serra da Bodoquena e dos planos de manejos elaborados para a Gruta do Lago Azul e da N. Sra. Aparecida, que estão sob a gestão pública; e (4) controlar os índices de desmatamento da Serra da Bodoquena, considerando que ela é o maior remanescente florestal do estado.

Desde o PDITS/2004, tem sido apontada a necessidade da definição de parâmetros e indicadores, dentro de uma metodologia voltada para a Serra da Bodoquena, para dar suporte aos números hoje definidos na capacidade de visitação diária aos produtos turísticos da região, encontradas no sistema *Voucher* único. Alguns estudos elaborados por pesquisadores na região e o monitoramento ambiental promovido por alguns empreendimentos turísticos também indicam a necessidade da definição e adoção de uma metodologia.

Sabe-se que pelos EIA-RIMA, e Planos de Manejos (PM), das grutas do Lago Azul e N. Sra. Aparecida e PM Espeleológio, da cavidade natural Lagoa Misteriosa, foi adotado o cálculo da capacidade de carga, segundo o método de Cifuentes para visitação turística nesses ambientes e também adotado como referência pelo IBAMA/CECAV, mas, quando se trata de parques ou áreas/atrativos naturais, outras metodologias devem ser utilizadas. No EIA-RIMA da Gruta do Lago Azul, foi encontrada as seguintes indicações:

Quadro 93 - Metodologias para definição da capacidade de suporte.

Metodologia	Aplicação
Limits of Acceptable Change (LAC).	Utilizado em unidades de conservação e áreas protegidas dos EUA.
Visitor Activity Mangement Process (VAMP).	Utilizado pelo sistema de parques do Canadá.
Visitor Impact Management (VIM) e Visitor Experience and Resource Protection (VERP) .	Desenvolvidos pelo Sistema Nacional de Parques dos EUA.
Protected Area Visitor Impact Mangement (PAVIM).	Para o manejo do impacto da visitação em áreas protegidas dos países da América Central e da América do Sul.

Fonte: AGRICON Consultoria

A gestão pública poderá desenvolver uma metodologia e normatização de procedimentos para definição do número de visitação diário aos atrativos/produtos turísticos, pois só assim pode monitorar os impactos do turismo e promover os ajustes necessários nos fluxos de visitantes, exercendo, assim, sua função de proteger os recursos naturais e promover a sua efetiva conservação. Esse processo deve ser desenvolvido de forma participativa com os proprietários de empreendimentos, ONGs, universidades, comunidade e outros, aproveitando experiências bem-sucedidas na Serra da Bodoquena, ou em outros ambientes similares.

Salienta-se que, o Estado de Mato Grosso do Sul, por intermédio da SEMAC, está atualmente em fase de elaboração do Índice de Desenvolvimento Sustentável de Mato Grosso do Sul (IDS/MS). A elaboração do IDS/MS está prevista no Plano de

Desenvolvimento Regional (PDR/MS), 2030, onde estão contidas as diretrizes, estratégias e metas para o desenvolvimento de Mato Grosso do Sul (MATO GROSSO DO SUL, 2009).

O Índice de Desenvolvimento Sustentável de MS, é uma ferramenta de gestão para desenvolver avaliações de impactos dos programas e projetos que buscam superar as desigualdades sociais e regionais, sem comprometer os recursos para o desenvolvimento das gerações futuras.

O IDS/MS, incorporará os resultados do Índice de Responsabilidade Social (IRS/MS), já elaborado, Índice Ambiental de Desenvolvimento (IAD/MS), Índice de Desenvolvimento Institucional (IDI/MS), e Indicador de Segurança Pública, os quais estão em processo de elaboração, contemplando as respectivas dimensões previstas para o IDS/MS. Consiste de um grupo ordenado de indicadores capazes de caracterizar cada região do Estado, portanto, contempla o Polo Serra da Bodoquena, revelando as fragilidades e potencialidades por elas apresentadas em relação ao desenvolvimento sustentável.

O IDS/MS adotará como referência, no âmbito geográfico, a Regionalização do Planejamento de Mato Grosso do Sul, e também será atualizado a cada dois anos, intercalado e posterior às atualizações do IRS/MS, abrangendo o mesmo período de análise.

Contemplará ainda o Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado de Mato Grosso do Sul, que apresenta dez zonas, com suas respectivas diretrizes de uso e ocupação do solo, e potenciais corredores de biodiversidade.

Em termos gerais, os indicadores ambientais são medidas-síntese, que contêm informação relevante sobre determinados atributos e dimensões específicas do meio ambiente, bem como do desempenho das políticas públicas ambientais. Vistos em conjunto, devem refletir a situação ambiental de uma determinada região e servir para a avaliação da sua condição ambiental. A construção de um indicador ambiental é um processo cuja complexidade pode variar desde a simples contagem direta de casos de determinada incidência ambiental, até o cálculo de proporções, razões, taxas ou índices mais sofisticados.

Serão contextualizados os aspectos ambientais referentes à água doce, biodiversidade, terra, atmosfera e saneamento de cada município de Mato Grosso do Sul, entre outras informações ambientais relevantes, servindo de ferramenta gerencial de planejamento público para o estado, região, municípios e a sociedade civil.

Esses indicadores servirão como instrumento de monitoramento, avaliação e fomento de políticas públicas ambientais, contribuindo, assim, para o fortalecimento do desenvolvimento sustentável no Estado de Mato Grosso do Sul, conforme ilustrado na figura seguinte:

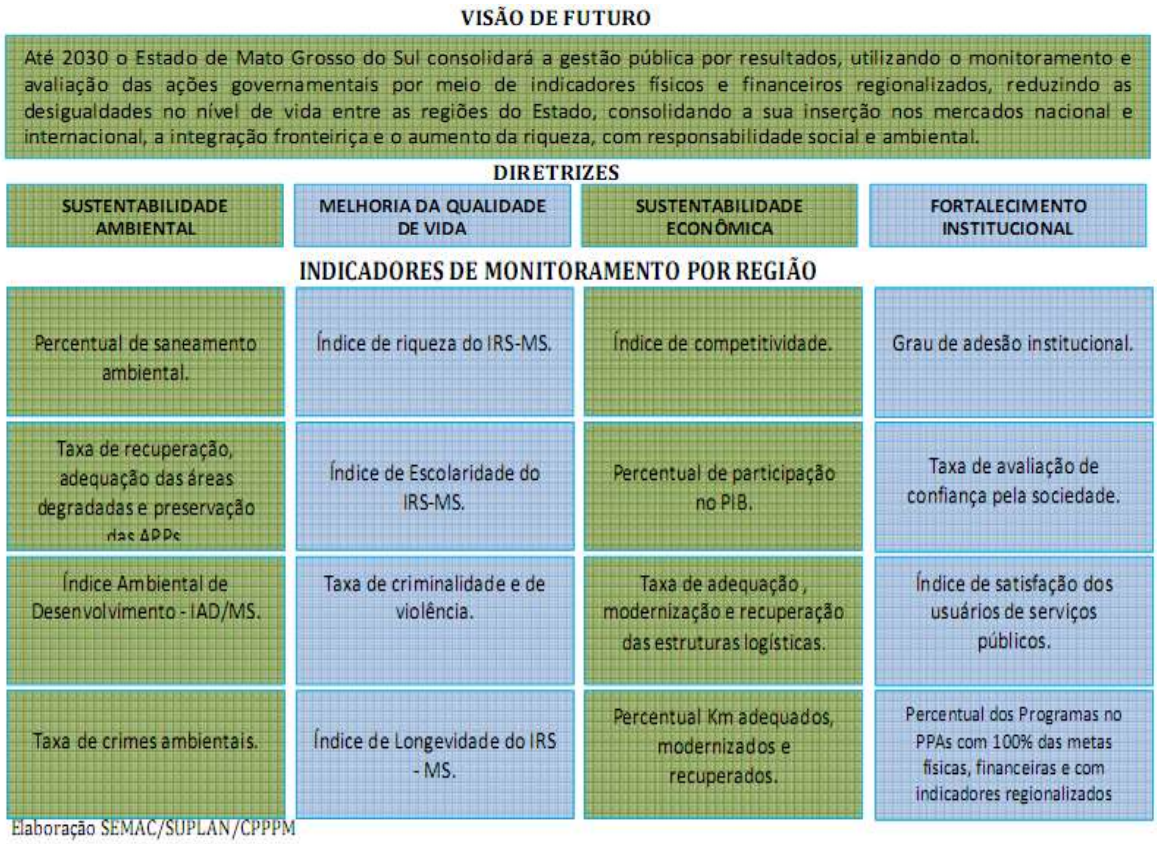


Figura 85 – Diretrizes dos indicadores de monitoramento em desenvolvimento pelo Estado de Mato Grosso do Sul.
Fonte: PDR MS 2010 – 2030 (MATO GROSSO DO SUL, 2009d)

4.4.2. Impactos no meio ambiente causados por atividades turísticas

O conceito de impacto considerado é o que consta da Resolução CONAMA, n. 001, de 23 de janeiro de 1986:

> [...] qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente afetam:
>
> I - a saúde, a segurança e o bem-estar da população;
>
> II - as atividades sociais e econômicas;
>
> III - a biota;
>
> IV - as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente;
>
> V - a qualidade dos recursos ambientais.

Todo o impacto ambiental é decorrente de uma ação desenvolvida por determinada atividade, desde a fase de planejamento, passando pela implantação e operação. Abaixo, segue uma caracterização dos impactos ambientais de maior relevância, e que estejam relacionados às atividades turísticas que ocorrem na região, bem como quais as medidas mitigadoras adotadas para minimizar os impactos.

Quadro 94 – Descrição das causas, consequências e medidas mitigadoras dos principais impactos ambientais causados pela atividade turística.

Alteração da qualidade da água	
Descrição	- Ocupação da área de preservação permanente para implantação dos equipamentos turísticos: retirada de cobertura vegetal e implantação de trilhas às margens dos cursos da água, favorecendo o carreamento de partículas sólidas e interferindo na qualidade da água. - Lançamento de efluentes domésticos nos cursos da água, com ou sem tratamento, especialmente nos períodos de maior fluxo de turistas, pode comprometer não somente o corpo receptor primário, como também o seu tributário, no caso o rio Formoso onde ocorrem várias atividades de ecoturismo. - Em atrativos como o Balneário Municipal de Bonito, é comum o turista fornecer ração para os peixes. Na alta temporada, o excesso de alimento pode comprometer a qualidade da água.
Medida mitigadora	- Reduzir ao máximo a retirada de vegetação. O acesso ao rio deve ser pontual e por meio de *decks*, evitando o pisoteio direto no solo. - Implantar ou complementar os sistemas de coleta e tratamento de esgotos. Na área rural, os sistemas de fossa deverão ser instalados a mais de 200 metros dos cursos da água. - Reduzir ou proibir a alimentação artificial dos peixes.
Ocorrência de processos erosivos	
Descrição	- A retirada da cobertura vegetal, o pisoteio, o impacto da chuva sobre o solo descoberto e seu escoamento superficial promovem a erosão dos solos. Esse impacto pode ocorrer tanto na fase de implantação como na de operação, e é mais significativo quando ocorre nas áreas de preservação permanente, pois pode contribuir para o assoreamento dos cursos da água. - A maior probabilidade de ocorrência é nos pontos de acesso aos cursos da água, para passagem de equipamentos (boias, barcos e outros) e pessoas, e nas trilhas.
Medida mitigadora	- Acesso aos cursos da água por meio de *decks*, preferencialmente suspensos ao solo. - Implantar trilhas suspensas. - Nas áreas de agropecuária, adotar práticas de conservação do solo.
Interferência na biota local	
Descrição	- O uso direto dos recursos naturais no ecoturismo, tanto na fase de implantação, com a retirada de espécies vegetais que podem ser abrigo e alimento para fauna, quanto na fase de operação, quando podem interferir nas áreas de vida da fauna associada ao atrativo. - Nos atrativos da região é comum a prática de alimentar ou cevar os animais, o que interfere na dinâmica populacional, uma vez que reduz a competição por alimento apenas das espécies cevadas. - Por outro lado, a movimentação e concentração de pessoas interferem na dinâmica da fauna, interferindo nos deslocamentos em busca de alimento e abrigo.
Medida mitigadora	- Retirada de vegetação apenas nos caminhos de acesso aos passeios. - Implantação de infraestrutura em área já antropizada. - Reduzir ou eliminar a oferta de alimento artificial para fauna. - Limitar o número de visitantes.

Intervenção no Patrimônio espeleológico	
Descrição	- A exploração de cavernas com qualquer finalidade sempre causa impacto ao delicado ambiente cavernícola. - Por fazerem parte dos sistemas hidrogeológicos, qualquer poluição das águas em cavernas pode contaminar fontes de águas potáveis, rios e poços, além de contaminar a fauna. - Alguns espeleotemas são muito delicados e eles demoraram milhares de anos para atingir os tamanhos e formatos atuais. Em muitos casos, tocá-los pode destruí-los de maneira irremediável. Alguns espeleotemas raros são tão delicados que até mesmo a utilização de *flash* fotográfico pode provocar danos. - Equipamentos, como passarelas e escadas para o desenvolvimento do turismo, às vezes, são instalados sobre espeleotemas ou em posições que podem impedir seu crescimento. - A iluminação artificial pode levar ao crescimento de vegetação no interior das grutas. Isso pode modificar totalmente seu sistema climático e prejudicar o equilíbrio de seu ecossistema.
Medida mitigadora	- Elaboração e implementação de Plano de Manejo da Caverna. - Limitação de visitação.
Geração de resíduos sólidos	
Descrição	- Atividades turísticas estão associadas a um aumento sazonal na produção de resíduos sólidos, especialmente os domésticos.
Medida mitigadora	- Implantar Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS). - Programas de Educação Ambiental.
Degradação das tufas (formações calcárias)	
Descrição	- O pisoteio de banhistas e a movimentação dos fundos de rios levam à erosão das tufas, que demoram centenas de anos para se formarem a partir de sedimentos calcários. Como conseqüência, têm-se maior turbidez da água e desequilíbrios da biota aquática.
Medida mitigadora	- Controlar o número de visitantes e evitar pisoteios em áreas com tufas calcárias, limitando a flutuação.

Alguns pesquisadores, como Sabino & Andrade, (2002/2003), Sabino, Medina-Jr & Andrade, (2005), e Medina Junior, (2007), produziram trabalhos sistematizados na Serra da Bodoquena, diagnosticando problemas causados pela visitação turística, alguns indicando perda de biodiversidade (Sabino & Andrade, 2003), muito provavelmente decorrente do excesso de visitação, recomendando inclusive uma redução da capacidade de carga de um empreendimento turístico, que explora a nascente de um córrego afluente do rio Formoso.

Algumas das conclusões de Medina Junior, (2007), em sua tese de doutorado, visando a compreender os impactos da visitação pública sobre ecossistemas aquáticos no rio Formoso, apontam a pouca efetividade dos programas de monitoramento de impactos da visitação pública em ecossistemas aquáticos no Estado de Mato Grosso do Sul, uma vez que esses estão baseados nas variáveis classicamente empregadas na avaliação de qualidade da água, como temperatura, pH, oxigênio dissolvido, condutividade elétrica e nutrientes. Essas variáveis foram as menos efetivas na distinção dos impactos da visitação pública no rio Formoso e, provavelmente, tal incoerência se repita para outros estados brasileiros.

Ainda segundo o mesmo autor, os balneários exibiram os maiores níveis de impacto em todos os compartimentos analisados, evidenciando que a movimentação da água e o pisoteio do fundo são as interferências da visitação pública mais pronunciada sobre o rio Formoso. Essas atividades também são as que mais concentram visitantes por trecho de rio utilizado, retêm o visitante por mais tempo em atividade no local, apresentam os maiores graus de ocupação da barranca e da mata ribeirinha e possuem baixa capacidade em desviar a concentração de visitantes do ambiente aquático.

Outro estudo promovido diretamente relacionado à visitação turística, segundo Sabino, Medina-Jr & Andrade, (2005), no Balneário Municipal de Bonito, localizado às margens do rio Formoso, demonstrou que a piraputanga (*Bricon hilarii*), peixe símbolo na região, pode ser um potencial indicador biológico dos impactos ambientais da visitação pública em ecossistemas aquáticos naturais da região. Esses autores verificaram que o comportamento inadequado dos visitantes está provocando alterações no equilíbrio da população de piraputangas do local. Ao receberem alimento artificial dos visitantes, os peixes alteram sua dieta e comportamento alimentar, o que tem provocado obesidade nos organismos e redução em sua atividade de forrageamento a fontes naturais de alimentos, importante função ecológica desempenhada pela espécie no ecossistema.

Esses estudos reforçam uma demanda apresentada no PDITS/2004, que é a necessidade de estudos e definição de uma metodologia que permita um subsídio maior na definição da capacidade de visitação pública aos produtos ofertados na Serra da Bodoquena. Mesmo aqueles empreendimentos que detêm a devida licença ambiental, se baseiam em metodologias que não consideram os parâmetros e indicadores necessários à conservação daqueles ambientes, que, como já foi explicitado, são de extrema singularidade e fragilidade.

No *Voucher* único, apesar de ser um importante instrumento de gestão turística, e de certa forma promover um controle do fluxo turístico, sabe-se que os números de visitação diária foram definidos de forma empírica, para maioria dos pontos visitados. Exceção apenas para alguns produtos que mantêm um monitoramento ambiental de seus empreendimentos e aqueles que possuem plano de manejo.

O projeto Formoso Vivo, por meio de uma ação integrada entre órgãos governamentais e não governamentais, desenvolveu um plano de conservação, voltado essencialmente à adequação à legislação ambiental das propriedades rurais pertencentes à Bacia Hidrográfica do Rio Formoso.

O plano de adequação das propriedades rurais foi conduzido pelo Ministério Público, na figura da promotoria de justiça, o que resultou em ações efetivas de conservação em um prazo relativamente curto.

No total, foram levantadas 75 propriedades às margens do Formoso, em toda sua extensão, e procedido um diagnóstico ambiental dessas áreas com foco principal nas condições das APPs e das Reservas Legais (RL) dessas propriedades, como demonstra o gráfico abaixo:

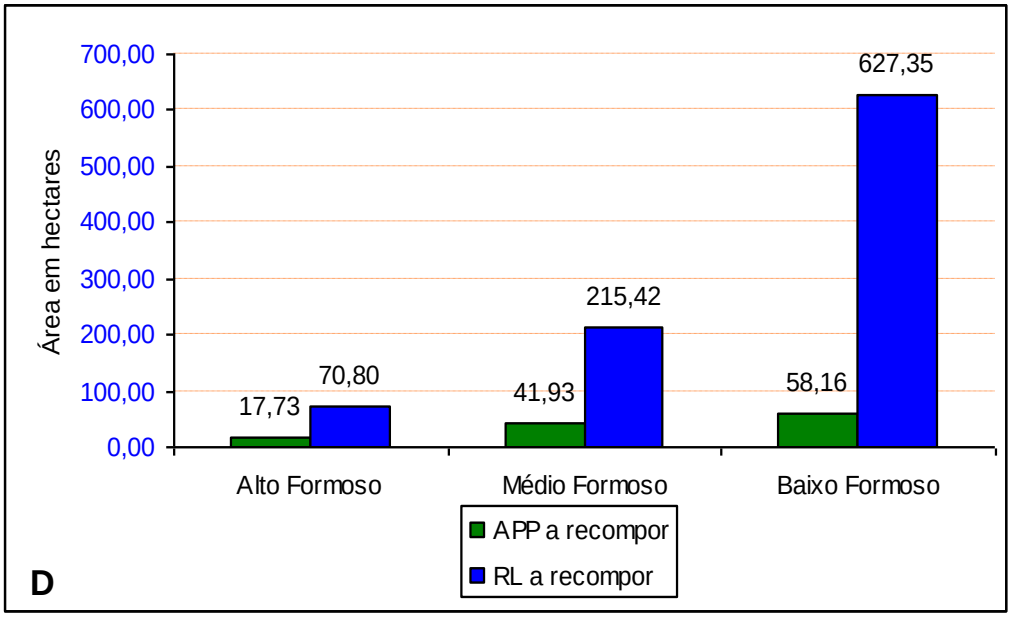


Figura 86 - Área de APP e RL destinadas à recuperação nas três regiões do rio Formoso.
Fonte: Projeto Formoso Vivo (LOUBET *et al,*2007)

Em sua terceira fase do projeto, como resultado, houve a assinatura de 13 termos de ajustamento de conduta. Os proprietários, por consenso, concordaram em executar o plano de recuperação indicado nos relatórios ambientais, bem como averbaram na matrícula do imóvel a RL, de acordo com o roteiro georreferenciado proposto pela equipe do projeto. Desses proprietários, dez concordaram em reverter a RL em RPPN, totalizando, até o presente momento, cerca de 1.400 hectares a serem protegidos sob a forma de reservas particulares. Vale destacar que, dessas áreas comprometidas, aproximadamente 50% pertencem ao banhado do Formoso, uma região de extrema importância para a bacia.

O programa de adequação ambiental aplicado pelo projeto Formoso Vivo, mostrou-se um mecanismo eficiente por causa da aplicação de um instrumento legal, conhecido como Termo de Ajustamento de Conduta (TAC). Esse termo, firmado entre o Ministério Público e os proprietários, possibilita a viabilização de uma solução rápida e eficiente dos passivos ambientais.

O EIA-RIMA e plano de manejo da Gruta do Lago Azul – 2007, identificaram os seguintes impactos advindos da visitação turística e da implantação da infraestrutura necessária conforme quadro seguinte:

Quadro 95 - Impactos ambientais da visitação turística na Gruta do Lago Azul.

Tipo de Intervenção	Impactos Ambientais	Medidas Mitigadoras
Visitação turística	Aumento da temperatura e alteração da umidade pelo corpo dos visitantes, com risco de deterioração irreversível dos espeleotemas.	A ser avaliado com o monitoramento, o qual já indicou apresentar variação significativa naturalmente, sem a visitação.
	Perturbação da fauna.	Orientação aos visitantes para se comportarem em harmonia com o ambiente.
	Poluição microfloral.	Proibição de entrada com alimentos: visitação restrita ao caminhamento.

Tipo de Intervenção	Impactos Ambientais	Medidas Mitigadoras
Abastecimento por água por meio de poços tubulares para o Centro de Apoio da Gruta do Lago Azul será dada continuidade ao uso do poço atual, e para o Centro de Visitante será perfurado novo poço.	Rebaixamento do nível freático com risco de subsidência cárstica.	Monitoramento e bombeamento controlado. Uso de caixas d'água com volume superior ao necessário para evitar bombeamento excessivo. Uso de água de chuva para descargas sanitárias e limpeza dos banheiros.
Banheiros	Poluição pelo esgoto.	Uso de fossas sépticas.
Produção de lixo	Resíduos.	Coleta seletiva e destino apropriado fora da área do monumento natural.
Traslado dos turistas da cidade às grutas	Aumento do tráfego nas estradas de acesso com aumento da poeira e perturbação do gado de fazendas vizinhas; possibilidade de atropelamento de animais silvestres.	Controle da velocidade e orientação aos motoristas.
Estacionamento	Contaminação do solo por vazamento de óleo.	Controle e uso de recipientes apropriados no caso da constatação do veículo sem a manutenção.

Fonte: EIA-RIMA/2007 (MATO GROSSO DO SUL, 2010e)

Os problemas ambientais identificados nos ecossistemas aquáticos, principal atrativo turístico nos produtos ofertados na Serra da Bodoquena, com base nos estudos e dados disponíveis, produzidos por pesquisadores, projetos desenvolvidos no âmbito do PRODETUR, órgãos públicos e ONGs, referenciados acima, reforçam e também complementam as análises já elaborados no PDITS/2004, sintetizadas a seguir:

- Há indícios de impactos ambientais nos ecossistemas aquáticos decorrentes do processo de visitação turística, podendo ser ocasionados pelo número excessivo de visitação turística e/ou pelo perfil e comportamento dos turistas, que têm levado à perda de biodiversidade e mudança de hábitos de peixes nestes ambientes.

- Ambientes sensíveis, como os de nascentes, são os que mais requerem cuidados na exploração turística e deve ser revista sua capacidade de visitação diária, perante a constatação de perda de biodiversidade existente.

- De maneira geral, os balneários exibem os maiores níveis de impacto em todos os produtos analisados, evidenciando que a movimentação da água e o pisoteio do fundo são as interferências da visitação pública mais pronunciadas.

- Existem impactos estabelecidos na Serra da Bodoquena de outras atividades econômicas, que são anteriores ao fenômeno turístico, que levam à perda de biodiversidade e de cobertura florestal, que impactam diretamente a conservação dos rios da região.

- Existe perda significativa da cobertura florestal nos três municípios. Jardim e Bodoquena já perderam entre 40 e 60% de sua vegetação original, enquanto Bonito, já perdeu entre 60 e 80% (HARRIS, *et al*. 2005).

- Existe supressão e ocupação irregular de áreas de APP e RL, tanto de atividades de turismo como de outras atividades econômicas, como a agropecuária, nos principais rios turísticos da região (Formoso, Mimoso, Betione e Prata), apesar de não existir uma quantificação para todas essas sub-bacias.

- O atual sistema de Monitoramento da Qualidade da Água presta uma valiosa contribuição como fonte de informações para avaliação de vários processos estabelecidos na região da Serra da Bodoquena, mas estudos sugerem que, para o controle efetivo dos impactos da visitação turística, devam ser definidos outros parâmetros e indicadores, que permitam uma análise mais adequada dos impactos advindos desta atividade nos ecossistemas aquáticos, tais como:

  (1) o Índice de Alteração da Estrutura Física de Ecossistemas (IAEFE), sugerido por Medina Junior, (2007), em sua tese de doutorado "Avaliação dos Impactos da Visitação Pública no rio Formoso, Bonito, MS, Brasil: Subsídios à gestão ambiental do turismo em áreas naturais", e;

  (2) Em estudo elaborado por Sabino & Andrade ,(2002), inclui no monitoramento de um atrativo em área de nascente além de variáveis físicas e químicas, o emprego de organismos aquáticos na avaliação dos impactos da visitação pública naquele ecossistema, destacando a presença de organismos-chave (topo de cadeia), o comportamento de espécies residentes e a estrutura da comunidade íctica como indicadores da manutenção das condições ambientais dentro de limites.

- O Licenciamento ambiental é um importante instrumento de gestão ambiental. Portanto, todos os municípios do polo devem buscar ajustar os produtos turísticos operando sem a devida licença, e incentivar que as novas implantações iniciem de forma regular.

- Situação dos recursos físicos e bióticos (fauna e flora)

Na Serra da Bodoquena não existe um monitoramento da qualidade do ar, mas, nos estudos levantados para o presente plano, não se constatou nenhuma alteração no clima em função da visitação turística, a não ser os impactos das queimadas e incêndios florestais em função de atividades agropecuárias desenvolvidas nos três municípios do polo. A partir de informações disponíveis no BDQueimadas, disponibilizadas pelo Ministério da Ciência e Tecnologia e Ministério do Meio Ambiente, consolidaram-se os focos de calor detectados conforme quadro abaixo:

Quadro 96 - Focos de calor para os municípios do polo

PERÍODOS	FOCOS DE CALOR		
	BONITO	BODOQUENA	JARDIM
2007 a 2008	20 focos	30 focos	38 focos
2008 a 2009	25 focos	19 focos	54 focos
2009 a 2010	40 focos	158 focos	12 focos

Fonte: MCT e MMA – 2010

O controle dos incêndios florestais é fundamental para a manutenção da qualidade do ar, como também da biodiversidade, uma vez que essa prática tem levado ao comprometimento de muitos biomas brasileiros e comprometido a integridade dos ecossistemas nas unidades de conservação. Conforme observado na análise da infraestrutura básica e de serviços gerais, nota-se que, no polo, há Corpo de Bombeiros, apto para o controle de incêndios florestais somente em Jardim, indicando uma carência em Bonito e Bodoquena, conforme relatos dos COMTURs, desses dois municípios, assim como de demais representantes locais.

O calcário dominante na região também é o principal responsável pela diversidade de formações e *habitats* presentes nos ambientes aquáticos. As rochas calcárias encontram-se em contínuo processo de diluição, permitindo a formação de fraturas por onde a água se infiltra em locais conhecidos como sumidouros, escoam sob a forma de rios subterrâneos e emergem mais adiante formando as chamadas surgências, ou olhos d'água.

A precipitação do carbonato, além de contribuir com a limpidez da água, promove a formação de incrustações calcárias no fundo dos ambientes aquáticos e das chamadas

tufas calcárias. Com a deposição contínua de carbonatos, as tufas calcárias crescem formando cachoeiras e barramentos naturais dos rios. Essas formações são exclusivas de regiões cársticas e representam *habitats* únicos e sensíveis, facilmente sujeitos a sofrer desequilíbrio sob intervenção antrópica.

Estudos de Medina Junior, (2007), indicam que as atividades turísticas, como a balneabilidade, passeio de barco, bote e boia-*cross*, têm causado alterações nas barrancas dos rios, estabilidades de encostas, substratos de fundo dos cursos d'água e comprometimento de tufas calcárias. O monitoramento desses fatores de degradação ambiental deve estar contemplado em uma metodologia específica para a definição de visitação turística aos produtos turísticos do polo.

Quanto aos aspectos geológicos e geomorfológicos, os problemas detectados foram contemplados quando da análise do patrimônio espeleológico, não havendo estudos e relatos de outros níveis de degradação nesses recursos.

Não existem problemas de perda de solos significativas nos municípios do polo, nem problemas de erosões, a não ser ocorrências pontuais em barranca de córregos e rios pelo acesso do gado para dessedentação, conforme identificado em item anterior, quando da apresentação do projeto Formoso Vivo. Os solos da região são considerados de boa fertilidade, sendo, por esse motivo, a existência de atividades agrícolas e assentamentos rurais na região.

Existe ainda a exploração de calcário na região, inclusive com a existência de uma fábrica de cimento em Bodoquena, mas todos os empreendimentos em atividade encontram-se licenciados. Espera-se que, com o devido licenciamento desses empreendimentos, a recuperação do passivo ambiental seja na mesma medida do dano causado.

Em todos os documentos pesquisados, não se detectou uma pressão significativa sob a fauna nativa (considerando os mamíferos, répteis e aves) pela visitação turística no polo, mas, sim, pelo tipo de ocupação estabelecido naquela região por atividades agropecuárias, que promoveram um intenso desmatamento e fragmentação florestal, resultando em perda de *habitats* e grande ameaça à fauna. A proposta de ecoturismo que vem sendo implementada na região pode ser uma importante "ferramenta" na conservação da biodiversidade e de alternativa econômica para o polo, diminuindo, assim, o ritmo no desmatamento observado nas últimas décadas.

Já nos rios e córregos do polo, alguns estudos aqui descritos relatam a alteração de comportamento e a perda de biodiversidade aquática pelo número excessivo de fluxo turístico em atividades de mergulho, balneabilidade e flutuação, bem como a mudança no hábito alimentar de peixes.

- Usos potenciais dos recursos ambientais do polo

Quanto à potencialidade existente, pode-se dizer que a região da Serra da Bodoquena ainda tem muito a oferecer, além dos produtos turísticos desenvolvidos.

Considerando o uso para visitação em patrimônios espeleológicos (grutas, dolinas, abismos e outros), os levantamentos realizados nessa região indicam a presença de inúmeras cavernas. Em Bonito, existem por volta de 30 grutas identificadas (MENDES, 1957; LINO et al., 1984; GNASPINI NETTO et al.; 1994; AYUB et al.,1996). Destas, as que apresentam potencial turístico são a do Lago Azul, Nossa Senhora Aparecida, Mimoso, Fazenda São Miguel e o Abismo Anhumas, com maior destaque para as duas primeiras. Segundo inventário realizado pelo PDTUR (MATO GROSSO DO SUL, 2005), foram identificadas algumas cavernas de importância turística, tais como: Buraco das Araras, Buraco do Japonês, Buraco do Sapo, Buraco das Abelhas, Caverna do Labirinto, em Jardim, e Gruta do Urubu-Rei, em Bodoquena.

Em algumas cavidades também são realizadas atividades na modalidade turismo de aventura, como rapel e mergulho, podendo ser ampliados os produtos atualmente oferecidos.

De acordo com publicação do CECAV, existem mais de cinquenta cavernas na região, caracterizadas por salões de grandes dimensões e a existência de cavidades submersas, já catalogadas, mas ainda não licenciadas para exploração turística.

Quanto à visitação em sítios geológico-paleontológicos, no dia 22 de dezembro de 2009, foi criado o Geoparque Bodoquena – Pantanal (39.700 km² da região sudoeste do estado), por meio do Decreto n. 12.897, que também instituiu seu conselho gestor.

A UNESCO tem por objetivo reconhecer, segundo convenção mundial, os sítios culturais e naturais em âmbito regional de interesse excepcional e de valor universal, e sua proteção é considerada de responsabilidade de toda a humanidade.

Foram realizadas visitas técnicas à região do Pantanal e Bonito para identificar a presença de sítios do Patrimônio Geológico-Paleontológico, de especial importância científica, raridade ou beleza, não apenas por razão geológica, mas também em virtude do seu valor arqueológico, ecológico, histórico ou cultural.

Municípios beneficiados: Aquidauana, Bodoquena, Bonito, Corumbá, Jardim, Ladário, Nioaque, Porto Murtinho, Rio Negro, conforme ilustra a figura seguinte:

Ainda, os principais objetivos da implantação do Geopark, são preservar o patrimônio geológico para gerações futuras, fomentar a educação sobre temas relativos a paisagens geológicas e matérias ambientais e incentivar meios de pesquisa para geociências. Além disso, assegura o desenvolvimento sustentável por meio do turismo.

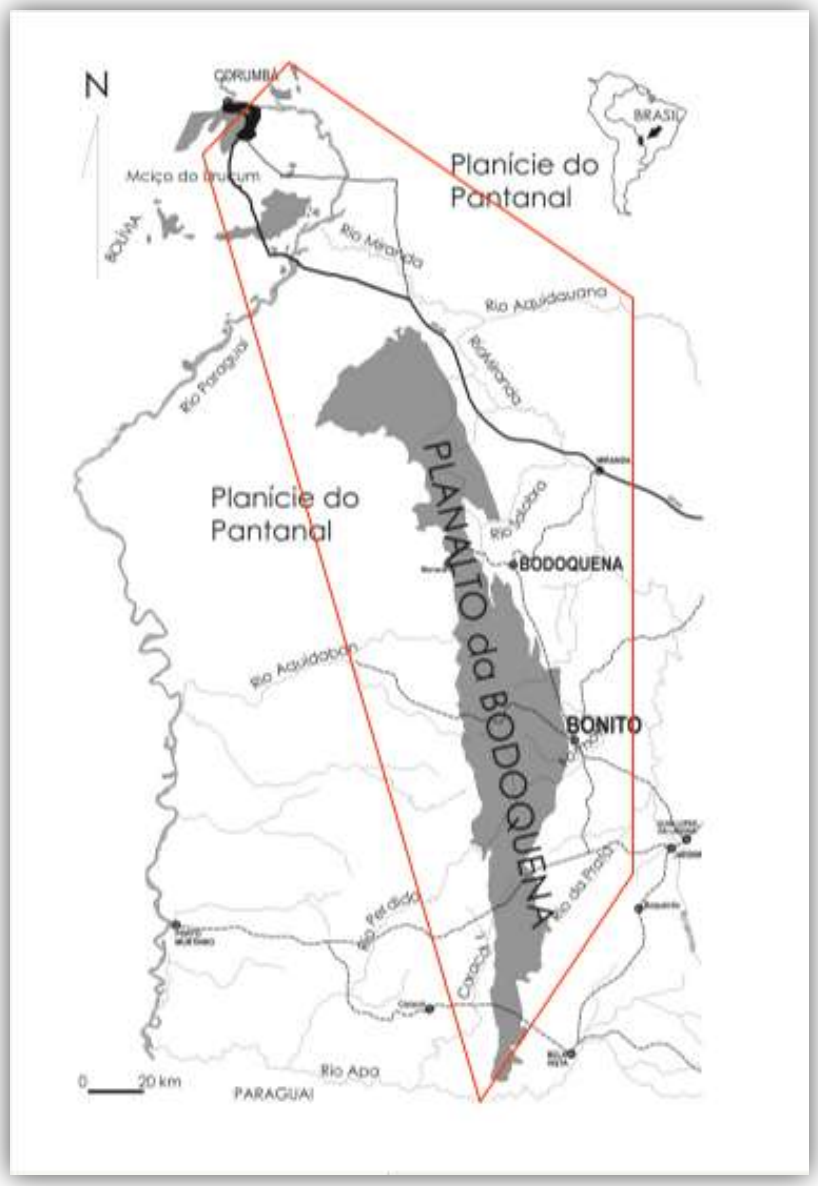


Figura 87 - Delimitação preliminar do Geopark Serra da Bodoquena-Pantanal.
Fonte: IPHAN/MS -2010

Quanto ao uso potencial na modalidade ecoturismo, foi criado, em setembro de 2000, o Parque Nacional da Serra da Bodoquena, a primeira e, até o momento, a única unidade de conservação de proteção integral federal implantada no Estado de Mato Grosso do Sul. A criação do parque visou a proteger a maior área contínua de “Mata Atlântica” no estado, a qual se localiza sobre um terreno com características geológicas especiais, o que atende aos objetivos de preservação e estudo da biodiversidade, bem como à recreação, apenas para citar os mais comuns. No momento, o parque encontra-se em implantação e, por isso, ainda não foi aberto ao público.

Seus limites abrangem 76.481 hectares, os quais foram transformados em área de utilidade pública, pelo decreto de criação. O parque está dividido em dois fragmentos: um ao norte, com área de 27.793 hectares, e outro ao sul, com 48.688 hectares.

A área compreendida pelo Polo Serra da Bodoquena pertence à Bacia Hidrográfica do Alto Paraguai, e seus principais rios, à Bacia do Miranda. Destacam-se como cursos d'água com maior potencial turístico: os rios Miranda, Formoso, Sucuri, Mimoso, Perdido, Chapena, da Prata, Salobra, Betione e seus afluentes. Atualmente, há uma alta concentração de atrativos turísticos às margens do rio Formoso e seus afluentes em Bonito e, igualmente, tende a ocorrer o mesmo no rio da Prata, em Jardim, e no rio Betione, em Bodoquena.

Nesses rios, os principais usos atuais e potencias são o passeio de bote, flutuação, boia-*cross*, rapel, mergulho, banho de cachoeira e a balneabilidade.

São desenvolvidas atividades de arvorismo, cavalgadas e trilhas, explorando as belas paisagens existentes na Serra da Bodoquena, e os remanescentes florestais, existindo um grande potencial para a expansão dessas modalidades nos três municípios do polo.

Ressalta-se que a ampliação do uso dos recursos ambientais existentes no polo deve ser precedida de medidas de controle, monitoramento e avaliação dos órgãos ambientais e turísticos, que possam viabilizar um crescimento com a conservação desses recursos, a qualidade de vida da população residente e a qualidade dos produtos ofertados aos turistas.

4.4.3. Gestão ambiental pública

- **AS POLÍTICAS PÚBLICAS, PROGRAMAS, PROJETOS E METAS DE QUALIDADE**

No Estado de Mato Grosso do Sul, o poder público tem uma série de projetos e programas em andamento, que atuam e interferem diretamente nos municípios do polo em questão. Para promover o ordenamento do uso e ocupação do solo, foi elaborado o Zoneamento Ecológico e Econômico do Estado (ZEE-NS). Importante instrumento de gestão ambiental preconizado pela Política Nacional de Meio Ambiente, foi apresentado à população por meio da realização de audiências públicas. Esse zoneamento tem a capacidade de regulamentar o uso e a ocupação do solo no estado, por meio de diretrizes específicas para cada região. A primeira meta definida para elaboração do ZEE-MS, é a reorientação do desenvolvimento do estado em bases sustentáveis, com ampliada integração ao mercado internacional, inclusão das comunidades locais nos processos econômicos e conservação ambiental (MATO GROSSO DO SUL, 2010).

A elaboração do Plano Estadual de Recursos Hídricos de Mato Grosso do Sul é uma exigência da Política Estadual de Recursos Hídricos, como um dos instrumentos preconizados para dar suporte à gestão das águas. No PERH-MS, é construída a visão do Estado relativa à situação atual dos recursos hídricos, e como é desejada no futuro, para cuja concretização expressa metas e estratégias que serão perseguidas. A necessidade de planejar o aperfeiçoamento da gestão das águas impõe-se pela complexidade decorrente do desenvolvimento econômico, do aumento populacional, da expansão da agricultura, das pressões locais, da urbanização, das mudanças tecnológicas e das necessidades e demandas ambientais e sociais, em meio às incertezas do futuro sobre quando, como, onde e com que intensidade ocorrerão tais demandas.

A construção de uma estratégia estadual voltada aos recursos hídricos implicou a consideração conjunta:

- de uma etapa diagnóstica (situação atual das águas e dos problemas identificados, bem como a avaliação crítico-construtiva do que foi e está sendo feito para o equacionamento desses problemas);

- de uma etapa prognóstica (consideração dos cenários prospectivos traçados para o desenvolvimento macroeconômico do País e do estado, que repercutirão de modo significativo sobre as disponibilidades hídricas estaduais, em quantidade e em qualidade);

- da seleção de princípios e diretrizes emanados da avaliação diagnóstica e prognóstica;

- de uma etapa propositiva de programas.

O PERH-MS, pretende definir e alcançar metas de qualidade ambiental para o estado e a região da Serra da Bodoquena, classificada na UPG Miranda. Neste plano, encontram-se os seguintes objetivos no “Programa 9 – Enquadramento de corpos hídricos superficiais e subterrâneos em classes de uso de efetivação do enquadramento das águas superficiais e

subterrâneas", nos quais estarão definidas as metas progressivas, intermediárias e finais de melhoria da qualidade da água:

- propor metodologias, visando a articular o instrumento enquadramento com os demais instrumentos da PNRH/PERH, em especial, os planos de recursos hídricos, a outorga de direito de uso dos recursos hídricos e zoneamento ecológico-econômico;

- estabelecer diretrizes para a ampliação do enquadramento das águas superficiais no estado, buscando articulação com estados limítrofes;

- estabelecer programa de efetivação do enquadramento das águas superficiais e subterrâneas, nos quais estarão definidas as metas progressivas intermediárias e finais de melhoria da qualidade da água, excetuados para os parâmetros que não atendam aos limites por causa de condições naturais de determinadas bacias;

- estabelecer diretrizes e metas de enquadramento para corpos d'água, com características peculiares, tais como, corpos d'água intermitentes ou com regime de vazão que apresente diferença sazonal significativa, com alterações de velocidade, sujeitos a pulsos de inundação, dentre outros;

- propor o enquadramento das águas subterrâneas do estado, segundo resolução CONAMA, n. 396/08 (MATO GROSSO DO SUL, 2010a).

Hoje, efetivamente, a Deliberação n. 03/97, do CECA/MS, promove o enquadramento dos rios das bacias hidrográficas do estado, estabelecendo classes de uso, o que na prática se configura em condições de qualidade ambiental que esses cursos de água devem manter. O PERH-MS, ressalta a importância de se efetuar uma nova análise do enquadramento realizado (com parâmetros de qualidade baseados na Resolução CONAMA, n. 20/86), considerando os novos usos existentes, bem como suas próprias peculiaridades. Na Serra da Bodoquena, somente a microbacia do rio Formoso possui este enquadramento.

A referida deliberação enquadrou o rio Formoso e seus afluentes até a confluência com o córrego Bonito, na Classe Especial, e os demais trechos, na Classe 2. Na Classe Especial, incluem-se as águas destinadas ao abastecimento doméstico, sem prévia ou com simples desinfecção, bem como a preservação do equilíbrio natural das comunidades aquáticas. Já os corpos d'água da Classe 2, destinam-se ao abastecimento doméstico, após tratamento convencional, à proteção das comunidades aquáticas, à recreação de contato primário (esqui aquático, natação e mergulho), à irrigação de hortaliças e plantas frutíferas e à criação natural e/ou intensiva (equicultura) de espécies destinadas à alimentação humana.

O projeto Formoso Vivo também pode ser considerado como um exemplo de ações que definem metas de qualidade, considerando que ele tinha por objetivo regularizar 100% dos empreendimentos turísticos implantados ao logo do rio Formoso, quanto à legislação ambiental em vigor. O projeto foi uma ação integrada entre órgãos governamentais e não governamentais, que desenvolveu um plano de conservação, conduzido pelo Ministério Público, na figura da promotoria de justiça, o que resultou em ações efetivas de conservação em um prazo relativamente curto. O referido projeto foi mais bem detalhado em item anterior.

A SEMAC/IMASUL possui estruturados os principais instrumentos da gestão pública preconizados pela Política Nacional de Meio Ambiente, tendo atuação em todos os municípios da Serra da Bodoquena, apesar de necessitar de um fortalecimento institucional, possuindo escritório somente no município de Bonito. O licenciamento ambiental, um dos instrumentos mais importantes da gestão ambiental, definido pela Lei n. 6.938/1981 – que define a Política Nacional de Meio Ambiente, foi instituído no estado em junho de 1988, pelo Decreto n. 4.625.

O licenciamento ambiental dos empreendimentos turísticos no Estado de Mato Grosso do Sul é regulamentado pela Resolução Conjunta SEMA/IMAP, n. 004/2004, por meio de

manual de licenciamento ambiental. Entre vários documentos a serem apresentados para o requerimento de licença ambiental, é solicitada a apresentação de certidão da prefeitura municipal, atestando que o local e a atividade estão em conformidade com as normas municipais de uso do solo.

No município de Bonito e Jardim, essa certidão é emitida pelos COMDEMAs, condicionada à apresentação de documentos pessoais do empreendedor e do responsável técnico pelo projeto, da caracterização detalhada do empreendimento e mapa de localização. Em item específico, foi analisado na situação dos produtos turísticos quanto ao licenciamento ambiental.

Ressalta-se que, além do IMASUL, a Polícia Militar Ambiental e, supletivamente, o IBAMA, são os órgãos responsáveis pela manutenção da qualidade ambiental dos municípios do polo da região da Serra da Bodoquena, atuando, principalmente, na educação, na fiscalização, no licenciamento e no monitoramento ambiental dos recursos naturais e antrópicos.

No tocante às políticas públicas que envolvem a gestão ambiental, destaca-se o ICMS Ecológico, que, em Mato Grosso do Sul, surgiu operacionalmente em 2000, sob o reflexo da influência recebida do estado do Paraná, que já adotava esse instrumento como incentivador de iniciativas de conservação da biodiversidade.

A legislação que introduziu o conceito do ICMS Ecológico, foi aprovada pela Assembléia Legislativa, em dezembro de 1994, pela Lei Complementar n. 077, traduzida em uma versão quase na íntegra da Lei Complementar n. 59/91, similar do estado do Paraná. O Estado de Mato Grosso do Sul apresenta como aspecto conceitual inovador a fundamentação na origem do critério ecológico, a partir de um critério igualitário, surpreendentemente de alto percentual estabelecido pela Lei Complementar n. 057. O surgimento, portanto, do critério ecológico em MS, a partir da modificação de um critério de distribuição igualitária, enfatiza o princípio do ICMS Ecológico, isto é, o de promover a justiça fiscal pela conservação O modelo sul-mato-grossense se fundamenta na oportunidade do repasse de recursos do ICMS aos municípios que possuem unidades de conservação de várias categorias de manejo, das áreas de terras indígenas e mananciais de abastecimento público.

Observa-se, abaixo, que Bodoquena é o município da região da Serra da Bodoquena que recebeu o maior valor de ICMS Ecológico, em 2009, tendo em vista que a maior porção do Parque Nacional da Serra da Bodoquena está localizada nesse município. De forma análoga, Jardim recebe o menor índice, justamente porque as terras desse parque abrangem uma menor porção da área desse município. Os municípios têm aplicado os recursos em recuperação de áreas degradadas, produção de mudas e gestão de resíduos sólidos.

Quadro 97 - Valor total de repasse de ICMS Ecológico, em 2009, para os municípios do Polo Serra da Bodoquena.

Município	Índice 2009(%)	Valor anual (R$)
Bodoquena	0,2628	2.074.553,56
Bonito	0,2341	1.847.994,63
Jardim	0,0724	571.528,45
Polo	**0,5693**	**4.494.076,64**

Fonte: SEFAZ/ SGF/ CDP – MS (2010).

Nota-se que do índice de 5% total do ICMS Ecológico, destinado ao estado, 0,57% corresponde ao polo em questão.

Na região da Serra da Bodoquena é intensa a ação pública por meio de políticas e programas de gestão ambientais, o que, em curto tempo, comparando o presente período com aquele quando foi elaborado o PDITS/2004, verifica-se uma expressiva alteração em

prol da adequação ambiental dos empreendimentos turísticos e recuperação de danos existentes.

Como já relatado no parágrafo anterior, a ação conjunta do Ministério Público com prefeituras e ONGs, denominado “projeto Formoso Vivo”, serviu de modelo para o “projeto Rio Miranda” e “projeto Prata que Vale Ouro”, desenvolvidos nas Bacias do Rio Miranda e da Prata, respectivamente. O primeiro já está em fase de assinatura dos TACs, e o segundo, em fase de finalização do diagnóstico.

Também em Bonito, a prefeitura municipal, por intermédio da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Conselho Municipal de Meio Ambiente, desenvolve, em parceria com o Ministério Público, o Programa de Conservação do Solo e Água, que apresenta os seguintes subcomponentes:

Quadro 98 – Subcomponentes do Programa de Conservação do Solo e Água, em Bonito, MS.

Subcomponente	Descrição
Produção de mudas	- Atende a demanda para recomposição florestal e para arborização urbana e para recomposição de áreas invadidas. - Entre 2005 e 2008 foram produzidas no viveiro municipal 465.000 mudas. - Para a recomposição florestal são produzidas mudas de cedro, bálsamo, amendoim-branco, ingá, canafístula, guatambu, pororoca. - Podem ser comercializadas ou doadas para projetos de recuperação, tais como “projeto Formoso Vivo. - Espécies produzidas para arborização urbana: oiti, pata-de-vaca, ipê-branco, ipê-rosa e ipê-amarelo, escolhidos pelo porte, estrutura da raiz e beleza da floração. - No caso de recomposição de áreas invadidas, após a realocação da população em moradias populares, as mudas são plantadas pela SEMA e por meio de parcerias de cunho socioambiental, como o lançamento de feira socioambiental e aula trote da UFMS, onde a comunidade escolar e universitária é mobilizada para o plantio, colaborando para o ordenamento da ocupação no espaço urbano.
Construção de terraços (parceria pública privada em áreas de proteção ambiental, onde o Ministério Público exige plano de conservação do solo)	- Em áreas ocupadas pela atividade agropecuária, quando não desenvolvem práticas de conservação de solo. - Por meio de recursos do Fundo Municipal de Meio Ambiente, oriundos de compensação ambiental, a Prefeitura Municipal de Bonito participa com a aquisição e manutenção de um trator, uma lâmina dianteira e um terraceador para execução dos terraços, além de acompanhamento técnico. - O produtor rural fica responsável pela elaboração do plano de conservação do solo, a demarcação das curvas de nível, alimentação e hospedagem do tratorista, combustível para o terraceamento. - No período de 2007 a 2009, foram atendidas 15 propriedades e mais de 6.000 ha de terraços construídos.

Fonte: Prefeitura Municipal de Bonito. Ministério Público.

Na Prefeitura Municipal de Jardim, por meio do Núcleo de Meio Ambiente, e ainda pelo COMDEMA, desenvolvem-se várias atividades e projetos dentro os quais se destacam:

- desenvolvimento de projeto de recuperação de área degradada e gestão do depósito de lixo da cidade, em função do TAC firmado com o MP, da comarca de Jardim;
- ordenamento do deposito de lixo e elaboração de relatório técnico-fotográfico complementar, por solicitação do Ministério Público/Promotoria, de Jardim;
- desenvolvimento de atividades de educação ambiental, como palestras em escolas públicas, municipais e estaduais, e particulares, relativos à conservação e à preservação do meio ambiente, bem como das atividades voltadas ao meio ambiente, como a coleta de lixo nas margens do rio Miranda, caminhada ecológica e a Semana do Meio Ambiente.

- gestão e apoio à Associação de Catadores de Resíduos Recicláveis Nossa Senhora Aparecida, com orientações sobre as atividades de coleta de resíduos recicláveis em implantação no município;
- gestão compartilhada e acompanhamento das atividades da construção do aterro sanitário consorciado da cidade de Jardim;
- diagnóstico ambiental do Balneário Municipal, visando ao início das obras para requerer, ao IMASUL, a licença de operação, e ainda apoio no ordenamento ambiental.

Por fim, no município de Bodoquena, as atividades da gestão ambiental, de responsabilidade da Secretaria Municipal de Turismo e Meio Ambiente, são desenvolvidos projetos e ações de ordenamento ambiental, tais como:

- coordenação e fiscalização do projeto de recuperação de área degradada no distrito de Morraria do Sul, onde sedimentos da área degradada são carreados para o córrego da Maconha, que atualmente se encontra muito assoreado. São construídas curvas de nível para retenção dos sedimentos, desassoreamento do córrego e recuperação da vegetação ciliar. O projeto é desenvolvido com recursos do ICMS Ecológico;
- administração do viveiro municipal de mudas de espécies nativas, que são doadas para recuperação de mata ciliar e arborização urbana;
- projeto para implantação de aterro sanitário, Unidade de Processamento de Lixo (UPL) e coleta seletiva de lixo, que se encontra em fase de elaboração.

Assim, verifica-se que a principal preocupação dos municípios é com a recuperação de áreas degradadas ao longo dos principais rios que abrigam os atrativos turísticos, e a implantação e o gerenciamento dos resíduos sólidos, com adoção ou adequação de coleta seletiva e UPL, bem como de implantação aterros sanitários adequados e licenciados.

- **CAPACIDADE INSTITUCIONAL DOS MUNICÍPIOS E DAS ENTIDADES ESTADUAIS PARA A GESTÃO AMBIENTAL**

Dentre os vários instrumentos previstos na Política Nacional de Meio Ambiente para a gestão ambiental pública, os municípios, em questão, ainda não possuem capacidade institucional instalada para exercê-los efetivamente, como descrito a seguir:

- Gestão ambiental em Bonito

Em Bonito, de acordo com Lei Complementar, de 20 de dezembro de 2004, foi criada a Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMA), que é composta de duas chefias: a Divisão de Meio Ambiente e a Divisão de Projeto Ambiental. Essa lei define várias competências a essa secretaria, mas, efetivamente, a SEMA é responsável pelo aterro controlado e pela coleta seletiva feita na sede municipal. Além dessas atribuições, ela atua como parceira em projetos de educação ambiental nas escolas e incentiva e promove eventos comemorativos relacionados ao meio ambiente, desenvolve programas e ações em parceria com o Ministério Público e ONGs, visando à conservação ambiental dos recursos naturais circunscritos em sua jurisdição.

O COMDEMA foi criado há 21 anos, sendo o mais antigo do Centro-Oeste, e tem como membros representantes dos seguintes órgãos: IBAMA; SEMAC; Polícia Militar Ambiental; AGRAER; SEMA; ONGs; Ministério Público.

O conselho utiliza as leis municipais, estaduais e federais para subsidiar suas atuações, reunindo-se frequentemente, de forma participativa, e tem como principais atribuições aprovar internamente nos processos de licenciamento a certidão, mencionada anteriormente, que irá para a SEMAC/IMASUL, entre outras.

- Gestão ambiental em Jardim

Em Jardim, a gestão ambiental é desenvolvida pelo Núcleo de Meio Ambiente, ligado diretamente ao gabinete do prefeito. Apesar da posição estratégica, necessita de maior autonomia e infraestrutura; possui também um Conselho de Defesa do Meio Ambiente.

Atualmente, o NUMA é o órgão municipal que fornece a certidão necessária para o requerente entrar com o processo de licenciamento de atividades poluidoras no órgão competente do Estado de Mato Grosso do Sul, a SEMAC. Esse também é responsável pelo controle e emissão de autorização em relação à supressão vegetal na área urbana. O Corpo de Bombeiros, ou as empresas de poda de árvores, só fazem a poda ou supressão das espécies se o requerente tiver em mãos essa autorização.

Além dessas competências, o NUMA atua como parceiro em projetos de educação ambiental nas escolas, incentiva e promove eventos comemorativos relacionados ao meio ambiente, como a Semana de Meio Ambiente, o Dia da Água, entre outros, elabora e auxilia estudos ambientais sobre os recursos naturais da região, entre outras atividades.

- Gestão ambiental em Bodoquena

Em Bodoquena, a gestão ambiental está a cargo da Secretária de Turismo, Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico, que conta hoje com o secretário e dois apoios administrativos. O COMDEMA está em funcionamento desde agosto de 2009, se reúne de três em três meses, e tem tratado de assuntos relacionados à regularização de licença ambiental dos produtos/atrativos do município; definição da composição do conselho consultivo do Parque Nacional da Serra da Bodoquena, com o objetivo de estabelecer a participação dos membros do COMDEMA, e da comunidade; trata de denúncia sobre degradação do meio ambiente, e outros.

- Gestão ambiental de âmbito estadual e federal presentes no Polo Serra da Bodoquena

Além dos órgãos ambientais municipais descritos, no município de Bonito estão instalados escritórios regionais do IMASUL e do ICMBIO, que atendem todo o polo.

O escritório regional do IMASUL é formado por um fiscal ambiental, um analista ambiental e dois técnicos ambientais, que atuam na fiscalização e licenciamento ambiental. Já o ICMBIO, com função de gerenciamento e fiscalização do Parque Nacional da Serra da Bodoquena, conta com dois analistas ambientais e um técnico ambiental e fiscal, realizando fiscalizações de rotina e por demanda de denúncia.

A fiscalização nas unidades de conservação é realizada pelos próprios donos das terras nas RPPNs. Nos monumentos naturais, do rio Formoso, existe apenas um guarda-parque na Gruta do Lago azul, que é gerenciada pela prefeitura. As áreas sob gestão pública necessitam de um incremento na fiscalização para promover o efetivo controle das unidades de conservação.

- Comitês, consórcios e agendas ambientais no Polo Serra da Bodoquena

Em relação aos comitês de bacias, no polo há apenas o Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Miranda (CBH-Miranda), aprovado pela Resolução CERH, n. 002/2005. Sua área de atuação abrange a Bacia Hidrográfica do Rio Miranda, rio de domínio do estado, correspondendo à área física dos municípios de Anastácio, Aquidauana, Bandeirantes, Bonito, Bodoquena, Campo Grande, Corguinho, Corumbá, Dois Irmãos do Buriti, Guia Lopes da Laguna, Jaraguari, Jardim, Maracaju, Miranda, Nioaque, Ponta Porã, Porto Murtinho, Rochedo, Rio Negro, São Gabriel do Oeste, Sidrolândia e Terenos, com área de drenagem de 43.787 km².

Nesse âmbito, é necessário o fortalecimento político-institucional do CBH-Miranda, apoiado pela instalação de novos comitês no polo, assim como no restante do estado, para que

sejam adequadamente regulamentados os critérios e os procedimentos para a gestão e, sobretudo, os monitoramentos ambientais.

Agendas nacionais e estaduais focados na conservação ambiental têm tido um tímido processo de acompanhamento por parte dos municípios, como é o caso da elaboração da Agenda 21 Estadual, em dezembro de 2000, e, mais recentemente, a Conferência Estadual de Meio Ambiente, com o tema “Mudanças Climáticas”, onde os municípios do polo enviaram representantes, mas, efetivamente, não houve desdobramento dessas ações em agendas municipais.

4.4.4. Gestão Ambiental nas empresas privadas

No que se refere à gestão e ao gerenciamento em empresas privadas, primeiramente é necessário ressaltar que as empresas privadas, mesmo as que necessitam de licenciamento ambiental, não são obrigadas a prestarem informações se possuem, ou não, Sistema de Gestão Ambiental (SGA), certificação ambiental, ou outras informações sobre o seu gerenciamento. O que o órgão ambiental obriga é cumprir todas as exigências legais cabíveis e respeitar os princípios do direito ambiental, quais sejam: precaução, prevenção, entre outros.

O ato de uma empresa ou indústria possuir um SGA, ou uma certificação ambiental - reconhecida por uma instituição credenciada para tal fim - é voluntário, ficando difícil a coleta de dados fidedignos sobre tais assuntos.

A região da Serra da Bodoquena está participando do programa Aventura Segura, que é uma ação do MTur, e o Sebrae Nacional, em parceria com a ABETA. Esse programa é voltado para o fortalecimento, qualificação e estruturação do ecoturismo e turismo de aventura no Brasil; o Aventura Segura tem como foco iniciativas voltadas para o desenvolvimento com qualidade, sustentabilidade e segurança, por meio da implantação do Sistema de Gestão da Segurança para o Turismo de Aventura (SGS TA), com base na norma ABNT, NBR 15331 – Turismo de Aventura – Sistema de Gestão da Segurança – Requisitos.

No polo, cinco atrativos turísticos da região já foram auditados pela ABNT e estão em fase de cumprimento de algumas condicionantes para a certificação. Os atrativos auditados são: Abismo Anhumas, Hotel Cabanas, Estância Mimoso, Rio da Prata e Buraco das Araras.

Além desse programa, destacam-se no polo a Agência Ar de Turismos, por possuir certificação ISO 9000 e 14000.

Tais certificações denotam ao empreendimento reconhecimento nacional e internacional de seu produto, serviço e instalações, que podem utilizar os sistemas de certificação, certificando uma determinada instalação e seus sistemas de controle ambiental, implantando um SGA voltado para as normas ISO 14.001; certificando o serviço de turismo sustentável, por meio da NBR 15.401 (Meios de hospedagem – Sistema de gestão de sustentabilidade).

O que tem que ser ressaltado é que há uma falsa interpretação que as empresas que possuem certificação ambiental poluem menos o meio ambiente. O que realmente acontece quando uma empresa recebe a certificação é que ela cumpriu os requisitos das normas da série ISO 14.000, sendo um deles a exigência que a empresa possua processo de licenciamento ambiental, cujo processo busca minimizar e monitorar os impactos ambientais de uma determinada atividade.

Outro fator interessante é que, no Estado de Mato Grosso do Sul ,vigorou por muitos anos uma legislação que obrigava as empresas de determinados ramos (curtumes, frigoríficos,

siderúrgicas, agroindústrias, entre outras) a realizarem auditorias ambientais periódicas (no máximo de três anos) – Lei n. 1.600/1995, revogada pela Lei n. 3.839/2009, que institui o Programa de Gestão Territorial de Mato Grosso do Sul e aprova a primeira aproximação do ZEE do Estado de Mato Grosso do Sul. Esse requisito não era observado durante os processos de licenciamento ambiental no estado, o que mostrava a ineficácia desse regulamento. Na realidade, auditorias ambientais, segundo boa parte da literatura sobre esse assunto, devem ser de caráter voluntário, seja essa auditoria para implantar SGA, seja para verificação de certificação ambiental, seja auditoria pontual.

Outra iniciativa voluntária interessante de ser destacada é a adoção de tecnologias de Produção mais Limpa (P+L), que vem crescendo no estado, mas ainda não observada nos empreendimentos do polo. Essa iniciativa é uma das mais vantajosas, inclusive, para o setor de turismo, pois, se um determinado empreendimento turístico a ser implantado em uma região de significativo interesse ambiental, por exemplo, um hotel, poderia utilizar de P+L, adotando técnicas de reuso de efluente, de acondicionamento correto, segregação e compostagem de resíduos, de educação ambiental, de redução de consumo de água e energia, utilização de materiais certificados (madeiras de reflorestamento e outros), dentre outras.

4.4.5. Instrumentos de planejamento e controle territorial

O ZEE é um instrumento para racionalização da ocupação dos espaços e de redirecionamento de atividades. Serve de subsídio a estratégias e ações para a elaboração e execução de planos regionais em busca do desenvolvimento sustentável. O programa ZEE tem por objetivo executar o zoneamento em diversas escalas de tratamento das informações e integrá-lo aos sistemas de planejamento em todos os níveis da administração pública.

Nesse sentido, o ZEE torna-se um importante instrumento para subsidiar a formulação de políticas territoriais da União, estados e municípios, orientando os diversos níveis decisórios na adoção de políticas convergentes com as diretrizes de planejamento estratégico do país. (MATO GROSSO DO SUL, 2010). No ZEE, os municípios de Bonito, Jardim e Bodoquena são parte integrante da unidade de planejamento Zona Serra da Bodoquena (SZB), onde estão previstas as seguintes atividades:

Quadro 99 – Atividades previstas para a Serra da Bodoquena, segundo o ZEE.

Situação	Atividades
Recomendadas	Implantação de empreendimentos e atividades voltados ao ecoturismo, aproveitando o potencial dos municípios de Bodoquena e Jardim para essa atividade, consolidando roteiros turísticos mais consistentes.
	Fortalecer o município de Bonito como Destino Nacional Indutor, em conformidade como enquadramento feito pelo Ministério do Turismo, incluindo, de forma ativa, as comunidades locais em sua cadeia produtiva.
	Aprimoramento tecnológico da pecuária, com melhoria do rebanho, em consórcio com outras atividades produtivas de base tecnológica mais avançada.
Recomendadas sob manejo especial	Implantação de empreendimentos agroindustriais para produção de biocombustíveis com a utilização de espécies vegetais nativas.
	Implantação de projetos e empreendimentos de aquicultura, conforme normas a serem discutidas pelos respectivos comitês de Bacias e aprovados pelos organismos ambientais, compatibilizando-os com as atividades de turismo ecológico.
	Aproveitamento de fauna e flora nativa com valor econômico.
	Exploração sustentável das jazidas de mármore, calcário e fosfato, compatibilizando-a com a atividade turística e com a preservação dos complexos de cavernas existentes

Fonte: MATO GROSSO DO SUL, 2010.

O plano diretor é o instrumento básico da política de desenvolvimento do município, sendo sua principal finalidade orientar a atuação do poder público e da iniciativa privada na construção dos espaços urbano e rural, na oferta dos serviços públicos essenciais, visando a assegurar melhores condições de vida para a população.

Financiado com recursos do PRODETUR, o município de Bonito elaborou seu Plano Diretor Participativo dentro do que preconiza o Estatuto da Cidade, Lei n. 10.257, que estabeleceu diretrizes gerais da política urbana. O município de Jardim iniciou um processo de atualização do plano diretor. Bodoquena iniciou a elaboração de um plano diretor apenas para a área urbana do município, o que não contempla as diretrizes dadas pelo PRODETUR e pelo Estatuto da Cidade.

Ações de fortalecimento institucionais também estão sendo realizadas no âmbito do PRODETUR para os três municípios da serra, embora somente Jardim tenha efetivamente concluído seu Plano de Fortalecimento Institucional, conforme previsto no PDITS/2004.

O apelo ao desenvolvimento do ecoturismo na região da Serra da Bodoquena, bem como a riqueza da biodiversidade local, mostram a necessidade de implantação de projetos e programas de sustentabilidade socioambiental, gerando demanda de participação de ONGs em parcerias com o setor público. Na sequência, são apresentadas as principais entidades que desenvolvem planos, programas e projetos na região.

- **Fundação Neotrópica**

Criada em 1993, a Fundação Neotrópica do Brasil é uma organização não governamental, sem fins lucrativos, sediada em Bonito, MS, com a missão de promover e praticar a conservação da natureza. A organização é associada à Rede Nacional Pró-Unidades de Conservação, integra o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Miranda, a Plataforma de Diálogo entre segundo e terceiro setores: Pantanal/Polo Mineroindustrial de Corumbá/MS e participou de três edições do programa "*Trainee* em Meio Ambiente", da Fundação O Boticário de Proteção à Natureza. A seguir, seus principais projetos desenvolvidos:

Quadro 100 – Projetos da Fundação Neotrópica já desenvolvidos.

Projeto	Descrição
Pé-da-Serra e Frutificando	Projetos que tiveram como objetivo diminuir os impactos sobre os recursos naturais da região do entorno do Parque Nacional da Serra da Bodoquena, apoiando alternativas de geração de renda e promovendo a organização comunitária e a melhoria da qualidade de vida e organização social nos assentamentos Guaicurus e Santa Lúcia. Os produtores rurais foram capacitados com cursos de práticas agroflorestais e agroecológicas, produção de conservas, doces e salgadas, geleias e sucos, produção caseira de derivados de mandioca, artesanato em palha de milho.
Ecodesenvolvimento no Entorno do Parque Nacional Serra da Bodoquena	Com o objetivo de reduzir as ameaças externas ao Parque Nacional da Serra da Bodoquena, de fortalecer as políticas públicas de conservação da natureza e de contribuir para a melhoria da qualidade de vida da comunidade local, o projeto abrange os municípios de Bodoquena, Bonito, Jardim e Porto Murtinho. Promoveu a capacitação de técnicos, empresários de turismo e proprietários rurais para a prática do ecoturismo, da agroecologia e agroflorestal, além de incentivar a criação de Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN).
Inclusão Verde	Desenvolvido na cidade de Bodoquena, qualificou 25 jovens, com idade entre 16 e 24 anos. Em um projeto para capacitação de jovens de baixa renda, para atuação em ecoturismo no município e região, com ofertas de estágio para os alunos em entidades com vínculo ambiental nos municípios de Bonito e Bodoquena.

Quadro 101 – Projetos da Fundação Neotrópica em desenvolvimento.

Projeto	Descrição
Formoso Vivo	Desenvolvido em conjunto com o Ministério Público (MP) e prefeitura (COMDEMA), atua em parceria com o ICMBio, FUNBIO, com o objetivo de recuperar APPs e RLs das propriedades situadas às margens dos rios da Bacia Hidrográfica do Rio Formoso, adequando-as à legislação ambiental vigente. Projeto de reconhecimento nacional, é modelo de atuação do MP, sendo replicado em vários municípios de MS, prevendo o envolvimento de cerca de 1.200 propriedades rurais, até 2008. A partir de um diagnóstico das propriedades localizadas às margens dos rios Formoso, Formosinho e afluentes, são identificadas áreas em desacordo com a legislação ambiental, o proprietário rural assina um TAC com o MP, com o compromisso de regularizar e/ou recuperar as áreas que não estão adequadas à legislação. A fundação elabora os planos de recuperação e laudo ambiental orientando os proprietários sobre as providências para a recuperação das áreas degradadas. Também elabora o memorial descritivo georreferenciado alocando áreas de RL e atua na demarcação das áreas de APP e RL. Até o momento, 90% das áreas de mata ciliar, identificadas como degradadas no diagnóstico, estão em processo de recuperação. O diagnóstico também apontou as atividades turísticas que estavam sem licença ambiental.
Corredor de Biodiversidade Miranda - Serra da Bodoquena	Os corredores de biodiversidade são grandes unidades de planejamento que têm como principal objetivo compatibilizar a conservação da natureza com um desenvolvimento econômico, ambientalmente responsável e mais adequado às características sociais da região. Visa a manter ou restaurar áreas naturais em meio às atividades humanas com incentivo e incremento da porcentagem de áreas protegidas, por meio de criação de Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) e outras categorias de Unidades de Conservação, bem como apoia o Plano de Manejo do Parque Nacional da Serra da Bodoquena.Também incentiva municípios do corredor e apoia ações de educação ambiental.
Guia ECOnsciente	Em parceria com a Fundação Citi, o projeto Guia ECOnsciente - Consciência Ecológica, por meio do ecoturismo, é um curso de capacitação para guias de turismo e monitores de atrativos turísticos de Bonito e região da Serra da Bodoquena, MS. O objetivo é capacitá-los nas áreas de conhecimentos específicos, como ecologia, biologia da conservação, legislação ambiental, além de enriquecer os conhecimentos já adquiridos sobre fauna e flora local. Assim, busca-se sensibilizá-los quanto à importância da conservação da natureza, tornando-os agentes multiplicadores desse processo com a comunidade e os visitantes locais.

- **IASB – Instituto das Águas da Serra da Bodoquena**

Constituído legalmente em 2002, em Bonito, o Instituto foi criado por proprietários rurais, empresários, ambientalistas e comunidade ribeirinha. O IASB se originou da Associação Amigos do Rio Mimoso e já desenvolveu diversas ações voltadas para a recuperação e manutenção da qualidade das águas, do solo e da vegetação das microbacias, localizadas na Serra da Bodoquena, dentre as quais se destacam:

Quadro 102 – Projetos do Instituto das Águas da Serra da Bodoquena.

Projeto	Descrição
Sistemas Agroflorestais: recuperação de matas ciliares e geração de renda	Trata da utilização dos sistemas agroflorestais como forma alternativa de recuperação de matas ciliares, visando à diminuição da pressão sobre os remanescentes de florestas nativas e a diversificação das fontes de renda para os produtores rurais. Está sendo realizado em caráter de demonstração em uma propriedade no rio Mimoso (Bonito/MS). Com isso, pretende-se disseminar uma atividade potencialmente geradora de renda para evitar o desmatamento de novas áreas para plantio.
Matas Ciliares	Por causa da situação encontrada no rio Mimoso e em diversos outros cursos d'água do município de Bonito, MS, e, considerando a falta de

Projeto	Descrição
	recursos financeiros da maioria dos produtores rurais, principalmente os pequenos, o projeto se propôs a pesquisar alternativas de recuperação de áreas degradadas. Por meio do projeto, o IASB ofereceu ainda assistência técnica a convite dos produtores rurais, interessados em iniciar a recuperação de matas ciliares em suas propriedades. Assim, diversas outras áreas estão testando uma das metodologias pesquisadas.
Programa de Implementação e Melhoria do Viveiro de Essências Florestais da Serra da Bodoquena	Visa a otimizar a produção de mudas nativas por meio da implementação e melhoria do funcionamento do Viveiro Municipal de Bonito, MS, por meio do aumento da produção e da qualidade das mudas, aquisição de equipamentos e materiais necessários para coleta de sementes, manutenção e capacitação dos funcionários envolvidos, aumentando a atuação no processo de recomposição das áreas de proteção permanente, no enriquecimento da variabilidade genética das espécies, no fomento de atividade de manejo sustentável, no paisagismo urbano.
Programa de Educação Ambiental Bonito Para Sempre - Fase I, II e III	Tem a finalidade de sensibilizar a população bonitense, sobre questões ambientais, tais como manejo do lixo, desperdício de água, importância das matas ciliares, por meio de atividades realizadas com alunos do 9º ano do Ensino Fundamental, professores e moradores vizinhos das escolas participantes.
1ª Feira Ambiental e Social de Bonito: conhecer para preservar	Busca ampliar o conhecimento da comunidade local sobre questões ambientais que abrangem o município de Bonito, buscando sensibilizá-la e envolvê-la na adoção de ações práticas para a conservação dos recursos naturais e para a melhoria da sua qualidade de vida.

- **Instituto Família Legal**

Em operação desde dezembro de 2003, sob a coordenação conjunta com o Ministério Público, o programa Família Legal atende 80 crianças e adolescentes, com idades entre 7 e 14 anos, selecionados a partir de um criterioso processo de avaliação de pobreza e risco social, pertencentes a 40 famílias residentes na área urbana do município de Bonito, MS.

O programa tem apresentado excelentes Indicadores de resultados:

- aproximadamente 85% das crianças atendidas pelo programa apresentam melhoria do rendimento escolar, tanto em notas como em comportamento, segundo depoimento de mães e professores;
- índice zero de evasão escolar;
- diminuição importante do número de repetências;
- redução do número de gravidez precoce;
- redução do número de ocorrências policiais ou judiciais envolvendo as famílias.

- **Projeto Fibra Viva**

Com o apoio da PETROBRAS, desde 2007, o projeto tem como objetivo gerar renda para 50 jovens e mulheres carentes, priorizando aqueles já atendidos pelo Instituto, com ações de reuso e reciclagem de materiais, por meio de capacitação para a produção e comercialização de artesanato, a partir de materiais descartados (roupas de neoprene, malotes dos Correios, retalhos de *jeans* e outros).

Todo o material recebido é reutilizado para a confecção de blocos de papel, caixas, sacolas, bolsas, luvas de forno, pegadores de panela, pequenas bolsas de viagem, enfeites de parede e outras peças elaboradas com técnica apurada de produção, e que retrata a fauna local nos seus motivos e cores, que são comercializados em diversas lojas de suvenires da região.

- **Projeto Mãos do Cerrado**

Projeto de geração de renda, com cestaria elaborada com materiais de plásticos descartados, implantado em 2004, que atende aproximadamente dez mulheres que se encontram fora do mercado de trabalho ou que complementam sua renda com essa atividade.

Já alcançou grande parte dos objetivos a que se propôs, de capacitar para o trabalho e promover renda mínima a mulheres carentes do município, e tem se desenvolvido de forma independente, porém, sempre com o apoio institucional do Instituto Família Legal. O resultado do trabalho são cestos de diversos tamanhos, coloridos e utilitários, produzidos apenas com sacolas plásticas trançadas.

Fase de execução e recursos disponíveis para execução dos projetos e ações

Consultadas as entidades quanto aos programas e ações em execução, foram disponibilizadas, conforme abaixo, informações quanto à fase execução e os recursos investidos:

Quadro 103 - Programas e ações da Fundação Neotrópica.

Programa/Projeto	Recursos		Início Projeto	Estágios de Implantação
	Valor (R$)	Fonte		
Corredor I	191.926,56	CI	25/4/2004 a 25/4/2005	Finalizado
Corredor II	182.880,00	CI	15/6/2005 a 30/6/2006	Finalizado
Corredor III	70.078,97	CI	20/10/2006 a 19/10/2007	Finalizado
Corredor IV	94.003,20	CI	31/1/2008 a 27/12/2008	Finalizado
Corredor V	87.275,80	CI	19/1/2010 a 18/1/2011	Em andamento
Ecodesenvolvimento	399.716,00	PROBIO/MMA/CNPq	18/2/2003 a 30/6/2005	Finalizado
Inclusão Verde	46.355,98	Inst. Camargo Corrêa	19/12/2007 a 18/6/2008	Finalizado
Formoso Vivo	54.000,00	Promap Engenharia	27/8/2003 a 26/8/2004	Finalizado
Mon. Formoso	45.013,50	FBPN	29/6/2004 a 28/6/2006	Finalizado
Formoso Vivo	35.000,00	FBPN	31/7/2006 a 30/7/2007	Finalizado
Formoso Vivo	45.000,00	FBPN	13/8/2007 a 13/2/2009	Finalizado
Formoso Vivo	35.409,00	PMB	3/11/2008 a 20/12/2008	Finalizado
Frutificando	49.992,00	HSBC	21/2/2006 a 20/2/2007	Finalizado
Pé-da-Serra	US$ 29.951,53	GEF/PNUD/PPP	30,3/2004 a 29/3/2005	

Fonte: Fundação Neotropica (2010)

Quadro 104 - Programas e ações do IASB.

Programa/Projeto	Recursos		Início Projeto	Estágios de Implantação
	Valor (R$)	Fonte		
Sistemas Agroflorestais: recuperação de matas ciliares e geração de renda.	70.000	Ministério do Meio Ambiente	Set/2007 a Out/2009	Finalizado
Matas ciliares	71.000	Petrobras	Abril/2007 a Fev/2009	Finalizado
Programa de Implementação e Melhoria do Viveiro de Essências Florestais da Serra da Bodoquena	41.000	Conselho Municipal de Meio Ambiente	2004	Finalizado
Programa de Educação Ambiental: Bonito para Sempre! – fase I, II e III	40.000 (total)	• Doações • CASA* • CODEMA • GEF rio Formoso	Fase I – 2005 Fase II – 2006 Fase III - 2008	Finalizado
Feira Ambiental e Social de Bonito: Conhecer para Preservar.	16.000	• CODEMA • CASA*	2010	Finalizado
Plante Bonito	Variável	Empresas	2007 - atual	Em andamento

Fonte: IASB (2010)

Quadro 105 - Programas e ações do Instituto Família Legal.

Programa/Projeto	Recursos		Início Projeto - Data	Estágios de Implantação
	Valor (R$)	Fonte		
Programa Família Legal	24.000,00	Governo do Estado	2003 e reativou em 2006	Em desenvolvimento
Projeto Mãos do Cerrado	---	Doações	2003 e 2004/reativou em 2006	Em desenvolvimento
Projeto Fibra Viva	---	Doações	2007	Em desenvolvimento
Escola Novo Olhar	---	Doações	2008	Em desenvolvimento

Fonte: Instituto Família Legal (2010)

4.4.6. Grau de participação

O PRODETUR, ao longo de seu processo de elaboração, vem promovendo um processo participativo e de certa forma inovador, desde o planejamento até a execução de algumas ações que já estão em andamento, com a gestão compartilhada dos três entes da federação (União, estados e municípios). A construção do marco lógico, desde a elaboração da primeira versão do PDITS, em 2004, foi realizada por meio de oficinas participativas, que, conforme registram as atas no referido documento, houve boa participação nos três municípios, assim como na definição das estratégias, planos de ações, ações prioritárias e aprovação do documento final do PDITS/2004.

O município de Bonito possui o maior grau de participação da sociedade civil dada à efetiva organização desta em associações e ONGs. Essas entidades possuem assento nos

conselhos e atuação nos órgãos públicos, instituições internacionais de conservação e fundos nacionais e internacionais de financiamento.

A iniciativa de ONGs, como a Fundação Neotrópica e o IASB, por meio de projetos desenvolvidos no entorno do Parque Nacional da Serra da Bodoquena, bem como o incentivo de criação de RPPNs, envolvendo reuniões e atividades com diversos setores da sociedade, permite a inclusão e participação dos diferentes grupos de interesse no desenvolvimento turístico da área.

Os COMTURs dos três municípios estão em atividade e possuem representação de governo, setor privado e sociedade civil e têm sido a principal instância de debate e controle da atividade turística do polo. Tanto os aspectos turísticos quanto o da conservação ambiental dos atrativos estão pautados em suas agendas (COMTURs), subsidiando a gestão ambiental dos municípios e dos COMDEMAs, de Bonito e Jardim.

Na criação de UCs do polo, existe um processo de consulta pública, inclusive exigido pela Lei n. 9.985, de 18 de julho de 2000, do SNUC. Para a criação do Parque Nacional da Serra da Bodoquena, foram realizadas cinco audiências públicas, promovidas pelas comissões de meio ambiente da Assembléia Legislativa Estadual e Câmara Federal, além da criação de um Comitê Pró-Criação do Parque Nacional, que reuniu representantes da sociedade civil, governo e comunidade. As Ucs estaduais também contaram com processos participativos registrados por meio de atas que constam na documentação que embasam seus decretos de criação.

As UCs, por força de lei (SNUC), devem constituir os conselhos consultivos. Os monumentos naturais do rio Formoso (Ilha do Padre) e da Gruta do Lago Azul têm previsão de sua instalação até o final do ano, e estão sob a gestão do IMASUL, que detém a presidência do conselho. Será criado apenas um conselho para gerir os dois monumentos. Já o Parque Nacional da Serra da Bodoquena, apesar de ter todos os conselheiros já nomeados, por força de decisão judicial, não tomaram posse.

A participação e inserção da comunidade local mostram-se presentes na gestão ambiental, fruto da sensibilização por meio de programas de educação ambiental e programas de desenvolvimento local, regional e estadual, que possuem metodologias participativas; e os fundos nacionais e internacionais, que apoiam governos e ONGs, têm como exigência a consulta pública. Há visivelmente um aumento do processo participativo na região, embora esse fenômeno sofra variações influenciadas pela característica de cada gestão municipal.

Considerações finais

Pesquisas realizadas pela EMBRATUR, em 1998, demonstraram que os recursos hídricos têm forte apelo turístico, fazendo parte da preferência dos visitantes em todas as regiões pesquisadas. Na Serra da Bodoquena, a visitação pública a áreas naturais é realizada basicamente em propriedades particulares, onde os estudos sobre os impactos ambientais da atividade são ainda incipientes (MEDINA JUNIOR, 2007). Esses ecossistemas aquáticos estão sob forte pressão, em função do uso e ocupação do solo. Haja vista a perda da cobertura florestal, onde Bodoquena e Jardim têm entre 40% e 60%, e Bonito, em torno de 60% a 80% de cobertura original.

Mesmo com os problemas ambientais existentes, a Serra da Bodoquena ainda possui o maior remanescente de florestas do Estado de Mato Grosso do Sul, com formações de Cerrado, floresta estacional semidecidual e floresta estacional decidual. Esta última considerada uma das formações vegetais mais seriamente ameaçadas do Brasil (STRAUBE, 2006 apud PELLIN, 2010).

No PDITS/2004, era citada a piora na qualidade das águas na Bacia do Rio Formoso, que é monitorado desde 1996, principalmente, o córrego Bonito e o rio Formoso no ponto de

lançamento do mesmo córrego, que continua sob pressão antrópica, dada às descargas de esgoto *in natura* e os efluentes da ETE (IMASUL/2008). Os outros córregos do polo também não se encontram em um bom estado de conservação, necessitando de recuperação de suas nascentes e APPs.

As áreas de fragmento florestal que recobrem as principais cavidades naturais do polo necessitam de recuperação em função do risco de degradação irreversível no interior dessas cavidades. Existe também a necessidade de ampliação das áreas protegidas no entorno delas, a fim de diminuir o efeito de borda causado pelas atividades agropecuárias.

Pelos estudos citados, há indícios de impactos diretos da visitação turística, tanto nos ecossistemas aquáticos como no patrimônio espeleológico, que sugerem perda de biodiversidade, comprometimento no hábito de peixes da região, descaracterização de margem e leito de córregos e rios, entre outros.

Estudos indicam também que os balneários, de maneira geral, são os mais impactados entre todos os compartimentos analisados, evidenciando que a movimentação da água e o pisoteio do fundo são as interferências da visitação pública mais pronunciada sobre o rio Formoso. Essas atividades também são as que mais concentram visitantes por trecho de rio utilizado, retêm o visitante por mais tempo em atividade no local, apresentam os maiores graus de ocupação da barranca e da mata ribeirinha e possuem baixa capacidade em desviar a concentração de visitantes do ambiente aquático. Os balneários somam, portanto, o maior conjunto de características impactantes dentre os empreendimentos de visitação pública instalados no rio Formoso (MEDINA JÚNIOR, 2007).

O Parque Nacional da Serra da Bodoquena, após dez anos de sua criação, ainda não se encontra devidamente implantado. Esse moroso processo, seja por questões técnicas, burocráticas ou de cunho econômico, tem grandes consequências para a região sob vários aspectos: ambientais - (1) o parque representa uma salvaguarda na conservação daqueles ambientes, onde se encontram locais preservados, que serviriam de referência para um futuro processo de recuperação de áreas degradadas; (2) abririam novos atrativos que distribuiriam fluxo de visitante, para os municípios do polo, diminuindo a pressão ambiental sobre os produtos/empreendimentos existentes e socioeconômicos (1) distribuiria ingressos financeiros para os municípios; (2) teria preços mais acessíveis do que aqueles praticados por atrativos particulares, (3) abririam mais oportunidades de emprego/negócios na exploração turística do parque, podendo beneficiar as comunidades locais.

Por fim, a definição da visitação diária dos atrativos/produtos turístico deve ser baseada em metodologia que contemple critérios científicos, como também características locais. Apesar do recorte do PDITS da Serra da Bodoquena contemplar os municípios de Bodoquena, Bonito e Jardim, sob os aspectos ambientais, as ações de conservação devem ser projetadas considerando os municípios vizinhos, principalmente Guia Lopes da Laguna e Porto Murtinho, uma vez que as unidades para o planejamento ambiental estão circunscritas às bacias hidrográficas, aos ecossistemas locais, aos corredores florestais, que possuem sua integridade como unidade de planejamento e conservação.

4.5. DIAGNÓSTICO ESTRATÉGICO

O propósito do diagnóstico estratégico aqui utilizado é balizar o processo de formulação estratégica e de elaboração de ações do PDITS Serra da Bodoquena, com o objetivo de proporcionar uma melhor inserção competitiva no mercado turístico nacional e internacional e, assim, criar as bases para o desenvolvimento sustentável da região.

O diagnóstico estratégico do Polo Serra da Bodoquena apresenta a situação de como se encontra a região em termos do mercado turístico, quais são seus produtos consolidados e potenciais, quais os gargalos existentes e as possibilidades de sua superação e, por fim, busca definir seu posicionamento competitivo, ou seja, como a região deseja ser percebida no mercado turístico e quais os produtos que a diferenciam no mercado.

Analisa-se, a seguir, a partir das informações das seções anteriores, de que forma o Polo Serra da Bodoquena poderá se inserir nesse novo cenário com as atuais condições em que se apresenta.

4.5.1. Linhas de produtos

A análise da linha dos produtos tem por objetivo avaliar se há um alinhamento entre os produtos turísticos oferecidos na região, as tendências para o mercado e o posicionamento competitivo desejado. Pela análise de mercado realizada, o Polo Serra da Bodoquena se consolidou como destino de ecoturismo. Especificamente, a cidade de Bonito ganhou por nove vezes consecutivas o prêmio de melhor destino de ecoturismo concedido por uma importante revista do setor. No período de 1996 a 2009, o número de visitações no polo aumentou em 2,5 vezes e o crescimento médio anual foi de aproximadamente 9%.

Considerando-se o número de visitações como critério de demarcação para análise da valoração, os produtos consolidados no Polo Serra da Bodoquena são os relacionados aos segmentos de ecoturismo, turismo de aventura e turismo de natureza. Analisando-se o desempenho dos atrativos mais visitados no período de 2006 a 2009, destacam-se as seguintes variações:

- Gruta do Lago Azul (26,6%);
- Passeio de bote (38,9%);
- Flutuação e cavalgada no Rio Sucuri (66,9%);
- Aquário Natural (14,4%);
- Estância Mimosa (59,2%);
- Rio do Peixe (40,2%).

Portanto, os segmentos mais importantes, ou seja, aqueles que têm dinamizado a região, são o ecoturismo, o turismo de aventura e o turismo de natureza. Por essa razão, os principais atrativos da região estão relacionados com esses segmentos. Portanto, há um alinhamento entre o *mix* de produtos e o foco estratégico de mercado para a região.

A pesquisa de demanda realizada permitiu traçar um breve perfil do turista do Polo Serra da Bodoquena. A visita motivada pelo turismo ou lazer são de brasileiros, homens acima de 30 anos, vindos de São Paulo e do próprio Estado de Mato Grosso do Sul. Esses turistas vêm de carro e acompanhados. O volume de entradas nos meios de hospedagem passou de 75.062, em 2007, para 147.425, em 2009. Isso representa um aumento de 96,4% no período. Foi registrada, em 2009, a emissão de 266.539 *vouchers*, o que significa que cada turista fez mais de uma visita a atrativos turísticos durante os 3,4 dias de permanência no destino.

Do ponto de vista da oferta, a caracterização do mercado turístico do Polo Serra da Bodoquena identificou, aproximadamente, 223 produtos e/ou atrativos turísticos na região.

Dessa forma, a formulação estratégica deve criar elementos que diferenciem a região e a transformem em um destino único, especial, que crie bons sentimentos e emoções para quem a conhece, e fomente o desejo de visitá-la para aqueles que ainda não a conhecem.

4.5.2. Produtos turísticos potenciais

Os produtos potenciais percebidos na análise do mercado turístico passaram a ser explorados recentemente na região. Cita-se, por exemplo, a atividade de espeleologia, ou seja, estudos de cavernas, pois na região há o registro de 150 grutas e cavernas inexploradas.

Além destes, devem ser destacados os produtos relacionados ao segmento de geocultural, que poderão ser explorados com a dinamização das atividades turísticas do Geopark Pantanal-Bonito, o turismo de pesca no rio Miranda e o turismo de base comunitária nos assentamentos, pequenas propriedades rurais e comunidades locais.

Com vistas à aumentar a qualidade da oferta turística e a competitividade do polo, indica-se, como produto turístico potencial, a estruturação de um grande atrativo, como um parque temático, que valorize o ecossistema e a biodiversidade especificas da região. Esse atrativo seria capaz de reduzir a sazonalidade e de ofertar passeios a distintos perfis de turistas, como: turista de eventos, terceira idade, crianças, portadores de necessidades especiais, estudantes e pesquisadores.

4.5.3. Segmentação turística consolidada

A maioria dos atrativos relaciona-se com os segmentos turísticos do ecoturismo, turismo de aventura e turismo de natureza, o que implica dizer que são estes os segmentos que apresentam produtos consolidados no Polo Serra da Bodoquena.

Nesse sentido, os produtos derivados destes, além da realização de eventos regionais, são os que devem merecer atenção para o seu desenvolvimento e promoção, pois podem contribuir para a definição do posicionamento competitivo da região no mercado turístico nacional e internacional, ou seja, esses segmentos são os que possuem a capacidade de criarem uma identificação, uma marca da região na mente dos turistas.

Destaca-se que, nesses segmentos, o Polo Serra da Bodoquena possui fortes destinos turísticos concorrentes. É o caso da Amazônia e Foz do Iguaçu, nacionalmente, e a Nova Zelândia e Costa Rica, internacionalmente, para citar alguns.

4.5.4. Segmentação turística em potencial

O segmento turístico em consolidação é o de negócios e eventos programados, que vem ganhando espaço em função da construção do centro de convenções na cidade de Bonito, cuja capacidade é para 1.700 pessoas. Esse segmento pode ser explorado como nicho de mercado, pois a vocação principal da região, e o que tem sido promovido nos últimos anos, são os segmentos de ecoturismo, turismo de aventura e turismo de natureza. No entanto, a criação do centro de convenções tem permitido atrair um público novo para a região, por meio da realização de congressos, encontros e congêneres, de âmbito estadual, nacional e, até mesmo, internacional. Os principais eventos que vêm ocorrendo são: Festival da Guavira, Festival Gastronômico, Encontro Estadual de Clubes do Laço, Festa do Peão, congressos e congêneres e o Festival de Inverno de Bonito. O segmento de negócios e eventos pode permitir ao polo o aumento do fluxo de turistas, em especial, na baixa temporada, contribuindo, assim, para diminuir os efeitos da sazonalidade do fluxo.

Outro segmento potencial é o do turismo técnico-científico, dada à existência do Geoparque Pantanal-Bonito e do Parque Nacional da Serra da Bodoquena, o que pode estimular a visitação para fins acadêmicos, educação ambiental, projetos de pesquisa nas universidades, dentre outros. Superados os gargalos de infraestrutura existentes para consolidar a rota Pantanal-Bonito, além de permitir a consolidação dos produtos existentes, criam-se novas linhas de produtos para exploração, como a prática de *birdwatching* (observação de pássaros).

A Fundação de Turismo do Estado de Mato Grosso do Sul, realizou um trabalho de definição de estratégias de desenvolvimento do turismo para o período 2008-2020, nas dez regiões turísticas do estado. O quadro abaixo apresenta os principais segmentos turísticos da região, suas potencialidades de oferta e diferenciais competitivos. Deve-se atentar que a FUNDTUR considera como pertencentes à região Bonito–Serra da Bodoquena os municípios de Bela Vista, Bodoquena, Bonito, Caracol, Guia Lopes da Laguna, Jardim, Nioaque e Porto Murtinho. Por essa razão, outros segmentos turísticos são apresentados em função das potencialidades dos demais municípios, e não apenas da área turística alvo do PDITS, ou seja, Bodoquena, Bonito e Jardim.

Quadro 106 – Segmentos de turismo potenciais do Polo Serra da Bodoquena.

Segmentação	Potencialidade da Oferta	Diferencial Turístico da Região
ECOTURISMO É um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações.	Rios de águas cristalinas, unidades de conservação, cavernas, grutas, lagoas, crateras, flutuação, fauna e flora, dentre outros.	Transparência das águas e na abundância de vida subaquática.
TURISMO CULTURAL Compreende as atividades turísticas relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens culturais materiais e imateriais.	Trechos da Retirada da Laguna (cemitério dos Heróis, Praça do Nhandipá, dentre outros), casarios antigos, festas dos padroeiros, festas folclóricas.	Retirada da Laguna e Festas do Touro Candil.
TURISMO DE ESTUDOS E INTERCÂMBIO Constitui-se da movimentação turística gerada por atividades e programas de aprendizagem e vivências para fins de qualificação, ampliação de conhecimento e de desenvolvimento pessoal e profissional.	Estudos geológicos, paleontológicos, antropológicos, culturais, dentre outros.	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e a Criação do Geoparque – Pantanal-Bonito.
TURISMO DE AVENTURA Compreende os movimentos turísticos decorrentes da prática de atividades de aventura de caráter recreativo e não competitivo.	*Raphel*, trilhas, *trakking, rafting*, passeios de barco, espeleomergulho, dentre outros.	Abismo, cavernas, grutas, dolinas, dentre outros.
TURISMO DE NEGÓCIOS E EVENTOS Compreende o conjunto de atividades turísticas decorrentes dos encontros de interesse profissional, associativo, institucional, de caráter comercial, promocional, técnico, científico e social.	Eventos populares e científicos. Festival de Inverno de Bonito, PHD-ONLY HARLEY, NovemberFest, Festa do Peão, Carnaval, junina e padroeiro.	Centro de Convenções de Bonito.
TURISMO DE PESCA Compreende as atividades turísticas decorrentes da prática da pesca amadora.	Pesca no Pantanal do Nabileque e no rio Miranda.	Rio Paraguai, em Porto Murtinho. Rio Miranda, em Bonito, Bodoquena e Jardim.

Fonte: FUNDTUR. *Estratégias de desenvolvimento do turismo de Mato Grosso do Sul 2008-2020*: Região Bonito – Serra da Bodoquena.

4.5.5. Áreas críticas de intervenção

O propósito deste item é avaliar se há obstáculos que possam minar os esforços de criação e desenvolvimento de produtos turísticos que consolidem o Polo Serra da Bodoquena no mercado turístico nacional e internacional.

a. Envolvimento da população local

Um dos principais aspectos que merece destaque foi captado pela pesquisa primária realizada nos municípios, e trata-se da sensibilização da população local em relação à atividade turística. Dos três municípios, a pesquisa revelou que somente em Bonito a população reconhece o turismo como principal atividade econômica, apesar de reconhecerem que são cidades turísticas.

Esse fato tem desdobramentos importantes, pois, se a população não percebe o turismo como uma atividade econômica alternativa de desenvolvimento, de geração de emprego e renda, então, possivelmente ela não apoiará iniciativas de dinamização do setor, e também, isso pode ter reflexo no sistema de representação política, ou seja, a população pode não eleger representantes que tenham alinhamento com a defesa dos interesses do setor turístico.

b. Infraestrutura básica e turística

Em relação à infraestrutura básica e turística, destaca-se que os municípios de Bonito e Jardim são dotados de um nível de infraestrutura que comporta a atividade turística, mas, no município de Bodoquena, observa-se que ainda não possui um nível adequado de oferta de serviços de infraestrutura.

Saúde

No atendimento à saúde, Jardim é considerado polo de microrregião, incluindo os municípios de Guia Lopes da Laguna, Bonito e Porto Murtinho. O município possui nove estabelecimentos de prestação de serviços de saúde públicos. São sete Equipes de Saúde da Família (ESF), um centro de saúde e um hospital de caráter filantrópico.

O atendimento hospitalar é de caráter privado, sem fins lucrativos, com financiamento do Sistema Único de Saúde (SUS) e atende aos municípios da microrregião. O hospital possui 43 leitos de internação e oferece atendimento de emergência clínica, cirúrgica e traumato-ortopédica. Entretanto, ele apresenta deficiência na diversidade de especialidades oferecidas, sendo os casos mais graves ou complexos encaminhados para Campo Grande. A necessidade de equipar o hospital é latente, bem como a demanda por maior número de médicos

Bodoquena, na área da saúde, conta com três centros de saúde, um posto de saúde (Unidade de Diagnóstico e Terapia), uma unidade de Vigilância Sanitária e um hospital geral, com oito leitos.

A Organização Mundial de Saúde não recomenda ou estabelece taxas ideais de número de leitos por habitante e tampouco esses índices são suficientes para avaliação de um sistema de saúde. Porém, no caso da região em questão, considerando o tamanho da população, o número de turistas e a distância entre um município e outro com uma rede de saúde maior, verifica-se a necessidade de ampliar e adequar o sistema de saúde do polo.

Assim, existe a necessidade de investimentos neste setor, pois faltam unidades hospitalares adequadas, completas e que comportem atendimento, tanto para a comunidade, como para o turista.

No caso do turista, salienta-se a necessidade de ser desenvolvida uma estrutura de socorro e pronto atendimento específica de ortopedia e trauma, para assistir adequadamente os acidentes decorrentes do turismo de aventura, muito praticado na região.

Segurança Pública

Os maiores problemas na área de policiamento estão relacionados com o trânsito de veículos e pedestres. O Corpo de Bombeiros, que atende o município de Bodoquena, está sediado no município de Aquidauana. Assim, a distância de 140 km entre os municípios cria dificuldades na prestação de atendimento aos atrativos que enfrentam deficiências em termos de equipamentos e pessoal treinado para segurança.

A presença do Corpo de Bombeiros nos municípios de Bodoquena, Bonito e Jardim é feita pelo 8º Subagrupamento de Bombeiros, em Jardim, que também atende Bonito, e do 7º Subagrupamento de Bombeiros, sediado em Aquidauana, que atende o município de Bodoquena.

Geralmente, nos atrativos que compõem o polo, o resgate às vitimas de afogamento é realizado por guarda-vidas e por guias. São grupos que recebem treinamento de instrutores da corporação do Corpo de bombeiros. Todos os anos guias e guarda-vidas retornam ao curso para reciclagem. Como os passeios são sempre guiados, quando não há salva-vidas, os guias são treinados para atender tal situação.

A recuperação, manutenção e sinalização das principais rodovias necessitam de constantes investimentos, pois é fundamental para o acesso e distribuição de fluxos turísticos. Foram identificados os seguintes problemas ao longo das principais rodovias: (1) ocorrência de animais silvestres na pista, (2) falta de acostamento, (3) deficiência nas rótulas de acesso aos municípios (nos traçados e na sinalização), (4) necessidade de duplicação da pista e pavimentação de vias laterais de acesso na travessia de Guia Lopes da Laguna e (5) falta de sinalização horizontal em alguns trechos das rodovias.

Os níveis de segurança nas rodovias que circundam as cidades de Miranda, Bodoquena e Nioaque, ou que atravessam as cidades de Sidrolândia, Guia Lopes da Laguna, Jardim e Bonito, encontram-se atualmente necessitando de investimentos pela administração pública (federal e estadual) por intermédio de seus órgãos específicos, para propiciar melhor segurança aos turistas e aos habitantes das localidades.

c. Qualidade na prestação de serviços turísticos

Do ponto de vista dos empreendimentos, que gerenciam os atrativos turísticos, o que se pode perceber é que a necessidade de melhoria para o atendimento ao turista é permanente, uma vez que a maioria deles visita o polo a partir de informações de parentes e amigos. Nesse sentido, o turista que chega a cada momento pode apresentar valores, costumes e hábitos diferentes, dependendo da região de origem, do momento econômico que vive, dentre outros fatores.

A regularização de atrativos é um desses problemas; ao mesmo tempo, os empresários do setor reclamam do excesso de burocracia, taxas elevadas e falta de funcionalidade dos órgãos públicos que tratam da questão. Esses problemas contribuem para caracterização de um quadro que mostra que nem todos os atrativos estão devidamente estruturados ou a estrutura ainda é incipiente, o que dificulta a promoção do atrativo e sua comercialização.

Vale resgatar que uma das tendências de consumo mapeadas neste estudo aponta para a oferta de produtos *premium*, ou seja, produtos com alto valor agregado. Se essa tendência também vigorar para o mercado turístico, significa dizer que o turista não se contentará em visitar atrativos que não estejam, no mínimo, adequadamente estruturados.

O apoio dos órgãos de gestão pública para resolução desses problemas é fundamental. Mas, ao mesmo tempo, deve-se ressaltar que a maioria dos empreendimentos existentes no

Polo Serra da Bodoquena é predominantemente de organização familiar. Isso não quer dizer necessariamente que são empresas amadoras, mas que há espaço para melhorar a gestão desses empreendimentos, permitindo que eles adquiram maior competitividade e eficiência. Em outras palavras, significa dizer que é preciso elevar o nível de capital empresarial existente e fomentar a criação de redes que possam dinamizar os negócios na região.

d. Fortalecimento institucional

Fortalecimento das relações entre o poder público, iniciativa privada e sociedade civil

A atuação de instituições como o SENAC, SEBRAE, universidades e faculdades nos municípios, indicam que há a ambiência necessária para superação dos gargalos existentes nessa área. Isso ajudaria a superar outro obstáculo, que é a baixa qualificação da mão de obra existente nos municípios, que podem atuar no setor turístico. Tais necessidades são crescentes e contínuas, o que exigirá uma planificação eficaz para solucionar o problema.

Pelo aumento expressivo do volume de entradas nos meios de hospedagem verificado nos municípios do Polo Serra da Bodoquena, e se supõe que esse ritmo de crescimento tende a permanecer, há risco de comprometer a prestação de serviços e oferta de produtos turísticos na região, pela falta de pessoal qualificado e equipado adequadamente. É necessário fazer nova análise das necessidades de qualificação, a partir da percepção do mercado e do posicionamento competitivo que se deseja para a região. Se o desejo é que o Polo Serra da Bodoquena crie uma marca na mente dos turistas e consumidores, não basta apenas que se lembrem da região apenas pelas suas belezas naturais, mas, também, pela forma como suas necessidades foram atendidas durante a sua estada, e isso passa não só pela diversidade da oferta de produtos e serviços locais, como pela qualidade dessa oferta.

Fortalecimento dos municípios no que diz respeito ao turismo e à gestão territorial

Um problema comum para o desenvolvimento, tanto dos segmentos consolidados como para a exploração dos segmentos potenciais, é a organização político-institucional da atividade turística. No Polo Serra da Bodoquena, as prefeituras possuem estruturas próprias de apoio ao turismo; no entanto, a articulação dessas instâncias e as demais relacionadas ainda é falha. Nem todos os órgãos e instâncias de governança existentes possuem o mesmo nível de estruturação, ao contrário, são muito desiguais.

Essa desigualdade não permite uma articulação eficaz entre os municípios do Polo Serra da Bodoquena, e se manifesta na existência de um quadro reduzido de pessoal de apoio; não há setores especializados na elaboração de projetos e captação de recursos, os recursos orçamentários são insuficientes perante as necessidades de promoção da atividade turística e não há uma sensibilização plena dos órgãos do poder executivo e também do legislativo sobre a importância do turismo como atividade econômica, capaz de dinamizar as economias locais por meio da geração de emprego e renda.

Fortalecimento dos municípios no que diz respeito à gestão ambiental

Um aspecto da gestão pública, que deve ser relatado, e que representa um gargalo a ser superado em todo o Polo Serra da Bodoquena, é a fragilidade dos órgãos ambientais no tocante à fiscalização, em função, dentre outros fatores, do limitado quadro de pessoal técnico. Como a região possui um patrimônio natural significativo e que contribui para torná-la atrativa para o mercado turístico, a gestão ambiental deve ser tratada de forma cuidadosa, e um dos desafios é conciliar o crescente interesse empresarial em abrir ou explorar novos atrativos e a capacidade dos órgãos de fiscalização em orientar e fiscalizar os estabelecimentos.

A SEMAC/IMASUL, possui estruturados os principais instrumentos da gestão pública preconizados pela Política Nacional de Meio Ambiente, tendo atuação em todos os municípios do Polo Serra da Bodoquena, apesar de necessitar de um fortalecimento institucional, já que somente no município de Bonito há um escritório regional.

Sistema gerencial de informações turísticas

Por fim, a ausência de um sistema de informações gerenciais, que permita uma melhor gestão do turismo, é outro gargalo crítico. Não há como se fazer um bom planejamento nem uma boa gestão da atividade turística sem um adequado sistema de informações gerenciais, ou seja, sem dados e informações precisos sobre o mercado turístico, perfil da demanda, gastos dos turistas durante sua estada, suas preferências, produto interno bruto do setor turístico, dentre inúmeras outras informações.

Na moderna gestão de organizações, tem se disseminado uma premissa que afirma que, sem instrumentos de medição, não há como se avaliar um negócio. Por essa razão, um sistema de informações turísticas auxiliaria no processo de tomada de decisões, evitando formulações estratégicas equivocadas, que podem comprometer todo um esforço de pessoas, empresas, entidades e órgãos públicos. Sem esse sistema, o risco é grande de se produzir e executar ações não convergentes.

e. Estruturação da oferta turística

Incentivar investimentos privados em infraestrutura turística

Outro aspecto que merece ser destacado para manter a consolidação dos segmentos de ecoturismo, turismo de aventura e turismo de natureza é a ampliação da rede de incentivos aos negócios empresariais. Mais recentemente, as linhas tradicionais de financiamento de longo prazo contemplaram algumas atividades turísticas, como: meios de hospedagem, agências de turismo, parques temáticos, restaurantes, bares, centros de convenções, casas de espetáculos, empreendimentos de infraestrutura, serviço turístico e ecoturismo em áreas de preservação ambiental, hotéis que obtenham a certificação no sistema de gestão da sustentabilidade para meios de hospedagem, micro ou pequena empresa do ramo turístico. Isso se deve em grande parte em função de que o Brasil ficará no centro das atenções esportivas na próxima década, pois sediará a Copa Mundial de Futebol da Federação Internacional de Futebol Associado (FIFA), em 2014, e os Jogos Olímpicos, no Rio de Janeiro, em 2016.

É importante que os empresários do Polo Serra da Bodoquena possam ser sensibilizados, capacitados e apoiados para captar recursos dessas fontes, e aproveitar o momento ímpar que as instituições de financiamento oferecem ao setor turístico. É uma oportunidade real de expansão dos negócios, pois a região possui o menor número de empresas entre todas as regiões do Estado de Mato Grosso do Sul. Mas, o mais importante, é que se promovam e desenvolvam empresas relacionadas ao setor turístico, seja na cadeia produtiva principal como na auxiliar, como as instituições de apoio e fomento ao turismo. Nesse sentido, é essencial que se produzam estudos que orientem as decisões empresariais e as áreas que as políticas públicas devem concentrar esforços de apoio.

Desenvolver produtos turísticos diversificados

<u>Fortalecimento da Rota Pantanal-Bonito</u>

Uma reclamação comum manifestada pelos gestores públicos, membros das instâncias de governança e população local é fortalecer a Rota Pantanal–Bonito. O principal gargalo existente era a falta de pavimentação asfáltica da rodovia MS-178, que liga Bonito a

Bodoquena, e complementa a ligação com a região do Pantanal Sul-Mato-Grossense, chegando ao município de Anastácio. Mas, agora, as obras de pavimentação estão em andamento, o que representará a superação da dificuldade anteriormente vivenciada. A pavimentação possibilitará o aumento do fluxo de turistas que visitam o Pantanal, para o Polo Serra da Bodoquena. A roteirização contribuirá significativamente para aumentar a competitividade dos segmentos do ecoturismo, turismo de aventura e turismo de natureza da região. Não se trata, portanto, tão somente de uma ação de infraestrutura isolada da promoção do turismo, ao contrário, além de proporcionar o aumento do fluxo de turistas entre as cidades do polo e sua integração com o polo Pantanal, criará condições para dinamizar outros atrativos existentes ao longo da rodovia, que sofrem pela dificuldade de acesso enfrentada pelo turista. Para potencializar essa ação, será necessária também a conclusão do trecho da MS–178, que liga Jardim a Bonito, e ao anel rodoviário.

Estudos de viabilidade para a prática de espeleologia na região

Em relação à linha de produtos relacionados aos segmentos do turismo técnico-científico, espeleologia e turismo de negócios e eventos, pesca, turismo de base comunitária, turismo rural nos assentamentos e pequenas propriedades, considera-se que são segmentos potenciais e, nesse sentido, é preciso avaliar detidamente quais os produtos que podem ser criados e desenvolvidos para explorar esses segmentos.

Por essa razão, novos estudos são necessários para identificar os atrativos relacionados a esses segmentos, e de que forma explorá-los comercialmente.

Criação de mecanismo de certificação dos produtos turísticos

É uma tendência de mercado, em especial, para os consumidores, buscarem adquirir produtos de empresas que adotam práticas ambientalmente sustentáveis. Dessa forma, é importante que se crie no Polo Serra da Bodoquena uma ambiência capaz de promover a oferta e gestão sustentável dos atrativos turísticos. Isso contribuirá decisivamente com a busca de diferenciais competitivos.

A atividade hoteleira, por exemplo, independentemente do porte do hotel, gera impactos ambientais negativos. A maior parte desses impactos pode ser minimizada por meio de medidas administrativas ou gerenciais, voltadas para a prevenção da poluição na fonte e com a utilização de tecnologias limpas, como a energia solar. Igualmente, a incorporação de sistemas de gestão ambiental pelos hoteleiros permite que a empresa economize recursos naturais e financeiros, e contribua com a conscientização ambiental de hóspedes, funcionários, parceiros e fornecedores.

O grande número de programas de certificação ambiental voltado para o turismo no mundo, revela uma tendência mundial do mercado para produtos turísticos e serviços “verdes”. A iniciativa da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis (ABIH), em conceber o Programa Hóspedes da Natureza, manifesta-se como atitude singularmente positiva e de vanguarda de um dos principais representantes do segmento hoteleiro no país. É fato que esse programa, da mesma forma que o ISO14001, não garante que um hotel certificado não cause realmente impactos ambientais. Porém, é certo que os hoteleiros de hotéis certificados, por essa norma ou por esse programa, conhecem com detalhes os principais aspectos ambientais de seu negócio, monitoram esses aspectos e conseguem visualizar oportunidades de crescimento, minimizando os impactos negativos e potencializando os positivos de sua operação.

Acompanhando a evolução dos padrões técnicos dos produtos e serviços, e a evolução da consciência dos direitos dos consumidores, o mercado de trabalho passou a ser mais seletivo e mais exigente. Há mais exigências de educação dos trabalhadores, mas

igualmente, se está reconhecendo a função educativa da empresa e dos centros de trabalho e, em consequência, o valor dos conhecimentos adquiridos fora da escola, a experiência dos indivíduos no trabalho, buscando recuperá-los e incorporá-los na estrutura curricular. Uma alternativa para melhorar esse cenário tem sido a implantação de mecanismos que permitam a avaliação e a certificação das competências das pessoas que exercem tais atividades, de modo a propiciar um melhor desempenho e segurança na execução delas.

A avaliação da conformidade tem como objetivo assegurar ao consumidor que o produto, processo, serviço ou profissional estão de acordo com as normas ou regulamentos previamente estabelecidos em relação aos requisitos que envolvam, principalmente, a saúde e a segurança do consumidor, e a preservação do meio ambiente; ao mesmo tempo, informar ao empresário as características técnicas que seu produto deve ter para se adequar às normas e regulamentos pertinentes.

f. Gestão socioambiental

Implantar sistema de gestão ambiental no polo

Outro aspecto da gestão pública que deve ser relatado, e que representa um gargalo a ser superado, é a fragilidade dos órgãos ambientais no tocante à fiscalização em função, dentre outros fatores, do limitado quadro de pessoal técnico e a falta de equipamentos adequados ao seu funcionamento. Como a região possui um patrimônio natural significativo e que contribui para torná-la atrativa para o mercado turístico, a gestão ambiental deve ser tratada de forma cuidadosa, e um dos desafios é conciliar o crescente interesse empresarial em abrir ou explorar novos atrativos e a capacidade de os órgãos de fiscalização orientarem e fiscalizarem os estabelecimentos.

4.5.6. Posição atual no mercado turístico *versus* posicionamento potencial

O Polo Serra da Bodoquena está atualmente posicionado no mercado turístico com as seguintes modalidades de produtos: cavidades e grutas, flutuação, mergulho, cavalgada, cachoeiras, balneários e circuito aventura (rapel, boia-*cross, bike tour*, arvorismo, bote e quadriciclo).

Parte-se do pressuposto de que as premiações de órgãos e revistas especializadas são uma importante referência para indicar que uma dada estratégia mercadológica está adequada. Nesse sentido, como Bonito e a Serra da Bodoquena têm sido premiados e objeto de reportagens realizadas por mídias de destaque nacional e internacional, deve-se inferir que a escolha dos segmentos de ecoturismo, turismo de aventura e turismo de natureza como eixos do desenvolvimento turístico do Polo Serra da Bodoquena é acertada.

Nesse sentido, supõe-se que tais segmentos devem continuar merecendo a atenção das políticas públicas e também do mercado empresarial. As modificações que devem ser feitas, pelo que foi exposto até aqui, referem-se à necessidade de estruturação definitiva da cadeia produtiva, em especial, dos serviços de apoio à atividade turística, do adensamento e qualificação do capital empresarial, da qualificação da mão de obra e da melhor articulação entre as entidades públicas e privadas que tratam do turismo.

Portanto, a perspectiva que se coloca para melhorar o posicionamento competitivo da região pode ocorrer por meio de duas alternativas não excludentes entre si:

- exploração e estruturação de outros atrativos existentes nos segmentos de ecoturismo, turismo de aventura e turismo de natureza;
- exploração de nichos como o de negócios e eventos programados.

Dessa forma, a região pode se posicionar competitivamente no mercado turístico pela exploração dos seguintes segmentos de turismo: ecoturismo, turismo de aventura, turismo de natureza e turismo de negócios e eventos programados.

Destaca-se que esse posicionamento não significa dizer que produtos existentes ou potenciais de outros segmentos de turismo não devam ser explorados. Os quatro segmentos citados são importantes para melhorar a competitividade do polo. No entanto, as demais linhas de produto podem contribuir para diversificar a oferta de produtos e conquistar novos públicos e mercados. É o caso das atividades de lazer, patrimônio histórico-cultural, artesanato, *camping*, dentre outros.

A exploração dos segmentos potenciais deve ser mais bem avaliada, mas, o que se percebe, é que são segmentos com alto poder de impacto sobre o desenvolvimento da atividade turística no Polo Serra da Bodoquena. No caso dos parques, deve-se observar que se trata de um oligopólio concentrado, pois apenas dois parques, um no Rio de Janeiro e outro no Paraná, concentram 75% das visitas do segmento no Brasil. Existem 62 parques no país e apenas 19 são abertos à visitação. Portanto, trata-se de um mercado de difícil penetração.

No caso do turismo de eventos programados e negócios, há possibilidades de se criarem conexões com o polo Campo Grande, onde esse segmento tem sido mais intensamente promovido. A criação do Centro de Convenções de Bonito, com capacidade para 1.700 pessoas, credencia a cidade para receber eventos nacionais e internacionais, como já têm ocorrido. É um segmento potencial, que pode somar aos consolidados e contribuir para o desenvolvimento do turismo na região.

Deve-se destacar também um segmento emergente com bom potencial de exploração, que é o turismo de experiência. As atividades de estruturação já estão em andamento no polo e ações estão sendo realizadas pelo Ministério do Turismo e pelo SEBRAE. O turismo de experiência baseia-se em ativos imateriais, como cultura, lendas, mitos, danças, músicas, gastronomia, artesanato, contos e aromas de uma dada região, dentre outros exemplos.

Da mesma forma, vale citar o turismo de base comunitária, que pode ser desenvolvido por meio da integração de comunidades locais, como os assentamentos rurais, permitindo, assim, uma melhor integração da população com as atividades turísticas.

Os dados apresentados mostram que o posicionamento mercadológico do Polo Serra da Bodoquena está alinhado com a demanda atual, que deseja o lazer nas modalidades de negócios, eventos e congêneres, natureza, ecoturismo e aventura.

Uma breve comparação entre os objetivos principais e específicos discutidos e formulados em uma etapa anterior à readequação do PDITS Serra da Bodoquena, e à formulação estratégica realizada pela Fundação de Turismo do Estado de Mato Grosso do Sul, revela que há uma proximidade muito grande entre os dois momentos distintos de planejamento.

Definidos os segmentos que constituirão eixos estratégicos de desenvolvimento do turismo na região da Serra da Bodoquena, as ações devem focar a estruturação desses eixos e superação dos gargalos citados.

Os objetivos principais e secundários (ou específicos) que nasceram do atual processo de readequação são resgatados e apresentados a seguir:

Quadro 107– Objetivos gerais e específicos do PDITS Serra da Bodoquena.

Objetivos gerais	Objetivos específicos
Fortalecer os mecanismos de governança e a gestão pública voltados ao turismo	Coordenar as ações de políticas públicas e articular de forma convergente os investimentos públicos e privados.
	Promover a qualificação profissional e a capacitação continuada dos gestores públicos, das entidades de governança e dos atores do *trade* para fortalecer o planejamento e a gestão compartilhada da atividade turística.
Ampliar, estruturar e diversificar a oferta turística do Polo Serra da Bodoquena	Diversificar os segmentos turísticos do polo e aumentar o número de atrativos.
Melhorar a infraestrutura turística e de serviços básicos de apoio	Ampliar e melhorar a oferta de infraestrutura econômica, social e urbana no polo.
Consolidar o polo como destino turístico integrado, sustentável e de qualidade internacional	Promover o aumento dos níveis de competitividade do Polo Serra da Bodoquena no mercado turístico internacional.
	Promover ações de sustentabilidade econômica e ambiental visando à melhoria da qualidade de vida da população local.

O documento Estratégias de Desenvolvimento do turismo de MS– 2008-2020, para a região turística Bonito-Serra da Bodoquena/MS, formulado pela FUNDTUR/MS, apresentou as seguintes macroestratégias e estratégias:

Quadro 108 – Objetivos estratégicos da FUNDTUR.

Governança e Gestão Pública	Estratégias
Fortalecimento dos órgãos oficiais de turismo dos municípios	Implementar as articulações entre as diversas pastas administrativas.
	Implementar o processo de captação de recursos nos ministérios para melhoria das infraestruturas turísticas e de apoio ao turista.
	Fomento à iniciativa privada.
Fortalecimento das relações entre o poder público, iniciativa privada e sociedade civil	Implementar as ações dos conselhos locais e regionais de turismo.
	Sensibilizar o empresariado e a comunidade para a atividade turística.
	Expandir a atividade turística em toda a região.
Implantação/implementação de sistemas de informações	Gerar indicadores para conhecer e decidir sobre a atividade turística na região.
	Gerar indicadores básicos para avaliar o impacto da atividade na economia e nas condições socioambientais.
Estruturação dos Segmentos Turísticos e Roteirização	**Estratégias**
Ampliação e diversificação da oferta turística	Segmentar a oferta turística da região ordenando e consolidando cada segmento.
	Estruturar roteiros turísticos integrados.
	Estruturar a produção associada ao turismo, como forma de ampliar e diversificar a oferta.
Infraestrutura Turística e de Apoio	**Estratégias**
	Melhorar a infraestrutura de acesso à região e aos atrativos -

Governança e Gestão Pública	Estratégias
Melhoria na infraestrutura de informação e logística	rodoviário, aéreo, fluvial e ferroviário.
	Melhorar a infraestrutura de informações turísticas e de produção associada inclusive nas paradas ao longo das rodovias.
	Melhorar a infraestrutura dos atrativos e unidades de conservação.
Melhoria na infraestrutura dos equipamentos turísticos	Incentivar a implantação e melhoria de equipamentos turísticos que agreguem valor à atividade.
Qualificação da Atividade Turística	**Estratégias**
Qualificação dos equipamentos e serviços	Promover a qualificação e o aperfeiçoamento dos agentes atuantes em toda a cadeia produtiva do turismo.
	Apoiar a instituição e aplicação da Lei Geral do turismo.
	Estimular a adoção de boas práticas, por meio de mecanismo de certificação.
Marketing	**Estratégias**
Posicionamento da região como destino turístico	Implementação de políticas regionais de comercialização.
	Participar de eventos regionais, estaduais, nacionais e internacionais.
	Fomentar o turismo interno.
	Dar visibilidade aos atrativos da região.

Como se pode perceber, os temas comuns das estratégias são: a articulação de políticas, o fortalecimento da governança, a melhoras das infraestruturas, a capacitação e qualificação. Um ponto de destaque que surge nessa readequação do PDITS, foi a percepção da necessidade de se envolver e comprometer as comunidades locais nesse processo de promoção do desenvolvimento do turismo na região.

Esses elementos deverão nortear a etapa seguinte, relacionada à revisão das estratégias adotadas na versão de 2004, do PDITS, às elaboradas em 2008, pela FUNDTUR, e as discussões dessa etapa do processo de readequação. Importante ressaltar, como premissa, o aproveitamento de todas as experiências anteriores de diagnose e formulação estratégica e o seu alinhamento no novo produto que será gerado desse processo.

Considerações finais

No período entre a elaboração do PDITS 2004, e a atual readequação, verifica-se que o turismo na região, especialmente em Bonito, evoluiu em todos os aspectos analisados no presente diagnóstico.

A demanda atual do mercado cresceu, conforme nota-se pelo fluxo de turistas no período de 2004 e 2009. No destino, estruturaram-se novos produtos que diversificam a oferta, atuando em diferentes segmentos, como o de negócios e eventos, *tour* da experiência e outros. Porém, ainda importantes potencialidades locais seguem inalteradas, como atrativos em Jardim e, especialmente, em Bodoquena, o turismo de base comunitária, englobando distritos e assentamentos rurais, e o turismo histórico-cultural.

Na infraestrutura, o acesso aéreo foi viabilizado pela implantação do Aeroporto Municipal de Bonito. As principais rodovias de acesso atualmente se encontram em melhores condições de tráfego que em 2004, destacando-se a MS-178, em pavimentação no trecho Bonito-Bodoquena, que interligará adequadamente esses municípios, promovendo o desenvolvimento dos atrativos turísticos em suas margens e interligando o polo a outros

destinos e produtos, como o Pantanal e o Trem do Pantanal, por meio do acesso rodoviário entre Miranda e Bodoquena.

O sistema de saneamento desenvolveu-se expressivamente, sobretudo o esgotamento sanitário, em Bonito e Bodoquena, alcançando aproximadamente 100% da população urbana. No entanto, ainda é necessário ampliar o sistema de esgotamento sanitário em Jardim, o de drenagem em Bodoquena e adequar o sistema de gestão de resíduos sólidos de Jardim e Bodoquena, tal como já citado, em 2004.

Em termos institucionais, a gestão do polo aprimorou-se no período e segue sendo uma referência nacional e apontada pelo *trade* como um dos principais fatores do destino ser, pelo décimo ano consecutivo, considerado o melhor destino de ecoturismo pela Revista Viagem e Turismo, da Editora Abril. No decorrer do período, destacam-se os fortalecimentos institucionais municipais e da FUNDTUR, que geraram, como resultados, uma melhor atuação na região, implantando o COMTUR de Bodoquena, amadurecimento dos demais, além do desenvolvimento da gestão pública ambiental e o atuante terceiro setor. Um aspecto positivo desse amadurecimento institucional observado no polo é a efetiva busca pelo desenvolvimento do turismo em bases sustentáveis, visto por meio da preocupação emergente dos gestores públicos, associações e do terceiro setor, com a inclusão social no setor e com a recuperação e conservação do meio ambiente, sinalizado por meio dos programas em desenvolvimento na região, da iniciativa dos gestores privados em fornecer cortesias ao munícipes para os atrativos, da busca por valorizar a comunidade local, como mão de obra aliando a necessidade de capacitação.

No que tange aos aspectos ambientais, ressalta-se a regularização ambiental dos empreendimentos pelo aumento da taxa de licenciamento ambiental, desenvolvimento de planos de manejo de unidades de conservação, acesso dos três municípios ao repasse do ICMS Ecológico, amadurecimento e resultados efetivos de ações e programas de recuperação e conservação ambiental na região e outros indicativos da evolução local. Porém, ainda não foi implantado o Parque Nacional da Serra da Bodoquena, e tampouco seu plano de manejo finalizado. Assim, continua a necessidade de ampliação do monitoramento da qualidade da água, do desenvolvimento de outros mecanismos sistêmicos de monitoramento ambiental e de estudos, como de determinação técnico-científica da efetiva capacidade de carga dos empreendimentos turísticos.

Vale destacar que, um dos fatores determinantes para o sucesso das ações de melhoria da atividade turística, foi a adoção do planejamento. Por meio do planejamento do turismo, consubstanciado na elaboração do PDITS/2004, alguns resultados foram resgatados para a readequação do presente documento. Destacam-se, dentre outros:

- foco na sustentabilidade;
- articulação institucional;
- planejamento participativo;
- envolvimento das comunidades locais.

Várias ações propostas no documento de 2004, foram ou estão sendo implantadas, como a pavimentação da MS-178, e a elaboração do plano de *marketing*, que está sendo licitado e dotará de maior competitividade o polo.

Isso quer dizer que o PDITS 2004, foi fundamental para a estruturação da atividade turística no polo. A readequação que se faz no presente documento já parte de um histórico positivo de planejamento e se propõe a revisar o que foi ou não realizado, e propor ações complementares. Mas é um processo único de planejamento que segue há cinco anos, e tem resultado nas premiações dos destinos, aumento do fluxo de turistas, incremento de novos negócios e novos atrativos e melhoria das condições de vida da população local.

O documento que consubstancia as estratégias de desenvolvimento do pólo, elaborado pela FUNDTUR, remete o planejamento para uma visão de longo prazo (até 2020). Portanto, é um balizador para a elaboração da presente readequação, mesmo porque foi elaborado

apoiado nos princípios do planejamento participativo, sustentabilidade, participação popular e fortalecimento institucional. Por essa razão, as estratégias e ações propostas no documento da FUNDTUR foram analisadas e algumas incorporadas neste documento, considerando-se o alinhamento com os objetivos do PDITS, e com o seu horizonte de planejamento (cinco anos).

Essa sequência de ações de planejamento do turismo mostra a importância da continuidade de uma política pública ao longo dos anos, e pode se tornar referência para as demais áreas da atividade econômica.

5. ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO

As estratégias de desenvolvimento turístico apresentadas neste tópico são resultados das indicações contidas nas conclusões do diagnóstico e de um abrangente processo de planejamento participativo, articulado a um trabalho complementar de pesquisa de campo. Houve, ainda, subsídios de diversos estudos elaborados pelo poder público e outras instituições (ONGs e sociedade civil organizada).

Considerou-se também a existência de uma matriz SWOT, aplicada em 2004, quando da elaboração do PDITS, e ela foi analisada levando em consideração a reformulação do presente documento. Também foi considerada a análise da matriz SWOT, aplicada durante as oficinas de planejamento para a formulação das estratégias de ação 2008-2020, organizadas pela Fundação de Turismo do Estado de Mato Grosso do Sul e com participação das instâncias de governança do setor na região e seus respectivos atores.

A partir desses referenciais, construiu-se a matriz SWOT, que consolidou a formulação das estratégias indicativas para o crescimento da atividade turística no Polo Serra da Bodoquena, na perspectiva do desenvolvimento sustentável.

É necessário frisar que a formulação estratégica deste PDITS não está restrita ao financiamento do programa, mas, sim, a uma estruturação estratégica do desenvolvimento turístico do polo. De tal forma, não se restringe ao horizonte imediato de contemplação das ações financiáveis por esse programa na sua primeira etapa. Essas estratégias, ao invés de apenas captar recurso do PRODETUR NACIONAL, traduzem uma política estadual de desenvolvimento integrado do turismo para a região.

5.1. BASE CONCEITUAL

A palavra vem do grego antigo – de *stratos*, “exército”, e *ago*, “liderança” ou “comando”, significando inicialmente “a arte do general”, como comandante militar.

Atualmente, o termo estratégia também diz respeito a processos:

Quadro 109 – Processos Estratégicos

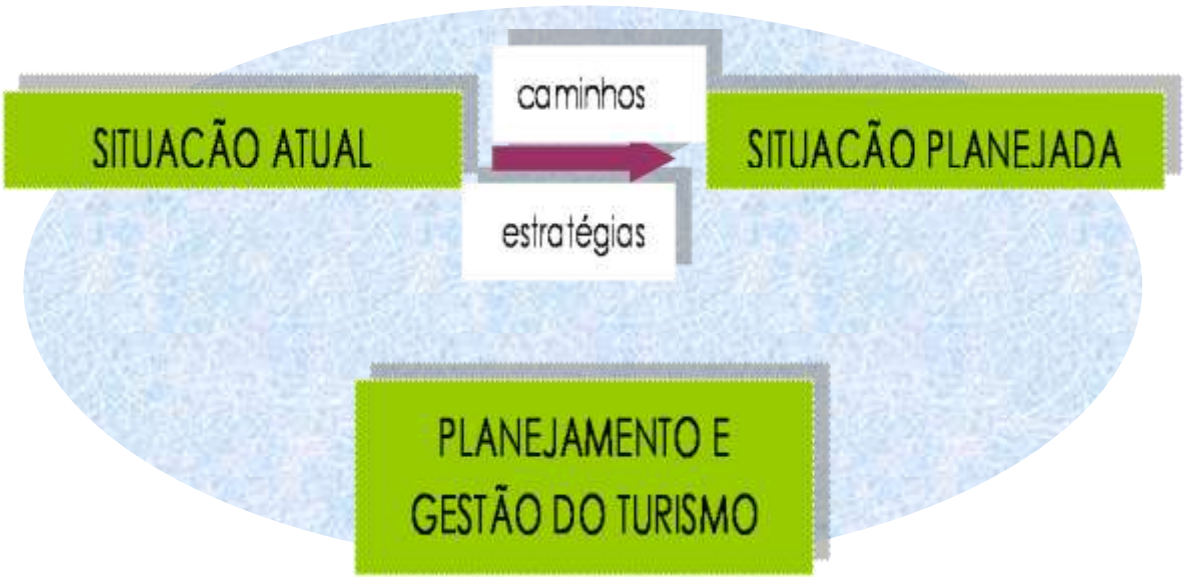
Processo de concepção	▪ Conceber como chegar lá
Processo formal	▪ Verificar as formas para chegar lá
Processo analítico	▪ Analisar a situação para avaliar como chegar lá
Processo visionário	▪ Formular visões e perspectivas amplas do chegar lá
Processo mental	▪ Processar a informação, mapear o conhecimento e obter o conceito de chegar lá
Processo emergente	▪ Originar e realizar o estar lá
Processo de negociação	▪ Dividir o poder entre os atores envolvidos em como chegar até lá
Processo coletivo	▪ Integrar os interesses comuns e concentrar esforços para chegar lá
Processo transformação	▪ Saltar de uma forma a outra para mudar e de outro jeito chegar lá

Figura 88 - Como estabelecer o caminho para o desenvolvimento do turismo?

No sentido geral, a estratégia inclui a definição dos grandes objetivos e linhas de ação estabelecidos nos planos governamentais ou empresariais em dada direção, e considerando um determinado espaço de tempo.

As estratégias possibilitam depreender as formas de condução da ação para que se possa alcançar satisfatoriamente os objetivos traçados, aproximando a situação real da situação desejada.

Figura 89 – Caminho estratégico.



5.2. ANÁLISE SWOT

A partir do diagnóstico elaborado no capítulo anterior, da árvore de problemas e da SWOT, elaborada pela FUNDTUR, e a do PDITS/2004, elaborou-se uma nova matriz identificando os pontos fortes, pontos fracos, ameaças e oportunidades do Polo Serra da Bodoquena, permitindo que sejam elaboradas estratégias e ações ofensivas.

A análise SWOT (ou análise FOFA em português), é uma ferramenta utilizada na análise do ambiente interno, para a formulação de estratégias. No presente plano, o ambiente interno é o Polo Serra da Bodoquena. A SWOT permite identificar as forças (que são as vantagens estruturais controláveis pelos atores do polo e que são favoráveis perante as oportunidades e ameaças do ambiente externo), e fraquezas do polo (que são as desvantagens estruturais controláveis pelos atores do polo e que são desfavoráveis perante as oportunidades e ameaças do ambiente) e, ao mesmo tempo, analisa as oportunidades (que são fatores externos incontroláveis pelos atores que atuam no polo e que podem favorecer sua ação estratégica, desde que reconhecidos e aproveitados) e ameaças (que são fatores externos incontroláveis pelos atores do polo e que criam obstáculos à sua ação estratégica, mas que poderão, ou não, ser evitados, desde que reconhecidos em tempo hábil).

Na análise SWOT, as forças (ou pontos fortes, ou *strenghts*, em inglês) e fraquezas (ou pontos fracos, ou *weakness*, em inglês) são fatores internos de criação (ou destruição) de valor, tais como ativos naturais, patrimônio histórico-cultural, crenças, lendas, música, habilidades, ou recursos que o polo tem à sua disposição, em relação aos seus competidores.

As oportunidades (*opportunities*, em inglês) e ameaças (*threats*, em inglês) são fatores externos e incontroláveis de criação (ou destruição) de valor e que emergem ou da dinâmica competitiva do mercado turístico, ou de fatores demográficos, econômicos, políticos, tecnológicos, sociais ou legais.

A utilização dessa matriz permite identificar os principais obstáculos ao desenvolvimento do setor turístico no Polo Serra da Bodoquena. A identificação e o conhecimento desses obstáculos permitem que sejam elaboradas estratégias e ações que os eliminem ou minimizem. A identificação e o conhecimento dos pontos fortes e pontos fracos contribuem para potencializar e ampliar a competitividade do polo. Essas intervenções permitem a geração de vantagens competitivas, ou seja, o fortalecimento de capacidades que gerem valor para o turismo.

Assim, o emprego da matriz SWOT, permite que sejam cruzadas as forças e fraquezas do ambiente interno do setor turístico com as oportunidades e ameaças apresentadas pelo ambiente externo, maximizando, assim, as suas oportunidades e potencialidades e minimizando as ameaças e fraquezas.

Vale destacar que a elaboração da matriz SWOT pressupõe a participação dos atores sociais da atividade turística e sua interação. Suas contribuições são anotadas e depois consensuadas com o grupo para construção da matriz final. Por essa razão, o presente documento manteve as contribuições da forma como foram pensadas, discutidas e pactuadas nas oficinas realizadas.

5.2.1. Ambiente externo

A análise do ambiente externo do Polo Serra da Bodoquena permite a identificação de oportunidades e de ameaças, e permite, também, analisar as melhores maneiras de usufruí-las ou evitá-las. O quadro abaixo apresenta a análise do ambiente externo para o polo:

Quadro 110 – SWOT: ambiente externo.

OPORTUNIDADES
▪ Tendência para o turismo de experiência – mais vivência - Preferência do turista por roteiros personalizados. ▪ Turistas mais exigentes requerendo serviços e equipamentos qualificados. ▪ Aumento das entradas de turistas internacionais pelos portais: Campo Grande, Ponta Porã e Corumbá. ▪ Documento “Turismo: Panorama 2020” da Organização Mundial de Turismo (OMT) destaca os dez segmentos de mercado mais relevantes para os próximos anos: sol e praia; desportos, aventura; natureza; cultural; urbano; rural; cruzeiros; parques temáticos; reuniões e conferências. ▪ Perspectivas de otimização do turismo interno - Viagens com destinos próximos ao local de residência, incluindo viagens domésticas, serão mais procurados do que as viagens longas. ▪ Alta nos câmbios, favorecendo o turismo interno no país. ▪ Abertura do mercado aéreo para companhias estrangeiras – Resolução Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC). ▪ Brasil sede da Copa do Mundo de Futebol em 2014 e o Rio de Janeiro sede dos Jogos Olímpicos de 2016. ▪ Implantação da Lei Geral do Turismo. ▪ Política estadual de diversificação da pauta econômica priorizando o turismo. ▪ Consciência do turista em relação à proteção do meio ambiente. ▪ Política Nacional de Turismo, norteando o processo turístico no país.
AMEAÇAS
▪ Perspectivas de declínio médio na duração da estadas, bem como nas despesas, seja maior do que a queda no número de chegadas de turistas internacionais. ▪ Turistas mais exigentes requerendo serviços e equipamentos qualificados. ▪ Redução do fluxo de turista internacional tendo em vista a crise mundial. ▪ Centralização de São Paulo como distribuidor de passageiros via aérea – desembarque nacional e internacional. ▪ Ausência de linhas aéreas regionais em Mato Grosso do Sul. ▪ A comunicação mercadológica não conseguiu fortalecer a imagem de Mato Grosso do Sul como um estado que não é o Estado de Mato Grosso.

5.2.2. Ambiente interno

A análise do ambiente interno do Polo Serra da Bodoquena permite a identificação de pontos fortes e fracos e, permite, também, analisar as melhores maneiras de utilizá-los ou eliminá-los. O quadro abaixo apresenta a análise do ambiente interno e dos eventos do ambiente externo, que podem influenciar as ações de desenvolvimento para o polo. Na análise abaixo, foram destacados os aspectos relacionados ao turismo que podem potencializar seu desenvolvimento:

Quadro 111 - Produtos e atrativos turísticos.

Forças	Fragilidades
Singularidade e diversidade; Riqueza da fauna e flora; Possibilidade de visitação permanente; Existência de roteiros integrados de visitação nos municípios; Existência de estoque considerável de atrativos ainda não explorados turisticamente.	Grande quantidade de produtos similares; Concentração de produtos em Bonito; Concentração no rio Formoso; Concentração do fluxo em alguns produtos de Bonito; Grande parte dos produtos ainda não está bem estruturada; Empresários urbanos e rurais ainda não conscientes da importância do turismo como atividade econômica.
Oportunidades	**Ameaças**
Reconhecimento nacional e internacional; Possibilidade de integração com o Pantanal e Foz do Iguaçu; Crescente interesse mundial pelo turismo de natureza e ecoturismo; Criação do Parque Nacional da Serra da Bodoquena; Chancela da UNESCO para a criação do GEOPARK.	Desenvolvimento de destinos concorrentes; Degradação ambiental pelo uso indevido por parte dos turistas; Centros emissores distantes.

Quadro 112 - Integração turística regional e outros destinos.

Forças	Fragilidades
Localização geográfica favorável para formação de roteiros integrados com outros destinos do estado; Existência de aeroportos estratégicos; Oferta de produtos diferenciados para o mesmo público-alvo; Existência do Fórum Regional de Turismo e COMTURs; Ações do SEBRAE no sentido de promover regionalização.	Infraestrutura urbana deficiente e equipamentos insuficientes; Insuficiência de recursos humanos especializados; Organização incipiente e desarticulação das instituições da sociedade civil e agentes políticos; Insuficiência de contingente policial; Pouco incentivo a empreendimentos do turismo; Falta integração entre os produtos turísticos consolidados com os da região.
Oportunidades	**Ameaças**
Consolidação do destino Mato Grosso do Sul e Brasil Central; Destinos reconhecidos internacionalmente; Tendência mundial para roteirização; Aporte de recursos do PRODETUR Nacional na consolidação dos destinos Pantanal e Foz do Iguaçu.	Descontinuidade das políticas públicas de turismo; Imagem negativa do quadro social do país; Preferência do turista estrangeiro por viagens mais curtas.

Quadro 113 - Gestão pública e privada do turismo e meio ambiente.

Forças	Fragilidades
Conselhos municipais organizados; Existência de Secretaria de Turismo em Bonito e em Bodoquena e assessoria em Jardim; Consórcio Regional CIDEMA; Existência de *Voucher* único em Bonito; Existência de universidades que oferecem cursos na área de turismo na região; Existência de parcerias entre alguns segmentos organizados; Existência de Conselhos de Turismo e Conselhos de Meio Ambiente nos três municípios; Existência de Secretaria de Meio Ambiente nos municípios de Bonito e Bodoquena e Núcleo de Meio Ambiente em Jardim.	Qualificação de pessoal deficiente; Desarticulação das instituições das sociedades civis; Ineficiência das políticas de geração de emprego; Descontinuidade das políticas públicas; Pouco envolvimento da classe empresarial e política com as questões sociais; Descumprimento da legislação ambiental; Fiscalização ambiental insuficiente; Ausência de Planejamento Regional do Turismo; Ausência de informações consistentes sobre fluxo, perfil e demanda turística; Deficiências do poder público e dos conselhos municipais de turismo e meio ambiente; Falta de estrutura física e recursos humanos para Conselhos de Meio Ambiente; Ausência de Fundo Municipal voltados ao meio ambiente; Falta de estrutura física e recursos humanos nas secretarias de meio ambiente; Plano Diretor de Bodoquena elaborado somente para a área urbana.
Oportunidades	**Ameaças**
Possibilidade de ordenar o crescimento, preservando o meio ambiente e os atrativos turísticos; Existência de programas complementares tanto federal como estadual; Interesse da iniciativa privada em investir na região da Serra da Bodoquena; Plano de Fortalecimento Institucional de Jardim elaborado; Plano Diretor de Bonito elaborado em vias de aprovação pela Câmara Municipal; Plano Diretor de Jardim em fase de licitação.	Ocupação desordenada das áreas de entorno dos atrativos turísticos; Descontinuidade dos gestores públicos de turismo; Ausência de política adequada ao turismo; Falta de estrutura nos municípios para implementar e monitorar o programa PRODETUR – MS.

Quadro 114 - Infraestrutura turística.

Forças	Fragilidades
Quantidade de leitos disponíveis; Boa oferta de serviços de receptivo por parte das agências de viagens e de serviços de guias; Boa qualidade nos receptivos de alguns produtos turísticos; Boa qualidade e higiene dos equipamentos de uso recreacionais; Existência de Centros de Atendimento ao Turista (CATs) nos municípios de Bodoquena, Bonito e Jardim.	Precariedade nos equipamentos e na capacitação dos recursos humanos para a maioria desses serviços; Precariedade na estrutura e nos equipamentos para realização de eventos; Serviços de transportes turísticos pouco profissionais; Não nivelamento na qualidade dos produtos turísticos.
Oportunidades	**Ameaças**
Existência de linhas de financiamento destinadas ao turismo.	Desinteresse de proprietários de produtos em investir no próprio negócio; Não entendimento da importância da compatibilização da estrutura com o entorno; Desinteresse dos proprietários de empreendimentos turísticos em atender as normas ambientais vigentes; Aumento de doenças por veiculação hídrica nos alagamentos provenientes das chuvas.

Quadro 115 - Promoção e divulgação.

Forças	Fragilidades
Grande oferta de produtos com alto grau de atratividade; Singularidade em relação a outros destinos; Abundância de atrativos turísticos da região; Boa condição de acessibilidade turística ao longo do ano.	Marginalização dos pequenos empresários no material promocional: Exclusão dos atrativos de menor porte em eventos, feiras e congressos; Pequena capacidade financeira dos fundos de turismo; Falta de estratégia de *marketing* em todos os níveis.
Oportunidades	**Ameaças**
Reconhecimento internacional das belezas e singularidades do produto turístico da região; Tendência mundial de valorização do ecoturismo; Grande estoque de atrativos disponíveis; Oportunidade promocional de roteiro integrado com Foz do Iguaçu e Pantanal; Condições climáticas favoráveis	Desarticulação entre os componentes do *trade*.

Quadro 116 – Demanda.

Forças	Fragilidades
Grande número de turistas que visitam a região; Grande quantidade de leitos ofertados; Produtos naturais de alto apelo turístico; Boa acessibilidade aos atrativos; Diversidade de produtos naturais; Paisagem natural exuberante.	Fluxo turístico aquém da capacidade receptiva da região; Turismo massificado em alguns produtos; Sazonalidade do fluxo turístico; Setor empresarial turístico inexperiente; Ausência de identidade visual no núcleo urbano; Ausência de estudos de capacidade de carga; Falta de profissionais especializados na atividade turística.
Oportunidades	**Ameaças**
Interesse pelo turismo de natureza; Localização geográfica favorável para alguns polos emissores; Facilidade de acesso.	Disputa de mercado por outras regiões; Risco de turismo massificado; Alto nível de exigência do turista internacional.

Quadro 117 - Proteção ambiental dos recursos naturais utilizados pelo turismo.

Forças	Fragilidades
Bom estado de conservação dos ambientes explorados; Controle da visitação dos principais produtos turísticos; Existência de Unidades de Conservação públicas e privadas; 95% dos empreendimentos/atividades turísticas com o devido licenciamento ambiental; Bom nível de consciência do *trade* turístico quanto à importância da conservação dos recursos naturais; Iniciativas públicas e privadas para a conservação dos recursos naturais.	Turismo massificado nos balneários públicos e privados; Capacidade de visitação dos atrativos definida de forma empírica; Ocupação irregular das áreas de preservação permanente dos empreendimentos/atividades turísticas; Ocupação das bacias hidrográficas sem o devido planejamento e definição de sua capacidade de suporte; Algumas unidades de conservação sem planos de manejos e/ou sua implementação; Fiscalização e monitoramento insuficientes das atividades turísticas que utilizam recursos ambientais.
Oportunidades	**Ameaças**
"Projeto de Uso Sustentável dos Recursos Naturais da Sub-Bacia do rio Formoso" /GEF; Liberação do uso público para fins turísticos do Parque Nacional da Serra da Bodoquena; Criação do Geopark Bodoquena-Pantanal.	Conflito com outras atividades econômicas; Degradação ambiental em função do aumento excessivo do fluxo turístico.

Quadro 118 - Inclusão social.

Forças	Fragilidades
Sensibilização da comunidade quanto às questões ambientais; Ecoturismo como gerador de emprego e renda; Boa conscientização turística e ambiental; Grande oferta de mão de obra local, embora não qualificada; Assentamentos rurais tradicionais com produtores de produtos agrícolas e produção de doces em compotas.	Pouca participação da população local nos empregos mais qualificados; Alto custo dos produtos de primeira necessidade na alta temporada; Baixo poder aquisitivo da maioria da população; Poucas alternativas de lazer para a população local; Pouca participação da população local nos eventos relacionados ao turismo e meio ambiente.
Oportunidades	**Ameaças**
Ampliação da área turística possibilitando novas oportunidades de geração de emprego e renda; Estabelecimento de novos espaços para fixação de serviços e comércio voltados ao turista; Atribuir uma imagem turística à cidade; Vocação turística da região; Implantação de turismo de base comunitária.	Falta de conhecimento por parte da maioria dos proprietários dos atrativos das possibilidades que o turismo oferece como negócio; Resistência por parte da população em relação à presença do turista; Cultura conservadora da comunidade; Generalização da atividade turística esquecendo o fator urbano.

Quadro 119 - Acessibilidade rodoviária.

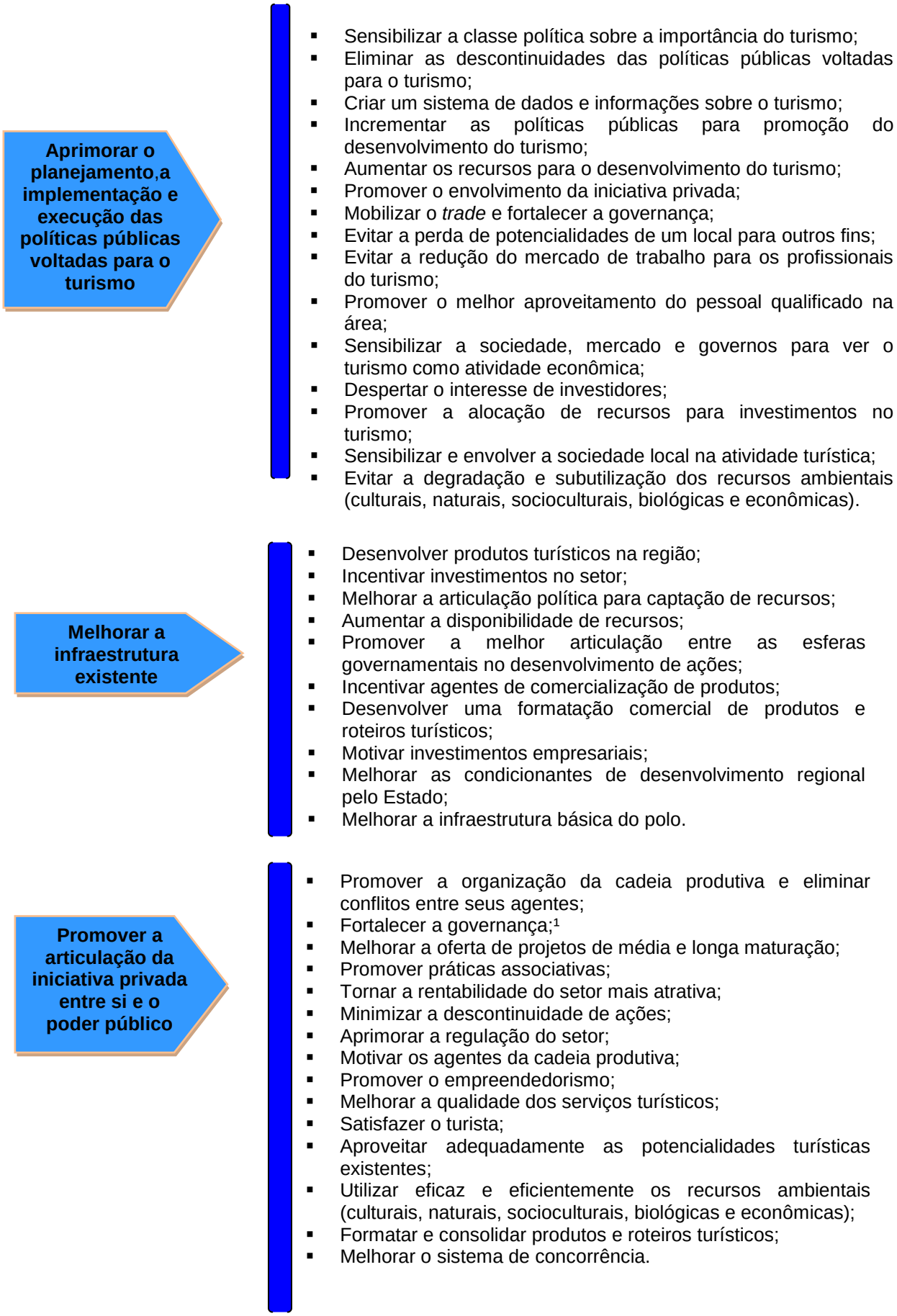
Forças	Fragilidades
Várias opções de acesso, interligando a outros polos turísticos; Estradas situadas no entorno do Parque da Serra da Bodoquena, com atrativos em potencial (MS-178 e MS-339); A estrada MS-345 favorece ao turismo de pesca no rio Miranda (Bonito - Anastácio).	Rodovias com acostamento e sinalizações deficientes; Rodovias vicinais, com traçados sinuosos, falta de manutenções em pontes e precariedade no sistema de sinalização turística e rodoviária; Deslocamento de turista para a área selecionada por meio de transporte intermunicipal (ônibus) incipiente; Postos da Policia Rodoviária Estadual e Policia Militar Ambiental com infraestrutura deficiente e efetivo insuficiente.
Oportunidades	**Ameaças**
Aumento de número de atrativos e integração com outras áreas turísticas; Investimentos do programa PRODETUR.	Transporte intermunicipal de regular qualidade;

Quadro 120 - Infraestrutura básica.

Forças	Fragilidades
99% da população do polo tem água tratada; Município de Bonito com 96% de esgotamento sanitário implantado; Estação de tratamento de esgoto de Bonito, uma das mais modernas do país, serve como modelo de tratamento de esgotos no Brasil; Estação de tratamento de esgoto de Bodoquena em fase de conclusão; Em Jardim, expectativa de que até 2011, 80% da população seja beneficiada com tratamento de esgoto; Bonito tem aterro sanitário e UPL; Aterro sanitário de Jardim, em fase de conclusão, vai atender também os municípios de Bonito e Bodoquena; Os municípios do polo são atendidos por 100% da coleta de resíduos sólidos; Projeto de drenagem de águas pluviais de Bodoquena e Jardim elaborado; Drenagem de Bonito sendo solucionada pelo Ministério das Cidades, “Bonito-Melhor de Viver” e programa Pró-Municípios; Existência de transporte urbano em Jardim; Bonito escolhido pelo governo do estado e Ministério da Integração Nacional para receber o Projeto-Piloto de Inclusão Digital – Bonito – Digital; Serviço de energia elétrica é de 100% no polo; Baixo índice de criminalidade.	Alto índice de perdas entre a captação e distribuição de água potável; Atualmente os municípios de Bodoquena e Jardim têm cobertura insuficiente de esgoto e drenagem; O município de Bodoquena não possui projeto para construção de aterro sanitário; Inexistência de transporte urbano nos municípios de Bonito e Bodoquena; O sistema de saúde e segurança pública é precário; Sistema de saúde do polo insuficiente para atender acidentados com eficiência; Agrupamento do Corpo de Bombeiros que atende Bodoquena está sediado a 140 km de distância; Sinalização turística e rodoviária deficitária, principalmente nas rotatórias de acesso aos destinos turísticos; Plano Diretor de Bodoquena existente, só abrange a área urbana.
Oportunidades	**Ameaças**
Região singular oferecendo condições para novos empreendimentos; Plano Diretor de Bonito elaborado em vias de aprovação pela Câmara Municipal; Plano Diretor de Jardim em fase de licitação; Elaboração do Plano de Saneamento e de Investimentos para os municípios de Bodoquena e Jardim pela SANESUL, com previsão de melhoria/investimento no sistema de abastecimento de água, considerando a população urbana e flutuante, para os anos de 2018-2038; Investimentos do projeto “Bonito – Melhor de Viver”; Investimentos do programa Pró-Municípios.	Disposição de resíduos sólidos, de forma inadequada; Efluentes das ETEs, lançados aos corpos receptores com índices de eficiências não satisfatórios e precisando passar por processos de desinfecção; Não há pronto-socorro nos hospitais da região; Carência de médicos e infraestrutura de ortopedia e trauma para acidentes ocorridos em função da atividade de turismo.

5.2.3. Áreas críticas de intervenção

Figura 90 – Áreas críticas de intervenção.



Observação: cabe observar que a Lei n. 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispões sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, conceitua recursos ambientais como sendo: a atmosfera, as águas interiores, superficiais e subterrâneas, os estuários, o mar territorial, o solo, o subsolo, os elementos da biosfera, a fauna e a flora. No entanto, nos itens acima, denominados "Aprimorar o planejamento, a implementação e execução das políticas públicas voltadas para o turismo" e "promover a articulação da iniciativa privada entre si e o poder público", o termo "recursos ambientais" surgiu das oficinas participativas e foi colocado pelos participantes. O sentido defendido pelos participantes era o de se considerar que todos os recursos (humanos, físicos, culturais, sociais, ambientais, dentre outros) são recursos ambientais, no sentido amplo. A consultoria manteve a grafia e o entendimento porque as técnicas de enfoque participativo indicam que o trabalho de facilitação deve captar e registrar as ideias dos participantes da forma como se manifestam, e qualquer alteração deve ser pactuada entre os presentes. O item reflete essa pactuação.

A Fundação de Turismo do Estado de Mato Grosso do Sul utiliza, internamente, os seguintes critérios para definir o grau de evolução das regiões turísticas:

Região turística consolidada - RTC

- Instância de governança[13] instalada e ativa, com pauta própria de resolução e fundo municipal de turismo.
- Roteiros integrados e formatados, compondo prateleira das agências/operadoras.
- Participação em eventos de comercialização no mercado nacional e internacional.
- Empreendimentos cadastrados no sistema CADASTUR.

Região turística em consolidação - RTEC

- 21% a 50% dos municípios da região com Instância de governança instalada e ativa.
- 1 roteiro integrado e formatado, compondo prateleira das agências/operadoras.
- Participação em eventos de comercialização no mercado nacional.
- Empreendimentos cadastrados no sistema CADASTUR.

Região turística em desenvolvimento - RTED

- 20% dos municípios da região com Instância de governança instalada e ativa.
- Roteiro turístico em formatação.
- Participação em eventos de comercialização no mercado local.
- Empreendimentos cadastrados no sistema CADASTUR.

Dentro destes parâmetros, o Polo Serra da Bodoquena é uma região consolidada, com instâncias de governanças organizadas, com ícones turísticos atuando de maneira satisfatória, e com todos os atributos já citados nos documentos anteriores. A oferta turística do polo é rica, organizada e estruturada, de forma que possibilite o acesso do turista a toda a sua diversidade.

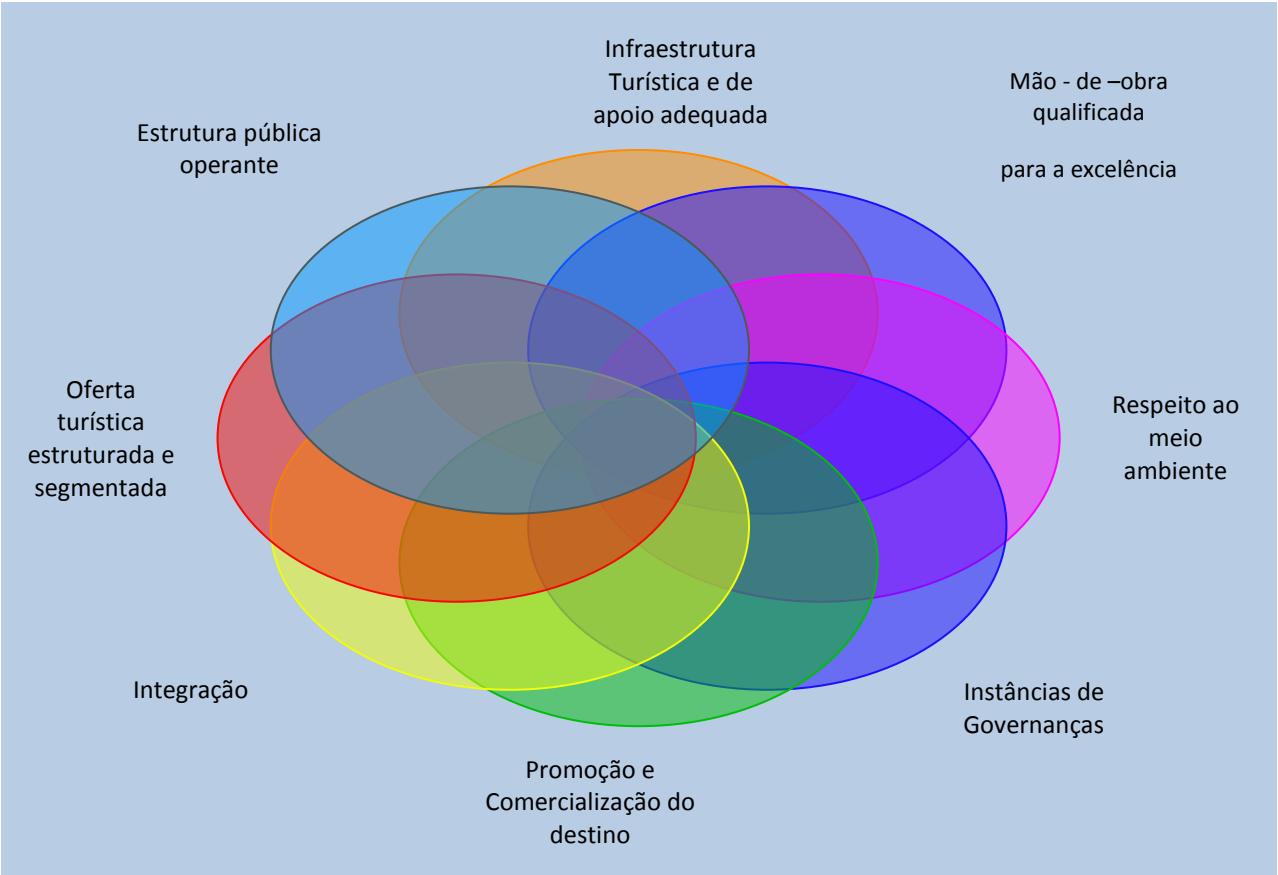
O sucesso do desenvolvimento do turismo está ligado à qualidade, variedade, criatividade e capacidade comercial dos produtos oferecidos, que atendam e superem as necessidades e expectativas do consumidor. Qualificar os produtos e serviços existentes e oferecer novas opções são ações fundamentais, juntamente com a adequação de acessos, estrutura de receptivo dos atrativos e sinalização turística e principalmente o fortalecimento institucional das estruturas oficiais de turismo, com interlocução da sociedade civil.

[13] Entende-se por governança o processo de tomada de decisões, a capacidade de resolver conflitos e a capacidade dos atores envolvidos numa situação de saber estabelecer consensos. Tais atores podem ser agentes públicos, agentes privados, entidades de classe, órgãos públicos e quaisquer participantes que estejam envolvidos em determinado processo decisório, como o de elaboração de um plano de desenvolvimento para a atividade turística.

5.3. FORMULAÇÃO DAS ESTRATÉGIAS

A atividade turística pode e deve ser planejada, executada e pautada em estratégias que a conduzam a um maior nível de competitividade. Isso se consegue garantindo que todas as etapas da atividade turística e todos os setores ligados, direta ou indiretamente com a atividade, funcionem eficientemente.

Figura 91 – Dimensões estratégicas.

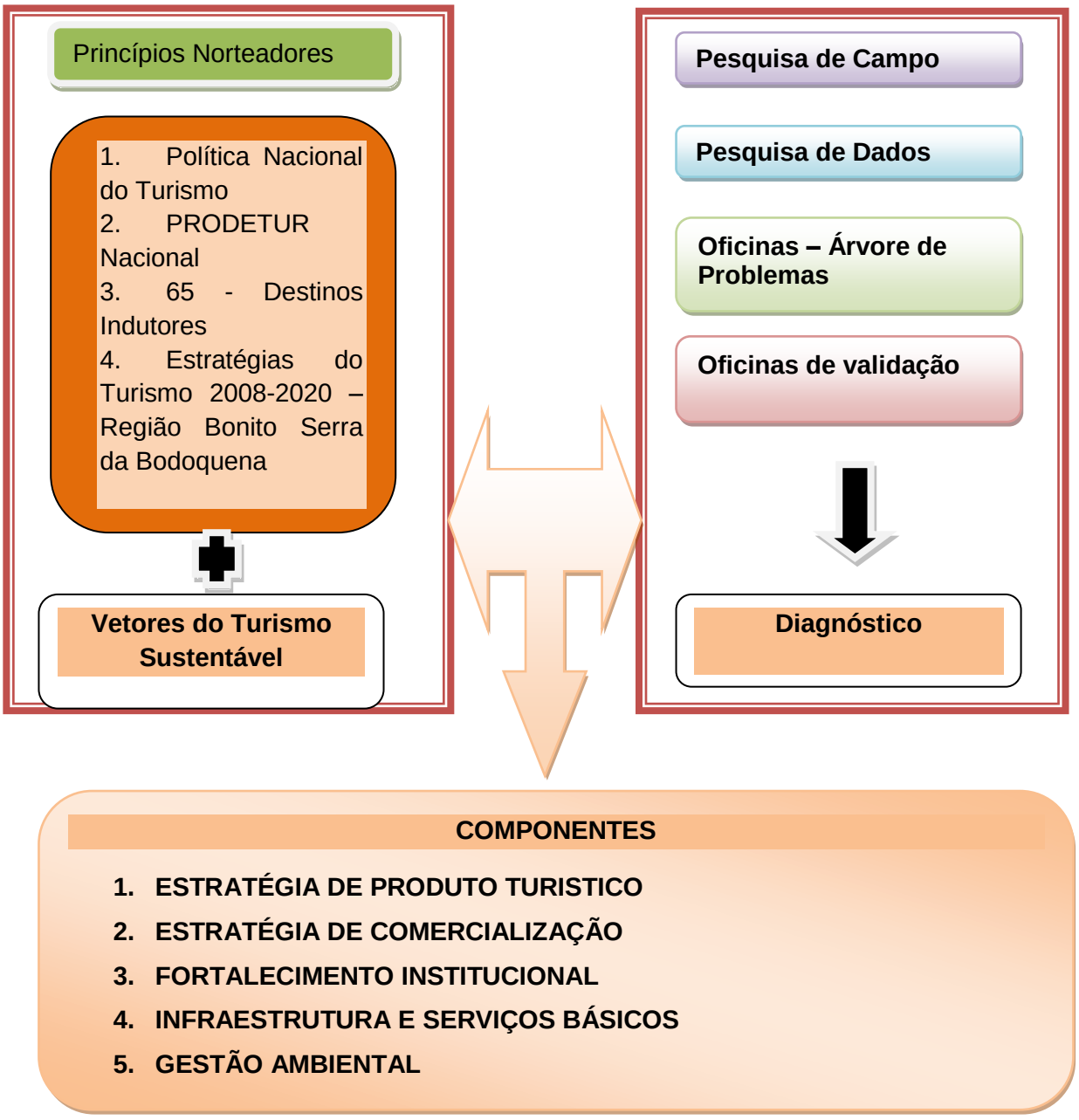


Estratégia é um termo milenar, que foi utilizado inicialmente na área militar. Atualmente, diversas outras áreas têm aplicado a definição de estratégia em suas atividades, tais como a dos esportes e a dos negócios. Uma das obras mais famosas que aborda o conceito é *A Arte da Guerra*, de Sun Tzu, (1988, p. 149), que argumenta que as manobras estratégicas significam escolher os caminhos mais vantajosos.

Há diversas perspectivas teóricas sobre estratégia. Neste trabalho, utilizou a perspectiva clássica que prevê inicialmente a formulação da estratégica, para depois seguir para a ação. O processo é lógico e deliberado, com etapas lógicas e sequencialmente ordenadas.

Os princípios norteadores pautaram-se conforme esquema gráfico abaixo representado.

Figura 92 – Formulação estratégica.



5.3.1. Estratégia de desenvolvimento do turismo

A SWOT possibilitou elaborar ações correlatas, que servissem de base para o desenvolvimento turístico sustentável. Essas ações foram agrupadas em COMPONENTES, a denominação utilizada para os grandes campos de atuação coordenada. Cada COMPONENTE possui uma série de iniciativas próprias, correlacionadas e com um objetivo em comum.

COMPONENTE 1 - ESTRATÉGIA DE PRODUTO TURÍSTICO - Agrupa as iniciativas necessárias para a geração de uma oferta turística competitiva, inovadora e criativa. Prioriza a exploração da diversidade turística da região à formatação de novos produtos para a região e a capacitação profissional.

COMPONENTE 2 - ESTRATÉGIA DE COMERCIALIZAÇÃO – Agrupa iniciativas capazes de organizar o processo de promoção e comercialização dos produtos turísticos da região, possibilitando uma maior visibilidade do destino turístico.

COMPONENTE 3 - FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL - Garante que o poder público municipal administre de maneira eficiente a atividade turística do município. As estratégias envolvem iniciativas como: modernização administrativa; implementação de ferramentas de gestão; capacitação técnica de equipes; fiscalização; monitoramento da atividade turística. Envolve também iniciativas de fortalecimentos das relações público–privadas, instigando o amadurecimento destas relações.

COMPONENTE 4 - INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS – Considerando que a atividade turística utiliza a infra-estrutura básica para o seu funcionamento, os municípios onde a mesma se desenvolve necessitam de serviços urbanos adequados como, por exemplo, abastecimento de água, energia elétrica, telefonia fixa e móvel, coleta de lixo, limpeza de vias públicas, saneamento básico, transporte de passageiros, segurança pública, entre outros. Portanto, para que os municípios se tornem espaços turísticos competitivos é fundamental primar pela qualidade dos serviços prestados; por isso, é necessário a existência de uma eficiente infraestrutura urbana, a qual propicie o desenvolvimento desta atividade.

COMPONENTE 5 - GESTÃO AMBIENTAL – Agrupa iniciativas de qualidade ambiental e de estímulo à participação da sociedade na atividade turística.

Quadro 121 – SWOT estratégica.

SWOT ESTRATÉGICA	
Estratégias de desenvolvimento São aquelas nas quais o objeto encontra suas melhores chances de sucesso. Suas forças, unidas às oportunidades oferecidas pelo macroambiente, fazem com que o elemento progrida e seja aprimorado. ESTRATÉGIAS DE PRODUTOS TURÍSTICOS	**Estratégias de correção** Indicam o caminho a ser seguido para que o objeto de análise aproveite de forma adequada as oportunidades existentes para reduzir/extinguir suas fraquezas e para crescer em meio às oportunidades. ESTRATÉGIAS DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL E ESTRATÉGIAS DE INFRAESTRUTURA TURÍSTICA E SERVIÇOS BÁSICOS
Estratégias de diferenciação Por meio delas, o objeto analisado diferencia-se de seus concorrentes, fazendo uso de seus pontos fortes para superar as ameaças existentes. ESTRATÉGIAS DE COMERCIALIZAÇÃO	**Estratégias de reestruturação** As ameaças têm um grande potencial para atingir o elemento em suas fraquezas. Desse modo, são recomendadas estratégias para que o objeto analisado se reestruture, alterando suas características internas, a fim de suportar e superar os aspectos desfavoráveis do ambiente. ESTRATÉGIAS DE FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL

5.3.2. Estratégia central – Posicionamento turístico do polo

Para alcançar os objetivos propostos, a estratégia central do Polo Serra da Bodoquena consiste em qualificar o destino para melhor receber os turistas e visitantes, estruturando os segmentos ecoturismo e turismo de aventura, e dotando os atrativos turísticos de infraestrutura e promovendo o posicionamento da imagem do polo:

Quadro 122 – Estratégia central.

<table>
<tr><th colspan="3">ESTRATÉGIA CENTRAL

QUALIFICAR E POSICIONAR O DESTINO TURÍSTICO BONITO-SERRA DA BODOQUENA E REGIÃO NO MERCADO NACIONAL E INTERNACIONAL COM FOCO NO ECOTURISMO E TURISMO DE AVENTURA</th></tr>
<tr><td>Componente 1
Estratégia de Produto Turístico</td><td>Componente 2
Estratégia de Comercialização</td><td>Componente 3
Fortalecimento Institucional</td></tr>
<tr><td>As estratégias vinculadas propõem a estruturação, o ordenamento e a diversificação da oferta turística.
Aprimorar o produto turístico oferecido ao mercado é condição indispensável para adequação mercadológica dos atrativos turísticos. Tal resultado trará ao turista maior satisfação pelo serviço prestado, trará um perfil de turista cada vez mais exigente e com maior poder de gasto no destino.
Visam, sobretudo, estimular o ordenamento e a formatação de produtos turísticos que sejam competitivos em segmentos específicos de demanda, buscando a excelência nos serviços.</td><td>Promover a integração da região, estimulando o aumento das visitas, tempo de estada e rendimentos do turismo através da promoção direcionada a mercados local, regional, estadual nacional de internacional.</td><td>Fortalecer a estrutura institucional da região, tornando-a mais autônoma e, ao mesmo tempo, melhor articulada regionalmente, visando ainda formar uma população participante e engajada nos processos de mudança e fortalecer a gestão publica e os conselhos locais e regionais de turismo, aprimorando, assim, o planejamento, a implementação e execução das políticas públicas voltadas para o turismo.</td></tr>
<tr><td colspan="2">Componente 4
Infraestrutura básica e urbana</td><td>Componente 5
Gestão ambiental</td></tr>
<tr><td colspan="2">Na perspectiva de minimizar os problemas de infraestrutura urbana nos municípios turísticos, deve-se pensar na elaboração do planejamento urbano como instrumento de melhoria da infraestrutura básica local, visto que, o mesmo pode reduzir efeitos negativos (como falta de água, energia e transporte) ocasionados pela chegada da população flutuante, que na alta temporada chega a ser superior à população fixa. Assim, é relevante a realização de estudos que analisem a infraestrutura urbana como suporte para o desenvolvimento da atividade turística.</td><td>Implementar os pilares da sustentabilidade para efetiva consolidação da região como destino turístico sustentável, reconhecido pelo consumidor.</td></tr>
</table>

5.3.3. Estratégias gerais

Quadro 123 - Componente 1 - Estratégia de produto turístico.

E1	Diversificação da oferta de produtos e serviços turísticos do polo, a partir do potencial do ecoturismo.
E2	Fortalecimento do segmento de ecoturismo.

Quadro 124 - Componente 2 - Estratégia de comercialização.

E1	Desenvolvimento de estratégia de *marketing* turístico, buscando um melhor posicionamento mercadológico.

Quadro 125 - Componente 3 - Fortalecimento institucional.

E1	Modernizar a estrutura administrativa do polo, visando o fortalecimento da gestão do turismo.

Quadro 126 - Componente 4 - Infraestrutura e serviços básicos.

E1	Melhoria da infraestrutura turística e dos serviços básicos do polo.

Quadro 127 - Componente 5 - Gestão ambiental.

E1	Melhoria da qualidade ambiental da área turística.

6. PLANO DE AÇÃO

6.1. VISÃO GERAL E AÇÕES PREVISTAS

6.1.1. Visão do conjunto de atividades e projetos

Quadro 128 – Estratégia de produto turístico: ações previstas.

Componente 1 – Estratégia de Produto Turístico.
Estratégia 1 - Diversificação da oferta de produtos e serviços turísticos do polo, a partir do potencial do ecoturismo.
Ações
1. Elaboração de projeto para estruturação do Geopark; 2. Implantação do projeto para estruturação do Geopark; 3. Criação de roteiro turístico geocultural; 4. Implantação de roteiro turístico geocultural 5. Elaboração de projeto do Centro de Referência em Geohistória, em Bonito; 6. Implantação do Centro de Referência em Geohistória, em Bonito; 7. Realização de estudos de viabilidade para implantação do turismo de base comunitária nos assentamentos existentes em Bodoquena; 8. Realização de estudos de viabilidade para implantação do produto cultural Retirada da Laguna, em Jardim; 9. Elaboração de estudos de viabilidade para a prática de espeoleologia na região da Serra da Bodoquena; 10. Construir e equipar o receptivo para as grutas pertencentes ao monumento natural da Gruta do Lago Azul e Nossa Senhora Aparecida; 11. Elaboração do Plano Estadual de Estradas Turísticas, tendo a MS-178, como projeto-piloto; 12. Implantação do Plano Estadual de Estradas Turísticas, tendo a MS-178, como projeto-piloto; 13. Elaboração de estudos e projetos para a implantação do Parque da Biodiversidade, na região da Serra da Bodoquena; 14. Implantação do projeto de criação do Parque da Biodiversidade da Região da Serra da Bodoquena;

Componente 1 – Estratégia de Produto Turístico.
Estratégia 2 - Fortalecimento do segmento de ecoturismo.
Ações
1. Regularização dos empreendimentos de turismo quanto ao licenciamento ambiental; 2. Criação de mecanismos de certificação dos produtos turísticos da Serra da Bodoquena; 3. Criação e divulgação de um portfólio de oportunidades de investimentos no turismo na região; 4. Estimular a criação de leis de incentivos fiscais para empreendedores turísticos; 5. Estabelecimento de critérios socioambientais para o investimento privado no polo; 6. Fomento à iniciativa privada com o intuito de promover e divulgar as condições dos serviços financeiros e do crédito, estimulando e direcionando formas inovadoras de acesso aos recursos; 7. Criação de programas de capacitação profissional para o turismo, em parceria com o setor privado, de acordo com as necessidades e demandas crescentes do mercado, com a inclusão de pessoas com necessidades especiais; 8. Elaboração de termos de parceria público-privadas para a capacitação profissional do turismo; 9. Capacitação de novos guias de turismo para suprir a deficiência apresentada atualmente e para novas modalidades que surgirão.

Quadro 129 - Estratégia de comercialização: ações previstas.

Componente 2 – Estratégia de comercialização.
Estratégia - Desenvolvimento de estratégia de marketing turístico, buscando um posicionamento mercadológico.
Ações
1. Elaboração do plano de *marketing* turístico para a Serra da Bodoquena; 2. Implantação do plano de *marketing* turístico elaborado para a Serra da Bodoquena; 3. Desenvolvimento de políticas regionais de comercialização; 4. Realização de pesquisas sistemáticas do perfil de demanda real e potencial no polo; 5. Elaboração de projeto de um sistema de informações turísticas regional; 6. Implantação de um sistema de informações turísticas; 7. Realização de campanhas promocionais em conjunto com destinos complementares; 8. Captação de investidores para desenvolvimento de ações visando ao desenvolvimento de negócios relacionados ao turismo; 9. Promover campanhas para facilitar aos prestadores de serviços turísticos o acesso aos canais de divulgação de seus produtos; 10. Elaboração de programa de captação de eventos; 11. Realização de campanhas com o intuito de divulgar o turismo regional; 12. Realização de *famtours* e *presstrips,* para divulgação de novos produtos e roteiros do polo; 13. Fomento ao turismo regional, especialmente, a atração de turistas latino-americanos.

Quadro 130 – Fortalecimento institucional: ações previstas.

Componente 3 – Fortalecimento institucional.
Estratégia - Modernizar a estrutura administrativa do polo, visando o fortalecimento da gestão do turismo.
Ações
1. Implementação do Plano de Fortalecimento Institucional do município de Jardim; 2. Elaboração do Plano de Fortalecimento Institucional do município de Bonito; 3. Implementação do Plano de Fortalecimento Institucional do município de Bonito; 4. Readequação do Plano de Fortalecimento Institucional do município de Bodoquena; 5. Implementação do Plano de Fortalecimento Institucional do município de Bodoquena; 6. Readequação do Plano Diretor do município de Bodoquena; 7. Readequação do Plano Diretor do município de Jardim; 8. Elaboração do Plano de Fortalecimento Institucional do órgão oficial de meio ambiente do estado; 9. Implementação do Plano de Fortalecimento Institucional do órgão oficial de meio ambiente do estado; 10. Promover ações de sensibilização do empresariado e da comunidade para a atividade turística; 11. Criar programas de capacitação empresarial; 12. Promover a integração entre os setores público e privado.

Quadro 131 – Infraestrutura e serviços básicos: ações previstas.

Componente 4 – Infraestrutura e serviços básicos.
Estratégia - Melhoria da infraestrutura turística e dos serviços básicos do polo.
Ações
1. Implantação do projeto de drenagem do município de Jardim; 2. Implantação do projeto de drenagem do município de Bodoquena; 3. Elaborar programa de monitoramento da rede de esgotamento sanitário no polo; 4. Implantar programa de monitoramento da rede de esgotamento sanitário no polo; 5. Implantar o projeto de esgotamento sanitário do município de Jardim; 6. Elaboração do projeto de aterro sanitário do município de Bodoquena; 7. Construção do aterro sanitário do município de Bodoquena; 8. Elaboração do projeto de uma UPL para o município de Bodoquena; 9. Construção de UPL no município de Bodoquena; 10. Elaborar projeto de redução do índice de perdas na distribuição de água potável nos municípios do polo; 11. Implantação do projeto de redução do índice de perdas na distribuição de água potável nos municípios do polo; 12. Elaborar projeto para redução do grau de dureza da água; 13. Implantar projeto para redução do grau de dureza da água; 14. Elaboração de estudo hidrogeológico dos municípios do polo; 15. Implantação do estudo hidrogeológico dos municípios do polo; 16. Elaboração de projeto básico e executivo para construção do posto da Polícia Militar Ambiental na MS-178, entre Bonito e Bodoquena, para atender ao polo; 17. Construção do posto de fiscalização da Polícia Militar Ambiental na MS-178, entre Bonito e Bodoquena, para atender ao polo; 18. Elaboração de projeto básico e executivo do minianel rodoviário para a cidade de Bonito; 19. Construção do minianel rodoviário para a cidade de Bonito; 20. Elaboração de projeto básico e executivo de pavimentação da MS-178, no trecho que compreende o município de Jardim e Bonito; 21. Pavimentação da MS-178 no trecho Bonito-Bodoquena 22. Elaboração de projeto de sinalização turística para o polo; 23. Implantação de projeto de sinalização turística para o polo;

Quadro 132 – Gestão ambiental: ações previstas.

Componente 5 – Gestão ambiental.
Estratégia - Melhoria da qualidade ambiental da área turística.
Ações
1. Elaborar plano para ampliação da rede de monitoramento e fiscalização da qualidade da água para as sub-bacias importantes para o turismo no polo; 2. Implantar plano para ampliação da rede de monitoramento e fiscalização da qualidade da água para as sub-bacias importantes para o turismo no polo; 3. Elaboração do Sistema de Ordenamento Ambiental das sub-bacias importantes para o turismo no polo; 4. Implantação do Sistema de Ordenamento Ambiental das sub-bacias importantes para o turismo no polo; 5. Elaboração de Sistema de Manejo da Visitação - SMV, para os atrativos turísticos da Serra da Bodoquena; 6. Implantação de Sistema de Manejo da Visitação - SMV, para os atrativos turísticos da Serra da Bodoquena; 7. Elaboração de Programa de Gestão e Manejo de Unidades de Conservação; **8.** Elaboração do Programa Estadual de Apoio às Reservas Particulares do Patrimônio Natural; 9. Elaboração da Avaliação Ambiental Estratégica (AAE); 10. Implantação da Avaliação Ambiental Estratégica (AAE); 11. Elaboração do Plano Regional Estratégico de Gestão Ambiental; 12. Implantação do Plano Regional Estratégico de Gestão Ambiental; 13. Elaboração de Programa de Educação Ambiental para o Polo; 14. Implantação do Programa de Educação Ambiental para o Polo; 15. Revisão do arcabouço legal do meio ambiente dos três municípios do polo; 16. Elaboração da Agenda 21 Regional; 17. Elaboração do Plano Integrado de Gestão de Resíduos Sólidos para o Polo; 18. Implantação do Plano Integrado de Gestão de Resíduos Sólidos para o Polo.

6.1.2. Relação das estratégias com as ações e os objetivos

COMPONENTE 1 – ESTRATÉGIA DE PRODUTO TURÍSTICO	
SWOT	**PRODUTOS E ATRATIVOS TURÍSTICOS** FORÇAS Existência de estoque considerável de atrativos ainda não explorados turisticamente. OPORTUNIDADES Reconhecimento nacional e internacional. Crescente interesse mundial pelo turismo de natureza e ecoturismo. Criação do Parque Nacional da Serra da Bodoquena. Chancela da UNESCO para criação do GEOPARK. FRAGILIDADES Grande quantidade de produtos similares. Concentração de produtos em Bonito. AMEAÇAS Desenvolvimento de destinos concorrentes.
Objetivo Geral	Ampliar, estruturar e diversificar a oferta turística do Polo Serra da Bodoquena.
Objetivo Específico	Diversificar os segmentos turísticos do polo e aumentar o número de atrativos.
Estratégia	E.1 - Diversificação da oferta de produtos e serviços turísticos do polo, a partir do potencial do ecoturismo.
Ações	▪ Elaboração de projeto para estruturação do Geopark. ▪ Implantação do projeto para estruturação do Geopark. ▪ Criação de roteiro turístico geocultural. ▪ Implantação de roteiro turístico geocultural. ▪ Elaboração de projeto do Centro de Referência em Geohistória, em Bonito. ▪ Implantação do Centro de Referência em Geohistória, em Bonito. ▪ Realização de estudos de viabilidade para implantação do turismo de base comunitária nos assentamentos existentes em Bodoquena. ▪ Realização de estudos de viabilidade para implantação do produto cultural Retirada da Laguna, em Jardim. ▪ Elaboração de estudos de viabilidade para a prática de espeoleologia na região da Serra da Bodoquena. ▪ Construir e equipar o receptivo para as grutas pertencentes ao monumento natural da Gruta do Lago Azul e Nossa Senhora Aparecida. ▪ Elaboração do Plano Estadual de Estradas Turísticas, tendo a MS-178 como projeto-piloto. ▪ Implantação do Plano Estadual de Estradas Turísticas, tendo a MS-178 como projeto-piloto. ▪ Elaboração de estudos e projetos para a implantação do Parque da Biodiversidade, na região da Serra da Bodoquena. ▪ Implantação do projeto de criação do Parque da Biodiversidade, da região da Serra da Bodoquena.

Detalhamento das ações	
Objetivo	Aproveitar as diferentes formas de turismo já identificadas e consideradas com potencial de desenvolvimento econômico na região da Serra da Bodoquena, com o intuito de ofertar novos nichos de mercado à comunidade científica mundial e à visitação turística, com fins educacionais, científicos, culturais e conservacionistas.
Justificativa	Considerando que a região tem grande potencialidade para explorar, principalmente na questão cultural e científica, e considerando a valorização internacional do patrimônio natural, cultural e científico, isso pode reabilitar a imagem da própria região e pode ser um fator relevante de recuperação da autoestima da população, no que tange às questões de resgate da história existente na localidade. A existência na região de vários estabelecimentos de ensino superior de conhecimento cientifico e tecnológico, simboliza a garantia de que a valorização do patrimônio tenha efeitos no desenvolvimento da região e o significativo peso dos grupos etários mais jovens, com grande capacidade criativa e de adaptação. A criação do Geopark, assim como o Parque da Biodiversidade, representa um valor imensurável, uma vez que chancela para a comunidade científica nacional e internacional sítios geológicos protegidos. A Retirada da Laguna é considerada pelo Exército a maior retirada bélica de todos os tempos. Já foi levantada a história, mas falta estruturar o atrativo. É preciso criar roteiros que envolvam essas potencialidades, precisa de guias formados, aptos a contarem a história com conhecimento. Em relação à linha de produtos relacionados aos segmentos do turismo técnico-científico, espeleologia e outros, considera-se que são segmentos potenciais e, nesse sentido, é preciso avaliar detidamente quais os produtos que podem ser criados e desenvolvidos para explorar esses segmentos. A MS-178, no trecho que liga Bonito-Bodoquena, situa-se numa área de grande interesse ambiental, do ponto de vista do desenvolvimento sustentável do Estado de Mato Grosso do Sul. Atualmente, está sendo pavimentada a MS-178, rodovia que liga a região da Serra da Bodoquena ao Pantanal, dando fim ao ponto de estrangulamento que existia na interligação das três regiões turísticas que compõe a Rota Pantanal-Bonito: Campo Grande – Serra da Bodoquena – Pantanal ou Campo Grande – Pantanal – Serra da Bodoquena. O traçado da Rodovia MS-178 acompanha paralelamente, e à distância, os contornos de limite leste da área do Parque da Serra da Bodoquena, e liga dois grandes biomas: Pantanal e Planalto da Bodoquena, e a estrada turística contribuirá para o desenvolvimento da atividade econômica do turismo, proporcionando a consolidação de novos produtos, onde a sustentabilidade ambiental será alcançada com a execução das ações propostas no Plano Básico Ambiental, elaborado para a sua pavimentação. A infraestrutura turística, que vem sendo implantada na região nos últimos anos, experimenta um crescimento contínuo da demanda e instalação de novos empreendimentos, tais como pousadas e outros estabelecimentos de serviços. A rodovia, por atravessar uma região com belíssimas paisagens naturais, propiciará que os usuários desfrutem do contato com a natureza e esta possa ser conservada. A execução desta ação representa oportunidade para o desenvolvimento do turismo sustentável e da possibilidade de crescimento e integração da região em bases conservacionistas.
Descrição das ações	▪ Trabalhar ativamente com o comitê gestor do Geopark Bodoquena-Pantanal, no sentido de planejar as ações que vão estruturar o Geopark e apoiar o comitê nas ações demandadas por ele, com expectativa de receber a chancela da UNESCO.

	▪ Trabalhar com a FUNDTUR/MS, no sentido de criar e implantar o Roteiro Turístico Geocultural em geossítios selecionados.
	▪ Elaborar projeto e construir um Centro de Referência em Geohistória, em Bonito.
	▪ Elaborar estudo de viabilidade para introdução do Roteiro Cultural "Retirada da Laguna".
	▪ Elaborar estudo de viabilidade para a prática de espeleologia na região da Serra da Bodoquena, levando em consideração o potencial de 150 grutas e cavernas inexploradas catalogadas pelo Centro Nacional de Estudo, Proteção e Manejo de Cavernas - CECAV. ▪ Realização de audiência pública junto ao *trade* e comunidade em geral da região da Serra da Bodoquena, no sentido de eleger o referido trecho como estrada turística. Caso a audiência seja favorável, elaborar projeto básico e executivo, no sentido de dotá-la de atratividades tais como: portais de acesso, mirantes, serviços de informações, sinalização interpretativa e padronização dos acessos aos empreendimentos ao longo do trecho transformando essa rodovia em produto turístico, favorecendo a consolidação do roteiro citado, bem como a retomada da pavimentação do trecho que liga Jardim a Bonito, e ligando as duas extremidades pelo anel rodoviário no entorno da área urbana de Bonito.
Produtos	▪ Geopark e Parque da Biodiversidade estruturados para atividade turística.
	▪ Roteiros definidos e prontos para serem comercializados.
	▪ Centro de Referência construído nos moldes de outros centros de referências existentes.
	▪ Turismo de base comunitária implantado nos assentamentos de Bodoquena.
	▪ Produto cultural Retirada da Laguna implantado.
	▪ Estudo de viabilidade realizado, para introdução da prática de espeoleologia como mais um produto para o segmento de ecoturismo. ▪ Projeto básico e executivo para implantação do projeto-piloto, na MS-178.
Resultados	Novas modalidades de turismo ofertadas e novos nichos de mercado a serem explorados, oportunizando emprego/negócios na exploração turística destes novos empreendimentos, podendo beneficiar as comunidades locais.

COMPONENTE 1 – ESTRATÉGIA DE PRODUTO TURÍSTICO	
SWOT	**PROTEÇÃO AMBIENTAL DOS RECURSOS NATURAIS UTILIZADOS PELO TURISMO.** **GESTÃO PÚBLICA E PRIVADA DO TURISMO** FORÇAS Bom estado de conservação dos ambientes explorados. 95% dos empreendimentos/atividades turísticas com o devido licenciamento ambiental. Consórcio Regional CIDEMA. Existência de universidades que oferecem cursos na área de turismo na região. FRAGILIDADES Turismo massificado nos balneários públicos e privados. Capacidade de visitação dos atrativos definida de forma empírica. Ocupação irregular das áreas de preservação permanente dos empreendimentos/atividades turísticas. Desarticulação das instituições das sociedades civis. Descontinuidade das políticas públicas. Pouco envolvimento da classe empresarial e política com as questões sociais. OPORTUNIDADES Liberação do uso público para fins turísticos do Parque Nacional da Serra da Bodoquena. Criação do Geopark Bodoquena-Pantanal. Existência de programas complementares tanto federal como estadual. Interesse da iniciativa privada em investir na região da Serra da Bodoquena. AMEAÇAS Degradação ambiental em função do aumento excessivo do fluxo turístico. Ocupação desordenada das áreas de entorno dos atrativos turísticos. Descontinuidade dos gestores públicos de turismo. Ausência de política adequada ao turismo.

Objetivo Geral	Ampliar, estruturar e diversificar a oferta turística do Polo Serra da Bodoquena.
Objetivo Específico	Diversificar os segmentos turísticos do polo e aumentar o número de atrativos.
Estratégia	**E.2 – Fortalecimento do segmento de ecoturismo**
Ações	▪ Regularização dos empreendimentos de turismo quanto ao licenciamento ambiental. ▪ Criação de mecanismos de certificação dos produtos turísticos da Serra da Bodoquena. ▪ Criação e divulgação de um portfólio de oportunidades de investimentos no turismo na região. ▪ Estimular a criação de leis de incentivos fiscais para empreendedores turísticos. ▪ Estabelecimento de critérios socioambientais para o investimento privado no polo. ▪ Fomento à iniciativa privada com o intuito de promover e divulgar as condições dos serviços financeiros e do crédito, estimulando e direcionando formas inovadoras de acesso aos recursos. ▪ Criação de programas de capacitação profissional para o turismo, em parceria com o setor privado, de acordo com as necessidades e demandas crescentes do mercado, com a inclusão de pessoas com necessidades especiais. ▪ Elaboração de termos de parceria público-privadas, para a capacitação profissional do turismo. ▪ Capacitação de novos guias de turismo para suprir a deficiência apresentada atualmente e para novas modalidades, que surgirão.
Detalhamento das ações	
Objetivo	Promover a qualidade da oferta turística do polo, considerando a satisfação do turista, a preservação do território e a sustentabilidade dos empreendimentos turísticos. Referenciar o mercado e os consumidores nas decisões de compra, como também estimular a adoção de boas práticas, contribuindo para a elevação do padrão de qualidade de serviços e produtos do segmento turístico, sendo disseminado como ferramenta da busca pela excelência na prestação dos serviços.
Justificativa	A qualidade dos produtos turísticos está associada à qualificação dos serviços prestados e ao padrão de qualidade desejado, que deve estar referenciado na satisfação dos consumidores e nos pressupostos do turismo sustentável, o que implica estabelecer uma política que estimule a melhoria contínua da qualidade e da segurança dos serviços prestados, principalmente no que tange à regularização dos empreendimentos de turismo. Os processos de certificação do turismo cumprem uma valiosa função na identificação da sustentabilidade da atividade, por estimular maior responsabilidade e competitividade para o mercado.

Descrição das ações	Realizar levantamento com o intuito de suprir o IMASUL de dados destes empreendimentos, com um retrato daqueles empreendimentos que estão operando com e sem licença, quantos estão em processo de licenciamento, e qual o tipo de licença (LP, LI, LO), tendo como resultado o controle a fiscalização e o monitoramento, evitando danos a paisagem, degradação e poluição dos recursos naturais.
	Realização de estudos, diagnósticos de impacto e pesquisas de demanda por certificação de empreendimentos, equipamentos, produtos e profissionais do setor turístico; realização de promoção e disseminação de informações referentes às boas práticas e certificação de empreendimentos, equipamentos, produtos e profissionais do setor turístico; elaboração e revisão de normas técnicas que contemplem requisitos mínimos de empreendimentos, equipamentos, produtos e competência profissional do setor turístico; avaliação e certificação de empreendimentos, equipamentos, produtos e profissionais do setor turístico. Como ferramenta de *marketing* para serviços ou atividades relacionadas ao turismo, a criação de um Selo de Turismo proporcionará credibilidade internacional aos roteiros oferecidos. Isso se deve à relação e ao compromisso da qualidade do produto e de seus serviços com os mecanismos de valorização dos atrativos nacionais, de proteção do patrimônio natural, histórico e cultural e de geração de benefícios para as populações anfitriãs.
Produtos	Levantamento dos empreendimentos de turismo quanto ao licenciamento ambiental. Mecanismos de certificação dos produtos turísticos da Serra da Bodoquena.
Resultados	Empreendimentos turísticos regularizados quanto ao licenciamento ambiental e Selo de Qualidade no turismo criado e implantado.

COMPONENTE 2 – ESTRATÉGIA DE COMERCIALIZAÇÃO	
SWOT	**PROMOÇÃO E DIVULGAÇAO** **GESTÃO PÚBLICA E PRIVADA DO TURISMO** FORÇAS Grande oferta de produtos com alto grau de atratividade. Singularidade em relação a outros atrativos. Abundância de atrativos turísticos na região. Conselhos municipais organizados. Existência de secretaria de turismo em Bonito e em Bodoquena e assessoria em Jardim. Existência de *Voucher* único, em Bonito. Existência de universidades que oferecem cursos na área de turismo na região. Existência de parcerias entre alguns segmentos organizados. OPORTUNIDADES Reconhecimento em nível internacional das belezas e singularidade do produto turístico da região. Tendência mundial de valorização do ecoturismo. Grande estoque de atrativos disponíveis. Oportunidade promocional de roteiro integrado com Foz do Iguaçu e Pantanal. Possibilidade de ordenar o crescimento, preservando o meio ambiente e os atrativos turísticos. Existência de programas complementares tanto federal como estadual. Plano de Fortalecimento Institucional de Jardim elaborado. FRAGILIDADES: Marginalização dos pequenos empresários no material promocional. Exclusão dos atrativos de menor porte em eventos, feiras e congressos. Falta de estratégia de *marketing* em todos os níveis. Ausência de informações consistentes sobre fluxo, perfil, e demanda turística. Qualificação de pessoal deficiente. AMEAÇAS Desarticulação entre os componentes do *trade*. Ocupação desordenada das áreas de entorno dos atrativos turísticos. Descontinuidade dos gestores públicos de turismo. Ausência de política adequada ao turismo.

Objetivo Geral	Consolidar o polo como destino turístico integrado, sustentável e de qualidade internacional.
Objetivo Específico	Promover o aumento dos níveis de competitividade do Polo Serra da Bodoquena no mercado turístico internacional.
Estratégia	**E.1 – Desenvolvimento de estratégia de marketing turístico, buscando um posicionamento mercadológico**.
Ações	▪ Elaboração do plano de *marketing* turístico para a Serra da Bodoquena; ▪ Implantação do plano de *marketing* turístico elaborado para a Serra da Bodoquena; ▪ Desenvolvimento de políticas regionais de comercialização; ▪ Realização de pesquisas sistemáticas do perfil de demanda real e potencial no polo; ▪ Elaboração de projeto de um sistema de informações turísticas regional; ▪ Implantação de um sistema de informações turísticas; ▪ Realização de campanhas promocionais em conjunto com destinos complementares; ▪ Captação de investidores para desenvolvimento de ações visando ao desenvolvimento de negócios relacionados ao turismo; ▪ Promover campanhas para facilitar aos prestadores de serviços turísticos o acesso aos canais de divulgação de seus produtos; ▪ Elaboração de programa de captação de eventos; ▪ Realização de campanhas com o intuito de divulgar o turismo regional; ▪ Realização de *famtours* e *presstrips,* para divulgação de novos produtos e roteiros do polo; ▪ Fomento ao turismo regional, especialmente, a atração de turistas latino-americanos
Detalhamento das ações	
Objetivo	Analisar o potencial do mercado, o produto e os possíveis clientes, estimando a demanda turística e propondo formas eficazes de comunicação com o mercado, detectando as preferências do público e oferecendo informações que estimulem e despertem no turista o desejo de conhecer a região. Estabelecer diretrizes, estratégias e ações que viabilizem a melhoria das condições de competitividade do município perante o mercado regional e nacional, como intuito de aumentar o fluxo turístico. O objetivo final da atividade do *marketing* turístico é promover a satisfação do turista e a obtenção dos lucros desejados pela localidade, respeitados os princípios do desenvolvimento sustentável, além de gerar a entrada de divisas estrangeiras no país e a injeção de capital e de dinheiro na economia local. Atrair turistas dos países vizinhos latino-americanos

Justificativa	Para que se possam estabelecer mecanismos para a ampliação do fluxo turístico, principalmente o internacional, é proposta a estratégia de "Desenvolver e implantar Plano de *Marketing* para o Polo". Para isso, é necessária a elaboração do plano de *marketing*, o qual possibilitará a identificação de nichos de mercado de interesse, a articulação com operadoras especializadas em turismo de natureza e ecoturismo, a captação de novos segmentos turísticos, além de outras ações. Acredita-se que à medida que os atrativos turísticos forem sendo explorados (produtos) e a infraestrutura turística implementada, um plano de *marketing* responsável possibilitará um crescimento gradativo de longo prazo, de forma harmônica entre a oferta e a demanda. O plano de *marketing* pode servir como uma estratégia de desenvolvimento do setor de turismo sustentável. O turismo regional da América Latina representa 44% do turismo internacional. Por essa razão, as estratégias de comercialização devem explorar esse potencial.
Descrição das ações	▪ Elaboração do plano de *marketing* turístico elaborado para a Serra da Bodoquena. ▪ Implementar o plano de *marketing* que se encontra em processo licitatório, pelo PRODETUR/MS. ▪ Buscar na FUNDTUR, e *trade* turístico, as políticas existentes para o *marketing*, detectar suas fragilidades e gargalos e implementar políticas de comercialização, no intuito de otimizar a ação de promoção, fazendo um melhor uso dos recursos e acompanhamento dos resultados e melhorar o conhecimento que o mercado potencial tem sobre o destino, aumentando seu interesse pelo mesmo e facilitando a decisão de compra. ▪ Elaborar, junto à FUNDTUR, e *trade* turístico, o plano de investimentos para o plano de *marketing*, de forma que possa alcançar um posicionamento adequado no mercado consistente com as estratégias de desenvolvimento turístico estadual e nacional. ▪ Criar e implantar um sistema de informações turísticas para a gestão eficaz do polo. ▪ Realizar ações de *marketing* para consolidar o destino.
Produtos	1. Plano de *marketing* elaborado possibilitando o aumento no número de turistas, da permanência e do gasto médio diário no polo. 2. Definidas políticas regionais de comercialização. 3. Plano de investimentos elaborado. 4. Sistema de informações turísticas implantado.
Resultados	A integração de regiões turísticas, ofertando uma gama diversificada de experiências para o turista, possibilitando maior ocupação dos equipamentos turísticos, gerando renda e empregos.

COMPONENTE 3 – FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL	
SWOT	**GESTÃO PÚBLICA E PRIVADA DO TURISMO** FORÇAS Conselhos municipais organizados. Existência de secretaria de turismo em Bonito e em Bodoquena, e assessoria em Jardim. Existência de universidades que oferecem cursos na área de turismo na região. Existência de parcerias entre alguns segmentos organizados. OPORTUNIDADES Possibilidade de ordenar o crescimento preservando o meio ambiente e os atrativos turísticos. Existência de programas complementares tanto federal como estadual. Plano de Fortalecimento Institucional de Jardim elaborado. Plano Diretor de Bonito elaborado, em vias de aprovação pela Câmara Municipal. Plano Diretor de Jardim em fase de licitação. FRAGILIDADES Plano Diretor de Bodoquena elaborado somente para a área urbana. AMEAÇAS Ocupação desordenada da área de entorno dos atrativos turísticos.

Objetivo Geral	Fortalecer os mecanismos de governança e a gestão pública voltados ao turismo.
Objetivos Específicos	Coordenar as ações de políticas públicas e articular de forma convergente os investimentos públicos e privados.
	Promover a qualificação profissional e a capacitação continuada dos gestores públicos, das entidades de governança e dos atores do *trade,* para fortalecer o planejamento e a gestão compartilhada da atividade turística.
Estratégia	**E.1 – Modernizar a estrutura administrativa do polo, visando o fortalecimento da gestão do turismo**
Ações	▪ Implementação do Plano de Fortalecimento Institucional do município de Jardim. ▪ Elaboração do Plano de Fortalecimento Institucional do município de Bonito. ▪ Implementação do Plano de Fortalecimento Institucional do município de Bonito. ▪ Readequação do Plano de Fortalecimento Institucional do município de Bodoquena. ▪ Implementação do Plano de Fortalecimento Institucional do município de Bodoquena. ▪ Readequação do Plano Diretor do município de Bodoquena. ▪ Readequação do Plano Diretor do município de Jardim. ▪ Elaboração do Plano de Fortalecimento Institucional do órgão oficial de meio ambiente do estado. ▪ Implementação do Plano de Fortalecimento Institucional do órgão oficial de meio ambiente do estado. ▪ Promover ações de sensibilização do empresariado e da comunidade para a atividade turística. ▪ Criar programas de capacitação empresarial. ▪ Promover a integração entre os setores público e privado.
Detalhamento das ações	
Objetivo	Apoiar as administrações municipais na implementação dos seus respectivos planos diretores participativos, promovendo a organização, crescimento e o funcionamento da cidade, de modo a apoiar o processo de desenvolvimento sustentável do território, buscando parcerias entre a sociedade civil, empreendedores, poderes públicos e segmentos representativos para uma gestão democrática e participativa.
Justificativa	O plano diretor de um município tem como prerrogativa fundamental a garantia do exercício da autonomia do município, no que concerne o ordenamento físico-territorial e a regulação do crescimento e do desenvolvimento urbano. Isso significa que o município não abre mão da soberania na elaboração e implementação dos princípios da política urbana municipal, e das diretrizes de desenvolvimento urbano, sobre o território, bem como da responsabilidade pela elaboração, aprovação e aplicação da legislação que regulamenta o uso e a ocupação do seu território. A competência para legislar e promover o planejamento urbano, o ordenamento territorial e o controle do uso e da ocupação do solo, são atribuições do município, prevista na Constituição Federal, de 1988, nos termos do artigo 30. Além disso, a própria Constituição Federal, através dos artigos 182 e 183, atribuem ao município a competência para definir a sua política urbana, com os objetivos de garantir o pleno exercício das funções sociais da cidade e das propriedades urbanas e as condições dignas de habitabilidade, de bem-estar e de vida de sua população.

Descrição das ações	Readequar os planos já elaborados e elaborar os que ainda estão em fase de licitação e aquele que já tiver sido elaborado, que é o caso do município de Bonito, implementar e monitorar, mobilizando os três atores principais e cada um com suas respectivas responsabilidades, são elas: **Governo municipal:** • Implementação, avaliação e revisão das propostas do PDP; • Aplicação da lei municipal do PDP; • Divulgação dos conteúdos do PDP; • Capacitação de gestores públicos sobre o PDP; • Capacitação da sociedade civil sobre o PDP. **Conselhos gestores:** • Capacitação e divulgação dos conteúdos do PDP; • Monitoramento, fiscalização e avaliação da implementação e revisão do PDP junto com bases sociais;• Mediação de conflitos; • Conhecimento sobre o funcionamento do estado. **Sociedade civil**: • Atuação nos espaços de participação social; • Pressão para a implementação correta do PDP; • Monitoramento, fiscalização e avaliação da implementação e revisão do PDP junto com bases sociais; • Capacitação e divulgação dos conteúdos do PDP.
Produtos	Planos diretores dos três municípios elaborados, aprovados e implementados de acordo com projetos de leis aprovados.
Resultados	Os municípios terão um instrumento mobilizador de toda a comunidade, pois é ela quem define qual o tipo de destino turístico que ela deseja ver sua região transformada no futuro, já que é construído de forma ampla e participativa. A comunidade passa a ter iniciativas que reflitam valores, estilos de vida e o lado forte do turismo.

COMPONENTE 4 – INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS	
SWOT	**INFRAESTRUTURA BÁSICA** **ACESSIBILIDADE RODOVIÁRIA** FORÇAS Projeto de drenagem de águas pluviais de Bodoquena e Jardim elaborado. Drenagem de Bonito sendo solucionada pelo Ministério das Cidades, "Bonito-Melhor de Viver" e Programa Pró-Municípios. Município de Bonito com 96% de esgotamento sanitário implantado. Estação de tratamento de esgoto de Bonito uma das mais modernas do país, serve como modelo de tratamento de esgotos no Brasil. Estação de tratamento de esgoto de Bodoquena em fase de conclusão. Em Jardim, expectativa de que até 2011, 80% da população seja beneficiada com tratamento de esgoto. Bonito tem aterro sanitário e UPL. Aterro sanitário de Jardim, em fase de conclusão, vai atender também os municípios de Bonito e Bodoquena. Os municípios do polo são atendidos por 100% da coleta de resíduos sólidos. OPORTUNIDADES Investimentos do Projeto "Bonito – Melhor de Viver". Investimentos do Programa Pró-Municípios. FRAGILIDADES Atualmente, os municípios de Bodoquena e Jardim têm cobertura insuficiente de drenagem. O município de Bodoquena não possui projeto para construção de aterro sanitário. AMEAÇAS Aumento de doenças por veiculação hídrica nos alagamentos provenientes das chuvas. Disposição de resíduos sólidos, de forma inadequada.

Objetivo Geral	Melhorar a infraestrutura turística e de serviços básicos de apoio.
Objetivo Específico	Ampliar e melhorar a oferta de infraestrutura econômica, social e urbana no polo.
Estratégia	**E.1– Melhoria da infraestrutura turística e dos serviços básicos do polo**
Ações	▪ Implantação do projeto de drenagem do município de Jardim. ▪ Implantação do projeto de drenagem do município de Bodoquena. ▪ Elaborar programa de monitoramento da rede de esgotamento sanitário no polo. ▪ Implantar programa de monitoramento da rede de esgotamento sanitário no polo. ▪ Implantar o projeto de esgotamento sanitário do município de Jardim. ▪ Elaboração do projeto de aterro sanitário do município de Bodoquena. ▪ Construção do aterro sanitário do município de Bodoquena. ▪ Elaboração do projeto de uma UPL para o município de Bodoquena. ▪ Construção de UPL no município de Bodoquena. ▪ Elaborar projeto de redução do índice de perdas na distribuição de água potável nos municípios do polo. ▪ Implantação do projeto de redução do índice de perdas na distribuição de água potável nos municípios do polo. ▪ Elaborar projeto para redução do grau de dureza da água. ▪ Implantar projeto para redução do grau de dureza da água. ▪ Elaboração de estudo hidrogeológico dos municípios do polo. ▪ Implantação do estudo hidrogeológico dos municípios do polo. ▪ Elaboração de projeto básico e executivo para construção do posto da Polícia Militar Ambiental, na MS-178, entre Bonito e Bodoquena, para atender ao polo. ▪ Construção do posto de fiscalização da Polícia Militar Ambiental, na MS-178, entre Bonito e Bodoquena, para atender ao polo. ▪ Elaboração de projeto básico e executivo do minianel rodoviário para a cidade de Bonito. ▪ Construção do minianel rodoviário para a cidade de Bonito. ▪ Elaboração de projeto básico e executivo de pavimentação da MS-178, no trecho que compreende o município de Jardim e Bonito. ▪ Pavimentação da MS-178 no trecho Bonito-Bodoquena ▪ Elaboração de Projeto de Sinalização Turística para o polo. ▪ Implantação de Projeto de Sinalização Turística para o polo.
Detalhamento das ações	
Objetivo	Os projetos de drenagem visam à redução de doenças por veiculação hídrica, e, acima de tudo, proporcionar qualidade de vida à população, atendimento da demanda no período de alta temporada, gerando conforto e satisfação ao turista. Adequar o nível de cobertura do sistema de esgotamento sanitário, monitorar a população atendida, identificar áreas urbanas não atendidas e monitorar o grau de tratamento e pontos de lançamento dos efluentes Planejar ampliações e melhorias futuras no sistema de abastecimento de água da região da Serra da Bodoquena, tendo em vista o crescimento populacional (residente e flutuante) e atender a necessidade de redução e combate às perdas de água e do seu grau de dureza. Com o objetivo de preservar a cidade de Bonito dos Impactos negativos na estrutura urbana, que será inevitável pelo acréscimo do volume de tráfego pesado, quando da pavimentação da rodovia MS-178.
Justificativa	Dentre os serviços públicos básicos que um município deve ter contemplado, além da água tratada e canalizada, esgoto sanitário e destino final para a coleta do resíduo sólido, é a drenagem urbana. A

	drenagem superficial é um dos serviços essenciais, que, bem executado e mantido operante seus dispositivos, elevarão o nível da saúde da população beneficiada. A carência deste sistema no município de Bodoquena faz com que, em ocasiões de altos índices pluviométricos, ocorram alagamentos significativos em todo o centro urbano, conforme indicado nos estudos realizados para a elaboração do PDITS 2004. No município de Bonito, quando ocorrem grandes precipitações, parte da face sul da cidade fica inundada, gerando desconforto aos proprietários de imóveis e à população que precisa transpor estes locais. No município de Jardim, quatro bacias hidrográficas drenam as precipitações pluviométricas, que ocorrem na localidade, sendo que as inundações ocorrem na face sul e a deságua desde a face sudeste do município. A cidade é praticamente desprovida de um sistema adequado de drenagem; quando das altas precipitações, gera transtornos e inundações de pequenas proporções em área muito próxima à região central, região nobre e insalubre, tendo os rios Miranda e Cachoeirinha como corpos receptores das águas superficiais. No âmbito do PRODETUR, foi elaborado um projeto de drenagem urbana das águas pluviais para o município de Bodoquena. O projeto foi concebido com o objetivo de atender os principais problemas de drenagem da cidade, de forma a dar condições para que a rede alcance uma quantidade significativa da população, minimizando os efeitos de enchente no córrego João Augusto e empoçamento na área central, região da creche e da Viação. No município de Jardim, também foi elaborado um projeto de drenagem, que identificou a necessidade de atender três regiões na área urbana: a região da Vila Angélica e centro (Bacia Nordeste), a região da Vila Brasil e centro (Bacia Sudeste) e a região da Vila Panorama (Bacia Noroeste). O adequado tratamento do esgoto nos municípios do polo contribui para a melhoria da saúde e qualidade de vida das populações locais e contribui também para a preparação do polo para eventual expansão da atividade turística. Apesar de os índices do atendimento à população com abastecimento de água serem bons, é imprescindível planejar ampliações e melhorias futuras, tendo em vista o crescimento populacional (residente e flutuante) e a necessidade de redução e combate as perdas de água e do seu grau de dureza. O atendimento à população flutuante, principalmente na alta temporada, como a melhoria na qualidade de vida da população local, tem como ponto forte, a distribuição de água potável. Considerando o crescimento regional, motivado pela exploração do turismo, originou nos últimos 5 (cinco) anos um acréscimo de perfurações de poços tubulares profundos por parte da classe empresarial, principalmente da hoteleira. Como a produção de água subterrânea está relacionada à recarga dos aquíferos (fraturas), que estão condicionadas às precipitações pluviométricas, há necessidade de ser elaborado estudo hidrogeológico para a região. A melhoria na capacidade da operacionalidade nas sedes dos municípios pela empresa responsável, na captação, tratamento, reservação e distribuição, atenderá com eficácia a população, e a classe empresarial poderá atender de forma satisfatória àqueles que buscam a região para usufruir das particularidades oferecidas. Uma importante ação para propiciar maior segurança para a população local e para os turistas da região do polo seria a construção de um minianel no entorno de Bonito, retirando o tráfego pesado de dentro do centro urbano, pois, com a pavimentação de MS-178, esse município pode aumentar o fluxo de caminhões para transporte de cargas somado ao fluxo

	turístico
Descrição das ações	Implantação dos projetos elaborados pelo PRODETUR NACIONAL – MS. Elaboração e implantação de um programa de monitoramento da rede de esgotamento sanitário no polo. Aquisição e instalação de micromedidores da micromedição da gerência comercial, buscando reduzir perdas físicas e de faturamento relacionadas à precariedade da medição local. Estudos de dados climatológicos e hidrogeológico, mapeamento geológico e estrutural, avaliação qualitativa e quantitativa dos recursos subterrâneos, avaliação química, locação de novos poços, que deverão auxiliar na elaboração dos planos diretores e consequentemente na construção de novos empreendimentos. Construção de anel rodoviário, interligando a rodovia MS-178, trecho Bodoquena-Bonito, passando pela rodovia MS-345, e com o seu prolongamento que irá interceptar a BR-267. Com esse traçado ajudará no ordenamento da cidade. Pavimentação da MS-178.
Produtos	Projetos de Jardim e Bodoquena implantados. Programa de monitoramento da rede de esgotamento sanitário implantado. Projeto de esgotamento sanitário do município de Jardim implantado. Projeto de redução do índice de perdas na distribuição de água potável nos três municípios. Projeto de redução do grau de dureza. Projeto básico e executivo para o minianel. Projeto básico e executivo para a MS-178, no trecho Jardim-Bonito. Minianel implantado. MS-178 pavimentada, no trecho em questão.
Resultados	O resultado é a melhora de todo o sistema urbano, já que o sistema de drenagem faz parte do conjunto de melhoramentos públicos existentes em uma área urbana, assim como as redes de água, de esgotos sanitários, de cabos elétricos e telefônicos, além da iluminação pública, pavimentação de ruas, guias e passeios, parques, áreas de lazer, e outros. Em relação aos outros melhoramentos urbanos, o sistema de drenagem tem uma particularidade: o escoamento das águas das tormentas sempre ocorrerá independente de existir, ou não, sistema de drenagem adequado. Melhoria das condições de saúde e qualidade de vida das populações locais e dos turistas. Considerando que a região é altamente promissora para o desenvolvimento da atividade turística, há necessidade de garantir o abastecimento público dos municípios do polo, bem como servir de base para o planejamento urbano das cidades e contribuir para o gerenciamento dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos da região, considerando sua utilização e formas de preservação. O estudo hidrogeológico servirá para selecionar áreas para o abastecimento de consumo público, delimitando áreas próprias e impróprias para novas perfurações, localizando as regiões poluídas e possíveis fontes poluidoras do recurso subterrâneo, propondo ações regularizadoras; resguardando a recarga e o controle das reservas, tendo em vista o abastecimento público das cidades e a crescente demanda em função do turismo. Desvio do tráfego pesado do centro da cidade de Bonito, minimizando o fluxo de veículos após a pavimentação da MS-178, e da MS-345, proporcionando mais segurança aos turistas. Consolidação da ligação dos polos Bonito-Serra da Bodoquena e Pantanal.

COMPONENTE 5 – GESTÃO AMBIENTAL	
SWOT	**PROTEÇÃO AMBIENTAL DOS RECURSOS NATURAIS UTILIZADOS PELO TURISMO** FORÇAS Bom estado de conservação dos ambientes explorados. Controle da visitação dos principais produtos turísticos. Existência de unidades de conservação públicas e privadas. Bom nível de consciência do *trade* turístico quanto à importância da conservação dos recursos naturais. Iniciativas públicas e privadas para a conservação dos recursos naturais. OPORTUNIDADES Projeto de Uso Sustentável dos Recursos Naturais da Sub-bacia do Rio Formoso/GEF. Liberação do uso público para fins turísticos do Parque Nacional da Serra da Bodoquena. Criação do Geopark Bodoquena-Pantanal. FRAGILIDADES Turismo massificado nos balneários públicos e privados. Capacidade de visitação dos atrativos definida de forma empírica. Ocupação irregular das áreas de preservação permanente dos empreendimentos/atividades turísticas. Fiscalização e monitoramento insuficientes das atividades turísticas que se utilizam de recursos ambientais. AMEAÇAS Degradação ambiental em função do aumento excessivo do fluxo turístico.
Objetivo geral	Consolidar o polo como destino turístico integrado, sustentável e de qualidade internacional.
Objetivo Específico	Promover ações de sustentabilidade econômica e ambiental visando à melhoria da qualidade de vida da população local.
Estratégia	**E.1 – Melhoria da qualidade ambiental da área turística**

Ações	▪ Elaborar plano para ampliação da rede de monitoramento e fiscalização da qualidade da água para as sub-bacias importantes para o turismo no polo. ▪ Implantar plano para ampliação da rede de monitoramento e fiscalização da qualidade da água para as sub-bacias importantes para o turismo no polo. ▪ Elaboração do Sistema de Ordenamento Ambiental das sub-bacias importantes para o turismo no polo. ▪ Implantação do Sistema de Ordenamento Ambiental das sub-bacias importantes para o turismo no polo. ▪ Elaboração de Sistema de Manejo da Visitação - SMV, para os atrativos turísticos da Serra da Bodoquena. ▪ Implantação de Sistema de Manejo da Visitação - SMV, para os atrativos turísticos da Serra da Bodoquena. ▪ Elaboração de Programa de Gestão e Manejo de Unidades de Conservação. ▪ Elaboração do Programa Estadual de Apoio às Reservas Particulares do Patrimônio Natural. ▪ Elaboração da Avaliação Ambiental Estratégica (AAE). ▪ Implantação da Avaliação Ambiental Estratégica (AAE). ▪ Elaboração do Plano Regional Estratégico de Gestão Ambiental. ▪ Implantação do Plano Regional Estratégico de Gestão Ambiental. ▪ Elaboração de Programa de Educação Ambiental para o polo. ▪ Implantação do Programa de Educação Ambiental para o polo. ▪ Revisão do arcabouço legal do meio ambiente dos três municípios do polo. ▪ Elaboração da Agenda 21 Regional. ▪ Elaboração do Plano Integrado de Gestão de Resíduos Sólidos para o polo. ▪ Implantação do Plano Integrado de Gestão de Resíduos Sólidos para o polo.
Detalhamento das ações	
Objetivo	Minimizar a crescente ameaça sofrida pelos municípios do polo, advinda principalmente da descarga de esgotos domésticos, do solo, oriundo da erosão das terras, e da contaminação, resultantes da disposição inadequada de lixo nas proximidades dos pequenos cursos d'água urbanos. Aperfeiçoar e expandir as competências e a atuação do poder público municipal no que se refere à gestão do meio ambiente nos municípios da Serra da Bodoquena, e fortalecer institucionalmente os municípios do polo para o exercício autônomo e integrado da gestão ambiental local. Atualizar e aperfeiçoar os instrumentos de regulação da gestão ambiental nos municípios do Polo Serra da Bodoquena, à luz da política e de diretrizes municipais para o setor. Fortalecer institucionalmente os municípios do polo para o exercício autônomo e integrado da gestão ambiental.

Justificativa	Considerando a fragilidade do ambiente em questão, e a necessidade de proteção dos recursos naturais importantes, para que eles continuem a desempenhar sua função ambiental e a dar sustentabilidade às ações de turismo, verificou-se a necessidade do ordenamento ambiental dos empreendimentos turísticos como um todo, e das sub-bacias hidrográficas importantes para o turismo. Atividades industriais, agropecuárias e turísticas têm representado ameaças à qualidade dos recursos hídricos em geral, superficiais e subterrâneos. Entre as demandas para controle de qualidade das bacias importantes para o turismo, verifica-se a necessidade de adotar sistemas de tratamento de esgoto que atendam às especificidades locais, tendo em vista que as águas superficiais locais são utilizadas fundamentalmente para a recreação de contato primário. A elaboração do sistema de ordenamento ambiental deve procurar a integração aos processos de ordenamento e zoneamento territorial já existente na região e no estado, a coordenação das informações de forma eficiente, a inserção de parâmetros e programas de governo e a integração dos parâmetros com a avaliação dos efeitos da sociedade sobre o meio ambiente e do meio ambiente na sociedade, oferecendo prognósticos, alternativas para o desenvolvimento socioeconômico e a avaliação dos recursos naturais nestes cenários. A gestão territorial engloba um conjunto harmônico de ações para fortalecimento da gestão ambiental na região, dentre elas, a gestão e manejo de unidades de conservação e das RPPNs, para as áreas protegidas, que possuem regras próprias de uso e de manejo, com a finalidade própria de preservação e proteção de espécies vegetais ou animais, de tradições culturais, de belezas paisagísticas ou de fontes científicas, dependendo da categoria em que se enquadram. No documento do Ministério do Meio Ambiente (2004), diagnóstico da visitação em parques nacionais e estaduais, algumas indicações citadas pelos estados constituem subsídios fundamentais para a elaboração das diretrizes para a visitação. Dentre estas, se destacam o estudo da capacidade de suporte e controle do tamanho dos grupos e número de visitantes, além do estabelecimento de infraestrutura adequada e equipamentos para a realização das atividades de visitação. O turismo, baseado nos recursos naturais, focaliza principalmente a experiência e o aprendizado sobre a natureza: é gerido eticamente para manter um baixo impacto, não predatório e localmente orientado (controle, benefícios e escala). Ocorre tipicamente em áreas naturais, e deve contribuir para a conservação ou preservação destas. Corroborando com estas ações, a Elaboração da Avaliação Ambiental Estratégica – AAE, que é um instrumento que faculta a incorporação da dimensão ambiental de modo formal e sistemático no planejamento setorial e regional, pela realização de uma avaliação dos impactos ambientais gerados por conjuntos de ações-investimentos (políticas, planos e programas), que excede, portanto, a esfera de projetos isolados. A Avaliação Ambiental Estratégica, portanto, deve avaliar a qualidade do ambiente e das consequências de conjuntos de ações-investimentos, decorrentes de uma intenção planejada. O Código Municipal de Meio Ambiente, hoje em vigor nos municípios, de modo geral, apresenta-se como documento regulador da gestão setorial, com conteúdo bastante completo, abrangente e tecnicamente adequado. Entretanto, falta-lhe a base das definições estratégicas, que será aportada pelo Plano Estratégico de Gestão.

Descrição das ações	Fortalecer as estruturas municipais de meio ambiente e sensibilizar as comunidades para as questões do meio ambiente, tornando-as parceiras do processo de monitoramento ambiental. Realizar pesquisa com o IMASUL, sobre o tema Monitoramento da Qualidade das Águas, verificando o que está sendo feito e possível acompanhamento e elaborar termo de referência para o SOA (Sistema de Ordenamento Ambiental) e SMV (Sistema de Manejo da Visitação). Proceder a análise da situação atual, avaliar as potencialidades para expansão da gestão ambiental pelo polo e, ainda, identificar e implantar medidas nesta direção. Igualmente, gerir, de maneira integrada, os resíduos sólidos do polo, considerando as diretrizes ambientais para ele estabelecidas e a Política Nacional de Gestão de Resíduos Sólidos. Trata-se de proceder à revisão do Código Municipal de Meio Ambiente, tendo por base o Plano Municipal Estratégico de Gestão Ambiental, a ser elaborado, conforme E3, Ação n. 2 do COMPONENTE 5 – Gestão ambiental. Para a elaboração da Agenda 21 Regional nos municípios da Serra da Bodoquena, contemplando as ações propostas no passo a passo da Agenda 21 Local e Regional, disponibilizada pelo Ministério do Meio Ambiente, mobilizar um grupo de trabalho composto de agentes internos à administração municipal e representante da sociedade. Segue o cumprimento das seguintes etapas: mobilizar e sensibilizar o governo e a sociedade; criar um Fórum de Agenda 21 Regional; elaborar um diagnóstico participativo; elaborar, implementar, monitorar e avaliar um plano local de desenvolvimento sustentável.
Produtos	Índice de Qualidade da Água elevado. Sistema de Ordenamento Ambiental. Estudo do Sistema de Monitoramento da Visitação. Programa de Gestão e Manejo de UC. Programa Estadual de Apoio às Reservas Particulares do Patrimônio Natural. Elaboração da Avaliação Ambiental Estratégica (AAE). Plano Regional Estratégico de Gestão Ambiental elaborado. Programa de Educação Ambiental para o polo. Plano Integrado de Gestão de Resíduos Sólidos para o polo implantado. Código Municipal de Meio Ambiente readequado, de acordo com as necessidades locais. Fórum de Agenda 21 Regional instituído.
Resultados	Recursos hídricos protegidos e minimamente impactados. As municipalidades da região expandem sua atuação e assumem novas responsabilidades neste campo e promovem a cidadania ambiental por meio da construção de um plano local de desenvolvimento sustentável, em consonância com o Plano Regional Estratégico de Gestão Ambiental. A iniciativa de educação ambiental aumenta o comprometimento das comunidades do entorno em relação às questões ambientais. Minimizar e destinação adequada dos resíduos sólidos do polo. Eficiência na legislação ambiental. Promover a cidadania ambiental por meio da construção de um plano local de desenvolvimento sustentável (Agenda 21) em consonância com o Plano Regional Estratégico de Gestão Ambiental.

6.1.3. Relação das Ações, por município

Quadro 133 – Estratégia de produto turístico: investimento por ação e por município

Dólar = 1,67

Estratégias e Ações	Bonito	Bodoquena	Jardim	SB	Total Geral R$	Total Geral U$
Componente 1 - Estratégia de Produto Turístico						
E.1 - Diversificação da oferta de produtos e serviços turísticos do polo, a partir do potencial do ecoturismo						
Elaboração de projeto para estruturação do Geopark				200.000,00	200.000,00	119.760,48
Implantação do projeto para estruturação do Geopark				200.000,00	200.000,00	119.760,48
Criação de roteiro turístico Geo-cultural				100.000,00	100.000,00	59.880,24
Implantação de roteiro turístico Geo-cultural				50.000,00	50.000,00	29.940,12
Elaboração de Projeto do Centro de Referência em Geo-História em Bonito	1.000.000,00				1.000.000,00	598.802,40
Implantação do Centro de Referência em Geo-História em Bonito	7.420.000,00				7.420.000,00	4.443.113,77
Realização de estudos de viabilidade para implantação do turismo de base comunitária nos assentamentos existentes em Bodoquena		200.000,00			200.000,00	119.760,48
Realização de estudos de viabilidade para implantação do produto cultural Retirada da Laguna em Jardim			500.000,00		500.000,00	299.401,20
Elaboração de estudos de viabilidade para a prática de Espeleologia na região da Serra da Bodoquena				460.000,00	460.000,00	275.449,10
Construir e equipar o receptivo para as grutas pertencentes ao Monumento Natural da Gruta do Lago Azul e Nossa senhora Aparecida	300.000,00				300.000,00	179.640,72
Elaboração do Plano Estadual de Estradas Turísticas tendo a MS-178 como projeto-piloto				200.000,00	200.000,00	119.760,48
Implantação do Plano Estadual de Estradas Turísticas tendo a MS-178 como projeto-piloto				2.800.000,00	2.800.000,00	1.676.646,71
Elaboração de estudos e projetos para a imlantação do Parque da Biodiversidade na região da Serra da Bodoquena				1.000.000,00	1.000.000,00	598.802,40
Implantação do projeto de Criação do Parque da Biodiversidade na região da Serra da Bodoquena				11.000.000,00	11.000.000,00	6.586.826,35
SUB - TOTAL	**8.720.000,00**	**200.000,00**	**500.000,00**	**16.010.000,00**	**25.430.000,00**	**15.227.544,91**

Estratégias e Ações	Bonito	Bodoquena	Jardim	SB	Total Geral R$	Total Geral U$
Componente 1 - Estratégia de Produto Turístico						
E.2 - Fortalecimento do segmento de ecoturismo						
Regularização dos empreendimentos de turismo quanto ao licenciamento ambiental				700.000,00	700.000,00	419.161,68
Criação de mecanismo de certificação dos produtos turísticos da Serra da Bodoquena				350.000,00	350.000,00	209.580,84
Criação e divulgação de um *portfólio* de oportunidades de investimentos no turismo na região				800.000,00	800.000,00	479.041,92
Estimular a criação de leis de incentivos fiscais para empreendedores turísticos				350.000,00	350.000,00	209.580,84
Estabelecimento de critérios socioambientais para o investimento privado no Polo				250.000,00	250.000,00	149.700,60
Fomento à iniciativa privada com o intuito de promover e divulgar as condições dos serviços financeiros e do crédito, estimulando e direcionando formas inovadoras de acesso aos recursos.				250.000,00	250.000,00	149.700,60
Criação de programas de capacitação profissional para o turismo, em parceria com o setor privado, de acordo com as necessidades e demandas crescentes do mercado, com a inclusão de pessoas com necessidades especiais.				150.000,00	150.000,00	89.820,36
Elaboração de termos de parcerias público/privada para a capacitação profissional do turismo				350.000,00	350.000,00	209.580,84
Capacitação de novos guias de turismo para suprir a deficiência apresentada atualmente e para novas modalidades que surgirão				100.000,00	100.000,00	59.880,24
SUB - TOTAL	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**3.300.000,00**	**3.300.000,00**	**1.976.047,90**
TOTAL GERAL	**8.720.000,00**	**200.000,00**	**500.000,00**	**19.310.000,00**	**28.730.000,00**	**17.203.592,81**

Quadro 134 – Estratégias de comercialização: investimento por ação e por município

Estratégias e Ações	Bonito	Bodoquena	Jardim	SB	Total Geral R$	Total Geral U$
Componente 2 - Estratégias de Comercialização						
Estratégia - Desenvolvimento de Estratégia de Marketing turístico, buscando um osicionamento mercadológico						
Elaboração do Plano de Marketing para a Serra da Bodoquena				200.000,00	200.000,00	119.760,48
Implantação do Plano de *Marketing* Turístico elaborado para a Serra da Bodoquena				1.200.000,00	1.200.000,00	718.562,87
Desenvolvimento de políticas regionais de comercialização				200.000,00	200.000,00	119.760,48
Elaboração do Plano de investimentos para Plano de Marketing				150.000,00	150.000,00	89.820,36
Realização de pesquisas sistemáticas do perfil de demanda real e potencial no Polo				400.000,00	400.000,00	239.520,96
Elaboração de projeto de um sistema de informações turísticas regional				150.000,00	150.000,00	89.820,36
Implantação do sistema de informações turísticas				300.000,00	300.000,00	179.640,72
Realização de campanhas promocionais em conjunto com destinos complementares				2.196.000,00	2.196.000,00	1.314.970,06
Captação de investidores para desenvolvimento de ações visando o desenvolvimento de negócios relacionados ao turismo				630.000,00	630.000,00	377.245,51
Promover campanhas para facilitar aos prestadores de serviços turísicos o acesso aos canais de divulgação de seus produtos				300.000,00	300.000,00	179.640,72
Elaboração de programa de captação de eventos				1.600.000,00	1.600.000,00	958.083,83
Realização de campanhas com o intuito de divulgar o turismo regional				250.000,00	250.000,00	149.700,60
Fomento ao turismo regional, especialmente, a atração de turistas latino-americanos				300.000,00	300.000,00	179.640,72
Total geral	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**7.876.000,00**	**7.876.000,00**	**4.716.167,66**

Quadro 135 – Fortalecimento Institucional: investimento por ação e por município

Estratégias e Ações	Bonito	Bodoquena	Jardim	SB	Total Geral R$	Total Geral U$
Componente 3 - Fortalecimento Institucional						
Estratégia – Modernizar a estrutura administrativa do polo, visando o fortalecimento da Gestão do Turismo						
Implementação do Plano de Fortalecimento Institucional do município de Jardim			500.000,00		500.000,00	299.401,20
Elaboração do Plano de Fortalecimento Institucional do município de Bonito	200.000,00				200.000,00	119.760,48
Implementação do Plano de Fortalecimento Institucional do município de Bonito	500.000,00				500.000,00	299.401,20
Readequação do Plano de Fortalecimento Institucional do município de Bodoquena		200.000,00			200.000,00	119.760,48
Implementação do Plano de Fortalecimento Institucional do município de Bodoquena		500.000,00			500.000,00	299.401,20
Readequação do Plano Diretor do município de Bodoquena		250.000,00			250.000,00	149.700,60
Readequação do Plano Diretor do município de Jardim			250.000,00		250.000,00	149.700,60
Elaboração do Plano de Fortalecimento Institucional do órgão oficial de Meio Ambiente do Estado				200.000,00	200.000,00	119.760,48
Implementação do Plano de Fortalecimento Institucional do órgão oficial de Meio Ambiente do Estado				300.000,00	300.000,00	179.640,72
Promover ações de sensibilização do empresariado e da comunidade para a atividade turística				100.000,00	100.000,00	59.880,24
Criar programas de capacitação empresarial				50.000,00	50.000,00	29.940,12
Promover a integração entre os setores público e privado				50.000,00	50.000,00	29.940,12
TOTAL GERAL	**700.000,00**	**950.000,00**	**750.000,00**	**700.000,00**	**3.100.000,00**	**1.856.287,43**

Quadro 136 – Infraestrutura e serviços básicos: investimento por ação e por município

Estratégias e Ações	Bonito	Bodoquena	Jardim	SB	Total Geral R$	Total Geral U$
Componente 4 - Infraestrutura e Serviços Básicos						
Estratégia – Melhoria da infraestrutura turística e dos serviços básicos do pólo.						
Elaborar programa de monitoramento da rede de esgotamento sanitário no polo				200.000,00	200.000,00	119.760,48
Implantar programa de monitoramento da rede de esgotamento sanitário no polo				600.000,00	600.000,00	359.281,44
Implantar o projeto de esgotamento sanitário do município de Jardim			13.150.000,00		13.150.000,00	7.874.251,50
Implantação do projeto de drenagem do município de Jardim			8.500.000,00		8.500.000,00	5.089.820,36
Implantação do projeto de drenagem do município de Bodoquena		6.200.000,00			6.200.000,00	3.712.574,85
Elaboração do projeto de aterro sanitário do município de Bodoquena		500.000,00			500.000,00	299.401,20
Construção do aterro sanitário do município de Bodoquena		2.500.000,00			2.500.000,00	1.497.005,99
Elaboração do projeto de uma UPL para o município de Bodoquena		150.000,00			150.000,00	89.820,36
Construção de UPL no município de Bodoquena		600.000,00			600.000,00	359.281,44
Elaborar projeto de redução do indice de perdas na distribuição de água potável nos municípios do Polo				500.000,00	500.000,00	299.401,20
Implantação do projeto de redução do índice de perdas na distribuição de água potável nos municípios do Polo				2.500.000,00	2.500.000,00	1.497.005,99
Elaborar projeto para redução do grau de dureza da água				500.000,00	500.000,00	299.401,20
Implantar projeto para redução do grau de dureza da água				2.000.000,00	2.000.000,00	1.197.604,79
Elaboração de estudo hidrogeológico dos municípios do Polo				500.000,00	500.000,00	299.401,20
Implantação do estudo hidrogeológico dos municípios do Polo				5.000.000,00	5.000.000,00	2.994.011,98
Elaboração de projetos, básico e executivo, para construção do posto da Polícia Militar Ambiental na MS 178 entre Bonito e Bodoquena para atender ao polo.				1.500.000,00	1.500.000,00	898.203,59
Construção do posto da Polícia Militar Ambiental na MS 178 entre Bonito e Bodoquena para atender ao polo				300.000,00	300.000,00	179.640,72
Elaboração de projeto básico e executivo para construção do mini-anel rodoviário para a cidade de Bonito	300.000,00				300.000,00	179.640,72
Construção do mini-anel rodoviário para a cidade de Bonito	4.000.000,00				4.000.000,00	2.395.209,58
Elaboração de projeto básico e executivo de pavimentação da MS 178 no trecho que compreende o município de Jardim e Bonito				1.000.000,00	1.000.000,00	598.802,40
Pavimentação da MS 178 no trecho Bonito-Bodoquena				15.000.000,00	15.000.000,00	8.982.035,93
Elaboração de projeto de Sinalização Turística para o polo				350.000,00	350.000,00	209.580,84
Implantação de projeto de Sinalização Turística para o polo				800.000,00	800.000,00	479.041,92
TOTAL GERAL	**4.300.000,00**	**9.950.000,00**	**21.650.000,00**	**30.750.000,00**	**66.650.000,00**	**39.910.179,64**

Quadro 137 – Gestão ambiental: investimento por ação e por município

Estratégias e Ações	Bonito	Bodoquena	Jardim	SB	Total Geral R$	Total Geral U$
Componente 5 - Gestão Ambiental						
Estratégia - Melhoria da qualidade ambiental da Área Turística						
Elaborar plano para ampliação da rede de monitoramento e fiscalização da qualidade da água para as sub-bacias importantes para o turismo no Polo				600.000,00	600.000,00	359.281,44
Implantar plano para ampliação da rede de monitoramento e fiscalização da qualidade da água para as sub-bacias importantes para o turismo no Polo				1.000.000,00	1.000.000,00	598.802,40
Elaboração do Sistema de Ordenamento Ambiental das sub-bacias importantes para o turismo no Polo				300.000,00	300.000,00	179.640,72
Implantação do Sistema de Ordenamento Ambiental das sub-bacias importantes para o turismo no Polo				500.000,00	500.000,00	299.401,20
Elaboração de estudos para um Sistema de Manejo da Visitação - SMV, para os atrativos turísticos públicos da Serra da Bodoquena				500.000,00	500.000,00	299.401,20
Implantação de um Sistema de Manejo da Visitação - SMV, para os atrativos turísticos públicos da Serra da Bodoquena				800.000,00	800.000,00	479.041,92
Elaboração de Programa de gestão e manejo de Unidades de Conservação				350.000,00	350.000,00	209.580,84
Elaboração do Programa Estadual de Apoio as Reservas Particulares do Patrimônio Natural				350.000,00	350.000,00	209.580,84
Elaboração da Avaliação Ambiental Estratégica (AAE)				115.000,00	115.000,00	68.862,28
Implantação da Avaliação Ambiental Estratégica (AAE)				985.000,00	985.000,00	589.820,36
Elaboração do Plano Regional Estratégico de Gestão Ambiental.				300.000,00	300.000,00	179.640,72
Implantação do Plano Regional Estratégico de Gestão Ambiental				500.000,00	500.000,00	299.401,20
Elaboração de Programa de Educação Ambiental para o polo				50.000,00	50.000,00	29.940,12
Implantação do Programa de Educação Ambiental para o polo				100.000,00	100.000,00	59.880,24
Elaboração do Plano Integrado de Gestão de Resíduos Sólidos para o Polo				200.000,00	200.000,00	119.760,48
Implantação do Plano Integrado de Gestão de Resíduos Sólidos para o Polo				500.000,00	500.000,00	299.401,20
Revisão do arcabouço legal do Meio Ambiente dos três municípios do Polo				80.000,00	80.000,00	47.904,19
Elaboração da Agenda 21 Regional				200.000,00	200.000,00	119.760,48
TOTAL GERAL	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**7.430.000,00**	**7.430.000,00**	**4.449.101,80**

6.2. DIMENSIONAMENTO DO INVESTIMENTO TOTAL

6.2.1. Quadro de investimentos totais

Quadro 138 – Quadro de investimentos totais.

COMPONENTES	Bonito	Bodoquena	Jardim	SB	Valor R$ 1,00	Valor U$ 1,00
1. ESTRATÉGIA DE PRODUTO TURÍSTICO	8.720.000,00	200.000,00	500.000,00	19.310.000,00	28.730.000,00	17.203.592,81
2. ESTRATÉGIA DE COMERCIALIZAÇÃO	0,00	0,00	0,00	7.876.000,00	7.876.000,00	4.716.167,66
3. FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL	700.000,00	950.000,00	750.000,00	700.000,00	3.100.000,00	1.856.287,43
4. INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS	4.300.000,00	9.950.000,00	21.650.000,00	30.750.000,00	66.650.000,00	39.910.179,64
5. GESTÃO AMBIENTAL	0,00	0,00	0,00	7.430.000,00	7.430.000,00	4.449.101,80
TOTAL GERAL	13.720.000,00	11.100.000,00	22.900.000,00	66.066.000,00	113.786.000,00	68.135.329,34

6.2.2. - Avaliação da capacidade de pagamento

Considerando-se:

- A projeção do fluxo de turistas para o Polo Serra da Bodoquena durante o período de vigência do PDITS;
- O tempo médio de permanência do turista;
- O gasto médio individual por viagem e, consequentemente, o gasto médio diário;
- As condições de financiamento do BID;
- As condições para realização de operações de crédito do governo estadual com recursos do BID no âmbito do PRODETUR NACIONAL, estabelecidas pela Lei n. 3.582, de 21 de novembro de 2008;
- A projeção de um crescimento gradual de até 10% do fluxo de turistas até o quinto ano (ver item 4.1.2 do Diagnóstico Estratégico);
- A Taxa mínima de atratividade, ou taxa de desconto, de 12% a.a., para o cálculo dos indicadores econômico-financeiros (valor presente líquido e *payback* descontado) foi determinada pela equipe técnica da UCP/MS do PRODETUR e;
- A carga tributária estadual de 25,88% (variável que expressa a geração de receitas públicas estaduais):

A análise da viabilidade econômico-financeira do PDITS, sob a metodologia da equipe técnica da UCP/MS do PRODETUR, indica que a implantação do referido plano é viável e atrativa, pois, se considerado o investimento total de R$ 113.786.000,00, somando-se financiamento do BID e contrapartida do estado, tem-se como resultados: Valor Presente Líquido (VPL) de R$ 191.572.043,06, *Payback* descontado de 9,32 anos, e Taxa Interna de Retorno (TIR), de 20,64%.

Segundo a análise custo-benefício, quando o VPL>0, os benefícios superam os custos e a sociedade ganha com a execução do projeto. Os dados são apresentados resumidamente nas tabelas a seguir, e detalhadamente no excel anexo:

Quadro 139 – Estimativa de custo-benefício do PRODETUR/MS.

a) Ano	Desembolsos		Custos					Benefício Bruto	Benefício Líquido	
	b) Financiado	c) Contrapartida do Estado	d) Encargos Financeiros	e) Amortização	f) Taxa de Compromisso	g) Comissão de Inspeção e Supervisão	h) Custo Total (c+d+e+f+g)	i) Receita Bruta	j) Receita Líquida (i - h)	k) Receita Líquida Acumulada
2011	R$ 10.240.740,00	R$ 6.827.160,00	R$ 1.093.711,03	R$ 0,00	R$ 170.679,00	R$ 409.629,60	R$ 8.501.179,63	R$ 0,00	-R$ 8.501.179,63	-R$ 8.501.179,63
2012	R$ 20.481.480,00	R$ 13.654.320,00	R$ 3.281.133,10	R$ 0,00	R$ 145.077,15	R$ 409.629,60	R$ 17.490.159,85	R$ 0,00	-R$ 17.490.159,85	-R$ 25.991.339,48
2013	R$ 13.654.320,00	R$ 9.102.880,00	R$ 4.739.414,47	R$ 0,00	R$ 93.873,45	R$ 409.629,60	R$ 14.345.797,52	R$ 0,00	-R$ 14.345.797,52	-R$ 40.337.137,00
2014	R$ 13.654.320,00	R$ 9.102.880,00	R$ 6.197.695,85	R$ 0,00	R$ 59.737,65	R$ 409.629,60	R$ 15.769.943,10	R$ 0,00	-R$ 15.769.943,10	-R$ 56.107.080,10
2015	R$ 10.240.740,00	R$ 6.827.160,00	R$ 7.291.406,88	R$ 0,00	R$ 25.601,85	R$ 409.629,60	R$ 14.553.798,33	R$ 0,00	-R$ 14.553.798,33	-R$ 70.660.878,43
2016	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 7.291.406,88	R$ 3.413.580,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 10.704.986,88	R$ 92.359.268,65	R$ 81.654.281,77	R$ 10.993.403,35
2017	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 6.926.836,54	R$ 3.413.580,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 10.340.416,54	R$ 92.359.268,65	R$ 82.018.852,12	R$ 93.012.255,46
2018	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 6.562.266,19	R$ 3.413.580,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 9.975.846,19	R$ 92.359.268,65	R$ 82.383.422,46	R$ 175.395.677,92
2019	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 6.197.695,85	R$ 3.413.580,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 9.611.275,85	R$ 92.359.268,65	R$ 82.747.992,80	R$ 258.143.670,73
2020	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 5.833.125,50	R$ 3.413.580,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 9.246.705,50	R$ 92.359.268,65	R$ 83.112.563,15	R$ 341.256.233,87
2021	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 5.468.555,16	R$ 3.413.580,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 8.882.135,16	R$ 92.359.268,65	R$ 83.477.133,49	R$ 424.733.367,36
2022	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 5.103.984,82	R$ 3.413.580,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 8.517.564,82	R$ 92.359.268,65	R$ 83.841.703,84	R$ 508.575.071,20
2023	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 4.739.414,47	R$ 3.413.580,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 8.152.994,47	R$ 92.359.268,65	R$ 84.206.274,18	R$ 592.781.345,38
2024	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 4.374.844,13	R$ 3.413.580,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 7.788.424,13	R$ 92.359.268,65	R$ 84.570.844,52	R$ 677.352.189,90
2025	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 4.010.273,78	R$ 3.413.580,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 7.423.853,78	R$ 92.359.268,65	R$ 84.935.414,87	R$ 762.287.604,77
2026	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 3.645.703,44	R$ 3.413.580,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 7.059.283,44	R$ 92.359.268,65	R$ 85.299.985,21	R$ 847.587.589,98
2027	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 3.281.133,10	R$ 3.413.580,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 6.694.713,10	R$ 92.359.268,65	R$ 85.664.555,56	R$ 933.252.145,54
2028	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 2.916.562,75	R$ 3.413.580,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 6.330.142,75	R$ 92.359.268,65	R$ 86.029.125,90	R$ 1.019.281.271,44
2029	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 2.551.992,41	R$ 3.413.580,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 5.965.572,41	R$ 92.359.268,65	R$ 86.393.696,24	R$ 1.105.674.967,68
2030	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 2.187.422,06	R$ 3.413.580,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 5.601.002,06	R$ 92.359.268,65	R$ 86.758.266,59	R$ 1.192.433.234,27
2031	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 1.822.851,72	R$ 3.413.580,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 5.236.431,72	R$ 92.359.268,65	R$ 87.122.836,93	R$ 1.279.556.071,20
2032	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 1.458.281,38	R$ 3.413.580,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 4.871.861,38	R$ 92.359.268,65	R$ 87.487.407,28	R$ 1.367.043.478,48
2033	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 1.093.711,03	R$ 3.413.580,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 4.507.291,03	R$ 92.359.268,65	R$ 87.851.977,62	R$ 1.454.895.456,10
2034	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 729.140,69	R$ 3.413.580,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 4.142.720,69	R$ 92.359.268,65	R$ 88.216.547,96	R$ 1.543.112.004,06
2035	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 364.570,34	R$ 3.413.580,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 3.778.150,34	R$ 92.359.268,65	R$ 88.581.118,31	R$ 1.631.693.122,37
Totais (R$)	**R$ 68.271.600,00**	**R$ 45.514.400,00**	**R$ 99.163.133,57**	**R$ 68.271.600,00**	**R$ 494.969,10**	**R$ 2.048.148,00**	**R$ 215.492.250,66**	**R$ 1.847.185.373,03**	**R$ 1.631.693.122,37**	

Quadro 140 - Análise de viabilidade econômico-financeira.

ESPECIFICAÇÃO	INVESTIMENTO	ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	ANO 5	ANO 6
Investimento	-R$ 113.786.000,00						
Receita Bruta		R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 92.359.268,65
Custos Totais		R$ 8.501.179,63	R$ 17.490.159,85	R$ 14.345.797,52	R$ 15.769.943,10	R$ 14.553.798,33	R$ 10.704.986,88
Receita Líquida		-R$ 8.501.179,63	-R$ 17.490.159,85	-R$ 14.345.797,52	-R$ 15.769.943,10	-R$ 14.553.798,33	R$ 81.654.281,77
Margem Operacional		0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	88,4%
Payback - Descontado*	**9,32**						
VPL*	**R$ 191.572.043,06**						
TIR	**20,64%**						
*** Para calculo dos indices de retorno do capital (PAYBACK e VPL), foi admitida uma TMA de 12% ao ano definida pelo PRODETUR - UCP/MS.**							

ANO 7	ANO 8	ANO 9	ANO 10	ANO 11	ANO 12	ANO 13	ANO 14
R$ 92.359.268,65	R$ 92.359.268,65	R$ 92.359.268,65	R$ 92.359.268,65	R$ 92.359.268,65	R$ 92.359.268,65	R$ 92.359.268,65	R$ 92.359.268,65
R$ 10.340.416,54	R$ 9.975.846,19	R$ 9.611.275,85	R$ 9.246.705,50	R$ 8.882.135,16	R$ 8.517.564,82	R$ 8.152.994,47	R$ 7.788.424,13
R$ 82.018.852,12	R$ 82.383.422,46	R$ 82.747.992,80	R$ 83.112.563,15	R$ 83.477.133,49	R$ 83.841.703,84	R$ 84.206.274,18	R$ 84.570.844,52
88,8%	89,2%	89,6%	90,0%	90,4%	90,8%	91,2%	91,6%

ANO 15	ANO 16	ANO 17	ANO 18	ANO 19	ANO 20	ANO 21	ANO 22	ANO 23
R$ 92.359.268,65	R$ 92.359.268,65	R$ 92.359.268,65	R$ 92.359.268,65	R$ 92.359.268,65	R$ 92.359.268,65	R$ 92.359.268,65	R$ 92.359.268,65	R$ 92.359.268,65
R$ 7.423.853,78	R$ 7.059.283,44	R$ 6.694.713,10	R$ 6.330.142,75	R$ 5.965.572,41	R$ 5.601.002,06	R$ 5.236.431,72	R$ 4.871.861,38	R$ 4.507.291,03
R$ 84.935.414,87	R$ 85.299.985,21	R$ 85.664.555,56	R$ 86.029.125,90	R$ 86.393.696,24	R$ 86.758.266,59	R$ 87.122.836,93	R$ 87.487.407,28	R$ 87.851.977,62
92,0%	92,4%	92,8%	93,1%	93,5%	93,9%	94,3%	94,7%	95,1%

ANO 24	ANO 25
R$ 92.359.268,65	R$ 92.359.268,65
R$ 4.142.720,69	R$ 3.778.150,34
R$ 88.216.547,96	R$ 88.581.118,31
95,5%	95,9%

Os quadros a seguir apresentam as ações que circunscrevem-se no valor do empréstimo de US$ 50.000,00.

Quadro 141 – Ações limitadas ao empréstimo de US$ 50 milhões (dólar = R$ 1,67).

Estratégias e Ações	Bonito	Bodoquena	Jardim	SB	Total Geral R$	Total Geral U$
Componente 1 - Estratégia de Produto Turístico						
E.1 - Diversificação da oferta de produtos e serviços turísticos do polo, a partir do potencial do ecoturismo						
Elaboração de projeto para estruturação do Geopark				150.000,00	150.000,00	89.820,36
Implantação do projeto para estruturação do Geopark				300.000,00	300.000,00	179.640,72
Elaboração de Projeto do Centro de Referência em Geohistória em Bonito	1.000.000,00				1.000.000,00	598.802,40
Implantação do Centro de Referência em Geohistória em Bonito	5.420.000,00				5.420.000,00	3.245.508,98
Construir e equipar o receptivo para as grutas pertencentes ao Monumento Natural da Gruta do Lago Azul e Nossa senhora Aparecida.	300.000,00				300.000,00	179.640,72
Elaboração do Plano Estadual de Estradas Turísticas tendo a MS-178 como projeto-piloto.				500.000,00	500.000,00	299.401,20
Implantação do Plano Estadual de Estradas Turísticas tendo a MS-178 como projeto-piloto.				1.500.000,00	1.500.000,00	898.203,59
Elaboração de estudos e projetos para a implantação do Parque da Biodiversidade na região da Serra da Bodoquena				1.000.000,00	1.000.000,00	598.802,40
Implantação do projeto de Criação do Parque da Biodiversidade na região da Serra da Bodoquena				11.000.000,00	11.000.000,00	6.586.826,35
Elaboração de projeto de Sinalização Turística para o polo				350.000,00	350.000,00	209.580,84
Implantação de projeto de Sinalização Turística para o polo				800.000,00	800.000,00	479.041,92
SUB - TOTAL	**6.720.000,00**	**0,00**	**0,00**	**15.600.000,00**	**22.320.000,00**	**13.365.269,46**
E.2 - Fortalecimento do segmento de ecoturismo						
Capacitação de novos guias de turismo para suprir a deficiência apresentada atualmente e para novas modalidades que surgirão				100.000,00	100.000,00	59.880,24
Criação de programas de capacitação profissional para o turismo, em parceria com o setor privado, de acordo com as necessidades e demandas crescentes do mercado, com a inclusão de pessoas com necessidades especiais.				100.000,00	100.000,00	59.880,24
SUB - TOTAL				**200.000,00**	**200.000,00**	**119.760,48**
TOTAL GERAL	**6.720.000,00**	**0,00**	**0,00**	**15.800.000,00**	**22.520.000,00**	**13.485.029,94**

Estratégias e Ações	Bonito	Bodoquena	Jardim	SB	Total Geral R$	Total Geral U$
Componente 2 - Estratégias de Comercialização						
Estratégia - Desenvolvimento de Estratégia de Marketing turístico, buscando um posicionamento mercadológico						
Elaboração do Plano de *Marketing* para a Serra da Bodoquena				200.000,00	200.000,00	119.760,48
Implantação do Plano de *Marketing* Turístico elaborado para a Serra da Bodoquena				1.200.000,00	1.200.000,00	718.562,87
Desenvolvimento de políticas regionais de comercialização				200.000,00	200.000,00	119.760,48
Elaboração de projeto de um sistema de informações turísticas regional				150.000,00	150.000,00	89.820,36
Implantação de um sistema de informações turísticas				300.000,00	300.000,00	179.640,72
Realização de *famtours* e *presstrip* para divulgação de novos produtos e roteiros do polo				100.000,00	100.000,00	59.880,24
Fomento ao turismo regional, especialmente, a atração de turistas latino-americanos				300.000,00	300.000,00	179.640,72
Total geral				**2.450.000,00**	**2.450.000,00**	**1.467.065,87**

Estratégias e Ações	Bonito	Bodoquena	Jardim	SB	Total Geral R$	Total Geral U$
Componente 3 - Fortalecimento Institucional						
Estratégia – Modernizar a estrutura administrativa do polo, visando o fortalecimento da Gestão do Turismo						
Implementação do Plano de Fortalecimento Institucional do município de Jardim			500.000,00		500.000,00	299.401,20
Elaboração do Plano de Fortalecimento Institucional do município de Bonito	200.000,00				200.000,00	119.760,48
Implementação do Plano de Fortalecimento Institucional do município de Bonito	500.000,00				500.000,00	299.401,20
Readequação do Plano de Fortalecimento Institucional do município de Bodoquena		200.000,00			200.000,00	119.760,48
Implementação do Plano de Fortalecimento Institucional do município de Bodoquena		500.000,00			500.000,00	299.401,20
Readequação do Plano Diretor do município de Bodoquena		250.000,00			250.000,00	149.700,60
Readequação do Plano Diretor do município de Jardim			250.000,00		250.000,00	149.700,60
Elaboração do Plano de Fortalecimento Institucional do órgão oficial de Meio Ambiente do Estado				200.000,00	200.000,00	119.760,48
Implementação do Plano de Fortalecimento Institucional do órgão oficial de Meio Ambiente do Estado				300.000,00	300.000,00	179.640,72
TOTAL GERAL	**700.000,00**	**950.000,00**	**750.000,00**	**500.000,00**	**2.900.000,00**	**1.736.526,95**

Estratégias e Ações	Bonito	Bodoquena	Jardim	SB	Total Geral R$	Total Geral U$
Componente 4 - Infraestrutura e Serviços Básicos						
Estratégia – Melhoria da infraestrutura turística e dos serviços básicos do pólo.						
Implantação do projeto de drenagem do município de Jardim			7.175.000,00		7.175.000,00	4.296.407,19
Implantação do projeto de drenagem do município de Bodoquena		5.200.000,00			5.200.000,00	3.113.772,46
Elaboração do projeto de aterro sanitário do município de Bodoquena		500.000,00			500.000,00	299.401,20
Construção do aterro sanitário do município de Bodoquena		2.300.000,00			2.300.000,00	1.377.245,51
Elaboração do projeto de uma UPL para o município de Bodoquena		150.000,00			150.000,00	89.820,36
Construção de UPL no município de Bodoquena		600.000,00			600.000,00	359.281,44
Elaboração de estudo hidrogeológico dos municípios do Polo				500.000,00	500.000,00	299.401,20
Construção do posto de fiscalização da Polícia Militar Ambiental na MS 178 entre Bonito e Bodoquena para atender ao Polo				300.000,00	300.000,00	179.640,72
Elaboração de projeto básico e executivo para construção do mini-anel rodoviário para a cidade de Bonito	300.000,00				300.000,00	179.640,72
Construção do mini-anel rodoviário para a cidade de Bonito	4.000.000,00				4.000.000,00	2.395.209,58
Elaboração de projeto básico e executivo de pavimentação da MS 178 no trecho que compreende o município de Jardim e Bonito				1.000.000,00	1.000.000,00	598.802,40
Pavimentação da MS 178 no trecho que compreende o município de Jardim e Bonito.				15.000.000,00	15.000.000,00	8.982.035,93
Implantar o projeto de esgotamento sanitário do município de Jardim			13.150.000,00		13.150.000,00	7.874.251,50
TOTAL GERAL	**4.300.000,00**	**8.750.000,00**	**20.325.000,00**	**16.800.000,00**	**50.175.000,00**	**30.044.910,18**

Estratégias e Ações	Bonito	Bodoquena	Jardim	SB	Total Geral R$	Total Geral U$
Componente 5 - Gestão Ambiental						
Estratégia - Melhoria da qualidade ambiental da Área Turística						
Elaboração do Sistema de Ordenamento Ambiental das sub-bacias importantes para o turismo no Polo				300.000,00	300.000,00	179.640,72
Implantação do Sistema de Ordenamento Ambiental das sub-bacias importantes para o turismo no Polo				500.000,00	500.000,00	299.401,20
Elaboração de estudos para um Sistema de Manejo da Visitação - SMV, para os atrativos turísticos públicos da Serra da Bodoquena				500.000,00	500.000,00	299.401,20
Implantação de um Sistema de Manejo da Visitação - SMV, para os atrativos turísticos públicos da Serra da Bodoquena				800.000,00	800.000,00	479.041,92
Elaboração do programa de gestão e manejo de Unidades de Conservação				250.000,00	250.000,00	149.700,60
Elaboração da Avaliação Ambiental Estratégica (AAE).				300.000,00	300.000,00	179.640,72
Implantação da Avaliação Ambiental Estratégica (AAE)				800.000,00	800.000,00	479.041,92
Elaboração do Plano Regional Estratégico de Gestão Ambiental.				200.000,00	200.000,00	119.760,48
Implantação do Plano Regional Estratégico de Gestão Ambiental				500.000,00	500.000,00	299.401,20
Elaboração de Programa de Educação Ambiental para o polo				50.000,00	50.000,00	29.940,12
Implantação do Programa de Educação Ambiental para o polo				100.000,00	100.000,00	59.880,24
Elaboração do Plano Integrado de Gestão de Resíduos Sólidos para o polo				375.000,00	375.000,00	224.550,90
Implantação do Plano Integrado de Gestão de Resíduos Sólidos para o polo				500.000,00	500.000,00	299.401,20
Revisão do arcabouço legal do meio ambiente dos três municípios do polo				80.000,00	80.000,00	47.904,19
Elaboração da Agenda 21 regional				200.000,00	200.000,00	119.760,48
TOTAL GERAL	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**5.455.000,00**	**5.455.000,00**	**3.266.467,07**

COMPONENTES	Bonito	Bodoquena	Jardim	SB	Valor R$ 1,00	Valor U$ 1,00
1. ESTRATÉGIA DE PRODUTO TURÍSTICO	6.720.000,00	0,00	0,00	15.800.000,00	22.520.000,00	13.485.029,94
2. ESTRATÉGIA DE COMERCIALIZAÇÃO	0,00	0,00	0,00	2.450.000,00	2.450.000,00	1.467.065,87
3. FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL	700.000,00	950.000,00	750.000,00	500.000,00	2.900.000,00	1.736.526,95
4. INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS	4.300.000,00	8.750.000,00	20.325.000,00	16.800.000,00	50.175.000,00	30.044.910,18
5. GESTÃO AMBIENTAL	0,00	0,00	0,00	5.455.000,00	5.455.000,00	3.266.467,07
TOTAL GERAL	11.720.000,00	9.700.000,00	21.075.000,00	41.005.000,00	83.500.000,00	50.000.000,00

6.3. SELEÇÃO E PRIORIZAÇÃO DAS AÇÕES

6.3.1. Cronograma das ações para cinco anos

ESTRATÉGIAS	AÇÕES	MUNICÍPIOS	Ano1	Ano2	Ano3	Ano4	Ano5
E.1 - Diversificação da oferta de produtos e serviços turísticos do polo, a partir do potencial do ecoturismo **E.2** - Fortalecimento do segmento de ecoturismo	▪ Elaboração de projeto para estruturação do Geopark;	SB					
	▪ Implantação do projeto para estruturação do Geopark;	SB					
	▪ Criação de roteiro turístico geocultural;	SB					
	▪ Implantação de roteiro turístico geocultural;	SB					
	▪ Elaboração de projeto do Centro de Referência em Geohistória, em Bonito;	BONITO					
	▪ Implantação do Centro de Referência em Geohistória, em Bonito;	BONITO					
	▪ Realização de estudos de viabilidade para implantação do turismo de base comunitária nos assentamentos existentes em Bodoquena;	BODOQUENA					
	▪ Realização de estudos de viabilidade para implantação do produto cultural Retirada da Laguna, em Jardim;	JARDIM					
	▪ Elaboração de estudos de viabilidade para a prática de espeleologia na região da Serra da Bodoquena;	SB					
	▪ Construir e equipar o receptivo par as grutas pertencentes ao monumento natural da Gruta do Lago Azul e Nossa Senhora Aparecida;	BONITO					
	▪ Elaboração do Plano Estadual de Estradas Turísticas, tendo a MS-178, como projeto-piloto;	SB					
	▪ Implantação do Plano Estadual de Estradas Turísticas, tendo a MS-178, como projeto-piloto;	SB					
	▪ Regularização dos empreendimentos de turismo quanto ao licenciamento ambiental;	SB					
	▪ Criação de mecanismos de certificação dos produtos turísticos da Serra da Bodoquena;	SB					
	▪ Criação e divulgação de um portfólio de oportunidades de investimentos no turismo na região;	SB					
	▪ Criação de leis de incentivos fiscais para empreendedores turísticos;	SB					
	▪ Estabelecimento de critérios socioambientais para o investimento privado no polo.	SB					

ESTRATÉGIAS	AÇÕES	MUNICÍPIOS	Ano1	Ano2	Ano3	Ano4	Ano5
E.1 - Diversificação da oferta de produtos e serviços turísticos do polo, a partir do potencial do ecoturismo **E.2** - Fortalecimento do segmento de ecoturismo	▪ Fomento à iniciativa privada com o intuito de promover e divulgar as condições dos serviços financeiros e do crédito, estimulando e direcionando formas inovadoras de acesso aos recursos;	SB					
	▪ Elaboração de estudos e projetos para a implantação do Parque da Biodiversidade, na região da Serra da Bodoquena;	SB					
	▪ Implantação do projeto de criação do Parque da Biodiversidade, da região da Serra da Bodoquena;	SB					
	▪ Criação de programas de capacitação profissional para o turismo, em parceria com o setor privado, de acordo com as necessidades e demandas crescentes do mercado, com a inclusão de pessoas com necessidades especiais;	SB					
	▪ Elaboração de termos de parceria público-privadas, para a capacitação profissional do turismo;	SB					
	▪ Capacitação de novos guias de turismo para suprir a deficiência apresentada atualmente, e para novas modalidades que surgirão;	SB					
	▪ Elaboração de Projeto de Sinalização Turística para o polo;	SB					
	▪ Elaboração de Projeto de Sinalização Turística para o polo;	SB					

Quadro 142 - Estratégia de comercialização: seleção e priorização das ações.

ESTRATÉGIAS	AÇÕES	MUNICÍPIOS	Ano1	Ano2	Ano3	Ano4	Ano5
E.1 - Desenvolvimento de estratégia de marketing turístico, buscando um melhor posicionamento mercadológico	▪ Elaboração do plano de *marketing* turístico elaborado para a Serra da Bodoquena;	SB					
	▪ Implantação do plano de *marketing* turístico elaborado para a Serra da Bodoquena;	SB					
	▪ Desenvolvimento de políticas regionais de comercialização;	SB					
	▪ Elaboração do plano de investimentos para plano de *marketing*;	SB					
	▪ Realização de pesquisas sistemáticas do perfil de demanda real e potencial no polo;	SB					
	▪ Elaboração de projeto de um sistema de informações turísticas regional;	SB					
	▪ Implantação do sistema de informações turísticas;	SB					
	▪ Realização de campanhas promocionais em conjunto com destinos complementares;	SB					
	▪ Captação de investidores para desenvolvimento de ações visando ao desenvolvimento de negócios relacionados ao turismo;	SB					
	▪ Promover campanhas para facilitar aos prestadores de serviços turísticos o acesso aos canais de divulgação de seus produtos;	SB					
	▪ Elaboração de programa de captação de eventos;	SB					
	▪ Realização de campanhas com o intuito de divulgar o turismo regional.	SB					
	▪ Fomento ao turismo regional, especialmente, a atração de turistas latino-americanos.	SB					

Quadro 143 - Fortalecimento institucional: seleção e priorização das ações.

ESTRATÉGIAS	AÇÕES	MUNICÍPIOS	Ano1	Ano2	Ano3	Ano4	Ano5
E.1 - Modernizar a estrutura administrativa do polo, visando o fortalecimento da gestão do turismo	▪ Implementação do Plano de Fortalecimento Institucional do município de Jardim;	JARDIM					
	▪ Elaboração do Plano de Fortalecimento Institucional do município de Bonito;	BONITO					
	▪ Implementação do Plano de Fortalecimento Institucional do município de Bonito;	BONITO					
	▪ Readequação do Plano de Fortalecimento Institucional do município de Bodoquena;	BODOQUENA					
	▪ Implementação do Plano de Fortalecimento Institucional do município de Bodoquena;	BODOQUENA					
	▪ Readequação do Plano Diretor do município de Bodoquena;	BODOQUENA					
	▪ Readequação do Plano Diretor do município de Jardim;	JARDIM					
	▪ Elaboração do Plano de Fortalecimento Institucional do órgão oficial de meio ambiente do estado;	SB					
	▪ Implementação do Plano de Fortalecimento Institucional do órgão oficial de meio ambiente do estado;	SB					
	▪ Promover ações de sensibilização do empresariado e da comunidade para a atividade turística;	SB					
	▪ Criar programas de capacitação empresarial;	SB					
	▪ Promover a integração entre os setores público e privado.	SB					

Quadro 144 - Infraestrutura e serviços básicos: seleção e priorização das ações.

ESTRATÉGIAS	AÇÕES	MUNICÍPIOS	Ano1	Ano2	Ano3	Ano4	Ano5
E.1 - Melhoria da infraestrutura turística e dos serviços básicos do polo	▪ Elaborar programa de monitoramento da rede de esgotamento sanitário no polo;	SB					
	▪ Implantar programa de monitoramento da rede de esgotamento sanitário no polo;	SB					
	▪ Implantar o projeto de esgotamento sanitário do município de Jardim;	JARDIM					
	▪ Implantação do projeto de drenagem do município de Jardim;	JARDIM					
	▪ Implantação do projeto de drenagem do município de Bodoquena;	BODOQUENA					
	▪ Elaboração do projeto de aterro sanitário do município de Bodoquena;	BODOQUENA					
	▪ Construção do aterro sanitário do município de Bodoquena;	BODOQUENA					
	▪ Elaboração do projeto de uma UPL para o município de Bodoquena;	BODOQUENA					
	▪ Construção de UPL no município de Bodoquena;	BODOQUENA					
	▪ Elaborar projeto de redução do índice de perdas na distribuição de água potável nos municípios do polo;	SB					
	▪ Implantação do projeto de redução do índice de perdas na distribuição de água potável nos três municípios do polo;	SB					
	▪ Elaborar projeto para redução do grau de dureza da água;	SB					
	▪ Implantar projeto para redução do grau de dureza da água;	SB					
	▪ Elaboração de estudo hidrogeológico dos municípios do polo;	SB					
	▪ Implantação do estudo hidrogeológico dos municípios do polo;	SB					

ESTRATÉGIAS	AÇÕES	MUNICÍPIOS	Ano1	Ano2	Ano3	Ano4	Ano5
E.1 - Melhoria da infraestrutura turística e dos serviços básicos do polo	▪ Elaboração de estudos de alternativas de transporte municipal de qualidade nos municípios do polo;	SB					
	▪ Implantação da melhor alternativa de transporte municipal para os municípios do polo;	SB					
	▪ Elaboração de projeto básico e executivo para construção do posto da Polícia Militar Ambiental, na MS-178, entre Bonito e Bodoquena, para atender ao polo.	BONITO					
	▪ Construção do posto de fiscalização da Polícia Militar Ambiental, na MS-178, entre Bonito e Bodoquena, para atender ao polo;	BONITO					
	▪ Elaboração de projeto básico e executivo do minianel rodoviário para a cidade de Bonito;	BONITO JARDIM					
	▪ Construção do minianel rodoviário para a cidade de Bonito	BONITO JARDIM					
	▪ Elaboração de projeto básico e executivo de pavimentação da MS-178, no trecho que compreende o município de Jardim e Bonito;	SB					
	▪ Pavimentação da MS-178, no trecho que compreende o município de Jardim e Bonito.	SB					

Quadro 145 - Gestão ambiental: seleção e priorização das ações.

ESTRATÉGIAS	AÇÕES	MUNICÍPIOS	Ano1	Ano2	Ano3	Ano4	Ano5
E.1 - Melhoria da qualidade ambiental da área turística	▪ Elaborar plano para ampliação da rede de monitoramento e fiscalização da qualidade da água para as sub-bacias importantes para o turismo no polo;	SB					
	▪ Implantar plano para ampliação da rede de monitoramento e fiscalização da qualidade da água para as sub-bacias importantes para o turismo no polo;	SB					
	▪ Elaboração do Sistema de Ordenamento Ambiental das sub-bacias importantes para o turismo no polo;	SB					
	▪ Implantação do Sistema de Ordenamento Ambiental das sub-bacias importantes para o turismo no polo;	SB					
	▪ Elaboração de Sistema de Monitoramento da Visitação - SMV, para os atrativos turísticos públicos da Serra da Bodoquena;	SB					
	▪ Implantação de Sistema de Monitoramento da Visitação - SMV, para os atrativos turísticos da Serra da Bodoquena;	SB					
	▪ Elaboração de Programa de Gestão e Manejo de Unidades de Conservação;	SB					
	▪ Elaboração do Programa Estadual de Apoio às Reservas Particulares do Patrimônio Natural;	SB					
	▪ Elaboração da Avaliação Ambiental Estratégica – AAE;	SB					
	▪ Implantação da Avaliação Ambiental Estratégica – AAE;	SB					
	▪ Elaboração do Plano Regional Estratégico de Gestão Ambiental;	SB					
	▪ Implantação do Plano Regional Estratégico de Gestão Ambiental;	SB					
	▪ Elaboração do Programa de Educação Ambiental para o polo;	SB					
	▪ Implantação do Programa de Educação Ambiental para o polo;	SB					
	▪ Revisão do arcabouço legal do meio ambiente dos três municípios do polo;	SB					
	▪ Elaboração da Agenda 21 Regional;	SB					
	▪ Elaboração do Plano Integrado de Gestão de Resíduos Sólidos para o polo;	SB					
	▪ Implantação do Plano Integrado de Gestão de Resíduos Sólidos para o polo;	SB					

6.3.2. Quadro de ações de fortalecimento da gestão municipal com as metas de desempenho

As ações de fortalecimento da gestão municipal para o turismo devem, necessariamente, incluir metas de desempenho da capacidade institucional, como parte do plano de ação. Essas metas devem ser cumpridas pelo respectivo município, antes de iniciar as obras de infraestrutura planejadas em seu território.

Quadro 146 - Fortalecimento institucional: metas de desempenho.

ESTRATÉGIA	AÇÕES	MUNICÍPIOS	META
Modernizar a estrutura administrativa do polo, visando o fortalecimento da gestão do turismo	▪ Implementação do Plano de Fortalecimento Institucional do município de Jardim;	JARDIM	No mínimo 50% das ações propostas no plano, estejam implementadas.
	▪ Elaboração do Plano de Fortalecimento Institucional do município de Bonito;	BONITO	01 Plano de Fortalecimento Institucional elaborado.
	▪ Implementação do Plano de Fortalecimento Institucional do município de Bonito;	BONITO	No mínimo 50% das ações propostas no plano, implementadas.
	▪ Readequação do Plano de Fortalecimento Institucional do município de Bodoquena;	BODOQUENA	01 Plano de Fortalecimento Institucional readequado.
	▪ Implementação do Plano de Fortalecimento Institucional do município de Bodoquena;	BODOQUENA	Um Plano de Fortalecimento Institucional implementado.
	▪ Readequação do Plano Diretor do município de Bodoquena;	BODOQUENA	Um Plano Diretor devidamente readequado.
	▪ Readequação do Plano Diretor do município de Jardim;	JARDIM	Um Plano Diretor devidamente elaborado.

ESTRATÉGIAS	AÇÕES	MUNICÍPIOS	META
Modernizar a estrutura administrativa do polo, visando o fortalecimento da gestão do turismo	▪ Sensibilização do empresariado e da comunidade para a atividade turística;	SB	No mínimo uma palestra de sensibilização realizada mensalmente. No mínimo 30 pessoas sensibilizadas mensalmente.
	▪ Elaboração do Plano de Fortalecimento Institucional dos órgãos oficiais de meio ambiente do polo;	SB	Um Plano de Fortalecimento Institucional elaborado e no mínimo 50% implementado.
	▪ Implementação do Plano de Fortalecimento Institucional dos órgãos oficiais de meio ambiente do polo;	SB	Um Plano de Fortalecimento Institucional elaborado e no mínimo 50% implementado.
	▪ Elaboração do Plano de Fortalecimento Institucional do órgão oficial de meio ambiente do estado;	SEMAC/ IMASUL	Um Plano de Fortalecimento Institucional elaborado.
	▪ Implementação do Plano de Fortalecimento Institucional do órgão oficial de meio ambiente do estado;	SEMAC/ IMASUL	No mínimo 50% do Plano de Fortalecimento Institucional implementado.

6.4. AÇÕES ELEGÍVEIS PARA A REALIZAÇÃO DURANTE OS DEZOITO PRIMEIROS MESES DE FINANCIAMENTO PELO PRODETUR NACIONAL

Quadro 147 – Quadro de ações elegíveis.

AÇÃO	ANO 1												ANO 2												ANO 3	ANO 4	ANO 5
	MESES												MESES														
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12			
Criação de programas de capacitação profissional para o turismo, em parceria com o setor privado, de acordo com as necessidades e demandas crescentes do mercado, com a inclusão de pessoas com necessidades especiais.																											
Elaboração do plano de *marketing* para a Serra da Bodoquena.																											
Implantação do plano de *marketing* turístico elaborado para a Serra da Bodoquena.																											
Desenvolvimento de políticas regionais de comercialização.																											
Implementação do Plano de Fortalecimento Institucional do município de Jardim.																											
Elaboração do Plano de Fortalecimento Institucional do município de Bonito.																											
Implementação do Plano de Fortalecimento Institucional do município de Bonito.																											
Readequação do Plano de Fortalecimento Institucional do																											

município de Bodoquena.																													
Implementação do Plano de Fortalecimento Institucional do município de Bodoquena.																													
Readequação do Plano Diretor do município de Bodoquena																													
Readequação do Plano Diretor do município de Jardim.																													
Elaboração do Plano de Fortalecimento Institucional do órgão oficial de meio ambiente do estado.																													
Implementação do Plano de Fortalecimento Institucional do órgão oficial de meio ambiente do estado.																													
Elaboração do Plano Integrado de Gestão de Resíduos Sólidos para o polo.																													
Implantação do Plano Integrado de Gestão de Resíduos Sólidos para o polo.																													
Elaboração do Sistema de Ordenamento Ambiental das sub-bacias importantes para o turismo no polo.																													

AÇÃO	ANO 1												ANO 2												ANO 3	ANO 4	ANO 5
	MESES												MESES														
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12			
Implantação do Sistema de Ordenamento Ambiental das sub-bacias importantes para o turismo no polo.																											
Elaboração de Sistema de Manejo da Visitação SMV, para os atrativos turísticos da Serra da Bodoquena.																											
Implantação de Sistema de Manejo da Visitação SMV, para os atrativos turísticos da Serra da Bodoquena.																											
Elaboração da Avaliação Ambiental Estratégica (AAE).																											
Implantação da Avaliação Ambiental Estratégica (AAE)																											

6.4.1. Caracterização das ações elegíveis para a realização durante os dezoito primeiros meses de financiamento pelo PRODETUR NACIONAL

Ação 1: Criação de programas de capacitação profissional para o turismo, em parceria com o setor privado, de acordo com as necessidades e demandas do mercado, com a inclusão de pessoas com necessidades especiais.

Objetivo:

Dotar as organizações que compõem a estrutura da administração pública de quadros gerenciais, técnicos, operacionais e administrativos capacitados para atuar, com eficiência, eficácia e efetividade nos diversos setores da gestão municipal e incentivar e promover a oferta de profissionais especializados para atuação no mercado turístico do polo, considerando os principais setores da cadeia do turismo local.

Justificativa:

A região da Serra da Bodoquena há algum tempo vem recebendo capacitações de órgãos como SEBRAE e SENAC, além das capacitações promovidas pelas entidades representativas do turismo, porém, todas de maneira isolada. A região necessita de um plano integrado de qualificação, envolvendo as entidades que dispõem de competência técnica para sua execução, de acordo com o que se pretende para o turismo na região.

Tais necessidades são crescentes e contínuas, o que exigirá uma planificação eficaz para solucionar o problema.

Pelo aumento expressivo do volume de entradas nos meios de hospedagem verificado nos municípios da Serra da Bodoquena, e supondo que esse ritmo de crescimento tende a permanecer, há risco de se comprometer a prestação de serviços e oferta de produtos turísticos na região pela falta de pessoal adequadamente qualificado. É necessário fazer nova análise das necessidades de qualificação a partir da percepção do mercado e do posicionamento competitivo que se deseja para a região. Se o desejo é que a Serra da Bodoquena crie uma marca na mente dos turistas e consumidores, não basta apenas que se lembrem da região apenas pelas suas belezas naturais, mas, também, pela forma como suas necessidades foram atendidas durante a sua estada, e isso passa não só pela diversidade da oferta de produtos e serviços locais como pela qualidade dessa oferta.

Descrição da ação:

✓ Planejamento, realização e avaliação de programas de capacitação dos profissionais e das equipes da administração pública dos municípios que compõem o polo, tendo como público-alvo preferencial os quadros pertinentes à gestão do turismo, do meio ambiente e da gestão fiscal e administração financeira, com base em necessidades diagnosticadas, atuais e futuras, tendo em vista o desenvolvimento organizacional e o aperfeiçoamento da gestão municipal;

✓ Elaboração de plano estratégico de capacitação profissional para o turismo municipal, de forma participativa com a comunidade local, e a busca de mecanismos e de parcerias com os governos estadual e federal e com a iniciativa privada para sua implantação. O plano de capacitação para a gestão municipal deve considerar as competências, o ambiente e as necessidades de cada um dos organismos-alvo. Sua elaboração, entretanto, deve partir de princípios, diretrizes e estratégias metodológicas comuns, acordados entre eles.

Serão previstos subconjuntos integrados de ações para capacitação dos ocupantes de postos de trabalho em cada nível das organizações – gerentes, ocupantes de cargos e funções operacionais, administrativas e técnicas, bem como ações destinadas às organizações como um todo.

Devem ser contratados serviços especializados de consultoria para realização de pesquisa de necessidades de capacitação nas áreas abrangidas, planejamento e execução de ações específicas de capacitação, incluindo serviços de instrutoria especializada nos diversos temas pertinentes e definição e aplicação de métodos e técnicas de avaliação da aprendizagem e de resultados.

Devem ser priorizadas formas participativas e inovadoras de realização das ações de capacitação, buscando envolver as pessoas e as organizações-alvo na construção da aprendizagem e, quando necessário, convidados e parceiros internos e externos ao ambiente do governo municipal, não excluindo as pessoas com alguma deficiência física

que sejam aptas para a função.

Descrição da ação:

Elaboração de um Plano Estratégico de Capacitação Profissional para a região da Serra da Bodoquena, elaborado com a colaboração de especialistas em turismo e em educação profissional, que buscarão, também, com a colaboração das prefeituras municipais e do *trade* turístico local, os caminhos das parcerias e os mecanismos para sua implantação.

O plano deve prever oportunidades para capacitação profissional de acordo com o mercado do turismo da região e considerar os diferentes níveis de aprendizagem e diferentes conteúdos, dentre os quais: qualidade de atendimento, legislação de turismo, noções básicas de direito, organização de eventos, gestão financeira das atividades turísticas, as diferentes funções pertinentes à hotelaria e cultura da hospitalidade, línguas estrangeiras, entretenimento e recreação, operação de microcomputadores e utilização de programas básicos, ética no turismo, gerenciamento de empreendimentos turísticos, elaboração de projetos, captação de recursos e outros similares.

Efeito esperado no desenvolvimento turístico:

Município preparado e agindo como destino turístico.

Aumento do número de empreendimentos turísticos com mão de obra qualificada.

Inclusão de portadores de necessidades especiais no mercado de trabalho.

Produtos: Programa de Capacitação Profissional para o Turismo elaborado.

Resultados: Equipes das prefeituras municipais capacitadas para exercerem suas funções como município turístico efetivamente, proprietários e funcionários de empreendimentos turísticos qualificados para as diversas funções que desempenham e inclusão dos portadores de necessidades especiais.

Benefícios: Impacto favorável no desenvolvimento turístico da região.

Beneficiários: As administrações públicas dos três municípios e seus respectivos núcleos de turismo e meio ambiente, os proprietários de empreendimentos turísticos, comunidade anfitriã, turistas e *trade* turístico.

Responsável pela execução da ação: FUNDTUR/Fórum Regional de Turismo, Bonito – Serra da Bodoquena.

Entidade responsável pela implantação/operação/manutenção da obra ou serviço: Prefeituras municipais dos três municípios.

Custo estimado e fonte de financiamento: R$ 100.000,00 – Governo do Estado e PRODETUR NACIONAL.

Gastos estimados da operação: Pessoal especializado, contratação de consultoria especializada, despesas de deslocamento, alimentação, hospedagem, locação de veículos, computadores e *softwares* adequados.

Mecanismos previstos de recuperação de custos: Impostos provenientes do turismo.

Normas de licenciamento ambiental exigidas por lei: Não há exigência.

Indicadores de segmento:

100% da administração pública capacitada e qualificada.

100% dos empreendimentos turísticos operando com funcionários qualificados.

Fonte de verificação: Boletins mensais, relatórios emitidos pela FUNDTUR.

Relação com outras ações quanto ao cronograma: Esta ação relaciona-se com toda a estratégia de fortalecimento do segmento de ecoturismo.

Nível de avanço: Desconhecido.

Ação 2 : Elaboração e Implantação do plano de *marketing* turístico elaborado para a Serra da Bodoquena

Objetivo:

Estabelecer diretrizes, estratégias e ações que viabilizem a melhoria das condições de competitividade do município perante o mercado regional e nacional, como intuito de promover, comunicar e divulgar a imagem-identidade da região da Serra da Bodoquena e aumentar o fluxo turístico.

Já se encontra em processo licitatório, o plano de *marketing* para o Polo Serra da Bodoquena, que tem os seguintes objetivos específicos:

1. Dispor de um planejamento proativo (passo a passo) para realizar uma ação de *marketing* coordenada, direcionada para atingir objetivos precisos que contribuam para o desenvolvimento socioeconômico da área selecionada.
2. Facilitar a coordenação dos esforços de promoção e comercialização dos diferentes atores dos setores, público e privado.
3. Otimizar a ação de promoção fazendo um melhor uso dos recursos e acompanhamento dos resultados.
4. Melhorar o conhecimento que o mercado potencial tem sobre o destino, aumentando seu interesse pelo mesmo e facilitando a decisão de compra.
5. Alcançar um posicionamento adequado no mercado consistente com as estratégias de desenvolvimento turístico estadual e nacional.

Justificativa:

Para que se possam estabelecer mecanismos para a ampliação do fluxo turístico, principalmente o internacional, é proposta a ação de implementação do plano de *marketing* para o polo", a ser implementado por diferentes ações, considerando que a demanda representa a força econômica, social e cultural do setor.

Para isso, já está sendo licitada a elaboração do plano de *marketing*, o qual possibilitará a identificação de nichos de mercado de interesse, a articulação com operadoras especializadas em turismo de natureza e ecoturismo, a captação de novos segmentos turísticos, além de outras ações.

Acredita-se que à medida que os atrativos turísticos forem sendo explorados (produtos) e a infraestrutura turística implementada, um plano de *marketing* responsável possibilitará um crescimento gradativo de longo prazo, de forma harmônica entre a oferta e a demanda.

A integração de regiões turísticas ofertando uma gama diversificada de experiências para o turista possibilita maior ocupação dos equipamentos turísticos gerando renda e empregos.

Descrição da ação: Implementar o plano elaborado de acordo com as especificações nele contidas.

Efeito esperado no desenvolvimento turístico: Aumento do fluxo turístico e aumento de geração de emprego e renda.

Produtos: Plano de *marketing* implantado possibilitando o aumento no número de turistas, da permanência e do gasto médio diário no polo.

Resultados:

Identidade da Serra da Bodoquena consolidada no mercado nacional e internacional;
Aumento do fluxo turístico.

Benefícios: Aumento da autoestima da comunidade pelo impacto positivo que a ação proporciona.

Beneficiários: Comunidade anfitriã, turistas e *trade* turístico.

Descrição da ação:

Realização de visitação técnica inicialmente em caráter orientativo, estabelecendo prazos para regularização dos empreendimentos turísticos e. em um segundo momento, em caráter punitivo, no caso de reincidência, em todos os empreendimentos turísticos do polo.

Responsável pela execução da ação: FUNDTUR/Fórum Estadual de Turismo e Fórum Regional.

Entidade responsável pela implantação/operação/manutenção da obra ou serviço: FUNDTUR.

Custo estimado e fonte de financiamento: R$ 1.400.000,00 – Governo do Estado e PRODETUR NACIONAL
Gastos estimados da operação: Consultoria ou pessoal especializado, despesas de deslocamento, alimentação, hospedagem, locação de veículos, computadores e *software* adequado.
Mecanismos previstos de recuperação de custos: Impostos provenientes do turismo.
Normas de licenciamento ambiental exigidas por lei: Não há exigência.
Indicadores de segmento: Aumento do fluxo de turismo.
Fonte de verificação: Relatórios do *voucher* único emitido mensalmente.
Boletins mensais, relatórios e banco estatístico da FUNDTUR.
Relação com outras ações quanto ao cronograma: Plano Aquarela.
Nível de avanço: Termo de referência em processo licitatório.

Ação 3: Desenvolvimento de políticas regionais de comercialização
Objetivo:
Integrar a região com outras regiões turísticas, ofertando uma gama diversificada de experiências para o turista com o intuito de possibilitar maior ocupação dos equipamentos turísticos, gerando renda e empregos e reforçar ainda mais a posição da região como destino turístico, participando de maneira mais intensa na integração dos destinos de MS.
Justificativa:
Redes e alianças têm sido trabalhadas predominantemente como ferramentas de mercado, sendo elas significativamente empregadas por grandes corporações para entrar e explorar mercados externos em países desenvolvidos e em desenvolvimento.
Essas formas de governança contribuem para formação de parcerias, ao criar condições e desenvolver elementos como confiança, participação, colaboração e coesão social. Esses elementos, por sua vez, são decisivos para o desenvolvimento de campanhas em conjunto, ao mesmo tempo que contribuem para a expressão da identidade das comunidades, sua sustentabilidade perante os atores externos com interesses econômicos na exploração do lugar; e, consequentemente, para o fortalecimento da imagem do destino turístico.
Descrição da ação: Desenvolver plano regional de comercialização e promover campanhas promocionais em conjunto com destinos complementares, visando ao aumento do fluxo turístico.
Efeito esperado no desenvolvimento turístico: Aumento do fluxo turístico, aumento do tempo de permanência na região e aumento do gasto médio diário.
Produtos: Campanhas promocionais e peças publicitárias elaboradas em conjunto; novos investidores identificados para investimentos no turismo na região.
Resultados: Redução de custos de promoção e ampliar a permanência de turista na região e no estado.
Benefícios: Parcerias formadas para formatação destes tipos de campanhas.

Beneficiários: Estado de MS, poder público municipal dos destinos envolvidos, *trade* turístico e comunidade de modo geral e turistas.

Responsável pela execução da ação: FUNDTUR/Fórum Estadual de Turismo e Fórum Regional.
Entidade responsável pela implantação/operação/manutenção da obra ou serviço: FUNDTUR/prefeituras municipais/COMTURs, Fórum Estadual e Regional.
Custo estimado e fonte de financiamento: R$ 200.000,00 – Governo do Estado/PRODETUR NACIONAL.
Gastos estimados da operação: Contratação de consultoria especializada em campanhas promocionais, despesas de deslocamento, alimentação, hospedagem, locação de veículos, computadores e *software* adequado.
Mecanismos previstos de recuperação de custos: Impostos provenientes do *voucher* único e aumento da arrecadação municipal.
Normas de licenciamento ambiental exigidas por lei: Não há exigência.

Indicadores de segmento: No mínimo três destinos turísticos (Caminho dos Ipês[14], Corumbá – Pantanal, Bonito-Serra da Bodoquena, promovendo campanhas em conjunto).
Fonte de verificação: Boletins mensais, relatórios emitidos pela FUNDTUR.
Relação com outras ações quanto ao cronograma: Esta ação relaciona-se com todas as ações contidas na Macroestratégia 2 – COMERCIALIZAÇÃO.
Nível de avanço: Ações de *marketing* da FUNDTUR/MS.

Ação 4, 5 e 6: Implementação do Plano de Fortalecimento Institucional do município de Jardim, elaboração e implementação do Plano de Fortalecimento Institucional de Bonito

Objetivo:
Incorporar um modelo de gestão do turismo de base participativa, no qual as administrações municipais e a cadeia produtiva do turismo assumam efetivamente as suas funções e papéis, em direção ao turismo sustentável, tendo como base recursos inovadores de tecnologia da informação e de organização do trabalho, bem como na competência técnica e gerencial dos quadros da administração pública e em meios e instrumentos de promoção da participação da sociedade.
É importante que as prefeituras do polo considerem a gestão do turismo como um processo integrado e sinérgico, que envolva as políticas públicas municipais em todas as suas dimensões, no sentido de orientar a gestão do turismo sustentável, fortalecer as estruturas e as atuações dos órgãos oficiais de turismo do polo.
Justificativa:
As estruturas oficiais do turismo e todos os municípios da região encontram-se enfraquecidas, e, considerando que, no turismo, cabe aos órgãos oficiais o direcionamento, o ordenamento e a regulamentação, é imprescindível que esses organismos sejam fortalecidos com estruturas, pessoal técnico, equipamentos e equipe de trabalho.
As ações referentes ao fortalecimento institucional visam a fortalecer a gestão dos órgãos públicos e privados e dotar o corpo técnico desses setores de melhores condições, no sentido de desenvolver, implantar e fomentar as ações previstas pelo PRODETUR NACIONAL – MS, para a região da Serra da Bodoquena, bem como dar prosseguimento ao planejamento turístico da região, após a aplicação do pdits e os efeitos das ações implementadas.
O Plano de Fortalecimento Institucional do município de Jardim já está elaborado, necessitando de sua implementação, com todas as diretrizes definidas para ele.
Descrição da ação: Implementar, acompanhar e monitorar a execução do plano com o intuito de constituir mecanismos para a solução imediata de problemas, e garantir a sua viabilidade financeira e sua implantação sustentável. Prever a contínua verificação do nível de satisfação dos atores públicos e privados envolvidos e a avaliação de resultados das ações de fortalecimento empreendidas, com base em indicadores previamente fixados.
As ações de fortalecimento pertinentes ao plano devem caracterizar-se pela geração de produtos diretamente aplicáveis à realidade do município, pautando-se pela alta relação custo–benefício.
A adoção de tecnologias inovadoras deve permear os investimentos previstos no plano de fortalecimento. Assim, ao mesmo tempo em que se busca conservar as conquistas já efetivadas quanto aos modelos e processos de trabalho adotados na gestão municipal, buscam-se também a inovação tecnológica já experimentada e validada por outras municipalidades brasileiras ou mesmo alternativas tecnológicas concebidas em primeira mão, a partir de estudos e pesquisas referenciadas na realidade do município.
Efeito esperado no desenvolvimento turístico: Melhoria na gestão do turismo e no fornecimento de informação em todos os aspectos.
Produtos: Plano de Fortalecimento Institucional efetivamente implementado.
Resultados: O desenvolvimento das competências dos profissionais da administração municipal, nos melhores padrões de qualidade;

[14] A região turística Caminho dos Ipês, assim denominada pelo órgão oficial do turismo de Mato Grosso do Sul, refere-se ao Polo Campo Grande e Região.

- A implantação de uma cultura de educação permanente nas organizações-alvo, de forma a manter as equipes preparadas e atualizadas;
- A instrumentalização da administração pública municipal para o planejamento, execução e avaliação de ações de capacitação profissional;
- Proprietários e funcionários de empreendimentos turísticos capacitados e qualificados para a atividade.

Benefícios: Organização da gestão da prefeitura municipal, capacitação dos funcionários públicos, aumento da arrecadação de impostos.
Beneficiários: A administração pública municipal e o seu núcleo de turismo, o *trade* turístico e a comunidade anfitriã.
Responsável pela execução da ação: Prefeitura Municipal de Bonito.
Entidade responsável pela implantação/operação/manutenção da obra ou serviço: Prefeitura Municipal de Bonito.
Custo estimado e fonte de financiamento: R$ 1.200.000,00 – Governo do Estado/PRODETUR NACIONAL.
Gastos estimados da operação: Contratação de consultoria especializada em planejamento público e sistema de gestão de turismo, despesas de deslocamento, alimentação, hospedagem, locação de veículos, computadores e *software* adequado.
Mecanismos previstos de recuperação de custos: Impostos gerados com a atividade turística.
Normas de licenciamento ambiental exigidas por lei: Não há exigência.
Indicadores de segmento: Prefeitura municipal preparada para gerir o turismo no município.
Fonte de verificação: Boletins mensais e relatórios emitidos pela FUNDTUR.
Relação com outras ações quanto ao cronograma: Esta ação relaciona-se com todas as ações previstas na MACROESTRATÉGIA 3 – FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL.
Nível de avanço: Plano de Fortalecimento Institucional elaborado.

Ação 7 e 8: Readequação e implementação do Plano de Fortalecimento Institucional do município de Bodoquena

Objetivo:
Incorporar um modelo de gestão do turismo de base participativa, no qual as administrações municipais e a cadeia produtiva do turismo assumam efetivamente as suas funções e papéis em direção ao turismo sustentável, tendo como base recursos inovadores de tecnologia da informação e de organização do trabalho, bem como na competência técnica e gerencial dos quadros da administração pública, e em meios e instrumentos de promoção da participação da sociedade.
É importante que as prefeituras do polo considerem a gestão do turismo como um processo integrado e sinérgico, que envolva as políticas públicas municipais em todas as suas dimensões, no sentido de orientar a gestão do turismo sustentável, fortalecer as estruturas e as atuações dos órgãos oficiais de turismo do polo.
Justificativa:
As estruturas oficiais do turismo e todos os municípios da região encontram-se enfraquecidas e considerando que, no turismo, cabe aos órgãos oficiais o direcionamento, o ordenamento e a regulamentação, é imprescindível que esses organismos sejam fortalecidos com estruturas, pessoal técnico, equipamentos e equipe de trabalho.
As ações referentes ao fortalecimento institucional visam a fortalecer a gestão dos órgãos públicos e privados e dotar o corpo técnico desses setores de melhores condições, no sentido de desenvolver, implantar e fomentar as ações previstas pelo PRODETUR NACIONAL-MS, para a região da Serra da Bodoquena, bem como dar prosseguimento ao planejamento turístico da região, após a aplicação do PDITS, e os efeitos das ações implementadas.
Descrição da ação: Implementar, acompanhar e monitorar a execução do plano com o intuito de constituir mecanismos para a solução imediata de problemas, e garantir a sua viabilidade financeira e sua implantação sustentável. Prever a contínua verificação do nível de satisfação dos atores públicos e privados envolvidos e a avaliação de resultados das

ações de fortalecimento empreendidas, com base em indicadores previamente fixados.
As ações de fortalecimento pertinentes ao plano devem caracterizar-se pela geração de produtos diretamente aplicáveis à realidade do município, pautando-se pela alta relação custo–benefício.
A adoção de tecnologias inovadoras deve permear os investimentos previstos no plano de fortalecimento. Assim, ao mesmo tempo em que se busca conservar as conquistas já efetivadas quanto aos modelos e processos de trabalho adotado na gestão municipal, busca-se também a inovação tecnológica já experimentada e validada por outras municipalidades brasileiras, ou mesmo alternativas tecnológicas concebidas em primeira mão, a partir de estudos e pesquisas referenciadas na realidade do município.
Efeito esperado no desenvolvimento turístico: Melhoria na gestão do turismo e no fornecimento de informação em todos os aspectos.
Produtos: Plano de Fortalecimento Institucional efetivamente elaborado.
Resultados: O desenvolvimento das competências dos profissionais da administração municipal, nos melhores padrões de qualidade;
- A implantação de uma cultura de educação permanente nas organizações-alvo, de forma a manter as equipes preparadas e atualizadas;
- A instrumentalização da administração pública municipal para o planejamento, execução e avaliação de ações de capacitação profissional;
- Proprietários e funcionários de empreendimentos turísticos capacitados e qualificados para a atividade.

Benefícios: Organização da gestão da prefeitura municipal, capacitação dos funcionários públicos, aumento da arrecadação de impostos.
Beneficiários: A administração pública municipal e o seu núcleo de turismo, o *trade* turístico e a comunidade anfitriã.
Responsável pela execução da ação: Prefeitura Municipal de Bodoquena.
Entidade responsável pela implantação/operação/manutenção da obra ou serviço: Prefeitura Municipal de Bodoquena.
Custo estimado e fonte de financiamento: R$ 700.000,00 – Governo do Estado/PRODETUR NACIONAL.
Gastos estimados da operação: Contratação de consultoria especializada em planejamento estratégico e sistema de gestão de turismo, despesas de deslocamento, alimentação, hospedagem, locação de veículos, computadores e *software* adequado.
Mecanismos previstos de recuperação de custos: Impostos gerados com a atividade turística.
Normas de licenciamento ambiental exigidas por lei: Não há exigência.
Indicadores de segmento: Prefeitura municipal preparada para gerir o turismo no município.
Fonte de verificação: Boletins mensais e relatórios emitidos pela FUNDTUR.
Relação com outras ações quanto ao cronograma: Esta ação relaciona-se com todas as ações previstas na MACROESTRATÉGIA 3 – FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL.
Nível de avanço: Plano de Fortalecimento Institucional elaborado.

Ação 9 e 10 - Readequação do Plano Diretor do município de Bodoquena e Jardim

Objetivo:

Apoiar as administrações municipais na implementação dos seus respectivos planos diretores participativos, promovendo a organização, crescimento e o funcionamento da cidade, de modo a apoiar o processo de desenvolvimento sustentável do território, buscando parcerias entre a sociedade civil, empreendedores, poderes públicos e segmentos representativos para uma gestão democrática e participativa.

Justificativa:

O plano diretor de um município tem como prerrogativa fundamental a garantia do exercício da autonomia do município no que concerne o ordenamento físico-territorial, e a regulação do crescimento e do desenvolvimento urbano. Isso significa que o município não abre mão da soberania na elaboração e implementação dos princípios da política urbana municipal, e das diretrizes de desenvolvimento urbano sobre o território, bem como da responsabilidade pela elaboração, aprovação e aplicação da legislação que regulamenta o uso e a ocupação do seu território. A competência para legislar e promover o planejamento urbano, o ordenamento territorial e o controle do uso e da ocupação do solo são atribuição do município, prevista na Constituição Federal, de 1988, nos termos do artigo 30. Além disso, a própria Constituição Federal, nos artigos 182 e 183, atribui ao município a competência para definir a sua política urbana, com os objetivos de garantir o pleno exercício das funções sociais da cidade e das propriedades urbanas, e as condições dignas de habitabilidade, de bem-estar e de vida de sua população.

Descrição da ação: Sendo o plano diretor um instrumento de planejamento, de ordenamento e gestão local em bases sustentáveis, e de cumprimento da função social da cidade e da propriedade, nas quais suas proposições irão interferir na vida de todos os cidadãos municipais, sua construção deve ser realizada de forma coletiva entre técnicos e sociedade civil. Em todas as etapas de revisão e complementação, serão promovidas ações e atividades que garantam o envolvimento e a participação dos diversos segmentos distribuídos em todo o território municipal, de modo a que todos os cidadãos participem no planejamento da sua cidade e possam intervir na realidade de seu município. Devem ser planejadas e executadas reuniões temáticas e territoriais. A empresa consultora deverá sugerir os temas a serem abordados, o público-alvo, as localidades abrangidas, os locais de reunião, os horários e datas dos eventos, a metodologia para realização, documentação e avaliação das reuniões. As audiências públicas e demais eventos deverão seguir as normativas estabelecidas pela Resolução Concidades, n. 25/2005.

Efeito esperado no desenvolvimento turístico: Estabelecer estratégias de ordenamento do espaço urbano para criar uma identidade espacial para os municípios do polo, fator de atração do turista.

Produtos: Planos diretores dos três municípios elaborados e implementados.

Resultados: O plano diretor é um instrumento mobilizador de toda a comunidade, pois é ela quem define qual o tipo de destino turístico que ela deseja ver sua região transformada no futuro, já que é construído de forma ampla e participativa.

Benefícios: Além de a comunidade passar a possuir um instrumento de planejamento de ordenamento territorial disponível para a localidade, a comunidade passa a ter iniciativas que reflitam valores, estilos de vida e o lado forte do turismo.

Beneficiários: A administração pública municipal e a comunidade, de modo geral.

Responsável pela execução da ação: Prefeituras e câmaras municipais dos três municípios.

Entidade responsável pela implantação/operação/manutenção da obra ou serviço: Prefeituras municipais

Custo estimado e fonte de financiamento: R$ 500.000,00 – Prefeitura municipal e Governo do Estado.

Gastos estimados da operação: Pessoal especializado, despesas de deslocamento, alimentação, hospedagem, locação de veículos, computadores entre outros.

Mecanismos previstos de recuperação de custos: Aumento da arrecadação municipal.

Normas de licenciamento ambiental exigidas por lei: Não há exigência.

Indicadores de segmento: Prefeitura municipal, por intermédio de sua Secretaria de Obras, preparada para orientar e aplicar o funcionamento das leis e projetos previstos para uso e ocupação do solo, edificações, entre outros.
Fonte de verificação: Boletins mensais e relatórios emitidos pelas prefeituras municipais.
Relação com outras ações quanto ao cronograma: Esta ação relaciona-se com todas as ações da MACROESTRATÉGIA 3 – FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL.
Nível de avanço: Plano diretor de Bonito implementado, de Bodoquena, elaborado, e de Jardim, em processo licitatório.

Ação 11 e 12- Elaboração e implementação do Plano de Fortalecimento Institucional dos órgãos oficiais de meio ambiente do estado

Objetivo: Elaborar um Plano de Fortalecimento Institucional do órgão oficial de meio ambiente estadual, para atender às demandas da sociedade por um melhor serviço nas questões relativas a controle, fiscalização e monitoramento dos impactos ambientais, e no fortalecimento do ordenamento territorial, visando capacitação técnica (recursos humanos e materiais) para o exercício do controle e monitoramento ambiental dos municípios partícipes.
Justificativa: A SEMAC/IMASUL, possui estruturados os principais instrumentos da gestão pública preconizados pela Política Nacional de Meio Ambiente, tendo atuação em todos os municípios da Serra da Bodoquena, apesar de necessitar de um fortalecimento institucional.
A crescente descentralização administrativa tem chamado os municípios a assumirem suas responsabilidades na gestão do meio ambiente; por isso, a política do Instituto de Meio Ambiente do Mato Grosso do Sul – IMASUL, deve estar preparada para a descentralização da gestão ambiental, proporcionando a progressiva instrumentalização, utilizando como principal ferramenta o licenciamento ambiental. O fortalecimento da unidade estadual constituirá também em importante instrumento para efetivar as ações junto aos municípios, mas, isso só ocorrerá, se o órgão estadual estiver estruturado.
Descrição da ação: Inicialmente, deverá ser elaborado um termo de referência, detalhando as ações a serem implementadas, custos etc.

- Elaboração do plano.
- Implementação do plano.

Efeito esperado no desenvolvimento turístico: Com a secretaria estadual fortalecida, espera-se o aumento do número de empreendimentos turísticos monitorados com mecanismos legais, objetivando a proteção do meio ambiente de forma adequada.
Produtos: Plano de Fortalecimento Institucional Estadual.
Resultados: SEMAC/IMASUL, equipadas para a gestão das políticas públicas do meio ambiente.
Benefícios: Melhoria no atendimento nos órgãos oficiais de meio ambiente nos municípios, maior autonomia, aumento da capacidade de atendimento às ocorrências locais. Gestão ambiental beneficiando toda a cadeia produtiva do turismo.
Beneficiários: Meio ambiente, empreendedores turísticos, turistas e comunidade em geral.
Responsável pela execução da ação: SEMAC/ IMASUL.
Entidade responsável pela implantação/operação/manutenção da obra ou serviço: IMASUL.

Custo estimado e fonte de financiamento: R$ 500.000,00 – Governo do Estado/PRODETUR NACIONAL.

Gastos estimados da operação: Pessoal especializado, despesas de deslocamento, alimentação, hospedagem, locação de veículos, equipamentos GPS, computadores e *software* adequado.
Mecanismos previstos de recuperação de custos: Impostos provenientes do turismo e taxas cobradas por licenciamento de empreendimentos turísticos.
Normas de licenciamento ambiental exigidas por lei: Não há exigência.
Indicadores de segmento: 100% do instituto equipado com veículos, pessoal treinado para atendimento das diversas ocorrências relativas ao meio ambiente.

Fonte de verificação: Boletins mensais e relatórios emitidos pelo IMASUL/MS.
Relação com outras ações quanto ao cronograma: Esta ação relaciona-se com todas as ações da estratégia de modernizar a estrutura administrativa do polo, visando o fortalecimento da gestão do turismo.
Nível de avanço: Não foi constatada nenhuma atividade nesse sentido.

Ação 13 e 14 – Elaboração e implantação do Plano Integrado de Gestão de Resíduos Sólidos para o polo

Objetivo:
Aperfeiçoar e expandir as competências e a atuação do poder público municipal no que se refere à gestão do meio ambiente nos municípios da Serra da Bodoquena, e fortalecer institucionalmente os municípios do polo, para o exercício autônomo e integrado da gestão ambiental local.
Justificativa:
Recomenda-se a elaboração de um plano integrado de gestão de resíduos sólidos para região do polo, que contemple as ações e etapas de redução, separação, reutilização, reciclagem, acondicionamento, coleta seletiva, compostagem e destinação adequadas dos resíduos sólidos. Devendo implantar um processo de educação da população residente e flutuante para adotar hábitos e comportamentos, que promovam a qualidade dos ambientes ocupados/visitados.
Descrição da ação: Elaborar e implantar um plano de gestão de resíduos sólidos para o polo, envolvendo os órgãos oficiais de meio ambiente, OMG´s ambientais atuantes no polo e atores do trade turístico.
Efeito esperado no desenvolvimento turístico: Fortalecimento das estruturas municipais de meio ambiente, e sensibilizar a comunidades para as questões do meio ambiente, tornando-as parceiras do processo de monitoramento ambiental.
Produtos: Plano Integrado de Gestão de Resíduos Sólidos implantado.
Resultados: Meio ambiente preservado e aumento da consciência ambiental.
Benefícios: Oferta de produto turístico com maior qualidade ambiental.
Beneficiários: Meio ambiente, empreendedores turísticos, turistas e comunidade em geral.
Responsável pela execução da ação: IMASUL.
Entidade responsável pela implantação/operação/manutenção da obra ou serviço: IMASUL/SEMAs municipais e prefeituras municipais do polo.

Custo estimado e fonte de financiamento: R$ 875.000,00 – Governo do Estado/PRODETUR NACIONAL.

Gastos estimados da operação: Pessoal especializado, despesas de deslocamento, alimentação, hospedagem, locação de veículos, equipamentos GPS, computadores e *software* adequado.
Mecanismos previstos de recuperação de custos: Impostos provenientes do turismo.
Normas de licenciamento ambiental exigidas por lei: Não há exigência.
Indicadores de segmento: Aumento do percentual de lixo destinado a reciclagem.
Fonte de verificação: Boletins mensais e relatórios emitidos pelo IMASUL/MS.
Relação com outras ações quanto ao cronograma: Esta ação relaciona-se com as ações da estratégia de melhoria da qualidade ambiental da área turística.

Nível de avanço: Termo de referência elaborado pela equipe da UCP/MS junto com o IMASUL/MS.

Ação 15 e 16 - Elaboração e implantação do Sistema de Ordenamento Ambiental das sub-bacias importantes para o turismo no polo

Objetivo:
Considerando a fragilidade do ambiente em questão, e a necessidade de proteção dos recursos naturais importantes, para que eles continuem a desempenhar sua função ambiental e a dar sustentabilidade às ações de turismo, e considerando que a capacidade

de carga global dos ecossistemas devem ser respeitadas, foi proposto o ordenamento ambiental das sub-bacias importantes para atividade turística do polo, como forma de implantar um processo de gestão de bacia.

Justificativa:

O Polo Serra da Bodoquena tem o ecoturismo como principal segmento turístico, configurando-se, hoje, como um dos principais destinos de ecoturismo do país, sendo premiado diversas vezes por isto. Porém, algumas das atividades turísticas realizadas podem causar danos ao ambiente e, da mesma maneira, a alta concentração de atrativos em um mesmo curso d'água, podendo comprometer a sustentabilidade deste segmento. Citam-se, como exemplo, os passeios de bote e o pisoteio por parte dos banhistas que representam um risco para as tufas, as quais levam centenas de anos para se formarem a partir da sedimentação do calcário, bem como para a riqueza de invertebrados bentônicos existentes no fundo dos rios. Com efeito, a fragilidade dos ecossistemas naturais muitas vezes não comporta um número elevado de visitantes, e menos ainda suporta o tráfego excessivo de veículos pesados. Por outro lado, a infraestrutura necessária, se não atendidas normas pré-estabelecidas, pode comprometer de maneira acentuada o meio ambiente, com alterações na paisagem, na topografia, no sistema hídrico e na conservação dos recursos naturais florísticos e faunísticos. Assim, além da necessidade de estudos técnicos para a determinação da capacidade de visitação turística dos atrativos, tem-se, com igual importância, a demanda por uma ferramenta de monitoramento e gestão ambiental para controlar o impacto ambiental causado nos recursos hídricos da região.

Descrição da ação: A elaboração do sistema de ordenamento ambiental deve procurar a integração aos processos de ordenamento e zoneamento territorial já existentes na região e no estado, a coordenação das informações de forma eficiente, a inserção de parâmetros e programas de governo e a integração dos parâmetros com a avaliação dos efeitos da sociedade sobre o meio ambiente e do meio ambiente na sociedade, oferecendo prognósticos, alternativas para o desenvolvimento socioeconômico e a avaliação dos recursos naturais nesses cenários.

Efeito esperado no desenvolvimento turístico: Oferta de produtos com qualidade ambiental.

Produtos: Sistema de Ordenamento Ambiental como instrumento para gestão de bacias.

Resultados: Sistema de Ordenamento Ambiental implantado e índice de qualidade da água elevado.

Benefícios: Recursos hídricos protegidos e oferta de produto turístico com maior qualidade ambiental.

Beneficiários: Meio ambiente, empreendedores turísticos, turistas e comunidade em geral.

Responsável pela execução da ação: IMASUL.

Entidade responsável pela implantação/operação/manutenção da obra ou serviço: IMASUL e prefeituras municipais por intermédio de suas SEMAs.

Custo estimado e fonte de financiamento: R$ 800.000,00 – Governo do Estado/PRODETUR NACIONAL.

Gastos estimados da operação: Pessoal especializado, despesas de deslocamento, alimentação, hospedagem, locação de veículos, equipamentos GPS, computadores e *software* adequado.

Mecanismos previstos de recuperação de custos: Impostos provenientes do *voucher* único.

Normas de licenciamento ambiental exigidas por lei: Não há exigência.

Indicadores de segmento: 100% dos rios utilizados na atividade turística ordenados.

Fonte de verificação: Boletins mensais e relatórios emitidos pelo IMASUL/MS.

Relação com outras ações quanto ao cronograma: Esta ação relaciona-se com as ações da estratégia de melhoria da qualidade ambiental da área turística.

Nível de avanço: Termo de referência elaborado pela equipe da UCP/MS com o IMASUL/MS.

Ação 17 e 18 – Elaboração e implantação do Sistema de Manejo da Visitação para os atrativos turísticos públicos da Serra da Bodoquena

Objetivo:
Estimular os empreendedores ligados ao turismo a analisar o impacto ambiental de seus produtos e serviços, e tomar medidas de prevenção dos problemas, que podem advir do mau uso do meio ambiente, no que se refere ao monitoramento e capacidade de carga dos seus empreendimentos.

Justificativa:
O Polo Serra da Bodoquena tem o ecoturismo como principal segmento turístico, configurando-se, hoje, como um dos principais destinos de ecoturismo do país, sendo premiado diversas vezes por isto. Porém, algumas das atividades turísticas realizadas podem causar danos ao ambiente e, da mesma maneira, a alta concentração de atrativos em um mesmo curso d'água, como no rio formoso; também representa uma fragilidade socioambiental, que pode comprometer a sustentabilidade deste segmento. Citam-se, como exemplo, os passeios de bote e o pisoteio por parte dos banhistas, que representam um risco para as tufas, as quais levam centenas de anos para se formarem a partir da sedimentação do calcário, bem como para a riqueza de invertebrados bentônicos existentes no fundo dos rios. Com efeito, a fragilidade dos ecossistemas naturais, muitas vezes, não comporta um número elevado de visitantes e, menos ainda, suporta o tráfego excessivo de veículos pesados. Por outro lado, a infraestrutura necessária, se não atendidas normas pré-estabelecidas, pode comprometer de maneira acentuada o meio ambiente, com alterações na paisagem, na topografia, no sistema hídrico e na conservação dos recursos naturais florísticos e faunísticos. Assim, além da necessidade de estudos técnicos para a determinação da capacidade de visitação turística dos atrativos, tem-se, com igual importância, a demanda por uma ferramenta de monitoramento e gestão ambiental para controlar o impacto ambiental causado pelo turismo na região.

Descrição da ação: Desenvolvimento de uma metodologia e a normatização de procedimentos para definição do número de visitação diário aos atrativos/produtos turísticos, pois só assim podem-se monitorar os impactos do turismo e promover os ajustes necessários nos fluxos de visitantes, exercendo, assim, sua função de proteger os recursos naturais e promover a sua efetiva conservação. Esse processo deve ser desenvolvido de forma participativa com os proprietários de empreendimentos, ONGs, universidades, comunidade e outras, aproveitando experiências bem-sucedidas na Serra da Bodoquena, ou em outros ambientes similares.

Estes estudos reforçam uma demanda apresentada no PDITS/2004, que é a necessidade de estudos e definição de uma metodologia que permita um subsídio maior na definição da capacidade de visitação pública aos produtos ofertados na Serra da Bodoquena. Mesmo aqueles empreendimentos que detêm a devida licença ambiental, se baseiam em metodologias que não preveem os parâmetros e indicadores necessários à conservação daqueles ambientes, que, como já foi explicitado, são de extrema singularidade e fragilidade. Por fim, a definição da visitação diária dos atrativos/produtos turístico deve ser baseada em metodologia que contemple critérios científicos como também características locais. Apesar do recorte do PDITS da Serra da Bodoquena contemplar os municípios de Bodoquena, Bonito e Jardim, sob os aspectos ambientais, as ações de conservação devem ser projetadas considerando os municípios vizinhos, principalmente Guia Lopes da Laguna e Porto Murtinho, uma vez que as unidades para o planejamento ambiental estão circunscritas às bacias hidrográficas, aos ecossistemas locais, aos corredores florestais, que possuem sua integridade como unidade de planejamento e conservação.

Efeito esperado no desenvolvimento turístico: Melhoria em todos os aspectos relacionados à atividade, ganhos ambientais e valor agregado na atividade turística.

Produtos: O produto final será um Sistema de Manejo da Visitação Turística, elaborado e implementado.

Resultados: Empresários comprometidos em avaliar o impacto ambiental de suas atividades e agregando valor ao produto turístico.

Benefícios: Impactos ambientais minimizados, recursos naturais protegidos e oferta de produto turístico com maior qualidade ambiental.

Beneficiários: Meio ambiente, empreendedores turísticos, turistas e comunidade em geral.

Responsável pela execução da ação: IMASUL.

Entidade responsável pela implantação/operação/manutenção da obra ou serviço: IMASUL com suas secretarias de meio ambiente instaladas no polo e prefeitura municipal.

Custo estimado e fonte de financiamento: R$ 1.300.000,00 – BID e Governo do Estado.
Gastos estimados da operação: Contratação de empresa de consultoria especializada no tema, despesas de deslocamento, alimentação, hospedagem, locação de veículos, equipamentos GPS, computadores e *software* adequado.
Mecanismos previstos de recuperação de custos: Impostos provenientes do turismo.
Normas de licenciamento ambiental exigidas por lei: Não há exigência.

Indicadores de segmento: 50% de empreendimentos cadastrados no sistema.
Fonte de verificação: Boletins mensais, relatórios e banco de dados emitidos pela FUNDTUR.

Relação com outras ações quanto ao cronograma: Esta ação relaciona-se com todas as ações da MACROESTRATÉGIA 5 – Gestão socioambiental.

Nível de avanço: Termo de referência elaborado pela equipe da UCP/MS em conjunto com o IMASUL/MS.

Ação 19 e 20 – Elaboração e implantação da Avaliação Ambiental Estratégica – AAE

Objetivo:
A elaboração da AAE, serve de base para a avaliação dos impactos ambientais diretos, indiretos/estratégicos, cumulativos e sinérgicos do conjunto de ações a serem desenvolvidas pelo programa, em concomitância com os seus respectivos Planos de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS), sendo um requisito recomendado no manual de gestão socioambiental, do PRODETUR NACIONAL, que, por sua vez, reflete as políticas ambientais vigentes no país, bem como a política de meio ambiente e cumprimento de salvaguardas do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Justificativa:
A AAE tem sido apontada como uma solução para as deficiências da avaliação de impacto ambiental e, principalmente, como o instrumento que permitirá que a sustentabilidade do desenvolvimento seja viabilizada. Como prática, a AAE significa a aplicação dos procedimentos de avaliação, não mais de projetos, mas nas etapas iniciais do processo de planejamento, ou seja, em nível de políticas, dos planos e dos programas.
O principal argumento em favor da AAE reside no que se entende como a situação ideal para o processo de formulação de documentos de planejamento. Na prática, essa situação ideal acontecerá quando a realização da AAE ocorrer de forma simultânea com a formulação dos documentos de planejamento, não existindo nenhuma distinção/separação entre essas duas ações. E isto como indicativo de que a preocupação com os aspectos ambiental, social, econômico e institucional já é parte integrante e indissociável do processo de planejamento.

Descrição da ação:
1. Preparação do estudo;
2. Elaboração da linha de base e diagnóstico;
3. Identificação e avaliação de impactos;
4. Construção de cenários;
5. Conclusões e recomendações;
6. Monitoramento e avaliação do programa;
7. Versão preliminar da avaliação ambiental astratégica e aalidação da AAE.

Efeito esperado no desenvolvimento turístico: A identificação de impactos e a criação de mecanismos de monitoramento proporcionarão melhorias e qualidade ambiental, ofertando produtos turísticos de qualidade.
Produtos: Diagnóstico, identificação e avaliação de impactos; cenarização; conclusões e recomendações, mecanismos de monitoramento e avaliação do programa, objetivos de sustentabilidade, proposição dos cenários de desenvolvimento.
Benefícios: Recursos naturais protegidos e oferta de produto turístico com maior qualidade ambiental.

Beneficiários: Meio ambiente, empreendedores turísticos, turistas e comunidade em geral.

Responsável pela execução da ação: IMASUL.

Entidade responsável pela implantação/operação/manutenção da obra ou serviço: IMASUL/SEMAs municipais e prefeituras municipais do polo.

Custo estimado e fonte de financiamento: R$ 1.100.000,00 – Governo do Estado/PRODETUR NACIONAL.

Gastos estimados da operação: Pessoal especializado, despesas de deslocamento, alimentação, hospedagem, locação de veículos, equipamentos GPS, computadores e *software* adequado.
Mecanismos previstos de recuperação de custos: Impostos provenientes do turismo.
Normas de licenciamento ambiental exigidas por lei: Não há exigência..
Indicadores de segmento: 80% dos empreendimentos turísticos monitorados.
Fonte de verificação: Boletins mensais e relatórios emitidos pelo IMASUL/MS.

Relação com outras ações quanto ao cronograma: Esta ação relaciona-se com as ações da estratégia de melhoria da qualidade ambiental da área turística.

Nível de avanço: Termo de referência elaborado pela equipe da UCP/MS junto com o IMASUL/MS.

6.4.2. Marco de resultados individual

AÇÃO	**1. Criação de programas de capacitação profissional para o turismo, em parceria com o setor privado, de acordo com as necessidades e demandas crescentes do mercado, com a inclusão de pessoas com necessidades especiais.**
JUSTIFICATIVA	O apoio dos órgãos de gestão pública aos empreendimentos que gerenciam os atrativos turísticos é fundamental. Isso não quer dizer necessariamente que são empresas despreparadas, mas que há espaço para se melhorar a gestão desses empreendimentos, permitindo que eles adquiram maior competitividade e eficiência. Em outras palavras, significa dizer que é preciso elevar o nível de capital empresarial existente e fomentar a criação de redes que possam dinamizar os negócios na região. A ação acima descrita, visa a capacitar todos os agentes para vender melhor a Serra da Bodoquena e sua diversidade turística. Os projetos na área de capacitação devem contribuir para ampliar a capacidade de atendimento das empresas e entidades prestadoras de serviços turísticos, segundo as demandas do mercado real ou potencial e, principalmente, melhorar a competitividade da economia regional, através da implementação de programas de qualidade e produtividade, aumentando a capacidade inovadora referente a prestação dos diversos serviços de apoio ao turista.
PROBLEMÁTICA	A região da Serra da Bodoquena há algum tempo vem recebendo capacitações de órgãos como SEBRAE e SENAC, além das capacitações promovidas pelas entidades representativas do turismo, porém, todas de maneira isoladas. A região necessita de um plano integrado de qualificação, envolvendo as entidades que dispõem de competência técnica para sua execução, de acordo com o que se pretende para o turismo na região. Tais necessidades são crescentes e contínuas, o que exigirá uma planificação eficaz para solucionar o problema. Pelo aumento expressivo do volume de entradas nos meios de hospedagem verificado nos municípios da Serra da Bodoquena e, se supõe que esse ritmo de crescimento tende a permanecer, há risco de se comprometer a prestação de serviços e oferta de produtos turísticos na região, pela falta de pessoal adequadamente qualificado. É necessário fazer nova análise das necessidades de qualificação, a partir da percepção do mercado e do posicionamento competitivo que se deseja para a região.
POSSÍVEIS SOLUÇÕES	Do ponto de vista, o que se pode perceber é que a necessidade de melhoria para o atendimento ao turista é permanente, uma vez que a maioria deles visita o polo a partir de informações de parentes e amigos. Nesse sentido, o turista que chega a cada momento pode apresentar valores, costumes e hábitos diferentes, dependendo da região que chega, do momento econômico que vive, dentre outros fatores; por isso, a criação de programas de capacitação profissional deve sanar qualquer tipo de amadorismo observado no atendimento ao público.

AÇÕES	**2. Implantação do plano de *marketing* turístico elaborado para a Serra da Bodoquena.**
	3. Realização de campanhas promocionais em conjunto com destinos complementares.
JUSTIFICATIVA	O plano de *marketing* desenhado para a área propõe identificar as possibilidades para novos investimentos, fortalecer o produto turístico da Serra da Bodoquena com promoção e divulgação dos seus recursos, buscando alcançar uma demanda que seja de qualidade, plenamente sintonizada com as modalidades ofertadas. Desta maneira, a consolidação dos mercados emissores hoje atingidos e a sua expansão, aliados à busca de novos pontos de demanda, permitirão o incremento de fluxo necessário para dotar a região de um turismo sustentável, economicamente viável e ambientalmente correto.
PROBLEMÁTICA	Vários produtos turísticos existentes na Serra da Bodoquena ainda não atingem o número da capacidade de suporte estabelecida, e o fluxo é menor do que aquele para o qual estão preparados. Conforme estudos realizados na elaboração do diagnóstico, constatou-se que vários produtos turísticos não atingem o número da capacidade de suporte estabelecida, e o fluxo é menor do que aquele para o qual estão preparados. Constata-se, ainda, que apenas um percentual mínimo dos turistas que visitam a região da Serra da Bodoquena são estrangeiros, tendo como principal mercado emissor a Europa. Dos turistas nacionais, constatou-se que a maioria são provenientes do próprio estado. Diante do exposto, verifica-se que há uma reserva de mercado em potencial a ser explorada.
POSSÍVEIS SOLUÇÕES	Para que se possa estabelecer mecanismos para a ampliação do fluxo turístico, principalmente o internacional, é proposta a elaboração de um plano de *marketing*, o qual possibilitará a identificação de nichos de mercado de interesse, a articulação com operadoras especializadas em turismo de natureza e ecoturismo, a captação de novos segmentos turísticos, além de outras ações. Acredita-se que, à medida que os atrativos turísticos forem sendo explorados e a infraestrutura turística implementada, um plano de *marketing* responsável possibilitará um crescimento gradativo de longo prazo, de forma harmônica entre a oferta e a demanda.

AÇÕES	**4. Implementação do Plano de Fortalecimento Institucional do município de Jardim.**
	5. Elaboração do Plano de Fortalecimento Institucional do município de Bonito.
	6. Implementação do Plano de Fortalecimento Institucional do município de Bonito.
	7. Readequação do Plano de Fortalecimento Institucional do município de Bodoquena.
	8. Implementação do Plano de Fortalecimento Institucional do município de Bodoquena.
JUSTIFICATIVA	Os planos de fortalecimento da gestão municipal, aqui propostos, justificam-se, pois inclui um conjunto de ações a serem implantadas, tais como: o planejamento estratégico do turismo, gestão do uso e ocupação do solo, gestão ambiental, valorização das zonas turísticas e melhorias dos serviços turísticos, fortalecimento da gestão de serviços municipais de interesse turístico e melhoria do desempenho fiscal. Todas estas ações, que suprirão a deficiência da atual gestão, bem como modernizará a mesma, trará ainda : recuperação dos destinos consolidados, que se encontram em fase e em risco ou em estágio de degradação; atração de novos mercados nacionais e

	internacionais; aumento de divisas em decorrência da melhoria da oferta de serviços; melhoria das condições de emprego e renda da população local; e o desenvolvimento de um turismo sustentável para a região, conforme previsto no PDITS.
PROBLEMÁTICA	Um problema comum para o desenvolvimento, tanto dos segmentos consolidados, como para a exploração dos segmentos potenciais, é a organização político-institucional da atividade turística. Na região da Serra da Bodoquena, as prefeituras possuem estruturas próprias de apoio ao turismo; no entanto, a articulação dessas instâncias e as demais relacionadas ainda é falha. Nem todos os órgãos e instâncias de governança existente possuem o mesmo nível de estruturação, ao contrário, são muito desiguais. Essa desigualdade não permite uma articulação eficaz entre os municípios da região da Serra da Bodoquena, e se manifesta na existência de um quadro reduzido de pessoal de apoio; não há setores especializados na elaboração de projetos e captação de recursos. Os recursos orçamentários são insuficientes, face às necessidades de promoção da atividade turística e não há uma sensibilização plena dos órgãos do poder executivo, e também do legislativo, sobre a importância do turismo, enquanto atividade econômica capaz de dinamizar as economias locais por meio da geração de emprego e renda.
POSSÍVEIS SOLUÇÕES	O fortalecimento institucional deverá preparar o município para beneficiar-se do desenvolvimento no setor turístico, em sua forma ampla, abrangendo os mais diversos setores do turismo, seja na implantação de novos empreendimentos turísticos, qualificação dos já existentes, geração de trabalhos diretos e indiretos e, acima de tudo, melhoria da qualidade dos produtos e serviços ofertados ao turista.

AÇÕES	**9. Readequação do Plano Diretor do município de Bodoquena.** **10. Readequação do Plano Diretor do município de Jardim.**
JUSTIFICATIVA	Ação prioritária dentro do programa, a fim de instrumentalizar legalmente o município no sentido de definirem critérios em seus espaços territoriais urbanos e rurais, que contemplem o estatuto da cidade para um desenvolvimento integrado e ambientalmente sustentável, fundamentados em uma adequação administrativa e fiscalizadora. Com a finalidade de ordenar o crescimento dos três municípios e propiciar a essas comunidades o cumprimento de suas funções socioeconômicas em relação ao ordenamento territorial, faz-se necessário e urgente a elaboração dos planos diretores municipais, abrangendo as áreas urbana e rural, já que os existentes atualmente para os dois municípios abrangem somente a área urbana.
PROBLEMÁTICA	Inexistência de um instrumento básico da política de desenvolvimento de expansão territorial, que irá ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da propriedade urbana e rural, para garantir o bem-estar da sociedade local.
POSSÍVEIS SOLUÇÕES	Após a elaboração dos planos, por meio do qual serão estabelecidos objetivos para o desenvolvimento municipal sustentável, a legislação urbanística atual deverá ser adequada às novas diretrizes do plano diretor, proporcionando à cidade o cumprimento de suas funções sociais, assegurando condições gerais para o desenvolvimento, em especial, do setor turístico.

AÇÕES	**11. Elaboração do Plano de Fortalecimento Institucional do órgão oficial de meio ambiente do estado.**
	12. Implementação do Plano de Fortalecimento Institucional do órgão oficial de meio ambiente do estado.
JUSTIFICATIVA	Um aspecto da gestão pública que deve ser relatado, e que representa um gargalo a ser superado em toda a região da Serra da Bodoquena, é a fragilidade dos órgãos ambientais no tocante à fiscalização, em função, dentre outros fatores, do limitado quadro de pessoal técnico. Como a região possui um patrimônio natural significativo e que contribui para torná-la atrativa para o mercado turístico, a gestão ambiental deve ser tratada de forma cuidadosa e, um dos desafios, é conciliar o crescente interesse empresarial em abrir ou explorar novos atrativos, e a capacidade dos órgãos de fiscalização em orientar e fiscalizar os estabelecimentos.
PROBLEMÁTICA	Ineficiência do planejamento, que precisa buscar o equilíbrio entre a intensidade e tipo das atividades turísticas e a capacidade de suporte e fragilidade do meio ambiente; os projetos turísticos poderão vir a ser ambientalmente danosos, como também economicamente e socialmente insustentáveis.
POSSÍVEIS SOLUÇÕES	O apoio institucional do setor público é fundamental para o êxito das atividades turísticas, seja mediante o fortalecimento da administração pública nos locais de turismo, com a capacitação de pessoal para a gestão adequada do turismo, seja pela instituição de instrumentos legais para a proteção das áreas dedicadas ao turismo.

AÇÕES	**13. Elaboração de plano para ampliação da rede de monitoramento e fiscalização da qualidade da água para as sub-bacias importantes para o turismo no polo.**
	14. Implantação do plano para ampliação da rede de monitoramento e fiscalização da qualidade da água para as sub-bacias importantes para o turismo no polo.
JUSTIFICATIVA	Os ecossistemas aquáticos possuem grande poder de atratividade, e se constituem em um diferencial para a região da Serra da Bodoquena. Em sua grande maioria, as atividades turísticas ali desenvolvidas estão a eles relacionadas, tais como: balneabilidade, mergulho, flutuação, banhos de cachoeiras, passeios de bote, entre outros. Considerando esta constatação, estes ambientes foram caracterizados e avaliados a partir de estudos e informações existentes, principalmente a respeito de Bonito, mas que espelham assim a realidade dos três municípios. Para atender aos diversos usos, a água deve ter uma boa qualidade, e como forma de poder avaliar a qualidade dos recursos hídricos da região e poder monitorar os possíveis impactos decorrentes das atividades antrópicas na região, será ampliada a rede de monitoramento nos rios importantes para o turismo, sendo os seguintes: rio Minoso, rio da Prata, rio Betione, rio Salobra, rio Chapena.
PROBLEMÁTICA	Os municípios de Bodoquena, Bonito e Jardim, vêm sofrendo uma ameaça crescente, advinda principalmente da descarga de esgotos domésticos, do solo oriundo da erosão das terras e da contaminação resultantes da disposição inadequada de lixo nas proximidades dos pequenos cursos d'água urbanos, ameaça esta potencializada pelas peculiaridades e fragilidade dos ecossistemas dessa região às interferências humanas.
POSSÍVEIS SOLUÇÕES	Implantação do plano par ampliação da rede de monitoramento e fiscalização da qualidade das águas nas sub-bacias importantes para o turismo.

AÇÕES	**15. Elaboração do Sistema de Ordenamento Ambiental das sub-bacias importantes para o turismo no polo.**
	16. Implantação do Sistema de Ordenamento Ambiental das sub-bacias importantes para o turismo no polo.
JUSTIFICATIVA	Considerando a fragilidade do ambiente em questão, e da necessidade de proteção dos recursos naturais importantes para o turismo, para que os mesmos continuem a desempenhar sua função ambiental e dar sustentabilidade as ações de turismo, e considerando que a capacidade de carga global dos ecossistemas devem ser respeitadas, foi proposto o ordenamento ambiental das sub-bacias importantes para o turismo no polo, como forma de implantar um processo de gestão da bacia.
PROBLEMÁTICA	Os recursos hídricos da região são, hoje, os recursos mais explorada turisticamente e existem outros tipos de uso e ocupação do território, inclusive conflitantes com o turismo, e também que a capacidade de carga que defini os números e limites de visitantes/dia para cada empreendimento turístico não é um instrumento efetivo para a conservação integral dessa sub-bacia.
POSSÍVEIS SOLUÇÕES	Implantação do Sistema de Ordenamento Ambiental proposto.

AÇÕES	**17. Elaboração de Sistema de Manejo da Visitação SMV, para os atrativos turísticos da Serra da Bodoquena.**
	18. Implantação de Sistema de Manejo da Visitação SMV, para os atrativos turísticos da Serra da Bodoquena.
JUSTIFICATIVA	O principal produto da Serra da Bodoquena é o turismo de natureza, desenvolvido numa região de relevo cártico, onde os recursos turísticos mais explorados são os rios de águas cristalinas e o patrimônio espeleológico. Esses recursos, embora com grande poder de atratividade, são frágeis, exigindo, portanto, um disciplinamento dos fluxos turísticos e definição da capacidade de carga dos empreendimentos turísticos nessa região.
PROBLEMÁTICA	A definição da capacidade de carga, dos produtos controlados por meio do "*voucher*" único, foi definida de forma empírica, pelos proprietários dos empreendimentos e os guias, sem ter uma base metodológica e estudos científicos. Portanto, deverá ser definida uma metodologia, com parâmetros e indicadores com base nos estudos procedidos e experiências bem sucedidas na região.
POSSÍVEIS SOLUÇÕES	Realização de um estudo de capacidade de carga, que deverá ser feito por meio da elaboração do SMV.

AÇÕES	**19. Elaboração da Avaliação Ambiental Estratégica (AAE).**
	20. Implantação da Avaliação Ambiental Estratégica (AAE).
JUSTIFICATIVA	A AEE tem sido apontada como uma solução para as deficiências da avaliação de impacto ambiental e, principalmente, como o instrumento que permitirá que a sustentabilidade do desenvolvimento seja viabilizada. Como prática, a AEE significa a aplicação dos procedimentos de avaliação, não mais em nível de projetos, mas nas etapas iniciais do processo de planejamento, ou seja, em nível de políticas, dos planos e dos programas.
PROBLEMÁTICA	Falta de identificação e avaliação prévia dos efeitos ambientais cumulativos das propostas de ação estratégica e das alterações ambientais de grande escala, bem como a inexistência de alternativas ambientais mais adequadas e menos impactantes negativamente na instalação de empreendimentos turísticos.
POSSÍVEIS SOLUÇÕES	Mecanismos de monitoramento que serão solucionados quando da elaboração e implantação do projeto da AAE.

6.5. AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS

O grande número de turistas que visitam a região tem como principal motivação o lazer e a recreação nas águas cristalinas de seus rios, visitação às cavernas e grutas, esportes como o rapel e arvorismo, passeios na mata por meio de trilhas, observação de animais silvestres, entre outras.

A atividade turística gera impactos, especialmente nos feriados prolongados e nas temporadas de férias, em função da precariedade de infraestrutura básica e sensibilidade da formação calcária, predominante na região.

Dentre os produtos turísticos estão os balneários públicos municipais, balneários particulares, passeios em trilhas, mergulhos, exploração de grutas e cachoeiras, *camping*, entre outras. Ainda existe a possibilidade da abertura do Parque Nacional da Serra de Bodoquena para o turismo, além do turismo rural que mostra a rotina de fazendas da região.

Este item considerou os impactos estratégicos da implementação das ações no âmbito do PDITS, sobre a qualidade de vida da população, abrangendo os aspectos sociais, culturais, ambientais e econômicos com o desenvolvimento do turismo, inclusive em termos da atração, que os investimentos possam exercer sobre outras atividades econômicas e a imigração de pessoas em busca de oportunidades, assinalando potenciais conflitos do uso turístico com outros usos dos recursos naturais na mesma área.

Nos casos aplicáveis, foram indicadas ações gerenciais de mitigação dos aspectos negativos e de potenciação dos impactos positivos.

Foram identificados, do mesmo modo, alguns possíveis impactos socioambientais cumulativos do conjunto de atividades, e projetos a serem desenvolvidos, principalmente aqueles possíveis de causar degradação da base de recursos naturais ou ameaçar a sustentabilidade ambiental das atividades turísticas do aumento de turismo planejado.

A fim de definir ações de acompanhamento e monitoramento dos impactos da implementação do PDITS, foram selecionados alguns parâmetros para serem usados como indicadores dos impactos e efeitos avaliados nos itens anteriores.

Elaborou-se, finalmente, um programa de gestão ambiental para o plano, identificando e integrando as medidas de mitigação e controle dos impactos, as ações de acompanhamento e monitoramento dos impactos, as medidas institucionais (novas normas, regulamentos) e de reforço institucional das entidades de meio ambiente e prefeituras municipais, as ações de recuperação de áreas degradadas e conservação de recursos naturais de base para o turismo.

6.5.1. - Avaliação dos impactos socioambientais para cada ação proposta

Os impactos e as medidas mitigadores identificados para cada uma das ações propostas foram organizados em quadros por componentes e estratégias predefinidas.

Quadro 148 – Estratégia de produto turístico: avaliação de impactos socioambientais.

E.1 - Diversificação da oferta de produtos e serviços turísticos do polo, a partir do potencial do ecoturismo.			
AÇÃO 1 a 6 – Elaboração e implantação de projeto para estruturação do Geopark; criação de roteiro turístico geocultural ; implementação de roteiro turístico geocultural; elaboração de projeto e implantação do Centro de Referência em Geohistória, em Bonito.			
Possíveis impactos positivos	**Possíveis impactos negativos**	**Medidas potencializadoras dos possíveis impactos positivos**	**Medidas mitigadoras dos possíveis impactos negativos**
• Diversificação dos atrativos; • Integração dos municípios do polo; • Preservação de minerais, fósseis e arquitetura; • Incentivo a pesquisas científicas; • Criação de postos de emprego para gestão dele; • Maior facilidade para o direcionamento de recursos financeiros para a região; • Geração de renda; • Aumento da arrecadação de impostos; • Aumento do consumo local.	• Desenvolvimento desordenado, especulação e loteamento no entorno do Geopark (zona de amortecimento); • Impactos ambientais decorrentes da trilhas inadequadas, como: erosão, sedimentação, destruição de *habitat*, desmatamento, poluição sonora e atmosférica (veículos); • Depredação de cavernas por exceder sua capacidade de suporte; • Depredação de outras formações calcárias por usos inadequados e acima da capacidade de suporte, como esportes radicais (*rapel*, boia-*cross*, escaladas e outros); • Impactos ambientais decorrentes de disposição de resíduos sólidos durante percursos nas trilhas, com possível intoxicação e ferimentos de animais silvestres.	• Incentivo a roteiros turísticos integrados; • Ampla divulgação e participação comunitária no processo de implantação do Geopark; • Priorização de mão de obra local, quando possível; • Criação de políticas públicas que garantam oportunidades profissionais para diferentes especialidades na gestão do Geopark.	• Estudos de impacto ambiental adequados; • Estudo de impacto na zona de amortecimento do Geopark; • Licenciamento ambiental de trilhas e visitações em cavernas entre outras possíveis atividades; • Inclusão das três ações no plano de manejo do Parque Nacional da Serra da Bodoquena já que as ações nele interferem; • Projetos de educação ambiental/capacitação; • Sinalização para orientação e para educação ambiental nas estradas de acesso ao Geopark; • Sinalização para orientação e para educação ambiental nas trilhas no interior do Geopark.

AÇÃO 7– Realização de estudos de viabilidade para implantação do turismo de base comunitária nos assentamentos existentes em Bodoquena.			
Possíveis impactos positivos	**Possíveis impactos negativos**	**Medidas potencializadoras dos possíveis impactos positivos**	**Medidas mitigadoras dos possíveis impactos negativos**
• Diversificação dos atrativos; • Desenvolvimento local, dada as suas dificuldades econômicas e sociais e o seu potencial em termos de prática do turismo rural; • Conhecimento e a valorização do seu território, o resgate da autoestima e a mobilização em torno de ações que possam viabilizar, com dignidade, a vida dessas populações; • Valorização da atividade agrícola e preservação do meio ambiente.	• Descaracterização da cultura local, por modificação nos padrões de sociabilidade tradicionais, decorrentes da intensificação das relações mercantis e, sobretudo, pela ampliação dos horizontes socioculturais dos mais jovens; • Surgimento e aumento da violência, do uso de drogas e exploração sexual, típico de situações sociais de intensificação das relações humanas, e possível aumento do custo de vida das populações residentes; • Impactos ambientais decorrentes da trilhas inadequadas, como: erosão, sedimentação, destruição de *habitat*, desmatamento, poluição sonora e atmosférica (veículos); • Impactos ambientais decorrentes da falta de infraestrutura básica como a disposição inadequada de resíduos sólidos e efluentes domésticos.	• Transformação de comunidades rurais em empresas organizadas, oferecendo atividades planejadas e uma estrutura adequada para a recepção dos turistas, de modo que não represente impacto ao meio ambiente; • Ampla divulgação e participação comunitária.	• Projetos de educação ambiental/capacitação; • Estudos de impacto ambiental adequados; • Melhoria na sinalização.

AÇÃO 8 – Realização de estudos de viabilidade para implantação do produto cultural Retirada da Laguna, em Jardim.			
Possíveis impactos positivos	**Possíveis impactos negativos**	**Medidas potencializadoras dos possíveis impactos positivos**	**Medidas mitigadoras dos possíveis impactos negativos**
• Diversificação dos atrativos; • Integração com os municípios de Bodoquena, Bonito, Guia Lopes da Laguna, Nioaque, Caracol e Porto Murtinho, que fizeram parte do fato histórico; • Integração com o país vizinho, Paraguai; • Resgate e preservação da história regional; • Incentivo a pesquisas científicas; • Geração de renda; • Aumento da arrecadação de impostos; • Aumento do consumo local; • Direcionamento de recursos financeiros para a região.	• Depredação do monumento Cemitério dos Heróis; • Impacto sobre a barranca e as águas do rio Miranda, parte do roteiro (conhecido como Passo do Camisão), visto que o monumento Cemitério dos Heróis localiza-se nas proximidades de suas margens; • Impactos ambientais decorrentes de disposição inadequada de resíduos sólidos durante os percursos.	• Ampla divulgação e participação comunitária; • Gestão integrada com os municípios de Bodoquena, Bonito, Guia Lopes da Laguna, Nioaque, Caracol e Porto Murtinho; • Melhoria na sinalização; • Priorização de mão de obra loca,l quando possível.	• Projetos de educação ambiental/capacitação; • Adequação e manutenção das trilhas e monumentos; • Estudos de impacto ambiental adequados; • Licenciamento ambiental de trilhas e mirantes entre outras possíveis atividades.

AÇÃO 9 – Elaboração de estudos de viabilidade para a prática de espeoleologia na região da Serra da Bodoquena.			
Possíveis impactos positivos	**Possíveis impactos negativos**	**Medidas potencializadoras dos possíveis impactos positivos**	**Medidas mitigadoras dos possíveis impactos negativos**
• Diversificação dos atrativos; • Ampliação do conhecimento sobre a região; • Criação de postos empregos para realização dos estudos; • Preservação das cavidades naturais e outros fenômenos cársticos, incluindo suas dimensões, morfologia e valores paisagísticos; suas peculiaridades geológicas, geomorfológicas e mineralógicas; a ocorrência de vestígios arqueológicos e paleontológicos; recursos hídricos; ecossistemas frágeis ou espécies endêmicas, raras ou ameaçadas de extinção; a diversidade biológica; e sua relevância histórico-cultural ou socioeconômica na região; • Incentivo a pesquisas científicas; • Direcionamento de recursos financeiros para a região; • Subsídio para projeto de plano de manejo e/ou EIA/RIMA das cavidades consideradas para análises e emissão da licença ambiental; • Embasamento para zoneamento espeleológico, Cadastro Nacional de Informações Espeleológicas – CANIE.	• Impactos ambientais decorrentes da utilização inadequada de trilhas para a realização dos estudos (erosão, sedimentação, destruição de *habitat*, desmatamento, poluição sonora e atmosférica por veículos); • Depredação de cavernas durante a realização de estudos, como espeleotemas quebrados, inscrições e gravações nas grutas.	• Ampla divulgação e participação comunitária; • Priorização de mão de obra local, quando possível; • Atendimento à Resolução CONAMA, n. 347, de 10 de setembro de 2004, que dispõe sobre a proteção do patrimônio espeleológico.	• Utilização adequada de trilhas para a realização dos estudos, através de prévio levantamento, planejamento e uso de equipamentos adequados.

AÇÃO 10 – Construir e equipar o receptivo par as gruas pertencentes ao monumento natural da Gruta do Lago Azul.			
Possíveis impactos positivos	**Possíveis impactos negativos**	**Medidas potencializadoras dos possíveis impactos positivos**	**Medidas mitigadoras dos possíveis impactos negativos**
• Aumenta a qualidade do atrativo e, por conseqüência, do destino; • Aumenta a capacidade operacional do atrativo; • Atrai turistas com maior exigência e geralmente com maior gasto médio.	• Maior pressão sobre o recurso ambiental; • Demanda de mão de obra com maior qualificação e possível marginalização da comunidade.	• Desenvolvimento de instrumentos de promoção e divulgação do atrativo.	• Controle sistemático de impactos ambientais e reavaliação frequente da capacidade de carga do recurso; • Capacitação específica (línguas, ambiental, atendimento ao cliente e outros) para a mão de obra do recurso.

AÇÃO 11 e 12 – Elaboração e implantação do Plano Estadual de Estradas Turísticas, tendo a MS-17,8 como projeto-piloto.			
Possíveis impactos positivos	**Possíveis impactos negativos**	**Medidas potencializadoras dos possíveis impactos positivos**	**Medidas mitigadoras dos possíveis impactos negativos**
• Oportunidade de diversificação do produto turístico do polo, por meio de roteiros integrados; • Integração dos municípios de Bodoquena e Bonito; • Geração de renda para as comunidades situadas as margens da MS-178; • Diversificação de atividades econômicas.	• Falta de manutenção e sinalização da estrada; • Impactos sobre a fauna, flora e população habitantes das margens da estrada; • Impactos ambientais decorrentes da não manutenção e tráfego intenso, como: erosão, destruição de habitat, atropelamento de pessoas e animais, focos de incêndio, degradação de corpos hídricos; • Impactos ambientais decorrentes de disposição de resíduos sólidos durante percursos, com possível intoxicação e ferimentos de animais silvestres; • Biopirataria e trafico de animais silvestres; • Construções irregulares na beira da estrada; • Aumento de gases de efeito estufa – GEE`s.	• Gestão integrada, municípios de Bodoquena e Bonito; • Capacitação/orientação das comunidades situadas às margens da MS-178, para a geração de renda.	• Manutenção e sinalização da estrada; • Programas e campanhas de conscientização e educação ambiental para usuários e residentes das margens da estrada; • Programas emergenciais para atendimento a acidentes; • Programas e brigada de combate a incêndio, incluindo capacitação de moradores do percurso; • Programas de educação e fiscalização contra biopirataria e trafico de animais silvestres; • Conscientização quanto a construções na beira da estrada; • Programas e/ou projetos de seqüestro e neutralização de carbono.

AÇÃO 13 e 14 – Elaboração de estudos e projetos para implantação do Parque da Biodiversidade, na região da Serra da Bodoquena, e implantação do projeto de criação do Parque da Biodiversidade, na região da Serra da Bodoquena.			
Possíveis impactos positivos	**Possíveis impactos negativos**	**Medidas potencializadoras dos possíveis impactos positivos**	**Medidas mitigadoras dos possíveis impactos negativos**
• Reduz a sazonalidade da atividade; • Amplia a competitividade do polo; • Expressiva geração de emprego e renda; • Atração de turistas variados (idades variadas, portadores de necessidades especiais, famílias, etc); • Induz o fluxo de turistas em outros atrativos e em toda a região turística; • Promove e fomenta a educação ambiental e divulga princípios sustentáveis.	• Aumenta de demanda por mão de obra qualificada e possível marginalização da comunidade; • Pressão excessiva sobre os recursos ambientais; • Aumento da demanda por infraestrutura básica e serviços públicos; • Concentrada geração de efluentes e resíduos; • Competição predatória com micro e pequenos empreendimentos turísticos; • Concentração do gasto turístico em um único empreendimento.	• Elaboração de plano estratégico de *marketing* do emprendimento para otimizar as visitações; • Priorizar na política de recursos humanos da emprensa a contratação de mão de obra local; • Desenvolver linhas de passeios específicas para terceira idade, crianças etc; • Priorizar no projeto executivo do parque a acessibilidade para portadores de necessidades especiais; • Criação de área de compras de produtos típicos da região; • Capacitar os colaboradores do parque para abordar adequadamente conceitos de sustentabilidade e preservação ambiental; • Desenvolver no parque atrativos específicos para a educação ambiental como um observatório, por exemplo.	• Desenvolvimento de parcerias públicas-privadas para a capacitação específica da mão de obra local para atender a demanda do empreendimento; • Inserir no projeto executivo da obra do parque a priorização por materiais e sistemas ecoeficientes que causam menores impactos ambientais e demandem menos os serviços de sanenamento (reuso de águas, cinzas, reciclagem de materiais, compostagem, aproveitamento de águas das chuvas entre outros); • Desenvolver parcerias com empreendimentos locais através de passeios conjuntos, inserção de lojas/quiosques no parque de empreendimentos tradicionais da região;

E.2 - Fortalecimento do segmento de ecoturismo.			
AÇÃO 1 – Regularização dos empreendimentos de turismo quanto ao licenciamento ambiental.			
Possíveis impactos positivos	**Possíveis impactos negativos**	**Medidas potencializadoras dos possíveis impactos positivos**	**Medidas mitigadoras dos possíveis impactos negativos**
• Desenvolver sistema de qualidade na prestação de serviços turísticos; • Compatibilizar o desenvolvimento econômico com a conservação/preservação dos recursos naturais; • Maior segurança ambiental, social e econômica para a implantação, ampliação das atividades; • Legalidade ambiental para os empreendimentos governamentais e/ou privados; • Melhora efetiva da qualidade ambiental; • Reflexos positivos no desenvolvimento sustentável da região.	• Aumento excessivo na demanda perante os órgãos ambientais que são deficientes em estrutura física e recursos humanos; • Pressão no procedimento de licenciamento ambiental; • Falta da mobilização da sociedade civil, consequentemente o sistema fica refém de interesses particulares; • Interferências do Ministério Público.	• Campanhas educativas para conscientização dos proprietários e população local quanto à importância do licenciamento ambiental, assim como sua correlação com a valorização econômica da atividade.	• Modernizar o licenciamento ambiental; • Estruturar as equipes técnicas; • Melhoria salarial (evitar a rotatividade de servidores, o que prejudica a continuidade de análise dos processos); • Maior integração entre os órgãos participantes do processo de licenciamento; • Identificação e padronização de procedimentos de licenciamento ambiental, de acordo com a tipologia e porte dos empreendimentos; • Elaboração e divulgação de cartilhas educativas; • Descentralização do licenciamento ambiental.

AÇÃO 2 – Criação de mecanismos de certificação dos produtos turísticos da Serra da Bodoquena.			
Possíveis impactos positivos	**Possíveis impactos negativos**	**Medidas potencializadoras dos possíveis impactos positivos**	**Medidas mitigadoras dos possíveis impactos negativos**
• Desenvolver sistema de qualidade na prestação de serviços turísticos; • Maior segurança ambiental, social e econômica para a implantação, ampliação das atividades; • Competitividade internacional; • Estabelecer produtos realmente sustentáveis e atender ao consumidor mais consciente; • Redução de impactos ambientais.	• Aumento excessivo no número de turistas; • Aumento das taxas cobradas para visitação; • Falta de infraestrutura (transporte, segurança, hotéis e outros.) para atender o aumento da demanda de turistas.	• Estruturar equipes técnicas para certificação; • Maior integração entre os órgãos participantes do processo de certificação; • Identificação e padronização de procedimentos de certificação, de acordo com a tipologia e porte dos empreendimentos; • Elaboração e divulgação de cartilhas educativas;	• Capacitação de proprietários e funcionários de empreendimentos turísticos.
AÇÃO 3 – Criação e divulgação de um portfólio de oportunidades de investimentos no turismo na região			
Possíveis impactos positivos	**Possíveis impactos negativos**	**Medidas potencializadoras dos possíveis impactos positivos**	**Medidas mitigadoras dos possíveis impactos negativos**
• Investimentos privados em infraestrutura turística; • Aumento da oferta turística na região; • Informações levantadas podem servir para embasar outros estudos e ações.	• Especulação imobiliária; • Descaracterização da cultura local, devido ao excesso de investidores de outras regiões ou países; • Exploração financeira das comunidades locais; • Desvalorização das comunidades locais.	• Considerar os critérios estabelecidos para o investimento privado no polo.	• Levantamento das áreas potenciais, considerando impactos cumulativos; • Elaboração e divulgação de cartilhas educativas.

AÇÃO 4 e 5 – Criação de leis de incentivos fiscais para empreendedores turísticos; fomento à iniciativa privada com o intuito de promover e divulgar as condições dos serviços financeiros e do crédito, estimulando e direcionando formas inovadoras de acesso aos recursos.			
Possíveis impactos positivos	**Possíveis impactos negativos**	**Medidas potencializadoras dos possíveis impactos positivos**	**Medidas mitigadoras dos possíveis impactos negativos**
• Investimentos privados em infraestrutura turística; • Desonerar a atividade, assim como incitar novos projetos e equilibrar a equação rentabilidade e sustentabilidade dos empreendimentos turísticos.	• Financiamento da degradação de ecossistemas frágeis; • Financiamento dos impactos negativos sobre a fauna e a flora; • Especulação imobiliária.	• Estudar possibilidade de incentivos fiscais nas esferas federais, estaduais e municipais; • Solicitar contribuição jurídica de especialistas em Direito Ambiental e Direito Tributário.	• Exigências dos bancos quanto ao licenciamento ambiental, planos de manejo e laudos técnicos.

AÇÃO 6 – Estabelecimento de critérios socioambientais para o investimento privado no polo.			
Possíveis impactos positivos	**Possíveis impactos negativos**	**Medidas potencializadoras dos possíveis impactos positivos**	**Medidas mitigadoras dos possíveis impactos negativos**
• Investimentos privados em infraestrutura turística; • Estímulo ao oferecimento de produtos com padrões de qualidade; • Eleva a aptidão para mobilização de fontes de financiamento internacionais e regionais auxiliando os fundos governamentais para financiar o desenvolvimento do turismo; • Encoraja instituições financeiras a promoverem o acesso dos empresários e comunidades locais ao capital.	• Aumento no tempo de elaboração e/ou análises de projetos, podendo levar à perda de créditos com instituições financeiras; • Falta de qualificação técnica para o cumprimento dos critérios impostos; • Afunilamento dos tipos de produtos turísticos.	• Estabelecimento de critérios com a participação de representantes da comunidade organizada e por equipe multidisciplinar, com o intuito de promover sua viabilidade; • Elaboração e divulgação de cartilhas educativas.	• Elaboração de documentos orientadores, como termos de referências para elaboração de projetos.

AÇÃO 7, 8 e 9 – Criação de programas de capacitação profissional para o turismo, em parceria com o setor privado, de acordo com as necessidades e demandas crescentes do mercado, com a inclusão de pessoas com necessidades especiais; elaboração de termos de parceria público-privadas, para a capacitação profissional do turismo; capacitação de novos guias de turismo para suprir a deficiência apresentada atualmente e para novas modalidades que surgirão.			
Possíveis impactos positivos	**Possíveis impactos negativos**	**Medidas potencializadoras dos possíveis impactos positivos**	**Medidas mitigadoras dos possíveis impactos negativos**
• Desenvolver os recursos humanos para o turismo e a hospitalidade; • Diversificar o público-alvo; • Oferecer serviços de atendimento ao público com qualidade • Incentivo a projetos de acessibilidade; • Inclusão social de pessoas com deficiência física; • Mais acesso à capacitação; • Priorização de mão de obra local.	• Saturação do mercado de trabalho; • Aumento considerável com custos de mão de obra por parte dos proprietários; • Excesso de instituições e cursos de capacitação.	• Realização de convênios com instituições de ensino superior e outras instituições de capacitação.	• Levantamento das demandas e capacidade de saturação do mercado.

Quadro 149 – Estratégia de comercialização: avaliação de impactos socioambientais.

E.1 – Desenvolvimento de estratégia de marketing turístico, buscando um posicionamento mercadológico.			
AÇAO 1 e 2 - Elaboração e implantação do plano de *marketing* turístico, elaborado para a Serra da Bodoquena.			
Possíveis impactos positivos	**Possíveis impactos negativos**	**Medidas potencializadoras dos possíveis impactos positivos**	**Medidas mitigadoras dos possíveis impactos negativos**
• Implantar plano de *marketing* responsável para o polo; • Apoio à comercialização do destino Bonito-Serra da Bodoquena; • Ampliar e fortalecer a comercialização dos produtos turísticos.	• Aumento da pressão sobre o meio ambiente natural em consequência do aumento do número de visitantes; • Pequenos impactos de curto prazo por causa da execução de obras (infraestrutura, empreendimentos, divulgação).	• Inclusão da população local na implantação do plano de *marketing;* • Realizar a ação com consonância com o plano regional de comercialização, a ser elaborado.	• Implantação gradativa do plano; • *Marketing* adicionado de toques de educação ambiental.

AÇÃO 3 – Desenvolvimento de políticas regionais de comercialização			
Possíveis impactos positivos	**Possíveis impactos negativos**	**Medidas potencializadoras dos possíveis impactos positivos**	**Medidas mitigadoras dos possíveis impactos negativos**
• Posicionar a região como destino turístico; • Padronização da divulgação dos produtos locais.	• Maior ênfase em determinada região ou ponto da região.	• Padronização contemplando a vertente ecológica.	• Inclusão da maior quantidade de atrativos e/ou produtos de todos os municípios da região focada.

AÇÃO 4 – Elaboração do Plano de Investimentos para Plano de *Marketing*			
Possíveis impactos positivos	**Possíveis impactos negativos**	**Medidas potencializadoras dos possíveis impactos positivos**	**Medidas mitigadoras dos possíveis impactos negativos**
• Estabelece diretrizes de investimentos que otimizam os emprego dos recursos; • Atrai novos investidores; • Fomenta o desenvolvimento socioeconômico local; • Geração de novos empregos; • Aumenta o fluxo de turistas, seu gasto e permanência; • Subsidia a tomada de decisão.	• Aumenta de demanda por mão de obra qualificada e possível marginalização da comunidade; • Pressão excessiva sobre os recursos ambientais; • Falhas no fornecimento/abastecimento dos serviços básicos.	• Desenvolvimento de instrumentos de fomento ao investimento no setor de turismo (incentivos fiscais, benefícios, financiamento facilitado, entre outros); • Alinhamento do plano de investimentos com outros planos, programas e projetos do polo.	• Definição com base cientifca da capacidade carga dos atrativos turísticos, • Implantação de sistema de monitoramento e acompanhamento ambiental; • Capacitação sistêmica dos recursos humanos; • Revisão sistêmica e frequente das projeções de demanda dos projetos/planos de infraestrutura e serviços básicos.

AÇÃO 5 – Realização de pesquisas sistemáticas do perfil de demanda real e potencial no polo.			
Possíveis impactos positivos	**Possíveis impactos negativos**	**Medidas potencializadoras dos possíveis impactos positivos**	**Medidas mitigadoras dos possíveis impactos negativos**
• Desenvolver sistema de acompanhamento e monitoramento da demanda turística; • Criação de base de dados.	• Falhas ou inexistência de dados.	• Utilização de equipe multidisciplinar; • Utilização de, ao menos parte, da mão de obra local na elaboração das pesquisas.	• Levantamento perante todos os setores.

AÇÃO 6 e 7 – Elaboração de projeto e implantação de um sistema de informações turísticas regional.			
Possíveis impactos positivos	**Possíveis impactos negativos**	**Medidas potencializadoras dos possíveis impactos positivos**	**Medidas mitigadoras dos possíveis impactos negativos**
• Implantação e implementação do sistema de informações turísticas; • Criação de base para otimização da tomada de decisão, gestão e fiscalização da atividade turística; • Banco de dados para auxiliar na divulgação da atividade.	• Diferença na quantidade de dados em determinados pontos da região; • Falha nos dados existentes (inconsistência, erros e outros); • Incompatibilidade de bancos.	• Equipar as instituições; • Capacitar os técnicos para alimentar o banco de dados; • Incluir o posicionamento geográfico para posterior elaboração de mapas.	• Levantamento do estado da arte sobre a região; • Padronização dos dados, transformando e digitalizando os existentes.

AÇÃO 8 – Realização de campanhas promocionais em conjunto com destinos complementares.			
Possíveis impactos positivos	**Possíveis impactos negativos**	**Medidas potencializadoras dos possíveis impactos positivos**	**Medidas mitigadoras dos possíveis impactos negativos**
• Estabelecer parcerias e alianças estratégicas com destinos que possuam produtos complementares aos da Serra da Bodoquena; • Integração dos municípios; • Campanha para dinamização das economias locais por meio da exploração das complementaridades, gerando a diversificação dos produtos.	• Grande diferença entre as infraestruturas dos municípios pertencentes ao roteiro.	• Realização de oficinas com representantes das localidades envolvidas; • Prática de intercâmbio entre profissionais para o conhecimento de todos os locais envolvidos, objetivando a motivação; • Divulgação para todos os setores.	• Planejamento e busca de recursos governamentais para a redução da diferença entre as infraestruturas dos municípios pertencentes ao roteiro.

AÇÃO 9 – Captação de investidores e ações visando ao desenvolvimento de negócios relacionados ao turismo.			
Possíveis impactos positivos	**Possíveis impactos negativos**	**Medidas potencializadoras dos possíveis impactos positivos**	**Medidas mitigadoras dos possíveis impactos negativos**
• Estabelecer parcerias e alianças estratégicas com destinos que possuam produtos complementares aos da Serra da Bodoquena; • Integração dos municípios; • Campanha para dinamização das economias locais, por meio da exploração das complementaridades, gerando a diversificação dos produtos e atrativos.	• Financiamento da degradação de ecossistemas frágeis e sobre a fauna e a flora; • Especulação imobiliária.	• Oficinas com representantes das localidades envolvidas; • Prática de intercâmbio entre profissionais para o conhecimento de todos os locais envolvidos, objetivando a motivação.	• Exigências dos bancos quanto ao licenciamento ambiental, planos de manejo e laudos técnicos; • Divulgação para todos os setores.

AÇÃO 10 - Promover campanhas para facilitar aos prestadores de serviços turísticos o acesso aos canais de divulgação de seus produtos.			
Possíveis impactos positivos	**Possíveis impactos negativos**	**Medidas potencializadoras dos possíveis impactos positivos**	**Medidas mitigadoras dos possíveis impactos negativos**
• Apoiar os grupos de empreendedores nas ações de desenvolvimento de produtos, promoção e divulgação do polo; • Mais conhecimento de todos os locais envolvidos no roteiro, objetivando a motivação, por meio da prática do intercâmbio entre profissionais.	• Expressão negativa da identidade das comunidades perante os atores externos com interesses econômicos na exploração do lugar; • Impressão negativa perante alguma instituição, organização, marca, produto, infraestrutura.	• Capacitação local para melhor divulgação dos produtos perante os visitantes interessados.	• Levantamento prévio sobre predisposição da população local.

AÇÃO 11 – Elaboração de programa de captação de eventos.			
Possíveis impactos positivos	**Possíveis impactos negativos**	**Medidas potencializadoras dos possíveis impactos positivos**	**Medidas mitigadoras dos possíveis impactos negativos**
• Apoiar os grupos de empreendedores nas ações de desenvolvimento de produtos, promoção e divulgação do polo; • Divulgação dos produtos locais; • Oportunidade de diversificação do produto turístico.	• Infraestrutura insuficiente para atender a demanda; • Pressão sobre o meio ambiente natural por causa do aumento do número de visitantes.	• Busca de recursos financeiros, submetendo projetos a editais de diversas instituições; • Capacitação quanto a elaboração de projetos para a busca de recursos financeiros.	• Levantamento prévio da capacidade de suporte da infraestrutura para o atendimento a eventos; • Considerar impactos cumulativos da realização de eventos e outras formas de turismo, observando a sazonalidade já existente.

AÇÃO 12 e 13 – Realização de campanhas com o intuito de divulgar o turismo regional. Fomento ao turismo regional, especialmente, a atração de turistas latino-americanos.			
Possíveis impactos positivos	**Possíveis impactos negativos**	**Medidas potencializadoras dos possíveis impactos positivos**	**Medidas mitigadoras dos possíveis impactos negativos**
• Apoiar os grupos de empreendedores nas ações de desenvolvimento de produtos, promoção e divulgação do polo; • Valorização, pela comunidade local, dos atrativos existentes, que consequentemente ajudará no repasse de informações para os turistas externos.	• Pressão sobre o meio ambiente natural por causa da maior facilidade de acesso.	• Projetos de educação ambiental/capacitação.	• Levantamento prévio da capacidade de suporte dos recursos naturais; • Realizar programações observando a sazonalidade do turismo externo, já existente.

Quadro 150 – Fortalecimento institucional: avaliação de impactos socioambientais.

E.1 – Modernizar a estrutura administrativa do polo, visando o fortalecimento da gestão do turismo.			
AÇÃO 1 a 5 – Implementação do Plano de Fortalecimento Institucional do município de Jardim; elaboração e implementação do Plano de Fortalecimento Institucional do município de Bonito; readequação e implementação do Plano de Fortalecimento Institucional do município de Bodoquena.			
Possíveis impactos positivos	**Possíveis impactos negativos**	**Medidas potencializadoras dos possíveis impactos positivos**	**Medidas mitigadoras dos possíveis impactos negativos**
• Fortalecer institucionalmente os municípios no que diz respeito ao turismo e gestão territorial; • Consolidação dos compromissos de gestão; • Prevenir e resolver conflitos de maneira mais rápida e eficaz; • Materialização do monitoramento e a sistematização de informações.	• Demora nas tomadas de decisão e falha na comunicação; • Falta de qualificação técnica local, havendo necessidade de contratar pessoas de fora da região e consequentemente o tempo de elaboração dos planos poderá se prolongar.	• Cursos, intercâmbio de informações e experiências entre os municípios e as pastas administrativas do município.	• Capacitação técnica.

AÇÃO 6 e 7 – Readequação do Plano Diretor do município de Bodoquena e readequação do Plano Diretor do município de Jardim.			
Possíveis impactos positivos	**Possíveis impactos negativos**	**Medidas potencializadoras dos possíveis impactos positivos**	**Medidas mitigadoras dos possíveis impactos negativos**
• Fortalecer institucionalmente os municípios no que diz respeito ao turismo e gestão territorial; • Organização do uso e ocupação do solo, consequentemente da atividade turística; • Diretrizes para uma fiscalização mais efetiva; • Minimização dos impactos sobre os recursos naturais.	• Limitações de usos dos atrativos.	• Realizações de parcerias com universidades, Embrapa, outros municípios a fim de otimizar a elaboração dos planos; • Inserção de mapas atualizados.	• Elaboração por equipe multidisciplinar.

AÇÃO 8 e 9 – Elaboração e Implementação do Plano de Fortalecimento Institucional do órgão oficial de Meio Ambiente do Estado.			
Possíveis impactos positivos	**Possíveis impactos negativos**	**Medidas potencializadoras dos possíveis impactos positivos**	**Medidas mitigadoras dos possíveis impactos negativos**
• Desenvolver sistema de qualidade ambiental do polo; • Descentralização da gestão ambiental; • Colocar em prática o princípio da Agenda 21 de "pensar globalmente e agir localmente" através do conselho municipal de meio ambiente e outros órgãos oficiais locais de meio ambiente; • Atender às demandas da sociedade por um melhor serviço nas questões relativas a controle, fiscalização e monitoramento da qualidade ambiental; • Informações capturadas e organizadas, através do SILA, irão embasar as tomadas de decisão.	• Falta de recursos humanos, equipamentos e infraestrutura dos órgãos oficiais de meio ambiente dos três municípios; • Insustentabilidade do fundo municipal de meio ambiente por planejamento e gestão inadequados.	• Buscar experiências de outros locais que possuam órgãos municipais oficiais de meio ambiente; • Levantamento do estado da arte sobre a região; • Padronização dos dados, transformando e digitalizando os existentes; • Incluir o posicionamento geográfico para posterior elaboração de mapas.	• Equipar as instituições; • Capacitar os técnicos para alimentar o banco de dados; • Estudo de sustentabilidade da efetivação do fundo municipal de meio ambiente.

AÇÃO 10 – Promover ações de sensibilização do empresariado e a comunidade para a atividade turística.			
Possíveis impactos positivos	**Possíveis impactos negativos**	**Medidas potencializadoras dos possíveis impactos positivos**	**Medidas mitigadoras dos possíveis impactos negativos**
• Fortalecer as relações entre o poder público, iniciativa privada e sociedade civil; • Embasamento para a gestão participativa, a sociedade como base de sustentação de todo esse processo.	• Supervalorização do turismo e abando de outras atividades necessárias à dinâmica econômica da região.	• Unir as competências técnicas e empresariais, com a experiência/sabedoria popular; • Capacitação de empresários; • Uso de meios de comunicação de massa para sensibilização da comunidade local.	• Sensibilização do empresariado e da comunidade para a atividade turística atrelada a apresentação da capacidade de suporte, tanto dos recursos naturais quanto da economia local.

AÇÃO 11 – Criar programas de capacitação empresarial.			
Possíveis impactos positivos	**Possíveis impactos negativos**	**Medidas potencializadoras dos possíveis impactos positivos**	**Medidas mitigadoras dos possíveis impactos negativos**
• Desenvolve os empreendimentos para o turismo e a hospitalidade; • Aumenta a competitividade do destino; • Dota de qualidade os serviços turísticos e a imagem do destino; • Atrai fluxo de turistas; • Incentivo à implantação de novos empreendimentos; • Geração de oportunidades de negócios aos empresários locais; • Geração de emprego, renda e tributos.	• Aumento dos valores cobrados nos empreendimentos; • Aumento da demanda de mão de obra qualificada e marginalização da comunidade; • Aumento na geração de efluentes e resíduos sobrepressionando os serviços públicos.	• Desenvolvimento de parcerias com o SEBRAE, SENAC e outros instituições de fomento ao micro e pequeno empreendedor e de capacitação; • Desenvolvimento de certificação da qualidade dos empreendimentos; • Maior divulgação das linhas de financiamento aos empreendimentos turísticos e concessão de benefícios e incentivos fiscais municipais; • Balizar o conteúdo das capacitações com pesquisas de demanda – de satisfação dos clientes.	• Inserir nas capacitações um programa de capacitação ambiental e promoção de práticas ecológicas/sustentáveis; • Realização de pesquisas de preços sistêmicas e ampla divulgação das mesmas; • Vincular a capacitação empresarial à capacitação de mão de obra local e do setor público para balizar metas e objetivos comuns ao desenvolvimento do setor.

AÇÃO 12 – Promover a integração entre os setores público e privado.			
Possíveis impactos positivos	**Possíveis impactos negativos**	**Medidas potencializadoras dos possíveis impactos positivos**	**Medidas mitigadoras dos possíveis impactos negativos**
• Fortalecer as relações entre o poder público, iniciativa privada e sociedade civil; • Fortalecimento local para a representatividade estadual; • Estímulo à organização social; • Estímulo à boa governança.	• Falta de representatividade de alguns segmentos (atores) nas organizações em todas as instâncias.	• Busca de maior diversificação de atores sociais envolvidos para uma melhor representatividade; • Investimento em divulgação; • Ampliar as ações de mobilização e sensibilização do *trade.*	• Apoio organizacional aos diversos segmentos (atores), principalmente aos que apresentam histórico de falta de mobilização.

Quadro 151 – Infraestrutura e serviços básicos: avaliação de impactos socioambientais.

E.1 – Melhoria da infraestrutura turística e dos serviços básicos do polo.			
AÇÃO 1,2,3 – Elaborar e implantar programa de monitoramento da rede de esgotamento sanitário no polo; implantar o projeto de esgotamento sanitário do município de Jardim.			
Possíveis impactos positivos	**Possíveis impactos negativos**	**Medidas potencializadoras dos possíveis impactos positivos**	**Medidas mitigadoras dos possíveis impactos negativos**
• Reforçar e aprimorar o sistema de esgotamento sanitário do polo • Fortalece a gestão ambiental do polo; • Ampliação do número de moradores atendidos; • Potencializa a efetividade do tratamento do esgoto lançado em corpos d água; • Identifica áreas com maior carência e subsidia tomada de decisão; • Reduz problemas de saúde (gastrointestinais) da população residente e de turistas; • Melhoria da qualidade de vida da população; • Reduz os efeitos negativos do grande número de turistas sobre a população local.	• Comprometimento da qualidade de água superficiais devido à operação inadequada ou insuficiente da ETE; • Degradação do manancial de água caso o lançamento de efluentes não seja bem planejado; • Pagamento do ônus pela população residente; • Avaliação ineficiente pelo baixo número de pontos de monitoramento, amostragem ou análise inadequadas. •	• Conscientização, sensibilização e estímulo adequados da comunidade para ligar suas casas a rede de coleta de esgoto; • Campanhas explicativas quanto ao uso inadequado do sistema de esgotamento sanitário; • Sensibilização de empresários para reuso de águas residuais e outros sistemas ecoeficientes; • Capacitação específica para profissionais responsáveis pela rede de monitoramento (amostragem, levantamento de dados, operação de sistema de dados e avaliação de resultados).	• Consonância com a elaboração dos planos diretores municipais e plano diretor de turismo; • Elaboração e implementação dos planos municipais de saneamento básico.

AÇÃO 4 e 5 - Implantação do projeto de drenagem dos municípios de Jardim e Bodoquena.			
Possíveis impactos positivos	**Possíveis impactos negativos**	**Medidas potencializadoras dos possíveis impactos positivos**	**Medidas mitigadoras dos possíveis impactos negativos**
• Implantar sistemas de saneamento básico; • Melhoria da qualidade ambiental e qualidade de vida da população local; • Criação de postos de trabalho na construção das obras; • Aumento da eficiência necessária para coletar e encaminhar as águas pluviais dos municípios; • Aumento do número de pessoas atendidas pelo serviço de saneamento principalmente em áreas residenciais; • Minimização da incidência de doenças de veiculação hídrica como a dengue; • Aumento na arrecadação de impostos e taxa de turismo.	• Degradação da qualidade das águas superficiais principalmente pelo carreamento de sólidos e resíduos oleosos; • Erosões por causa do mal direcionamento da água pluvial captada; • Impactos ambientais decorrentes da implantação das obras, como: erosão, sedimentação, destruição de habitat, desmatamento, poluição sonora e atmosférica (particulados); • Pontos de acúmulo de água pluvial devido ao dimensionamento inadequado ou obstrução do sistema de drenagem pluvial.	• Priorização de mão de obra local quando possível; • Ampla consulta pública para construção das obras.	• Elaboração de plano diretor de drenagem urbana; • Plano diretor de drenagem articulado com as outras atividades urbanas (abastecimento de água e de esgoto, transporte público, planos viários, instalações elétricas, etc.); • Campanhas educativas que visem a manutenção do bom funcionamento do sistema como as consequências de sua obstrução com lixo; • Fiscalização para verificação de ligações clandestinas de esgoto; • Acompanhamento e supervisão das obras; • Respeito aos planos diretores municipais; • Exigência de estudos de impacto ambiental e licenciamento ambiental; • Controle efetivo e fiscalização da expansão urbana e de empreendimentos imobiliários.

AÇÃO 6 a 9 – Elaboração de projeto e construção de aterros sanitários no município de Bodoquena; elaboração de projetos e construção de UPL no município de Bodoquena.			
Possíveis impactos positivos	**Possíveis impactos negativos**	**Medidas potencializadoras dos possíveis impactos positivos**	**Medidas mitigadoras dos possíveis impactos negativos**
• Implantar sistemas de disposição de resíduos sólidos; • Retirada da disposição dos resíduos sólidos da encosta de morros e margens de córregos (área de preservação permanente); • Minimização da incidência de pontos de disposição inadequada de resíduos sólidos; • Remoção dos catadores que residem no atual lixão; • Melhoria da qualidade ambiental e qualidade de vida da população local; • Criação de postos de trabalho na construção das obras; • Aumento da eficiência necessária para coletar e dispor de maneira adequada os resíduos sólidos dos municípios; • Aumento do número de pessoas atendidas pelo serviço de coleta pública de resíduos sólidos; • Minimização da incidência de doenças; • Aumento na arrecadação de impostos e taxa de turismo; • Geração de emprego e renda com a implantação da Unidade de Processamento de Lixo – UPL; • Recuperação de materiais recicláveis na UPL; • Aumento da vida útil do aterro sanitário com a redução de materiais	• Contaminação do solo e da água subterrânea e proliferação de vetores em caso de má operação do aterro; • Impactos ambientais decorrentes da implantação das obras, como: erosão, sedimentação, destruição de habitat, desmatamento, poluição sonora e atmosférica (particulados); • Pontos de acúmulo inadequado de resíduos sólidos caso a coleta não aconteça com regularidade e frequência adequada; • Abandono da Unidade de Processamento de Lixo por inviabilidade na comercialização de materiais (alto custo com transporte, falta de regularidade na produção e/ou entrega ao consumidor final).	• Elaboração do plano de gestão de resíduos sólidos de forma integrada e participativa; • Campanhas educativas, para população local e turistas, que visem ao acondicionamento adequado do lixo para a otimização da coleta pública, assim como as consequências prejudiciais da queima do lixo; • Interação com os planos diretores municipais; • Ampla consulta pública para construção das obras; • Priorização de mão de obra local quando possível; • Estudo de viabilidade social e econômica de uma Unidade de Processamento de Lixo.	• O município de Bodoquena deverá providenciar urgentemente o processo de licenciamento ambiental de um aterro sanitário em área aprovada previamente pela Secretaria de Meio Ambiente – SEMA; • Os resíduos comuns deverão receber recobrimento com terra e a compactação dela, diariamente, logo após o seu despejo na área utilizada pela prefeitura municipal; • A prática de atear fogo aos resíduos não deverá acontecer, tanto os de saúde como os resíduos comuns; • Os resíduos de serviços de saúde deverão ser encaminhados para destinação adequada em conformidade com a RDC/ANVISA, n. 306/2004, de acordo com a classificação dos resíduos gerados pela unidade hospitalar. Caso os resíduos, por causa da baixa complexidade do atendimento oferecido à população pela unidade hospitalar, não necessitem de tratamento específico antes da disposição final, enquanto não existir o aterro sanitário devidamente licenciado, eles poderão ser enterrados em células separadas dos resíduos comuns e receber recobrimento imediato após a sua disposição nelas, no local usado atualmente pela prefeitura municipal; • Deverá ser providenciado um local coberto para abrigar os pneumáticos

recicláveis nele dispostos.			inservíveis até a sua retirada do município, seja por empresas que os reaproveitam ou pelos fabricantes/importadores; • As pilhas e baterias deverão ser entregues pelos usuários aos estabelecimentos que as comercializam para que estes repassem aos fabricantes ou importadores para que estes adotem medidas de destinação final ambientalmente adequada. A prefeitura municipal deve esclarecer aos comerciantes locais quanto a esta necessidade; • Acompanhamento e supervisão das obras; • Exigência de estudos de impacto ambiental e licenciamento ambiental; • Controle efetivo e fiscalização da expansão urbana e de empreendimentos imobiliários a fim de atender o maior número de edificações com a coleta de resíduo sólido.

AÇÃO 10 a 15 – Elaborar e implantar projeto de redução do índice de perdas na distribuição de água potável nos municípios do polo; elaborar e implantar projeto para redução do grau de dureza da água; elaboração e implantação de estudo hidrogeológico dos municípios do polo.			
Possíveis impactos positivos	**Possíveis impactos negativos**	**Medidas potencializadoras dos possíveis impactos positivos**	**Medidas mitigadoras dos possíveis impactos negativos**
• Reforçar e aprimorar o sistema de abastecimento de água; • Ampliação do número de moradores atendidos; • Aumento na disponibilidade de água para a população residente e flutuante; • Redução de problemas gastrointestinais pelo excesso de minerais na água; • Redução dos gastos com manutenção pelo acúmulo de minerais em máquinas, tubulações e equipamentos; • Melhoria da qualidade de vida da população; • Criação de postos de trabalho na construção das obras necessárias para o projeto; • Diminuição dos efeitos negativos do grande número de turistas sobre a população local; • Aumento da qualidade dos serviços prestados aos turistas; • Aumento na arrecadação de impostos e taxa de turismo.	• Comprometimento da qualidade de água por causa da operação inadequada ou insuficiente da ETA; • Degradação do manancial de água caso a sua exploração não seja bem planejada; • Pagamento do ônus pela população residente; • Impactos ambientais decorrentes da implantação das obras, como: erosão, sedimentação, destruição de *habitats*, desmatamento, poluição sonora e atmosférica (particulados); • Expansão desordenada da atividade e do fluxo de turistas impulsionada pela maior oferta de infraestrutura de abastecimento de água; • Interferência negativa nos aquíferos por causa da fragilidade e especificidade da formação calcária da região; • Perfurações sem observância de normas técnicas e sem acompanhamento por técnico da área, até mesmo causando problemas de contaminação (poluição) das águas subterrâneas; • Contaminação na área de recarga e erosão na de descarga de aqüíferos.	• Estudos de viabilidade de aumento da quantidade de água na ETA; • Planejamento e elaboração de estudo referente à capacidade de reservação, evitando interrupções no fornecimento de água; • Consonância com a elaboração dos planos diretores municipais e plano diretor de turismo; • Elaboração e implementação dos planos municipais de saneamento básico; • Ampla consulta pública para construção das obras; • Priorização de mão de obra local, quando possível.	• Estudos ambientais adequados para seleção do manancial a ser explorado (seja superficial ou subterrâneo); • Monitoramento da qualidade e quantidade de água dos mananciais; • Identificação da possibilidade do ônus das obras de ampliação ter peso diferente para os empreendedores do setor de turismo e população local residente; • Programas de educação ambiental com projetos que incentivem o uso racional da água, sistemas de reuso nos hotéis, redução de perdas de água, melhorias no sistema de gestão dos serviços, entre outros; • Implantação das boas práticas para construção; • Acompanhamento e supervisão das obras; • Exigência de estudos ambientais e licenciamento ambiental; • Levantamento das áreas de recarga de descarga os aquíferos a fim de evitar a contaminação deles em área de recarga e as áreas de descarga, que coincidem com as planícies e nascentes, devem permanecer intocadas.

AÇÃO 16 a 21:

- **Elaboração de projeto básico e executivo para construção do posto da Polícia Militar Ambiental, na MS-178, entre Bonito e Bodoquena, para atender ao polo;**
- **Construção do posto da Polícia Militar Ambiental, na MS-178, entre Bonito e Bodoquena, para atender ao polo;**
- **Elaboração de projeto básico e executivo para construção do minianel rodoviário para a cidade de Bonito;**
- **Construção do minianel rodoviário para a cidade de Bonito;**
- **Elaboração de projeto básico e executivo de pavimentação da MS-178, no trecho que compreende os municípios de Jardim e Bonito;**
- **Pavimentação da MS-178, no trecho que compreende os municípios de Jardim e Bonito.**

Possíveis impactos positivos	Possíveis impactos negativos	Medidas potencializadoras dos possíveis impactos positivos	Medidas mitigadoras dos possíveis impactos negativos
• Implantar sistema de atendimento e cuidados com o visitante; • Incremento da segurança do trânsito nas rodovias; • Melhoria na fiscalização nas estradas, evitando tráfico de pessoas, animais e entorpecentes; • Aumento da satisfação do turista em relação à segurança; • Aumento do gasto médio diário; • Incremento da receita proveniente da atividade turística.	• Transtornos à população local por causa da grande demanda sobre a infraestrutura básica (água, esgoto, energia, trânsito e outros) ocasionada pelo aumento do número de turistas - risco de colapso dos sistemas – pela facilidade de transporte, acesso, até a região; • Falha no atendimento à população devido à demanda de atendimento aos turistas (polícia, Corpo de Bombeiros e médicos); • Riscos de acidentes em caso de falta de fiscalização; • Biopirataria em decorrência de falhas na fiscalização.	• Campanhas de conscientização ambiental voltadas para os empreendedores, turistas e comunidade local a fim de reconhecerem os serviços policiais e médicos.	• Capacitação para a população e turistas realizarem denúncias de tráfico de pessoas, animais e entorpecentes; • Criação de um *disk denúncia* (tráfico de pessoas, animais e entorpecentes).

AÇÃO 22 e 23 - Elaboração e implantação de projeto de sinalização turística para o polo.			
Possíveis impactos positivos	**Possíveis impactos negativos**	**Medidas potencializadoras dos possíveis impactos positivos**	**Medidas mitigadoras dos possíveis impactos negativos**
• Implantar sistema de atendimento e cuidados com o visitante; • Incremento da segurança nas rodovias; • Melhoria no ordenamento dos atrativos turísticos; • Enquadramento dos municípios nos padrões internacionais estabelecidos para a sinalização turística; • Facilitação e ampliação do acesso ao mercado turístico internacional, criando condições para recepção destes turistas; • Melhoria na qualidade dos produtos turísticos; • Aumento da satisfação do turista em relação ao ambiente urbano e à localização e acesso aos atrativos por causa da facilidade de orientação; • Aumento do gasto médio diário; • Incremento da receita proveniente da atividade turística; • Aumento na arrecadação de impostos e taxa de turismo pela possibilidade de incremento do mercado internacional; • Incremento do comércio local por causa da melhor utilização turística das áreas urbanas.	• Transtornos à população local devido a grande demanda sobre a infraestrutura básica (água, esgoto, energia, trânsito etc) ocasionada pelo aumento do número de turistas - risco de colapso dos sistemas; • Aumento da população em função da imigração por pessoas em busca de trabalho e consequente aumento das demandas para serviços urbanos; • Riscos de acidentes em caso de falta de manutenção da sinalização; • Riscos de acidentes por causa da implantação de paradas irregulares ao longo das rodovias.	• Capacitação profissional para a população local para aumento das oportunidades de emprego no setor turístico; • Priorização de mão de obra local, quando possível.	• Campanhas de conscientização ambiental voltadas para os empreendedores, turistas e comunidade local, a fim de reconhecerem e preservarem a sinalização; • Orientação e fiscalização das paradas implantadas ao longo das rodovias.

Quadro 152 – Gestão ambiental: avaliação de impactos socioambientais.

E.1 - Melhoria da qualidade ambiental da Área Turística			
AÇÃO 1 a 4 - Elaborar e implantar plano para ampliação da rede de monitoramento e fiscalização da qualidade da água para as sub-bacias importantes para o turismo no polo; elaboração e implantação do Sistema de Ordenamento Ambiental, das sub-bacias importantes para o turismo.			
Possíveis impactos positivos	**Possíveis impactos negativos**	**Medidas potencializadoras dos possíveis impactos positivos**	**Medidas mitigadoras dos possíveis impactos negativos**
• Implantar sistema de gestão ambiental no polo; • Aumento da satisfação do turista em relação à segurança da preservação/conservação da região; • Redução da probabilidade de haver biopirataria.	• Falta de recursos humanos por causa do grande área; • Falta de equipamentos adequados à fiscalização e ao monitoramento.	• Criação de *disk denúncia* e divulgação do serviço para comunidade local e turistas.	• Capacidade da comunidade local para apoio à fiscalização.

AÇÃO 5 e 6 - Elaboração e implantação de Sistema de Manejo da Visitação - SMV, para os atrativos turísticos da Serra da Bodoquena.			
Possíveis impactos positivos	**Possíveis impactos negativos**	**Medidas potencializadoras dos possíveis impactos positivos**	**Medidas mitigadoras dos possíveis impactos negativos**
• Desenvolver sistema de qualidade ambiental do polo; • Aumento da consciência dos empreendedores, comunidade e turistas; • Minimização de impactos ambientais negativos; • Indução ao desenvolvimento sustentável das atividades; • Aumento nas condições de exploração sustentável do produto turístico; • Adequação do ordenamento da atividade turística às diretrizes de desenvolvimento urbano e padrões de uso e ocupação do solo dos municípios; • Compatibilização do desenvolvimento econômico baseado na atividade turística e sua cadeia produtiva com a conservação dos recursos naturais do polo; • Aumento da eficiência na gestão público-privada da atividade turística, otimizando os ganhos financeiros e sociais.	• Expressão negativa dos empreendedores perante às despesas econômicas com elaboração de projetos e processos burocráticos; • Uso de indicadores inconsistentes para o SMV, gerando resultados mascarados (que não condizem com a realidade).	• Conscientização da importância do planejamento; • Desenvolver parcerias com instituições de renome, como o SEBRAE, para a capacitação técnica dos empreendedores e empregados quanto à realização da gestão ambiental das atividades (turismo, artesanato, eventos e outras); • Fiscalização por parte de todos os envolvidos (governos, iniciativa privada, sociedade civil, ONGs).	• Capacitação empresarial e do poder público, para melhor implementação dos planos; • Realizar levantamento das características multidisciplinares dos atrativos turísticos da região para o desenvolvimento de um SMV viável e eficaz.

AÇÃO 7 e 8 - Elaboração de programa de gestão e manejo de unidades de conservação; elaboração do Programa Estadual de Apoio às Reservas Particulares do Patrimônio Natural.			
Possíveis impactos positivos	**Possíveis impactos negativos**	**Medidas potencializadoras dos possíveis impactos positivos**	**Medidas mitigadoras dos possíveis impactos negativos**
• Implantar sistema de gestão ambiental no polo; • Aumento da satisfação do turista em relação à segurança da preservação/conservação da região; • Utilização de regras próprias de uso e de manejo, com a finalidade própria de preservação e proteção de espécies vegetais ou animais, de tradições culturais, de belezas paisagísticas ou de fontes científicas, dependendo da categoria em que se enquadram; • Maior interesse dos visitantes pelas questões ambientais da região (incentivo à educação ambiental dos usuários); • Geração de empregos para guias de turismo ecológico; • Demarcação de trilhas, criação de estruturas no acesso de visitantes.	• Falta de recursos humanos, por causa da grande área, para a fiscalização das unidades de conservação; • Falta de equipamentos adequados à fiscalização e ao monitoramento.	• Compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável dos recursos naturais; • Adequar a conservação com as necessidades e realidade do local; • Estudo da capacidade de suporte e controle do tamanho dos grupos e número de visitantes; • Elaboração de planos de gestão e incentivos financeiros para implantação e eficiente fiscalização das unidades; • Criação de programas de formação de guias ecológicos; • Estabelecimento de infraestrutura adequada e equipamentos para a realização das atividades de visitação.	• Capacidade da comunidade local para apoio à fiscalização; • Incentivo à participação comunitária e ONGs na fiscalização; • Criação de *disk denúncia* e divulgação do serviço para a comunidade local e turistas.

AÇÃO 9 e 10 – Elaboração e implantação da Avaliação Ambiental Estratégica – AAE.			
Possíveis Impactos Positivos	**Possíveis Impactos Negativos**	**Medidas mitigadoras dos possíveis impactos negativos**	**Medidas potencializadoras dos possíveis impactos positivos**
• Antecipação dos impactos diretos e indiretos, em curto e longo prazo, das diferentes ações do programa; • Concilia as demandas turísticas com o meio ambiente; • Subsidia o desenvolvimento de diretrizes sustentáveis para o programa; • Identifica os impactos sociais e ambientais em diferentes cenários de desenvolvimento no polo, fundamentando as tomadas de decisão.	• Identificação de impactos socioambientais adversos e equivocados, sem a abrangência adequada ou sem considerar seus efeitos cumulativos e em longo prazo; • Análise dos impactos inadequada e direcionamento equivocado de tomadas de decisão; • Ceticismo ou resistência das partes interessadas em relação às conclusões da AAE.	• Predefinição dos métodos e enfoques da AAE, determinando sua abrangência (espacial, temporal, processos e instituições envolvidos) e objetivos; • Desenvolvimento da AAE, por equipe técnica apta, multidisciplinar e ciente da conjuntura local do polo e da abrangência do programa de desenvolvimento do turismo no local.	• Articulação da AAE com outros instrumentos aplicados em outras áreas econômicas e contextos decisórios no polo, como da área agropecuária, de agricultura familiar, do setor florestal, industrial e de programas específicos de gestão ambiental, entre outros; • Complementação da AAE com as devidas análises de impactos ambientais dos projetos abrangidos pelo programa.

AÇÃO 11 e 12 – Elaboração do plano regional estratégico de gestão ambiental e implantação do plano regional estratégico de gestão ambiental.			
Possíveis Impactos Positivos	**Possíveis Impactos Negativos**	**Medidas mitigadoras dos possíveis impactos negativos**	**Medidas potencializadoras dos possíveis impactos positivos**
• Alinhamento dos objetivos, metas, planejamento e gerenciamento ambiental dos municípios do polo; • Priorização de projetos e programas na área de gestão ambiental; • Uso racional dos recursos naturais; • Recuperação de áreas degradadas; • Maior proteção e preservação de ambientes naturais, conservação da diversidade biológica; • Ganhos sociais; • Maior sustentabilidade dos empreendimentos turísticos em ambientes naturais, garantindo a qualidade do produto em longo prazo; • Aumento da satisfação do turista em relação à segurança da preservação/conservação da região; • Atrai financiamentos nacional e internacional para o desenvolvimento da preservação ambiental na região.	• Maiores custos para o empreendedor e por consequência, produtos com preços mais elevados; • Afunilamento (quantitativo) na oferta turística; • Falta de qualificação para o cumprimento das diretrizes ambientais em empreendimentos privados; • Aumento no tempo de elaboração e implantação de projetos turísticos privados.	• Desenvolvimento de vias de financiamento dos projetos de investimento e adequação ambientais do setor turístico; • Sensibilização dos empresários sobre a importância dos critérios ambientais e seus ganhos em longo prazo; • Oferta de capacitação específica ambiental voltada a empreendimentos turísticos.	• Consonância com o arcabouço legal do meio ambiente dos municípios; • Implantar instrumentos da política nacional e estadual de meio ambiente; • Implantar instrumentos da política nacional e estadual de recursos hídricos; • Implantar instrumentos da política nacional de educação ambiental; • Participar das discussões da criação da política; estadual de educação ambiental; • Incentivar municípios a elaborarem seus planos diretores; • Fortalecer o papel dos principais grupos sociais da região (ONG`s, associações, cooperativas); • Obedecer às limitações e orientações do Zoneamento Ecológico-Econômico de Mato Grosso do Sul.

AÇÃO 13 e 14 – Elaboração e implantação de programa de educação ambiental para o polo.			
Possíveis Impactos Positivos	**Possíveis Impactos Negativos**	**Medidas mitigadoras dos possíveis impactos negativos**	**Medidas potencializadoras dos possíveis impactos positivos**
• Minimizar degradação de locais e recursos sobre os quais o turismo se relaciona; • Desperta consciência e comprometimento ambiental em turistas e na comunidade local; • Fortalece a imagem sustentável do destino turístico; • Potencializa impactos positivos de outras obras, planos, programas e projetos locais; • Cria novas oportunidades de empregos; • Resgate e valorização da cultura local; • Desperta na comunidade e no *trade* iniciativas de desenvolvimento de novos programas ambientais.	• Baixa participação pública em palestras e ações comunitárias do programa; • Desinteresse, ceticismo e baixa aceitação por parte dos turistas.	• Criar metodologia sistêmica de envolvimento e participação da comunidade (concursos, palestras, oficinas, fóruns, *shows* e outros); • Desenvolver material explicativo e promocional atrativos, pautados em enfoque sustentável (não somente ambiental) para turistas e para comunidade; • Capacitar educadores e agentes comunitários para disseminar conceitos sustentáveis em toda a comunidade; • Desenvolvimento de capacitação ambiental específica para o setor privado, disseminando conceitos sustentáveis com os clientes/turistas.	• Ampliar a abrangência do programa por meio de parcerias com associações, terceiro setor e outros setores públicos referentes a atividades econômicas distintas; • Alinhar o programa com outros planos e programas nacionais ambientais, educacionais e de turismo; • Apoio e incentivo à implantação de processos sustentáveis em empreendimentos privados.

AÇÃO 15 e 16 - Revisão do arcabouço legal do meio ambiente; elaboração da Agenda 21 Regional.			
Possíveis impactos positivos	**Possíveis impactos negativos**	**Medidas potencializadoras dos possíveis impactos positivos**	**Medidas mitigadoras dos possíveis impactos negativos**
• Estabelecer critérios para a prestação de serviços turísticos em ambientes naturais; • Averiguação da forma com que a legislação ambiental vem contribuindo para a sustentabilidade do turismo no local e quais as falhas que devem ser corrigidas; • Implementação do instrumento de construção do desenvolvimento sustentável, para conter a degradação ambiental e permitir a continuidade da vida no planeta, a Agenda 21; • Exercício autônomo e integrado da gestão ambiental regional.	• Falta de técnico local para a elaboração da revisão do arcabouço legal do meio ambiente; • Desinteresse social para participação do Fórum de Agenda 21 Regional.	• Consonância com o plano municipal estratégico de gestão ambiental; • Mobilizar e sensibilizar o governo e a sociedade para um planejamento participativo; • Criar um Fórum de Agenda 21 Regional.	• Formação de equipe técnica para elaboração da revisão do arcabouço legal do meio ambiente, com integrantes locais se possível; • Ampla campanha educativa para participação do Fórum de Agenda 21 Regional.

AÇÃO 17 e 18 – Elaboração e Implantação do plano integrado de gestão de resíduos sólidos para o polo.			
Possíveis impactos positivos	**Possíveis impactos negativos**	**Medidas potencializadoras dos possíveis impactos positivos**	**Medidas mitigadoras dos possíveis impactos negativos**
• Implantar gestão integrada para a disposição de resíduos sólidos; • Estabelece diretrizes para a destinação dos resíduos sólidos no polo; • Retirada da disposição dos resíduos sólidos da encosta de morros e margens de córregos (área de preservação permanente); • Minimização da incidência de pontos de disposição inadequada de resíduos sólidos;	• Contaminação do solo e da água subterrânea e proliferação de vetores em caso de má operação do aterro; • Impactos ambientais decorrentes da implantação das obras, como: erosão, sedimentação, destruição de habitat, desmatamento, poluição sonora e atmosférica (particulados); • Pontos de acúmulo inadequado de resíduos sólidos caso a coleta não aconteça com regularidade e frequência adequada;	• Elaboração do plano de gestão de resíduos sólidos de forma integrada e participativa; • Campanhas educativas, para população local e turistas, que visem o acondicionamento adequado do lixo para a otimização da coleta pública, assim como as consequências prejudiciais da queima do lixo; • Interação com os planos diretores municipais; • Ampla consulta pública para	• O município de Bodoquena deverá providenciar urgentemente o processo de licenciamento ambiental de um aterro sanitário em área aprovada previamente pela Secretaria de Meio Ambiente – SEMA; • Os resíduos comuns deverão receber recobrimento com terra e a compactação da mesma, diariamente, logo após o seu despejo na área utilizada pela prefeitura municipal; • A prática de atear fogo aos resíduos

AÇÃO 17 e 18 – Elaboração e Implantação do plano integrado de gestão de resíduos sólidos para o polo.			
Possíveis impactos positivos	**Possíveis impactos negativos**	**Medidas potencializadoras dos possíveis impactos positivos**	**Medidas mitigadoras dos possíveis impactos negativos**
• Remoção dos catadores que residem na insalubridade do atual lixão; • Melhoria da qualidade ambiental e qualidade de vida da população local; • Criação de postos de trabalho na construção das obras; • Aumento da eficiência necessária para coletar e dispor de maneira adequada os resíduos sólidos dos municípios; • Aumento do número de pessoas atendidas pelo serviço de coleta pública de resíduos sólidos; • Minimização da incidência de doenças; • Aumento na arrecadação de impostos e taxa de turismo; • Geração de emprego e renda com a implantação da Unidade de Processamento de Lixo – UPL; • Recuperação de materiais recicláveis na UPL; • Aumento da vida útil do aterro sanitário com a redução de materiais recicláveis nele dispostos.	• Abandono da Unidade de Processamento de Lixo por inviabilidade na comercialização de materiais (alto custo com transporte, falta de regularidade na produção e/ou entrega ao consumidor final).	construção das obras; • Priorização de mão de obra loca,l quando possível; • Estudo de viabilidade social e econômica de uma unidade de processamento de lixo.	não deverá acontecer, tanto os de saúde como os resíduos comuns; • Os resíduos de serviços de saúde deverão ser encaminhados para destinação adequada em conformidade com a RDC/ANVISA, n. 306/2004, de acordo com a classificação dos resíduos gerados pela unidade hospitalar. Caso os resíduos, por causa da baixa complexidade do atendimento oferecido à população pela unidade hospitalar, não necessitem de tratamento específico antes da disposição final, enquanto não existir o aterro sanitário devidamente licenciado, eles poderão ser enterrados em células separadas dos resíduos comuns e receber recobrimento imediato após a sua disposição nelas, no local usado atualmente pela prefeitura municipal; • Deverá ser providenciado um local coberto para abrigar os pneumáticos inservíveis até a sua retirada do município, seja por empresas que os reaproveitam ou pelos fabricantes/importadores; • As pilhas e baterias deverão ser entregues pelos usuários aos estabelecimentos que as comercializam para que estes repassem aos fabricantes ou importadores para que estes adotem medidas de destinação final ambientalmente adequada. A prefeitura municipal deve esclarecer aos comerciantes locais quanto a esta

AÇÃO 17 e 18 – Elaboração e Implantação do plano integrado de gestão de resíduos sólidos para o polo.			
Possíveis impactos positivos	**Possíveis impactos negativos**	**Medidas potencializadoras dos possíveis impactos positivos**	**Medidas mitigadoras dos possíveis impactos negativos**
			necessidade; • Acompanhamento e supervisão das obras ; • Exigência de estudos de impacto ambiental e licenciamento ambiental. Controle efetivo e fiscalização da expansão urbana e de empreendimentos imobiliários, a fim de atender o maior número de edificações com a coleta de resíduo sólido.

6.5.2. Apoio ao desenvolvimento turistico

Dentro da área de interesse do Polo Serra da Bodoquena , o município em que o turismo está menos desenvolvido é Bodoquena. A infraestrutura é precária, apesar de seu grande potencial pela beleza de seus recursos naturais e proximidade com mercados emissores ou com zonas mais desenvolvidas, das quais pode ser um complemento como é o caso de Bonito e Miranda.

A abertura do Parque Nacional da Serra da Bodoquena para a visitação turística, e a implantação do Geopark, podem impactar positivamente no desenvolvimento do município.

6.5.3. Impactos cumulativos

Os impactos socioambientais cumulativos, ou seja, derivados da soma de outros ou por cadeias de impacto que se somam, podem produzir consequências maiores do que as produzidas pela soma de pequenos impactos.

Visto que a deterioração dos recursos naturais pode levar à insustentabilidade da atividade turística, é necessário que o seu desenvolvimento ocorra de forma responsável e planejada. Por isso, as ações definidas neste PDITS, tiveram como objetivo maior o desenvolvimento do turismo sustentável, independentemente da fonte de financiamento a ser mobilizada e das entidades por elas responsáveis.

Observa-se que essas ações estão relacionadas essencialmente à inexistência ou ineficiência das vertentes do saneamento básico (água potável, esgotamento sanitário, gestão dos resíduos sólidos e drenagem pluvial), à falta de infraestrutura (transporte, hotéis, segurança, entre outros), ao incremento no número de turistas e à fragilidade na gestão socioambiental das atividades antrópicas. Fatores que comprometem sobremaneira os recursos naturais.

Cabe ressaltar que algumas das ações propostas não apresentam grande potencial de impacto socioambiental individualmente, mas, em conjunto com outras, podem oferecer mudança significativa na qualidade de vida da população.

Pode-se citar, por exemplo, que a capacitação de novos guias de turismo sem estimular incentivos fiscais para empreendedores turísticos conseguir contratá-los gerará conhecimento, mas não renda; ou ainda, a implantação do plano de *marketing* turístico elaborado para a Serra da Bodoquena sem a melhoria da eficiência e a capacidade das ETEs, levará ao aumento do número de turistas e sobrecarga do sistema de tratamento de esgoto, prejudicando a qualidade das águas do município.

Por meio de uma perspectiva global das ações, podem-se observar alguns dos possíveis impactos cumulativos nos meios antrópico, físico e biológico, organizados no quadro a seguir:

Quadro 153 – Impactos cumulativos no meio ambiente.

Antrópico	Físico	Biológico
• Dinamização da economia local; • Otimização do emprego de recursos locais; • Fortalecimento da gestão ambiental; • Diversificação dos atrativos e consequente aumento no número de oportunidades de emprego; • Integração dos municípios do polo; • Atração de recursos financeiros para a região; • Resgate e valorização da história, cultura e tradição regional; • Desmobilização de mão de obra; • Exigência de mão de obra excessivamente qualificada e marginalização da comunidade; • Interferência em atividades agropecuárias e de mineração; • Interferência no cotidiano da população local; • Descaracterização da cultura local, por causa da modificação nos padrões de sociabilidade tradicionais; • Surgimento e aumento da violência, do uso de drogas e exploração sexual; • Pressão sobre a infraestrutura básica e serviços essenciais; • Alterações na paisagem/patrimônio natural; • Alterações no uso do solo.	• Fomentar a conservação de solos e ordenar sua ocupação; • Pressão excessiva sobre determinados corpos d'água; • Interferência na drenagem; • Manter e controlar a qualidade das águas superficiais e subterrâneas; • Maior geração de resíduos sólidos e efluentes; • Introdução de melhorias na gestão ambiental pública e privada na região; • Desenvolvimento de sistema de gestão de resíduos sólidos; • Implantação e ampliação de sistema de esgotamento sanitário; • Aumento no nível de ruídos; • Preservação de minerais, fósseis e arquitetura.	• Alteração nos remanescentes florestais; • Geração de ruído e afugentamento de fauna; • Impactos na biota aquática; • Aumento no risco de atropelamentos e intoxicação de animais; • Interferência com unidades de conservação; • Desenvolvimento de gestão das unidades de conservação; • Biopirataria; • Aumento da conservação da biodiversidade; • Desenvolvimento de alternativas de compensação e mitigação ambiental.

Os impactos possíveis de ocorrer em consequência das ações propostas poderão ser mitigados ou potencializados com medidas relacionadas, em sua maioria, com o fortalecimento institucional e, assim, uma melhor gestão por parte dos governantes (por meio de incentivos e financiamentos de projetos e planos), além da conscientização socioambiental dos empreendedores de turismo, da população local e dos próprios turistas.

6.5.4. Efeitos da implementação do plano sobre a qualidade de vida e características culturais da população do Polo

Analisando-se os efeitos da implementação do plano sobre a qualidade de vida e as características culturais da população da área turística, e dos benefícios sociais que possam ser auferidos com o desenvolvimento do turismo, salienta-se que, toda e qualquer intervenção, gera impactos sobre a população local diretamente envolvida com a atividade ou empreendimento, conforme segue:

- O impacto fundamental da implantação do plano é servir como balizador da formulação de políticas públicas, pelos órgãos governamentais municipais, estaduais e federais, assim como instituições do terceiro setor.

- A implantação do plano fortalece outros planos, projetos e programas locais que apresentam interface com o PDITS, integrando ações entre as instituições, aumentando o potencial de captação e mobilização de recursos.
- O turismo em municípios com recursos naturais dotados de potencialidade turística, como Bonito, Bodoquena e Jardim, no caso dos dois últimos, se estruturados os produtos turísticos, estes passam a atuar como um instrumento de conservação ambiental, visto que o uso sustentável desse recurso gera receita aliada à conservação do meio ambiente.
- Com a criação dos elementos que valorizam a produção local, têm-se o fortalecimento do capital social e o fomento à agricultura familiar em todos os municípios do polo, ao inserir sua produção na cadeia do turismo e formatando produtos turísticos em assentamentos e propriedades rurais de agricultura familiar.
- A dinamização da atividade turística demanda a melhoria da infraestrutura e de serviços públicos locais exigidos pelo mercado turístico, melhorando a qualidade de vida da população em termos de saneamento básico, gestão de recursos sólidos, serviços de saúde, entre outros serviços vitais ao turismo e positivos à comunidade, sobretudo em Jardim e Bodoquena.
- Duas vertentes podem ser abordadas em termos culturais: a perda da identidade cultural, em decorrência do contato com o público atraído pela atividade turística, e outra é o regaste e valorização de tradições e aspectos histórico-culturais da região.
- O desenvolvimento turístico, por meio da implantação do plano e seu consequente aumento do fluxo de turistas, pode despertar a percepção da riqueza local de seus recursos naturais, histórico-culturais e patrimoniais da própria comunidade, levando à valorização do destino por seus munícipes, aumentando o sentimento de pertencimento e reforçando a identidade cultural.
- O aumento de empregos gerados pelo crescimento econômico, oriundo da implantação do referido plano, proporciona o fortalecimento do capital humano local da região do polo, causando melhor qualidade de vida.

6.5.5. Outros impactos estratégicos da implementação do plano

- Estrategicamente, a implantação do plano gera elementos que criam uma ambiência favorável à atração de investimentos relacionados aos negócios turísticos e, ao mesmo tempo, permitirá o adensamento dos elos das cadeias produtivas principais e periféricas do turismo.
- A dinamização da economia pela atividade turística deverá impactar positivamente o aumento das receitas públicas.
- No polo, a economia é pautada em atividades agropecuárias e do setor primário. Logo, o desenvolvimento turístico não gera conflitos com outras atividades, pelo contrário, há complementaridade em decorrência do uso sinérgico dos recursos naturais.
- A ampliação da atividade turística no polo, em especial, em Bodoquena e Jardim, pode fortalecer a conservação da biodiversidade, desfavorecendo a implantação de atividades potencialmente poluidoras na região ou a ampliação das existentes.
- As experiências de Bonito, assim como do polo Pantanal, mostram que as atividades turísticas, mesmo nos equipamentos e serviços que demandam mão de obra mais intensivamente, não induzem à imigração de pessoas, que gerariam conflitos com outros setores econômicos da região, pois, quantitativamente, a demanda é pequena se comparada a indústrias e grandes empresas, por exemplo, e qualitativamente, o perfil da mão de obra é distinto.
- O aumento do fluxo de turistas no polo e a implantação das ações de inserção da comunidade local, previstas no referido plano, naturalmente despertam oportunidades de negócios, induzindo à diversificação da produção local, sobretudo da produção familiar.
- A dotação de maior competitividade no mercado turístico do polo pela implantação do plano, atraindo maior fluxo e aumentando a possibilidade de permanência do turista no Estado, fortalece as rotas turísticas existentes e cria incentivos para a criação de novas, permitindo maior integração entre os polos de Mato Grosso do Sul (Campo Grande e região do Pantanal).

- Na região turística Bonito-Serra da Bodoquena (que engloba os três municípios do polo, mais outros cinco), os impactos pela intensificação do turismo de negócios e eventos e ampliação de sua cadeia produtiva igualmente fortaleceriam, pelo aumento do fluxo de turistas, o desenvolvimento dos setores de comércio e serviço local (principal setor econômico do município), sem conflitos por recursos naturais.

6.5.6. Indicadores dos impactos e efeitos

Os parâmetros selecionados como indicadores de impactos e efeitos destacados nos itens anteriores do presente plano, também refletem os indicadores sugeridos pelo BID, que se aplicam para avaliar efeitos socioeconômicos do desenvolvimento das atividades turísticas após o início da implementação do PDITS, e estão relacionados a várias ações em conjunto.

Como os municípios do Polo Serra da Bodoquena possuem pouco ou quase nenhum dado sistematizado, que possa ser utilizado como linha de base, recomenda-se que os dados necessários sejam levantados no início dos trabalhos, para servirem como parâmetro em futuras análises do plano.

Os principais indicadores selecionados para avaliação da estratégia de fortalecimento e incremento do turismo na região são:

- Importância relativa do valor agregado bruto de hotéis, restaurantes e bares, no PIB;
- Gasto turístico médio diário;
- Gasto médio por visitante (gasto total/número total de visitantes);
- Tempo médio de estadia (pernoites/número de turistas);
- Índice de satisfação do turista relacionado com o nível de gasto ou com o nível de fidelização;
- Taxa de ocupação de quartos/número total de quartos disponíveis no mesmo período;
- Preço médio por quarto;
- Grau de ocupação anual dos hotéis;
- Número de quartos em hotéis de 4 e 5 estrelas/total quartos;
- Número de participantes em cursos destinados a profissionais/número de pessoas empregadas no setor;
- Número de empresários integrantes de associações turísticas/total de empresários;
- Existência de uma federação turística empresarial que agrupe diferentes associações empresariais;
- Existência de um modelo funcional de gestão da promoção turística (organização administrativa X organização por mercados e produtos);
- Cooperação público–privada:
  - participação do setor privado no financiamento da promoção turística;
  - modelo organizativo de gestão da promoção (existência de entidade com personalidade jurídica);
- Eficácia promocional (relação entre número de visitantes e pressuposto promocional no mercado de procedência de visitantes);
- Existência de uma rede de pontos de informação turística que trabalham com imagem de marca;
- Número de visitantes atendidos por pontos de informação turística/total de visitantes;
- Difusão pública de informação de mercados emissores prioritários para o Polo;
- Fomento à comercialização *on-line*.

Para avaliar a estratégia de fortalecimento da gestão institucional, os principais indicadores sugeridos são:

- Existência de sistemas de estatísticas turísticas (análise da contribuição econômica do turismo);

- Capacidade de arrecadação de impostos turísticos (relação entre impostos turísticos/impostos totais);
- Número de destinos com avaliação ambiental estratégica/total de destinos;
- Proporção de espaços protegidos com estatísticas de visitantes e sistemas de capacidade de carga estabelecidos/total espaços protegidos;
- Proporção de empresas turísticas incluídas em sistemas de gestão ambiental/total empresas turísticas.

Nas estratégias relacionadas à infraestrutura básica, são sugeridos para a área de saneamento ambiental a capacidade de depuração de águas residuais geradas por m³; número de ligações e/ou população atendida com o serviço.

As informações relativas ao saneamento ambiental podem ser acessadas facilmente na Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul e no Sistema Nacional de Informações Sobre Saneamento (SNIS), *on-line*, tanto na formatação da linha de base como para avaliação dos resultados.

A atividade turística é fundamentalmente uma atividade comercial, que é diretamente acometida pela taxa municipal Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN). Sendo a economia desses municípios fortemente influenciada pelo turismo em suas atividades direta e indiretamente ligadas, o índice de arrecadação de ISSQN é um possível indicador de acompanhamento da situação da atividade turística do ponto de vista comercial, ou seja, pode ser referenciado pelo fluxo e gasto turísticos, o que implica diretamente a rentabilidade do setor. Esses dados são obtidos diretamente nas prefeituras municipais ou no Ministério da Fazenda.

6.5.7. Gestão ambiental

Este item apresenta diretrizes de gestão ambiental para o plano, identificando e associando as medidas de mitigação e controle dos impactos, as ações de acompanhamento e monitoramento dos impactos, as medidas institucionais e de reforço institucional das entidades de meio ambiente e prefeituras municipais, as ações de recuperação de áreas degradadas e conservação de recursos naturais de base para o turismo.

Apresenta-se, a seguir, uma súmula das medidas mitigadoras especificadas anteriormente, que permearam por todas as ações, e são prioridade para mitigação de impactos negativos ou potencialização dos impactos positivos:

- Programas de educação ambiental e conscientização da população, dos turistas e dos empreendedores sobre a importância do planejamento integrado e participativo;
- Planejamento e elaboração de estudos (ambientais, sociais e econômicos) adequados para implementação das ações propostas;
- Elaboração de estudos ambientais e adequação ao licenciamento ambiental das atividades turísticas da região;
- Implantação de boas práticas para construção, acompanhamento e supervisão das obras necessárias;
- Elaboração dos planos diretores municipais, planos municipais de saneamento e demais instrumentos de gestão do território;
- Ampla consulta pública;
  Aadoção das normas técnicas e respeito à legislação vigente;
- Fortalecimento institucional e de gestão dos órgãos envolvidos;
- Priorização de mão de obra local;
- Integração com o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Miranda;
- Incentivo à integração dos municípios por meio de obras, incentivos fiscais, planos e outros;
- Incentivos para novos empreendimentos turísticos e de comércio local;
- Capacitação profissional da população local e empreendedores;

- Fortalecimento da fiscalização ambiental em todo o polo, além do espaço urbano (atividades, uso e ocupação do solo, obras de infraestrutura, entre outros) por parte de todos os envolvidos (sociedade civil, ONGs, prefeituras, iniciativa privada e outros);
- Sinalização padronizada dos atrativos;
- Utilização do licenciamento ambiental como um dos instrumentos de gestão;
- Integração de roteiros turísticos com constante manutenção, sinalização e fiscalização das estradas;
- Definição de critérios e parâmetros para as atividades turísticas embasadas no desenvolvimento sustentável;
- Capacitação técnica local;
- Levantamento de áreas potenciais considerando impactos cumulativos;
- Criação de um banco de dados;
- Realização de campanhas sobre tráfico de drogas, exploração sexual, tráfico de pessoas e biopirataria.

Algumas medidas mitigadoras específicas são apresentadas a seguir:

- **Sobrexplotação do sistema aquífero**

Sabe-se que o sistema aquífero Pré-cambriano Calcários, é formado pelas rochas calcárias dos Grupos Corumbá e Cuiabá, que é um importante aquífero para o município de Bonito, principalmente. Esse aquífero é caracterizado pela porosidade bastante peculiar, formada a partir da dissolução das rochas calcárias, a porosidade cárstica. E o armazenamento de água no aquífero Pré-Cambriano consiste pelo padrão de fraturamento dessas rochas.

O Plano Estadual de Recursos Hídricos de Mato Grosso do Sul, propõe que sejam efetuados estudos hidrogeológicos de todos os aquíferos do estado, tendo em vista um embasamento para gestão de seus recursos hídricos subterrâneos.

No mesmo plano, ficou estabelecido que devesse haver a definição das áreas de recarga e descarga dos aquíferos; realização de estudos de vulnerabilidade local, considerando-se alguns tipos de empreendimentos e aquíferos e a definição de medidas de proteção das águas subterrâneas e de legislação específica; a caracterização hidrogeoquímica dos aquíferos; a definição das áreas de captura de fontes de água subterrânea e os perímetros de proteção; realização de estudo hidrogeológico específico para a região do Planalto da Bodoquena, visando a estabelecer critérios para a utilização dos recursos hídricos subterrâneos em terrenos cársticos, por causa de sua complexidade; a realização de estudo hidrogeológico de detalhe na área urbana de Bonito, para verificar a possibilidade de superexplotação, visando a prevenir a ocorrência de acidentes em terrenos cársticos, como subsidência e colapso.

Outra determinação importante é a contribuição desses aquíferos nas vazões mínimas dos cursos de água.

- **Contaminação das águas superficiais e subterrâneas**

A contaminação das águas superficiais pode ser evitada desde que: a) o esgoto sanitário receba tratamento antes de sua disposição no corpo d’água, seja em uma ETE municipal, em área urbana, ou sistema tanque séptico/sumidouro, em área rural; c) os resíduos sólidos sejam coletados e dispostos adequadamente, não sendo jogados nos leitos ou margens dos cursos hídricos; d) as áreas de preservação permanente (APP) sejam respeitadas; e e) o uso de agroquímicos nas atividades agrícolas seja feito com responsabilidade e sob orientação técnica.

A fiscalização de utilização indevida da rede pluvial para descarte de esgotos também é uma medida importante para evitar a contaminação dos cursos fluviais por esgotos e águas servidas. Outra ação necessária é a implementação de programa de monitoramento e acompanhamento das características do corpo receptor.

A contaminação das águas subterrâneas pode ser evitada desde que: a) os poços para uso de águas subterrâneas sejam construídos seguindo as normas técnicas e obedecendo aos parâmetros mínimos que definem o perímetro de proteção do poço (PPP); b) o esgoto sanitário receba tratamento antes de sua disposição no solo, seja em uma ETE municipal, em área urbana, ou sistema tanque séptico/sumidouro, em área rural; c) os resíduos sólidos sejam devidamente coletados e dispostos adequadamente; d) os cemitérios sigam as orientações da Resolução CONAMA, 335/2003, e; e) os postos de combustível sigam as orientações da Resolução CONAMA, 273/2000.

Observa-se a necessidade da recuperação dos lixões, passivos ambientais de mineração e postos de gasolina.

- **Pressão sobre o trânsito urbano**

A mitigação da pressão sobre o trânsito urbano pode ser alcançada com uma série de iniciativas, como implantação de sinalização indicativa de acesso; manutenção de um sistema de acesso bem definido, com vias exclusivas para diferentes direções de tráfego; e um sistema de controle de velocidade nas principais avenidas e até mesmo de rodovias que cortam o perímetro urbano. De forma geral, um programa de engenharia de trânsito deve ser implantado.

Para minimizar o aumento da demanda de vagas de estacionamento, é essencial que seja considerado um número mínimo de vagas para atendimento da demanda em períodos de pico de presença de turistas. Para tanto, devem-se reservar espaços suficientes para a construção de estacionamentos. Para tanto, pode-se viabilizar parceria entre o poder público local e empresários. As novas edificações e novas incorporações devem prever um mínimo de vagas por apartamento, sala comercial.

- **Aumento de produção de resíduos sólidos**

O impacto causado pelo aumento da produção de resíduos sólidos pode ser mitigado, com o desenvolvimento de um programa de conscientização ambiental da população local (fixa e flutuante), inclusive com a colocação de recipientes para coleta do lixo em pontos estratégicos, tanto em vias públicas quanto em propriedade particulares e atrativos turísticos.

Deve-se realizar um estudo da viabilidade de implantação de unidades de processamento de lixo na região.

A implantação de um sistema de coleta seletiva nas instalações também é uma iniciativa bastante interessante, pois o turismo gera grande volume de resíduos inorgânicos e material orgânico, que podem ser, respectivamente, reciclados, reutilizados ou compostados (produção de fertilizantes orgânicos).

A instalação de um aterro sanitário condicionado a todos os controles ambientais, com coleta e tratamento do chorume, coleta e uso do gás gerado e monitoramento da qualidade das águas é outra ação fundamental para fechar o ciclo de gestão dos resíduos sólidos.

- **Poluição sonora**

A minimização do problema de poluição sonora nas áreas urbanas pode ser alcançada a partir da implementação de ações como a proibição de uso de aparelhos sonoros de veículos em áreas públicas, tanto os de comerciais quanto os de usuários independentes; planejamento adequado das grandes festas, com máximo isolamento das fontes de ruídos; e o desenvolvimento de programas de educação ambiental específico para este fim, destacando o quanto a qualidade de vida da população residente e do turismo pode ser ampliada em um ambiente mais silencioso.

Em área rural é importante a manutenção dos motores dos veículos, proibição de aparelhos sonoros e conscientização de guias e turistas, a fim de evitar estresse e afugentamento dos animais silvestres.

- **Desenvolvimento de processos erosivos**

As erosões poderão ser minimizadas a partir da correta instalação e constante manutenção de trilhas e estradas, além da instalação de sistemas de dissipação no lançamento das águas pluviais e efluentes nos corpos receptores também.

A preservação das APPs é fundamental para que os sedimentos advindos das erosões alcancem os corpos d'água e causem o assoreamento entre outras consequências.

- **Aumento de demanda de materiais de construção**

A demanda de recursos naturais para a construção civil poderá ter seus efeitos negativos reduzidos, com o desenvolvimento de programas municipais de controle ambiental, principalmente da mineração, além da fiscalização. E a recuperação de áreas degradadas, incluindo os passivos ambientais gerados pela atividade mineral, deve ser o foco prioritário.

O incentivo ao reaproveitamento de materiais, utilização de materiais encontrados facilmente na região e redução das perdas durante a obra, são alternativas para otimizar a gestão.

A síntese da integração entre as medidas de mitigação e controle de impactos, ações de acompanhamento e monitoramento dos impactos, medidas institucionais e de reforço institucional, e as ações de recuperação de áreas degradadas e conservação de recursos naturais para o turismo está apresentada abaixo:

Quadro 154 - Inter-relação entre medidas de mitigação e controle de impactos; ações de acompanhamento e monitoramento dos impactos; medidas institucionais e de reforço institucional; e as ações de recuperação de áreas degradadas e conservação de recursos naturais para o turismo.

Referência	Medida de Mitigação e Controle dos Impactos (referente aos impactos negativos das ações e projetos da avaliação socioambiental)	Ações de Acompanhamento e Monitoramento dos Impactos	Medidas Institucionais e de Reforço Institucional das Entidades de Meio Ambiente e Prefeituras Municipais	Ações de Recuperação de Áreas Degradadas e Conservação de Recursos Naturais de Base para o Turismo
GEOPARK	• Estudos de impacto ambiental adequados; • Estudo de impacto na zona de amortecimento do Geopark; • Licenciamento ambiental de trilhas e visitações em cavernas entre outras possíveis atividades; • Projetos de educação ambiental/capacitação; • Sinalização para orientação e para educação ambiental nas estradas de acesso ao Geopark; • Sinalização para orientação e para educação ambiental nas trilhas no interior do Geopark.	• Estudos ambientais e monitoramento sistêmico dos recursos naturais; • Verificação de indicadores socioeconômicos e ambientais; • Realização de pesquisas de satisfação de turistas e demais envolvidos com os atrativos turísticos. • Verificação de cumprimento de requisitos legais, de gestão e planejamento ambiental e sanitário (políticas nacional, estadual e municipais de meio ambiente; sistemas municipais e estadual de licenciamento ambiental; planos municipais de saneamento; planos municipais de resíduos sólidos ;Agenda 21, outros);	• Fortalecimento institucional dos órgãos de fiscalização e ampliação de sua capacidade de atuação; • Estruturar as equipes técnicas; • Modernizar o licenciamento ambiental; • Desburocratização e modernização dos procedimentos; • Criação dos fundos municipais de meio ambiente para viabilizar as ações da gestão municipal ambiental; • Ampla campanha educativa para participação do Fórum de Agenda 21 Regional.	• Elaboração e implantação de planos de gestão e manejo eficientes; • Sensibilização dos produtores rurais e donos de atrativos turísticos quanto à função socioambiental de reservas legais e áreas de preservação permanentes; • Garantir a preservação da Área de Proteção Ambiental – APP; • Garantir a preservação de Reserva Legal – RL, bem como sua averbação; • Recuperação de áreas contaminadas e poluídas; • Implantação do Zoneamento Ecológico e Econômico – ZEE/MS; • Implantação do Plano Estadual de Recursos Hídricos – PERH/MS.
RETIRADA DA LAGUNA E ESPELEOLOGIA	• Projetos de educação ambiental/capacitação; • Adequação e manutenção das trilhas e monumentos; • Estudos de impacto ambiental adequados; • Licenciamento ambiental de trilhas e mirantes entre outras possíveis atividades.			

Referência	Medida de Mitigação e Controle dos Impactos (referente aos impactos negativos das ações e projetos da avaliação socioambiental)	Ações de Acompanhamento e Monitoramento dos Impactos	Medidas Institucionais e de Reforço Institucional das Entidades de Meio Ambiente e Prefeituras Municipais	Ações de Recuperação de Áreas Degradadas e Conservação de Recursos Naturais de Base para o Turismo
TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA	• Projetos de educação ambiental/capacitação; • Estudos de impacto ambiental adequados; • Melhoria na sinalização em assentamentos rurais.	• Estudos ambientais e monitoramento sistêmico dos recursos naturais; • Verificação de indicadores socioeconômicos e ambientais; • Realização de pesquisas de satisfação de turistas e demais envolvidos com os atrativos turísticos.	• Modernizar o licenciamento ambiental; • Desburocratização e modernização dos procedimentos; • Elaborar, ajustar e implantar os planos diretores e legislação municipal de uso e ordenamento dos solos; • Criação dos fundos municipais de meio ambiente para viabilizar as ações da gestão municipal ambiental; • Incentivo à inserção da produção local na cadeia do turismo da região.	• Incentivo ao desenvolvimento de associações, cooperativas ou outras formas de organização para os produtores locais relacionados com o turismo; • Divulgação de técnicas de produção sustentáveis (agroecológicas, entre outras); • Incentivo ao artesanato local; • Sensibilização dos produtores rurais quanto à função socioambiental de reservas legais e áreas de preservação permanentes; • Garantir a preservação da Área de Proteção Ambiental – APP; • Garantir a preservação de Reserva Legal – RL, bem como sua averbação.

Referência	Medida de Mitigação e Controle dos Impactos (referente aos impactos negativos das ações e projetos da avaliação socioambiental)	Ações de Acompanhamento e Monitoramento dos Impactos	Medidas Institucionais e de Reforço Institucional das Entidades de Meio Ambiente e Prefeituras Municipais	Ações de Recuperação de Áreas Degradadas e Conservação de Recursos Naturais de Base para o Turismo
ESTRADAS, ROTAS E ROTEIROS	• Manutenção e sinalização de estradas; • Programas e campanhas de conscientização e educação ambiental para usuários e residentes das margens da estrada; • Programas emergenciais para atendimento a acidentes; • Programas e brigada de combate a incêndio, incluindo capacitação de moradores do percurso; • Programas de educação e fiscalização contra biopirataria e tráfico de animais silvestres; • Conscientização quanto às construções na beira da estrada; • Programas e/ou projetos de sequestro e neutralização de carbono.	• Estudos ambientais e monitoramento sistêmico dos recursos naturais; • Verificação de indicadores socioeconômicos e ambientais na região; • Verificação de indicadores de tráfico e ambientais (drenagem, atropelamentos e outros); • Verificação de cumprimento de requisitos legais (padrão de emissão de poluentes atmosféricos – CONAMA, 382/2006); • Verificação de indicadores de ocupação irregulares às margens das estradas; • Verificação da evolução da arrecadação bruta municipal.	• Equipar as instituições e ampliar o quadro de servidores; • Fortalecimento institucional dos órgãos de fiscalização e ampliação de sua capacidade de atuação; • Estruturar as equipes técnicas; • Elaboração e implantação de estudos de impacto ambiental das estradas.	• Recuperação de áreas contaminadas e poluídas.

Referência	Medida de Mitigação e Controle dos Impactos (referente aos impactos negativos das ações e projetos da avaliação socioambiental)	Ações de Acompanhamento e Monitoramento dos Impactos	Medidas Institucionais e de Reforço Institucional das Entidades de Meio Ambiente e Prefeituras Municipais	Ações de Recuperação de Áreas Degradadas e Conservação de Recursos Naturais de Base para o Turismo
GRUTA DO LAGO AZUL	• Controle sistemático de impactos ambientais e reavaliação frequente da capacidade de carga do recurso; • Capacitação específica (línguas, ambiental, atendimento ao cliente e outros) para a mão de obra do recurso.	• Estudos ambientais e monitoramento sistêmico do monumento natural da Gruta do Lago Azul; • Verificação de indicadores socioeconômicos e ambientais; • Realização de pesquisas de satisfação de turistas e demais envolvidos com o atrativo turístico; • Verificação da evolução da arrecadação bruta do monumento natural da Gruta do Lago Azul.	• Fortalecimento institucional dos órgãos de fiscalização e ampliação de sua capacidade de atuação.	• Elaboração e implantação de planos de gestão e manejo eficientes para a unidade de conservação; • Recuperação de áreas contaminadas e poluídas.
CAPACITAÇÕES E FORTALECIMENTO	• Capacitação de proprietários e funcionários de empreendimentos turísticos; • Capacitação profissional para o turismo; • Capacitação para gestores públicos; • Capacitação de guias de turismo e educadores ambientais.	• Verificação de indicadores socioeconômicos e ambientais; • Realização de pesquisas de satisfação de turistas e demais envolvidos com os atrativos turísticos; • Verificação da evolução da arrecadação da taxa de turismo. • Verificação da evolução da arrecadação bruta municipal.	• Desburocratização e modernização dos procedimentos; • Incentivar a adoção de capacitação profissional por parte dos empresários locais; • Incentivar a adoção de programas de qualidade turística; • Fortalecimento dos conselhos municipais de turismo e fórum regional.	• Incentivo à participação comunitária e ONGs nos conselhos municipais de turismo e fórum regional.

Referência	Medida de Mitigação e Controle dos Impactos (referente aos impactos negativos das ações e projetos da avaliação socioambiental)	Ações de Acompanhamento e Monitoramento dos Impactos	Medidas Institucionais e de Reforço Institucional das Entidades de Meio Ambiente e Prefeituras Municipais	Ações de Recuperação de Áreas Degradadas e Conservação de Recursos Naturais de Base para o Turismo
FOMENTO A NOVOS ATRATIVOS (FAZENDAS) E CRITÉRIOS PARA EMPREENDIMENTOS PRIVADOS	• Orientação técnica para os proprietários; • Maiores cuidados com áreas dentro do Parque da Serra da Bodoquena e em sua zona de amortecimento; • Criação de unidades de conservação; • Conscientização sobre a manutenção da reserva legal.	• Estudos ambientais e monitoramento sistêmico dos recursos naturais; • Verificação de cumprimento de requisitos legais (padrões de qualidade da água – CONAMA, 357/2005); • Verificação de cumprimento de requisitos legais, de gestão e planejamento nas áreas rurais (plano diretor); • Verificação de cumprimento de requisitos legais, de gestão e planejamento ambiental e sanitário (políticas nacional, estadual e municipais de meio ambiente; sistemas municipais e estadual de licenciamento ambiental; planos municipais de saneamento; planos municipais de resíduos sólidos; Agenda 21, outros).	• Fortalecimento institucional da gestão ambiental pública; • Equipar as instituições e ampliar o quadro de servidores; • Fortalecimento institucional dos órgãos de fiscalização e ampliação de sua capacidade de atuação; • Estruturar as equipes técnicas; • Modernizar o licenciamento ambiental; • Desburocratização e modernização dos procedimentos; • Criação dos fundos municipais de meio ambiente para viabilizar as ações da gestão municipal ambiental; • Incentivo à representatividade adequada da sociedade e dos representantes dos setores econômicos nos conselhos municipais do meio ambiente; • Estímulo à efetiva vinculação dos conselhos aos órgãos executivos da gestão ambiental e ao legislativo a fim de efetivar as proposições do conselho.	• Incentivo à participação comunitária e ONGs no processo de tomada de decisão e na fiscalização das ETEPs que recebem recursos do turismo; • Elaboração e implantação de planos de gestão e manejo eficientes para as unidades de conservação; • Sensibilização dos produtores rurais quanto à função socioambiental de reservas legais e áreas de preservação permanentes; • Garantir a preservação da Área de Proteção Ambiental – APP; • Garantir a preservação de Reserva Legal – RL, bem como sua averbação; • Recuperação de áreas contaminadas e poluídas; • Implantação do Zoneamento Ecológico e Econômico – ZEE/MS; • Implantação do Plano Estadual de Recursos Hídricos – PERH/MS.

Referência	Medida de Mitigação e Controle dos Impactos (referente aos impactos negativos das ações e projetos da avaliação socioambiental)	Ações de Acompanhamento e Monitoramento dos Impactos	Medidas Institucionais e de Reforço Institucional das Entidades de Meio Ambiente e Prefeituras Municipais	Ações de Recuperação de Áreas Degradadas e Conservação de Recursos Naturais de Base para o Turismo
FOMENTO AO TURISMO; REDE DE MONITORAMENTO	• Levantamento das demandas e capacidade de saturação do mercado. • Definição com base científica da capacidade carga dos empreendimentos turísticos; • Implantação de sistema de monitoramento e acompanhamento ambiental; • Capacitação sistêmica dos recursos humanos; • Revisão sistêmica e frequente das projeções demanda dos projetos/planos de infraestrutura e serviços básicos. . • Campanha de divulgação da importância da criação dos conselhos locais e regionais de turismo e da participação representativa nos mesmos.	• Verificação de indicadores socioeconômicos e turísticos específicos; • Realização de pesquisas de satisfação de turistas e demais envolvidos com os atrativos turísticos; • Verificação da evolução da arrecadação da taxa de turismo; • Verificação da evolução da taxa de visitação.	• Fortalecimento institucional da gestão pública do turismo; • Equipar as instituições e ampliar o quadro de servidores; • Fortalecimento institucional dos órgãos de turismo; • Estruturar as equipes técnicas; • Criação e efetivação dos fundos municipais de turismo e fortalecimento dos conselhos municipais de turismo; • Incentivo à representatividade adequada da sociedade e dos representantes dos setores econômicos nos conselhos municipais; • Integração dos conselhos e outros órgãos consultivos juntos aos órgãos executivos e legislativos; • Estímulo ao aumento do número de atrativos turísticos controlados pelo sistema *Voucher* único.	

Referência	Medida de Mitigação e Controle dos Impactos (referente aos impactos negativos das ações e projetos da avaliação socioambiental)	Ações de Acompanhamento e Monitoramento dos Impactos	Medidas Institucionais e de Reforço Institucional das Entidades de Meio Ambiente e Prefeituras Municipais	Ações de Recuperação de Áreas Degradadas e Conservação de Recursos Naturais de Base para o Turismo
ELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE PLANOS	• Elaboração de planos, projetos, programas, estudos e sistemas de informação por equipe multidisciplinar; • Apoio organizacional aos diversos segmentos (atores), principalmente aos que apresentam histórico de falta de mobilização; • Levantamento prévio da capacidade de suporte da infraestrutura para o atendimento a eventos; • Considerar impactos cumulativos da realização de eventos e outras formas de turismo, observando a sazonalidade já existente.	• Estudos ambientais e monitoramento sistêmico dos recursos naturais; • Verificação de indicadores socioeconômicos e ambientais; • Verificação de cumprimento de requisitos legais (padrão de lançamento de efluente; padrão de emissão de poluentes atmosféricos); • Verificação de padrões de qualidade do ar; padrões de qualidade da água); • Verificação de cumprimento de requisitos legais, de gestão e planejamento urbano (respeito aos índices urbanísticos e outros instrumentos da Lei de Uso e Ocupação do Solo; plano diretor; código de obras; entre outros); • Verificação de cumprimento de requisitos legais, de gestão e planejamento ambiental e sanitário.	• Criação de um calendário único e oficial de eventos do polo; • Estruturar as equipes técnicas; • Desburocratização e modernização dos procedimentos; • Elaborar, ajustar e implantar os planos diretores.	• Elaboração e implantação de planos de gestão e manejo eficientes para as unidades de conservação; • Garantir a preservação da Área de Proteção Ambiental – APP; • Garantir a preservação de Reserva Legal – RL, bem como sua averbação; • Recuperação de áreas contaminadas e poluídas.

Referência	Medida de Mitigação e Controle dos Impactos (referente aos impactos negativos das ações e projetos da avaliação socioambiental)	Ações de Acompanhamento e Monitoramento dos Impactos	Medidas Institucionais e de Reforço Institucional das Entidades de Meio Ambiente e Prefeituras Municipais	Ações de Recuperação de Áreas Degradadas e Conservação de Recursos Naturais de Base para o Turismo
MELHORIAS DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS	• Elaboração de plano diretor de drenagem urbana; • Plano diretor de drenagem articulado com as outras atividades urbanas (abastecimento de água e de esgoto, transporte público, planos viários, instalações elétricas, etc.); • Campanhas educativas que visem a manutenção do bom funcionamento do sistema como as consequências de sua obstrução com lixo; • Fiscalização para verificação de ligações clandestinas de esgoto; • Acompanhamento e supervisão das obras; • Respeito aos planos diretores municipais; • Exigência de estudos de impacto ambiental e licenciamento ambiental; • Controle efetivo e fiscalização da expansão urbana e de empreendimentos imobiliários. • Estudos ambientais adequados para seleção do manancial a ser explorado (seja superficial ou subterrâneo); • Monitoramento da qualidade e quantidade de água dos mananciais; • Inclusão dos projetos ambientais nas licitações e contratos; • Implantação das boas práticas para construção; • Acompanhamento e supervisão das obras; • Exigência de estudos ambientais e licenciamento ambiental.	• Estudos ambientais e monitoramento sistêmico dos recursos naturais; • Verificação de indicadores socioeconômicos e ambientais; • Verificação de cumprimento de requisitos legais (padrão de lançamento de efluente – CONAMA, 357/2005; padrão de emissão de poluentes atmosféricos – CONAMA, 382/2006); • Verificação de padrões de qualidade do ar – CONAMA, 003/1990; padrões de qualidade da água – CONAMA, 357/2005); • Verificação de cumprimento de requisitos legais, de gestão e planejamento urbano (respeito aos índices urbanísticos e outros instrumentos da Lei de Uso e Ocupação do Solo; plano diretor; código de obras; entre outros); • Verificação de cumprimento de requisitos legais, de gestão e planejamento	• Fortalecimento institucional da gestão da segurança pública; • Equipar as instituições e ampliar o quadro de servidores; • Fortalecimento institucional dos órgãos de fiscalização e ampliação de sua capacidade de atuação; • Estruturar as equipes técnicas; • Modernizar o licenciamento ambiental; • Desburocratização e modernização dos procedimentos; • Elaboração de planos municipais de gestão de resíduos sólidos de forma integrada e participativa; • Elaborar, ajustar e implantar os planos diretores e legislação municipal de uso e ordenamento dos solos; • Criação dos fundos municipais de meio ambiente para viabilizar as ações da gestão municipal ambiental.	• Garantir a preservação da Área de Proteção Ambiental – APP; • Garantir a preservação de Reserva Legal – RL, bem como sua averbação; • Recuperação de áreas contaminadas e poluídas; • Implantação do Zoneamento Ecológico e Econômico – ZEE/MS; • Implantação do Plano Estadual de Recursos Hídricos – PERH/MS.

Referência	Medida de Mitigação e Controle dos Impactos (referente aos impactos negativos das ações e projetos da avaliação socioambiental)	Ações de Acompanhamento e Monitoramento dos Impactos	Medidas Institucionais e de Reforço Institucional das Entidades de Meio Ambiente e Prefeituras Municipais	Ações de Recuperação de Áreas Degradadas e Conservação de Recursos Naturais de Base para o Turismo
MONITORAMENTO E FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL; INSTRUMENTOS DE GESTÃO	• Campanhas de conscientização ambiental voltadas para os empreendedores, turistas e comunidade local a fim de reconhecerem a sinalização e preservarem as mesmas • Definição de papéis na gestão por meio da orientação do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Miranda, com participação equiparada de representantes de todos os setores de todos os municípios que compõem o Polo; • Incentivo à manutenção e reuniões periódicas. • Predefinição dos métodos e enfoques da AAE.	ambiental e sanitário (políticas nacional, estadual e municipais de meio ambiente; sistemas municipais e estadual de licenciamento ambiental; planos municipais de saneamento; planos municipais de resíduos sólidos; Agenda 21, outros).	• Incentivo à representatividade adequada da sociedade e dos representantes dos setores econômicos nos conselhos municipais do meio ambiente; • Estímulo à efetiva vinculação dos conselhos aos órgãos executivos da gestão ambiental e ao legislativo a fim de efetivar as proposições do conselho.	
ESTABELECIMENTO DE	• Formação de equipe técnica para elaboração da revisão do arcabouço legal do meio ambiente, com integrantes locais se possível; • Ampla campanha educativa para participação do Fórum de Agenda 21 Regional.			

O quadro acima demonstra a amplitude das medidas e ações que compreendem o PGA, sendo estimado que, para implementação total, demande-se aproximadamente R$ 2.000.000,00. No entanto, esse valor varia em decorrências dos instrumentos a serem adotados para a implementação das medidas propostas, principalmente.
A percepção de desenvolvimento sustentável do PGA do turismo, seguirá as seguintes premissas:

- Sustentabilidade social, onde a meta é construir uma civilização com a maior equidade de renda e de bens;
- Uso racional de energia e de matéria-prima, com ênfase na conservação, em detrimento do desperdício;
- Sustentabilidade econômica, devendo ter recursos disponíveis e bem-gerenciados e um fluxo constante de investimentos públicos e privados;
- Adoção de tecnologias limpas (reciclagem, reuso de recursos naturais e materiais, método de produção mais eficientes);
- Sustentabilidade participativa, que deve ser buscada pelo processo de participação dos grupos e comunidades locais na definição de prioridades a serem alcançadas;
- Controle da poluição;
- De uma forma geral as ações, programas e projetos de gestão ambiental deverão priorizar a gestão compartilhada e participativa e terá como base;
- Avaliação da capacidade institucional dos órgãos municipais e estaduais de meio ambiente e de turismo;
- A modernização do licenciamento ambiental, mais eficiente e eficaz, e menos burocrático;
- A criação e fortalecimento de conselhos municipais de meio ambiente;
- A realização de conferências municipais e estaduais de meio ambiente;
- Criação e manutenção de fóruns municipais e regionais de turismo e meio ambiente;
- A criação e manutenção de Espaços Territoriais Especialmente Protegidos – ETEPs;
- O estabelecimento de critérios e padrões de qualidade ambiental e normas referentes ao uso e manejo dos recursos ambientais;
- A disseminação de tecnologias de manejo do meio ambiente e divulgação de dados e informações ambientais;
- O desenvolvimento de pesquisas e tecnologia nacionais orientadas para o uso racional dos recursos ambientais;
- A formação de uma consciência pública sobre a necessidade de preservar a qualidade ambiental;
- A preservação, conservação e restauração dos recursos ambientais com vistas à sua disponibilidade permanente e à manutenção do equilíbrio ecológico;
- A recuperação de áreas degradadas, principalmente, de áreas urbanas degradadas, inclusive recuperação de lixões e vazadouros a céu aberto;
- Ampliação da cobertura da rede de esgoto, bem como do sistema de tratamento, buscando a universalização dos serviços conforme preconizado na Lei do Saneamento Básico;
- Implantação de sistemas de coleta seletiva, sistemas de tratamento e sistemas de disposição final adequados, apropriados à realidade de cada município;
- Adoção de medidas estruturais e não-estruturais de manejo de águas pluviais em áreas urbanas consolidadas.

Assim, pode-se compatibilizar o aumento de conforto individual (entende-se aqui como desenvolvimento) alinhado à conservação ambiental.
Outro fato que deve ser observado ao se implantar o PGA, é que sua materialização só será possível com convencimento e negociação com setores ambientalistas (que representam interesses sociais envolvidos), além de ser preciso atender requisitos exigidos por órgãos regulamentadores, normalizadores e financiadores.

7. *FEEDBACK*: ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

Os mecanismos de acompanhamento e avaliação constituem os meios pelos quais se verificarão a condução e a execução do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável do Polo Serra da Bodoquena.

Esta etapa é importante no processo de planejamento, porque permite que os objetivos definidos no PDITS, sejam transformados em ações e resultados que, em última instância, resultem na promoção do desenvolvimento da região turística, conforme planejado.

Isso é possível porque a função principal dos mecanismos de *feedback* no processo de planejamento é a de monitorar o desempenho do plano e a execução de suas ações, por meio do confronto entre aquilo que foi alcançado ou realizado com o que foi planejado ou previsto.

Esse processo de acompanhamento e avaliação permite aos atores do setor de turismo (órgãos públicos, empresas privadas, organizações da sociedade civil e comunidade) tomar decisões mais precisas em relação ao planejamento realizado na formulação do PDITS. Permite, ainda, a correção de rotas pré-estabelecidas no plano de ação, a potencialização do desempenho do que foi bem-sucedido, ou, mesmo, a interferência na execução das ações para assegurar a conquista dos objetivos e metas estabelecidos.

Segundo Oliveira, (2007, p. 257), os mecanismos de *feedback* possuem as seguintes finalidades:

- Identificar problemas, falhas e erros que se transformam em desvios do planejado, com a finalidade de corrigi-los e de evitar sua reincidência;
- Fazer com que os resultados obtidos com a realização das operações estejam, tanto quanto possível, próximos dos resultados esperados e possibilitem o alcance dos desafios e consecução dos objetivos;
- Verificar se as estratégias e políticas estão proporcionando os resultados esperados, dentro das situações existentes e previstas; e
- Proporcionar informações gerenciais periódicas, para que seja rápida a intervenção no desempenho do processo.

Os mecanismos de acompanhamento ou monitoramento e avaliação que são propostos para o PDITS, do Polo Serra da Bodoquena, baseiam na ferramenta de planejamento conhecida como ciclo PDCA, ou ciclo de *Shewhart*, ou ciclo de *Deming*.

De acordo com o PDCA, o processo inicia-se com a atividade de planejamento (PLAN), o que já foi realizado a partir da análise do diagnóstico da área turística, definições estratégicas e elaboração do plano de ação.

O passo seguinte é desencadear a execução das ações (DO), aqui propostas para o Polo Serra da Bodoquena.

Em seguida, é realizada a verificação (CHECK), que consiste no monitoramento e avaliação periódicos dos resultados atingidos. Nessa etapa, avaliam-se também os processos que, conjuntamente com os resultados, são comparados com os objetivos propostos pelo planejamento inicial. Importante destacar que, ao longo do plano de ação, são elencadas ações e seus respectivos indicadores para que se para permitir o acompanhamento e avaliação do PDITS.

O último passo do ciclo PDCA, refere-se à ação (ACT), destinada a padronizar os acertos, e corrigir ou eliminar os eventuais erros que podem ocorrer no processo de implementação das ações ou nos resultados.

A figura, a seguir, ilustra o ciclo PDCA exposto:

Figura 93 - Ciclo PDCA.
Fonte: http://innoscienceblog.blogspot.com

Para que o ciclo PDCA seja aplicado de forma completa, é necessário que se estabeleça um conjunto de indicadores que possam servir de medida para o processo de monitoramento e avaliação das ações gerais propostas no PDITS. Tais indicadores permitirão que os atores envolvidos possam acompanhar e avaliar a execução das ações propostas.

Os indicadores propostos são apresentados ao longo do plano de ação e, a seguir, para o conjunto dos principais objetivos estabelecidos.

Quadro 155 – Estratégia de produto turístico: mecanismos de *feedback.*

COMPONENTE 1 - ESTRATÉGIA DE PRODUTO TURÍSTICO					
ESTRATÉGIAS	**OBJETIVOS**	**INDICADOR**	**CÁLCULO**	**UNIDADE**	**RESPONSÁVEL**
E.1 - Diversificação da oferta de produtos e serviços turísticos do polo, a partir do potencial do ecoturismo	Transformar produtos potenciais em produtos turísticos comercailizáveis	Aumento do número de atrativos	(nº de novos atrativos/nº total de atrativos)*100	%	UCP/SEPROTUR, FUNDTUR, COMTUR´S, FÓRUM REGIONAL DE TURISMO
E.2 - Fortalecimento do segmento de ecoturismo	Diversificar os produtos turísticos	Índice de diversificação	(nº de novos atrativos por segmento turístico/nº total de atrativos)*100	%	UCP/SEPROTUR, FUNDTUR, COMTUR´S, FÓRUM REGIONAL DE TURISMO
	Estimular a preservação dos locais arqueológicos, histórico-culturais e resgatar fatos históricos para criação de novos produtos	Aumento do número de novos atrativos em geo-história e cultura	(nº de atrativos em geo-história e cultura/nº total de atrativos)*100	%	UCP/SEPROTUR, FUNDTUR, COMTUR´S, FÓRUM REGIONAL DE TURISMO

Quadro 156 – Estratégia de comercialização: mecanismos de *feedback.*

COMPONENTE 2 - ESTRATÉGIA DE COMERCIALIZAÇÃO					
ESTRATÉGIAS	**OBJETIVOS**	**INDICADOR**	**CÁLCULO**	**UNIDADE**	**RESPONSÁVEL**
	Fortalecer o posicionamento do polo Bonito-Serra da Bodoquena como destino turístico dotado de elevado padrão de qualidade	Aumento do nº de visitantes	(nº de visitantes em t+1 - nº de visitantes em t_0/nº de visitantes em t_0)*100	%	UCP/SEPROTUR, FUNDTUR, COMTUR´S, FÓRUM REGIONAL DE TURISMO
E.1 - Desenvolvimento de Estratégia de Marketing Turístico, buscando um melhor posicionamento mercadológico	Prever a demanda dos produtos turísticos e comparar com as condições ofertadas pela localidade.	Aumento do nº de visitantes	(nº de visitantes em t+1 - nº de visitantes em t_0/nº de visitantes em t_0)*100	%	UCP/SEPROTUR, FUNDTUR, COMTUR´S, FÓRUM REGIONAL DE TURISMO
	Prospectar os atrativos consolidados no cenário regional, estadual, nacional e internacional, fazendo inicialmente que os recursos e atrativos sejam conhecidos pelas operadoras e agências de viagem.	Taxa de formação de capital social	(nº de negócios associativos/nº total de empresas do setor turístico)*100	%	UCP/SEPROTUR, FUNDTUR, COMTUR´S, FÓRUM REGIONAL DE TURISMO

Quadro 157 – Fortalecimento institucional: mecanismos de *feedback.*

COMPONENTE 3 - FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL					
ESTRATÉGIAS	**OBJETIVOS**	**INDICADOR**	**CÁLCULO**	**UNIDADE**	**RESPONSÁVEL**
E.1 -Modernizar a estrutura administrativa do polo, visando o fortalecimento da Gestão do Turismo	Fortalecer os municípios no que concerne a gestão do seu território.	Índice de fortalecimento municipal	nº de ações voltadas ao turismo realizadas pelas esferas governamentais nos municípios	nº	UCP/SEPROTUR, FUNDTUR, COMTUR´S, FÓRUM REGIONAL DE TURISMO
	Buscar alternativas e propostas de fortalecimento da parceira entre o poder público e a iniciativa privada	Índice de formação de parcerias público-privadas	(nº de parcerias público-privadas/nº de ações voltadas ao turismo realizadas pelas esferas governamentais nos municípios)*100	%	UCP/SEPROTUR, FUNDTUR, COMTUR´S, FÓRUM REGIONAL DE TURISMO

Quadro 158 – Infraestrutura e serviços básicos: mecanismos de *feedback.*

COMPONENTE 4 - INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS					
ESTRATÉGIAS	**OBJETIVOS**	**INDICADOR**	**CÁLCULO**	**UNIDADE**	**RESPONSÁVEL**
E.1 - Melhoria da infraestrutura turística e dos serviços básicos do polo	Reduzir doenças por veiculação hídrica, e acima de tudo, proporcionar qualidade de vida à população, atendimento da demanda no período de alta temporada, gerando conforto e satisfação ao turista.	Taxa de ampliação da rede de drenagem	(km de rede em t+1 - km de rede em t_0/km de rede em t_0)*100	%	UCP/SEPROTUR, FUNDTUR, COMTUR´S, FÓRUM REGIONAL DE TURISMO
	Preservar e/ou modificar as condições do meio ambiente, buscando contribuir para prevenir doenças e promover a saúde, o bem-estar e a cidadania.	Sistema de disposição de resíduos sólidos implantados	nº de ações de implantação do sistema	nº	UCP/SEPROTUR, FUNDTUR, COMTUR´S, FÓRUM REGIONAL DE TURISMO
	Elevar a qualidade de vida da população residente, aumentando a sua capacidade de atendimento aos turistas no período de alta temporada oferecendo conforto e satisfação aos mesmos.	Taxa de ampliação da rede de água	(km de rede em t+1 - km de rede em t_0/km de rede em t_0)*100	%	UCP/SEPROTUR, FUNDTUR, COMTUR´S, FÓRUM REGIONAL DE TURISMO
	Aumentar a rede de cuidados com os visitantes e informar o mercado, com segurança e qualidade, sobre produtos, equipamentos e serviços, mas, principalmente, como e quando utilizá-los.	Sistema de atendimento e cuidados com o visitante implantado	nº de ações de implantação do sistema	nº	UCP/SEPROTUR, FUNDTUR, COMTUR´S, FÓRUM REGIONAL DE TURISMO

Quadro 159 – Gestão socioambiental: mecanismos de *feedback.*

COMPONENTE 5 - GESTÃO SOCIOAMBIENTAL					
ESTRATÉGIAS	**OBJETIVOS**	**INDICADOR**	**CÁLCULO**	**UNIDADE**	**RESPONSÁVEL**
E.1 - Melhoria da qualidade ambiental da Área Turística	Promover o ordenamento ambiental das sub-bacias hidrográfica importantes para o turismo.	Aumento do nº de ações de ordenamento ambiental	nº de ações de ordenamento ambiental	nº	UCP/SEPROTUR, FUNDTUR, SEMA, COMTUR´S, FÓRUM REGIONAL DE TURISMO
	Consolidar um Sistema de Gestão Ambiental e Territorial Integrado da Serra da Bodoquena, que preconize o fortalecimento do Sistema Estadual e dos Sistemas Municipais de Meio Ambiente.	Sistema de gestão ambiental do polo	nº de ações de impnatação do sistema	nº	UCP/SEPROTUR, FUNDTUR, SEMA, COMTUR´S, FÓRUM REGIONAL DE TURISMO
	Atualizar e aperfeiçoar os instrumentos de regulação da gestão ambiental do pólo da Serra da Bodoquena, à luz da política e de diretrizes ambientais para o setor.	Instrumentos de regulação da gestão ambiental atualizados e aperfeiçoados	nº de ações de atualização e aperfeiçoamento dos instrumentos de regulação	nº	UCP/SEPROTUR, FUNDTUR, SEMA, COMTUR´S, FÓRUM REGIONAL DE TURISMO

As linhas de base do PDITS são mostradas abaixo:

Quadro 160 – Indicadores de resultados do PDITS Bonito-Serra da Bodoquena.

Objetivos Principais do PDITS Bonito-Serra da Bodoquena	Resultados Estratégicos	Indicadores de Resultados	Unidade	Linha de Base 2010	Meta 2015
Fortalecer os mecanismos de governança e a gestão pública voltados ao turismo Ampliar, estruturar e diversificar a oferta turística do polo Bonito-Serra da Bodoquena Melhorar a infraestrutura turística e de serviços Consolidar o polo como destino turístico integrado, sustentável e de qualidade internacional	Aumentar os gastos dos turistas	Fluxo turistico global	turistas	92.055	142.354
		Gasto médio por turista	R$	2.279,05	4.500,00
		Receita turística gerada	R$ (milhões)	209,80	640,59
		Permanência média na rede hoteleira	dias	3,4	7
		Índice de satisfação do turista	%	91,6	100,0
		Atrativos/passeios	%	96,6	100,0
		Alimentação	%	69,1	90,0
	Aumentar a permanência do turista	Grau de Fidelidade - Intenção de retorno	%	77,9	90,0
		Capacidade de carga total dos atrativos	pessoas/dia	8.014	12.000
		Meios de hospedagens existentes	MHs	123	140
		Unidades habitacionais existentes	Uhs	1.800	2050
		Leitos existentes	leitos	6.442	8.000
		Taxa de ocupação hoteleira	%	38,08	70
		Número de empregados por empreendimento (agências de viagens)	funcionários/empreendimento	3	2
		Número de empregados por empreendimento (atrativos)	funcionários/empreendimento	13	17
		Número de empregados por empreendimento (setor hoteleiro)	funcionários/empreendimento	16	21
	Aumentar o investimento privado no setor de turismo	Investimento privado (agências de viagens)	R$/empreendimento	101.333,00	282.000,00
		Investimento privado (atrativos)	R$/empreendimento	179.167,00	238.000,00
		Investimento privado (setor hoteleiro)	R$/empreendimento	222.500,00	892.900,00
		Preços médios praticados (atrativos)	R$/passeio	59,38	72,00
		Preços médios praticados (setor hoteleiro)	R$/diária	116,50	140,00
		Mão de obra qualificada	%	71,4	90,0
		Interelações institucionais - gestão do setor	%	42,9	60,0
		Impostos e taxas	%	85,7	80,0
		Número de ligações reais do sistema de abastecimento de água	n.	15.649	18.000
		Número de economias reais	economias	14.949	16.000
		Extensão da rede de água	m	279.063	322.000
		Volume de água produzido por ano	m3	3.010.579	3.460.165
		Volume de água consumido por ano	m3	1.990.193	2.290.000
		Volume de água faturado por ano	m3	2.442.296	2.800.640
		Volume de água tratado por ano	m3	3.010.579	3.460.165
		Número de ligações reais de esgoto sanitário	n.	5.545	6.380
		Número de economias reais da rede de esgoto	economias	5.773	6.640
		Volume de esgoto faturado por ano	m3	923.326	1.061.824
		Extensão da rede de esgoto	m	77.244	88.830
	Desenvolvimento local (principais problemas do turismo, segundo a comunidade local)	Lixo produzido	%	13,4	6,0
		Degradação ambiental	%	6,3	0,0
	Preservar o meio ambiente	Taxa de coleta de resíduos sólidos - area urbana	%	100	100
		UPL existentes no polo	n.	1	2
		Aterros sanitários existentes no polo	n.	0	1
		Lixões existentes no polo	n.	2	1
		Aterros controlados existentes no polo	n.	1	2

Os indicadores propostos podem ser implantados a partir da aprovação do PDITS, pois, a base de dados necessária para a realização do monitoramento já existe, ou é de fácil elaboração, como a aplicação de questionários.

Para que isso seja possível, estima-se um montante no valor de R$ 80.000,00 para coleta, sistematização e criação da base de dados, e outros R$ 100.000,00 anuais, para o monitoramento sistemático das estratégias do PDITS, totalizando R$ 580.000,00, ao longo da execução do plano.

Cabe, por fim, observar que, no período entre a elaboração do PDITS 2004, e a atual readequação, verifica-se que o turismo na região, especialmente em Bonito, evolui em todos os aspectos analisados no presente diagnóstico.

No PDITS/2004, o componente 1 (fortalecimento da capacidade de planejamento, gestão e aproveitamento dos benefícios proporcionados pelo turismo) previa a execução de 18 ações, das quais foram executadas 5 (27,8%), cujo valor somou R$ 975.829,00. Nenhuma das cinco ações previstas para o componente 2 (melhora dos atrativos e de sua gestão) foram executadas. No componente 3 (infraestrutura para permitir acesso, prover serviços públicos e controle de impactos ambientais), foram previstas 27 ações, das quais, 3 foram realizadas, e somaram investimentos totais no valor de R$ 600.186,42. As ações do componente 4 (promoção e fornecimento de informação), e as do componente 5 (apoio ao setor privado), não foram realizadas.

Dessa forma, das 56 ações previstas no plano de ação do PDITS/2004, apenas 8 (oito) foram executadas, o que representa 14,3% do total de ações planejadas.

Apesar de poucas intervenções terem sido de fato implementadas no Polo Serra da Bodoquena, no âmbito do PRODETUR/SUL, outros investimentos públicos do Governo do Estado de Mato Grosso do Sul foram realizados na área objeto de estudo, a partir do ano de 2003. Algumas ONGs também se fizeram presentes na região neste período. Estes resultados mostram que os investimentos realizados foram eficazes, se considerarmos que o fluxo de turistas vem aumentando ano a ano, e que, por exemplo, Bonito, conquistou pela nona vez consecutiva o prêmio de melhor destino de ecoturismo do Brasil, pela votação dos leitores da Revista Viagem e Turismo da, Editora Abril.

Foi possível observar-se que os órgãos executores, sejam estes estado ou município, têm resistência em aceitar os procedimentos exigidos pelo BID/MTur, desde o processo licitatório até as orientações que devem seguir para a realização dos trabalhos.

Ficou evidenciado nos planos de fortalecimento elaborados para os municípios de Jardim e Bodoquena, que as administrações municipais carecem de um programa de gestão da atividade turística nos municípios; eles sequer sabem como contabilizar as receitas advindas da atividade turística.

Desta forma, alguns projetos foram cancelados e outros ficaram prejudicados por falta de comprometimento das equipes indicadas para acompanharem os trabalhos, e por falta de interesse do poder público municipal e estadual.

Quanto aos indicadores demonstrativos de resultados do desenvolvimento do turismo, referentes aos investimentos realizados pelo PRODETUR/SUL, entende-se que foram diminutos em função de que as ações restringiram-se a estudos, planos e projetos.

A demanda atual do mercado cresceu conforme nota-se pelo fluxo de turistas, no período de 2004 e 2009. No destino, estruturaram-se novos produtos que diversificam a oferta, atuando em diferentes segmentos, como o de negócios e eventos, *tour* da experiência e outros.

Porém, ainda importantes potencialidades locais seguem inalteradas como atrativos em Jardim e, especialmente, em Bodoquena, o turismo de base comunitária — englobando distritos e assentamentos rurais, e o turismo histórico-cultural.

Na infraestrutura, o acesso aéreo foi viabilizado pela implantação do Aeroporto Municipal de Bonito; as principais rodovias de acesso atualmente se encontram em melhores condições de tráfego que em 2004, destacando-se a MS-178, em pavimentação no trecho Bonito-Bodoquena, que interligará adequadamente esses municípios, promovendo o desenvolvimento dos atrativos turísticos em suas margens e interligando o polo ao outros destinos e produtos como o Pantanal e o Trem do Pantanal, por meio do acesso rodoviário entre Miranda e Bodoquena.

O sistema de saneamento desenvolveu-se expressivamente, sobretudo o esgotamento sanitário em Bonito e Bodoquena, alcançando, aproximadamente, 100% da população urbana. No entanto, ainda é necessário ampliar o sistema de esgotamento sanitário em Jardim, o de drenagem em Bodoquena, e adequar o sistema de gestão de resíduos sólidos de Jardim e Bodoquena, tal como já apontado em 2004.

Em termos institucionais, a gestão do polo aprimorou-se no período, e segue sendo uma referência nacional citada pelo *trade* como um dos principais fatores do destino ser, pelo décimo ano consecutivo, considerado o melhor destino de ecoturismo pela Revista Viagem e Turismo, da Editora Abril. No decorrer do período, destacam-se os fortalecimentos institucionais municipais e da FUNDTUR, que gerou, como resultados, uma melhor atuação na região, implantando o COMTUR, de Bodoquena, amadurecimento dos demais, além do desenvolvimento da gestão pública ambiental e o atuante terceiro setor. Um aspecto positivo deste amadurecimento institucional observado no polo é a efetiva busca pelo desenvolvimento do turismo em bases sustentáveis, visto por meio da preocupação emergente dos gestores públicos, associações e do terceiro setor com a inclusão social no setor, e com a recuperação e conservação dos meios ambientes, sinalizado por meio dos programas em desenvolvimento na região, e da iniciativa dos gestores privados em fornecer cortesias ao munícipes para os atrativos, da busca por valorizar a comunidade local como mão de obra aliando a necessidade de capacitação.

No que tange aos aspectos ambientais, ressalta-se a regularização ambiental dos empreendimentos pelo aumento da taxa de licenciamento ambiental, desenvolvimento de planos de manejo de unidades de conservação, acesso dos três municípios ao repasse do ICMS Ecológico, amadurecimento e resultados efetivos de ações e programas de recuperação e conservação ambiental na região e outros indicativos da evolução local. Porém, ainda não foi implantado o Parque Nacional da Serra da Bodoquena, e tampouco seu plano de manejo finalizado; assim, continua a necessidade de ampliação do monitoramento da qualidade da água, do desenvolvimento de outros mecanismos sistêmicos de monitoramento ambiental e de estudos como de determinação técnico-científica da efetiva capacidade de carga dos empreendimentos turísticos.

Vale destacar que um dos fatores determinantes para o sucesso das ações de melhoria da atividade turística foi a adoção do planejamento. Por meio do planejamento do turismo, consubstanciado na elaboração do PDITS/2004, alguns resultados foram resgatados para a readequação do presente documento. Destacam-se, dentre outros:

- Foco na sustentabilidade;
- Articulação institucional;
- Planejamento participativo;
- Envolvimento das comunidades locais.

Várias ações propostas no documento de 2004 foram ou estão sendo implantadas, como a pavimentação da MS-178, e a elaboração do plano de *marketing*, que está sendo licitado e dotará de maior competitividade o polo.

Isso quer dizer que o PDITS 2004, foi fundamental para a estruturação da atividade turística no polo. A readequação que se faz no presente documento já parte de um histórico positivo de planejamento e se propõe a revisar o que foi, ou não, realizado, e propor ações complementares. Mas, é um processo único de planejamento que segue há cinco anos e tem resultado nas premiações dos destinos, aumento do fluxo de turistas, incremento de novos negócios e novos atrativos e melhoria das condições de vida da população local.

O documento que consubstancia as estratégias de desenvolvimento do polo, elaborado pela FUNDTUR, remete o planejamento para uma visão de longo prazo (até 2020). Portanto, é um balizador para a elaboração da presente readequação, mesmo porque foi elaborado apoiado nos princípios do planejamento participativo, sustentabilidade, participação popular e fortalecimento institucional. Por essa razão, as estratégias e ações propostas no documento da FUNDTUR, foram analisadas e algumas foram incorporadas neste documento, considerando-se o alinhamento com os objetivos do PDITS, e com o seu horizonte de planejamento (cinco anos).

Essa sequência de ações de planejamento do turismo mostra a importância da continuidade de uma política pública ao longo dos anos e pode se tornar referência para as demais áreas da atividade econômica.

8. PROCESSO DE PARTICIPAÇÃO PÚBLICA E VALIDAÇÃO DO PDITS

Como objetivo de garantir a participação pública e validar o presente plano, a AGRICON Consultoria providenciou e realizou quatro oficinas participativas ao longo da execução do trabalho e a audiência pública para a validação final do mesmo, após sua prévia aprovação pelo PRODETUR e MTur.

Nas oficinas e audiência pública, houveu a participação do PRODETUR, órgãos governamentais envolvidos como a FUNDTUR, IMASUL, IPHAN, as três Prefeituras dos municípios que compõem o Polo Serra da Bodoquena, sociedade civil organizada, *trade* turístico e representantes de outros setores econômicos ligados à atividade turísica local e regional, como associações, ONGs etc.

Durante as oficinas, com a participação dos atores supracitados, foram divulgados e discutidos os resultados dos trabalhos em três momentos distintos:

- Oficina de Marco Lógico – nos dias 8 e 9 de abril de 2010;
- Após a entrega do produto 2 (diagnóstico) – em 6 de agosto de 2010;
- Após a entrega do produto 4 (plano de ação e mecanismos de *feedback*) – em 17 de setembro de 2010;
- Após a entrega do produto 5 (versão preliminar) – em 22 de outubro de 2010.

A Audiência Pública foi realizada em 29 de setembro de 2011 com o intuito de apresentar última versão do plano, abrir espaço para a sugestões e validar o PDITS.

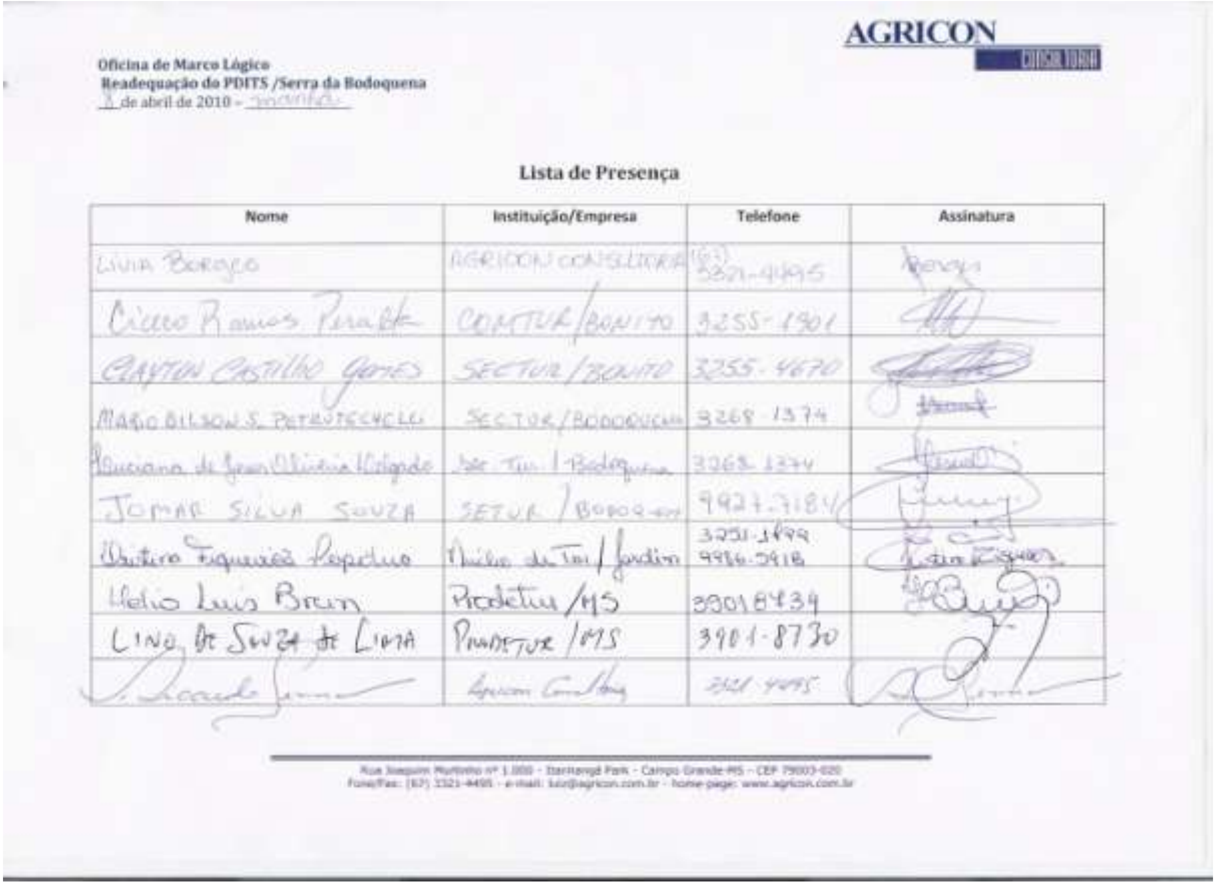
A seguir estão os registros dos processos de participação pública e validação do PDTIS:

8.1. OFICINA DE MARCO LÓGICO

LOCAL: BONITO – MS

PDITS SERRA DA BODOQUENA – 8 e 9 de Abril de 2010

Lista de presença 1 de 5



AGRICON

Oficina de Marco Lógico
Readequação do PDITS /Serra da Bodoquena
8 de abril de 2010 - manhã

Lista de Presença

Nome	Instituição/Empresa	Telefone	Assinatura
Livia Borges	AGRICON CONSULTORIA	(67) 3321-4495	
Cícero Ramos Peralta	COMTUR/BONITO	3255-1901	
Clayton Castilho Gomes	SECTUR/BONITO	3255-4670	
Mário Bilson S. Petrutecheli	SECTUR/BODOQUENA	3268-1374	
Luciana de Jesus Oliveira Delgado	Sec. Tur. / Bodoquena	3268-1374	
Jomar Silva Souza	SETUR / Bodoquena	9927-7184	
Waltina Figueiredo Reginaldo	Núcleo de Tur / Jardim	3251-1499 9986-5918	
Hélio Luis Brun	Prodetur/MS	3901-8434	
Lino de Souza de Lima	Prodetur/MS	3901-8730	
[illegible]	Agricon Consultoria	3321-4495	

Rua Joaquim Murtinho nº 1.000 - Itanhangá Park - Campo Grande-MS - CEP 79003-020
Fone/Fax: (67) 3321-4495 - e-mail: [illegible]@agricon.com.br - home-page: www.agricon.com.br

Figura 94 – Lista de presença da 1ª Oficina Participativa, em 2010 (1).

Lista de presença 2 de 5

AGRICON CONSULTORIA

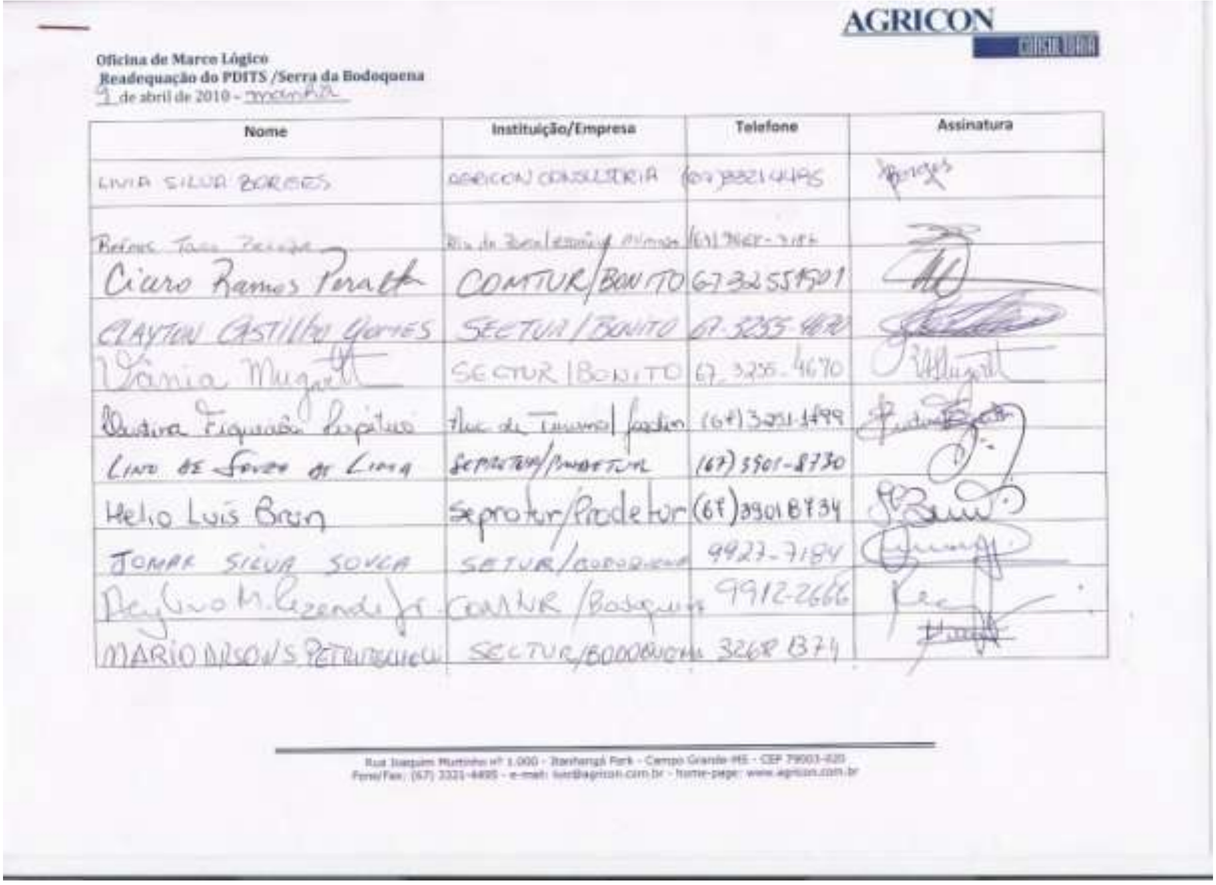
Oficina de Marco Lógico
Readequação do PDITS /Serra da Bodoquena
08 de abril de 2010 - tarde

Nome	Instituição/Empresa	Telefone	Assinatura
LIVIA BORGES	AGRICON CONSULT.	3321 4495	[illegible]
CLAYTON CASTILHO GOMES	SECTUR/BONITO	3255 4670	[illegible]
Vânia Mugott	SECTUR /Bonito	3255-4670	[illegible]
Luiz de Souza de Lima	SEPROTUR/FUNDETUR	3901-8730	[illegible]
Helio Luis Brein	Seprotur/Fundetur	3901 8734	[illegible]
MARIO DILSON SILVA PETRUTCHECH	SECTUR/BODOQUENA	3268 1374	[illegible]
Rosiana de Jesus O. Delgado	Sec. Tur. / Bodoquena	3268 1374	[illegible]
JOMAR SILVA SOUZA	SETUR / BODOQUENA	9927-7184	[illegible]
Cristina Figueiredo [illegible]	[illegible]	3251-1899	[illegible]
Ricardo Senna	Agricon Consultoria	3321-4495	[illegible]

Rua Joaquim Murtinho nº 1.000 - Itanhangá Park - Campo Grande-MS - CEP 79003-020
Fone/Fax: (67) 3321-4495 - e-mail: [illegible]@agricon.com.br - home-page: www.agricon.com.br

Figura 95 – Lista de presença da 1ª Oficina Participativa, em 2010 (2).

Lista de presença 3 de 5



AGRICON

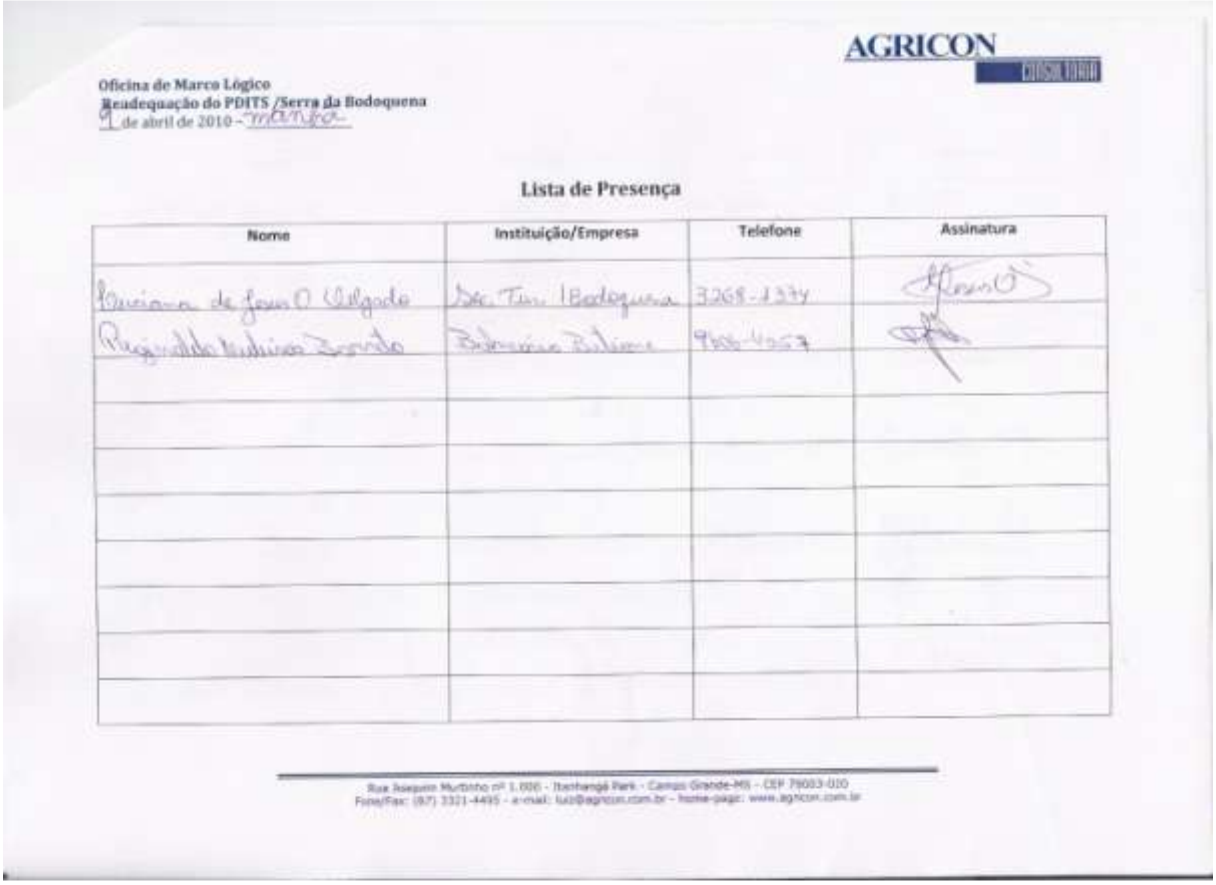
Oficina de Marco Lógico
Readequação do PDITS /Serra da Bodoquena
9 de abril de 2010 – manhã

Nome	Instituição/Empresa	Telefone	Assinatura
LIVIA SILVA BORGES	AGRICON CONSULTORIA	(67) 3321 4495	[illegible]
[illegible]	[illegible]	(67) [illegible]	[illegible]
Ciciro Ramos Perath	COMTUR/BONITO	67 3255 1501	[illegible]
CLAYTON CASTILHO GOMES	SECTUR/BONITO	67 3255 [illegible]	[illegible]
Vânia Mugnatt	SECTUR/BONITO	67 3255 4670	[illegible]
[illegible]	[illegible]	(67) 3251 1499	[illegible]
[illegible]	SEPROTUR/PRODETUR	(67) 3901-8730	[illegible]
Helio Luis Brun	Seprotur/Prodetur	(67) 3901 8734	[illegible]
JOMAR SILVA SOUZA	SETUR/BODOQUENA	9927-7184	[illegible]
[illegible]	COMTUR/Bodoquena	9912-2666	[illegible]
MARIO NILSON S PETRUSCHIELLI	SECTUR/BODOQUENA	3268 1374	[illegible]

Rua Joaquim Murtinho nº 1.000 - Itanhangá Park - Campo Grande-MS - CEP 79003-020
Fone/Fax: (67) 3321-4495 - e-mail: [illegible]@agricon.com.br - home-page: www.agricon.com.br

Figura 96 – Lista de presença da 1ª Oficina Participativa, em 2010 (3).

Lista de presença 4 de 5



AGRICON CONSULTORIA

Oficina de Marco Lógico
Readequação do PDITS /Serra da Bodoquena
9 de abril de 2010 – manhã

Lista de Presença

Nome	Instituição/Empresa	Telefone	Assinatura
Luciana de Jesus O. Delgado	Sec. Tur. Bodoquena	3268-1374	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

Figura 97 – Lista de presença da 1ª Oficina Participativa, em 2010 (4).

Lista de presença 5 de 5

AGRICON CONSULTORIA

Oficina de Marco Lógico
Readequação do PDITS /Serra da Bodoquena
9 de abril de 2010 - tarde

Nome	Instituição/Empresa	Telefone	Assinatura
Aylino M. Resende Junior	COMTUR/Bodoquena	9912266	
Clayton Castilho Gomes	SECTUR/Bonito	9986-4479	
Jomar Silva Souza	SETUR/Bodoquena	9927-7184	
Vânia Mugnatti	SECTUR/Bonito	3255.4690	
Luciana de Jesus Oliveira Delgado	Sec. tur. / Bodoquena	3268 1374	
Cristina Tsiqueira Pospitico	Nuc. de Turismo/Jardim	3251-1899	
Rafael Tosa Bologna	[illegible]	3255-2[illegible]	
Reginaldo Medeiros Brocho	[illegible]	[illegible]	
Mario Dilson Silva Potentchelli	SEC. TUR. BODOQUENA	3268 1374	
Livia Borges	AGRICON CONS.	33214495	
Cícero Ramos Peralta	COMTUR BONITO	9986 4711	
Ricardo Senna	Agricon	9985-8675	

Rua Joaquim Murtinho nº 1.000 - Itanhangá Park - Campo Grande-MS - CEP 79003-020
Fone/Fax: (67) 3321-4495 - e-mail: luiz@agricon.com.br - home-page: www.agricon.com.br

Figura 98 – Lista de presença da 1ª Oficina Participativa, em 2010 (5).

FOTOS

Foto 67 – Registro Fotográfico da 1ª Oficina Participativa, em 2010 (1).

Foto 68 – Registro Fotográfico da 1ª Oficina Participativa, em 2010 (2).

Foto 69 – Registro Fotográfico da 1ª Oficina Participativa, em 2010 (3).

Foto 70 – Registro Fotográfico da 1ª Oficina Participativa, em 2010 (4).

Foto 71 – Registro Fotográfico da 1ª Oficina Participativa, em 2010 (5).

Foto 72 – Registro Fotográfico da 1ª Oficina Participativa, em 2010 (6).

8.2. OFICINA PARTICIPATIVA – DIAGNÓSTICO DA ÁREA E DAS ATIVIDADES TURÍSTICAS

LOCAL: BONITO – MS

PDITS SERRA DA BODOQUENA – 6 de Agosto de 2010

Lista de presença 1 de 4

AGRICON CONSULTORIA

Oficina Participativa - Diagnóstico
PDITS do Polo Serra da Bodoquena
06 de agosto de 2010 – manhã

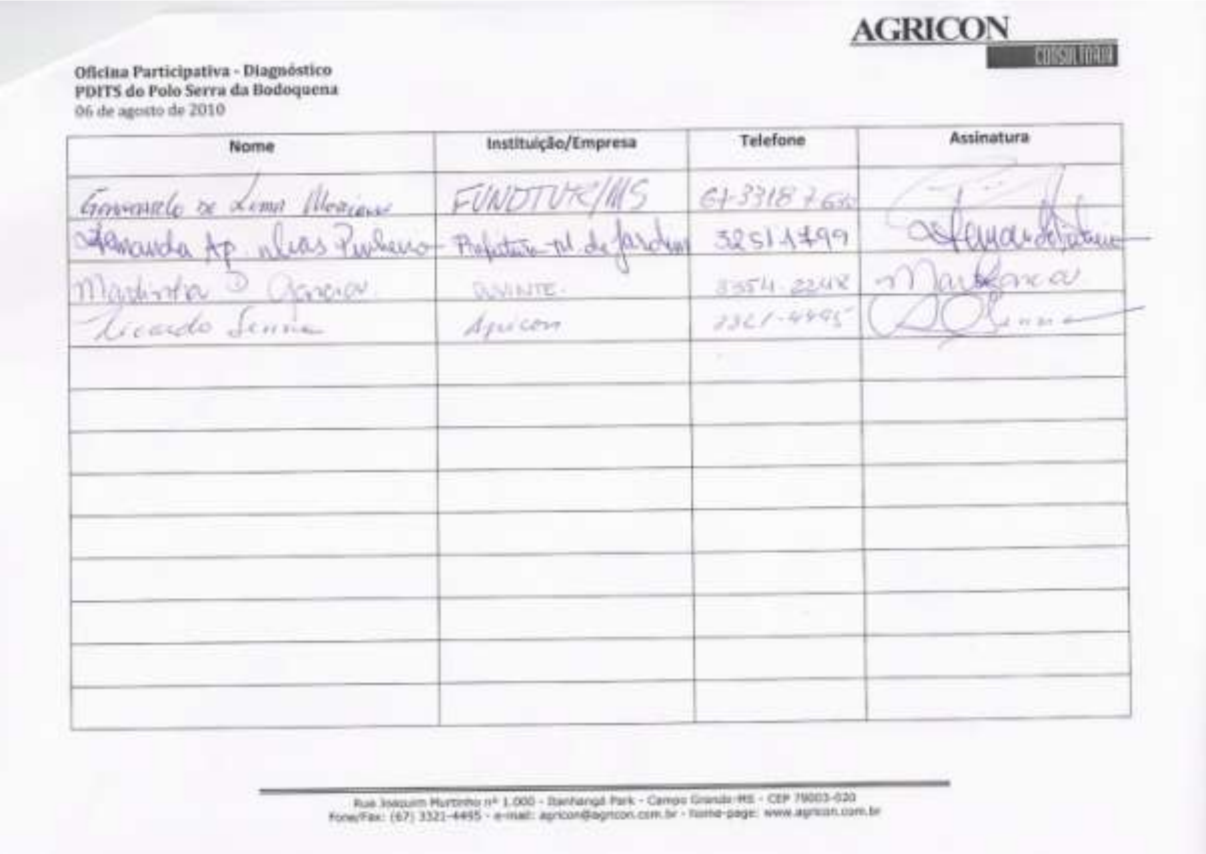
Lista de Presença

Nome	Instituição/Empresa	Telefone	Assinatura
Livia Borges	Agricon Consultoria	67 3321 4495	[illegible]
Helio Luis Brun	Seprotur/Prodetur	67 3318 5016	[illegible]
Gislaine Vilazante	Agricon Consultoria	67 3321 4495	[illegible]
Lino de Souza Lima	Seprotur/Prodetur	67-3318-5016	[illegible]
Mario R. Pinto de Andrade	MTur	61-[illegible]	[illegible]
Andre Luiz Rachid	[illegible]	3382-5921	[illegible]
Flávia [illegible]	IMASUL	67 3318-5213	[illegible]
[illegible]	Seprotur/Prodetur	67-3318-5012	[illegible]
[illegible]	[illegible]	67 [illegible]	[illegible]
Walmir Mury	AGTB.	67 8456-3881	[illegible]
Manoel Claudino [illegible]	Sec meio ambiente	67 9952 1955	[illegible]
Clayton Castilho Gomes	Sectur/Bonito MS	67 9926-4477	[illegible]

Rua Joaquim Murtinho nº 1.000 - Itanhangá Park - Campo Grande-MS - CEP 79003-020
Fone/Fax: (67) 3321-4495 - e-mail: agricon@agricon.com.br - home-page: www.agricon.com.br

Figura 99 – Lista de presença da 2ª Oficina Participativa, em 2010 (1).

Lista de presença 2 de 4



AGRICON CONSULTORIA

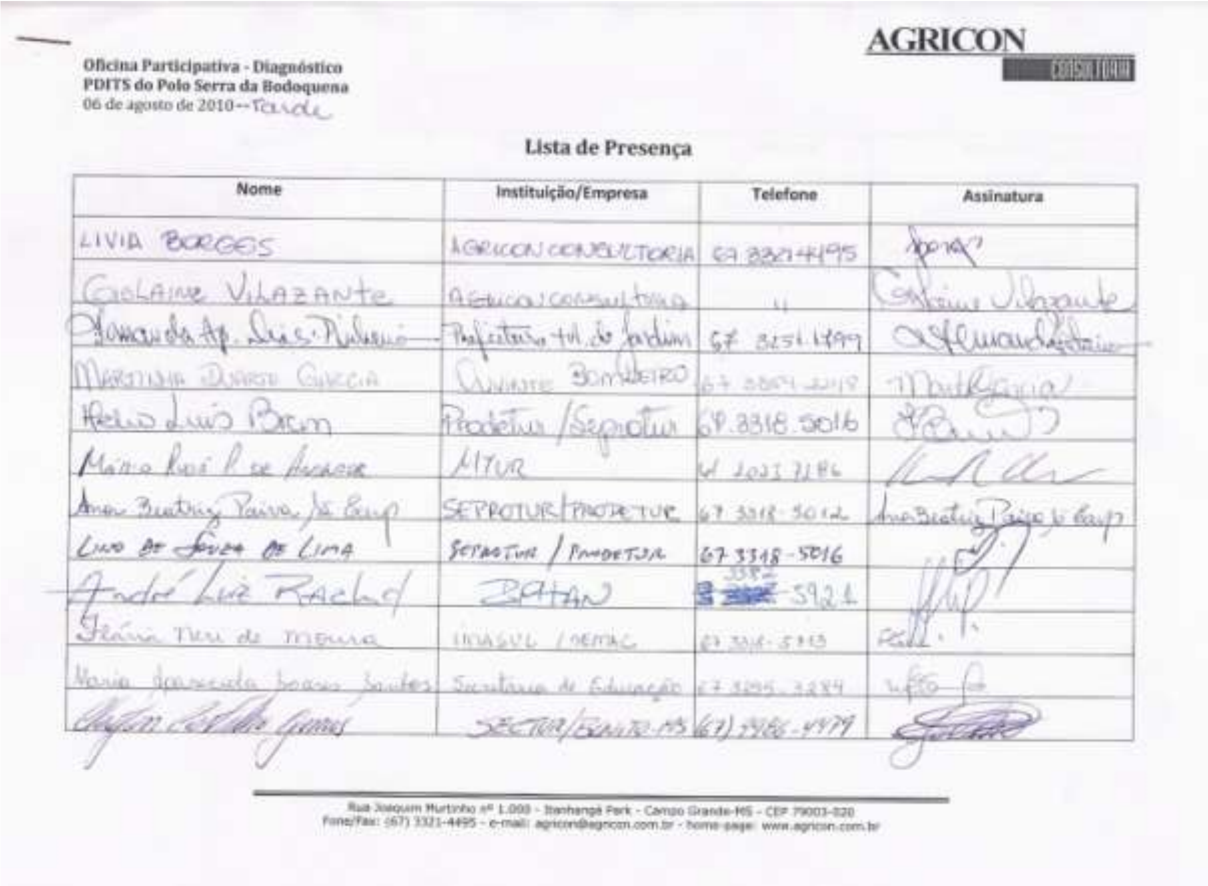
Oficina Participativa - Diagnóstico
PDITS do Polo Serra da Bodoquena
06 de agosto de 2010

Nome	Instituição/Empresa	Telefone	Assinatura
Giovanela de Lima Moreira	FUNDTUR/MS	67-3318 7630	[illegible]
Fernanda Ap. Dias Pinheiro	Prefeitura M. de Jardim	3251 1799	[illegible]
Marlinda D. Garcia	Avinte	3354-2248	[illegible]
Ricardo Senna	Agricon	3321-4495	[illegible]

Rua Joaquim Murtinho nº 1.000 - Itanhangá Park - Campo Grande-MS - CEP 79003-020
Fone/Fax: (67) 3321-4495 - e-mail: agricon@agricon.com.br - home-page: www.agricon.com.br

Figura 100 – Lista de presença da 2ª Oficina Participativa, em 2010 (2).

Lista de presença 3 de 4



AGRICON CONSULTORIA

Oficina Participativa - Diagnóstico
PDITS do Polo Serra da Bodoquena
06 de agosto de 2010 -- Tarde

Lista de Presença

Nome	Instituição/Empresa	Telefone	Assinatura
LIVIA BORGES	AGRICON CONSULTORIA	67 3321-4495	[illegible]
GISLAINE VILAZANTE	AGRICON CONSULTORIA	"	[illegible]
Fernanda Ap. Dias Ribeiro	Prefeitura Mun. de Jardim	67 3251-1499	[illegible]
MARTINHA DUARTE GARCIA	Quinta do Bonito	67 [illegible]	[illegible]
Hélio Luis Brum	Prodetur / Seprotur	67 3318 5016	[illegible]
Mário [illegible] de Andrade	MTUR	[illegible]	[illegible]
Ana Beatriz Paiva de Campos	SEPROTUR/PRODETUR	67 3318-5012	[illegible]
Livio de Souza de Lima	SEPROTUR / PRODETUR	67 3318-5016	[illegible]
André Luiz Rachid	IPHAN	3382-5924	[illegible]
[illegible] de Moura	IMASUL / GEMAC	67 3318-5913	[illegible]
Maria Aparecida [illegible] Santos	Secretaria de Educação	67 3255-3284	[illegible]
[illegible] Gomes	SECTUR/BONITO-MS	(67) 3255-4979	[illegible]

Rua Joaquim Murtinho nº 1.000 - Itanhangá Park - Campo Grande-MS - CEP 79003-020
Fone/Fax: (67) 3321-4495 - e-mail: agricon@agricon.com.br - home-page: www.agricon.com.br

Figura 101 – Lista de presença da 2ª Oficina Participativa, em 2010 (3).

Lista de presença 4 de 4

AGRICON CONSULTORIA

Oficina Participativa - Diagnóstico
PDITS do Polo Serra da Bodoquena
06 de agosto de 2010

Nome	Instituição/Empresa	Telefone	Assinatura
Walmir Mursi	AGTB - Associação Guias de Turismo	8456-3883	[signature]
JOMAR SILVA SOUZA	SECTUR /BODOQUENA	9927-7184	[signature]
[illegible]	[illegible]	9656-4059	[signature]
Ricardo Senna	Agricon Consultoria	3321-4495	[signature]

Rua Joaquim Murtinho nº 1.000 - Itanhangá Park - Campo Grande-MS - CEP 79003-020
Fone/Fax: (67) 3321-4495 - e-mail: agricon@agricon.com.br - home-page: www.agricon.com.br

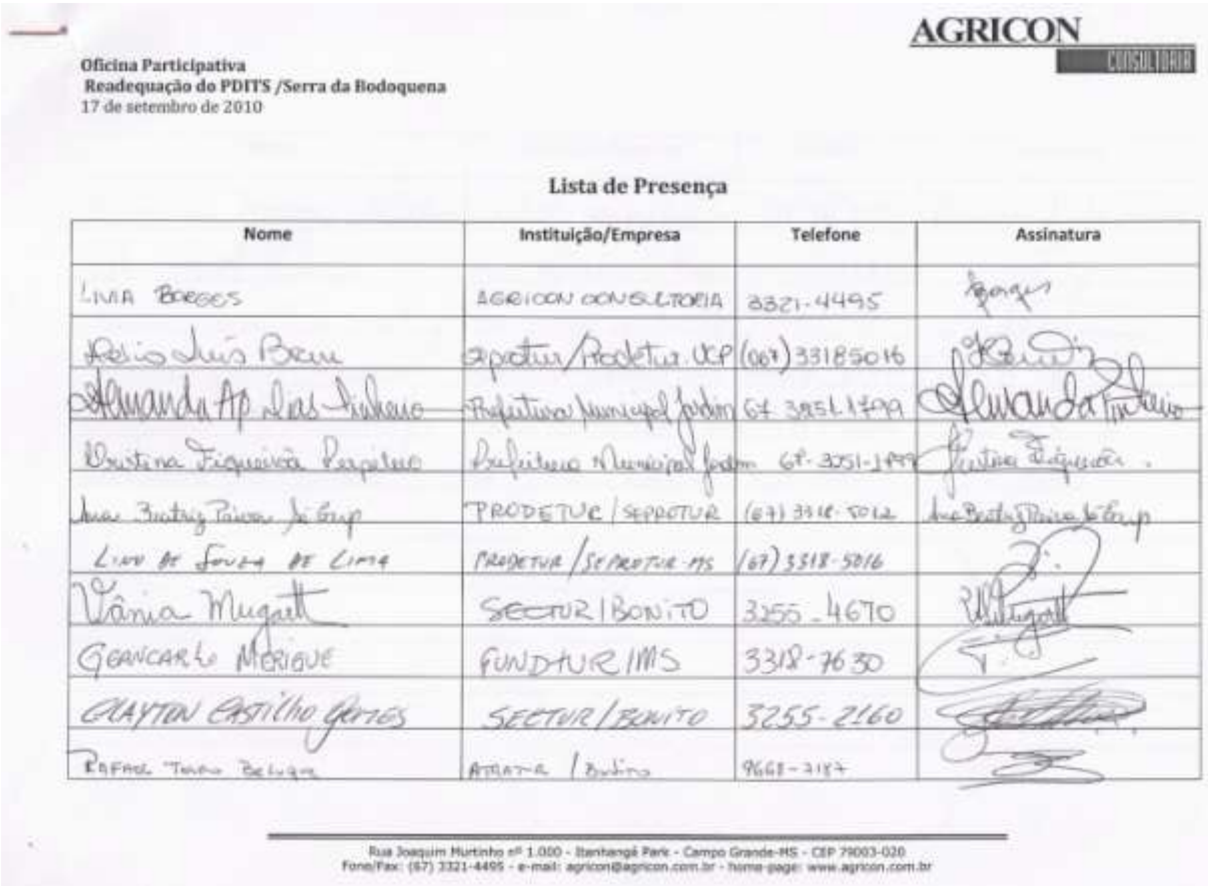
Figura 102 – Lista de presença da 2ª Oficina Participativa, em 2010 (4).

8.3. OFICINA PARTICIPATIVA – ESTRATÉGIAS, PLANO DE AÇÃO E MECANISMOS DE FEEDBACK

LOCAL: BONITO – MS

PDITS SERRA DA BODOQUENA – 17 de setembro de 2010

Lista de presença 1 de 2



AGRICON CONSULTORIA

Oficina Participativa
Readequação do PDITS /Serra da Bodoquena
17 de setembro de 2010

Lista de Presença

Nome	Instituição/Empresa	Telefone	Assinatura
LIVIA BORGES	AGRICON CONSULTORIA	3321-4495	
Pelio Luis Brun	Prodetur/Prodetur UCP	(067) 33185016	
Alexandra Ap Dias Tinheiro	Prefeitura Municipal Jardim	67 3251-1799	
Cristina Figueira Pimpinato	Prefeitura Municipal Jardim	67-3251-1799	
Ana Beatriz Paiva de Camp	PRODETUR / SEPROTUR	(67) 3318-5012	
Livio de Souza de Lima	PRODETUR / SEPROTUR-MS	(67) 3318-5016	
Vânia Mugarte	SECTUR / BONITO	3255-4670	
GEANCARLO MERIGUE	FUNDTUR/MS	3318-7630	
CLAYTON CASTILHO GOMES	SECTUR/BONITO	3255-2160	
RAFAEL TAVARES BELUGA	ATRATUR / Bonito	9668-3187	

Rua Joaquim Murtinho nº 1.000 - Itanhangá Park - Campo Grande-MS - CEP 79003-020
Fone/Fax: (67) 3321-4495 - e-mail: agricon@agricon.com.br - home-page: www.agricon.com.br

Figura 103 – Lista de presença da 3ª Oficina Participativa, em 2010 (1).

Lista de presença 2 de 2

AGRICON CONSULTORIA

Oficina Participativa
Readequação do PDITS /Serra da Bodoquena
17 de setembro de 2010

Nome	Instituição/Empresa	Telefone	Assinatura
Priscila Varges da Silva	UFMS-Campus Bonito	81696331	Priscila V da Silva
[illegible] R. M. Paulino	Fund. [illegible] de Bonito	(67)32553912	[illegible]
manoel clarentino mota	Sec meio ambiente	9952 1953	[illegible]
JOMAR SILVA SOUZA	SECTUR/BODOQUENA	9927-7184	[illegible]
Auglimo M. Rezende Jr	[illegible]	9912-2666	[illegible]
Luciana de J. O. Delgado	Sec. Turismo/Bodoquena	8418.8414	[illegible]
Ricardo Senna	Agricon	3321 4495	[illegible]
Yanina G. Leite	Sebrae/MS	92221939	[illegible]

Rua Joaquim Murtinho nº 1.000 - Itanhangá Park - Campo Grande-MS - CEP 79003-020
Fone/Fax: (67) 3321-4495 - e-mail: agricon@agricon.com.br - home-page: www.agricon.com.br

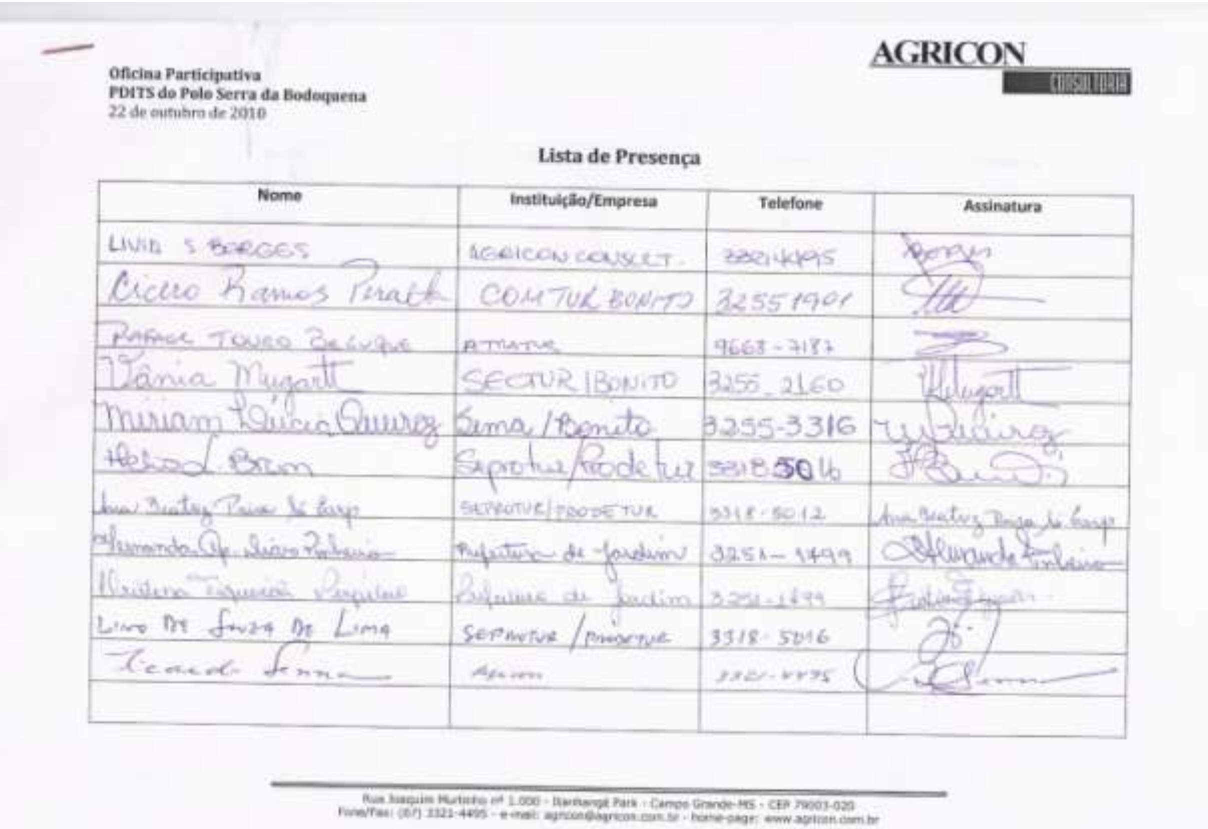
Figura 104 – Lista de presença da 3ª Oficina Participativa, em 2010 (2).

8.4. OFICINA PARTICIPATIVA – VERSÃO PRELIMINAR

LOCAL: BONITO – MS

PDITS SERRA DA BODOQUENA – 22 de outubro de 2010

Lista de Presença 1 de 1



Oficina Participativa
PDITS do Polo Serra da Bodoquena
22 de outubro de 2010

AGRICON CONSULTORIA

Lista de Presença

Nome	Instituição/Empresa	Telefone	Assinatura
Livia S Borges	Agricon Consult.	33214495	[illegible]
Cicero Ramos Perath	COMTUR Bonito	32551901	[illegible]
Rafael Touro Belque	Atratur	9663-7187	[illegible]
Vânia Mugarti	SECTUR Bonito	3255 2160	[illegible]
Miriam Lúcia Queiroz	Sema/Bonito	3255-3316	[illegible]
Heliod. Brum	Seprotur/Prodetur	3318 5016	[illegible]
Ana Beatriz Paiva de Camp	SEPROTUR/PRODETUR	3318-5012	[illegible]
Alessandra Ap. Lúcio Pinheiro	Prefeitura de Jardim	3251-1499	[illegible]
Kristina Siqueira Pinheiro	Prefeitura de Jardim	3251-1499	[illegible]
Lino de Souza de Lima	SEPROTUR/PRODETUR	3318-5016	[illegible]
Ricardo Senna	Agricon	3321-4495	[illegible]

Rua Joaquim Murtinho nº 1.000 - Itanhangá Park - Campo Grande-MS - CEP 79003-020
Fone/Fax: (67) 3321-4495 - e-mail: agricon@agricon.com.br - home-page: www.agricon.com.br

Figura 105 – Lista de presença da 4ª Oficina Participativa, em 2010.

Fotos

Foto 73 – Registro fotográfico da 4ª Oficina Participativa, em 2010 (1).

Foto 74 – Registro fotográfico da 4ª Oficina Participativa, em 2010 (2).

Foto 75 – Registro fotográfico da 4ª Oficina Participativa, em 2010 (3).

Foto 76 – Registro fotográfico da 4ª Oficina Participativa, em 2010 (4).

8.5. AUDIÊNCIA PÚBLICA

A audiência pública foi realizada no município de Bonito em 29 de setembro de 2011 e foi organizada da seguinte forma: 1) abertura e apresentação da versão final do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável do Polo Serra da Bodoquena; 2) abertura para as intervenções; 3) conclusão dos trabalhos.

Na etapa das intervenções dos participantes foram registradas as seguintes contribuições, propostas e questionamentos:

- Resgate das ações de infraestrutura na área de saúde e a implantação do corpo de bombeiros no município de Jardim (discutido nas oficinas anteriores)
- Com relação à ação que propõe o aumento do número de atrativos é necessário: identificar se há novos atrativos potenciais, se possui infraestrutura de apoio, se há mercado e, deve-se considerar a compatibilização da quantidade e qualidade.
- Deve-se pensar na redistribuição da demanda.
- Em relação à sazonalidade, deve-se pensar em ações que focam o segmento de eventos como forma de minizar seus efeitos.
- Em relação à concentração da comercialização no município de Bonito, deve-se pensar ações que criem estruturas de comercialização em Jardim e Bodoquena
- Em relação aos valores das ações, notou-se que algumas ações estão com valores subdimensionados (por exemplo, capacitação de guias) e, outros valores, superestimados.
- Observou-se que não há ações que tratam da drenagem no município de Bonito.

- Em relação ao fortalecimento institucional dos órgãos ambientais, observou-se a necessidade de se destacar ações de desburocratização do sistema de licenciamento ambiental (preservando critérios ambientais)
- Foi proposta a criação de um banco de empregos
- Foi proposta a intensificação dos incentivos governamentais para segmento de eventos
- Resgatar ações de investimentos nas estradas vicinais que dão acesso aos atrativos.
- Substituir pontes de madeira por pontes de concreto
- Aparelhar/estruturar o órgão emissor das licenças ambientais
- Municipalizar o licenciamento ambiental de atividades de baixo impacto ambiental

Após as intervenções e aprovação do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável do Polo Serra da Bodoquena, a audiência pública foi encerrada.

Lista de Presença

LISTA DE PRESENÇA – AUDIÊNCIA PÚBLICA – PDITS SERRA DA BODOQUENA – 29 DE SETEMBRO DE 2011 – 14 hs

NOME COMPLETO	INSTITUIÇÃO	TELEFONE	EMAIL	ASSINATURA
Regianny Paes Trindade	Curso de Turismo UFMS	9655.8382	regiannyt@hotmail.com	[illegible]
[illegible] da Cruz	Bonito Way Turismo	9206 9866	marketing@bonitoway.com.br	[illegible]
[illegible] da Silva Barros	Faz. Ceita Corê	9656 3273	ceitacore@ceitacore.com.br	[illegible]
Lino de Souza de Lima	SEPROTUR/PRODETUR/MS	3318 5016	[illegible]@seprotur.ms.gov.br	[illegible]
Guilherme [illegible]	ZAGONIN	3255 5500	guilherme@zagonin.com	[illegible]
Eduardo [illegible] Costa Jr	Sema Bonito	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible] Leonardo A. Casanova	Camara	99957646		[illegible]
Sandro Meneses Silva	UFMS Campus Bonito	81452934	sandro.silva@ufms.br	[illegible]
Giancarlo Merighi	Fundtur/MS	96046580	[illegible]@gmail.com	[illegible]
Helio Luis Brun	Seprotur/Prodetur MS	33185008	hbrun@seprotur.ms.gov.br	[illegible]
Clayton Castilho Gomes	SECTUR. Bonito/MS	9986-4479	turismo@bonito.ms.gov.br	[illegible]
Augusto Barbosa Mariano	Sectur. Bonito. MS	9986. 4360	[illegible]	[illegible]
Jomar Silva Souza	SECTUR/Bodoquena.MS	9927.7184	[illegible]	[illegible]
[illegible]	FUNDTUR	3318-3600	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	3251-1499	[illegible]@hotmail.com	[illegible]
[illegible]	IPHAN/MINC	3382-5920	[illegible]@iphan.gov.br	[illegible]
Mariana [illegible] Dias	Ministério do Turismo	(61) 2023 7289	[illegible]	[illegible]
Mario Fernando Aroldi	Fundação Neotrópica do BR	3255-3462	[illegible]	[illegible]
Marcos Pereira Campos	UEMS. Campus Bonito	9918-4186	[illegible]	[illegible]

Figura 106 – Lista de presença da Audiência Pública, em 2011.

Fotos

Foto 77 – Registro fotográfico da Audiência Pública, em 2011 (1).

Foto 78 – Registro fotográfico da Audiência Pública, em 2011 (2).

Foto 79 – Registro fotográfico da Audiência Pública, em 2011 (3).

Foto 80 – Registro fotográfico da Audiência Pública, em 2011 (4).

Foto 81 – Registro fotográfico da Audiência Pública, em 2011 (5).

Foto 82 – Registro fotográfico da Audiência Pública, em 2011 (6).

Foto 83 – Registro fotográfico da Audiência Pública, em 2011 (7).

Foto 84 – Registro fotográfico da Audiência Pública, em 2011 (8).

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados do presente plano foram apresentados e discutidos no decorrer deste documento, sendo os principais aspectos considerados para a efetiva implementação do PDITS:

- Ampliar e divulgar o sistema de informações turísticas para o monitoramento da atividade, identificando alterações nos padrões de mercado e embasando as tomadas de decisões, e para a captação de recursos;
- Institucionalizar o PDITS, não somente no âmbito estadual, como também municipal, para que as ações sejam efetivadas;

- Divulgar o presente plano em vários níveis, visando à sensibilização pública-privada e comprometimento do *trade*.

Por fim, é importante reconhecer que o plano de ação é uma referência, a qual deve ser dotada de flexibilidade para responder adequadamente às variações mercadológicas e da conjuntura econômica e socioambiental do estado, ajustando-se às oportunidades ou ameaças que possam ser capitalizadas e mitigadas respectivamente, para que novas atividades possam ser englobadas por meio de novos programas estratégicos a serem desenvolvidos.

10. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AFFONSO NETO, A..; SILVA, N. da. Análise da estratégia de entrada e posicionamento mercadológico dos bancos espanhóis no Brasil. In: COSTA, Benny Kramer.; ALMEIDA, Martinho I. R. de. *Estratégia:* perspectiva e aplicações. São Paulo: Atlas, 2002.

ALBERGUE DA JUVENTUDE. *Serra da Bodoquena*. Hostelling International. Disponível em: <http://www.ajbonito.com.br/index.php?idcanal=197>. Acesso em: 24 ago. 2010.

ALHO, Cleber J. R.; SABINO, J.; ANDRADE, L. P. de. O papel do turismo para a conservação de recursos hídricos: o caso de Bonito, em Mato Grosso do Sul. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE RECURSOS HÍDRICOS, 17., 2007, São Paulo, SP. *Anais...* Porto Alegre, RS: ABRH, 2007.

ANDION, M. C.; FAVA, R. Planejamento estratégico. *In: Coleção Gestão empresarial*, Volume II, FAE Centro Universitário e Editora Gazeta do Povo, 2002.

BARBOSA, L.G.M. (Org.). *Estudo de competitividade dos 65 destinos indutores do desenvolvimento turístico regional:* Campo Grande. Brasília: Ministério do Turismo.

BARBOSA, L.G.M. (Org.). *Estudo de competitividade dos 65 destinos indutores do desenvolvimento turístico regional*: relatório Brasil. 2. ed., rev. Brasília: Mtur, 2008. (versão digitalizada)

BATEMAN, T. S.; SNELL, S. A. *Administração*: construindo vantagem competitiva. São Paulo: Atlas, 1998.

BENINI, R. M. de. *Cenários de ocupação urbana e seus impactos no ciclo hidrológico na Bacia do Córrego Mineirinho.* 2005. Dissertação (Mestrado em Ciências da Engenharia Ambiental)– Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2005.

BETHLEM, A.. *Estratégia empresarial*: conceito, processo e administração estratégica. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

BODOQUENA (Prefeitura Municipal). *Plano de fortalecimento institucional do município*. Bodoquena: Milenium Consultoria, 2008.

BOGGIANI, P.C. Geologia da Bodoquena. In: SCREMIN-DIAS, E. (org.) *Nos jardins submersos da Bodoquena*: guia para identificação de plantas aquáticas de Bonito. Campo Grande: UFMS, 1999. p.11-23.

BONITO WAY. *Vida de turista*: fampress da experiência. 16 ago. 2010. Blog. Disponível em: <http://bonitowaytur.blogspot.com/2010/08/vida-de-turista.html>. Acesso em: 24 ago. 2010.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Estimativas populacionais para os municípios brasileiros*. 1. jul. 2009. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2009/default.shtm>. Acesso em: 1. jun. 2010.

BRASIL. Instituto Brasilério de Geografia e Estatística. *Cidades – Bodoquena, Bonito e Jardim:* produto interno bruto municipal. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>. Acesso em: 5 mar. 2010.

BRASIL. Lei n.º 11.771, de 17 de setembro de 2008. Dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico; revoga a Lei no 6.505, de 13 de dezembro de 1977, o Decreto-

Lei no 2.294, de 21 de novembro de 1986, e dispositivos da Lei no 8.181, de 28 de março de 1991; e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil,* Brasília, DF, 18 set. 2008.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. *Áreas prioritárias para a conservação, uso sustentável e repartições de benefícios da biodiversidade brasileira*: Atualização. Portaria MMA n. 09, 23 de janeiro de 2007. Brasilia-DF, 2007. (Biodiversidade, 31).

BRASIL. Ministério do Turismo. Associação Brasileira das Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura. *Perfil do turista de aventura e do ecoturista no Brasil*. Ilustrações de Eduardo Caçador Pontes. São Paulo: ABETA, 2010a. 96p.

BRASIL. Ministério do Turismo**.** *Dados e fatos***:** estudo da demanda turística internacional 2004-2008. 2010b. Disponível em: <http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/export/*site*s/default/ dadosefatos/demanda_turistica/internacional/download_internacional/Estudo_da_Demanda_ Turxstica_Internacional_-_2004-2008.pdf>. Acesso em: 8. set. 2010.

BRASIL. Ministério do Turismo. *Hábitos de consumo do turismo brasileiro 2009.* Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/export/*site*s/default/turismo/noticias/todas_noticias/Noticias_down load/13.11.09_Pesquisa_Hxbitos_2009a.pdf >. Acesso em: 20 maio 2010.

BRASIL. Ministério do Turismo. Instituto Brasileiro de Turismo. *Plano aquarela:* marketing turístico internacional do Brasil - 2007-2010. Brasília, DF, 2005a*.* Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/export/*site*s/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_ publicacoes/Plano_Aquarela_2007_a_2010.pdf >. Acesso em: 24 maio 2010.

BRASIL. Ministério do Turismo. Manual de planejamento e gestão socioambiental. Brasília, DF: MTur, 2005.

BRASIL. Ministério do Turismo.*Plano Nacional de Turismo - 2007/2010*: uma viagem de inclusão. Brasília, DF: Mtur, 2008.

BRASIL. Ministério dos Transportes. Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes. *Condição das rodovias, MS.* 6 jan. 2010. Disponível em: <http://www1.dnit.gov.br/rodovias/condicoes/ms.htm>. Acesso em: 27 maio 2010.

BRASIL. Serviço Geológico do Brasil. CPRM. *Geologia e recursos minerais do Mato Grosso do Sul.* Rio de Janeiro, 2006.

CASTROGIOVANNI, C. Turismo e ordenação do espaço urbano. In: _____. *Turismo urbano*. São Paulo: Contexto, 2000.

CEARÁ. *Plano de desenvolvimento integrado do turismo sustentável do pólo Costa do Sol*: estratégias e plano de ação. Complementação do PDITS. Fortaleza: 2004.

COELHO, L. S. *Plano de manejo espeleológico da Lagoa Misteriosa* . Jardim, MS:

COELHO, M.. *Distribuição espacial da ocupação no setor de turismo Brasil e regiões*. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/td_1320.pdf>. Acesso em: 31 ago. 2010.

CONSTANTINO, R.; LOUBET, L.; BRAMBILLA, M.; PELLIN, A. *Projeto Formoso Vivo:* uma estratégia integrada para conservação da bacia hidrográfica do rio Formoso, Bonito/MS. Ministério Público do Mato Grosso do Sul. Campo Grande, MS. 2007. Disponível em:

<http://www.mp.ms.gov.br/portal/download.php?file=Artigo%20Formoso%20Vivo.doc>. Acesso em: 31 ago. 2010.

DIAS, J. *A região cárstica de Bonito/MS*: uma proposta de zoneamento geoecológico a partir de unidades de paisagem. 2000. Disponível em: <http://www.infobibos.com/Artigos/2010_1/Aguas1/Index.htm>. Acesso em: 31 ago. 2010.

Durward K. Sobek; Art Smalley, Understanding A3 Thinking – A Critical component of Toyota´s PDCA Management System, 2008.

ELLIOTT (1997), citado por Brito, Marcilio de Medeiros e; Araújo, Maria Arlete Duarte na Revista de Administração Pública Print version ISSN 0034-7612 *Rev. Adm. Pública*, v. 40 n.2 Rio de Janeiro mar./abr. 2006. Aparato institucional para a gestão do turismo: o caso do estado de Sergipe.

EMPRESA DE SANEAMENTO DE MATO GROSSO DO SUL S.A. *Mapas de esgotamento sanitário*. Campo Grande: SANESUL, 2010.Versões impressas.

FALCÃO, J. A. G. (Coor.). *Documento referencial turismo no Brasil 2011/2014.* Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

FALCÃO, J. A. G. (Coor.). *Plano nacional do turismo 2007-2010*. Brasília: Ministério do Turismo, 2007

FARIA, N.M. *Introdução à administração*: perspectiva organizacional. Rio de Janeiro: LTC, 1979. Disponível em: <http://www.scielo.br/scieloOrg/php/reflinks.php?refpid=S0034-76122006000200005000008&pid=S0034-76122006000200005&lng=en>. Acesso em: 31 ago. 2010.

FERREIRA, 2008, citado por Carvalho Francisco Dos Santos e Leite, Carlos Fernando Farias. Disponível em: <http://www.blogdofranciscoefernando.com/referencial_teorico.php>. Acesso em: 11 ago. 2010

FORMAÇÃO de um cluster em torno do turismo de natureza sustentável em BONITO – MS. Brasília: abr. 2002.

FRATA, A. M. *Ciclo de vida do destino turístico do município de Bonito em Mato Grosso do Sul*. 2007. 114 f. Dissertação (Mestrado em Agronegócios) – Consórcio Multiinstitucional - Universidade Federal de Brasília, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e Universidade Federal de Goiás. Campo Grande, 2007.

FRATA, A. M. *Ciclo de vida do destino turístico do município de Bonito em Mato Grosso do Sul*. 2007. 114 f. Dissertação (Mestrado em Agronegócios) – "Consórcio Multiinstitucional" - Universidade Federal de Brasília, Universidade Federal do Mato Grosso do Sul e Universidade Federal de Goiás, Campo Grande, 2007.

FREY (1997, p. 216), citado por Carvalho Francisco Dos Santos e Leite, Carlos Fernando Farias http://www.blogdofranciscoefernando.com/referencial_teorico.php, 11/08/2010

GAURESCHI et al., 2004, p, 180, citado por Carvalho Francisco dos Santos e Leite, Carlos Fernando Farias http://www.blogdofranciscoefernando.com/referencial_teorico.php, 11/08/2010

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL. Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul. *Estratégias de desenvolvimento do turismo de MS*: 2008-2020: região Bonito – Serra da Bodoquena. Campo Grande: FUNDTUR. Versão digitalizada.

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado de Meio Ambiente, das Cidades, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia. *PIB municipal/MS*: produto interno bruto 2002-2006. Campo Grande: SEMAC. Versão digitalizada.

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado de Meio Ambiente, das Cidades, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia. *Diagnóstico socioeconômico de Mato Grosso do Sul – 2008*. Campo Grande: SEMAC, 2008. Versão digitalizada.

HALL, C. M. *Planejamento turístico*: políticas, processos e relacionamentos. São Paulo: Contexto, 2001**.**

HOFFMANN, R. *Estatística para economistas*. 4. ed. São Paulo: Thomson, 2006. 446 p.

HOWITT, A. citado por Sagi, Luciana Carla. Capacidade institucional para a gestão do turismo: definição de indicadores e análise com base no estudo de caso de Santa Catarina. *Revista Hospitalidade*, São Paulo, ano 6, n. 1, p. 50-75, jan.-jun. 2009.

http://innoscienceblog.blogspot.com

IBGE-Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Diretoria de Geociências. *Geografia do Brasil*: região Centro-Oeste. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

IGNARRA (2002:125) citado por Brito, Marcilio de Medeiros e; Araújo, Maria Arlete Duarte na Revista de Administração Pública Print version ISSN 0034-7612 Rev. Adm. Pública vol.40 no.2 Rio de Janeiro Mar./Apr. 2006 doi: 10.1590/S0034-76122006000200005 Aparato institucional para a gestão do turismo: o caso do estado de Sergipe.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *Emprego no turismo*. Brasília, DF: IPEA, ago. 2010. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=2971&Itemid=33>. Acesso em: 30 ago. 2010.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. SEBRAE/MS. COMTURBONITO. *Estudo de impacto ambiental da visitação turística do monumento natural Gruta do Lago Azul – Bonito, MS*. Local: ano.

IPEA, PNUD, FJP. *Atlas do desenvolvimento humano no Brasil*. Brasília, 2000.

JARDIM (Município). Plano *de Fortalecimento institucional do município:* 2009. Local: Technum Consultoria, ano.

LAGE, B. H,; MILONE, P.C. *Turismo*: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2001.

LOBATO, D.M.; MOYSÉS FILHO, J.; TORRES, M.C.S.; RODRIGUES, M.R.A. *Estratégia de empresas*. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. (Gestão empresarial – FGV Management).

LOBO,H.A.S. Método para avaliação do potencial espeleoturístico do Parque Nacional da Serra da Bodoquena, MS. *Caderno Virtual de Turismo*, Rio de Janeiro, RJ, v. 7, n. 3, p. 99-110, 2007. ISSN: 1677-6976.

LOUBET, L.; CONSTANTINO, R.; BRAMBILLA, M.; PELLIN, Â. *Projeto Formoso Vivo:* uma estratégia integrada para conservação da bacia hidrográfica do Rio Formoso, Bonito/MS. Bonito, MS, 2007. 1 CD.

LOUBET, L.; CONSTANTINO, R.; BRAMBILLA, M.; PELLIN, Â. *Projeto Formoso Vivo*: a aplicação do direito ambiental para a conservação da biodiversidade na bacia hidrográfica do rio Formoso em Bonito/MS. Bonito, MS, 2007b. 1 CD.

MARIANI, M. A. P.; DOMINGOS, A. A. A.; BEKER, J. D. Plano de ação para o turismo em Mato Grosso do Sul: uma análise. *Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros* – Seção Três Lagoas. Três Lagoas, MS, v.1, n.5, ano 4, maio 2007.

MARTINS, G. I. V.; MARTINS, C. I. D.. *Grandes oportunidades para pequenos negócios em Mato Grosso do Sul:* estudo de tendências, produção e potencial de consumo. Campo Grande: Editora Visão, 2008. SEBRAE/MS. Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo. A competitividade nos setores de comércio, de serviços e do turismo no Brasil: perspectivas até 2015 – cenários econômicos. Brasília: CNC: SEBRAE, 2008.

MATO GROSSO DO SUL Secretaria de Estado da Produção e do Turismo. Programa de Desenvolvimento do Turismo. *Planos, programas e série de dados*. Campo Grande, MS. 2010d. Informações recebidas via digital em 9 jul. 2010.

MATO GROSSO DO SUL, Fundação do Turismo do Mato Grosso do Sul. Sistema de Informações e Estatísticas. *Indicadores básicos do turismo*. Informações recebidas via digital em 1. jun. 2010b.

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado do Meio Ambiente, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia. *Dados estatístico de Mato Grosso do Sul:* 2009. Campo Grande, MS, dez. 2009c. 101p. Disponível em: <http://www.semac.ms. gov.br/controle/ ShowFile.php?id=52984>. Acesso em: 2 jul. 2010.

MATO GROSSO DO SUL. Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul. *Estratégias de desenvolvimento do turismo de MS*: 2008-2020: região Caminho dos Ipês: diagnóstico competitivo. Campo Grande: FUNDTUR, 2009. Versão digitalizada.

MATO GROSSO DO SUL. Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul. *Plano de desenvolvimento institucional da gestão estadual do turismo Mato Grosso do Sul* : plano de fortalecimento institucional: produto 2, 3 e 4. Campo Grande: FUNDTUR, 2009. versão digitalizada)

MATO GROSSO DO SUL. *Macrozoneamento geoambiental do estado de Mato Grosso do Sul.* Campo Grande, MS: SEPLAN/MS; IBGE-DIGEO/GO, 1989. 227p.

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria da Fazenda, Superintendência de Gestão Financeira, Coordenadoria de Controle de Contratos e Convênios. *Tabela de recursos do ICMS Ecológico repassados aos municípios em 2009.* Disponível em: <http://www.icmsecologico.org.br/tabelas/ms%20tabela%202009.xls>. Acesso em: 3 jun. 2009a.

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado da Produção e do Turismo. Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul. *Plano de desenvolvimento integrado do turismo sustentável:* região Serra da Bodoquena. Campo Grande, MS. mar. 2005.

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado da Produção e do Turismo. Programa de Desenvolvimento do Turismo. *Plano de fortalecimento institucional do município de Bodoquena*. Campo Grande, MS: Milenium Consultoria, 2008.

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário, da Produção, da Indústria, do Comércio e do Turismo. Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul. *Mato Grosso do Sul:* regiões turísticas. Campo Grande, MS, 2009. Material promocional.

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado de Meio Ambiente, do Planejamento da Ciência e Tecnologia Mato Grosso do Sul. *Plano de desenvolvimento regional PDR-MS 2030:* documento síntese. Campo Grande: SEMAC, 2009. Versão digitalizada.

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado do Meio Ambiente, das Cidades, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia. Instituto de Meio Ambiente do Mato Grosso do Sul. *Relatório de qualidade das águas superficiais do estado de Mato Grosso do Sul* : 2008. Campo Grande, MS, 2009b.

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado do Meio Ambiente, das Cidades, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia. *Zoneamento ecológico-econômico do estado do Mato Grosso do Sul.* Campo Grande, MS, 2010. Disponível em: <http://www.semac.ms.gov.br/zeems/index.php?inside=1&tp=3&show=2259>. Acesso em: 26 fev. 2010.

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado do Meio Ambiente, das Cidades, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia. *Plano estadual de recursos hídricos de Mato Grosso do Sul (PERH-MS).* Campo Grande, MS, 2010a.

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado do Meio Ambiente, das Cidades, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia*. Banco de Dados do Estado*. Campo Grande, MS. Disponível em: <http://www1.semac.ms.gov.br/bdeweb/>. Acesso em: 26 fev. 2010c.

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado do Meio Ambiente, das Cidades, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia. Instituto de Meio Ambiente do Mato Grosso do Sul. *Plano de manejo da Gruta do Lago Azul e Plano de manejo da Nossa Senhora Aparecida.* Campo Grande, MS, 2010e. Informações recebidas via digital em 14 jul. 2010.

MATO GROSSO DO SUL. SEPLAN-MS. *Atlas multirreferencial*: Estado de Mato Grosso do Sul. Campo Grande, MS: SEPLAN-MS, 1990.

MATTAR, F. N. *Pesquisa de marketing*. 3. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2001. Edição compacta

MEDINA JUNIOR. P. B. Avaliação dos impactos da visitação pública no rio Formoso, Bonito, MS, Brasil. In: _____. *Subsídios à gestão ambiental do turismo em áreas naturais*. Orientador Evaldo L. Gaeta Espíndola. São Carlos, 2007.

MENDES, C.A.; DIAS, F.A.; LANGE, M.B.R; PEREIRA, M.C.B.; BECKER, M.; BARRETO, S.R.; GREHS, S.A. *Bacia hidrográfica do Miranda:* estado da arte. Campo Grande, MS, UCDB, 2004. 118 p.

MESQUITA, C. Turismo e planejamento regional. *Revista de Desenvolvimento Econômico*. Salvador, BA, ano 3, n.4, jul. 2001**.**

MINAS GERAIS. *Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável. Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha*. *Informações Complementares*. Fundação João Pinheiro. Belo Horizonte, MG, 39p. Março 2005.

MINISTERIO PUBLICO FEDERAL NO MATO GROSSO DO SUL. *Reformada decisão sobre Parque Nacional da Serra da Bodoquena.* MPF/MS. Notícia de 7 jul. 2010. Disponível em: <http://mp.ms.gov.br/portal/principal/notall.php?pg=1&id=6634>. Acesso em: 24 ago. 2010.

NEOTRÓPICA DO BRASIL, F. *Implementação das ações prioritárias do plano de ecodesenvolvimento no entorno do Parque Nacional da Serra da Bodoquena*. Campo Grande: FNB, 2005. Relatório técnico não publicado.

NEOTRÓPICA DO BRASIL, F. *Plano de ecodesenvolvimento no entorno do Parque Nacional da Serra da Bodoquena*. Campo Grande: FNB, 2002.

OLIVEIRA, D. de P. R. de. *Planejamento estratégico*: conceitos, metodologia e práticas. 17. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

OLIVEIRA, D. de P. R. de. *Planejamento estratégico*: conceitos, metodologia e práticas. 23. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

OLIVEIRA, F.C.; CHACON, S.S. *Gestão ambiental e desenvolvimento territorial*. Disponível em: <http://www.goiasturismo. go.gov.br/pdits/ Termais.pdf>. Acesso em: 11 set. 2010.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE TURISMO. *Guia de desenvolvimento do turismo sustentável***.** Tradução Sandra Netz. Porto Alegre: Bookman, 2003.

PELLIN, A. *Serra da Bodoquena*: um paraíso ameaçado? Disponivel em: <http://www.portalbonito.com.br/colunas/angela.asp>. Acesso em: 12 jul. 2010.

PELLIN, A.; SCHEFFLER, S.M.; CONSTANTINO, R.; BATASSINI, P. S. A experiência do Conselho Municipal de Meio Ambiente de Bonito na gestão dos recursos do ICMS Ecológico. In: SIMPÓSIO SOBRE RECURSOS NATURAIS E SOCIOECONÔMICOS DO PANTANAL, 4., 2004, Corumbá, *Anais...* Corumbá, MS, nov. 2004.

PEREIRA, M. C. B. et al. *Bacia hidrográfica do rio Miranda*: estado da arte. Campo Grande : UCDB, 2004. 177 p. Disponível em: <http://assets.wwfbr.panda.org/ downloads/estado_da_ arte_miranda_completo_1.pdf>. Acesso em: 2 abr. 2010.

PINDYCK, R. S.; RUBINFELD, D. *Microeconomia*. 5. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2002.

PIVATTO, M.A.C.; ROOSWELT, R.S. *Plano de manejo da RPPN Buraco das Araras, Jardim – MS.* 2008. Disponível em: <http://www.buracodasararas.tur.br>. Acesso em: 2 abr. 2010.

POTT, V. Subsídio à conservação da vegetação aquática de rios de Bonito, MS: caso do Rio Sucuri.In: SIMPÓSIO SOBRE RECURSOS NATURAIS E SOCIOECONÔMICOS DO PANTANAL. Os desafios do novo milênio, 3. 2007, Corumbá. *Anais...* Corumbá, MS, 2007.

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA. Disponivel em: <http://bonitowaytur.blogspot.com/2010/08/ vida -de-turista.html>. Acesso em: 2 abr. 2010.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BODOQUENA.*Plano de fortalecimento institucional do município de Bodoquena***.** Bodoquena, MS, jun. 2008.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BONITO. *Plano diretor de Bonito*: produto 3 consolidado: leitura da realidade municipal. Bonito, MS: Technum Consultoria/PRODETUR, 2009.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM. *Plano de fortalecimento institucional do município de jardim*. jardim, ms, jan. 2009.

PROGRAMA de *Regionalização*: módulo operacional 3: institucionalização da Instância de governança regional. Brasília: Ministério do Turismo, 2007.

PROGRAMA de *Regionalização*: módulo operacional 6: sistema de informações turísticas do programa. Brasília: Ministério do Turismo, 2007. p. 19.

RAMOS, J.B. Ecoturismo viagem sustentável. Instituto Aqualung. *Informativo,* n. *55*, maio-jun. 2004. Disponível em: <http://www.institutoaqualung. com.br/info_ecoturismo_55.html>. Acesso em: 10 set. 2010.

RELATÓRIO Anual da Administração. 2004. 8 p.

RIO GRANDE DO SUL. *Plano de desenvolvimento integrado do turismo sustentável PDITS RS:* área prioritária Serra Gaúcha. Porto Alegre, 2005.

RODRIGUES, A. B. *Turismo e geografia.* São Paulo: HUCITEC, 1999.

RUSCHMANN, D. van M. *Turismo e planejamento sustentável*: a proteção do meio ambiente. 11.ed. Campinas: Papirus, 1997.199p.

SABINO, J. No domínio das águas claras: expedição percorre rios da Serra da Bodoquena atrás de um conhecimento capaz de tornar o turismo mais sustentável. *Revista Terra da Gente*, Campinas, p.28-37, 2005.

SABINO, J. *Planalto da Bodoquena*: natureza em estado de graça. *Revista Os Caminhos da Terra*, n. 125, p. 58-65, 2002.

SABINO, J.; ANDRADE, L.P. Monitoramento e conservação no rio Baía Bonita, região de Bonito, Mato Grosso do Sul, Brasil. p In: CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, 3., 2002, Fortaleza. *Anais...* . Fortaleza, Ceará, 2002. p. 397-404. Rede Pró-Unidades de Conservação, Fundação Boticário e Proteção à Natureza e Associação Caatinga. Fortaleza, Ceará, v. 11, 876p., 2002.

SABINO, J.; MEDINA JR., P.B.; ANDRADE, L.P. Visitantes mal-comportados e piraputangas obesas: a pressão da visitação pública sobre *Brycon hilarii* no Balneário Municipal de Bonito, Mato Grosso do Sul, Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 4., 2005, Campo Grande. *Ensaios e Ciência,* Campo Grande: UNIDERP, v. 1, 2005. p. 321-333. CD-ROM.

SAGI, L.C. Capacidade institucional para a gestão do turismo: definição de indicadores e análise com Base no estudo de caso de Santa Catarina. *Revista Hospitalidade,* São Paulo, ano 6, n. 1, p. 50-75, jan.-jun. 2009.

SEBRAE-Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Mato Grosso do Sul. Fundação de Apoio à Pesquisa, ao Ensino e à Cultura. Fundação Cândido Rondon. *Proposta de elaboração de estudo da cadeia produtiva do turismo em Mato Grosso do Sul:* relatório final. Campo Grande, MS, nov. 2006. 124p.

SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE, DO PLANEJAMENTO, DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA E INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE DE MATO GROSSO DO SUL. *Plano estadual de recursos hídricos de Mato Grosso do Sul*. Campo Grande, MS: Editora UEMS, 2010.

SILVA J.A.S. Universidade Salvador-UNIFACS. Disponível em : <http://www.eumed.net/eve/resum/07-07/jass.htm>. Acesso em: 11 ago. 2010.

SKOCPOL, T. citado por Sagi, Luciana Carla. Capacidade institucional para a gestão do turismo: definição de indicadores e análise com base no estudo de caso de Santa Catarina. *Revista Hospitalidade*. São Paulo, ano 6, n. 1, p. 50-75, jan.-jun. 2009.

SUN, Tzu. *A arte da* guerra. Adaptação de James Clanell. 28. ed. São Paulo: Record, 2002. 112p.

TECHNUM Consultoria. *Plano de desenvolvimento integrado do turismo sustentável - PDTIS do pólo das águas termais*. Brasília, mar. 2010. Disponível em: <http://www.goiasturismo.go.gov.br/pdits/Termais.pdf>. Acesso em: 11 set. 2010.

TECNUM CONSULTORIA. *Resumo executivo do plano de desenvolvimento integrado do turismo sustentável – PDITS do Estado do Espírito Santo*: Polo Capixaba do Verde e das Águas.

THE TRAVEL & TOURISM COMPETITIVENESS. *Report 2009*. Disponível em: <http://www.weforum. org/ documents/ TTCR09/index.html>. Acesso em: 6 set. 2010.

TRENTIN, F.; SANSOLO , D.G. Políticas públicas de turismo e indicadores de sustentabilidade ambiental: um estudo sobre Bonito – MS. *Turismo - Visão e Ação,* v. 8, n.1 p. 61-74, jan.-abr. 2006.

WEBSITE DO LEAN ENTERPRISE INSTITUTE. Disponível em: <http://vwww.lean.org>. Acesso em: 08 set. 2010.

WIKIPÉDIA. *Metodologia da Análise SWOT*. Disponível em: < http://pt.wikipedia.org/wiki/An%C3%A1lise_SWOT>. Acesso em: 6 out. 2010.

11. ANEXOS

ANEXO A - PLANO DE TRABALHO E CRONOGRAMA

Para alcançar seus objetivos, o programa PRODETUR Nacional, apoiará o financiamento de projetos de desenvolvimento turístico organizados em cinco componentes, descritos a seguir:

Componente 1 - Estratégia de produto turístico

Os produtos turísticos definem a distinção e o caráter do destino. Por isso, é importante desenvolver uma estratégia coerente onde se priorizam os produtos que melhor consolidem com maior eficiência a imagem de cada destino, gerando maior rentabilidade a curto, médio e longo prazo. Nesse contexto, as atividades deste componente se concentrarão nos investimentos relacionados com o planejamento, a recuperação e a valorização dos atrativos turísticos públicos necessários para promover, consolidar ou melhorar a competitividade dos destinos em modalidades, ou tipos específicos de turismo. O componente também integrará as ações destinadas a alinhar os investimentos privados em segmentos, ou nichos estratégicos, bem como aquelas destinadas a melhorar a competitividade dos empresários turísticos, por meio do aprimoramento da organização setorial, da qualidade dos serviços e do acesso a fatores produtivos;

Componente 2 - Estratégia de comercialização

Este componente contemplará ações destinadas a fortalecer a imagem dos destinos turísticos e a garantir a eficiência e eficácia dos meios de comercialização escolhidos.

Componente 3 - Fortalecimento institucional

Este componente integrará ações orientadas a fortalecer a institucionalidade turística, por meio de mecanismos de gestão e coordenação em âmbito federal, estadual, local e do setor privado, e do apoio à gestão turística estadual e municipal (reestruturação de processos internos, equipamento, desenvolvimento de *software*, capacitação e assistência técnica).

Componente 4 - Infraestrutura e serviços básicos

Este componente integrará todos os investimentos em infraestrutura e de serviços não vinculados diretamente a produtos turísticos, mas necessários para gerar acessibilidade ao destino e dentro dele (infraestrutura de acesso e transporte), e satisfazer as necessidades básicas do turista durante sua estada, em termos de água, saneamento, energia, telecomunicações, saúde e segurança.

Componente 5 - Gestão ambiental

Este componente será dirigido à proteção dos recursos naturais e culturais, que constituem a base da atividade turística, além de prevenir e minimizar os impactos ambientais e sociais que os diversos investimentos turísticos possam gerar. Dentre as ações previstas, está incluída a implantação de sistemas de gestão ambiental, as avaliações ambientais estratégicas, estudos de impacto ambiental, entre outros.

a) PRINCÍPIOS METODOLÓGICOS

A metodologia a ser desenvolvida para a readequação do PDITS/Serra da Bodoquena, aqui entendida como o conjunto dos fundamentos teóricos, das técnicas e dos métodos empregados para desenvolvimento das atividades listadas nos próximos itens, e devem considerar os seguintes princípios:

Planejamento estratégico voltado ao mercado turístico
Definir produtos e mercados para concentração de esforços, identificando-se os pontos fracos e fortes, as oportunidades e as ameaças, e analisando-se as medidas necessárias para a correção de rumo e a busca por maior competitividade; os investimentos devem consolidar a posição da área turística no mercado turístico, atendendo aos requerimentos dos segmentos de demanda meta e levar em conta a necessidade de diferenciação de destinos competidores;

Desenvolvimento sustentável
Deverá atender e beneficiar os turistas e, principalmente, a população local, beneficiando-os das mais diversas formas, sejam elas na geração de emprego e renda, no uso dos recursos naturais, de forma que supra as necessidades atuais sem comprometer a capacidade de atender as futuras gerações, tendo como base a Agenda 21 local; da provisão de infraestrutura e melhoria dos espaços urbanos disponíveis e utilizáveis; da prevenção e controle dos impactos estratégicos (oportunidades e riscos ambientais) decorrentes do desenvolvimento turístico;

Planejamento participativo
Todas as atividades a serem realizadas deverão respeitar a metodologia participativa, compreendendo-se as comunidades como detentoras de conhecimento a ser compartilhado e protagonista do processo, procurando valorizar o conhecimento e a experiência de cada participante, propiciando momentos de troca de experiências e fomentando a ajuda mútua e responsável pelo desejo e pela iniciativa de empreender processos de mudança.

Neste momento, o processo participativo é de suma importância, pois tem o intuito de fortalecer as ações entre os representantes dos setores públicos e privado, que intervenham ou possam ser afetados pelo turismo, incluindo as organizações sociais;

Planejamento integrado
Deverá definir as ações necessárias para melhorar a competitividade da área como destino turístico num único plano, independentemente dos responsáveis pela execução dessas ações e das fontes de financiamento.

b) ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS

Parte I - Justificativa da seleção da área turística e avaliação do grau de implementação do PDITS elaborado.

- ✓ Justificativa e avaliação do grau de implementação/efetividade do PDITS elaborado;
- ✓ Análise da importância dos atrativos e/ou recursos turísticos;
- ✓ Análise da acessibilidade e conectividade;
- ✓ Análise do uso atual e potencial;
- ✓ Análise das condições físicas e serviços básicos;
- ✓ Análise do quadro institucional e aspectos legais.

Parte II - Formulação de objetivos

- ✓ Formulação dos objetivos gerais e específicos do PDITS, através de oficina de marco lógico, com metodologia participativa;
- ✓ Hierarquização dos objetivos definidos em curto, médio e longo prazo, coerente com as condições do mercado e das disponibilidades de orçamento;
- ✓ Os objetivos especificarão a evolução projetada do turismo na área turística selecionada.

Parte III - Análise e diagnóstico estratégico da área e das atividades turísticas

Análise

Coleta de dados primários e secundários, para avaliar a situação da atividade turística, a posição competitiva frente a consumidores e competidores. O Diagnóstico será focado nos seguintes itens:

- ✓ Análise do mercado turístico (demanda e oferta);
- ✓ Análise das infraestruturas básicas e dos serviços gerais;
- ✓ Análise do quadro institucional da área turística;
- ✓ Análise dos aspectos socioambientais na área turística.

Diagnóstico estratégico

Após a sistematização de todos os dados coletados, conforme os itens acima, este diagnóstico contemplará, no mínimo, os seguintes elementos:

- ✓ A valoração ponderada das linhas de produtos e tipos de turismo atuais e potenciais em relação aos mercados-meta;
- ✓ A identificação de áreas criticas de intervenção, em cada linha de produto, e dos atores locais necessário mobilizar;
- ✓ A posição atual da área no mercado turístico *versus* seu posicionamento potencial.

Parte IV - Estratégia de desenvolvimento turístico
Determinação das prioridades de desenvolvimento, considerando:

- ✓ Posicionamento turístico desejável e as estratégias de comercialização necessária para sua consolidação;
- ✓ Linhas de produto e tipos de turismo;
- ✓ As infraestruturas e os serviços básicos necessários;
- ✓ O quadro institucional;
- ✓ As diretrizes socioambientais necessárias para preservação dos atrativos naturais e patrimoniais.

Parte V - Plano de ação: seleção de procedimentos
Visão geral e ações previstas - O plano de ação apresentará uma visão do conjunto de atividades e projetos de investimento a serem realizados para o alcance dos objetivos de desenvolvimento do turismo sustentável, independente da fonte de financiamento a ser mobilizada e das entidades por ele responsáveis.

Dimensionamento do investimento total - Será estruturado um quadro que indique os investimentos totais a serem realizados, na moeda real e dólar, identificando a cotação utilizada no período da elaboração das propostas.

Seleção e priorização das ações - As ações serão mostradas em quadros estruturados por município, por componente, em ordem de prioridade.

Parte VI - *Feedback*: acompanhamento e avaliação
Neste item, será estruturado um quadro, indicando os atores e os mecanismos propostos necessários para promover o monitoramento da evolução da situação do turismo na área, a avaliação dos resultados bem como da revisão do plano.

A empresa deverá apresentar uma análise comparativa dos resultados alcançados com o PDITS/2004, enfocando os gargalos no desenvolvimento do plano e as ações que avançaram até o presente momento.

Deverá, ainda, estabelecer a linha de base ou de partida dos indicadores propostos para o acompanhamento da atividade turística na área selecionada.

c) PRODUTOS ESPERADOS

PRODUTO 1 A
PLANO DE TRABALHO E CRONOGRAMA FISICO-FINANCEIRO;
PRODUTO 1 B
JUSTIFICATIVA DA SELEÇÃO DA ÁREA TURÍSTICA E GRAU DE EFETIVIDADE DO PDITS ELABORADO; FORMULAÇÃO DE OBJETIVOS; E OFICINA DE MARCO LÓGICO;

PRODUTO 2
ANÁLISE E DIAGNÓSTICO ESTRATÉGICO;

PRODUTO 3
ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO;

PRODUTO 4
PLANO DE AÇÃO E *FEEDBACK;*

PRODUTO 5
VERSÃO PRELIMINAR DO PDITS;

PRODUTO 6
VERSÃO FINAL DO PLANO.

d) METODOLOGIA A SER UTILIZADA NO DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS

Para a realização dessas etapas, serão necessários a sensibilização e envolvimento de atores da sociedade civil. Isso se fará por meio de visitas e reuniões com as lideranças, com a comunidade, com o poder público e com o *trade* turístico.

Os dados e informações necessárias para se realizar as análises e diagnósticos serão obtidos por meio da pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, dados secundários de fontes oficiais e outras ligadas ao setor turístico. Os dados primários serão obtidos por meio de entrevistas não sistematizadas e pesquisas de campo, quando necessárias.

O diagnóstico situacional deverá ser realizado com base nas informações e dados coletados em fontes primárias, secundárias, por meio da pesquisa bibliográfica e documental. A proposta é mapear todos os aspectos relevantes que possam promover o turismo como atividade alternativa para o desenvolvimento sustentável. Outras fontes de informação poderão ser buscadas junto à própria comunidade.

O diagnóstico estratégico será realizado com base nas metodologias de planejamento estratégico, e deverá levar em consideração o ambiente no qual se insere o mercado turístico, buscando identificar os fatores relevantes que possam contribuir pra a melhor definição do posicionamento estratégico.

A formulação de objetivos e a realização da oficina de marco lógico, serão elaboradas tomando-se por base a metodologia LOG FRAME (Matriz de Estrutura Lógica ou Marco Lógico – abaixo detalhada), criada pela USAID, e adotada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento. O marco lógico é uma ferramenta que auxilia no processo de concepção, planejamento, execução e avaliação de projetos. Por meio da matriz de marco lógico, os

objetivos são definidos e, ao mesmo tempo, se permite definir a estrutura de planejamento e avaliação.

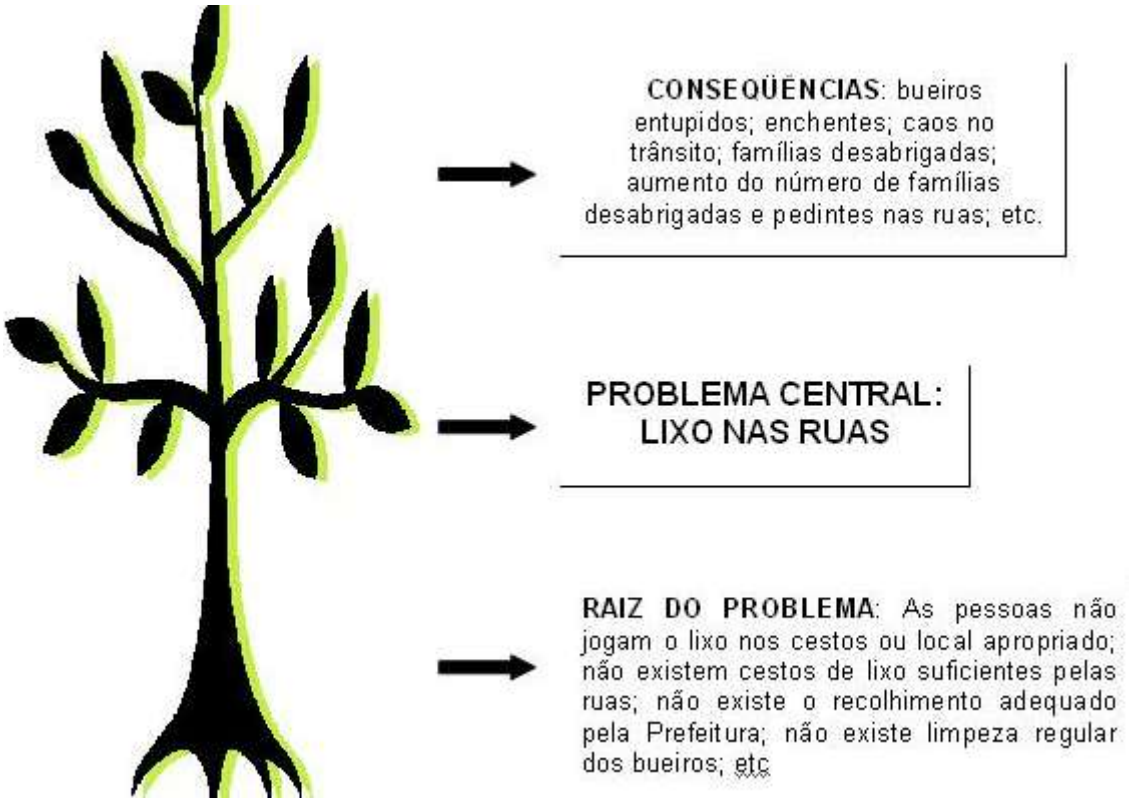
Os mecanismos de *feedback* propostos pela consultoria serão definidos com base na indicação de um grupo que acompanhará a execução do PDITS.

O monitoramento proposto será realizado a partir de indicadores propostos pelos trabalhos de consultoria.

Dada a particularidade da metodologia LOG FRAME (Matriz de Estrutura Lógica ou Marco Lógico – abaixo detalhada), criada pela USAID, e adotada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, segue, abaixo, seu detalhamento:

Detalhamento da metodologia da matriz de marco lógico – Árvore de problemas

Este é um método muito utilizado para planejamento; é a metodologia da ÁRVORE DE PROBLEMAS, através da qual identificamos não só o problema central, mas também a raiz desse problema e as consequências que ele acarreta, ficando mais fácil trabalhar na solução do mesmo, conforme o exemplo abaixo:



Se já conseguimos detectar o problema, fica menos complicado encontrar a solução. Se você usou a ARVORE DE PROBLEMAS, agora poderá usar a ARVORE DE SOLUÇÕES, da mesma forma, conforme o exemplo abaixo:

Para tanto, é fundamental refletirmos sobre algumas questões que envolvem a atividade a ser realizada:

- **Justificativa:** por que fazer? O que move o grupo a tomar esta iniciativa?
- **Objetivo:** o que fazer? Quais são os objetivos e metas a serem alcançados?
- **Grupo de Trabalho:** quem está disposto a fazer parte?
- **Público Alvo:** a quem se destina este projeto?
- **Plano de Ação:** como fazer? Quais são as ações e as fases necessárias?
- **Cronograma:** quando? Qual o tempo necessário e que será previamente reservado para cada fase?

e) DESCRIÇÃO DAS TAREFAS, ATIVIDADES E TÉCNICOS RESPONSÁVEIS.

PRODUTO 1.b – PARTE I - Justificativa da seleção da área turística e avaliação do grau de implementação/efetividade do PDITS elaborado.

Tarefa	Atividade	Responsável
Avaliação do grau de implementação/efetividade do PDITS elaborado.	Avaliação do andamento de programas identificando gargalos e avanços, envolvendo todas as ações previstas no PDITS-2004.	Getúlio Peixoto Gilson Mazzini José da Fonseca Lenira Silva Homero Scapinelli Ricardo Senna
Análise da Importância dos atrativos ou recursos turísticos.	Classificação e hierarquização dos atrativos ou recursos.	Rosângela França
Análise da acessibilidade e conectividade.	Identificação da acessibilidade física, conectividade com outros pontos turísticos e possibilidade de desenvolvimento de redes de interação.	Rosângela França Gilson Mazzini José da Fonseca
Análise do nível de uso atual ou potencial.	Analisar o tipo de turismo ofertado atualmente e a quantidade e qual a potencialidade existente para ser explorada.	Ricardo Senna Rosângela França
Análise das condições físicas e serviços básicos.	Verificação da compatibilidade da topografia, das condições edafoclimáticas e dos serviços públicos com o pretendido desenvolvimento local, em conformidade com o zonemamento ecológico econômico.	Getúlio Peixoto Gilson Mazzini José da Fonseca Lenira Silva Homero Scapinelli
Análise do quadro institucional e aspectos legais.	Descrição dos fatores institucionais que conferem vantagens ao desenvolvimento turístico atingindo visitantes e gestores locais.	Homero Scapinelli Rosângela França
Mapeamento da área selecionada.	Agregação das atividades anteriores em material cartográfico	Lenira Silva

PRODUTO 1.b – PARTE II - Formulação de objetivos e oficina de marco lógico.

Tarefa	Atividade	Responsável
Determinação dos objetivos gerais e específicos.	Realização de uma oficina de marco lógico participativa envolvendo os agentes locais e demais interessados no desenvolvimento do turismo na região.	Ricardo Senna Rosângela França

PRODUTO 2 - PARTE III - Diagnóstico estratégico.

Tarefa	Atividade	Responsável
Análise quantitativa e qualitativa do mercado turístico da área selecionada.	Análise da demanda atual.	Ricardo Senna Rosângela França
	Análise da demanda turística potencial do polo.	Ricardo Senna Rosângela França
	Análise da oferta turística atual e potencial da área.	Ricardo Senna Rosângela França
Análise das infraestruturas básicas e serviços gerais encontrados na área.	Avaliação da capacidade atual da rede viária de acesso a área e aos principais atrativos, do sistema de abastecimento de água, do esgotamento sanitário, da limpeza urbana e da gestão de resíduos sólidos, da rede de drenagem pluvial, do transporte urbano, do sistema de comunicação, da iluminação pública, do serviço de saúde e da situação da segurança pública.	Getúlio Peixoto Gilson Mazzini José Marcos da Fonseca Lenira Silva
Análise do quadro institucional da área turística.	Identificação de pontos críticos de intervenção local da estrutura turística institucional, das políticas públicas voltadas ao turismo, do processo de planejamento turístico, das legislações urbanística, ambiental e turística. Análise do quadro de incentivos para o investimento turístico local.	Homero Scapinelli Rosângela França Getúlio Peixoto Gilson Mazzini José Marcos da Fonseca
Análise dos aspectos socioambientais na área turística.	Considerações sobre as atuais condições ambientais, os impactos negativos ambientais já existentes causados pela atividade turística, a gestão ambiental pública e presente nas empresas privadas; Avaliação dos instrumentos de planejamento e controle territorial, e do grau de participação dos grupos de interesse.	Getúlio Peixoto Lenira Silva
Realização do diagnóstico estratégico.	Valoração das linhas de produtos consolidados e linhas emergentes, não exploradas; identificação das áreas críticas de intervenção; avaliação do posicionamento no mercado atual e potencial; revisão dos objetivos.	Ricardo Senna Rosângela França

PRODUTO 3 - PARTE IV – Estratégias de desenvolvimento turístico.

Tarefa	Atividade	Responsável
Determinação das prioridades de desenvolvimento da atividade turística no polo.	Determinação de estratégias de mercado, de produto e integração turística, de suporte ao turismo e de sustentabilidade.	Homero Scapinelli Getúlio Peixoto Luiz Tanahara Ricardo Senna Rosângela França

PRODUTO 4 - PARTE V - Plano de ação

Tarefa	Atividade	Responsável
Visão Geral e ações previstas.	Apresentação das ações em conjunto, descrevendo a relação de cada ação com as estratégias e objetivos; Agrupamento das ações por área de atuação e município.	Homero Scapinelli Getúlio Peixoto Rosângela França Ricardo Senna Gilson Mazzini José M. da Fonseca Luiz Tanahara
Dimensionamento do investimento local.	Descrição dos investimentos totais a serem realizados em real e dólar.	Luiz Tanahara
Seleção e priorização das ações.	Utilização da lógica da relação entre as ações ou da necessidade de capacitação institucional do executor, como critério de seleção e priorização; Priorização das ações do PRODETUR NACIONAL, nos primeiros cinco anos; Determinação de metas de desempenho da capacidade institucional para as ações de fortalecimento da gestão municipal.	Homero Scapinelli Luiz Tanahara Getúlio Peixoto Ricardo Senna Rosângela França Gilson Mazzini José M. da Fonseca
Descrição das ações a serem realizadas durante os 18 primeiros meses.	Caracterização das ações e apresentação do plano de ações por município e por ano de execução; Elaboração do marco de resultados individual para cada projeto.	Luiz Tanahara Gilson Mazzini José M. da Fonseca

Tarefa	Atividade	Responsável
		Ricardo Senna Rosângela França
Avaliação dos impactos socioambientais.	Avaliação dos impactos positivos e negativos. Proposta de medidas mitigadoras.	Getúlio Peixoto Lenira Silva Homero Scapinelli Ricardo Senna
	Justificativa ambiental de desenvolvimento turístico.	
	Avaliação do impacto cumulativo do conjunto de atividades e projetos.	
	Estimativa do efeito na qualidade de vida, cultura e outros benefícios sociais.	
	Determinação dos impactos estratégicos (atração de outras atividades, imigração etc).	
	Definição de indicadores de monitoramento.	
	Elaboração do programa de gestão ambiental.	

PRODUTO 4 - PARTE VI – *Feedback*.

Tarefa	Atividade	Responsável
Monitoramento da evolução do turismo na área.	Determinação dos atores e mecanismos necessários para promover o monitoramento.	Homero Scapinelli Rosângela França Ricardo Senna
Linha de partida dos indicadores de acompanhamento propostos.	Estabelecer prazos e recursos orçamentários necessários, objetivos, componentes, ações e pressupostos, projeções, entre outros.	Ricardo Senna Luiz Tanahara

f) DETALHAMENTO DAS ETAPAS E ATIVIDADES

Neste tópico, serão indicados os produtos a serem elaborados, as reuniões e oficinas necessárias e viagens técnicas necessárias, para coletas de dados.

Etapa 1 – Estruturação dos trabalhos, mobilização popular e sensibilização dos atores
Contatos serão realizados nos municípios com o objetivo de apresentar a proposta de elaboração do PDITS, identificar e sensibilizar os atores que participarão do processo e definir encaminhamentos futuros. Para realização das reuniões, contatos preliminares serão realizados pela coordenação dos trabalhos, juntamente com a equipe da prefeitura local. Na

ocasião, a equipe de técnicos coletará informações complementares para execução dos trabalhos.

Etapa 2 - Formulação de objetivos e oficina de marco lógico
A proposta da consultoria é que, após o processo de sensibilização nos municípios e indicação dos seus representantes, as reuniões e oficinas passem a ser realizadas em Bonito. Para esse produto, deverá ser realizada uma oficina de 16 horas, em local a ser definido posteriormente.

Etapa 3 – Justificativa da seleção da área turística e grau de implementação do PDITS elaborado
Para esta etapa, além das informações coletadas no município com a viagem de sensibilização, também serão realizadas pesquisas de gabinete com FUNDTUR, e secretarias municipais de turismo e órgãos estaduais, capazes de nos fornecer dados para este item e principalmente a UCP/MS, para o item do grau de implementação do PDITS elaborado, já que somente a eles compete esta informação.

Etapa 4 - Análise e diagnóstico estratégico
Para esse produto, deverão ser realizadas viagens técnicas, em especial, para análise da infraestrutura e aspectos socioambientais. As informações necessárias também serão buscadas com os órgãos públicos e privados, responsáveis pelos serviços objetos da análise.

Etapa 5 - Formulação de estratégias
Deverá ser realizada uma reunião de planejamento com duração de 8 horas. Na ocasião, serão resgatados os objetivos formulados, os resultados do diagnóstico estratégico e a formulação de estratégias, com o objetivo de divulgar, validar e absorver contribuições.

Etapa 6 - Formulação do plano de ação
A elaboração do plano de ação apresentará o conjunto de atividades que materializarão as estratégias de desenvolvimento, considerando a definição de prioridades, projeções de ações para os próximos 18 meses e a identificação de ações por município. Será levado em consideração o planejamento estratégico realizado pela FUNDTUR, para o período de 2008 a 2020. Esse planejamento foi realizado de forma participativa e validado pela instância de governança da região, o Fórum Regional de Turismo de Bonito – Serra da Bodoquena. Da mesma forma, o produto desta etapa deverá ser apresentado em uma oficina de planejamento para conhecimento e validação dos atores do mercado turístico da região.

Etapa 7 - Acompanhamento e avaliação
Os mecanismos de *feedback* das estratégias de desenvolvimento são necessários para dotar os atores do setor turístico de mecanismos de acompanhamento da execução das estratégias. Neste sentido, indicadores de monitoramento serão criados e disponibilizados para as instâncias de governança, e para os órgãos públicos. Será realizada uma oficina de planejamento para apresentação e validação dos mecanismos de *feedback,* e indicadores para monitoramento e avaliação.

Etapa 8 - Versão final do PDITS e audiências públicas
A versão final do PDITS, será elaborada pela equipe técnica da consultoria e submetida para validação por meio de audiência pública.

g) MOBILIZAÇÃO, SENSIBILIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO POPULAR

A participação é um processo pelo qual os atores locais deverão influenciar e compartilhar a formação de consensos, de decisões e a aplicação dos recursos, que serão captados. As lideranças locais, representantes da sociedade civil, empresário, representantes do poder executivo e legislativo das localidades, deverão se constituir em agentes de mudança e transformação. Pressupõe-se que o processo de readequação do PDITS, deverá promover e fortalecer o empoderamento local e o protagonismo de seus atores.

Para a readequação do PDITS, o processo de participação popular, das lideranças e atores locais deverá ser iniciado com ações de sensibilização, necessárias para que se façam os acordos com a comunidade local para a realização dos trabalhos. Sem o devido entendimento da importância do PDITS, e sem o efetivo engajamento da comunidade local e suas lideranças o processo de planejamento, não será completo e poderá ter sua execução comprometida.

A consultoria procurará envolver os atores locais ligados ao *trade* turístico e lideranças comunitárias, especificamente, empresários locais ligados à cadeia produtiva do turismo, agentes do poder público estadual e municipal, representantes dos poderes legislativos municipais, representantes de agências de fomento ao desenvolvimento, líderes empresariais, líderes de trabalhadores, associações de moradores, entidade de apoio aos idosos, jovens e portadores de deficiência ou com mobilidade reduzida.

O objetivo é formar um grupo de pessoas que possa ser catalisador e multiplicador das ações realizadas no processo de readequação do PDITS. Ao longo do processo de planejamento, a consultoria procurará também fomentar o adensamento de relações do grupo para que, ao final, ele se constitua numa instância autônoma e representativa do setor turístico, e que possa acompanhar execução das ações de planejamento. Dessa forma, espera-se fortalecer a governança local a fim de proporcionar maior autonomia decisória e participativa.

As ações de sensibilização deverão ser realizadas pela consultoria, com o apoio da governança local e dos órgãos estaduais ligados ao turismo, em especial, a SEPROTUR, FUNDTUR e a Unidade de Coordenação de Projetos.

Nesse sentido, a consultoria irá organizar oficinas de trabalho, com o objetivo de apresentar o conceito de PDITS, sua importância, seus objetivos, a metodologia proposta para sua elaboração, bem como, apresentar os documentos relacionados à sua elaboração, em especial, a política e o plano nacional de turismo.

As oficinas também serão importantes para que se possam validar os produtos do processo de readequação do PDITS. Para que os objetivos propostos sejam atingidos, a consultoria deverá realizar encontros com o uso de metodologias participativas com os grupos sensibilizados e mobilizados e uma consulta pública. A proposta é a de que elas sirvam basicamente para que a consultoria apresente os resultados preliminares e finais do processo de readequação do PDITS, e os reformule, se necessário, de acordo com as deliberações consensuadas com os participantes.

As metodologias a serem adotadas para a realização das oficinas de trabalho poderão ser a METAPLAN, ZOPP, ou Enfoque Participativo, que são técnicas de visualização móvel com utilização de tarjetas coloridas (que podem ter várias formas, cores, tamanhos) e pincéis atômicos. Essas técnicas são utilizadas para trabalhos com grupos de pessoas. Os participantes são dispostos sentados em semicírculos para permitir que cada participante tenha a visão dos demais. Os temas a serem debatidos são escolhidos e, por meio da técnica de *brainstorming,* os participantes apresentam suas contribuições, que são escritas nas tarjetas e fixadas em um painel, quadro ou parede. A partir desse ponto, as ideias são processadas e debatidas até chegar ao resultado esperado. A aplicação da metodologia é feita por um moderador ou facilitador, cujo papel é organizar as ideias e o debate entre os participantes.

Para realização dos encontros e oficinas, a consultoria utilizará *notebooks*, projetores multimídia, papel sulfite A4, máquina fotográfica, CD-ROM e outros materiais que se fizerem necessários.

Outras oficinas de trabalho poderão ser realizadas durante todo o processo de ajuste do PDITS, como forma de manter a proximidade e permitir o acompanhamento dos trabalhos

dos consultores por parte da comunidade local, mas, seu objetivo primordial, é o de permitir a construção conjunta do PDITS.

As oficinas de trabalho para validação dos produtos (diagnóstico, objetivos, estratégia, plano de ação e versões do PDITS), deverão ser conduzidas pela consultoria de forma participativa. Nesses momentos, a consultoria atuará como moderadora ou facilitadora do processo de planejamento.

Durante o processo é importante que se assegure a participação popular no processo de planejamento e execução das ações do PDITS. Nesse sentido, além das oficinas e reuniões, será importante articular com o poder executivo e legislativo municipal a realização de audiência pública para expor os resultados parciais e finais do projeto. Além disso, a articulação e mobilização de parceria com a imprensa local e rádios comunitárias será essencial para que se possam divulgar os eventos a serem realizados para a readequação do PDITS, bem como, os resultados do mesmo.

h) CAPACITAÇÃO DA EQUIPE LOCAL E INSTÂNCIA DE COORDENAÇÃO COMPARTILHADA

Um dos pilares do processo de planejamento é a participação efetiva da comunidade local e suas lideranças, envolvendo os órgãos governamentais, a sociedade civil organizada, o *trade* turístico e representantes de todos os setores econômicos diretamente relacionado ao turismo sustentável na região. Nesse sentido, é imperativo que se articule a organização de um grupo de atores para que, conjuntamente com a consultoria, acompanhe, reflita e tome decisões acerca do processo de elaboração do PDITS.

Esse grupo deverá objetivar a plena integração de todos os atores da comunidade local, observar para que as ações propostas no planejamento não conflitem com a cultura local, sua identidade e valores. Além disso, esse grupo também deverá se atentar para que as ações planejadas sejam executadas, para que se evitem distorções que possam comprometer a realização das vontades e desejos manifestados da população local. Nesse sentido, sua articulação com os órgãos públicos e outras instituições será essencial e se constituirá num fator crítico de sucesso para a readequação do PDITS.

Esse grupo de líderes e atores locais deverá ser constituído ao longo do processo de sensibilização e realização das atividades de readequação do PDITS, para que se promova a articulação e promoção das mediações e diálogos necessários à consolidação dos trabalhos junto à comunidade local.

A fase de sensibilização é entendida, portanto, como permanente ao longo do processo de readequação do PDITS, já que a qualquer momento os grupos envolvidos poderão receber a adesão de novos participantes que venham a colaborar com sua experiência e visão de mundo.

No entanto, para que os trabalhos tenham o efeito multiplicador que se deseja, pois se trata, em última instância, de uma reflexão e busca por uma alternativa de desenvolvimento, será necessário capacitar esse grupo de trabalho para que exerça o papel de multiplicador.

Nesse sentido, a consultoria estabelecerá mecanismos de articulação estreita com o grupo desde o inicio dos trabalhos, tomando-o como referência para execução das ações a serem realizadas e também para receber o *feedback* das ações que forem sendo realizadas.

Primordialmente, o grupo será convocado com reuniões e encontros relacionados como do Fórum de Turismo Bonito: Serra da Bodoquena, do grupo gestor do destino indutor, entre outros, além de visitas isoladas aos representantes pertinentes, telefonemas, *email* entre outros mecanismos, para que o contato seja uma constante no processo de elaboração do plano.

Dessa forma:

- Por meio do trabalho conjunto da consultoria, em parceria com o grupo de trabalho de líderes e atores locais, será possível garantir que todos possam contribuir com a readequação do PDITS, e, ao mesmo tempo, acompanhar o seu desenvolvimento;
- Para que o grupo de trabalho adquira competências para a readequação e monitoramento do PDITS, deverá ser realizada uma oficina de trabalho para nivelamento de informações e capacitação que permita que o grupo monitore autonomamente a execução das ações. Essa oficina deverá ser realizada com base em metodologias participativas;
- Estimular que o grupo de trabalho de líderes e atores locais, em conjunto com os agentes públicos estaduais e municipais, criem as bases para que sua organização os transforme numa instância pública de referência na condução das ações do PDITS, e, consequentemente, de desenvolvimento regional.

Vale ressaltar que, para a concretização da readequação do plano, deverão ser realizadas, no mínimo, 3 (três) oficinas participativas com os atores citados e 1 (uma) audiência pública, as quais serão amplamente divulgadas. As oficinas participativas terão como objetivo divulgar os resultados dos trabalhos, abrindo espaço para sugestões por parte dos atores supracitados, e se darão nos seguintes momentos:

- Após a entrega do produto 2 (Diagnóstico);
- Após a entrega do produto 4 (Análise);
- Após a entrega do produto 5 (Versão preliminar);
- Audiência pública para validação do PDITS.

i) CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

A seguir, o cronograma físico-financeiro, onde se usa a seguinte legenda de cores:

	Período de elaboração dos produtos
	Período de entrega de produtos
	Período de análise dos produtos pela coordenação técnica/PRODETUR
	Período de ajustamento dos produtos
	Realização das oficinas participativas e audiência pública

Descrição	Junho		Julho						Agosto					Setembro					Outubro					Novembro		
	21 a 27	28 a 30	01 a 04	05 a 11	12 a 14	15 a 21	22 a 26	27 a 31	01 a 08	09 a 16	17 a 22	23 a 29	30 a 31	01 a 05	06 a 12	13 a 19	20 a 26	27 a 30	01 a 04	05 a 10	11 a 17	18 a 24	25 a 31	01 a 07	08 a 14	15 a 23
Reunião de alinhamento dos trabalhos entre a equipe da Agricon Consultoria e a equipe técnica do PRODETUR																										
Readequação do plano de trabalho e cronograma de trabalho																										
Revisão e adequação da Parte I: justificativa da seleção da área turística e avaliação do grau de implementação/efetividade do PDITS elaborado																										
Revisão e adequação da Parte II: formulação dos objetivos do PDITS/Oficina de marco lógico																										
Entrega do Produto 1																										
Análise do Produto 1 pela UCP/PRODETUR																										
Análise de conformidade e alterações																										
Revisão e adequação da Parte III: análise - diagnóstico estratégico da área e das atividades turísticas																										
Entrega do Produto 2																										
Análise do Produto 2 pela UCP/PRODETUR																										
Análise de conformidade e alterações																										
Realização de oficina participativa para divulgação e validação dos resultados																										
Elaboração da Parte IV - Estratégias de Desenvolvimento Turístico																										
Entrega do Produto 3																										
Análise do Produto 3 pela UCP/PRODETUR																										
Análise de conformidade e alterações																										
Elaboração da Parte V - Plano de ação: seleção de procedimentos, ações e projetos																										
Elaboração da Parte VI - Feedback: acompanhamento e avaliação																										
Entrega do Produto 4																										
Análise do Produto 4 pela UCP/PRODETUR																										
Análise de conformidade e alterações																										
Realização de oficina participativa para divulgação e validação dos resultados																										
Elaboração da versão preliminar do PDITS Serra da Bodoquena																										
Entrega do Produto 5																										
Análise do Produto 5 pela UCP/PRODETUR																										
Análise de conformidade e alterações																										
Realização de oficina participativa para divulgação e validação dos resultados																										
Elaboração da versão final do PDITS																										
Entrega do Produto Final																										
Análise da versão final pela UCP/PRODETUR																										
Análise de conformidade e alterações																										
Realização da audiência pública																										

ANEXO B – DOCUMENTO CONTÁBIL DO BALNEÁRIO DE JARDIM – BALANCETE DE 2009.

BALANCETE 2009

ENTRADAS

▪ TICKETS	R$ 50.271,00
TOTAL - ENTRADAS	**R$ 50.271,00**

SAÍDAS

▪ SALÁRIO (04 funcionários)	R$ 50.533,41
▪ DIÁRIAS (salva-vidas, limpeza, recepção)	R$ 9.738,00
▪ DESPESAS DIVERSAS	R$ 4.017,00
▪ COMBUSTÍVEL	R$ 7.680,88
▪ ALIMENTAÇÃO FUNCIONÁRIOS	R$ 19.875,00
▪ MANUTENÇÃO (equipamentos e mat. Limpeza)	R$ 7.560,00
TOTAL - SAÍDAS	**R$ 99.404,29**
TOTAL	**(R$ 49.133,29)**

Fonte: Prefeitura Municipal de Jardim.

ANEXO C – PESQUISA APLICADA COM A COMUNIDADE.

Para a pesquisa, foram utilizados dois critérios de amostragem em momentos diferentes, sendo primeiramente para a divisão de número de entrevistas por município, utilizado o critério de quotas proporcionais ao número de habitantes, e, num segundo momento, o critério de amostragem por área, sendo feitas as entrevistas aleatoriamente por área geográfica dos municípios (MATTAR, 2001). Esses critérios tiveram como objetivo minimizar possíveis vícios de pesquisa.

A pesquisa foi realizada nos dias 3 e 4 de Junho de 2010, com uma amostra total de 484 entrevistas nos município, representando um erro de 3,8%, com 95% de confiança.

Abaixo, segue a tabela com o total de entrevistas por município:

População e amostra realizada nos municípios.

Município	**População**		**Amostra**	
	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual
Bodoquena	8.397	16,7%	80	16,5%
Bonito	17.856	35,4%	180	37,2%
Jardim	24.174	47,9%	224	46,3%
Total	50.427	100,0%	484	100,0%

Fonte: Contagem da população (2007) e AGRICON Consultoria

Quanto tempo reside no município.

Tempo	Bodoquena	Bonito	Jardim
Menos de 1 ano	1,3%	7,2%	6,3%
De 1 a 2 anos	0,0%	6,1%	5,0%
De 2 a 5 anos	2,6%	6,7%	8,6%
De 5 a 10 anos	14,5%	10,0%	17,6%
De 10 a 20 anos	31,6%	18,9%	30,2%
Mais de 20 anos	50,0%	51,1%	32,4%

Fonte: AGRICON Consultoria

Sexo dos residentes entrevistados.

Sexo	Bodoquena	Bonito	Jardim
Feminino	46,3%	57,0%	47,8%
Masculino	53,8%	43,0%	52,2%

Fonte: AGRICON Consultoria

Idade dos residentes entrevistados.

Idade	Bodoquena	Bonito	Jardim
18 a 30 anos	21,5%	40,6%	36,2%
31 a 50 anos	53,2%	44,4%	45,5%
51 a 60 anos	15,2%	8,3%	9,4%
Acima de 60 anos	10,1%	6,7%	8,9%

Fonte: AGRICON Consultoria

Estado civil dos residentes entrevistados.

Estado Civil	Bodoquena	Bonito	Jardim
Solteiro(a)	23,8%	36,5%	32,3%
Casado(a)	62,5%	55,1%	54,3%
Divorciado(a)	5,0%	5,1%	5,4%
Viúvo (a)	8,8%	3,4%	8,1%
Total	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: AGRICON Consultoria

Escolaridade dos residentes entrevistados.

Escolaridade	Bodoquena	Bonito	Jardim
Não Alfabetizado	1,3%	6,1%	3,6%
Alfabetizado	19,0%	28,5%	13,5%
Fundamental	25,3%	23,5%	22,1%
Médio	45,6%	31,3%	52,7%
Superior	8,9%	10,6%	8,1%

Fonte: AGRICON Consultoria

Renda média individual e familiar, por município.

Município	Individual	Familiar
Bodoquena	R$ 1.245,00	R$ 1.749,00
Bonito	R$ 928,00	R$ 1.387,00
Jardim	R$ 1.245,00	R$ 1.949,00

Fonte: AGRICON Consultoria

Número de pessoas, por domicílio.

Nº Pessoas	Média
Bodoquena	4,2
Bonito	3,3
Jardim	3,4

Fonte: AGRICON Consultoria

Ocupação dos entrevistados.

Resposta	Bodoquena	Bonito	Jardim
Assalariado	40,5%	47,8%	50,7%
Autônomo	26,6%	20,6%	19,3%
Aposentado	12,7%	8,9%	9,0%
Dona de casa	7,6%	8,9%	9,0%
Comerciante	3,8%	7,2%	6,3%
Estudante	3,8%	3,9%	4,0%
Desempregado	2,5%	1,7%	0,4%
Outra	2,5%	1,1%	1,3%

Fonte: AGRICON Consultoria

Percentual de residentes que declararam trabalhar no setor de turismo.

resposta	Bodoquena	Bonito	Jardim
Não	100,0%	78,0%	99,5%
Sim	0,0%	22,0%	0,5%

Fonte: AGRICON Consultoria

Frequência de leitura de livros/jornais dos residentes dos municípios.

Frequência	Bodoquena	Bonito	Jardim
Diariamente	21,3%	20,7%	13,8%
Semanalmente	18,8%	12,3%	23,2%
Ocasionalmente	41,3%	39,1%	38,8%
Nunca	18,8%	27,9%	24,1%

Fonte: AGRICON Consultoria

Percentual de residentes que costumam ler jornais.

Resposta	Bodoquena	Bonito	Jardim
Não	50,6%	62,9%	51,4%
Sim	49,4%	37,1%	48,6%

Fonte: AGRICON Consultoria

Abrangência dos jornais que leem.

Resposta	Bodoquena	Bonito	Jardim
Estadual	32,5%	23,3%	25,0%
Local	12,5%	26,1%	20,5%
Interestadual	5,0%	3,3%	2,7%
Outro	0,0%	0,6%	4,5%

Fonte: AGRICON Consultoria

Se o residente costuma viajar.

Resposta	Bodoquena	Bonito	Jardim
Não	25,0%	41,9%	29,9%
Sim	75,0%	58,1%	70,1%

Fonte: AGRICON Consultoria

Motivos de não viajar.

Resposta	Bodoquena	Bonito	Jardim
Falta de dinheiro	5,0%	15,0%	12,1%
Falta de tempo	11,3%	13,3%	10,3%
Outros	7,5%	6,1%	7,1%

Fonte: AGRICON Consultoria

Principais motivos de viagens.

Resposta	Bodoquena	Bonito	Jardim
Visitar Parentes	23,8%	18,3%	18,8%
Lazer	13,8%	18,3%	17,9%
Serviço	27,5%	9,4%	15,6%
Tratamento de saúde	20,0%	12,8%	12,5%
Férias	6,3%	6,1%	12,1%
Outros	11,3%	7,8%	11,6%

Fonte: AGRICON Consultoria

Frequência que costuma viajar.

Resposta	Bodoquena	Bonito	Jardim
Férias	3,8%	8,3%	15,2%
Esporadicamente	5,0%	3,3%	8,9%

Resposta	Bodoquena	Bonito	Jardim
Anualmente	21,3%	15,6%	15,2%
Mensalmente	21,3%	16,1%	20,5%
Semanalmente	31,3%	16,1%	19,6%

Fonte: AGRICON Consultoria

Para onde costuma viajar.

Resposta	Bodoquena	Bonito	Jardim
Dentro do Estado	63,8%	47,2%	59,4%
Outros Estados	16,3%	8,9%	14,3%
Outros Países	1,3%	1,7%	2,7%
Em torno da cidade	1,3%	0,6%	2,7%

Fonte: AGRICON Consultoria

Como costuma viajar.

Resposta	Bodoquena	Bonito	Jardim
Família	47,5%	36,7%	41,5%
Sozinho	28,8%	19,4%	26,8%
Amigos	5,0%	5,6%	11,2%

Fonte: AGRICON Consultoria

Qual a principal atividade do município.

Resposta	Bodoquena	Bonito	Jardim
Agropecuária	32,9%	15,6%	36,8%
Comércio	3,8%	3,4%	57,5%
Extração	59,5%	0,6%	0,0%
Turismo	3,8%	80,4%	5,7%

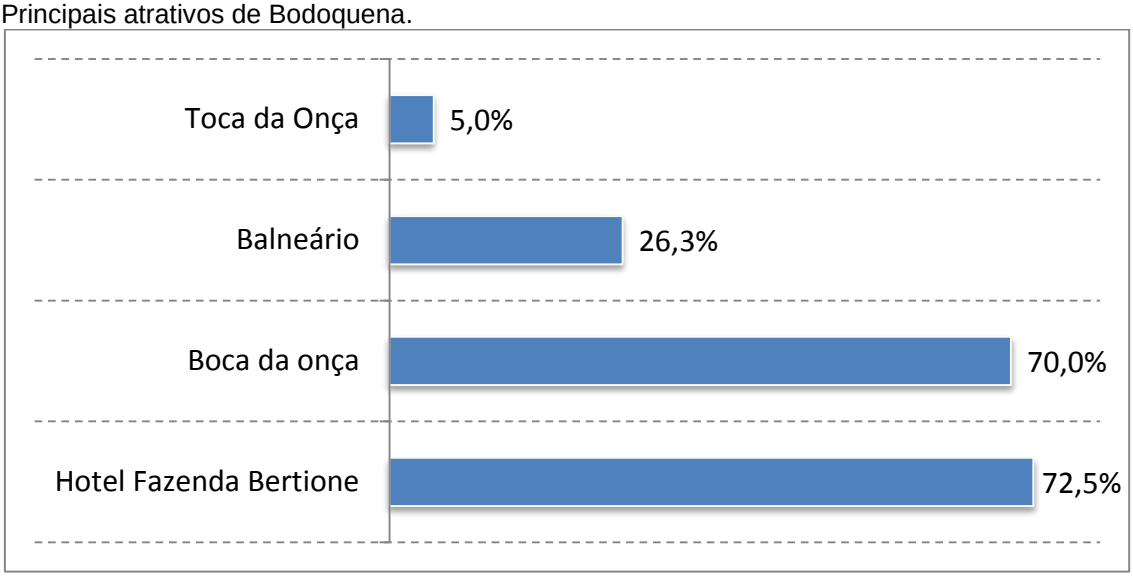
Fonte: AGRICON Consultoria

O município é uma cidade turística?

Resposta	Bodoquena	Bonito	Jardim
Não	25,3%	3,4%	40,7%
Sim	74,7%	96,6%	59,3%

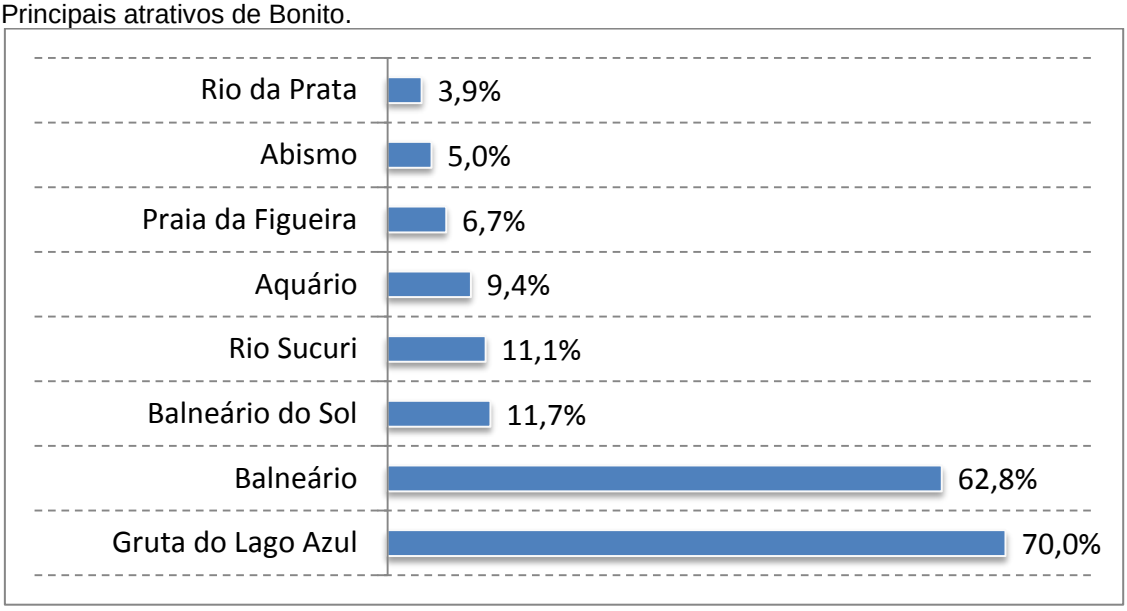
Fonte: AGRICON Consultoria

Principais atrativos de Bodoquena.



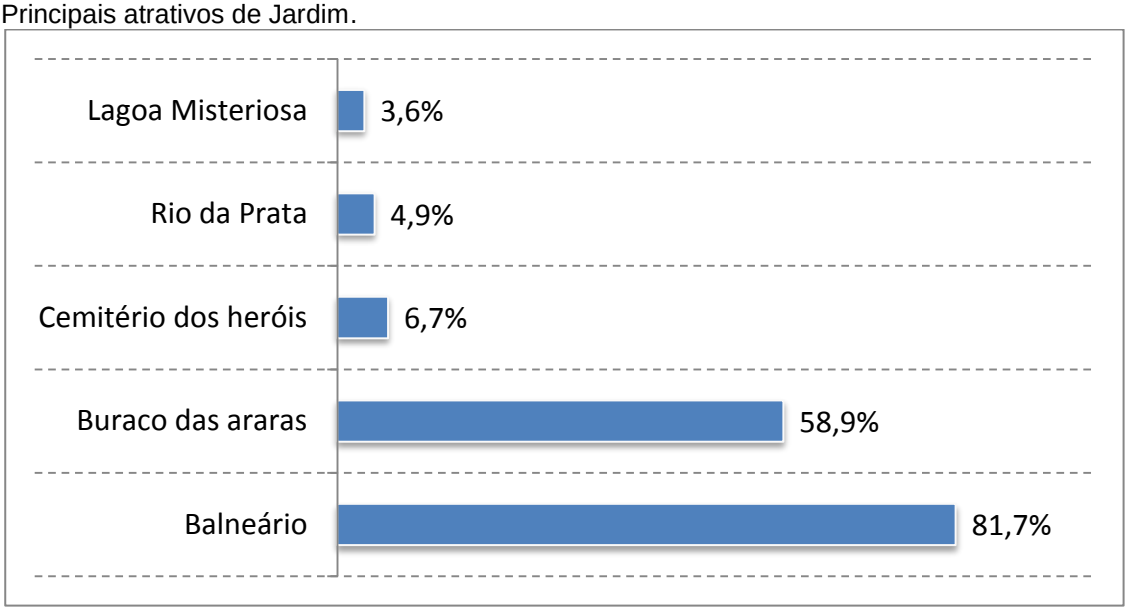
Fonte: AGRICON Consultoria

Principais atrativos de Bonito.



Fonte: AGRICON Consultoria

Principais atrativos de Jardim.



Fonte: AGRICON Consultoria

Já participou desses passeios?

Passeio?	Bodoquena	Bonito	Jardim
Não	34,7%	20,3%	17,3%
Sim	65,3%	79,7%	82,7%

Fonte: AGRICON Consultoria

O turismo melhorou a qualidade de vida no município?

Resposta	Bodoquena	Bonito	Jardim
Não	5,0%	1,1%	1,0%
Sim	95,0%	98,9%	99,0%

Fonte: AGRICON Consultoria

Quesitos de melhora de qualidade de vida através do turismo.

Resposta	Bodoquena	Bonito	Jardim
Geração de emprego, ocupação	18,8%	78,3%	27,2%
Contribui com a economia do município	42,5%	48,3%	23,7%
Oportunidade de mais opções de lazer	30,0%	13,9%	35,3%
Possibilita conhecer mais pessoas	37,5%	15,6%	30,8%
Oportunidade de acesso a eventos culturais	22,5%	18,3%	12,9%
Oportunidades para todos	15,0%	11,1%	15,2%
Preservado os costumes culturais e locais	17,5%	7,8%	15,6%

Fonte: AGRICON Consultoria

Percentual de entrevistados que acham que o turismo traz problemas para o município.

Resposta	Percentual
Bodoquena	6,3%
Bonito	42,2%
Jardim	27,2%

Fonte: AGRICON Consultoria

Problemas oriundos do turismo.

Problemas	Bodoquena	Bonito	Jardim
Lixo	2,5%	17,2%	20,5%
Prostituição	0,0%	16,1%	4,0%
Depredação do meio ambiente	2,5%	8,9%	7,6%
Violência	1,3%	7,8%	5,8%
Tráfico/Drogas	1,3%	10,6%	3,6%
Outros	3,8%	6,1%	6,3%

Fonte: AGRICON Consultoria

Percentual de residências que estão ligadas a rede de esgoto.

Resposta	Bodoquena	Bonito	Jardim
Sim	45,0%	96,7%	42,9%

Fonte: AGRICON Consultoria

O que faz com o esgoto (residências não ligadas a rede de esgoto).

Resposta	Bodoquena	Bonito	Jardim
Fossa	100,0%	100,0%	93,8%
Direto no rio	0,0%	0,0%	3,1%
Outros	0,0%	0,0%	2,3%

Fonte: AGRICON Consultoria

Frequência de coleta de lixo.

Resposta	Bodoquena	Bonito	Jardim
1 x na semana	2,6%	19,7%	4,6%
2 x na semana	19,2%	60,7%	55,7%
3 x na semana	29,5%	17,9%	15,5%
4 x na semana	2,6%	1,2%	3,7%
5 x na semana	1,3%	0,0%	0,9%
6 x na semana	7,7%	0,0%	4,1%
Diária	35,9%	0,6%	15,5%

Fonte: AGRICON Consultoria

Percentual de residências que estão ligadas a rede de água.

Resposta	Bodoquena	Bonito	Jardim
Sim	98,6%	99,4%	99,5%

Fonte: AGRICON Consultoria

Percentual de residentes que disseram haver interrupção de energia no bairro.

Resposta	Bodoquena	Bonito	Jardim
Sim	21,3%	16,7%	26,3%

Fonte: AGRICON Consultoria

Interrupções de água.

Resposta	Bodoquena	Bonito	Jardim
Toda semana	0,0%	0,6%	0,0%
1 vez a cada 15 dias	1,3%	0,6%	0,0%
1 vêz por mês	0,0%	0,6%	0,0%

Resposta	Bodoquena	Bonito	Jardim
Raramente	16,3%	7,8%	26,3%

Fonte: AGRICON Consultoria

Interrupções de energia.

Resposta	Bodoquena	Bonito	Jardim
Toda semana	1,3%	0,6%	0,4%
1 vez a cada 15 dias	0,0%	1,1%	0,0%
1 vez por mês	5,0%	3,9%	3,1%
Raramente	18,8%	11,7%	28,1%

Fonte: AGRICON Consultoria

Políticas públicas do município que estão contribuindo para o desenvolvimento do turismo, desenvolvendo:

Resposta	Bodoquena	Bonito	Jardim
Urbanização	40,0%	31,7%	35,3%
Geração de emprego	7,5%	35,6%	19,2%
Realização de eventos	8,8%	25,6%	24,6%
Ações para a preservação do meio ambiente	17,5%	20,0%	21,0%
Incentivos para o crescimento do setor	33,8%	12,8%	14,3%
Projetos culturais	26,3%	18,9%	9,4%
Aumento de programas sociais	20,0%	12,8%	13,8%
Capacitação de mão de obra	10,0%	15,6%	10,7%
Ações na saúde pública	5,0%	6,7%	9,8%
Segurança	3,8%	7,2%	3,6%
Transporte urbano	7,5%	5,0%	2,7%

Fonte: AGRICON Consultoria

Onde precisa melhorar.

Resposta	Bodoquena	Bonito	Jardim
Geração de emprego	52,5%	40,0%	39,3%
Capacitação de mão de obra	26,3%	36,1%	23,2%
Ações na saúde pública	7,5%	49,4%	17,9%
Urbanização	33,8%	23,9%	10,3%
Incentivos para o crescimento do setor	26,3%	4,4%	23,2%
Realização de eventos	13,8%	11,7%	19,6%
Ações para a preservação do meio ambiente	10,0%	7,2%	13,4%
Aumento de programas sociais	10,0%	8,3%	6,3%
Transporte urbano	3,8%	7,8%	8,0%
Segurança	5,0%	5,6%	8,0%
Projetos culturais	1,3%	1,7%	5,4%

Fonte: AGRICON Consultoria

O que precisa para desenvolver o turismo.

Resposta	Bodoquena	Bonito	Jardim
Melhoria das políticas Públicas	10,0%	44,4%	30,4%

Resposta	Bodoquena	Bonito	Jardim
Melhoria da infraestrutura	61,3%	16,1%	24,1%
Maior divulgação dos eventos	18,8%	25,6%	25,9%
Capacitação, treinamento da mão de obra	18,8%	41,7%	12,5%
Aumentar a quantidade de eventos	18,8%	27,8%	23,2%
Geração de mais empregos	20,0%	19,4%	25,0%
Maior divulgação do patrimônio	22,5%	10,0%	16,5%
Maior divulgação do Pantanal	16,3%	8,9%	8,5%
Maior divulgação da pesca	1,3%	0,0%	0,0%

Fonte: AGRICON Consultoria

Importância do turismo.

Resposta	Bodoquena	Bonito	Jardim
Geração de emprego	38,8%	31,7%	35,3%
Melhoria na economia	51,3%	46,1%	30,8%
Preservação da cultura local e do patrimônio histórico-cultural	6,3%	8,9%	16,5%
Preservação do Pantanal e do meio ambiente	7,5%	13,9%	14,3%

Fonte: AGRICON Consultoria

ANEXO D – INFRAESTRUTURA BÁSICA E SERVIÇOS GERAIS

- Mapas de sistema de abastecimento de água:
  - Bodoquena;
  - Bonito;
  - Jardim.

- Mapas de sistema de esgotamento sanitário:
  - Bodoquena;
  - Bonito;
  - Jardim.

- Mapas de drenagem urbana:
  - Bonito;
  - Jardim.

- Quadro de evolução da demanda de abastecimento de água:
  - Jardim,
  - Bonito,
  - Bodoquena.

Quadro da Evolução da demanda no município de Jardim.

EMPRESA DE SANEAMENTO DE MATO GROSSO DO SUL S.A.

DIRETORIA TÉCNICA

GERÊNCIA DE EXPANSÃO

JARDIM

- Quadro de Evolução de Demandas.

Ano	População (hab.)		Índice Abaste-cimento (%)	População Abastecida (hab.)	Índice Perdas (%)	Cpf	Cpd	Vazões						Produção Existente (m3/h)	Produção Necessária (m3/h)	Δ (m3/h)	Reservação Existente (m3)	Reservação Necessária (m3)	Δ (m3)
								Médias Diárias		Máximas Diárias		Máximas Horárias							
	Urbana	Flutuante						(l/s)	m3/dia	(l/s)	m3/dia	(l/s)	m3/dia						
2002	21.722	3.239	97	24.309	48,14	1,32	1,14	42,20	3.646,31	64,02	5.531,46	81,74	7.062,23	250,00	277	-27	2.300	1.844	456
2003	22.203	3.310	97	24.848	30	1,18	1,08	43,14	3.727,13	59,38	5.130,29	81,15	7.011,04	250,00	257	-7	2.300	1.710	590
2004	22.684	3.382	100	26.067	30	1,18	1,08	45,25	3.909,99	62,29	5.381,99	85,13	7.355,02	250,00	269	-19	2.300	1.794	506
2005	23.165	3.454	100	26.619	30	1,18	1,08	46,21	3.992,90	63,61	5.496,11	86,93	7.510,97	250,00	275	-25	2.300	1.832	468
2006	23.646	3.526	100	27.172	30	1,18	1,08	47,17	4.075,77	64,93	5.610,17	88,74	7.666,85	250,00	281	-31	2.300	1.870	430
2007	24.127	3.597	100	27.724	30	1,18	1,08	48,13	4.158,59	66,25	5.724,18	90,54	7.822,65	250,00	286	-36	2.300	1.908	392
2008	24.607	3.669	100	28.276	30	1,18	1,08	49,09	4.241,37	67,57	5.838,13	92,34	7.978,37	250,00	292	-42	2.300	1.946	354
2009	25.087	3.740	100	28.827	30	1,18	1,08	50,05	4.324,12	68,89	5.952,02	94,14	8.134,01	250,00	298	-48	2.300	1.984	316
2010	25.567	3.812	100	29.379	30	1,18	1,08	51,00	4.406,82	70,21	6.065,85	95,94	8.289,58	250,00	303	-53	2.300	2.022	278
2011	26.046	3.884	100	29.930	30	1,18	1,08	51,96	4.489,48	71,52	6.179,63	97,74	8.445,07	250,00	309	-59	2.300	2.060	240
2012	26.526	3.955	100	30.481	30	1,18	1,08	52,92	4.572,09	72,84	6.293,35	99,54	8.600,48	250,00	315	-65	2.300	2.098	202
2013	27.005	4.026	100	31.031	30	1,18	1,08	53,87	4.654,67	74,16	6.407,02	101,34	8.755,82	250,00	320	-70	2.300	2.136	164
2014	27.484	4.098	100	31.581	30	1,18	1,08	54,83	4.737,21	75,47	6.520,63	103,14	8.911,07	250,00	326	-76	2.300	2.174	126
2015	27.962	4.169	100	32.131	30	1,18	1,08	55,78	4.819,70	76,78	6.634,18	104,93	9.066,25	250,00	332	-82	2.300	2.211	89
2016	28.441	4.240	100	32.681	30	1,18	1,08	56,74	4.902,16	78,10	6.747,68	106,73	9.221,36	250,00	337	-87	2.300	2.249	51
2017	28.919	4.312	100	33.230	30	1,18	1,08	57,69	4.984,57	79,41	6.861,12	108,52	9.376,38	250,00	343	-93	2.300	2.287	13

Metodologia utilizada da regressão , fonte IBGE CD 81/91/00 - 1,85% logarítimica.

Produção necessária calculada para funcionamento médio dos poços de 20 horas/dia.

"Per capita" = **150** (l/hab.dia)

Cpf - Coeficiente de Perda Física = 50% da perda total

Cpd - Coeficiente de Perda na Distribuição = 50% da perda física

Fonte: SANESUL

Quadro da Evolução de Demanda de Bonito.

EMPRESA DE SANEAMENTO DE MATO GROSSO DO SUL S.A.

DIRETORIA TÉCNICA

GERÊNCIA DE EXPANSÃO

4.3.1. - Quadro de Evolução de Demandas - BONITO.

Ano	População (hab.)		Índice Abaste-cimento (%)	População Abastecida (hab.)	Índice Perdas (%)	Cpf	Cpd	Vazões						Produção Existente (m3/h)	Produção Necessária (m3/h)	Δ (m3/h)	Reservação Existente (m3)	Reservação Necessária (m3)	Δ (m3)
								Médias Diárias		Máximas Diárias		Máximas Horárias							
	Urbana	Flutuante						(l/s)	m3/dia	(l/s)	m3/dia	(l/s)	m3/dia						
2000	12.796	10.818	97	23.230	45,22	1,29	1,1275	40,33	3.484,52	60,18	5.199,45	77,73	6.716,27	140,00	260	-120	1.805	1.733	72
2001	13.174	11.138	97	23.917	45,22	1,29	1,1275	41,52	3.587,52	61,96	5.353,13	80,03	6.914,79	140,00	268	-128	1.805	1.784	21
2002	13.552	11.457	97	24.603	45,22	1,29	1,1275	42,71	3.690,46	63,74	5.506,75	82,33	7.113,21	140,00	275	-135	1.805	1.836	-31
2003	13.930	11.777	100	25.707	30	1,18	1,0811	44,63	3.856,04	61,43	5.307,73	83,95	7.253,53	140,00	265	-125	1.805	1.769	36
2004	14.308	12.096	100	26.404	30	1,18	1,0811	45,84	3.960,58	63,10	5.451,63	86,23	7.450,18	140,00	273	-133	1.805	1.817	-12
2005	14.685	12.415	100	27.100	30	1,18	1,0811	47,05	4.065,07	64,76	5.595,45	88,50	7.646,73	140,00	280	-140	1.805	1.865	-60
2006	15.063	12.734	100	27.797	30	1,18	1,0811	48,26	4.169,51	66,43	5.739,21	90,78	7.843,19	140,00	287	-147	1.805	1.913	-108
2007	15.440	13.053	100	28.493	30	1,18	1,0811	49,47	4.273,90	68,09	5.882,90	93,05	8.039,55	140,00	294	-154	1.805	1.961	-156
2008	15.817	13.372	100	29.188	30	1,18	1,0811	50,67	4.378,23	69,75	6.026,51	95,32	8.235,81	140,00	301	-161	1.805	2.009	-204
2009	16.193	13.690	100	29.883	30	1,18	1,0811	51,88	4.482,51	71,41	6.170,05	97,59	8.431,97	140,00	309	-169	1.805	2.057	-252
2010	16.570	14.008	100	30.578	30	1,18	1,0811	53,09	4.586,75	73,07	6.313,52	99,86	8.628,04	140,00	316	-176	1.805	2.105	-300
2011	16.946	14.327	100	31.273	30	1,18	1,0811	54,29	4.690,92	74,73	6.456,92	102,13	8.824,01	140,00	323	-183	1.805	2.152	-347
2012	17.322	14.645	100	31.967	30	1,18	1,0811	55,50	4.795,05	76,39	6.600,25	104,40	9.019,88	140,00	330	-190	1.805	2.200	-395
2013	17.698	14.963	100	32.661	30	1,18	1,0811	56,70	4.899,13	78,05	6.743,50	106,66	9.215,65	140,00	337	-197	1.805	2.248	-443
2014	18.074	15.280	100	33.354	30	1,18	1,0811	57,91	5.003,15	79,71	6.886,69	108,93	9.411,33	140,00	344	-204	1.805	2.296	-491
2015	18.450	15.598	100	34.047	30	1,18	1,0811	59,11	5.107,12	81,36	7.029,80	111,19	9.606,91	140,00	351	-211	1.805	2.343	-538
2016	18.825	15.915	100	34.740	30	1,18	1,0811	60,31	5.211,04	83,02	7.172,84	113,45	9.802,39	140,00	359	-219	1.805	2.391	-586
2017	19.200	16.232	100	35.433	30	1,18	1,0811	61,52	5.314,91	84,67	7.315,82	115,71	9.997,78	140,00	366	-226	1.805	2.439	-634

Metodologia utilizada da regressão, fonte IBGE CD 80/91/00 - 2,17% - logarítimica. Cpf - Coeficiente de Perda Física = 50% da perda total

Produção necessária calculada para funcionamento médio dos poços de 20 horas/dia. Cpd - Coeficiente de Perda na Distribuição = 50% da perda física

"Per capita" = **150** (l/hab.dia)

Fonte: SANESUL

Quadro da Evolução da demanda no município de Bodoquena.

EMPRESA DE SANEAMENTO DE MATO GROSSO DO SUL S.A.

DIRETORIA TÉCNICA

GERÊNCIA DE EXPANSÃO

BODOQUENA

- Quadro de Evolução de Demandas BODOQUENA.

Ano	População (hab.)		Índice Abaste-cimento (%)	População Abastecida (hab.)	Índice Perdas (%)	Cpf	Cpd	Vazões						Produção Existente (m3/h)	Produção Necessária (m3/h)	Δ (m3/h)	Reservação Existente (m3)	Reservação Necessária (m3)	Δ (m3)
								Médias Diárias		Máximas Diárias		Máximas Horárias							
	Urbana	Flutuante*						(l/s)	m3/dia	(l/s)	m3/dia	(l/s)	m3/dia						
2002	5.244	0	97	5.087	39,89	1,25	1,11	8,83	762,98	12,80	1.105,66	16,87	1.457,87	59,00	55	4	200	369	-169
2003	5.391	809	97	6.038	30	1,18	1,08	10,48	905,66	14,43	1.246,62	19,72	1.703,63	59,00	62	**-3**	200	416	**-216**
2004	5.538	831	100	6.368	30	1,18	1,08	11,06	955,24	15,22	1.314,86	20,80	1.796,89	59,00	66	-7	200	438	-238
2005	5.684	853	100	6.537	30	1,18	1,08	11,35	980,52	15,62	1.349,66	21,35	1.844,44	59,00	67	-8	200	450	-250
2006	5.830	875	100	6.705	30	1,18	1,08	11,64	1.005,75	16,02	1.384,39	21,90	1.891,90	59,00	69	-10	200	461	-261
2007	5.976	896	100	6.873	30	1,18	1,08	11,93	1.030,95	16,42	1.419,07	22,45	1.939,29	59,00	71	-12	200	473	-273
2008	6.122	918	100	7.041	30	1,18	1,08	12,22	1.056,09	16,83	1.453,68	22,99	1.986,60	59,00	73	-14	200	485	-285
2009	6.268	940	100	7.208	30	1,18	1,08	12,51	1.081,20	17,22	1.488,24	23,54	2.033,82	59,00	74	-15	200	496	-296
2010	6.413	962	100	7.375	30	1,18	1,08	12,80	1.106,26	17,62	1.522,74	24,09	2.080,97	59,00	76	-17	200	508	-308
2011	6.558	984	100	7.542	30	1,18	1,08	13,09	1.131,28	18,02	1.557,17	24,63	2.128,03	59,00	78	-19	200	519	-319
2012	6.703	1005	100	7.708	30	1,18	1,08	13,38	1.156,26	18,42	1.591,55	25,17	2.175,01	59,00	80	-21	200	531	-331
2013	6.847	1027	100	7.875	30	1,18	1,08	13,67	1.181,19	18,82	1.625,87	25,72	2.221,91	59,00	81	-22	200	542	-342
2014	6.992	1049	100	8.041	30	1,18	1,08	13,96	1.206,08	19,21	1.660,13	26,26	2.268,73	59,00	83	-24	200	553	-353
2015	7.136	1070	100	8.206	30	1,18	1,08	14,25	1.230,93	19,61	1.694,33	26,80	2.315,47	59,00	85	-26	200	565	-365
2016	7.280	1092	100	8.372	30	1,18	1,08	14,53	1.255,73	20,01	1.728,47	27,34	2.362,13	59,00	86	-27	200	576	-376
2017	7.423	1113	100	8.537	30	1,18	1,08	14,82	1.280,49	20,40	1.762,56	27,88	2.408,71	59,00	88	-29	200	588	-388

Metodologia utilizada da regressão, fonte IBGE CD 80/91/00 - 2,13% - polinomial.

Produção necessária calculada para funcionamento médio dos poços de 20 horas/dia.

"Per capita" = **150** (l/hab.dia)

Cpf - Coeficiente de Perda Física = 50% da perda total

Cpd - Coeficiente de Perda na Distribuição = 50% da perda física

Flutuante* - O crescimento do turismo já impacta os serviços locais.

Fonte: SANESUL

ANEXO E - MATERIAL CARTOGRÁFICO

Todas as informações geradas e analisadas (informações geográficas) têm origem em fontes secundárias existentes nos organismos federais, estaduais, meios acadêmicos, programas e projeto, dentre outros.

Os arquivos dos projetos, durante a fase de construção da base cartográfica de cada polo, encontra-se *shapefile – SOFTWARE ARCVIEW 3.2,* e outros estão situados no diretório do Meio Físico e subdiretórios, com o nome do tema correspondente. Nos subdiretórios jpeg, estão todos os arquivos e mapas solicitados usados para elaboração e simulação dos mapas solicitados pelos consultores.

Os subdiretórios utilizados para as diferentes funcionalidades e organização dos dados brutos tais como: dados brutos (Dbase, excell e dados de GPS), dados disponíveis de forma analógica, dados em planilhas do excel; mapas digitais na forma do AutoCAD e no formato Shape do ArcView.

Através da compilação dos dados cartográficos, foram elaborados os mapas no arcview. Os dados compilados foram recortados das tabelas dos mapas base, pelo comando “clip” do arcview, estas tabelas e mapas estão disponíveis do sistema de informações de cada polo.

O Sistema de Informação foi organizado da seguinte estrutura:

Estrutura do sistema de informações do Polo Serra da Bodoquena

Meio Físico: estes dados foram coletados pela consultora de geoprocessamento, e se encontram todos descritos juntamente com toda a bibliografia utilizada em relatórios elaborados pelos consultores em outros relatórios.

- Meio Físico: os dados que compões o meio físico foram disponibilizados da base cartográfica do PERHMS, exceto os dados dos atrativos turísticos, que foram coletados pelo Técnico do PRODETUR/MS.
- Mapa pdf e jpg: todos os mapas que foram gerados, os quais fazem parte dos relatórios entregues pelos consultores.
- Projetos: são os sistemas de informação geográfica de cada polo em um projeto com extensão apr. Está localizado no subdiretório do PDTS.

- Shapes: são arquivos que contêm todos os dados geográficos, juntamente com suas tabelas e dados cartográficos, nos quais foram gerados todos os mapas e também as novas informações adicionadas pelos consultores dos polos.
- Tabelas: dados compilados a partir dos dados brutos, tais como excell e dbase.

Os dados geográficos e alfa numéricos utilizados durante o processo de construção do sistema foram organizados transformando-se em um sistema de informações geográficas; todos os arquivos se encontram em formato shape file do *software* ARCV VIEW.